

anais de história de além-mar

IX

ANO 2008

CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CHAM

N.º 9, 2008

Anais de História de Além-Mar

Lisboa / Ponta Delgada

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	5

ARTIGOS

DIMENSÕES DA <i>CASTELOLOGIA</i> PORTUGUESA NO NORTE DE ÁFRICA ENTRE QUATROCENTOS E MEADOS DE QUINHENTOS, Jorge Correia	9
HOMENS E TARTARUGAS MARINHAS. SEIS SÉCULOS DE HISTÓRIA E HISTÓRIAS NAS ILHAS DE CABO VERDE, Nuno de Santos Loureiro e Maria Manuel Ferraz Torrão	37
MINAS EXPANSIONISTA, MINAS MESTIÇA: RESISTÊNCIA DOS ÍNDIOS EM MINAS GERAIS DO SÉCULO DO OURO, Maria Leônia Chaves de Resende e Hal Langfur	79
O REINADO DE D. JOÃO V E O PROCESSO DE DOMÍNIO POLÍTICO E SOCIAL NAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XVIII, Maria Paula Dias Couto Paes	105
DE SOLDADO PORTUGUÊS A MARECHAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO: RAIMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATTOS (1776-1839), Neuma Brilhante Rodrigues	139
MACAU ET LE BRÉSIL À L'HEURE DU NOUVEL EMPIRE LUSO-BRÉSILIEN (1802-1812), Andrée Mansuy-Diniz Silva	175
UM «SAGRADO DEVER» OU UMA «AMARGA POLÍTICA»? O PARADISIÁCO BRASIL DE LEOPOLDINA, Ângela Domingues	207
O CORSO NEERLANDÊS CONTRA A <i>CARREIRA DA ÍNDIA</i> NO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XVII, André Murteira	227

DES TERRES DE FRANCE AUX FORTERESSES DE <i>L'ESTADO DA ÍNDIA</i> : LES MILITAIRES FRANÇAIS À GOA SOUS L'ANCIEN RÉGIME, Ernestina Carreira	265
EL SUDESTE ASIÁTICO EN LAS POLÍTICAS DE LA MONARQUÍA CATÓLICA. CONFLICTOS LUSO-CASTELLANOS ENTRE 1580-1621, Domingo Centenero de Arce y Antonio Terrasa Lozano	289
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA PRODUÇÃO TÊXTIL CHINESA DE EXPORTAÇÃO DESTINADA AOS MERCADOS PORTUGUÊS E INGLÊS, Maria João Pacheco Ferreira	333
O IMPÉRIO À MESA. UMA RETÓRICA DA MONARQUIA PORTUGUESA NAS ARTES DA MESA (1756-1775), David Alexandre Felismino	351
 DOCUMENTOS	
THE FIRST DUTCH VOYAGE TO THATTA (1631). The Journal of Gregorij Cornelisz, Willem Floor	381
HISTORICAL ARCHIVES OF THE DIOCESE OF COCHIN: ITS CONTENTS AND THE MAJOR POSSIBLE FIELDS OF RESEARCH, Maria Lurdes Rosa	423
 RECENSÕES	435
 PROJECTOS	451
 EVENTOS	489
 RESUMOS / ABSTRACTS	523

NOTA DE ABERTURA

Com a apresentação do seu número relativo a 2008, AHAM prossegue um esforço de aperfeiçoamento e de adaptação aos critérios desenvolvidos pela comunidade científica. Sendo um periódico referido na lista da European Science Foundation para as Humanidades, sabemos que temos responsabilidades acrescidas.

Este volume IX foi já preparado pelo novo Conselho Editorial, designado pela Comissão Científica do CHAM em Janeiro de 2008. A todos os que aceitaram integrar esta nova equipa desejo expressar publicamente a minha gratidão pela disponibilidade. Aos que deixaram de pertencer a este órgão envio uma palavra de agradecimento pelo apoio dispensado nos momentos cruciais em que uma nova revista procurava ganhar o seu espaço próprio no mundo universitário internacional. O refrescamento e alargamento da equipa correspondem a uma necessidade de renovação e de internacionalização do Conselho, mas decorrem de uma evolução natural em que as substituições nunca significam rupturas.

A selecção dos artigos publicados na nossa revista sempre se pautou por critérios de elevada exigência científica, e muitas candidaturas foram rejeitadas ou sujeitas a correcções. Sabemos que os critérios são sempre discutíveis e que o mesmo artigo pode obter frequentemente avaliações díspares. Ainda assim, estou certo que a grande maioria dos textos publicados nos volumes anteriores são reconhecidos como trabalhos de grande qualidade que contribuíram para o progresso da historiografia. No entanto, é sempre possível, e desejável, melhorar, e os bons resultados obtidos

devem-nos estimular a encontrar formas de continuar a progredir e a melhorar.

Assim, a partir deste volume, procuramos reforçar o controlo da qualidade dos nossos textos através da introdução do sistema de arbitragem. Desta forma, ajustamo-nos aos padrões reconhecidos internacionalmente, procurando que a nossa revista acrescente à sua credibilidade natural, a que lhe é conferida pela opinião abalizada dos nossos colegas que aceitaram rever e criticar os textos que passaram numa primeira fase de selecção. A todos os que aceitaram colaborar connosco nessa tarefa apresento também os meus agradecimentos, pois o seu trabalho rigoroso e generoso contribuirá para uma maior credibilidade dos AHAM.

Como nos volumes anteriores, procuramos que os AHAM sejam um espaço de abordagens diversificadas, quer no que respeita à cronologia, quer no que toca aos espaços, quer ainda no que se refere aos temas. Os contributos que agora publicamos, creio que preenchem esse desiderato e que constituem no seu todo, uma soma de olhares diversificados que ajudam a compreender a riqueza extraordinária do tema da História da Expansão Portuguesa.

Uma nota final para salientar que este volume apresenta a secção das notícias reformulada. Tendo em conta que as actividades do CHAM estão apresentadas pormenorizadamente no nosso sítio da Internet (www.cham.fcsh.unl.pt), a secção procura ser agora, preferencialmente, um espaço de reflexão sobre as actividades realizadas.

Artigos

DIMENSÕES DA CASTELOLOGIA PORTUGUESA NO NORTE DE ÁFRICA ENTRE QUATROCENTOS E MEADOS DE QUINHENTOS*

por
JORGE CORREIA**

1. Considerações gerais

Quase nove décadas passaram desde que Vergílio Correia escreveu «É necessário ir a Safim para conhecer uma fortificação manuelina!»¹. Este reconhecimento funcionou como uma constatação inabalável até ao presente, registando-se a escassez de estudos sobre a temática. De facto, apesar das ciências históricas terem evoluído no sentido de valorizarem a articulação das várias ciências sociais, buscando nos aspectos económico-sociais e culturais uma visão crítica para além da cronologia política, as referências à arquitectura construída pelos portugueses no Norte de África quedavam-se por meras citações de acontecimentos, de fácil comprovação através dos vestígios sobreviventes, falhando na caracterização concreta dos fenómenos envolvidos. A par de Correia, salva-se o estudo de Évin, precursor no estabelecimento de séries ou invariantes, porém pouco vocacionado para a arquitectura militar².

* Este artigo tem por base a nossa tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em Julho de 2006, intitulada «Implantação da cidade portuguesa no Norte de África: da tomada de Ceuta a meados do século XVI» e orientada pelos Professores Alexandre Alves Costa e Rafael Moreira. O enfoque principal da tese residia nos aspectos urbanos da ocupação portuguesa no Magrebe, muito embora tais não se possam dissociar de uma expressão formal militar no território. Por conseguinte, com este artigo pretende-se contribuir para um destaque e actualização do conhecimento destas realidades da(s) arquitectura(s) militar(es) até ao advento da modernidade.

** CHAM Centro de História de Além-Mar; EA.UM Escola de Arquitectura da Universidade do Minho.

¹ Vergílio CORREIA, *Lugares Dalém: Azemôr, Mazagão, Çafim*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1923, p. 80.

² Paul Antoine ÉVIN, «L'Architecture Portugaise au Maroc et le Style manuélín», *Bulletin des Études Portugaises*, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1942.

A partir da década de 80 do século passado, o património edificado de origem portuguesa começa a aparecer resgatado do esquecimento e letargia em que tinha sido abandonado, depois de identificado e rotulado. Tendência protagonizada por Rafael Moreira³, com particular ênfase para a leitura transversal das arquitecturas militares detectadas e interpretadas à luz de uma lógica nacional e ultramarina. Os castelos e as fortalezas deixados pelos portugueses em Marrocos, provavelmente os legados edificados mais impressionantes, reclamavam agora o seu papel experimental e pioneiro de acordo com a evolução das técnicas militares. De referir ainda as grandes sistematizações cronológicas que Pedro Dias⁴ nos fornece, concentrando-se na história da produção arquitectónica – militar, civil, religiosa e mesmo doméstica – dos mais de três séculos e meio de presença lusa.

Urge, pois, referenciar um novo ponto de situação a um conhecimento mais actualizado dos vestígios espalhados pela costa marroquina, quer os repescados pela memória escrita ou visual, quer sobretudo os testemunhos físicos ainda existentes. Neste artigo, procuramos esclarecer algumas questões relacionadas com as dimensões da castelologia portuguesa na transição dos séculos XV para XVI. Mais concretamente, pretendemos reflectir e analisar as suas expressões na geografia do noroeste africano, numa altura em que a Expansão Portuguesa se implantava pelas costas africana e asiática através de inúmeros castelos costeiros.

O Norte de África, lido como um campo de experimentação no que à área da arquitectura militar diz respeito, como nos adianta Rafael Moreira, tem sido repetidamente invocado a propósito da clivagem entre as intervenções no eixo setentrional do território, marcado pelo risco e obras de Diogo Boytac e Francisco Danzilho, e o arco geográfico sul onde intervieram os irmãos e mestres Diogo e Francisco de Arruda. Importa, pois, acentuar a leitura vertical do percurso dessa herança edificada.

Todas essas dimensões devem igualmente ser compreendidas no contexto geral da presença portuguesa no Magrebe. Sumarie-se: nas cidades conquistadas pelos portugueses no Norte de África imperou uma atitude pragmática orientada para a sustentabilidade de praças de guerra isoladas em território hostil; operaram-se significativas reduções de perímetro e superfície das áreas ocupadas, num processo que se vulgarizou como *atalho*; decorrente de um espírito profundamente racional, esta técnica provocou um exame radical das cidades apropriadas, regularizando-as geometricamente,

³ Salientamos a importância dos capítulos «A época manuelina» e «A arte da guerra no Renascimento», ambos incluídos em Rafael MOREIRA (direcção), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Alfa, 1989.

⁴ Pela primeira vez integrada em Pedro DIAS, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). Espaço do Atlântico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, o capítulo de Marrocos ganha destaque editorial na sua adaptação para Pedro DIAS, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos, 1415-1769*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, 2000.

aproximando-as do canal marítimo, reequacionando a sua disposição interior e, por conseguinte, demarcando o estrato português até ao presente, no panorama das actuais cidades marroquinas; o impacto da chegada de um novo poder e de um novo credo implicou, por um lado, uma reavaliação do espaço construído e urbano, e, por outro, uma vontade de ruptura inerente a uma cultura arquitectónica e de cidade europeia, numa época em que para os conceitos e as práticas urbanísticas concorrerem a experiência de fundações de *vila novas* medievais e o espírito higienista renovador subjacente a uma modernidade que se anunciava.

A data de 1541 tem funcionado como verdadeira charneira da mudança artística sentida no Norte de África, subjacente à profunda alteração da política dos portugueses nestas latitudes. Nos nove anos seguintes, abandonaram praticamente todas as posições costeiras que detinham, investindo na fundação de uma vila em Mazagão e preservando apenas as cidades do Estreito de Gibraltar, Ceuta e Tânger, onde se iniciavam campanhas de modernização das suas fortificações. Deste modo, a evolução da arquitectura militar viu-se dividida em meados do século XVI entre o «antes» e o «depois», entre a tardo-medievalidade e o Renascimento. Neste texto debruçamo-nos sobre «o antes».

Contudo, e em primeiro lugar, este artigo propõe a introdução de um terceiro tempo – o tempo medieval – que consagre a todo o século XV, desde 1415, o protagonismo que merece. Considerado frequentemente o território ultramarino como geografia da experiência ou da vanguarda, aos reinos de Fez ou Marrocos (Marráquexe) subtraíram-se algumas aglomerações urbanas onde persistiu uma continuidade formal com a metrópole, ou seja, uma perpetuação de um saber-fazer profundamente medieval. Se o início das conquistas magrebina e das descobertas de novas terras abriu Portugal e a Europa ao Mundo, a exportação de arquitecturas encontrava nas diferentes tendências do modo gótico e expressões tardo-góticas a sua matriz emissora.

No entanto, face à estabilidade política de Portugal dentro das suas fronteiras ibéricas, o Magrebe oferecia um cenário de guerra e uma pressão beligerante quase sempre permanente. Esta circunstância empurrou a arquitectura militar a registar uma importante evolução do castelo e da cerca românico-gótica para os complexos acastelados do período manuelino, em que esta designação perde a conotação de «estilo» que se baseia exclusivamente na estrutura gótica para se gerar como uma proposição formal inovadora. Tratou-se de um momento de resposta, teste e actualização da construção defensiva.

Todavia, como toda a história da arquitectura portuguesa, também o tempo anterior à introdução da fortificação moderna no Norte de África não foi caracterizado por momentos estanques. De hesitações, sobreposições ou rupturas se conta a castelologia portuguesa e se lança o mote deste artigo.

2. O tempo medieval

Cercas ou cortinas amuralhadas

Apesar de falarmos de cercas ou cortinas amuralhadas nos primeiros tempos da presença portuguesa no Magrebe, e não propriamente de castelos, parece-nos relevante iniciar a discussão temática e cronológica por este capítulo das construções portuguesas nas margens meridionais do Estreito de Gibraltar. A cidade, fechada sobre si, voltada para o interior das muralhas, constituía o único e derradeiro bastião da defesa da ocupação lusa do território e, como tal, pode e deve ser entendida como uma unidade acastelada, numa primeira fase.

Os primeiros atalhos, introduzidos nas praças setentrionais, foram-se realizando ao longo do século XV. Depois da reforma de algumas fortificações necessárias à prevenção de um presente saído da crise de 1383-85, «o século XV não é, porém, um século de construção de fortaleza» lembra Rafael Moreira⁵. À luz do enquadramento magrebino, a construção de cercas urbanas permanecia um instrumento actual de resposta à persistência de um clima de vizinhança hostil em que se insistia no cerco como principal meio de reclamação das cidades perdidas pelo rei de Fez. Impunha-se a erecção de uma fronteira amuralhada que a edificação do atalho, bem como o restauro das muralhas islâmicas aproveitadas, consubstanciou formalmente nas cercas de Ceuta, Alcácer Ceguer, Tânger e Arzila, conquistadas entre 1415 e 1471. Não parece, todavia, que as cortinas defensivas destas praças acrescentassem muitas novidades em Quatrocentos. Pelo contrário, surgem em perfeita continuidade com a tradição construtiva militar que havia caracterizado o século anterior em Portugal. Assim, a história dos panos fortificados das cidades ou vilas africanas reflecte uma estagnação na evolução das arquitecturas militares praticadas em perímetros urbanos.

Alguns parâmetros convergentes ajudam a pôr em evidência os principais aspectos deste domínio construtivo nos reinados de D. Afonso V e seu sucessor, D. João II. Os novos troços são lineares, tendencialmente rectos, interrompidos em intervalos regulares e frequentes por torres circulares ou torreões semi-circulares. Excluída qualquer especulação sobre Arzila, uma vez renovado todo o atalho na época manuelina, e tendo em consideração que Ceuta representa uma adaptação das muralhas ocidental e oriental da medina muçulmana, é em Alcácer Ceguer e Tânger que se apreendem as características morfológicas da arquitectura destas cortinas. Os espaços medidos entre eixos de torres que definem segmentos de muralha variam entre os dezassete e dezoito metros de comprimento no primeiro caso e os

⁵ R. MOREIRA, *História das Fortificações...* cit., p. 71: «O século XV não é, porém, um século de construção de fortaleza. Revelando-se duradoira a paz com Castela, os interesses de Portugal voltam-se para além-mar; (...). No entanto, é no Norte de África que, a partir de 1415, as fortalezas exercerão em continuidade a sua função militar; (...)».

vinte e um e os vinte e três metros no segundo, isto é, distâncias apertadas que oscilavam entre as oito e as dez braças. Em Alcácer, as ruínas não permitem uma avaliação actual da altimetria da muralha circular. Porém, a crer numa correspondência de cérceas entre a muralha e o castelo, uma altura média de oito metros parece verosímil⁶. Oito metros que se confirmam num cálculo aproximado aos segmentos ocidentais do atalho de Tânger (Figura 1), em ambos os sectores da Porta do Campo, os mais antigos preservados dada a substituição proto-quinhentista da secção sul. Medida aparentemente constante, também patente na cerca fernandina de Lisboa, cerca de cem anos antes⁷.



Figura 1 – Tânger: muralha portuguesa ocidental.

Rodrigo Anes, nomeado mestre das obras dos lugares de África, em 1473⁸, surge plausivelmente como a principal personagem da reforma das cercas das cidades e vilas no último quartel do século XV. Os esforços afonsinos e joaninos empreenderam um exercício de equilíbrio entre o aprovei-

⁶ Altura resultante do confronto entre um levantamento artesanal, executado de acordo com o estado actual do campo arqueológico, e o levantamento registado pela *Inspection des Monuments Historiques* (IMHT) em 1960.

⁷ Augusto Vieira da SILVA, *A cerca fernandina de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, 1948-49, p. 18.

⁸ IAN/TT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 33, fl. 211v, in FRANCISCO SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses* (Fac-simile da edição de 1899-1922), 3 vols., Lisboa, INCM, 1988, I, p. 40.

tamento de extensos segmentos muçulmanos e a nova construção militar protagonizada pelos atalhos. Nestas secções, a utilização passiva de seteiras para tiro de arco parece ainda ser a solução dominante, desconhecendo-se o rasgamento de troeiras para trons ou bombardas, apesar de se registar o seu emprego na castelologia portuguesa a partir de meados do século XV. Nos sectores remanescentes das muralhas oeste de Tânger há apenas a anotar o forte talude que acompanha a linha amuralhada⁹, sendo impossível idêntica detecção por entre as actuais ruínas de Alcácer.

Castelos e Torres de Menagem

Se, sob a coroa de D. Afonso V, o Norte de África tinha conhecido as grandes conquistas de Alcácer, Arzila e Tânger e ainda as investidas contra Anafé, já durante o reinado de D. João II, o interesse pelas possessões magrebina confrontar-se-ia com um crescimento da importância proveniente do descobrimento de cada vez mais terras sub-saarianas, com o clímax a ser atingido em 1488, com a dobragem do cabo da Boa Esperança.

No que a Tânger ainda diz respeito, as decisões de D. Afonso V podem ser classificadas conceptualmente como uma renovação estrutural, por um lado, e, por outro, como de representatividade formal, através de novos equipamentos que substituíram as antigas construções merínidas – castelo sobre *kasbah* (alcáçova) e catedral sobre mesquita maior. Importava impôr novos símbolos de poder e fé.

O mais importante edifício construído foi, sem dúvida, um castelo de raiz, de aparência tardo-medieval sobre a alcáçova islâmica. Através da gravura *Tingis Lusitanis Tangiara* de Braun¹⁰, pode apreciar-se um edifício alto, compacto e torreado, em grande parte cego num estrato inferior mas rasgado no superior, com cobertura telhada, que controlava Tânger desde o seu ponto mais elevado (Figura 2). A demolição da estrutura pré-existente parece óbvia.

O novo castelo português está morfologicamente próximo de outras construções tardo-góticas do norte de Portugal, como os paços ducais em Guimarães¹¹ ou em Barcelos, o desta cidade representado por Duarte

⁹ Todavia, julgamos pertinente um estudo atento de leitura de paramentos neste sector ainda delimitador da medina de Tânger para um esclarecimento cabal da situação, pois o crescimento urbano da cidade sobrepôs histórias e construções, encostou estruturas e derrubou vestígios.

¹⁰ Georg BRAUN, Frans HOGENBERG, Simon NOVELLANUS, *Civitates Orbis Terrarum*. Antuerpiae Coloniae: Apud Philippum Gallceum/Apud Auctores, 1572. (BNP – C.A.57v). A gravura reflecte, no caso de Tânger, a situação existente nos princípios de Quinhentos, isto é, antes das transformações formais nas arquitecturas da cidade, ocorridas na segunda metade desse século. A gravura constituirá, provavelmente, cópia de original com mais de meio século de existência.

¹¹ Salvaguarde-se na análise a invenção que o grande restauro da DGEMN (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), por meados do século XX, introduziu nas fachadas principal e nordeste cujos vestígios não ultrapassavam o primeiro piso, num edifício onde dominava a ruína.



Figura 2 – *Tingis, Lusitanis, Tangiara*, in Georg BRAUN, Frans HOGENBERG, Simon NOVELLANUS, *Civitates Orbis Terrarum*, 1572, fls. 56-56v.

d'Armas no seu *Livro das Fortalezas*¹². Ambas as gravuras (Georg Braun e Duarte d'Armas) exibem uma imagem arquitectónica resistente a uma libertação de uma simbólica medieval que, no caso de Tânger, adiava a partilha de um pensamento racional intrinsecamente ligado ao processo de atalho e ao seu impacto nas escalas urbana e militar. O castelo «de cima» de Tânger era um paço, conjunto palatino debruçado desde a curva de nível mais alta da cidade intramuros, símbolo político de afirmação, anúncio e vitória. Ocupava o ângulo sudeste da cerca do complexo acastelado, definida a norte e oeste pelas muralhas da cidade e a leste e sul por extensões que prolongavam os seus lados. Enquanto a secção nascente aparece incompleta na figura de Braun, o segmento meridional, não visível, seria pontuado por torreões circulares, cujas reminiscências podem ainda ser observadas na malha do actual bairro da *Kasbah*, sob a forma de uma torre transformada em forno público – *Hadj Tahar*.

Para a caracterização de um tempo medieval aparece também a quinhentista Torre de Menagem de Arzila, desfasada temporalmente. Foi a

¹² Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas* (fac-simile do ms. 159 da Casa Forte do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo), Lisboa, Edições Inapa, 1997, fls. 116v-117.

primeira construção na era de Diogo Boytac. Pode identificar-se na gravura de Braun o edifício que hoje subsiste, fruto do restauro dos finais dos anos 80¹³ (Figura 3). Porém, as empreitadas dirigidas por Francisco Danzilho, entre 1511 e 1514, que seriam facilmente reconhecíveis nesta perspectiva através da remodelação dos diferentes baluartes das frentes ribeirinhas – Couraça, S. Francisco, Perna de Aranha, Praia ou Santa Cruz – não aparecem representadas pelo autor. Por conseguinte, a obra terá sido edificada durante a presença de Boytac na vila e sob directa supervisão do mesmo, entre 1509 e 1510¹⁴, num projecto que perpetuou as seguintes características: prisma rectangular exibindo forte alambor e aberturas nos dois pisos superiores; remate superior ritmado por ameias e merlões num balcão inter-



Figura 3 – Arzilla, in Georg BRAUN, Frans HOGENBERG, Simon NOVELLANUS, *Civitates Orbis Terrarum*, 1572, fls. 56-56v.

¹³ ARZILA, *Torre de Menagem*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 55-87.

¹⁴ *Arquivo Histórico Português*, 11 vols., Lisboa, [S.n.], 1903-18, I, p. 365: «(...) Mandámos ora tomar a Diego de Alvarenga, cavaleiro da nossa casa, de todo o dinheiro e cousas que recebeo e despendeo nas obras da nossa villa de arzila, os annos de 509 e 510, em pagamento dos soldos da gente que na dita villa serviu, (...); e 10:000 rs. de mestre Butaqua; (...)».

rompido por matacões nos lados e guaritas circulares nos ângulos; cobertura inclinada em telha, distribuída em duas águas principais para os lados maiores do rectângulo. Como assinala Rafael Moreira¹⁵, a distribuição funcional do seu interior evolui da prisão no rés-do-chão cego, para uma sala de guarda no primeiro andar, terminando na sala de audiências do governador, a partir da qual e desde uma janela nobre, comunicava as ordens régias à população reunida no terreiro.

A torre de Arzila, sendo implantada em pleno século XVI, assegurava valores de ostentação régia, num período de vingança retórica, depois de ultrapassado o cerco de 1508. Em 1515, erguia-se o paradigma formal desta tipologia na barra do Tejo – a Torre de Belém –, uma implantação diversa do contexto inimigo e hostil do Norte de África. A aproximação ao conjunto salientava duas estruturas. À distância, era o volume edificado claramente medieval que sobressaía, para a uma escala mais próxima e atenta revelar todo o simbolismo dos elementos que a compunham. Em Arzila transportava-se a imagem da cidade para um universo de representatividade tardo-medieval tal como a torre de menagem do novo castelo de Tânger à cota baixa, construído sob D. João II, ainda no último quartel do século XV, esta porém já nitidamente inserida num complexo arquitectónico que preconizava novas valências de transição para a modernidade.

As expressões arquitectónicas «para-feudais», de forte carácter simbólico, exibindo uma linguagem de um tardo-gótico militarmente eloquente em estruturas erudita e vocacionalmente cavalheirescas, de corpos sólidos e despojados, prolongam-se e convivem com o pragmatismo que uma guerra sempre iminente ou presente impunha. Foram castelos e torres de uma propaganda régia que, num período em que a arquitectura militar e as técnicas de guerra hesitavam perante os novos paradigmas de resistência e ataque, se proclamava na segurança dos símbolos construídos ou esculpidos.

3. Ensaio de modernização

A importância de um castelo «de baixo» em Tânger para uma nova epistemologia da arte de construir para a guerra, para uma identificação do apelidado «estilo de transição» na arquitectura militar portuguesa, é central¹⁶. Apesar de uma tendência para dignificar a acrópole de Tânger, através do seu castelo de «cima» como vimos atrás, a cidade registaria alguns movimentos internos que reforçariam as posições junto à área portuária. Outro castelo foi construído sobre o porto, chamado Castelo Novo ou de Baixo, como que em oposição ao mais antigo existente no cimo da colina citadina. A existência deste castelo durante o reinado de D. João II (1481-1495) aparece descrita

¹⁵ ARZILA..., cit., p. 43.

¹⁶ Sobre este assunto confrontar: Pedro de Aboim Inglês CID, *A Torre de S. Sebastião da Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, pp. 132-133.

como lugar de residência de um governador em fim de mandato em alternativa ao Castelo Velho ou de Cima, o qual tinha então forçosamente de abandonar¹⁷. O edifício situava-se a uma cota baixa da cidade, no sector nordeste, emergindo como uma estrutura defensiva e pragmática que assegurava, no limite, a protecção aos abastecimentos em caso de cerco.

Ainda a mesma fonte iconográfica produzida por Braun¹⁸ destaca este castelo, a par com o de cima, como as duas construções mais representativas de Tânger. Constava de uma torre quadrangular, coroada por um balcão com guaritas nos ângulos sobre o qual assentava uma estrutura de madeira de forte pendente, coberta por telha. O interior surgia subdividido em pelo menos dois estratos assinalados por janelões. Dominado pela torre, o castelo articulava uma série de panos amuralhados, cujas intersecções angulares apareciam resolvidas por torreões redondos. Abrigava no seu interior outras dependências cobertas por telhados e pontuadas por chaminés, de carácter manifestamente menos militar. Através de perspectivas posteriores, pode avaliar-se na gravura o complexo do Castelo Novo ou de Baixo inicial, todavia sem o abrigo para atiradores que existira sobre a torre de menagem. Esta assemelha-se tipologicamente à de Arzila e próxima de outras torres de castelos em Portugal, como Beja¹⁹.

A reconstituição global do Castelo Novo ou de Baixo, com a sua couraça, reclama da arqueologia urbana a estratigrafia correspondente a este período português. Esboçava uma planta tendencialmente pentagonal, com quatro dos cunhais marcadas por torreões circulares e o quinto coincidente com a torre de menagem. Um desses torreões está actualmente rodeado por habitações entre as ruas *Amsrak* e *Sania*, no bairro de *Dar Baroud*. A fachada marítima voltada para o porto encontrava-se acompanhada por uma barbacã de altimetria menos elevada, cujo prolongamento para sul era interrompido por uma torrela com passagem através de dois portais opostos, apresentando aduelas chanfradas nos seus arcos de volta inteira, hoje pertencente a habitação particular. Devido ao desnível do talude, a mesma suportava uma outra pertencente já aos amuralhamentos da cidade. Barbacã aquela que contornaria as restantes frentes do castelo, exibindo cubelos nos vértices. A perspectiva distendida que a gravura de Braun exhibe, típica da época e comparável à do castelo de S. Jorge da Mina²⁰, poderia

¹⁷ D. Fernando de MENEZES (Conde da Ericeira), *Historia de Tangere, que comprehende as noticias desde a sua primeira conquista ate a sua ruína*, Lisboa, Na Officina Ferreiriana, 1732, p. 45.

¹⁸ Figura 2. Ver nota 11.

¹⁹ As semelhanças formais revelam diferentes graus de erudição arquitectónica. Assentam, sobretudo, na utilização de uma defesa activa munida de balcões ameados e de varandas/matacões nos ângulos do caminho de ronda para tiro vertical. Acrescente-se que seria o próprio autor dos *Anais de Arzila* a sugerir tal comparação. Cf. Bernardo RODRIGUES, *Anais de Arzila: crónica inédita do séc. XVI* (Direcção de David Lopes), 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-19, I, p. 63.

²⁰ Em muitos aspectos, este castelo joanino assemelha-se ao de São Jorge da Mina, edificado em 1482 no Golfo da Guiné, principalmente ao nível da sua disposição marítima, pon-

fazer prever um castelo perfeitamente quadrangular, aspecto negado pelas representações cartográficas posteriores, onde a frente marítima apresenta sempre uma inflexão²¹.

A recente pressão imobiliária mascarou as principais linhas formais com que se desenhava o fosso que se abria em torno do castelo tangerino, mas algumas patologias construtivas ao nível das fundações têm sido detetadas em edifícios aparentemente localizados sobre a dita antiga vala, assim como diversos vestígios de provável zona de despejo do castelo, foram encontrados no seguimento daquela direcção²². A cava seria atravessada por ponte levadiça cujo portal viria a ser remodelado por André Rodrigues, decénios mais tarde²³.

4. O amadurecimento manuelino

Nódulos amuralhados: cubelos, cubos ou baluartes

A política de D. Manuel I, o monarca da transição para Quinhentos, trouxe ao Magrebe uma segunda campanha de atalhos, aplicados não só às mais recentes conquistas de Safim e Azamor, como também à remodelação formal de parte ou da totalidade dos muros de corte que haviam definido as fronteiras portuguesas neste território no século anterior.

Nas duas situações, as muralhas de atalho apresentam duas características transversais. Por um lado, do ponto de vista cronológico, todas as operações desenrolam-se num apertado intervalo de tempo, fosse pelas pressões do rei de Fez ou pela urgência de manutenção de tão preciosas conquistas abaixo do rio Oum er-Rbia. A distância geográfica vai trazer ao Norte de África mestres diferentes às duas zonas de intervenção, prontamente postos ao serviço das obras em África pelo monarca português. Por

tuada por torres circulares e pela torre de menagem quadrada e parcialmente acompanhada por barbacã. Consultar: John VOGT, *Portuguese Rule on the Golden Coast, 1469-1682*. Athens, The University of Georgia Press, 1979; R. MOREIRA, *História das Fortificações...* cit., pp. 103-108; J. Bato'Ora BALLONG-WEN-MEWUDA, «A Fortaleza de São Jorge da Mina», *Oceanos*, 28, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, pp. 27-39 e P. CID, *A Torre de Sebastião...* cit., pp. 129-130.

²¹ Destacamos desenhos em planta ou planta perspectivada do século XVII: *Tangier*, de 1661 (British Library – CXVII/80), *Description of Tanger*, de 1663 (Tangier American Legation Museum) e *Piano di Tanger situato nel str. Di Gibraltar* (Bibliothèque Nationale de France – Ge. CC. 1262).

²² Estas informações foram recolhidas junto da população local e proprietários das residências e referem-se, em particular, às casas que definem o gaveto entre a *Rue Sania* e beco adjacente.

²³ *Carta de André Rodrigues a D. João III*, Tânger – 8 de Agosto de 1546 (IAN/TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 78, doc. 52), in F. SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico...* cit., II, p. 383: «(...) Tenho laurado hos três portaes – s – ho da cidade que serue përa fora e hos dous përa ho castelo nouo todos de cātarya (...)».

outro lado, praticamente todas as remodelações de troços de muro de atalho vão apresentar uma nova tipologia arquitectónica militar a esta região de implantação portuguesa: a muralha dentada. Inovação pré-abaluartada, aparece já aplicada nas muralhas de Vila Nova de Portimão em cerca de 1473²⁴, curiosamente o mesmo ano em que Rodrigo Anes surge à frente das obras militares magrebina, insistindo no modelo de cerca medieval e adiando, desta forma, a liderança do Norte de África como laboratório pioneiro de experiências inovadoras.

Ainda hoje é possível encontrar em Arzila as obras que Boytac traçou, Danzilho construiu e que o primeiro voltaria a medir em 1514, ficando as medidas registadas num auto²⁵. A muralha sudeste descreve três inflexões que, à excepção da mais setentrional, são assinaladas por baluartes ou cubos. Também em Tânger se regista a transformação da cortina linear em três troços interrompidos por dentes voltados no sentido ascendente da muralha. Tipologia repetida no arranjo coevo do novo Baluarte da Ribeira com o qual a cortina do atalho define o ângulo sudeste daquela praça portuguesa.

As intervenções dos irmãos Arruda utilizaram o mesmo dispositivo em Azamor, onde a nova cortina do atalho é quebrada sensivelmente a meio pelo Baluarte e Porta da Vila que descreve uma profunda inflexão no sentido onde dispõe duas bombardeiras para tiro rasante. Por fim, em Safim, a técnica é empregue apenas no atalho norte, no local onde hoje ziguezagueia o *Bordj Khazenet el Baroud*, cuja saliência permite varrer uma extensão ligeiramente superior a um hectómetro de muro. Nas restantes praças, os valores permitidos ao flanqueamento por estes autênticos dentes de serra amuralhados situam-se entre os cinquenta e os cem metros, um cálculo para um tiro com muito maior alcance que as seteiras verticais dos torreões semi-circulares dos primeiros atalhos, destinadas a arcos ou armas de fogo ligeiras.

A torre circular ou semicircular das cortinas de atalho, afonsinas ou joaninas, registou uma consistente evolução formal na transição de séculos, mas sobretudo nos princípios do século XVI. Como tal, são as apropriações, experiências e desenvolvimentos, introduzidos nas muralhas de três vilas – Alcácer, Arzila e Azamor – e da cidade de Safim, que concorrem para a caracterização da fortificação dos ângulos das novas estruturas lineares.

A nomenclatura das principais tipologias de pontuação dos lanços de muralha – cubelos, cubos ou baluartes – mistura-se e varia nas descrições internas das próprias campanhas de obras, denotando a ponte que o manual militar estabeleceria entre uma concepção medieval da arquitectura militar e a fortificação moderna. Tendencialmente, arrumar-se-iam cubos ou cubelos em morfologias cilíndricas, salientes em relação à cortina amura-

²⁴ R. MOREIRA, *História das Fortificações...* cit., p. 94.

²⁵ *Livro das medidas de Arzila, Alcácer, Ceuta e Tânger, feitas por mestre Boytac e Bastião Luiz em 1514*, in IAN/TT, Núcleo Antigo, n.º 769, fls. 60-71.

lhada, munidas de seteiras que permitissem linhas de tiro rasantes àquela e radiais para o exterior, e baluartes em plataformas pentagonais dimensionadas para artilharia de fogo²⁶. Porém, no período das remodelações dos muros de atalho, a realidade já classificava como baluartes as estruturas mais avançadas, apetrechadas por bocas de fogo de maior alcance, mas agarradas a formas ligadas a uma forte tradição de combate de proximidade. O emprego destas denominações baralha-se nos três primeiros lustros de Quinhentos desde os «cubellos» da couraça de Alcácer, em 1502²⁷, até ao «cubo da dita couraça», não da mesma vila mas de Arzila alguns anos mais tarde²⁸, onde antes já se chamava «baluarte» ao de Tambalalão²⁹, aquele que estabelecia a separação entre o velho muro árabe e o novo atalho. Alcançaria larga disseminação linguística nas obras realizadas por Danzilho na mesma vila e pelos Arrudas nas praças meridionais. São quatro as tipologias que predominam e que aqui sistematizamos:

1) tambor cilíndrico, semicircular ou ultrapassado em relação aos panos que nele se amarram, dependendo da sua colocação ao longo de um segmento ou num ângulo do perímetro, respectivamente; são exemplos: o Baluarte de S. Cristóvão, em Azamor (Figura 4), coroado por sistema para tiro mergulhante, semelhante à Torre da Boreja já alterada pelos portugueses em Mazagão³⁰; os baluartes do Tambalalão, da Vila ou de Santa Cruz e o cubo da couraça, em Arzila, erguidos por Danzilho sobre desenho boytaquiano; ou ainda o baluarte junto à Porta de Almedina, no atalho norte de Safim;

2) planta ultra-semicircular ou em U, que introduz um avanço para o exterior do tronco cilíndrico, conferindo-lhe maior acção na guarda e tiro; geralmente alamborado e marcado interiormente por um ou dois andares interiores para bombardas e superiormente por um parapeito vigilante por ameias e rasgado por seteiras para tiro de armas ligeiras, ergueu-se profusamente nos estaleiros dirigidos pelos Arruda: em Safim, presentemente os *Bordj Naceur* (Figura 5), *Boulkecita*, *Amestouki*, *Rouah* e *Khazenet el Baroud*, e também em Azamor, quer a meio do troço setentrional da vila, quer no extremo marítimo do novo atalho;

3) torreão prismático, cúbico ou paralelepípedo resultante do reforço das inflexões do desenho das muralhas de atalho; particularmente representativo é o Baluarte da Vila, charneira entre as vilas «nova» e «velha» de

²⁶ R. MOREIRA, *História das Fortificações...* cit., pp. 325 e 327.

²⁷ *Instruções a respeito das obras da vila de Alcácer Seguer*, Lisboa – 16 de Junho de 1502 e *Regimento a Pêro Vaaz que vay a Alcácer fazer as obras d'Alcacer*, Lisboa – 22 de Junho de 1502, in *AS GAVETAS da Torre do Tombo*, 12 vols., Lisboa, Centro de Estudos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1960-1977, V, pp. 213-217.

²⁸ *Livro das medidas...*, fl. 70.

²⁹ B. RODRIGUES, *Anais de Arzila...* cit., I, pp. 11-12.

³⁰ O primeiro castelo de Mazagão, objecto de análise mais à frente neste artigo, foi também obra dos irmãos Diogo e Francisco de Arruda em 1514.



Figura 4 – Azamor: Baluarte de S. Cristóvão



Figura 5 – Safim: muralha sul, junto ao *Bordj Naceur*

Azamor, encontrando pares no baluarte/cubo de António da Fonseca, em Arzila, ou no actualmente designado *Bordj Sidi el Ghazi*, em Safim;

4) planta em L ou estrutura em forma de espátula que se destaca do contorno fortificado como uma verdadeira máquina de guerra, defendendo pontos nevrálgicos do perímetro murado, como a Porta de Ceuta, em Alcácer Ceguer, ou o sector noroeste de Azamor, na forma do Baluarte do Raio; diferindo ligeiramente no seu desenvolvimento formal, aqui mais composto e trabalhado, surge o Baluarte da Perna ou Pata de Aranha³¹ (Figura 6), que, juntamente com o Baluarte da Couraça, protagonizam um sistema activo de pinças para a defesa da muralha marítima de Arzila.



Figura 6 – Arzila: Baluarte da Perna de Aranha e Torre de Menagem

Desçamos para Safim para aí analisar desenvolvimentos particulares. Executadas com alguma celeridade as principais frentes do atalho e de arranjo do pré-existente³², quedavam, no entanto, por rematar as extremidades da cidade – o castelo, voltado para o *hinterland*, e o porto, sobre a praia. Urgia reparar a antiga *kasbah* moura, cujos muros ainda permaneciam em taipa, e propunha-se a construção de dois baluartes nos cunhais onde aquela se articulava com os arranques dos novos muros do atalho

³¹ Nos dias de hoje, este baluarte não revela a sua força original devido á sobreposição de um edifício escolar, bem como do avanço da plataforma ribeirinha.

³² *Carta de quitação de D. Manuel I referente a Nuno Gato*, Lisboa – 25 de Março de 1513: «(...) de todo o dinheiro e cousas que recebeu pera o fazimento dos muros dos atalhos e casas da feitoria, e pera todas as outras obras (...)» in *ARCHIVO Histórico...cit*, IV, p. 478.

português. A solução desenhava um castelo quadrangular, que substituisse a estrutura ancestral, e uma tipologia assimétrica, em que apenas a frente voltada para o campo exterior resultaria reforçada com cubelos e cava. Era imperioso que um castelo numa zona tão afastada da baixa da cidade se tornasse mais forte e resistente e, como tal, absorvesse uma guarnição menor. Apesar do impulso, ter-se-ia que esperar até 1540 para se atentar a conclusão de uma peça única das arquitecturas militares de Safim: o grande Baluarte da Alcáçova³³, hoje *Bordj Dar* (Figura 7).

Abandonada a ideia de um remate construtivo à imagem do castelo de baixo, insistindo numa repetição tipológica presente nas cortinas do atalho da cidade, o baluarte do Castelo de Cima impôs-se como último grito de uma cidade que fora incapaz de dominar Marrocos (Marráquexe). Tratava-se de uma estrutura em que apenas a escala desmesurada conseguiria esconder a sua condição obsoleta face ao gradual abandono da neurobalística da actividade militar. Apontado ao interior do território, a grande estrutura semi-circular alcançava, não obstante, um dos seus objectivos: o temor. Estaria engalanado por bandeiras pintadas com as armas reais e a cruz de Cristo, hasteadas acima da linha de guaritas, tal como acontecia nos baluartes de S. Cristóvão ou do Raio, em Azamor, onde o grande número de suportes ainda visíveis para o efeito demonstra bem a pompa pretendida.



Figura 7 – Safim: *Bordj Rouah* e *Bordj ed Dar*, antigo Baluarte da Alcáçova

Protagonista de um gesto tardio da arquitectura militar manuelina, o baluarte refinava-se no seu interior através de uma série de galerias radiais divergentes em direcção às bombardeiras, cobertas por abóbada de canhão³⁴.

³³ *Carta de D. Rodrigo de Castro a D. João III*, Safim – 24 de Junho de 1540 (IAN/TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 67, doc. 110), in *LES SOURCES Inédites de l'Histoire du Maroc*, Première Série – Dynastie Sa'dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal, Paris, 1948, III, pp. 248-250.

³⁴ Idem: «fazendosse d'abobada ffica a milhor peça que haverá antre Christãos, e elle soo he bastante pera defemder toda ha cidade».

Para o exterior, o pesado volume parece desfasado em relação às aberturas das suas bocas de fogo. Tiro também possível de ameias e guaritas, numa frente de terra em que se explorava o escudo real como marcação clara de uma fronteira de poder. O grande obreiro do Baluarte da Alcáçova parece ter sido Lourenço Argueiro, pelo menos na empreitada final, mas desconhecido até então.

O valor representativo deste baluarte coloca um problema sério de discordância formal em relação ao seu tempo. Quase em meados de Quinhentos, mais parece ser um exercício de actualização conceptual face às manifestações retóricas da torre de menagem de Arzila ou dos castelos de Tânger. Por tal, mereceria ser incluído num «tempo medieval» da construção portuguesa no Norte de África. Todavia, o sistema radial de tiro através de câmaras e corredores abobadados eleva a sua condição de torreão amuralhado para a de proto-baluarte fortificado, inserido na tipologia de tambor cilíndrico semicircular mencionada atrás.

Para o fim desta abordagem aos episódios formais que interrompem por reforço os perímetros amuralhados nas novas vilas e cidades portuguesas ficou um dispositivo arquitectónico indispensável à sustentabilidade dos complexos acastelados portugueses nesta região – a couraça³⁵. Não sendo um baluarte, representa-o sob a forma de prolongado braço fortificado sobre a água. Funcionando como quebra-mar, resguardo portuário ou defesa de porta, foi como espigão que se construiu na zona do albacar³⁶ de Ceuta, filtrando a entrada do canal da cava ocidental, ou se lançou sobre o mar a partir do cubo da couraça em Arzila, flectindo no sentido da vila. O conceito de couraça era mais denso e envolvia o levantamento de um torreão, geralmente circular e tido como bateria de fogo horizontal, na extremidade anfíbia para abastecimento, em caso de cerco terrestre, e plataforma de tiro avançado contra penetração inimiga no porto. A couraça de Tânger e a couraça voltada a sul de Ceuta demonstram a regra que em Alcácer Ceguer surge um pouco mais atavicamente como uma verdadeira porta para a metrópole, defendida por uma parelha de cubelos³⁷.

³⁵ Sobre couraças, consultar: Robert RICARD, «Couraça et coracha», *Al-Andalus*, XIX, Madrid-Granada, CSIC, 1954, pp. 150-172, e Carlos GOZALBES CRAVIOTO, «Las corachas portuguesas de Alcazarseguer», *Cuadernos de la Biblioteca Española de Tetuán*, 15, Tétuan, Imprenta Minerva, 1977, pp. 49-57, ou ainda o mesmo autor em «Las corachas hispano musulmanas de Ceuta», *Al Qantara*, I, Madrid, Raycar S.A., 1980, pp. 365-383.

³⁶ Albacar: do árabe *baqar*; local onde se guardava o gado bovino à noite ou se recolhia em caso de ataque inimigo.

³⁷ A propósito deste tema de dupla porta artilhada, ver: P. CID, *A Torre de S. Sebastião...* cit., pp. 126-128.

O programa de novos castelos

Se, por um lado, as morfologias relacionadas com as arquitecturas militares praticadas no lançamento de cortinas amuralhadas e na sua pontuação por novos baluartes revelam importantes indícios de pioneirismo, inerentes a um contexto político capaz de responder às mudanças experimentais que se operavam na transição de séculos, mas sobretudo nos primeiros decénios do século XVI, por outro lado, a fixação em imagens atávicas relacionadas com construção de castelos e erecção de algumas torres de menagem sugere resistências ao abandono de simbólicas ultrapassadas.

O encastelamento por novas edificações ou adaptação das existentes constituiu, a par do atalho, um dos principais instrumentos de implantação da cidade portuguesa no Norte de África. Pelo castelo passava a afirmação de um novo poder em enclaves no território inimigo, nos muros do qual se ostentavam as armas da coroa, símbolo de um domínio português ousadamente subtraído a Fez, Marrocos ou Sus. No castelo revia-se uma mole de moradores em terra estranha que identificava aquele reduto como salvação defensiva da cidade ou vila adjacente.

A pequena fortaleza de Ben Mirao³⁸, situada entre Santa Cruz do Cabo de Guer e o próprio cabo, inaugurava uma estratégia de implantação que viria a ser adoptada pela coroa portuguesa em latitudes meridionais da esfera magrebina e que se caracterizava pela construção de castelos satélites de apoio às ocupações urbanas realizadas por conquista. O mesmo estratagema pode igualmente ser lido na costa setentrional, na qual a posse portuguesa das vilas de Alcácer Ceguer e Arzila funcionava como auxílio às cidades de Ceuta e Tânger, respectivamente.

O Castelo do Mar em Safim não aparece como uma novidade nos pontos da costa africana que os portugueses tocaram. Pelo contrário, insere-se num programa vasto que de 1506 a 1519 dava início às empreitadas de quatro castelos quadrados nas costas da Duquela e Abda. O modelo teórico parece ter sido aplicado em Azamor, onde o atalho definiu um quadrângulo no topo norte da medina islâmica. O castelo coincide com a própria vila que se veio a traçar no seu interior. Tais proporções generosas não se verificariam nos castelos edificadas para sul pela seguinte ordem cronológica: Mogador, Mazagão, Safim e Aguz. Se Safim correspondia a um reforço militar do porto, os restantes três castelos englobavam-se num investimento fundacional de entrepostos fortificados que, juntamente com Ben Mirao e Santa Cruz do Cabo de Guer, ensaiavam uma presença mais perene por estas latitudes do que as desastrosas e fugazes tentativas da Graciosa e Mamora o haviam feito a norte. Passemos em revista os quatro principais estaleiros.

³⁸ Jorge CORREIA, «Notícia do castelo português de Ben Mirao», *Revista de História da Arte*, 2, Lisboa: Instituto de História da Arte – FCSH – UNL, 2006, pp. 227-230.

Castelo Real ou Mogador

Em 1506, D. Manuel I colocava Diogo de Azambuja no comando de uma nova empresa fundacional na costa atlântica: a construção de um castelo no sítio de Mogador denominado Castelo Real³⁹, depois de já ter capitaneado os planos que levaram ao levantamento do castelo de S. Jorge da Mina. A implantação correcta coloca a fundação do castelo português sobre o promontório setentrional que define a baía. Seguindo um plano de trabalhos normal, o castelo ter-se-á edificado em pedra a partir de um primeiro estabelecimento cercado em madeira. No ano seguinte é dado como acabado em carta de quitação de D. Manuel I⁴⁰.

Pouco mais de quatro anos detiveram os portugueses o castelo em suas mãos uma vez que, em finais de 1510, as tribos locais apoderaram-se da fortaleza em circunstâncias desconhecidas⁴¹. Hoje nada resta do edifício português. Todas as indicações que nos chegam acerca da implantação e forma do castelo são posteriores ao seu abandono.

Tão curto período conduziu a um processo de fácil apropriação, desmantelamento e destruição do castelo português *a posteriori*. Uma descrição de 1631 confirma a presença de um castelo forte, sublinhando a sua dimensão reduzida e o seu fraco estado de conservação⁴². Uma planta cartográfica dos anos sessenta do século XVIII aponta ainda o *château* português no local onde actualmente se abre o porto de pesca de Essaouira⁴³. Este desenho regista a situação imediatamente antes da intervenção de Théodore Cornut, contratado pelo sultão alauíta para o projecto de uma nova cidade e porto de Mogador em 1764. O arquitecto francês chega mesmo a legendar nos seus projectos o antigo castelo construído pelos portugueses, classificando-o como abandonado e em ruína, adiantando, porém, a sua conformação em quatro faces constituídas por muros de seis palmos de espessura⁴⁴.

³⁹ *ALGUNS Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo, acerca das navegações e conquistas portuguesas*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa/Imprensa Nacional, 1892, p. 149. Sobre as confusões acerca da localização do Castelo Real, que o remetem para Mazagão ou para a ilha de Mogador, consultar o esclarecimento: *LES SOURCES...* cit., 1934, I, pp. 120-121.

⁴⁰ *ARCHIVO Histórico...* cit., III, pp. 472-473.

⁴¹ *LES SOURCES...* cit., pp. 125-126.

⁴² *Relation du royaume de Marocque et des villes qui en dependent*, 1631, in *LES SOURCES Inédites de l'Histoire du Maroc*, Première Série – Dynastie Sa'dienne, Archives et Bibliothèques de France, Paris, 1911, III, p. 361.

⁴³ *Isle de Mogador ses mouillages et son port* – Jacques-Nicolas Bellin – ca. 1760 (BNF – Ge DD 2987-8082).

⁴⁴ *LES SOURCES Inédites de l'Histoire du Maroc*, Première Série – Dynastie Sa'dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal, Paris, 1934, I, p. 122.

Castelo de Mazagão

Passando um pouco à revelia dos indícios ou episódios que preenchem os antecedentes da efectiva implantação portuguesa neste ponto da costa magrebina, só em 1513, no seguimento da conquista da cidade vizinha de Azamor, se tomou a decisão da construção de um forte, erguido por Diogo e Francisco de Arruda, no ano seguinte⁴⁵. O duque de Bragança, na refrega da tomada de Azamor, pretendia estabelecer em Mazagão um baluarte avançado da praça azamorenses com capacidade de armazenamento no seu interior e para defesa das excelentes condições portuárias da baía⁴⁶. A obra de Mazagão haveria de avançar assim que Azamor oferecesse condições de segurança suficientes para se bastar a si e à empreitada a iniciar-se três léguas para sul.

Os trabalhos de Mazagão lançaram, então, uma planta quadrangular com cortinas a unir os quatro baluartes cilíndricos que compunham o edifício. Excluindo os torreões que intersectam a quadra nos ângulos, o castelo insere-se num quadrado de sensivelmente dezoito braças de lado pelo exterior. Ainda hoje é possível perceber o castelo original, extraindo-o das dependências que o foram preenchendo ao longo das décadas seguintes, sobretudo após a grande remodelação de 1541. Os quatro grossos muros eram ameaçados, tal como os torreões, e apenas perfurados pela entrada original junto à torre sudeste, voltada para Azamor. Esta torre, denominada *al Boraydja*, uma atalaia pertencente a uma rede de postos de vigia costeiros, actualmente identificada com a Torre da (Al)Boreja do castelejo português, destacava-se pelo coroamento semelhante aos dos baluartes de S. Cristóvão e do Raio, em Azamor. Presentemente, a sempre lendária Torre da Boreja é uma híbrida e recente estrutura de betão e tijolo. Também comum a todos os baluartes era a sua distribuição vertical por dois pisos sob uma plataforma superior, munidos de bocas horizontais de bombardeiras para tiro radial (Figura 8).

A conclusão do castelo foi bastante célere ao invés da lenta escavação do fosso que rodearia o castelo a uma profundidade de vinte palmos, todavia não terminado quatro anos mais tarde⁴⁷. O preenchimento do interior deste quadrilátero, nos decénios subsequentes, é discutível. Seriam estruturas de madeira que contornariam o perímetro intramuros para abrigo de cavalos e militares, numa primeira fase, mas que gradualmente foram recebendo funções relacionadas com a gestão de uma vila espontânea que começava a florescer extramuros.

⁴⁵ Sobre este tema, destacamos o texto de Rafael MOREIRA, *A Construção de Mazagão. Cartas inéditas 1541-1542*, Lisboa, IPPAR/CPML, 2001, pp. 31-36.

⁴⁶ *Carta do Duque de Bragança a D. Manuel I*, Azamor – 30 de Setembro de 1513 (IAN/TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 13, doc. 62), in *LES SOURCES...* cit., pp. 438-442.

⁴⁷ *Carta de António Leite a D. Manuel I*, Mazagão – 22 de Julho de 1518 (IAN-TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 23, doc. 85), in *LES SOURCES...* cit., 1939, II, Première partie, pp. 202-203.



Figura 8 – Mazagão: ruínas de torre do antigo castelo manuelino, designada Torre da Cegonha

Foi essa vila e castelo que João de Castilho, com Duarte Coelho, foi inspeccionar em 1529, numa missão integrada de avaliação das praças portuguesas no Norte de África⁴⁸. A iniciativa real desencadeou uma série de consultas à corte, constituindo-se como o prenúncio da grande intervenção de remodelação operada em Mazagão, transformando-a numa vila-fortaleza segundo um projecto de ruptura epistemológica com a tradição arquitectónica, militar e urbana. A queda de Santa Cruz do Cabo de Gué em 1541 determinou o arranque da empresa que fez do fortim manuelino o epicentro de uma operação que permitiria manter Mazagão em mãos portuguesas até 1769, invertendo a sentença traçada para a maioria das possessões lusas desta costa.

Castelo do Mar em Safim

Pelos mesmos anos, cerca de trinta léguas para sul, impunha-se um castelo sobre a calheta, que providenciasse a defesa do porto e do comércio mercantil de Safim. A ideia de um «castelo de baixo» que reflectisse as fun-

⁴⁸ Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, 2 vols., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1951-54, II, p. 85.

ções pelas quais a praça era economicamente vantajosa, situado junto à via marítima que comunicava com a metrópole, relegando o estatuto simbólico de poder e de lança contra o infiel para o Castelo de Cima, na direcção de Marrocos (Marráquexe), aparecia solicitado pela primeira vez ao monarca português em 1515, vindo as obras a começar um par de anos mais tarde⁴⁹.

À frente das obras da cidade surge, a partir de 1513, João Luís em substituição de Diogo de Arruda, partido para Azamor e Mazagão. Pedreiro e morador em Safim, manteve-se no cargo até 1524⁵⁰. Viria a ser o supervisor do estaleiro do Castelo do Mar cujo projecto poderá muito bem ter herdado das mãos de Arruda⁵¹. Tratava-se de um complexo edificado, inscrito numa planta que desenha um quadrado imperfeito de sensivelmente quarenta e cinco metros de lado. O regimento da obra de 1517, cuja descrição pormenorizada atesta a preservação até à actualidade de algumas das estruturas fortificadas⁵², permite comprovar as suas principais características (Figura 9). Estando naturalmente defendido pela falésia do lado marítimo apresenta três soluções diferentes para a defesa dos ângulos e segmentos de terra: no cunhal nordeste, situa-se a porta principal do castelo aberta sobre a praia e protegida pela cidade – uma entrada em cotovelo, defendida pela imponente torre de menagem; a estrutura da entrada interrompia o alinhamento estabelecido entre a muralha meridional da cidade e o muro do castelo sobre a praia; desta torre quadrada era possível o controlo do termo sul da cidade, da praça de armas do castelo, da Porta de Guarniz e do tráfego portuário; sob esta torre, rasgavam-se também as janelas mais trabalhadas dos aposentos do castelo: para norte, a fachada de representação retórica para a praia, o grande «terreiro» da cidade, bem reforçada por uma fiada de bocas de fogo num estrato inferior saliente; para leste, o mesmo peso simbólico abria-se sobre o campo; o canto sudeste assinalava-se de forma mais tradicional, através de um baluarte cilíndrico, com um piso de bombardeiras imediatamente acima do forte alambor e outra superior à cota da amarração com o caminho de ronda; as bocas de fogo disparariam sobre o sertão e sobre os flancos; no topo do torreão, uma plataforma defendida por peitoril

⁴⁹ *Carta de D. Nuno de Mascarenhas a D. Manuel I*, Safim – 9 de Dezembro de 1516 (IAN/TT, Carta dos Governadores de África, n.º 37), in *LES SOURCES...* cit., II, Première Partie, pp. 47-49.

⁵⁰ F. SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico...* cit., II, p. 104.

⁵¹ Vergílio Correia e Robert Ricard atribuem a Diogo de Arruda todo o plano de fortificação de Safim e, por inerência, o projecto do Castelo do Mar, depois continuado pelos mestres sucessores. Cf. CORREIA, 1923, 80-83; Robert RICARD, «Sur la chronologie des fortifications portugaise d’Azemmour, Mazagan et Safi», in *Congresso do Mundo Português*, Lisboa, [S.n.], 1940, III, pp. 113-114. Rafael Moreira corrobora esta ideia, reforçando a sua criação numa fase mais tardia da arquitectura militar manuelina. Cf. R. MOREIRA, *História das Fortificações...* cit., p. 128.

⁵² *Regimento da obra do castello da cidade de Çafym*, Lisboa – 27 de Agosto de 1517 (IAN/TT, Núcleo Antigo, n.º 16, Leis e Regimentos de D. Manuel, fls. 20-22v), in Hélder CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação dos modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, pp. 232-234

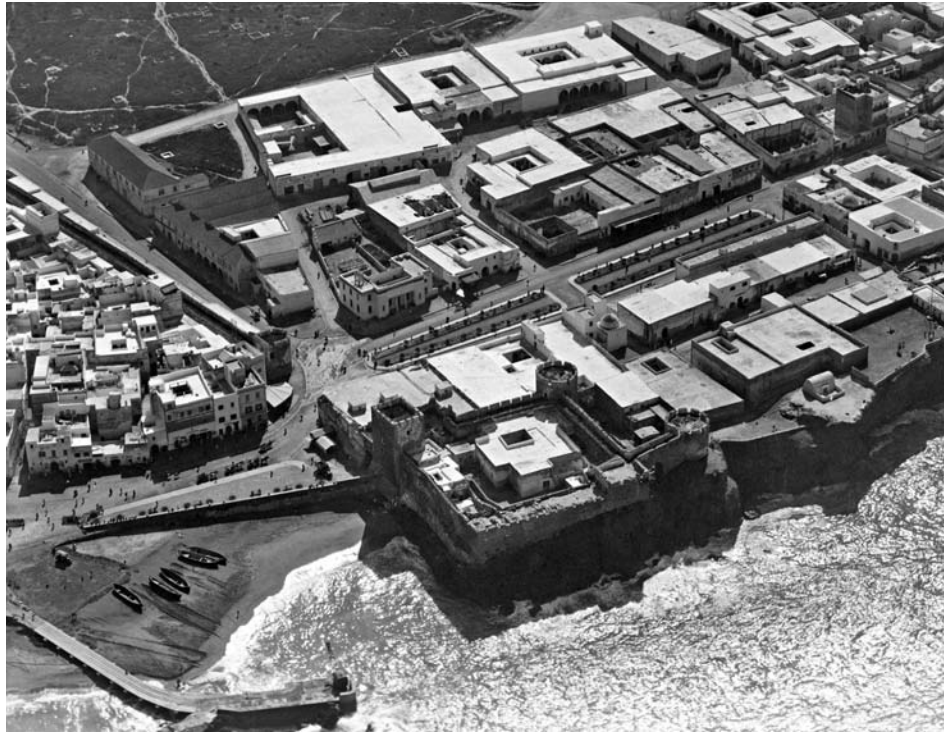


Figura 9 – Safim: vista aérea sobre o Castelo do Mar e área meridional da cidade, 1925
(Direction du Patrimoine Culturel – Ministère de la Culture et Communication, Marrocos)

ameado permitia o tiro picado; ainda, o cunhal sudoeste possuía uma extensão de um pano de muro à maneira de uma torre albarrã, com torreão cilíndrico na extremidade, rasgado por arco quebrado para permitir a inundação da cava com a maré-alta; este dispositivo possibilitava a defesa e resguardo da Porta da Traição do castelo situada do lado poente; finalmente, no interior do castelo erguiam-se as dependências de apoio portuário, directamente controladas pela administração citadina – armazéns e celeiro, numa lógica de distribuição centrífuga onde ganhavam lugar de destaque as casas do alcaide-mor junto à torre de menagem.

Castelo de Aguz

A foz do rio Tensift, na margem direita do qual se ergue hoje a pequena povoação de Souira Qedima, foi, desde o estabelecimento português em Safim, cerca de vinte e cinco quilómetros a norte, um ponto costeiro cobido por Portugal. Estava em causa um melhor controlo da fronteira entre as regiões de Duquela e Abda, bem como o favorecimento de um êxodo tribal do interior para o litoral, de Marrocos para a protecção e domínio portugueses. A resolução para a construção de um castelo de pedra e cal avançaria

a partir de 1519. D. Nuno de Mascarenhas propõe a D. Manuel I uma obra em Aguz, financiada pela coroa, mas organizada, orientada e defendida a partir de Safim⁵³. Do mesmo ano data a missiva de D. João Subtil, bispo da cidade, descrevendo o projecto para «(...) hum castelo muy grande que fica de duas partes cercado do mar (...)»⁵⁴ (Figura 10).



Figura 10 – Aguz: vista sul do castelo

Os vestígios que se encontram em Souira Qedima, cujos lados leste e sul foram recentemente restaurados, confirmam formalmente a descrição do bispo de Safim mas atestam uma redução para a metade exacta do plano inicial adiantado pelo bispo. Ao contrário das cento e trinta braças propostas⁵⁵, o perímetro da obra realizada regista apenas sessenta e cinco braças, excluindo obviamente os dois tambores dos baluartes. Trata-se de um castelo quadrado, com mais de trinta e cinco metros de lado, se tivermos em consideração os ângulos roubados pelos apenas dois baluartes cilíndricos dos ângulos noroeste e sudeste. Os muros são reforçados inferiormente por forte alambor que na esquina sudoeste funciona como pegão ou quebra-mar. A entrada efectuava-se pelo sector leste, ao abrigo do baluarte, para um interior que albergava as dependências logísticas, defendido por um adarve

⁵³ *Carta de D. Nuno de Mascarenhas a el-rei a respeito da obra de Aguz*, Safim – 22 de Maio de 1519, in *AS GAVETAS...* cit., X, pp. 80-82.

⁵⁴ *Carta do Bispo de Safim a D. Manuel I*, 11 de Agosto de 1519 (IAN/TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 25, doc. 10), in *LES SOURCES...* cit., pp. 250-254.

⁵⁵ *Idem*: «(...) E dentro na agoa de maneira que em cxxx braças de parede de comprido (...) ser todo sobre hua pedra e as cxxx braças fica de sartam. (...)».

corrido colocado a trinta e nove palmos do solo, através do qual se acedia ao parapeito de seteiras e ameias. Os baluartes possuíam bocas de fogo radiais, incluindo varrimento dos flancos, capazes de alojar artilharia mais grossa. Em 1520, o castelo parece terminado pois o monarca português apresenta Duarte Fogaça como prior da igreja de um castelo de Aguz recém levantado e povoado⁵⁶. A história perde o seu rasto por volta de 1524 ou 1525, certamente sucumbida perante as ameaças permanentes e crescentes do xerife meridional. Mas o modelo parece ter permanecido no almanaque arquitectónico português, pelo paralelismo claro que estabelece com o castelo-artilheiro de Vila Viçosa⁵⁷.

5. Reflexão

O castelo formava, juntamente com a vila⁵⁸, um dos dois principais e incontornáveis sectores da composição da urbe portuguesa imposta sobre o conjunto urbano islâmico. Reflectindo a estruturação urbana muçulmana subdividida entre alcáçova e medina, excluindo o(s) arrabalde(s) por razões óbvias de contenção dimensional relacionadas com as operações de atalho, a cidade portuguesa admite no processo de apropriação as vantagens inerentes à manutenção de um equilíbrio civil e militar, concentrando no castelo a tarefa administrativa e residência do governador ou capitão, bem como a retórica da coroa. À excepção de Azamor, todos os estabelecimentos portugueses sobre medinas muçulmanas envolveram a formalização de pelo menos um castelo independente.

Os complexos acastelados constituíram uma das estruturas que mais mutabilidade registou numa perspectiva dialéctica e integrada da presença portuguesa neste território. Houve momentos em que no castelo se experimentavam as mais recentes técnicas de construção militar⁵⁹, permitindo

⁵⁶ *Cartas de apresentação para Duarte Fogaça*, Évora – 11 de Outubro de 1520 (IAN/TT, Chancelaria de D. Manuel I, livro 35, fl. 80 – cópia da época), in *LES SOURCES...* cit., pp. 280-282.

⁵⁷ Cf. R. MOREIRA, *História das Fortificações...* cit., pp. 132-133 e John BURY, «Benedetto da Ravena (c. 1485-1556)», in *A ARQUITECTURA Militar na Expansão Portuguesa*, Catálogo da Exposição, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1994, pp. 130-134.

⁵⁸ Neste contexto deve-se entender «vila» não como denominação de um estatuto municipal, por contraponto à cidade, esta então uma localidade sede de bispado, mas sim como parte «baixa» da cidade ou vila, área de concentração dos principais equipamentos públicos e religiosos, assim como do tecido residencial.

⁵⁹ Escasseiam ainda estudos que aprofundem comparações formais entre os castelos costeiros construídos pelos portugueses no Norte de África e os castelos de planície na metrópole, principalmente os alentejanos com os quais a presença do mestre Diogo de Arruda na região estabelece uma ponte directa, podendo mesmo vir a desenhar um interessante triângulo de redes de contacto e conhecimento científico em que o terceiro vértice se implanta em Itália, no último quartel do século XV, junto a Francesco di Giorgio Martini, entre outros. Cf. R. MOREIRA, *História das Fortificações...* cit., pp. 106-107.

perpetuar uma ocupação cada vez mais isolada, mas também houve períodos em que a sua evolução se deixou condicionar por elementos de representatividade ou por factores pragmáticos de adaptabilidade. Assim foi na primeira fase da apropriação das cidades conquistadas, como vimos atrás, independentemente do desfasamento temporal que se verifica entre todas as tomadas. As alcáçovas islâmicas, já denominadas por castelos durante o assalto português, adquiriram rapidamente esse estatuto, instalando-se aí o paço ou casa do governador ou capitão da praça.

O sentimento de renovação imperava e chegava mesmo a urgir em alguns casos em que se faziam sentir as insuficiências das arquitecturas aproveitadas face a uma envolvente diversa do passado que, entretanto, se tornara hostil. No entanto, na proximidade entre as praças setentrionais, todas vizinhas do ponto menos distante do reino, o Estreito de Gibraltar, poder-se-á ler uma política de construção do castelo semelhante a uma extensão do feudalismo enquanto modelo de ocupação das terras (re)conquistadas aos infiéis, articulando-se numa rede regional com vista ao estabelecimento de uma defesa concertada⁶⁰. O castelo afonsino de Tânger e a torre de menagem erguida em Arzila por Boytac, já durante a reforma manuelina, expressam visualmente a ideia. Sintomáticas de uma linguagem tardo-gótica, ambos os edifícios marcam irreversivelmente o *skyline* dos aglomerados onde se implantam, exportando referências conotadas com formas de residência mais que com equipamentos militares.

Consequência ou não da desarticulação registada entre imaginário e realidade, foi do norte que sopraram novas linhas para a construção de castelos. Se o Castelo Novo ou de Baixo, mandado erguer por D. João II sobre o porto de Tânger, insiste ainda numa representação iconográfica semelhante a Arzila, presa a um discurso medieval que se revia no seu congénere de Cima, por outro lado, oferece à baía não só uma frente de guerra passiva, através de uma exposição bélica de dois lados amuralhados, como também se amarra a uma couraça, máquina avançada para artilharia através de troneiras cruzetadas.

A vizinha Alcácer empreendia um programa semelhante apesar de consubstanciado morfologicamente de modo diverso. Dadas as reduzidas dimensões da vila, as obras passaram pela remodelação total da Porta do Mar, na qual se haviam instalado os aposentos do capitão até então, e o lançamento de uma nova couraça que funcionava como alavanca de todo o projecto. Surgiam novas plataformas de tiro de maior calibre, com a dotação de uma praça de armas (Baluarte da Praia) no castelo por Danzilho, ou ainda em Safim, onde um castelo de raiz foi levantado junto do porto – Castelo do Mar – o tal que Vergílio Correia apontara.

⁶⁰ João Gouveia MONTEIRO, *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, p. 21.

A completa destruição do Castelo Real de Mogador impede a sua inclusão num painel comparativo de castelos quadrados. Todavia, terá formalmente introduzido um modelo simples de implantação de novos castelos portugueses na orla magrebina que viria a ser adoptado nos anos seguintes. Trata-se de um quadrângulo amuralhado, flanqueado, em todos ou em apenas alguns ângulos, por torreões ou baluartes cilíndricos e no interior do qual se distribuíam as dependências militares, civis e/ou religiosas.

O cruzamento escalar entre Mazagão, Safim e Aguz aproxima-os metricamente, sobretudo no que ao espaço livre interior, entre panos de muralha que unem baluartes cilíndricos, diz respeito. As conformações do perímetro exterior, variáveis pela existência de baluartes nos ângulos, portas ou cunhais simples, dificultam uma comparação segundo estes vectores. Assim, para o lado interior do quadrado, o intervalo de diferenças varia entre os trinta e um metros em Aguz e uma média de trinta e sete metros em Safim, passando por uns intermédios trinta e quatro metros para o primeiro castelejo de Mazagão. Também aqui não existiu uma regra de implantação rígida, porém a curta margem entre as catorze e dezassete braças denuncia um saber construtivo que coloca todos estes estaleiros perante um mesmo paradigma de edificação acastelada. Seguramente que Mogador não fugiria ao modelo uma vez que as descrições antigas dos seus vestígios concorrem para uma tipologia cujas constantes assentam sobre a planta quadrada, murada e alamborada dos quatro lados, reforçada nos ângulos por torreões cilíndricos perfurados por bombardeiras nos estratos inferiores e ligados por segmentos ameaçados e perfurados por seteiras. As variações registam-se ao nível da eliminação de baluartes e a sua substituição por arestas ortogonais, pontuadas ou não por guaritas, e no preenchimento do interior pelas dependências do castelo.

Nestas linhas se define o essencial do castelo manuelino de carácter marcadamente militar que na metrópole se suavizava nas formas mais habitacionais de Alvito ou Évoramonte, por exemplo. Uns decénios depois da sua «invenção», o forte costeiro fixava definitivamente a sua tipologia na planimetria quadrada com cubelos redondos nos seus vértices⁶¹. Devido à sua construção num contexto de apropriação de uma cidade pré-existente, o Castelo do Mar de Safim acrescenta uma outra variável – a da presença de uma torre quadrangular – desfasada das circunstâncias fundacionais de Mazagão e Aguz, estas mais austeras e que funcionariam como baluartes avançados de apoio às vizinhas Azamor e Safim, respectivamente. Persistia o tema da torre de menagem, porém depurada da carga simbólica que artilhava e decorava as torres dos enclaves setentrionais e complementada por outros sólidos baluartes, em semicírculo ultrapassado, inseridos num esquema global de planta quadrada. Contudo, a mesma torre pode ser lida numa perspectiva integrada com as restantes fundações manuelinas que

⁶¹ R. MOREIRA, *História das Fortificações...* cit., p. 106.

floresciam no Índico. A tipologia quadrangular aplicava-se na construção de novos castelos como o de Sofala, na costa oriental africana, ou o de Calecute, na Índia, onde o recinto aparece também assinalado por altaneira torre. Foi repetida e perpetuada durante todo o século XVI e até mesmo no seguinte, por vezes adaptada a recintos acastelados de perímetro triangular, actualizada na escala e renovada com novas bocas de fogo e poder artilheiro⁶².

Em Marrocos, algumas vezes a estratégia passara por uma dupla combinação de castelos. Por exemplo, Safim apostou em dois castelos, um reaproveitado e outro *ex novo*, para o governo e defesa da cidade, o mesmo se passando décadas antes em Tânger, correspondendo porventura a uma opção política de implantação de dois castelos onde a extensa mancha urbana se debatia com topografias de relevo acidentado. Em Santa Cruz do Cabo de Guer, onde o plano de fundação se empenhou apenas na cota baixa, negligenciando o acastelamento do ponto alto sobranceiro, a vila foi facilmente tomada pelo xerife do Sus. Dos erros se aprende e Alcácer Ceguer tentou, nos anos seguintes, remendar uma circunstância similar com a fortificação do Seinal, uma elevação sobranceira à vila, operação interrompida e suspensa no rescaldo da reavaliação da presença portuguesa no Norte de África entre 1541 e 1550. Depois de quatro evacuações, sobraram Ceuta e Tânger junto ao Estreito e a nova vila-fortaleza de Mazagão para contarem uma nova história de baluartes modernos, merlões de secção parabólica, de canhões; uma história que renova a audácia construtiva portuguesa além-mar perante os novos desafios da pirobalística.

⁶² Cf. José Manuel GARCIA, «Breve Roteiro das fortificações portuguesas no Estado da Índia», *Oceanos...* cit., pp. 121-126; Pedro DIAS, «As primeiras construções portuguesas na Costa Oriental da África e no Golfo Pérsico (1503-1515)», in *IV SIMPÓSIO Luso-Espanhol de História da Arte* (Actas), Coimbra, Instituto de História de Arte/Universidade de Coimbra, 1988, pp. 25-41.

HOMENS E TARTARUGAS MARINHAS. SEIS SÉCULOS DE HISTÓRIA E HISTÓRIAS NAS ILHAS DE CABO VERDE

por

NUNO DE SANTOS LOUREIRO *
MARIA MANUEL FERRAZ TORRÃO **

Muitos têm sido os investigadores que se têm debruçado sobre a história de Cabo Verde. Quase nenhuns se detiveram, mesmo assim, nas referências à presença abundante de tartarugas marinhas, nessas ilhas e nas suas águas costeiras. Na maioria dos casos porque as *fontes* históricas apenas dão resposta àquilo para que são questionadas e às pesquisas temáticas que, a partir delas, se desejam ver efectuadas...

As alusões à presença de tartarugas marinhas nas águas costeiras e nas praias caboverdianas são, sem embargo, recorrentes, desde as primeiras descrições de viajantes que aportaram ao Arquipélago, no século XV, até à actualidade. Mas a irregularidade dessas *notícias* conduziu, provavelmente, a que não tenha ainda ocorrido uma tentativa para a sua sistematização e organização, de forma detalhada e criteriosa. Com o intuito de contribuir para a história natural das ilhas de Cabo Verde, entendeu-se agora que seria muito interessante traçar um panorama sequencial das várias *fontes* documentais que é possível recolher, sobre as tartarugas marinhas naquele Arquipélago Atlântico. A tarefa não foi simples, porque tais *fontes* se encontram dispersas em documentos avulsos, descrições de viagem, memórias sobre as ilhas, etc., e as menções a tartarugas marinhas aparecem muitas vezes «envergonhadas», quase tentando passar despercebidas a um leitor menos atento.

Constituiu-se, e aqui se apresenta, um *corpus* documental o mais completo possível, mesmo com a minúcia de quem compila não apenas *fontes* relativas a tartarugas marinhas em Cabo Verde, mas também de quem se empenha em distinguir as diversas espécies de que existem *notícias* sufi-

* Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Campus de Gambelas, 8005-139 FARO. E-mail: nlourei@ualg.pt

** Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas. Rua da Junqueira, n.º 30, 1349-007 LISBOA.

cientemente explícitas. Qualquer investigador que queira, a partir de hoje, aprofundar o capítulo sobre Tartarugas Marinhas, numa História Natural das ilhas de Cabo Verde, terá ao seu dispor uma sólida resenha documental. Mesmo assim, e embora se tenha percorrido exaustivamente um número considerável de *fontes*, não se pretende afirmar que nada mais existirá de interesse sobre o tema; serão sempre bem vindos todos os futuros contributos que possam ampliar este *corpus* documental, a partir de agora facilmente acessível.

Uma lista muito preliminar de referências históricas sobre a presença de tartarugas marinhas em Cabo Verde tinha já sido apresentada por L. F. López-Jurado *et al.*¹, no ano de 2000. Recentemente, L. F. López-Jurado² identificou mais algumas, tentando alargar a resenha inicial. Consolidou-se agora a compilação, com a ambição de, num único texto, integrar todas as *fontes* documentais relevantes. Procuraram aqui enquadrar-se as relações entre os homens e as tartarugas marinhas no seu contexto histórico, sem esquecer que Cabo Verde foi, desde a sua descoberta e até a um passado recente, local de escala quase obrigatória para diversas rotas marítimas. Tal facto favoreceu um intenso intercâmbio cultural que, frequentemente, extravasou a actividade mercantil. Esta, por sua vez, teve enorme importância em toda a vida no Arquipélago, ao longo dos seus seis séculos de história.

HOMENS E TARTARUGAS MARINHAS NUM CONTEXTO MUNDIAL

Cabo Verde não é caso único na predação humana de tartarugas marinhas, durante séculos, com enormes impactos na biodiversidade actual. A bibliografia sobre as relações entre os homens e as tartarugas marinhas é vasta, diversificada e abrange diversas épocas históricas e regiões do Planeta. O depauperamento, ou mesmo desaparecimento, de inúmeras populações de tartarugas marinhas é hoje um facto incontestável, progressivamente reconhecido. Por exemplo, a tartaruga-verde (*Chelonia mydas*, Linnaeus 1758), cuja população reprodutora em Cabo Verde já está extinta³, foi mun-

¹ O presente texto é dedicado ao Prof. Doutor Luis Felipe López-Jurado, da Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha, verdadeiro «pai da protecção das tartarugas marinhas em Cabo Verde»; sem os persistentes esforços de L. F. López-Jurado, iniciados em 1998, a situação actual da conservação das tartarugas marinhas no Arquipélago seria, sem dúvida, muito pior. L. F. LÓPEZ-JURADO, I. CABRERA, D. CEJUDO, C. EVORA e P. ALFAMA, «Distribution of Marine Turtles in the Archipelago of Cape Verde, Western Africa» in H. J. Kalb e T. Wibbels (comps.), *Proceedings of the Nineteenth Annual Symposium on Sea Turtle Biology and Conservation*, NOAA Technical Memorandum NMFS-SEFSC-443, 2000, pp. 245-247.

² L. F. LÓPEZ-JURADO, «Historical review of the archipelagos of macaronesia and the marine turtles» in L. F. López-Jurado e A. L. Loza (eds.), *Marine Turtles. Recovery of Extinct Populations*, monografia 5, Gran Canaria, Instituto Canario de Ciencias Marinas, 2007, pp. 53-76.

³ L. F. LÓPEZ-JURADO, I. CABRERA, D. CEJUDO, C. EVORA e P. ALFAMA, «Distribution of Marine Turtles in the Archipelago of Cape Verde, Western Africa» in H. J. Kalb e T. Wibbels (comps.), *Proceedings of the Nineteenth Annual Symposium on Sea Turtle Biology and Conservation*, NOAA

dialmente explorada para aproveitamento da sua carne, cartilagens, gordura, ovos, sangue e carapaças⁴. Muitas populações de tartaruga-verde começaram a sofrer decréscimos na sua abundância, desde tempos remotos, e as taxas de declínio agudizaram-se nas últimas décadas. À escala mundial, a diminuição oscilou entre 34 e 58%, durante as três mais recentes gerações da espécie (141 anos), mas a quebra actual poderá atingir valores superiores, entre 70 e 80%⁵. As Ilhas Caimão (Mar das Caraíbas) são um dos exemplos mais paradigmáticos da extinção de uma população de tartaruga-verde: em meados do século XVII começaram as capturas sistemáticas nas praias e águas costeiras; no final desse mesmo século cerca de 13.000 animais adultos eram anualmente exportados para vários destinos. Em 1730 eram a principal fonte de carne consumida na Jamaica, levando a que, já no final do século XVIII, a população de tartaruga-verde tenha entrado em colapso. No início do século XX extinguiu-se a espécie nas Ilhas Caimão⁶.

No Senegal, em finais do século XVIII e inícios do seguinte, também se capturariam tartarugas marinhas. Assim o ilustra uma gravura dessa época referida por J. Fretey⁷, cuja legenda explica: «Senegal – Mouros e Franceses ocupados na pesca de peixe e tartaruga». No entanto, ao contrário da costa este da América Central, para onde as fontes documentais são comprovadamente numerosas, na costa oeste de África parecem ser muito escassas as fontes anteriores ao início do século XX. Nas décadas de 1960 e 70 está documentada⁸ uma significativa pressão de captura de imaturos de tartaruga-comum (*Caretta caretta*, Linnaeus 1758) nas águas das ilhas da Madeira

Technical Memorandum NMFS-SEFSC-443, 2000, pp. 245-247. J. FRETEY, *Biogeography and Conservation of Marine Turtles of the Atlantic Coast of Africa / Biogéographie et conservation des tortues marines de la côte atlantique de l'Afrique*, CMS Technical Series Publication, n.º 6, Bonn, UNEP/CMS Secretariat, 2001, pp. 71-87.

⁴ B. GROOMBRIDGE e R. LUXMOORE, *The green turtle and hawksbill (Reptilia: Cheloniidae): world status, exploitation and trade*, Lausanne, Secretariat of the Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora, 1989. F. W. KING, «Historical Review of the Decline of the Green Turtle and the Hawksbill» in K. A. Bjorndal (ed.), *Biology and Conservation of Sea Turtles*, revised edition, Washington, D.C., Smithsonian Institution Press, 1995, pp. 183-188.

⁵ J. SEMINOFF, «Global Status of the Green Turtle (*Chelonia mydas*): A Summary of the 2001 Status Assessment for the IUCN Red List Programme» in I. Kinan (ed.), *Proceedings of the Western Pacific Sea Turtle Cooperative Research and Management Workshop*, Honolulu, Western Pacific Regional Fishery Management Council, 2002, pp. 197-211.

⁶ F. W. KING, «Historical Review of the Decline of the Green Turtle and the Hawksbill» in K. A. Bjorndal (ed.), *Biology and Conservation of Sea Turtles*, revised edition, Washington, D.C., Smithsonian Institution Press, 1995, pp. 183-188. C. D. BELL, J. M. BLUMENTHAL, T. J. AUSTIN, J. L. SOLOMON, G. EBANKS-PETRIE, A. C. BRODERICK e B. J. GODLEY, «Traditional Caymanian fishery may impede local marine turtle population recovery» in *Endangered Species Research*, 2 (2006), pp. 63-69.

⁷ Idem, *Ibidem*, p. 118.

⁸ L. D. BRONGERSMA, «Marine Turtles of the Eastern Atlantic Ocean» in K. A. Bjorndal (ed.), *Biology and Conservation of Sea Turtles*, revised edition, Washington, D.C., Smithsonian Institution Press, 1995, p. 409.

e, ocasionalmente, dos Açores. O consumo humano de carne de tartaruga marinha, por um lado, e o embalsamento de animais para a produção de *souvenirs* turísticos, por outro, motivavam esta actividade artesanal ou, por vezes, semi-industrial. A utilização de tartarugas marinhas na medicina tradicional e popular, em África, parece ainda ser comum. Uma breve recolha de elementos⁹, que decorreu já nos primeiros anos do século XXI, no Benim, Camarões, Costa do Marfim, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Senegal e Togo, evidenciou apreciável diversidade de casos, tanto do lado dos produtos usados, como do das doenças que se pretendem curar.

Uma detalhada resenha de levantamentos zoo-arqueológicos realizados na Península Árabe, no sudoeste dos E.U.A., no Mar das Caraíbas e na Península de Yucatán (México), foi compilada por J. Frazier¹⁰. Constatou-se, de forma sistemática, a existência de vestígios de captura e consumo de tartaruga-comum, de-pente (*Eretmochelys imbricata*, Linnaeus 1766) e verde. Em duas estações arqueológicas situadas na costa oeste do México, Smith *et al.*¹¹ encontraram ossos e fragmentos de carapaças de tartaruga-verde, possivelmente de olivácea (*Lepidochelys olivacea*, Eschscholtz 1829) e de outras espécies de *Chelonnidae* não identificadas. A abundância de vestígios decrescia quando se evoluía de depósitos mais antigos para intermédios, e praticamente desaparecia nos mais recentes. Na Oceânia Remota (Polinésia, Micronésia e Melanésia) foram encontrados vestígios de captura e consumo de tartarugas marinhas¹². Predavam-se, uma vez mais, tartarugas verde e de-pente, e os indícios mais antigos remontam a três milénios a.C. Em algumas ilhas havia a tradição de ser, o consumo de carne de tartaruga, um privilégio de líderes políticos e religiosos, e de homens ricos, mantendo-se sob controlo a predação humana de tartarugas marinhas. Noutras ilhas o consumo era livre. No entanto, nos dois tipos de ilhas e sociedades, a abundância de tartarugas marinhas decresceu com o passar dos tempos e, em algumas situações, extinguíram-se. De facto, eram outros factores, como a relação entre águas pouco profundas (sinónimo de disponibilidade de alimentos para as tartarugas marinhas), ou existência de refúgios seguros, e extensão de terra (ou número de predadores humanos), que desempenhavam a função de regulação decisiva para a sobrevivência das tartarugas marinhas.

⁹ J. FRETEY, G. H. SEGNIAGBETO e M. SOUMAH, «Presence of Sea Turtles in Traditional Pharmacopeia and Beliefs of West Africa» in *Marine Turtle Newsletter*, 116 (2007), pp. 23-25.

¹⁰ J. FRAZIER, «Prehistoric and Ancient Historic Interactions between Humans and Marine Turtles» in P. L. Lutz, J. A. Musick e J. Wyneken (eds.), *The Biology of Sea Turtles*, vol. II, Boca Raton, CRC Press, 2003, pp. 1-38.

¹¹ C. B. SMITH, D. J. KENNETT, T. A. WAKE e B. VOORHIES, «Prehistoric Sea Turtle Hunting on the Pacific Coast of Mexico» in *Journal of Island & Coastal Archaeology*, 2 (2007), pp. 231-235.

¹² M. S. ALLEN, «Three millenia of human and sea turtle interactions in Remote Oceania» in *Coral Reefs*, 26 (2007), pp. 959-970.

A. Sáenz-Arroyo *et al.*¹³, baseando-se em diários datados do século XVIII, dos piratas Woodes Rogers [1711] e Edward Cooke [1712], e dos missionários Miguel del Barco [1757] e José Longinos [1792], concluíram que no Golfo da Califórnia existiam importantes populações reprodutoras de tartarugas verde e de-pente. Nesses diários encontram-se referências a intensas capturas (mais de 100 fêmeas apanhadas nas praias, por noite), tanto para consumo de carne e ovos, como para aproveitamento de escamas queratinizadas em artesanato, joalheria (ou *bekko*, em japonês) e utensílios afins. No presente, nessa região já praticamente desapareceu a tartaruga-de-pente¹⁴. Em águas não muito distantes, na costa oeste do México, também se concluiu que passaram, em menos de um século, da ordem dos milhões para apenas centenas de milhar¹⁵. No Mar das Caraíbas, analisando valores de diversas zonas, A. B. Meylan¹⁶ chegou a conclusão semelhante: em 22 de 26 zonas estudadas o decréscimo foi evidente, por vezes até ao limiar do colapso. Nas Ilhas Caimão, já acima referidas, ocorreu mesmo a extinção¹⁷. Em Cartagena das Índias (Colômbia) há registo de ser distribuída carne de tartaruga para a alimentação de escravos, quando estes chegavam das costas de África e aguardavam o momento de serem transaccionados¹⁸. No Oceano Atlântico, o declínio da tartaruga-de-pente foi da ordem de 80%, nas três mais recentes gerações (105 anos)¹⁹. B. J. Godley *et al.*²⁰, nos territórios ingleses situados no Mar das Caraíbas e nas Antilhas, confirmaram o quase colapso ou a extin-

¹³ A. SÁENZ-ARROYO, C. M. ROBERTS, J. TORRE, M. CARIÑO-OLVERA e J. P. HAWKINS, «The value of evidence about past abundance: marine fauna of the Gulf of California through the eyes of 16th to 19th century travellers» in *Fish and Fisheries*, 7(2) (2006), pp. 128-146 (Erratum: *Fish and Fisheries*, 7(3) (2006), p. 229).

¹⁴ J. A. SEMINOFF, W. J. NICHOLS, A. REDENDIZ e L. BROOKS, «Occurrence of hawksbill turtles *Eretmochelys imbricata* (Reptilia: Cheloniidae), near the Baja California Peninsula, México» in *Pacific Science*, 57(1) (2003), pp. 9-16.

¹⁵ K. CLIFFTON, D. O. CORNEJO e R. S. FELGER, «Sea Turtles of the Pacific Coast of Mexico» in K. A. Bjorndal (ed.), *Biology and Conservation of Sea Turtles*, revised edition, Washington, D.C., Smithsonian Institution Press, 1995, pp. 199-209.

¹⁶ A. B. MEYLAN, «Status of the Hawksbill Turtle (*Eretmochelys imbricata*) in the Caribbean Region» in *Chelonian Conservation and Biology*, 3(2) (1999), pp. 177-184.

¹⁷ C. D. BELL, J. L. SOLOMON, J. M. BLUMENTHAL, T. J. AUSTIN, G. EBANKS-PETRIE, A. C. BRODERICK e B. J. GODLEY, «Monitoring and conservation of critically reduced marine turtle nesting populations: lessons from the Cayman Islands» in *Animal Conservation*, 10 (2007), pp. 39-47.

¹⁸ M. M. F. TORRÃO, «De Santiago para a costa da Guiné: a substituição do centro geográfico dos negócios e a manutenção da elite comerciante. As transacções da companhia de António Fernandes Landim e de Francisco Dias Mendes de Brito (1629-1630)» in *Arquipélago – História* 2.^a série, II, Ponta Delgada, Universidade dos Açores (1997), pp. 83-118.

¹⁹ J. A. MORTIMER e M. DONNELLY, «Hawksbill Turtle (*Eretmochelys imbricata*)», *Marine Turtle Specialist Group 2008 IUCN Red List status assessment* (disponível em <http://www.iucn-redlist.org/details/8005>).

²⁰ B. J. GODLEY, A. C. BRODERICK, L. M. CAMPBELL, S. RANGER e P. RICHARDSON, «An assessment of the status and exploitation of marine turtles in the United Kingdom Overseas Territories in the wider Caribbean», *Final Project Report for the Department of Environment, Food and Rural Affairs and the Foreign and Commonwealth Office*, 2004 (disponível em <http://www.seaturtle.org/mtrg/projects/tcot/finalreport/>).

ção das tartarugas verde, de-pente, de-couro (*Dermochelys coriacea*, Vandelli 1761) e comum, embora constatassem a presença numerosa de juvenis de tartarugas verde e de-pente. A nível global, o decréscimo da tartaruga-de-pente, nas três mais recentes gerações, é superior a 80%²¹. J. A. Mortimer e M. Donnelly²² foram autoras de um extenso relatório sobre as consequências do aproveitamento de carapaças de tartaruga-de-pente em artesanato, joalharia e utensílios afins, concluindo que tais actividades quase provocaram o desaparecimento da espécie. Já antes, em 1989, B. Groombridge e R. Luxmoore²³ tinham elaborado uma lista de locais que forneceram matéria-prima para o Japão, um dos principais, se não mesmo o maior, fabricantes mundiais de *bekko*. Entre 1950 e 1986 existiam, pelo menos, 75 locais fornecedores, e mais de 27,5 ton. de escamas queratinizadas foram transaccionadas. Consequentemente, admite-se com elevado grau de confiança que a intensidade e persistência da predação humana seja uma das principais causas para a actual raridade mundial da tartaruga-de-pente.



Fig. 1. *Caretta caretta* ou *Testudine corticata*

Ilustração de G. Rondelet, autor do «Libri de Piscibus Marinis» publicado em 1554.

²¹ A. B. MEYLAN e M. DONNELLY, «Status Justification for Listing the Hawksbill Turtle (*Eretmochelys imbricata*) as Critically Endangered on the 1996 IUCN Red List of Threatened Animals» in *Chelonian Conservation and Biology*, 3(2) (1999), pp. 200-224.

²² J. A. MORTIMER e M. DONNELLY, «Hawksbill Turtle (*Eretmochelys imbricata*)», *Marine Turtle Specialist Group 2008 IUCN Red List status assessment* (disponível em <http://www.iucn-redlist.org/details/8005>).

²³ B. GROOMBRIDGE e R. LUXMOORE, *The green turtle and hawksbill (Reptilia: Cheloniidae): world status, exploitation and trade*, Lausanne, Secretariat of the Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora, 1989, pp. 280-281.

Para terminar esta breve síntese sobre a utilização humana de tartarugas marinhas importa recordar que esses animais asseguraram, durante muito tempo, a possibilidade do consumo de carne fresca, em situações onde não era possível o acesso a outras fontes de proteína, nem o uso da refrigeração como forma de conservação e armazenamento²⁴. Cabo Verde, o presente *case-study*, em virtude da datação de alguns dos seus registos, ficará para sempre ligado às mais antigas referências de autoria europeia, sobre a predação das tartarugas marinhas no continente africano.

HOMENS E TARTARUGAS MARINHAS NAS ILHAS DE CABO VERDE

Estrategicamente situadas em latitudes próximas às do Trópico de Câncer, as ilhas de Cabo Verde tornaram-se, logo desde o início da sua ocupação, um atractivo entreposto comercial. De facto, tendo sido encontradas desertas²⁵ e não dispondo de riquezas naturais de importância significativa, que facilmente atraíssem povoadores europeus, o primeiro passo para garantir o controlo do território passou pela criação de condições que incentivassem uma efectiva presença portuguesa permanente. Assim, por carta régia de 12 de Junho de 1466, e alegando que se vinha tentando ocupar a ilha de Santiago sem grande sucesso havia já quatro anos, a Coroa concedeu, como prerrogativa a todos quantos fossem *vizinhos* na ilha, a possibilidade de comerciarem livremente em toda a região da costa da Guiné, à excepção de Arguim. Tal possibilidade de participação no tráfico de escravos, com carácter de exclusividade para os moradores insulares, bem como outras prerrogativas complementares, lançou as bases da exploração económico-comercial deste território. Quanto à costa da Guiné, ficou legalmente interdito qualquer tipo de estabelecimento por parte dos portugueses, e quem queria ter acesso ao comércio nos chamados Rios da Guiné tinha que fazê-lo através de Cabo Verde, tornando-se *vizinho* na principal ilha do Arquipélago. Deste modo usufruía-se da proximidade ao local de resgate e não se descuidavam as questões da segurança que a insularidade proporcionava, no relacionamento com os autóctones, o que permitiu o sucesso da exploração e participação no comércio com os Rios da Guiné. Rapidamente se estabeleceu um modelo de circuitos comerciais interdependentes, que uniam a costa da Guiné a Santiago, e esta ilha primeiro a portos europeus e mais tarde a americanos, transformando-a então num dos importantes entrepostos negreiros do Atlântico²⁶.

²⁴ J. THORBJARNARSON, C. J. LAGUEUX, D. BOLZE, M. W. KLEMENS e A. B. MEYLAN, «Human Use of Turtles. A Worldwide Perspective» in M. W. Klemens (ed.), *Turtle Conservation*, Washington, D.C., Smithsonian Institution Press, 2000, pp. 33-84.

²⁵ L. ALBUQUERQUE, «O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde» in L. Albuquerque e M. E. M. Santos (coords.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. 1, Lisboa/Praia, IICT, 1991, pp. 23-39.

²⁶ M. M. F. TORRÃO, «Actividade Comercial Externa de Cabo Verde: organização, funcionamento, evolução» in L. Albuquerque e M. E. M. Santos (coords.), *História Geral de Cabo*

A partir de meados do século XVI, navios e tripulações de diversas nacionalidades passaram a ser comuns no porto de Ribeira Grande (actualmente Cidade Velha) e, de forma dispersa, pelas águas costeiras de Cabo Verde. Santiago, como as restantes ilhas, acolhia visitantes de diversas proveniências, culturas e hábitos. A generalidade estava apenas de passagem, mas houve aqueles que ali se fixaram. Desde sempre, os escravos negros foram uma das importantes comunidades no Arquipélago, muito contribuindo para a identidade do próprio povo caboverdiano. Não devem ser subestimados, no entanto, os contributos dos portugueses e de outros europeus. A identidade peculiar do Cabo Verde de hoje é, aliás, resultado dessa miscigenação, que se foi apurando ao longo de gerações e gerações²⁷.

A história natural das tartarugas marinhas «caboverdianas» é muito influenciada por essa mistura antropogénica. Em consequência da heterogeneidade cultural das diversas comunidades que habitavam as ilhas, as tartarugas marinhas eram encaradas de múltiplas formas. Por exemplo, foram intensamente aproveitadas pela sua carne, e também como base para «medicamentos» tradicionais. Mas, recentemente, ganharam expressão as preocupações com a biodiversidade e a sustentabilidade das espécies e ecossistemas. Em resultado dessas novas formas de pensar o Mundo, tomaram força de lei, em Cabo Verde, algumas deliberações visando interromper ou mesmo inverter as tradições da captura de tartarugas marinhas e da recolha dos seus ovos. Surge assim, no Arquipélago, uma nova corrente de opinião e comportamentos que ambiciona interromper a tendência multi-secular conducente ao desaparecimento destes grandes migradores, nas praias e águas costeiras do Arquipélago. Uma vez mais os europeus (espanhóis, portugueses e outras nacionalidades) estão na base dessas mudanças, e a troca de influências e ideias com os caboverdianos, já personalizados numa nação independente, volta a ser uma realidade por todos constatada.

Actualmente, Cabo Verde acolhe uma população reprodutora muito importante, mesmo a nível mundial, de tartaruga-comum²⁸. Acolhe também

Verde, vol. 1, Lisboa/Praia, IICT, 1991, pp. 237-345. M. M. F. TORRÃO, «Rotas Comerciais, Agentes Económicos, Meios de Pagamento» in M. E. M. Santos (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. 2, Lisboa/Praia, IICT, 1995, pp. 17-123.

²⁷ Tal miscigenação terá ocorrido desde o início da ocupação das ilhas, como refere I. C. BALENO, «Povoamento e Formação da Sociedade» in L. Albuquerque e M. E. M. Santos (coords.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. 1, Lisboa/Praia, IICT, 1991, pp. 125-177.

²⁸ L. F. LÓPEZ-JURADO, I. CABRERA, D. CEJUDO, C. EVORA e P. ALFAMA, «Distribution of Marine Turtles in the Archipelago of Cape Verde, Western Africa» in H. J. Kalb e T. Wibbels (comps.), *Proceedings of the Nineteenth Annual Symposium on Sea Turtle Biology and Conservation*, NOAA Technical Memorandum NMFS-SEFSC-443, 2000, pp. 245-247. J. FRETEY, *Biogeography and Conservation of Marine Turtles of the Atlantic Coast of Africa / Biogéographie et conservation des tortues marines de la côte atlantique de l'Afrique*, CMS Technical Series Publication, n.º 6, Bonn, UNEP/CMS Secretariat, 2001, pp. 71-87. L. M. EHRHART, D. A. BAGLEY e W. E. REDFOOT, «Loggerhead Turtles in the Atlantic Ocean: Geographic Distribution, Abundance, and Population Status» in A. B. Bolten e B. E. Witherington (eds.), *Loggerhead Sea Turtles*, Washington, D.C., Smithsonian Books, 2003, pp. 157-174. L. F. LÓPEZ-JURADO, P. SANZ e E. ABELLA, «Loggerhead

populações significativas de juvenis bênticos e sub-adultos de tartarugas verde e de-pente²⁹. De forma esporádica são ainda observados exemplares de outras espécies, como as tartarugas de-couro e olivácea³⁰. De acordo com a edição de 2008 da Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas, da responsabilidade da IUCN (*International Union for Conservation of Nature*), as tartarugas comum, verde e olivácea são espécies ameaçadas, enquanto as tartarugas de-pente e de-couro estão criticamente ameaçadas de extinção³¹.

Sendo insuficientes os esforços de protecção, nas ilhas de Cabo Verde a tartaruga-comum sofre ainda um acentuado risco de colapso. O seu estatuto de conservação não é, aliás, muito diferente do de outras populações da mesma espécie, noutras regiões do Planeta³². A. Marco *et al.* afirmaram recentemente:

«Durante a época de posturas de 2007 estimámos que apenas cerca de 3.200 fêmeas saíram às praias da ilha da Boavista para aí depositarem os seus ovos. Cerca de 1.140 foram capturadas enquanto faziam posturas, e foram mortas. Estes números representam cerca de 15% na população total de fêmeas adultas, e cerca de 36% das fêmeas que saíram às praias nessa época de posturas»³³.

Cerca de uma década antes, já num contexto de preocupação com a futuro das tartarugas marinhas, foram divulgados breves relatos da situação

nesting on Boa Vista, República de Cabo Verde» in *SWOT Report*, 2 (2007), p. 42. N. S. LOUREIRO, «Sea Turtles in Santiago Island, Cape Verde» in *Marine Turtle Newsletter*, 120 (2008), pp. 6-8.

²⁹ L. F. LÓPEZ-JURADO, I. CABRERA, D. CEJUDO, C. EVORA e P. ALFAMA, «Distribution of Marine Turtles in the Archipelago of Cape Verde, Western Africa» in H. J. Kalb e T. Wibbels (comps.), *Proceedings of the Nineteenth Annual Symposium on Sea Turtle Biology and Conservation*, NOAA Technical Memorandum NMFS-SEFSC-443, 2000, pp. 245-247. J. FRETEY, *Biogeography and Conservation of Marine Turtles of the Atlantic Coast of Africa / Biogéographie et conservation des tortues marines de la côte atlantique de l'Afrique*, CMS Technical Series Publication, n.º 6, Bonn, UNEP/CMS Secretariat, 2001, pp. 71-87. N. S. LOUREIRO, «Sea Turtles in Santiago Island, Cape Verde» in *Marine Turtle Newsletter*, 120 (2008), pp. 6-8.

³⁰ L. F. LÓPEZ-JURADO, I. CABRERA, D. CEJUDO, C. EVORA e P. ALFAMA, «Distribution of Marine Turtles in the Archipelago of Cape Verde, Western Africa» in H. J. Kalb e T. Wibbels (comps.), *Proceedings of the Nineteenth Annual Symposium on Sea Turtle Biology and Conservation*, NOAA Technical Memorandum NMFS-SEFSC-443, 2000, pp. 245-247. J. FRETEY, *Biogeography and Conservation of Marine Turtles of the Atlantic Coast of Africa / Biogéographie et conservation des tortues marines de la côte atlantique de l'Afrique*, CMS Technical Series Publication, n.º 6, Bonn, UNEP/CMS Secretariat, 2001, pp. 71-87. N. S. LOUREIRO, «Sea Turtles in Santiago Island, Cape Verde» in *Marine Turtle Newsletter*, 120 (2008), pp. 6-8.

³¹ IUCN, *The 2008 IUCN Red List of Threatened Species* (disponível em <http://www.iucn-redlist.org>).

³² J. P. ROSS, «Historical Decline of Loggerhead, Ridley, and Leatherback Sea Turtles» in K. A. Bjørndal (ed.), *Biology and Conservation of Sea Turtles*, revised edition, Washington, D.C., Smithsonian Institution Press, 1995, pp. 189-195.

³³ A. MARCO, O. LÓPEZ, E. ABELLA, N. VARO, S. MARTINS, P. GAONA e L. F. LÓPEZ-JURADO, «Massive Capture of Nesting Females is Severely Threatening the Caboverdian Loggerhead Population» in *Twenty-eight Annual Symposium on Sea Turtle Conservation and Biology* (em impressão).

de predação humana nas ilhas do Sal³⁴ e Boavista³⁵, tendo nesta última sido referido um processo dinâmico na escolha das praias preferidas para a captura: sempre que as fêmeas reprodutoras de uma praia começavam a desaparecer, e essa praia ficava sem tartarugas marinhas, os caçadores (*beladores*, em designação local) deslocavam-se para outras praias, mesmo que ficassem mais distantes dos locais onde habitavam. Três décadas antes surgira a primeira chamada de atenção para os excessos de captura de tartaruga-comum nas ilhas de Cabo Verde: estimava-se, nessa oportunidade, que talvez 1.000 fêmeas adultas fossem capturadas por ano em todo o Arquipélago³⁶. Para além disso, era referida a recolha muito frequente de ovos nas praias, para consumo humano, e o uso das escamas queratinizadas para artesanato, joalheria e utensílios afins. Existia então um circuito comercial aparentemente organizado, para a Bélgica, e as escamas queratinizadas da tartaruga-de-pente eram as preferidas. Para o Japão, entre 1976 e 1983, ficou comprovada a exportação de cerca de 458 kg de matéria-prima³⁷, embora existissem também algumas pequenas indústrias locais³⁸. L. D. Brongersma³⁹ admitiu que uma população de tartaruga-de-pente utilizara, no passado, as praias de Cabo Verde para fazer posturas, tendo como base as descrições de W. Dampier⁴⁰, entre outras fontes de informação. Alguns investigadores⁴¹ admitem que ainda hoje continuam a ocorrer essas posturas, mas é nosso entendimento (resultado do conhecimento da realidade local) que tal hipótese carece de um esforço significativo de confirmação.

³⁴ B. LAZAR e D. HOLCER, «Notes on the Marine Turtles of Sal Island, Cape Verde islands» in S. P. Epperly e J. Braun (comps.), *Proceedings of the Seventeenth Annual Sea Turtle Symposium*, NOAA Technical Memorandum NMFS-SEFSC-415, 1998, p. 231.

³⁵ I. CABRERA, D. CEJUDO e L. F. LÓPEZ-JURADO, «Human Predation on Marine Turtles in the Archipelago of Cape Verde, Western Africa» in H. J. Kalb e T. Wibbels (comps.), *Proceedings of the Nineteenth Annual Symposium on Sea Turtle Conservation and Biology*, NOAA-TM-NMFS-SEFSC-443, 2000, p. 217.

³⁶ H.-H. SCHLEICH, «Sea Turtle Protection Needed at the Cape Verde Islands» in *Marine Turtle Newsletter*, 12 (1979), p. 12.

³⁷ B. GROOMBRIDGE e R. LUXMOORE, *The green turtle and hawksbill (Reptilia: Cheloniidae): world status, exploitation and trade*, Lausanne, Secretariat of the Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora, 1989, p. 281.

³⁸ J. MAIGRET, «Les tortues de mer du Sénégal» in *Bulletin de l'Association pour l'avancement des Sciences naturelles au Sénégal*, 59 (1977), pp. 7-14.

³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 412.

⁴⁰ W. DAMPIER, *A New Voyage round the World*, 4th edition (corrected), London, James Knapton, 1699, p. 75.

⁴¹ J. FRETEY, A. MEYLAN e M. TIWARI, «The occurrence of the hawksbill turtle (*Eretmochelys imbricata*) in West Africa» in A. Mosier, A. Foley e B. Brost (comps.), *Proceedings of the Twentieth Annual Symposium on Sea Turtle Biology and Conservation*, NOAA Tech. Memo. NMFS-SEFSC-477, 2002, pp. 95-96. J. A. MORTIMER e M. DONNELLY, «Hawksbill Turtle (*Eretmochelys imbricata*)», *Marine Turtle Specialist Group 2008 IUCN Red List status assessment* (disponível em <http://www.iucnredlist.org/details/8005>).

SEIS SÉCULOS DE HISTÓRIA E DE HISTÓRIAS

Alvise da Ca' da Mosto (ou Luís de Cadamosto), mercador e navegador veneziano, aproximou-se primeiro da Boavista (Buona Vista) e a 1 de Maio de 1456 ancorou nas proximidades da ilha de Santiago (San Jacobo)⁴². Uma descrição na primeira pessoa, passada a escrito anos mais tarde, relata a sua chegada à baía da Ribeira Grande:

«(...) e correndo ao longo da costa duma delas, que nos parecia abundante em árvores, descobrimos a boca de um rio que dela saía; e julgando que fosse de boa água aproximámo-nos da margem para nos prover dela. Desembarcaram alguns dos meus e (...) encontrámos aqui grande quantidade de tartarugas, ou seja «gajandre» à nossa maneira, das quais tomámos algumas, cujas conchas eram maiores que boas adargas; e aqueles marinheiros mataram muitas e fizeram muitas comidas, dizendo que de outras vezes tinham comido delas no Golfo de Arguim, onde também apareciam, mas não tão grandes; e digo que para experimentar mais coisas, também comi delas e pareceram-me boas, quási tanto como carne branca de vitela, tão bom cheiro e sabor tinham; de forma que salgaram muitas delas, que em parte nos foram boa munição na viagem»⁴³.

«Gajandre» significa tartaruga marinha em friuliano, um idioma caído em desuso do nordeste de Itália. Alguns investigadores, como O. Ribeiro⁴⁴, L. Albuquerque⁴⁵ e J. Thorbjarnarson *et al.*⁴⁶, destacaram a importância do relato de Ca' da Mosto, por ser uma das primeiras descrições de algumas ilhas caboverdianas. Simultaneamente, trata-se da primeira referência histórica que relata a abundância de tartarugas marinhas em Cabo Verde. O veneziano dedicou algumas palavras ao Golfo de Arguim (Mauritânia), onde também as tartarugas marinhas eram caçadas e consumidas pelas populações locais e pelos navegadores. É interessante notar a comparação de tamanho, entre as tartarugas marinhas de Santiago e de Arguim⁴⁷.

⁴² A data referida é, note-se bem, objecto de controvérsia entre os especialistas na matéria. No contexto do presente texto, do seu contributo para a história natural das ilhas de Cabo Verde e para a consolidação de um *corpus* documental sobre tartarugas marinhas naquele Arquipélago Atlântico, a questão é, no entanto, pouco substantiva.

⁴³ A. CA' DA MOSTO, «Navegações 1.^a e 2.^a» in Instituto Nacional de Investigação Científica, *Descobrimientos Portugueses*, Supl. vol. 1, Lisboa, INIC, 1988 (Reprodução Fac-similada da 1.^a edição, de 1944), pp. 231-235, que transcreve o texto de G. B. Ramussio, *Navigazione e viaggi. Le navigazioni di Alvise da Ca' da Mosto e Pietro di Sintra*, 4.^a ed., Veneza, e publica a tradução para português de G. C. Rossi.

⁴⁴ O. RIBEIRO, «Primórdios da Ocupação das Ilhas de Cabo Verde» in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 2.^a série, XXI(1) (1955), pp. 5-35.

⁴⁵ L. ALBUQUERQUE, «O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde» in L. Albuquerque e M. E. M. Santos (coords.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. 1, Lisboa/Praia, IICT, 1991, pp. 23-39.

⁴⁶ J. THORBJARNARSON, C. J. LAGUEUX, D. BOLZE, M. W. KLEMENS e A. B. MEYLAN, «Human Use of Turtles. A Worldwide Perspective» in M. W. Klemens (ed.), *Turtle Conservation*, Washington, D.C., Smithsonian Institution Press, 2000, pp. 33-84.

⁴⁷ Tanto quanto se conhece, a *Crónica da Guiné*, datada de meados do século XV, possivelmente de 1453, é a primeira fonte portuguesa a mencionar a existência de tartarugas em África,

Valentim Fernandes (Valenty Fernandez de Moravia), um alemão natural da Moravia (República Checa) que chegou a Lisboa em 1495 e aí viveu durante 23 anos, até à sua morte, era tipógrafo e impressor, e também tradutor e escritor. Era um colecionador apaixonado de crónicas e outros textos descrevendo viagens e descobertas dos navegadores portugueses. Um desses textos apresenta uma detalhada descrição da Ilha de Arguim (actualmente Parque Nacional do Banco de Arguim) e das tartarugas marinhas aí encontradas.

«Naquela região, as tartarugas (...) são normalmente do tamanho de uma albarda, havendo outras cuja carapaça pode ser da altura de um homem (...).

Estas tartarugas são como peixes e têm muita carne, tanta como um grande porco, tendo carne magra e carne gorda. Uma parte da sua carne é como a de vaca, em aspecto e sabor, e outra tem o aspecto e sabor da carne de perdiz. Outra carne é branca como a do coelho, e igual também em sabor. As patas são como as dos carneiros, e podem ser temperadas e assadas como aquelas. O fígado é tão grande como o de vaca e tão saboroso que um homem nunca de farta de o comer. O seu sabor é igual ao da pescada fresca, e a única coisa que faz com que um homem pare de o comer é ser pouco saudável.

Os pulmões parecem ovos de rãs na água. Os pés e as mãos são como os das patas, mas sem unhas. A boca é muito dura e se por acaso apanha a mão de um homem pode cortá-la. Os olhos são muito feios e assustadores.

A tartaruga, quando chega o momento de pôr ovos, sai do mar para a areia, onde a maré não pode chegar, e aí faz uma cova tão grande como ela, com as suas patas, e no meio dessa cova faz outra mais pequena. Na cova pequena põe muitos ovos juntos. (...) não se levanta até ter posto 500 ou 600 ovos do tamanho dos de galinha, de melhor sabor e muito saudáveis, porque quase não têm clara e a gema é grande (...).

E não são de casca tão dura como os de galinha. Depois de terminada a postura, o que pode demorar um dia, ou um dia e uma noite, afasta-se para apanhar areia seca, já que aquela que tirou da cova está húmida. Com a areia seca tapa os ovos todos e por cima disfarça toda a areia com as patas, para que pareça não haver nada por ali, e retorna para a água, nunca mais voltando ali. E depois de 30 dias os ovos ali se chocam, com o calor do sol e da areia. E eles vivos, do tamanho de patinhos recém-nascidos, furam a areia. Quando saem para fora vão logo a correr a caminho do mar, e aí entram e se criam por si mesmos.

exactamente na Ilha de Arguim. Descreve-as como sendo semelhantes a cágados, mas marinhas. No Cap. XLVII, *De como acharam as tartarugas na Ilha*, o autor, Gomes Eanes da Zurara, narra o seguinte: «E bem é que os Mouros pouco havia que aí estiveram, segundo pareceu pelas redes e outros aparelhos de pescar que lhe acharam, e especialmente grande multidão de tartarugas, que seriam até CL. E porque poderá ser que todos os que lerem esta história não haverão conhecimento deste pescado, saiba que não são outra cousa tartarugas, senão cágados de mar, cujas conchas são tamanhas como escudos. E eu vi já algumas semelhantes em este nosso reino, na alagoa d'Obidos, que é entre a Atouguia e a Pederneira. E como quer que naquelas Ilhas haja assaz de muitos e bons pescados, os Mouros dali teem este por mais especial». G. E. ZURARA, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, segundo o manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris, modernizada, com notas, glossário e uma introdução de José de Bragança, vol. I, Lisboa, Livraria Civilização, Textos de História n.º 3, 1937, pp. 261-262.

Estas tartarugas, mesmo tendo sabor a carne, são peixe e comem-se ao longo de toda a Quaresma e dias de jejum. Têm gordura como os porcos e a gordura é verde e dela se faz o melhor dos azeites que pode haver. Esse azeite é muito valioso e um grande tratamento para os leprosos. Também se queima em candeeiros e os mouros alimentam-se dele. As carapaças não se aproveitam (...).

Os habitantes da Ilha de Arguim são muito pobres (...) e não têm pão, nem azeite, nem lenha, nem sal, nem cebola, nem nenhuma outra coisa própria dos hábitos humanos. Quando cozinham juntam plantas marinhas, colocam-nas a arder e o peixe que tenham põem-no debaixo do fogo e assim o assam para comer, sem mais nada. Dessa mesma maneira cozinham e comem as tartarugas»⁴⁸.

V. Fernandes deveria estar a escrever sobre tartarugas verde e de-couro. A cor da gordura da tartaruga-verde é, na realidade, a justificação do seu nome, e a única espécie que atinge o tamanho referido é a tartaruga-de-couro⁴⁹. Ainda hoje as duas espécies ocorrem na região. Por outro lado, a tartaruga marinha «caboverdiana» a que se referia Ca' da Mosto seria a comum, frequente no Arquipélago, e cuja carapaça é um pouco menor do que a da verde. V. Fernandes e Ca' da Mosto mencionavam o consumo de carne de tartaruga como prática comum, em paralelo com a utilização da sua gordura. O uso medicinal do sangue destes animais é igualmente referido por V. Fernandes.

A crença nas propriedades medicinais do sangue, carne e gordura das tartarugas marinhas transformou-se, efectivamente, num estímulo acrescido para a sua captura. Eustache de la Fosse, aventureiro, navegador e comerciante francês, fez escala na ilha de Santiago em 1480, passando a escrito as suas considerações pessoais⁵⁰.

«São dez ilhas, mas apenas uma é habitada. Nessas ilhas, qualquer um que sofra de lepra pode recuperar em dois anos. Estivemos numa das ilhas desabitadas e aí encontrámos dois leprosos. (...) Também capturámos uma tartaruga marinha bastante grande, que comemos e era muito saborosa. Os leprosos recuperam da sua doença comendo carne de tartaruga marinha, e também passando o seu sangue por todo o corpo, e cozinhando todas as refeições com a sua gordura, e depois de dois anos estão totalmente curados (...).

Essas tartarugas marinhas são de um tamanho considerável, e com as suas conchas é possível fazer um bom escudo de protecção, para usar durante um combate (...).

⁴⁸ V. FERNANDES, «O manuscrito 'Valentim Fernandes' (texto na íntegra, com leitura e revisão de António Baião)» in *Publicações comemorativas do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, pp. 42-44.

⁴⁹ P. C. H. PRITCHARD e J. A. MORTIMER, «Taxonomy, External Morphology, and Species Identification» in K. L. Eckert, K. A. Bjorndal, F. A. Abreu-Grobois e M. Donnelly (eds.), *Research and Management Techniques for the Conservation of Sea Turtles*, Washington, D.C., IUCN/SSC Marine Turtle Specialist Group Publication n.º 4 (1999), pp. 21-38.

⁵⁰ O primeiro documento onde o texto de E. de la Fosse surge transcrito é de 1548, da autoria do copista Louis de la Fontaine. Persiste a dúvida, no entanto, se este último não terá introduzido alguns comentários pessoais na narrativa do navegador e comerciante.

É normal, nessa região, que na maré baixa e quando cresce alguma erva na areia, que as tartarugas apareçam para pastar por aí, e então os habitantes das ilhas viram de patas para o ar todas as tartarugas que conseguem encontrar. Depois matam-nas e banham com o sangue de tartaruga todos os leprosos. Estes, ao mesmo tempo, purgam-se interiormente comendo sempre a carne e a gordura daquelas tartarugas marinhas, e assim, depois de dois anos, ficam completamente curados, como já eu disse antes»⁵¹.

A narrativa de E. de la Fosse enriquece a história das tartarugas marinhas em Cabo Verde graças aos pormenorizados comentários relativos ao tratamento da lepra e, também, à forma como eram apanhadas, mortas e utilizadas. Jehan de Luxembourg teria sido um dos seus principais informadores, pois passara dois anos em Santiago para se tratar dessa enfermidade. As alusões relativas às tartarugas a pastar na erva não fazem, no entanto, qualquer sentido, a não ser se interpretadas como em águas pouco profundas, na proximidade das praias, a alimentarem-se.

A fama das referidas aplicações medicinais ganhou tal proporção que Luís XI, rei de França, falecido a 30 de Agosto de 1483, determinou uma expedição a Cabo Verde⁵² para averiguar sobre esses assuntos que poderiam contribuir para o bem-estar e saúde do rei⁵³. Luís XI estava doente, temia padecer de lepra e queria inteirar-se da veracidade de tais informações.

Recorde-se que no final do século XV apenas Santiago e Fogo tinham ocupação permanente. A. Carreira, historiador caboverdiano, comentou nos seguintes termos o desenvolvimento do porto de Ribeira Grande:

«A montagem em Santiago dessa infra-estrutura, mesmo rudimentar, tornou a ilha na grande fornecedora à navegação de água potável, de mantimentos, de refrescos (milhos africanos e mais tarde o *Zea Mays*, trazido da América), frutos, carne salgada e chacina, tartaruga viva e salgada, etc., permitindo aos navios à vela a efectivação das longas e morosas viagens para o Sul de África e o contorno do continente em direcção à Índia e à extensa costa da América do Sul. Lembremo-nos que durante anos não houve na costa africana outro ponto seguro de reabastecimento da navegação»⁵⁴.

Uma vez mais as tartarugas marinhas são mencionadas como fonte habitual de proteína. É necessário, por isso, reter a ideia de que a captura não estava directamente relacionada com o número de residentes em Cabo Verde, mas com o elevado número de navios que escalava Ribeira Grande,

⁵¹ E. AZNAR-VALLEJO e B. PICO-GRAÑA, *Viaje de Eustache de la Fosse (1479-1481). Edición, traducción y estudio*, Santa Cruz de Tenerife, Centro de Estudios Medievales y Renacentistas de la Universidad de la Laguna, 2000.

⁵² Na sequência dessa ordem, três navios deixaram o porto de Honfleur a 8 de Agosto de 1483.

⁵³ R. MAUNY, «Eustache de la Fosse – Voyage dans l'Afrique Occidentale, 1479-80» in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, IV(14) (1949), pp. 181-195.

⁵⁴ A. CARREIRA, Apresentação e Comentários in J. S. Feijó, *Ensaio e Memórias Económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (Século XVIII)*, Praia, Instituto Caboverdeano do Livro, Estudos e Ensaios n.º 1, 1986, p. XVI.

ou que ancorava nas proximidades das outras ilhas e cujas tripulações livremente recolhiam tartarugas marinhas. A predação humana reunia, neste contexto, todas as condições para ser intensa e sistemática, depauperando necessariamente as populações de tartarugas marinhas. Em resumo, o decréscimo de tartarugas marinhas em Cabo Verde terá começado com a chegada dos primeiros navegadores e, pouco depois, ter-se-á intensificado pela intervenção dos primeiros residentes.

Em Dezembro de 1506 foi impressa em Lisboa uma «Descripçam» da costa ocidental de África, da autoria de V. Fernandes⁵⁵. Na mesma, sobre tartarugas marinhas, pode ler-se o seguinte:

«Em todas as ilhas de Cabo Verde há grandes pescarias, de muitos e grandes peixes.

Nos meses de Maio, Junho, Julho e Agosto há nestas ilhas grande abundância de tartarugas, com que os leprosos se curam.

Estas ilhas eram inicialmente muito saudáveis e todos os leprosos que lá iam se curaram. Mas agora são tão doentias que a gente sã adocece. Creio que depois dos negros terem começado a chegar, corromperam o ar que ficou como o da terra deles, que é doentia»⁵⁶.

Como já se tinha referido, V. Fernandes dedicou bastante atenção ao uso da tartaruga marinha para o tratamento da lepra, facto que, curiosamente, não impediu o Arquipélago de se tornar um destino de risco para visitantes e até residentes⁵⁷.

Não se encontraram outros documentos mencionando tartarugas marinhas, datados do século XVI. Há, no entanto, uma justificação plausível, já que nova fonte de proteína se foi tornando abundante em Cabo Verde: a carne dos caprinos e bovinos. De facto, deixar o gado pastorear e multiplicar-se livremente, e em simultâneo extrair sal das salinas naturais, implicava esforços mínimos. Produzir carne salgada ou curada (*chacina*) era igualmente tarefa fácil⁵⁸. É, consequentemente, de admitir que a predação humana de tartarugas marinhas se tivesse atenuado, na medida em que a

⁵⁵ O texto baseava-se em informações de Gonçalo Pires e outros navegadores portugueses. Do primeiro dizia ser um experiente marinheiro, profundo conhecedor dos mares de Cabo Verde, e admite-se hoje que fosse, na verdade, Diogo Gomes, o qual, com António da Noli, chegou às ilhas de Santiago, Fogo, Maio, Boavista e Sal, no ano de 1460.

⁵⁶ V. FERNANDES, «O manuscrito 'Valentim Fernandes' (texto na íntegra, com leitura e revisão de António Baião)» in *Publicações Comemorativas do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, pp. 118-121. Th. MONOD, A. T. MOTA e R. MAUNY, «Description de la Côte Occidentale d'Afrique (Sénégal au Cap de Monte, Archipels) par Valentim Fernandes (1506-1510)» in *Memórias do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa*, n.º 11 (1951), pp. 110-111 e 178.

⁵⁷ A lepra, note-se, só foi erradicada em Cabo Verde muito mais tarde, já no século XX.

⁵⁸ T. B. DUNCAN, *Atlantic islands: Madeira, the Azores and the Cape Verde in the Seventeenth-Century Commerce and Navigation*, Chicago, The University of Chicago Press, 1972, p. 161.

actividade económica do Arquipélago se incrementava e diversificava⁵⁹. A pesca quase não era praticada pelas populações residentes, pelos baixos proveitos que daí poderiam advir, e porque as tripulações dos navios podiam pescar livremente, sem necessidade de declarar quantidades e pagar quaisquer tributos. Seriam talvez essas gentes, mais do que os locais, que continuariam a interessar-se pelas tartarugas marinhas, enquanto fonte de proteína fácil de obter e, também, de transportar a bordo dos navios⁶⁰.

A situação manteve-se invariável ao longo de diversas décadas, e as anotações de viagem do capitão francês Charles Fleury são exemplo disso. Em Junho de 1618, a bordo do *Espérance*, iniciou uma viagem desde Dieppe até ao Brasil, Antilhas e Terra Nova, retornando depois a França. O *Espérance* escalou a ilha de São Vicente, entre 25 de Agosto e 25 de Outubro do mesmo ano. Num manuscrito anónimo, transcrito por J.-P. Moreau, onde toda a viagem de Ch. Fleury ficou minuciosamente relatada, surge a explicação para tão demorada paragem em Cabo Verde: caçar e salgar tartarugas marinhas e cabras, para abastecer a tripulação durante a longa travessia do Atlântico. Relativamente a tartarugas marinhas pode ler-se:

«Também há grande quantidade de enormes tartarugas marinhas, que durante a noite saem à praia para pôr os seus ovos na areia, para que incubem com o calor do sol, e são dessas tartarugas que vamos salgar para as conservar o tempo que for necessário, o que nos permitirá ter muito mais mantimentos, e por isso há muitos navios que param aqui quando passam por perto. E para que todos saibam de que tartarugas falamos, (...) vamos descrevê-las da forma mais simples e compreensível que conseguirmos. Há duas espécies diferentes de tartarugas, uma a que chamamos de *franche* e outra de *caouane*⁶¹. A *franche* é bastante grande e robusta, e verde muito escuro na parte de cima e nas patas, e por baixo, no ventre, é quase branca, e não tenta morder nem se debate quando a viramos de patas para cima, como o faz a *caouane*, que não é tão grande, e que é de um amarelo vivo no ventre, e cujas patas são mais arredondadas do que as da outra espécie, e que é bastante mais agressiva e não é tão boa para comer como a *franche*, que é mais rara aqui em São Vicente, enquanto que há imensas *caouanes*, especialmente na sua época, que é o mês de Agosto.

Quando as queremos apanhar, aqui fica escrito como se deve fazer. Desde que seja de noite, especialmente nas de lua cheia, é necessário que vão quatro ou cinco pessoas caminhar à beira mar, na areia, sem fazer nenhum barulho, ou então que fiquem sentadas, afastadas umas das outras, e quando virem uma tartaruga sair da água (que não avança muito rapidamente), a deixem cami-

⁵⁹ A. C. SILVA, «Espaço, Ecologia e Economia Interna» in L. Albuquerque e M. E. M. Santos (coords.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. 1, Lisboa / Praia, IICT, 1991, pp. 179-236.

⁶⁰ No entanto, não foi encontrada documentação portuguesa que mencione a tartaruga marinha como integrando a dieta alimentar dos escravos ou marinheiros que viajavam entre as ilhas de Cabo Verde e a Europa ou a América. Ver, por exemplo, M. M. F. TORRÃO, *Dietas Alimentares. Transferências e Adaptações nas Ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, IICT, 1995, pp. 45-59.

⁶¹ Segundo a IUCN, *The 2008 Red List of Threatened Species*, «Caouanne» ou «Tortue Caouanne» é o nome francês da tartaruga-comum (*C. caretta*), enquanto «Tortue Comestible», «Tortue Franche» ou «Tortue Verte» é o da tartaruga-verde (*C. mydas*).

nhar cerca de uma vintena de passos. Se estiverem curiosas de saber o que é que faz, ela escava um buraco relativamente profundo na areia e depois deita dentro dele os seus ovos e em seguida tapa-os com areia, e depois volta para o mar, e demora a fazer tudo isso à volta de uma hora. E se a quisermos apanhar sem esperar que tudo isso aconteça, é agarrá-la pelas patas e meter-lhe um pau por baixo do ventre, que é plano, e virá-la de costas e ela fica nessa posição sem se poder mover. Mas se não a viram sair do mar, é necessário prestar atenção a um enorme rasto que ela faz sobre a areia quando sai do mar; segui-lo até chegar onde está a tartaruga, e quando ela ouve chegar alguém tenta esconder as patas o mais possível, e fica totalmente quieta, de tal maneira que, sendo de noite, se pode confundir com uma pedra. Como é bastante grande, são necessários pelo menos quatro homens para a virar de patas para cima, e mesmo cinco são bem necessários quando são as *franches*, já que elas são muito grandes e pesadas.

Os seus ovos, aquando da postura, são redondos e do tamanho de uma bola de jogar com raquetes, e caem na areia sem qualquer risco de partirem, porque a sua casca, se bem que bastante forte, não é dura. E quando se encostam a qualquer coisa moldam-se parcialmente a ela, e quando vão ao lume para cozerem apenas a gema coze, já que a clara fica sempre crua, mesmo que estivesse oito dias ao lume. Ela põe bem uns duzentos ovos de cada vez, e os que ficam dentro do ventre dela, porque ainda não estão prontos para a postura e cujas gemas são do tamanho de ovos de galinhas, são em número incontável. Quando a queremos matar, já estando de patas para cima, cortam-se-lhe as quatro patas, porque em cada há uma veia grande e por aí perde todo o sangue, ou então bate-se-lhe com uma pedra forte, três ou quatro vezes, no nariz. Depois corta-se a toda a volta da concha, entre o rebordo e o plastrão, que é a parte do ventre, e quando este se retira pode aproveitar-se tudo o que se quiser da tartaruga, como se retirasse qualquer coisa de um prato, (...) mas as melhores partes são a gordura e as tripas, isto quando é uma *franche*. A gordura é verde como a erva dum prado, e a das tripas é amarela. A verde, estando fundida, tem quase o mesmo sabor, cor e propriedades do azeite. Nós usamo-lo para fazer omeletes com os ovos da própria tartaruga, que não têm senão gemas (...). Este azeite, ou gordura fundida, tem grande aplicação medicinal para as dores nas pernas e nos braços, e vende-se muito caro em Espanha (...).

(...) vimos algumas cabanas cobertas com conchas de tartaruga, que devem ser de “cabriteiros”, que são pessoas que os espanhóis deixam no degredo ou exilados em alguns locais frequentados por outros navios de guerra, e que servem então para dar sinal, e também para prepararem o azeite de tartaruga que, como já dissemos, é muito procurado em Espanha, da mesma forma que servem para preparar peles de cabra e as conservarem com o mesmo azeite de tartaruga»⁶².

Este texto é uma verdadeira enciclopédia naturalista do século XVII, reunindo conhecimentos sobre o comportamento de fêmeas reprodutoras de tartaruga marinha, métodos de captura e abate, consumo humano e outras aplicações. O seu autor, desconhecido, teve, necessariamente, efectivo

⁶² J.-P. MOREAU, *Un flibustier français dans la mer des Antilles (1618-1620)*, Petite Bibliothèque Payot/Voyageurs n.º 209, Paris, Éditions Payot & Rivages, 2002, pp. 65-68. Ver Fig. 3 e respectivos comentários.

contacto com a realidade da ilha, não lhe faltando capacidades de observação e perspicácia. Identificou, de forma explícita, duas espécies distintas a fazerem posturas na ilha de São Vicente. Os nomes empregues na época, idênticos aos que ainda hoje são utilizados, são indício suficiente para o seu reconhecimento, e a notícia relativa à abundância de uma e outra também não é desprovida de lógica. Os comentários relativos à preferência pela carne de tartaruga-verde e o interesse pelo seu óleo corroboram, de igual forma, a identificação das espécies. Tais preferências são, como já se referiu, semelhantes às de outras regiões do Mundo, onde não há quaisquer dúvidas sobre a espécie explorada. Dignos de menção são também os comentários relativos à existência de um circuito organizado de exportação de óleo de tartaruga-verde para Espanha, recorrendo a pessoas que residiam nas ilhas com a atribuição de o prepararem e armazenarem. Muito provavelmente este circuito comercial passava à margem das autoridades portuguesas, já que a rota parecia estar especialmente orientada para consumidores espanhóis⁶³. É assim de admitir, nos séculos XVI e XVII, a existência de uma pressão de captura de tartaruga-verde, eventualmente significativa mas ignorada ou subestimada pelos portugueses, por não se afigurar digna de interesse.

Nessa época, as ilhas de Cabo Verde podiam ser divididas em três classes: as ilhas agrícolas (Santiago, Fogo, Brava, Santo Antão e São Nicolau), as do sal (Maio, Boavista e Sal) e as desabitadas (São Vicente, Santa Luzia, e os ilhéus Branco e Raso)⁶⁴. São Vicente, a ilha onde Ch. Fleury parou, estava na última classe.

Desde finais do século XVI, mas especialmente no seguinte, a ilha do Maio foi assumindo crescente importância no contexto de todo o Arquipélago. Produziam-se e recolhiam-se aí grandes quantidades de sal, que eram carregadas, por ano, em dezenas de navios e exportadas para diversos destinos⁶⁵. A dinâmica na ilha era tal que no final do século XVII se iniciou a ocupação com carácter quase permanente⁶⁶.

William Dampier, um capitão de nacionalidade inglesa, na sua segunda viagem aos mares do sul fez escala na ilha do Maio, bem como nas do Sal, São Nicolau e Santiago, entre Agosto e Setembro de 1683. Referiu-se à ilha do Maio nos seguintes termos:

«Esta ilha do Maio é bastante pequena (...) mas é muito frequentada por navios e é grande fornecedora de sal; e mesmo sendo um local muito mau para atra-

⁶³ Nesse período, as trocas com comerciantes espanhóis estabelecidos nas Canárias eram muito relevantes. Sobre o assunto ver, por exemplo, M. M. F. TORRÃO, «Rotas Comerciais, Agentes Económicos, Meios de Pagamento» in M. E. M. Santos (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. 2, Lisboa/Praia, IICT, 1995, pp. 17-123.

⁶⁴ T. B. DUNCAN, *Atlantic islands: Madeira, the Azores and the Cape Verde in the Seventeenth-Century Commerce and Navigation*, Chicago, The University of Chicago Press, 1972, pp. 179-180.

⁶⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 184-185.

⁶⁶ A. C. SILVA, «Dinâmicas de decomposição e recomposição de espaços e sociedades» in M. E. M. Santos (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. 3, Lisboa/Praia, IICT, 2002, pp. 1-22.

car, muitos navios acostam aqui todos os anos. Está cheia de vacas, cavalos e cabras; e numa certa época do ano, que é Maio, Junho, Julho e Agosto, uma espécie de pequena tartaruga marinha sai aqui, para deixar os seus ovos na areia; mas essas tartarugas não são tão doces como as do Mar das Caraíbas»⁶⁷.

Os comentários de W. Dampier permitem confirmar a existência de fêmeas reprodutoras nas praias e depreender da sua captura para consumo humano. Não é possível identificar a espécie em causa, mas a comparação com a espécie mais explorada nas Caraíbas indicia não ser a verde. Está-se, de novo, perante uma ilha frequentada por navios de diversas nacionalidades, que sustentam uma actividade mercantil, ali assente no sal. As tartarugas marinhas deveriam ser capturadas e embarcadas como produto complementar, e a intensidade da predação humana, uma vez mais, seria função das expectativas de exportação e não da procura para consumo interno.

Quarenta anos passados, o Arquipélago recebeu a visita do Capt. George Roberts, que tinha partido de Plymouth em Novembro de 1721, a bordo do *King Sagamore*, na qualidade de Segundo Comandante do Capt. Andrew Scott. No final desse ano, ou no início do seguinte, acostou na ilha do Sal, relatando então:

«Quando chegámos a terra encontrámos algumas cabanas em bom estado de conservação, e parecia pela erva que tinham que algumas pessoas as ocuparam até há pouco tempo, o que nos fez suspeitar que fossem alguns apanhadores de tartarugas que ficaram aqui desde a última estação das tartarugas»⁶⁸.

A viagem de G. Roberts com A. Scott terminou em Abril de 1722, na Ilha de Barbados (Mar das Caraíbas). Em Junho partiu a bordo da chalupa *Margaret*, novamente para fazer escala na ilha do Sal, ainda nesse mesmo ano. Relatou nessa oportunidade:

«e sendo a estação da tartaruga-verde, forçámos um pouco a rota e ancorámos na foz de um rio, na costa oeste da ilha, num sítio chamado Palmeira (...).

Enviei o meu bote a terra, para verificar se existiam ali alguns sinais de tartarugas nas praias, ou se estavam ali algumas pessoas para apanhar tartarugas, e se sim e se tivessem algumas apanhadas recentemente, para que trouxessem uma para bordo; é que os franceses muitas vezes passam por aqui, fazendo a viagem propositadamente pelas tartarugas, para as salgar em terra, e para as secar, da mesma forma como fazem com o bacalhau da Terra Nova, porque com elas e com o seu óleo fazem boas vendas nas suas ilhas do Mar das Caraíbas; e guardam as conchas para as vender em França, porque aí valem mais dinheiro do que connosco em Inglaterra, em especial a concha daquela

⁶⁷ W. DAMPIER, *A New Voyage round the World*, 4th edition (corrected), London, James Knapton, 1699, p. 75.

⁶⁸ G. ROBERTS (pseud.), *The Four Years Voyages of Capt. George Roberts, being a series of uncommon events, which befell him in a voyage to the Islands of the Canaries, Cape de Verde, and Barbadoes*, London, 1726, p. 5.

tartaruga que é apanhada à volta das ilhas, e que é da mais fina qualidade, muito limpa e colorida (...).

Cerca de duas horas depois do bote ter partido, voltou a bordo trazendo uma tartaruga-verde, que devia pesar, penso eu, cerca de 90 a 135 kg, e também um negro, nativo da ilha de São Nicolau, que me explicou (...) que estavam ali cerca de 60 pessoas todas nativas da ilha de São Nicolau, que tinham sido levadas para ali num navio pertencente (...) às Bermudas (...) para apanhar e fazer a cura da carne das tartarugas»⁶⁹.

G. Roberts terminou o relato das suas viagens com uma pormenorizada descrição do Arquipélago, destacando a ocorrência de tartarugas marinhas em várias ilhas. Sobre o Sal afirmou:

«(...) um navio francês chegou ali para apanhar tartarugas que vêm em grande número a essa ilha, e trazia uns 30 homens da ilha de Santo Antão, para apanharem e conservarem as tartarugas (...).

À volta de toda a ilha é abundante o peixe de diversos tipos (...) e devem-se trazer negros de São Nicolau ou de Santo Antão, que são muito hábeis tanto para apanhar como para tratar, salgar e curar (...) tartaruga»⁷⁰.

Relativamente à Boavista:

«A maior parte dos habitantes tem cabras; o leite delas é, desde a fome (seca), um dos seus alimentos principais, e o peixe e a tartaruga são outros»⁷¹.

Sobre o Maio:

«Esta ilha também fornece peixe, mas não tanto como na Boavista; e também se apanha tartaruga, mas não em tão grande quantidade»⁷².

Sobre a Brava (*St. John's*):

«Esta ilha é rica em peixe, em especial à volta dos pequenos ilhéus; também saem tartarugas na estação em que põem os ovos; mas elas não são tão apreciadas como alimento, tanto aqui como no Fogo (*St. Philip's*) ou em Santiago, apesar de serem consideradas em todas as outras ilhas como o seu mais precioso manjar, o que é bem verdade»⁷³.

Sobre São Nicolau:

«Os habitantes desta ilha dedicam-se muito à pesca e à apanha de tartarugas, o que fazem principalmente com os seus botes nos ilhéus do Chão Raso, Branco e Santa Luzia, e na ilha de São Vicente, (...) que depois vendem por dinheiro ou então também podem trocar pelo que precisam; e os portugueses, que

⁶⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 19-20.

⁷⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 390-392.

⁷¹ Idem, *Ibidem*, p. 394.

⁷² Idem, *Ibidem*, p. 402.

⁷³ Idem, *Ibidem*, p. 430.

costumam fazer comércio de roupas e panos de algodão, e que também os vendem no Brasil e em Portugal, algumas vezes compram por dinheiro, quando não têm para a troca os produtos que os nativos gostam e querem, já que são normalmente fornecidos pelos ingleses e franceses, que também trocam ou vendem por dinheiro.»⁷⁴

Por fim, relativamente a São Vicente:

«Esta é a ilha de Cabo Verde onde se apanha mais tartaruga e peixe, excepção feita para a ilha do Sal»⁷⁵.

Contemporânea das observações de G. Roberts é a carta do Ouvidor-Geral Sebastião Bravo Botelho para o Rei de Portugal, escrita na Ribeira Grande, datada de 25 de Julho de 1724, e que se inicia da seguinte forma:

«Chegando a este porto um navio francês que vinha das ilhas de Boavista e São Nicolau da pescaria da tartaruga e pondo alguns géneros em terra para os vender aos moradores desta ilha, sabendo eu que algumas pessoas queriam comprar esses géneros por dinheiro lhe propus que não os comprassem senão por géneros da terra fazendo troco com os do francês»⁷⁶.

Estes dois textos oferecem novos contributos para a história natural das tartarugas marinhas «cabo-verdianas». O primeiro é a referência a mais ilhas onde, nas suas praias, eram encontradas e capturadas tartarugas marinhas: Sal, Boavista, Maio, Brava, São Nicolau e São Vicente. O segundo é o recurso a escravos negros, contratados especificamente para as tarefas de captura, salga e cura. Os naturais de São Nicolau e Santo Antão pareciam ser os mais desejados, e a sua utilização reforça a hipótese da existência de um sistema organizado de captura e transformação. O terceiro incide sobre a nacionalidade dos promotores das capturas: parecem continuar a ser os franceses os principais interessados, tanto na carne, como no óleo e carapaças. Surge, igualmente, menção a outra forma de conservação da carne: seca ao sol. Em oposição, nas ilhas de ocupação portuguesa mais efectiva, como Santiago, Fogo e Brava, a carne de tartaruga parece ter pouca aceitação no regime alimentar dos seus habitantes. Por último, mas não menos relevante, é a informação sobre outra espécie: a tartaruga-de-pente. De facto, G. Roberts menciona o especial interesse nas carapaças «da mais fina qualidade, muito limpas e coloridas», de algumas tartarugas apanhadas à «roda das ilhas», ou seja, no mar.

Nessa época, os portugueses tinham, ainda assim, algum interesse pelas tartarugas marinhas, o qual ficou bem expresso nas deliberações do Desembargador Custódio Correia de Matos. Em 1753, a importância da ilha de São

⁷⁴ Idem, *Ibidem*, p. 440.

⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 448.

⁷⁶ A.H.U., *Cabo Verde*, cx. 11, doc. 23, carta de S. B. Botelho dirigida ao Rei e escrita na cidade de Ribeira Grande a 25 de Julho de 1724.

Nicolau justificou a redacção de um Regimento, de sua autoria, e as tartarugas marinhas foram objecto de dois parágrafos. O primeiro estabelecia as seguintes atribuições para os guardas de campo:

«(...) tão bem pertence a estes guardas correr as praias e arrecadar o ambar, tartarugas, e tudo o mais que nellas costuma lançar o mar; e depois de entregar ao feitor, o que assim apanharem se lhes dará propina»⁷⁷.

O segundo estabelecia as seguintes atribuições para os guardas ou feitores comissários das ilhas desertas:

«Terão grande vigilância em correr as praias por ver a boa arrecadação de todo o âmbar, que a elas lançar o mar, e bem assim algumas tartarugas; de que farão azeite, tirando de huma, e outra couza o que por costume lhe competir de propina»⁷⁸.

Entretanto, na Europa, no ano de 1758 o naturalista sueco Carl Linnaeus, criador da taxonomia moderna, publicava a 10.^a edição do seu «Systema Naturae», a primeira onde surgiram nomes e descrições de animais. Apenas a *C. caretta* [*Testudo caretta*] e a *C. mydas* [*Testudo mydas*] foram incluídas nessa edição. A *E. imbricata* só começou a surgir na 12.^a edição, de 1766. Domenico Vandelli, em 1761, apresentara uma descrição da *D. coriacea* [*Testudo coriacea*], outra espécie que ocorre esporadicamente em Cabo Verde, e que também foi incluída na 12.^a edição do «Systema Naturae»⁷⁹. Mas mais de dois séculos antes, em 1554, G. Rondelet, um professor de medicina francês e autor do «Libri de Piscibus Marinis», mencionava a existência de duas espécies de tartarugas marinhas, a *Testudine corticata* (*C. caretta*) e a *Testudine coriacea* (*D. coriacea*). A tartaruga-olivácea (*L. olivacea*) apenas foi descrita no século XIX e, quer antes, quer depois, foi por vezes confundida com a comum⁸⁰. Por isso não se poderia esperar que a identificação e descrição das diversas espécies de tartarugas marinhas em Cabo Verde tivesse sido sempre rigorosa e objectiva. Os relatos de Ch. Fleury e G. Roberts são, consequentemente, de particular interesse, dado o cuidado com que foram descritas as diversas tartarugas marinhas que eram observadas nas praias e nas águas de Cabo Verde.

Já próximo do final do século XVIII surge nova descrição do Arquipélago, desta vez da autoria de João da Silva Feijó⁸¹, atribulado naturalista bra-

⁷⁷ L. B. GUERRA, «A Sindicância do Desembargador Custódio Correia de Matos às Ilhas de Cabo Verde em 1753 e o Regimento que deixou à Ilha de S. Nicolau» in *Stvdia* Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, n.º 2 (1958), Título 5.º, capítulo 1.º, parágrafo 70, pp. 228-229.

⁷⁸ Idem, *Ibidem*, Título 5.º, capítulo 3.º, parágrafo 4, p. 235.

⁷⁹ R. BOUR e A. DUBOIS, «Nomenclatural Availability of *Testudo coriacea* Vandelli, 1761: a Case Against a Rigid Application of the Rules to Old, Well-known Zoological Works» in *Journal of Herpetology*, 17(4) (1983), pp. 356-361.

⁸⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 410-411.

⁸¹ M. E. GUEDES e L. M. ARRUDA, «João da Silva Feijó, Naturalista Brasileiro em Cabo Verde no século XVIII» in *As Ilhas e o Brasil*, Funchal, 2000, pp. 509-524.

sileiro que esteve em missão em Cabo Verde, sob a direcção de D. Vandelli⁸². O «Ensaio Económico de Cabo Verde» aborda, nos itens XXXIII e XXXIV, o comércio do Arquipélago. Pode-se aí ler que:

«Do Senegal, de Gore e do Benim ali vinham todos os dias os franceses trazer escravos, para levarem em troco as vitualhas de que naquelas praças necessitavam, ou a tartaruga salgada, ou ainda viva, para a transportarem às suas colónias da América com o gado. Também os ingleses, os holandeses, os dinamarqueses e os espanhóis ali deixavam o seu dinheiro e alguns materiais, para se proverem de todo o preciso às suas longas viagens para uma e outra Índias. (...).

A panaria, o algodão, as peles, o gado, as bestas, a tartaruga, o milho, o sangue de Drago, o tabaco, o âmbar, a urzela e, finalmente, os diversos e abundantes frutos do país, faziam outros tantos objectos do seu comércio activo, e outras tantas fontes da sua riqueza, sem mencionarmos o sal, cuja exportação sempre foi importantíssima. A urzela, e a panaria não tardarão muito que se não fizessem privativas, esta ao Comércio Nacional, e aquela (com o âmbar, o sangue de Drago e a tartaruga) à Coroa Portuguesa»⁸³.

Uma vez mais fica evidente a posição das tartarugas marinhas no comércio internacional do Arquipélago e, conseqüentemente, a intensidade das capturas necessárias para o viabilizar. De ter em atenção que começa o seu comércio a ser exclusivo da Coroa Portuguesa, uma das formas encontradas para incrementar receitas fiscais, num território de muito baixos rendimentos⁸⁴.

Depois do «Ensaio» de J. S. Feijó, datado de 1797, surge dez anos mais tarde uma exaustiva descrição dos portos e costas de Cabo Verde, da autoria de António Pusich, com breves alusões a tartarugas marinhas. O comércio nos portos caboverdianos, nesses anos, centrava-se no sal, panaria, peixe e outros produtos de origem animal e vegetal. O aprovisionamento de água, pela sua importância, continuava a ser merecedor de nota. Referindo-se à ilha do Sal, afirmou António Pusich:

«Produz também muita urzela, e mesmo pasto para gados; as suas costas são abundantíssimas de peixes, e tartarugas, que nos meses de Julho e Agosto saem nas praias para depositarem os seus ovos na areia»⁸⁵.

⁸² Domenico Vandelli, radicado em Portugal desde 1765, estava então em Coimbra, na Universidade, ao serviço da Coroa Portuguesa.

⁸³ J. S. FEIJÓ, «Ensaio económico sobre as ilhas de Cabo Verde em 1797» in *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, V (1815), pp. 186-187.

⁸⁴ O decréscimo dos rendimentos é mencionado na generalidade da investigação publicada sobre o Arquipélago, relativa ao século XVIII. Por exemplo: I. C. BALENO, «Reconversão do comércio externo em tempo de crise e impacto da companhia do Grão-Pará e Maranhão» in M. E. M. Santos (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. 3, Lisboa/Praia, IICT, 2002, pp. 157-233.

⁸⁵ A. PUSICH, «Descrição Marítima ou Hidrográfica das Ilhas de Cabo Verde (1808)» in A. Carreira (recolha, anotações e apresentação), *Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, edição do autor, 1987, p. 98.

E à ilha de Santa Luzia:

«(...) é deserta (...); as suas costas são abundantes de peixes, e tartarugas»⁸⁶.

Anos mais tarde, no final de 1823, a ilha da Boavista é visitada por Thomas E. Bowdich, reconhecido naturalista inglês. No diário de viagem explica-se:

«O objectivo da visita do Sr Bowdich à ilha da Boavista era assegurar o apoio do Sr Manoel Martins, não apenas para a sua actividade científica, mas também para lhe possibilitar uma excursão até ao rio Gâmbia. Tal indivíduo, pelo número de escravos que possuía, pelas propriedades que tinha nas diversas ilhas, e pela sua importante actividade comercial, detinha enorme influência e autoridade, e o seu estatuto era como o de um Governador. Já tinha sido enviado como Deputado por Cabo Verde, para as Cortes em Lisboa (...).

O Sr Martins confirmou as observações de Dampier, sobre as tartarugas a saírem às praias em Junho, Julho e Agosto, para depositar os seus ovos na areia. E também que era tradição, que ingerindo carne e gordura desses animais, e aplicando o seu sangue sobre a pele, os leprosos ficavam curados»⁸⁷.

Em Janeiro de 1832, Charles Darwin, a bordo do H.M.S. Beagle, visitou a ilha de Santiago. Não há, no entanto, nem no seu diário, nem nas outras obras que depois publicou, qualquer referência a tartarugas marinhas em Cabo Verde.

A ilha do Sal foi finalmente povoada nas décadas de 1830 ou 1840, devido aos esforços do conselheiro Manoel António Martins⁸⁸, já referido por Th. Bowdich. Isabel Barreno, no seu romance biográfico de inspiração histórica «O Senhor das Ilhas», em que se relata a vida de M. A. Martins, seu trisavô, escreveu:

«A ilha do Sal era abundantíssima em peixe e tartarugas. Destas últimas se aproveitava a carne, o óleo, e a casca donde se fabricavam belíssimos objectos.

Foi também intenção de Manuel Martins o fabrico desses objectos nas ilhas. Descobriu que um negro altíssimo e forte, vindo da Guiné, tinha delicadas mãos para afagar as matérias mais preciosas e aprendera a trabalhar a casca de tartaruga, em sua terra ou cativeiro anterior. Utilizando este escravo como mestre de outros, tentou implantar a produção de caixas e travessões para o cabelo das senhoras»⁸⁹.

⁸⁶ Idem, *Ibidem*, p. 105.

⁸⁷ T. E. Bowdich, *Excursions in Madeira and Porto Santo, during the Autumn of 1823, while on his third voyage to Africa. To which is added by Mrs. Bowdich a narrative of the continuance of the voyage to its completion, together with the subsequent occurrences from Mr. Bowdich's arrival in Africa to the period of his death*, London, George B. Whittaker, 1825, pp. 179 e 190.

⁸⁸ Segundo informação de Senna Barcellos, o conselheiro Manoel António Martins, em 1839, já habitava na dita ilha com a mulher e 16 filhos, tendo o Governo nomeado para ali autoridades e deu-lhe a alfândega em 8 de Março de 1838. Cf. C. J. Senna BARCELLOS, *Arquipélago de Cabo Verde*. Conferência do capitão de fragata no dia 20 de Fevereiro de 1908 na Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, Imprensa Lucas, 1908, p. 15.

⁸⁹ M. I. BARRENO, *O Senhor das Ilhas*, 1.^a edição, Lisboa, Editorial Caminho, 1994, p. 62.

Este breve relato sobre a actividade de M. A. Martins informa sobre a primeira iniciativa de instalação de uma pequena indústria local para a transformação de escamas queratinizadas de tartaruga marinha. Até então, o único destino era a exportação em bruto, para posterior transformação no estrangeiro.

Com o desenrolar do século XIX começaram a surgir crónicas e outros estudos que tinham em vista uma descrição metódica e objectiva, tanto do território continental como das colónias ultramarinas. O «Ensaio Económico» de J. S. Feijó, resultara, aliás, de um primeiro esforço nesse sentido. Nova tentativa surgiu com a «Descripção Geographico-Historica das Ilhas de Cabo-Verde», obra publicada em dois volumes no ano de 1841. Todo o Arquipélago é apresentado de forma abreviada no primeiro volume e, aí, escreveu-se que:

«Os mares são mui piscozos; e uma prodigiosa quantidade de tartarugas aparece nas suas praias»⁹⁰.

Sobre a ilha de S. Vicente escreveu-se:

«Esta ilha por muito tempo não foi habitada e visitaram na somente tanto Portuguezes, como Estrangeiros para pescas e salgas de tartarugas e apanha de burros e caça de cabras bravas»⁹¹.

Sobre Santa Luzia destacou-se que:

«Nas praias lança o mar algum âmbar e sahem muitas tartarugas: é abundantíssima alem disso de peixe»⁹².

Relativamente ao Sal mencionou-se existir *a ponta das tartarugas* e também que:

«A baía é muito piscosa e apanham-se aqui bastantes tartarugas»⁹³.

E sobre M. A. Martins afirmou-se:

«E sobre os direitos do Administrador dos rendimentos reais da ilha, o Sargento-mor Martins, nomeado em 1808 pelo Governador e capitão geral D. António Coutinho de Lencastre, afirma-se o seguinte: «E d'então que houve quem o considerasse como proprietário d'esta ilha, comettendo-se d'esta fonte algumas irregularidades e excessos; e assim como ninguém podia, ainda há poucos annos, pescar nas costas desta ilha sem consentimento d'elle, das tartarugas erão obrigados a dar-lhe a casca e azeite, ficando só com a carne»⁹⁴.

⁹⁰ J. C. C. CHELMICKI, *Corografia Cabo-verdiana ou Descripção Geographico-Historica da Provincia das Ilhas de Cabo-Verde e Guiné*, tomo I, Lisboa, Typ. de L. C. da Cunha, 1841, p. 7.

⁹¹ Idem, *Ibidem*, p. 24.

⁹² Idem, *Ibidem*, p. 35.

⁹³ Idem, *Ibidem*, p. 44.

⁹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 45.

Já no segundo volume, dedicado à descrição pormenorizada de vários animais e plantas das ilhas, apresenta-se a tartaruga marinha com a designação de tartaruga-verde maior (*Testudo mydas*).

«Como estes animaes se sustentam de molluscos e plantas aquaticas, a grande abundancia de fucos⁹⁵ e algas explica a sua immensa quantidade nestas paragens. (...) desovam as tartarugas (...) e escolhem para esse fim as praias arenosas das ilhas do Sal e a Boavista. Os ovos são um alimento ameno e saudável, constituindo até nos climas quentes um remedio eficaz nas molestias que exigem epuração de sangue.

A espécie que geralmente se encontra não dá casca de grande estimação, por ser muito delgada, todavia vende se toda que haja a razão de 800 rs. o arratel⁹⁶.

A tartaruga é uma das uteis produções da natureza para os habitantes dos trópicos; aonde a sua carne é um alimento muito sadio, e excellente até é o seu caldo tanto para os escorbuticos como tysicos, por causa dos succos adocicados e diaforeticos que contem.

Antigamente e ainda no seculo passado vinham a estas ilhas navios carregar para as colónias d' America carne de tataruga salgada. Hoje em dia ninguem se dá a esta pesca, e seria de grande vantagem promove-la já por causa da boa e saudavel comida que se havia de dar às tripulações dos navios, como também pela casca e azeite, do qual uma por outra dão vinte canadas⁹⁷»⁹⁸.

J. C. C. Chelmicki e F. A. Varnhagen destacaram ainda a importância das tartarugas marinhas no contexto do comércio internacional, a partir de Cabo Verde, não deixando, no entanto, de referir que estava já em acentuada decadência:

«Os Ingleses, Franceses, Holandeses e Dinamarqueses d'ali levavam para as suas colónias d'América gados, tartarugas vivas e salgadas, sal e todo o mais que lá careciam e neste paíz achavam em abundancia e com barrateza (...) Logo desde o principio, o commercio era livre n'este Archipélago, pertencendo exclusivamente à Corôa o âmbar, sangue de drago e tartaruga e muito depois também a urzella»⁹⁹.

«O commercio de ambar, algodão e tartarugas quasi cessou totalmente. O primeiro d'estes objectos já não é procurado: tão pouco igualmente se dão os insulares a pesca das tartarugas»¹⁰⁰.

⁹⁵ Fucos: algas feofíceas; ordem de algas fósseis pluricelulares nas quais a clorofila está encoberta pelo corante ficofeína, daí a sua cor esverdeada ou acastanhada característica. António Morais da SILVA, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10.^a edição, 12 volumes, Lisboa, Ed. Confluência, vol. V, 1953, pp. 139 e 355.

⁹⁶ 1 arratel = 495 gramas.

⁹⁷ 1 canada = 1,4 litros.

⁹⁸ J. C. C. CHELMICKI e F. A. VARNHAGEN, *Corografia Cabo-verdiana ou Descrição Geographico-Historica da Provincia das Ilhas de Cabo-Verde e Guiné*, tomo II, Lisboa, Typ. de L. C. da Cunha, 1841, pp. 381-382.

⁹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 58.

¹⁰⁰ Idem, *Ibidem*, p. 70.

A observação sobre a dieta alimentar das tartarugas marinhas corrobora anteriores informações sobre a ocorrência da tartaruga-verde como espécie comum em Cabo Verde. Os seus hábitos alimentares têm vindo a ser pormenorizadamente estudados em diversas águas costeiras do Planeta, concluindo-se repetidamente uma preferência acentuada por algas e ervas marinhas¹⁰¹. Em oposição, a dieta alimentar da tartaruga-comum é reconhecidamente carnívora¹⁰².

A questão da comercialização e exportação de tartarugas é repetidamente abordada por autores de relatórios oficiais. Por exemplo, Francisco Travassos Valdez, em 1864, menciona a questão da exportação de tartarugas, a partir da ilha do Sal, da seguinte forma:

«As tartarugas, que se encontram em grande copia n'esta ilha constituem um manjar mui delicado, e que alem d'isso passa por saudavel (...).

Alem do sal, a ilha não exporta senão alguma tartaruga de inferior qualidade, e uma grande quantidade de pelles de chibo»¹⁰³.

Note-se que o contexto desta exportação de tartarugas marinhas, referido por J. Chelmicki e F. Varnhagen, e por F. Valdez, é distinto do implícito nas descrições dos séculos XV a XVIII. Inicialmente tratava-se de uma actividade de subsistência, sem intuítos comerciais, predominantemente destinada a assegurar o consumo de proteína durante as longas viagens marítimas; agora trata-se de uma actividade económica, de comercialização de um recurso local, destinado a ser revendido no estrangeiro, com a consequente obtenção de lucros. Outro exemplo desta actividade fica evidente quando, no ano de 1885, é publicado em Londres um curioso livro intitulado «The Animal Food Resources of Different Nations». As tartarugas marinhas não deixaram de ser aí mencionadas:

«A carne de algumas espécies de tartaruga marinha, em especial a verde, é uma das mais requintadas e desejadas iguarias que se podem apresentar à mesa, pelo menos em Inglaterra, e, por isso, todo o animal é comercializado. A chegada de uma carga de tartarugas vivas não é, aliás, uma coisa que passe despercebida (...).

¹⁰¹ M. LÓPEZ-MENDILAHARSU, S. C. GARDNER, J. A. SEMINOFF e R. RIOSMENA-RODRIGUEZ, «Identifying critical foraging habitats of the green turtle (*Chelonia mydas*) along the Pacific Coast of the Baja California Peninsula, Mexico» in *Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems*, 15 (2005), pp. 259–269. J. SEMINOFF, A. RESENDIZ e W. J. NICHOLS, «Diet of East Pacific Green Turtles (*Chelonia mydas*) in the Central Gulf of California, México» in *Journal of Herpetology*, 36(3) (2002), pp. 447–453.

¹⁰² K. A. BJORNDAAL, «Foraging Ecology and Nutrition of Sea Turtles» in P. L. Lutz e J. A. Musick (eds.), *The Biology of Sea Turtles*, Boca Raton, CRC Press, 1997, pp. 199–231. B. J. GODLEY, S. M. SMITH, P. F. CLARK e J. D. TAYLOR, «Molluscan and crustacean items in the diet of the loggerhead turtle, *Caretta caretta* (Linnaeus, 1758) [Testunides: Chelonidae] in the eastern Mediterranean» in *Journal of Molluscan Studies*, 63 (1997), pp. 474–476.

¹⁰³ F. T. VALDEZ, *Africa Occidental. Notícias e Considerações*, Lisboa, Escripório de Francisco Arthur da Silva, 1864, p. 164.

Entram nos nossos portos, por ano, cerca de 15.000 tartarugas, que, depois, se destinam às nossas cozinhas (...).

Se bem que todas as variedades de tartaruga-verde sejam comestíveis, há umas melhores que outras. As que chegam das Honduras são as mais desejadas. De Cabo Verde, as de São Vicente são consideradas as melhores»¹⁰⁴.

Certamente que a preferência por tartarugas marinhas de São Vicente não era alheia à importância que Porto Grande tinha conseguido, no contexto das comunicações marítimas atlânticas¹⁰⁵. Em 1838, por iniciativa de J. Rendall, tinha sido instalado na ilha um primeiro depósito de carvão, em paralelo com diversas infra-estruturas portuárias de armazenamento de cargas, bem como serviços bancários, administrativos e alfandegários. São Vicente assumira uma posição cimeira no Arquipélago e, em 1874, estava já ligada por cabo submarino à Europa, à Madeira e, depois, ao Brasil¹⁰⁶.

A atenção sobre as tartarugas marinhas provenientes da ilha de São Vicente não se restringia às oportunidades de negócio abertas com seu interesse para o consumo humano, enquanto produto *gourmet*. Também nas coleções científicas do Museu de História Natural de Lisboa (entretanto destruída durante o incêndio de 18 de Março de 1978) existia um exemplar muito jovem de *Thalassochelys caretta* (Boulanger) ou *Testudo caretta* (Linn.), como registou J. V. Barboza do Bocage, naturalista português¹⁰⁷, comentando em simultâneo que Lopes de Lima, nos seus «Ensaio sobre a Statistica das Possessões Portuguezas no Ultramar», não se esquecera de mencionar que em todas as praias do Arquipélago se observava grande quantidade de tartarugas que deveriam ser a *Chelone mydas* ou a *Thalassochelys caretta*, ou uma e outra:

«Se as terras deste Archipelago são tão pingues em suas variadas produções, não seriam menos productivos, se bem explorados fossem, os piscosos mares, que as rodeam: abundam elles em grandes Baleas e Cachalotes, que grandes navios Americanos, ou Inglezes, alli andam continuamente pescando: em todas as praias se encontra o ambar, e nessas se cria (principalmente nas da Ilha do Sal) uma grande quantidade de Tartarugas, de que se aproveita a casca, ainda que delgada, para o commercio, a excellente carne para iguaria, e bom azeite para luzes (...)»¹⁰⁸.

¹⁰⁴ P. L. SIMMONDS, *The Animal Food Resources of Different Nations*, London, E. & F. N. Spon., 1885, pp. 223-231.

¹⁰⁵ A. C. SILVA, *Espaços Urbanos de Cabo Verde: O tempo das cidades-porto*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, 65 pp. A. C. SILVA, *Nos tempos do Porto Grande do Mindelo*, Praia/Mindelo, Centro Cultural Português, 2000, 203 pp.

¹⁰⁶ Essas ligações só sete anos mais tarde seriam estendidas até à cidade da Praia, capital de Cabo Verde.

¹⁰⁷ J. V. B. BOCAGE, «Repteis de Algumas Possessões Portuguezas d'Africa que existem no Museu de Lisboa» in *Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes*, 2.^a série, n.º XIV, Extracto (1896), pp. 1-2.

¹⁰⁸ J. J. L. LIMA, *Ensaio sobre a Statistica das Possessões Portuguezas na Africa Occidental e Oriental, na Asia Occidental, na China, e na Oceania. Livro I. Das Ilhas de Cabo Verde e suas dependências*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844, pp. 22-23.

Na segunda metade do século XIX Cabo Verde foi ainda palco de uma fugaz mas lucrativa actividade económica: a exploração do coral. Sobre o assunto relatou A. Carreira:

«Sabe-se com segurança da existência de coral nos mares do arquipélago de Cabo Verde desde épocas recuadas. Foi assinalada pela primeira vez na Carta Régia de 19 de Setembro de 1462, na qual D. Afonso fez doação a seu irmão D. Fernando das «ditas ilhas e (...) pescarias, coral, (...). Parte desse coral (...) seria recolhido nas enseadas de águas pouco profundas de Santiago e Maio (...).

Todavia, segundo parece, até ao século XIX nunca foi feito o apanho intensivo para fins comerciais»¹⁰⁹.

Pouco se sabe sobre as espécies de coral apanhadas, para além de que:

«(...) a qualidade do coral é excelente, não só pela natureza compacta e bela cor vermelha, porém pelas suas dimensões; pois algumas árvores vi que apresentavam 2 decímetros de altura, e 6 a 10 milímetros na parte mais grossa do seu tronco»¹¹⁰.

Depreende-se que seria uma Gorgoniidae. No que se refere às ilhas onde era exercida a actividade de apanha, não há dúvidas de que Santiago seria importante, e que haveria também actividades nas do Maio e Santo Antão. Sobre a primeira escreveu, a propósito, C. J. Senna Barcellos, militar e cartógrafo, natural da ilha da Brava:

«Da posta leste até *Pedra Badejo* ou porto de *S. Thiago*, notam-se o ancoradouro da *Achada Baleia*, onde geralmente se recolhem os faluchos da pesca do coral, quando cae mau tempo, e os portos *Praia-Abaixo* e *Mangue do Montenegro*, que, por serem abrigados dos ventos do S. (...) são frequentados por faluchos»¹¹¹.

A existência de corais, e particularmente de esponjas, nos fundos costeiros caboverdianos, propicia também a presença da tartaruga-de-pente,

¹⁰⁹ A. CARREIRA, «O Apanho e Exportação do Coral nas Ilhas de Cabo Verde no Século XIX» in *Memórias António Jorge Dias*, vol. 1, Lisboa, 1975, pp. 81-96. O coral foi recolhido para comercialização entre 1843 e 1903, mas apenas entre 1858 e 1900 a actividade foi efectivamente intensa. Dominaram as actividades, quer de apanha, quer de venda, os espanhóis e, muito especialmente, os italianos, cabendo à Coroa Portuguesa pouco mais do que o papel do legislador, dados os conflitos permanentes entre os intervenientes. O governador António do Nascimento Pereira de Sampaio afirmava, num relatório de 1879, que o coral ocupava a quarta posição nas exportações do Arquipélago.

¹¹⁰ *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde*, Ano 1858, n.º 32, 9 de Agosto, pp. 172-174.

¹¹¹ C. J. SENNA BARCELLOS, *Roteiro do Archipelago de Cabo Verde*, Lisboa, Typ. do Jornal As Colonias Portuguezas, 1892, p. 28.

espécie cuja distribuição abrange as latitudes de Cabo Verde¹¹² e cuja dieta alimentar é reconhecidamente muito selectiva e específica, sempre baseada nestas associações de organismos¹¹³.

Cabo Verde entra no século XX sob o signo do incremento demográfico, em paralelo com os primeiros esforços de afirmação da identidade. Fazendo contraponto, na metrópole vai sendo enaltecido o «Mundo Português». Em Lisboa comemora-se assim, no ano de 1938, «A Semana das Colónias», que integra a «Exposição de Cabo Verde». No respectivo catálogo pode ler-se:

«Na Estante XVI, expõem-se anéis, pulseiras, colares, simples ou com pingentes, pregos do cabelo e berloques de tartaruga; são fabricados, especialmente, na Boa Vista. (...) as colheres gravadas, de madeira, tartaruga e de chifre de boi (...)»¹¹⁴.

Dois anos depois, em 1940, também em Lisboa, decorre a «Exposição do Mundo Português», para comemorar, em simultâneo, a Fundação de Portugal [1140] e a Restauração da Independência [1640]. No prefácio da Secção Colonial do Catálogo Oficial da Exposição escreveu Henrique Galvão:

«Abundam as tartarugas, muito procuradas pela sua carne e pelas conchas que os naturais trabalham com a maior perícia»¹¹⁵.

Uns anos antes, em 1935, tinha decorrido em Lisboa o XII^e Congrès International de Zoologie. Participou F. Angel, o qual, entre outras espécies de anfíbios e répteis, comunicou a ocorrência de duas espécies de tartarugas marinhas em Cabo Verde: nas ilhas de São Vicente e do Sal, a tartaruga-comum; na ilha do Fogo, a de-pente¹¹⁶. A *Testudo mydas* (Bowdich), por outro lado, continuava sendo referida como a mais comum na ilha da Boavista. Sobre a mesma ilha escreveu Mário Secca:

«A tartaruga aparece, em grande quantidade, na época das chuvas, quando procura as praias arenosas para a postura dos ovos. Os caçadores caçam-nas com persistência, por apreciarem muito a sua carne e ovos. A carapaça é empregada numa indústria local (...).

¹¹² J. A. MORTIMER e M. DONNELLY, «Hawksbill Turtle (*Eretmochelys imbricata*)», *Marine Turtle Specialist Group 2008 IUCN Red List status assessment* (disponível em <http://www.iucn-redlist.org/details/8005>).

¹¹³ Y. M. LEÓN e K. A. BJØRNDAL, «Selective feeding in the hawksbill turtle, an important predator in coral reef ecosystems» in *Marine Ecology Progress Series*, 245 (2002), pp. 249–258.

¹¹⁴ Sociedade de Geografia de Lisboa, *Monografia-Catálogo da Exposição de Cabo Verde. Semana das Colónias de 1938*, Lisboa, 1938, p. 53.

¹¹⁵ H. GALVÃO, *O Império Colonial Português (Monografia para a Exposição do Mundo Português)*, Prefácio da Secção Colonial, Catálogo Oficial da Exposição do Mundo Português, Lisboa, Neogravura, 1940, p. 60.

¹¹⁶ F. ANGEL, «Sur la Faune herpétologique de l'Archipel du Cap Vert» in *Comptes Rendus du XII^e Congrès International de Zoologie, Lisbonne 1935*, (1937), pp. 1693-1700.

Aparece outra espécie, de muito menor talhe, a que chamam cágado¹¹⁷. A carne é apreciada, mas a carapaça não tem valor nenhum»¹¹⁸.

Orlando Ribeiro, um dos mais conceituados geógrafos portugueses contemporâneos, faz uma alusão às tartarugas marinhas, no contexto das dificuldades impostas às populações pela natureza própria do Arquipélago. Afirma haver:

«(...) uma absoluta falta de recursos alimentares, pois entre o que hoje se come em Cabo Verde, à excepção do peixe e das tartarugas, apenas a vagem doce e adstringente do tamarindo (...) parece ser espontânea nessas ilhas»¹¹⁹.

Outro geógrafo português, Ilídio do Amaral, na sua obra «Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens», de 1964, faz também brevíssima referência às tartarugas marinhas, no contexto de uma descrição bastante tristonha da actividade piscatória nessa ilha:

«(...) em certas praias desertas, aonde vão desovar as tartarugas, os pescadores recolhem os ovos»¹²⁰.

Os contributos para a história natural das tartarugas marinhas «cabo-verdianas», oferecidos pelos dois investigadores da Universidade de Lisboa acima referidos, ficam, nesta segunda metade do século XX, enriquecidos com monografias de nacionais autodidactas, escritas sobre as ilhas onde os mesmos nasceram. De Santo Antão pode ler-se:

«Também se apanha (...) a tartaruga. (...) Da tartaruga apanham-se ou extraem-se os ovos que são um excelente aperitivo; pois elas vêm fazer a postura junto à praia, sendo os seus ovos vendidos em cachos já secos»¹²¹.
«(...) também se faziam bons bifes e outros pratos»¹²².

E de São Nicolau:

«A tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), que pode atingir 1.2 m de comprimento, constitui a espécie mais vulgar nos mares de Cabo Verde (...).

¹¹⁷ Actualmente, nas ilhas de Santiago e da Boavista, chama-se tartaruga-cágueda aos juvenis bênticos de *C. mydas*.

¹¹⁸ M. SECCA, «A Pesca em Cabo Verde», Praia, Divisão de Propaganda dos Serviços de Estatística da Colónia de Cabo Verde, 1945, p. 59.

¹¹⁹ O. RIBEIRO, «Primórdios da Ocupação das Ilhas de Cabo Verde» in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 2.ª série, XXI(1) (1955), pp. 5-35.

¹²⁰ I. AMARAL, *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*, Memórias da Junta de Investigações do Ultramar n.º 48 (segunda série), Lisboa, 1964, p. 292. A Associação das Universidades de Língua Portuguesa, o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, o Instituto de Investigação Científica Tropical, a Universidade do Algarve e a Universidade de Cabo Verde fizeram, em 2007, uma edição fac-similada desta obra.

¹²¹ A. ROCHA, *Subsídios para a História da Ilha de Santo Antão (1462-1983)*, Cabo Verde, edição do autor, 1990, p. 20.

¹²² Idem, *Ibidem*, p. 56.

A fêmea põe grande número de ovos, podendo, por vezes, atingir os quatrocentos»¹²³.

«Apesar das tartarugas já não deterem a sua anterior importância económica, não significa que os ilhéus deixassem de as capturar, antes pelo contrário, esse costume continuou a persistir nos hábitos das gentes de S. Nicolau. Assim, na época da desova, ainda hoje é habitual alguns pescadores, designados de “beladores”, esconderem-se atrás dos rochedos, aguardando a saída das tartarugas para a praia, a fim de as apanharem («virarem»).

Embora este processo de capturar tartarugas seja o mais frequente, é também comum os sanicolaenses apanharem-nas durante a faina da pesca, dado que o seu casco dentro de água se torna mais mole, o que possibilita a utilização do arpão. Porém, os pescadores têm preferência em pescá-las quando estão “barcadas”, isto é, quando estão unidas pelo acto sexual. Aproveitam-se, então, dessa ocasião para agarrá-las e prendê-las ao costado do bote, arrastando-as vivas para terra no regresso da faina piscatória. Nas zonas em que abundam costuma-se, ainda, prender a fêmea por uma barbatana a um fio comprido que está, por sua vez, ligado à embarcação. Assim, à medida que os machos são atraídos pela fêmea para o acasalamento, vão sendo capturados para dentro do bote»¹²⁴.

«(...) os ovos das tartarugas eram, igualmente, muito apreciados na alimentação. Geralmente consumiam-se cozidos em água e sal ou assados na brasa. Estes mesmos ovos tinham ainda a vantagem de se conservarem em recipientes bem fechados, quando devidamente preparados para esse fim, funcionando desse modo como uma importante fonte de reserva alimentar nas épocas de maior carência.

Quanto às conchas das tartarugas, eram (e ainda hoje são) utilizadas como matéria-prima para confeccionar interessantes e bem elaboradas peças de artesanato tradicional de Cabo Verde»¹²⁵.

Um dos mais conhecidos artesãos da especialidade foi *Nha Comandante* ou Emiliano Oliveira Silva. Nasceu a 11 de Setembro de 1919 e faleceu a 12 de Dezembro de 1989, em Sal-Rei, Boavista, onde residia com mulher e filhos. Foi funcionário dos Correios até 1976, ano em que se reformou. Ainda em pequeno aprendeu com o seu pai a arte de trabalhar escamas queratinizadas de tartaruga marinha; depois, ensinou-a aos seus filhos. Tinha oficina numa dependência anexa à sua casa e, enquanto funcionário público, dedicava todos os seus tempos livres à captura de fêmeas reprodutoras, à preparação das carapaças e depois à confecção de peças de muito elevada perfeição e sentido estético. Também comprava aos pescadores exemplares de tartaruga-de-pente juvenis e sub-adultos. Logo que livre de obrigações profissionais, dedicou-se a tempo inteiro. A fama que alcançou foi fruto tanto da sua mestria, como do facto de manter laços de amizade com Aristides Pereira¹²⁶, o 1.º Presidente da República de Cabo Verde [1975-1991].

¹²³ J. LOPES-FILHO, *Ilha de S. Nicolau, Cabo Verde*, Praia, Ministério da Educação, 1996, p. 414.

¹²⁴ Idem, *Ibidem*, p. 417.

¹²⁵ Idem, *Ibidem*, p. 418.

¹²⁶ Aristides Maria Pereira, nascido a 17 de Novembro de 1923, era também natural da ilha da Boavista. A sua mãe era prima do pai de *Nha Comandante*. Consequentemente, para além da

Nha Comandante era o fornecedor principal das autoridades nacionais caboverdianas que, com grande regularidade, lhe encomendavam peças destinadas a presentes oficiais. Esteve representado em exposições caboverdianas patentes em Portugal e no Senegal. De notar que J. Maigret, em 1983, confirmou que a tartaruga-de-pente continuava a ser comum nas ilhas de Cabo Verde, e igualmente a ser capturada para a produção de artesanato, joalheria e utensílios afins¹²⁷. O Japão, como foi já referido, importou de Cabo Verde, entre 1976 e 1983, cerca de 458 kg de escamas queratinizadas de tartaruga-de-pente, certamente destinadas à fabricação de *bekko*. Esta é, aliás, a única informação quantitativa disponível, mas em absoluto insuficiente para uma construção estatística sobre a predação humana de tartarugas marinhas no Arquipélago.

Por fim, em 1979, foi publicada por Lourdes Chantre a 1.^a edição de um livro intitulado «Cozinha de Cabo Verde», reunindo uma vasta e diversificada colectânea de receitas das diversas ilhas. As tartarugas marinhas são a base de duas dessas receitas: bifes de tartaruga e ovos de tartaruga (em conserva)¹²⁸.

CONCLUSÕES

Cada uma das *fontes* históricas relativas à presença de tartarugas marinhas nas ilhas de Cabo Verde, quando lida de forma isolada, parece pouco interessante e, especialmente, pouco informativa. Por vezes excessivamente sucintas, resumidas numa simples frase, heterogeneamente distribuídas ao longo dos anos e dos séculos, tais *notícias* só começam a evidenciar o seu verdadeiro conteúdo quando são compiladas e devidamente organizadas num *corpus* documental. A partir desse momento, com base numa leitura de conjunto, é possível perceber que se está perante uma sequência de referências muito curiosa e peculiar, e que não tem qualquer paralelo na costa ocidental de África. O *corpus* documental em causa pode ser sintetizado no Quadro da página seguinte.

amizade que existia entre os dois, e que surgiu enquanto crianças que brincaram e cresceram juntas, existiam laços familiares.

¹²⁷ J. MAIGRET, «Répartition des Tortues de Mer sur les Côtes Ouest Africaines» in *Bulletin de la Société Herpétologique de France*, 28 (1983), pp. 22-34.

¹²⁸ L. R. A. CHANTRE, *Cozinha de Cabo Verde*, Bolama, edição de autor, 1979, p. 67.

Data	Ilha(s)	Espécie(s)	Uso(s)	Autor(es)
1456	Santiago	<i>Caretta caretta</i> (?)	carne – alimentação	A. CA' DA MOSTO
1480	Arquipélago	<i>Chelonia mydas</i> (?)	carne e gordura – alimentação; sangue – uso medicinal	E. DE LA FOSSE
final séc. XV	Santiago	tartarugas	vivas e salgadas – comércio marítimo internacional	A. CARREIRA, 1986
1506	Arquipélago	tartarugas	uso medicinal	V. FERNANDES
1618	São Vicente	<i>Caretta caretta</i> e <i>Chelonia mydas</i>	carne fresca e salgada, ovos e gordura – alimentação e uso medicinal	CH. FLEURY
1683	Maio	<i>Caretta caretta</i> (?)	carne – alimentação	W. DAMPIER
1722	Sal	<i>Chelonia mydas</i> e <i>Eretmochelys</i> <i>imbricata</i>	carne fresca, seca e salgada, e gordura – alimentação; carapaças e escamas queratinizadas – arte- sanato, joalheria e utensílios afins	G. ROBERTS
1722	Boavista, Maio, Brava, São Nicolau, ilhéus do Chão Raso e Branco, Santa Luzia e São Vicente	tartarugas	indeterminado	G. ROBERTS
1724	Boavista e São Nicolau	tartarugas	indeterminado	S. B. BOTELHO
1753	São Nicolau	tartarugas	indeterminado	C. C. MATOS
1797	Arquipélago	tartarugas	comércio marítimo internacional	J. S. FEIJÓ
1808	Sal e Santa Luzia	tartarugas	indeterminado	A. PUSICH
1823	Boavista	tartarugas	carne e gordura – alimentação; sangue – uso medicinal	Th. E. BOWDICH
1839	Sal	tartarugas	carne e gordura – alimentação; carapaças e escamas queratini- zadas – artesanato, joalheria e utensílios afins	I. BARRENO, 1984
1841	Arquipélago	<i>Chelonia mydas</i>	carne fresca e salgada, ovos e gordura – alimentação e uso medicinal; comércio marítimo internacional	J. C. C. CHELMICKI e F. A. VARNHAGEN
1844	Arquipélago	<i>Caretta caretta</i> e/ou <i>Chelonia mydas</i>	carne – alimentação; gordura – iluminação; carapaças e escamas queratinizadas – artesanato, joalheria e utensílios afins	J. J. L. LIMA
1864	Sal	tartarugas	carne e ovos – alimentação; comércio marítimo internacional	F. VALDEZ
1885	São Vicente	<i>Chelonia mydas</i>	carne – alimentação	P. L. SIMMONDS

Data	Ilha(s)	Espécie(s)	Uso(s)	Autor(es)
1896	São Vicente	<i>Caretta caretta</i> (exemplar muito jovem)	Museu de História Natural de Lisboa	J. V. B. BOCAGE
1935	Sal e São Vicente	<i>Caretta caretta</i>	indeterminado	F. ANGEL
1935	Fogo	<i>Eretmochelys imbricata</i>	indeterminado	F. ANGEL
1938	Boavista	tartarugas	Exposição de Cabo Verde – Semana das Colónias, Lisboa	SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA
1940	Arquipélago	tartarugas	Exposição do Mundo Português, Lisboa	H. GALVÃO
1945	Boavista	<i>Chelonia mydas</i>	carne e ovos – alimentação; carapaças e escamas queratinizadas – artesanato, joalharia e utensílios afins	M. SECCA
1955	Arquipélago	tartarugas	carne – alimentação	O. RIBEIRO
1964	Santiago	tartarugas	ovos – alimentação	I. AMARAL
1979	Arquipélago	<i>Caretta caretta</i>	carne e ovos – alimentação	H.-H. SCHLEICH
1979	Arquipélago	tartarugas	carne e ovos – alimentação	L. CHANTRE
1983	Arquipélago	<i>Eretmochelys imbricata</i>	carapaças e escamas queratinizadas – artesanato, joalharia e utensílios afins	J. MAIGRET
1989	Arquipélago	<i>Eretmochelys imbricata</i>	carne e ovos – alimentação; carapaças e escamas queratinizadas – artesanato, joalharia e utensílios afins	B. GROOMBRIDGE e R. LUXMOORE
1990	Santo Antão	tartarugas	carne e ovos – alimentação	A. ROCHA
1996	São Nicolau	<i>Chelonia mydas</i>	carne e ovos – alimentação; carapaças e escamas queratinizadas – artesanato, joalharia e utensílios afins	J. LOPES-FILHO

Na verdade, o presente texto foi elaborado como quem faz um *puzzle*: encaixaram-se, ao longo de dois anos de trabalho, *fontes* históricas dispersas, procedentes de documentação de origens muito variadas. Foram analisados todos os relatos e *fontes* impressas disponíveis sobre o Arquipélago; foi pesquisada documentação manuscrita existente sobre estas ilhas, desde o século XV ao final do século XVIII; foram visualizadas colecções de gravuras, bilhetes-postais ilustrados, fotografias e selos de correio, e grande parte do que se encontrou fica aqui e agora publicado. Foi uma actividade multidisciplinar, fruto de um esforço conjunto de um investigador do domínio científico da ecologia e biologia das tartarugas marinhas, e de uma investigadora especializada em história das ilhas de Cabo Verde.

Com este *corpus* documental fica também a convicção de se ter dado um contributo importante para o avanço dos conhecimentos sobre a História Natural das Tartarugas Marinhas em Cabo Verde, e das interações entre o homem e esses répteis migradores naquele Arquipélago. Assim, para além da compilação sistemática e coerente de trinta *fontes* históricas relevantes, sintetizadas no Quadro acima, entendem-se de salientar os três seguintes apontamentos:

- i. A elaboração exaustiva de uma pesquisa realizada sobre as fontes portuguesas e pontualmente algumas estrangeiras; não é provável surgirem novos documentos, pelo menos substantivos, que venham a ampliar a leitura que já se pôde fazer sobre o tema.
- ii. O reconhecimento de que há, ainda, um conjunto de eventuais *fontes* por identificar e analisar: as predominantemente francesas, inglesas e espanholas, directamente relacionadas com o uso e consumo dos produtos das tartarugas marinhas provenientes das águas costeiras e praias caboverdianas, bem como as relacionadas com as próprias capturas que, como se concluiu, muitas vezes passaram despercebidas das autoridades portuguesas.
- iii. A certeza de que se aportaram novos e decisivos contributos para encerrar um debate ainda em aberto entre a comunidade científica que se debruça sobre as espécies de tartarugas marinhas nas praias e águas costeiras de Cabo Verde. Considera-se ser agora definitiva a demonstração de que a tartaruga-verde teve uma população reprodutora nas praias do Arquipélago, e que a mesma terá sido extinta já no século XX. O conteúdo e rigor de narrativas e descrições como as de Ch. Fleury, G. Roberts, J. Chelmicki e F. Varnhagen, e P. Simmonds, e também a de E. de la Fosse, é por demais suficiente para sustentar a anterior afirmação. Da mesma forma, as narrativas e descrições de Ch. Fleury, W. Dampier e F. Angel são relevantes para afirmar a existência de uma população reprodutora de tartaruga-comum, que ainda hoje persiste, e que desde muito cedo, antes mesmo de C. Linnaeus e do seu «Systema Naturae», houve a capacidade de distinguir as diferentes espécies de tartarugas marinhas. Sobre outras referências estudadas e citadas, em contrapartida, pode admitir-se a existência de erros de identificação das espécies de tartarugas marinhas, e até a propagação desses erros, de autor em autor, por consulta e transcrição de observações, sem o recomendável processo autónomo de confirmação. A extinção da população reprodutora de tartaruga-verde deve, em Cabo Verde, ser aceite no contexto de um processo que, aliás, tem paralelo em diversas outras regiões do Mundo¹²⁹.

¹²⁹ J. SEMINOFF, «Global Status of the Green Turtle (*Chelonia mydas*): A Summary of the 2001 Status Assessment for the IUCN Red List Programme» in I. Kinan (ed.), *Proceedings of the Western Pacific Sea Turtle Cooperative Research and Management Workshop*, Honolulu, Western Pacific Regional Fishery Management Council, 2002, pp. 197–211.

Finalmente, depois desta sistematização de *fontes* históricas, e quando esta for eventualmente complementada com textos estrangeiros, poder-se-á elaborar um estudo com objectivos distintos deste. Ultrapassada a tarefa de organização das informações, estas poderão ser enquadradas de forma mais aprofundada na evolução económica, social e cultural das ilhas de Cabo Verde. Mas, para avançar para esse patamar, foi necessário começar por inventariar a documentação existente sobre a presença de tartarugas marinhas em Cabo Verde.

Agradecimentos

Os autores do presente texto publicamente expressam o seu agradecimento a: Oceanário de Lisboa, S.A., pelo empenhado, atento e permanente apoio à «Iniciativa para a Protecção e Gestão Integrada de Tartarugas Marinhas em Cabo Verde», no âmbito da qual este estudo foi concretizado; Universidade do Algarve; Instituto de Investigação Científica Tropical; Doutor Eduardo Aznar-Vallejo, da Universidad de La Laguna (Santa Cruz de Tenerife – Espanha), por ter disponibilizado uma cópia digital do seu estudo relativo a Eustache de la Fosse; Dr.^a Vera Gominho, por ter disponibilizado uma cópia digital da Fig. 4; Dr.^a Ana Maria Carvalho, por ter disponibilizado uma cópia digital da Fig. 6; Júlio Rocha Fortes, pelas informações relativas a *Nha Comandante*; directores e funcionários da Biblioteca Nacional de Portugal, Torre do Tombo, Centro de Documentação e Informação do ICT, Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca Oceanográfica do Rei D. Carlos I – Aquário Vasco da Gama, Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais de Lisboa, Biblioteca Central da Marinha, Biblioteca Central da Universidade do Algarve e, por fim, Arquivo Histórico Nacional (Praia, Cabo Verde) e British Library (Londres), por toda a atenção e paciência durante os muitos dias de leitura das *fontes* documentais consultadas, compiladas e aqui apresentadas.



Fig. 2. *Abitanti delle isole di Capo Verde*

Esta gravura italiana do século XIX representa, em posição de destaque, uma tartaruga marinha, evidenciando a importância que lhe é atribuída na identificação do Arquipélago. Parece existir uma segunda tartaruga marinha, de menores dimensões, aos pés da mulher que amamenta um bebé. As tartarugas marinhas estão fora do seu ambiente natural habitual, o que certamente evidencia a intenção do artista em as representar.

(A gravura reproduzida é propriedade do Arquivo Histórico Ultramarino / Instituto de Investigação Científica Tropical, AHU-ICON i – 024 – D.156, que autorizou a publicação).

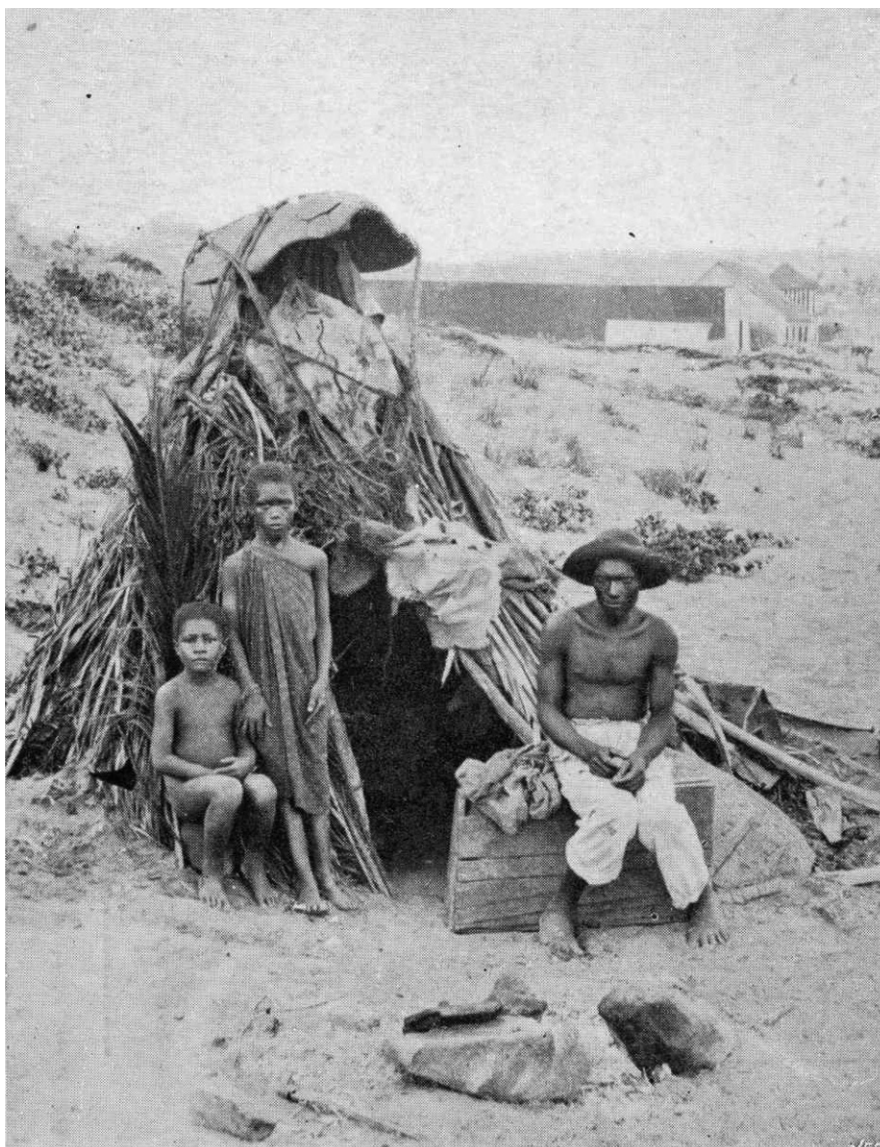


Fig. 3. Cabo-Verde, Cidade da Praia, Cabana de pescador

Este bilhete-postal ilustrado, da década de 1930, apresenta um adulto, duas crianças e uma cabana de pescador. É facilmente perceptível uma carapaça de tartaruga marinha no topo da cabana, devidamente atada, o que dá a entender ter sido aí propositadamente colocada. O plastrão (parte inferior da carapaça, ou peito da tartaruga marinha), também foi utilizado na construção da cabana, e pode ser observado abaixo da carapaça. Esta cabana de pescador poderá não ser muito diferente das referidas por Ch. Fleury, na sua passagem pela ilha de São Vicente, em 1618, e mencionadas no texto.

(A gravura reproduzida é propriedade do Arquivo Histórico Ultramarino / Instituto de Investigação Científica Tropical, AHU – Postais il. – ICON i. – 024 – D, D. 134, que autorizou a publicação).



Fig. 4. Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*)

Este bilhete-postal ilustrado apresenta um exemplar adulto e vivo de tartaruga-verde. A qualidade da fotografia é suficiente para confirmar a identificação da espécie que está registada na legenda, mas a posição do animal não permite identificar se é macho ou fêmea. Porque está livre e sobre a areia, poder-se-á admitir que é uma fêmea que saiu à praia para fazer uma postura, e que foi surpreendida pelo fotógrafo.

(Bilhete-postal ilustrado, sem qualquer referência.

O exemplar reproduzido é propriedade da Dr.^a Vera Gominho, que autorizou a publicação).



Fig. 5. Cabo Verde

Este bilhete-postal ilustrado apresenta um macho adulto e vivo de tartaruga-comum (*Caretta caretta*), parcialmente atado com uma corda. Como estes animais nunca saem do mar, o exemplar fotografado deverá ter sido capturado dentro de água e depois atado para ser transportado para terra firme.

(Bilhete-postal ilustrado, Edition Michel+Co, sem data.

O exemplar reproduzido é propriedade da Dr.^a Maria Manuel F. Torrão).



Fig. 6. Tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*)

Esta fotografia apresenta uma fêmea adulta, capturada em 1997 no areal de Praia Baixo, ilha de Santiago, durante a noite, quando se preparava para fazer uma postura (foi a última fêmea adulta reprodutora de tartaruga-de-couro observada nas praias da ilha de Santiago).

(Fotografia de amator.

O exemplar reproduzido é propriedade da Dr.^a Ana Maria Carvalho, que autorizou a publicação).

MINAS EXPANSIONISTA, MINAS MESTIÇA: A RESISTÊNCIA DOS ÍNDIOS EM MINAS GERAIS DO SÉCULO DO OURO *

por

MARIA LEÔNIA CHAVES DE RESENDE e HAL LANGFUR

Introdução

Os trabalhos sobre as «Minas dos Cataguases», prenúncio de uma história batizada sob os auspícios de populações indígenas, pouco contribuíram para o conhecimento do processo a que esses povos foram submetidos durante o século XVIII. Mesmo que a presença dos índios tenha sido, reiteradas vezes, tema das discussões administrativas e eclesiásticas, para a historiografia mineira, eles são completos desconhecidos¹. Ainda que uns poucos historiadores reconheçam sua participação na história de Minas, quase sempre antecipam suas ressalvas, ao reduzirem tal atuação aos primeiros contatos, sem os tomar sequer como agentes históricos na formação sócio-cultural. E mesmo quando reconhecidos, foram reputados como meros apêndices dos estudos, se prestando via de regra a um papel secundário. Objeto de raríssimas pesquisas, a história indígena de Minas Gerais colonial deixou, por isso, esparsas contribuições, acabando por impor um silêncio avassalador, apesar de uma vasta e rica documentação dispersa pelos seus arquivos.² O que se percebe, portanto, é uma desproporção entre a riqueza qualitativa e quantitativa das fontes coloniais e o volume da produção sobre a história indígena.

* Este artigo é uma versão reduzida do capítulo na coletânea intitulada de *Native Brazil: Beyond the Cannibal and the Convert, 1500-1889*, coordenado por Hal Langfur, a ser publicada pela University of New México Press. Uma versão reduzida está no prelo para ser publicada na Revista *Tempo*, da UFF (Universidade Federal Fluminense).

¹ Para uma reflexão sobre esse «vazio» existente na historiografia mineira, ver o artigo de Crisoston Terto Vilas-Bôas, «A questão indígena em Minas Gerais: um balanço das fontes e bibliografia», *Revista de História*, Ouro Preto, Laboratório de Pesquisa Histórica, n.º 5, 1995, pp. 42-55.

² Ver o rol de fontes sobre a História Indígena Colonial, John Manuel Monteiro, *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros. Acervos das capitais*, São Paulo, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP, 1994.

Uma das principais justificativas, alegadas como pretexto por parte da historiografia, foi o genocídio encetado pelas diversas expedições, conhecidas como entradas e bandeiras, no final do século XVII e início do século XVIII. Nessa vertente, os colonos ao penetrarem os sertões teriam avançado indiscriminadamente sobre territórios indígenas, dizimando toda a população nativa.³ Chacinados pela violência das expedições, os índios teriam sido exterminados, o que explicaria sua ausência na história de Minas. Ou seja, considerados totalmente dizimados por essas investidas devastadoras, os índios não teriam participado da construção da vida mineira, sendo dela excluídos.

O objetivo deste trabalho feito em conjunto é justamente refutar essa interpretação. Nossa análise de um *corpus* extenso de fontes novas e anteriormente negligenciadas, combinada à aplicação de algumas inovações teóricas e metodológicas, nos permite avançar em relação à outras pesquisas.⁴ Neste texto, enfatizamos um aspecto específico de nossa investigação: a presença inegável dos índios nos sertões e nas vilas durante todo o período colonial, demonstrando, portanto, que eles jamais foram extintos como afirmou a historiografia tradicional.⁵ Nossa análise possibilitou, a princípio, avaliar

³ Hal Langfur vê nessa alegação a explicação dada como pretexto para justificar a omissão dos historiadores na questão indígena em Minas Gerais. Hal Langfur, «The Forbidden Lands: Frontier Settlers, Slaves, and Indians in Minas Gerais, Brazil, 1760-1830», Austin, Faculty of the Graduate School, University of Texas, 1999, p. 22 (tese de doutorado).

⁴ Não somos os primeiros a reconhecer o fato da sobrevivência de povos nativos no distrito mineiro muito tempo depois de ter tido início a exploração, a conquista e o estabelecimento de povoados na região. Veja, por exemplo: Renato Venâncio Pinto, «Os últimos carijós: Escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725», *Revista Brasileira de História*, v. 17, n.º 34, 1997, pp. 165-81; Paulo Mercadante, *Os sertões do leste: estudo de uma região: A mata mineira*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973; Celso Falabella de Figueiredo Castro, *Os sertões de leste: Achegas para a história da Zona da Mata*, Belo Horizonte, Imp. Oficial, 1987; Ricardo de Bastos Cambraia e Fábio Faria Mendes, «A colonização dos sertões do leste mineiro: Políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836)», *Revista do Departamento de História, FAFICH/UFGM*, jul./1988, pp. 137-50; Maria Hilda Baqueiro Paraíso, «O tempo da dor e do trabalho. A conquista dos territórios indígenas nos Sertões do Leste», São Paulo, USP, 1998 (Tese de doutorado); Oiliam José, *Marlière, O Civilizador*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1958; idem, *Indígenas de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imp. Oficial, 1965.

⁵ Manuscrito, publicações e resultados de nossas pesquisas inclui, Maria Leônia Chaves de Resende, «Gentios brásflicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista», Campinas, FAFICH/UNICAMP, 2003 (Tese de doutorado); idem, «Minas mestiças: índios coloniais em busca de liberdade no século do ouro», *Cahiers des Amériques latines. Relations Interethniques et Identité*, n.º 44, Paris, CNRS, 2003, pp. 61-75; idem, «Devassa da vida privada dos índios coloniais nas vilas de El-Rei», *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 30, n.º 2, dez. 2004, pp. 49-69; idem, «Minas dos Cataguases: Entre entradas e bandeiras nos sertões de Eldorado», Belo Horizonte, UFMG/Vária História, 2005. Hal Langfur, *The Forbidden Lands: Colonial Identity, Frontier Violence, and the Persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830*, Stanford, Stanford University Press, 2006; idem, «Uncertain Refuge: Frontier Formation and the Origins of the Botocudo War in Late Colonial Brazil», *Hispanic American Historical Review*, v. 82, n.º 2, May, 2002, pp. 215-56; idem, «Moved by Terror: Frontier Violence as Cultural Exchange in Late-Colonial Brazil», *Ethnohistory*, v. 52, n.º 2, 2005, pp. 255-89.

até que ponto os índios semi-nômades confrontaram a agressão violenta de soldados e posseiros no sertão mineiro e, em segundo momento, acompanhar a luta pela liberdade dos índios que, após serem aprisionados no sertão, passaram a viver nos povoados que se estabeleceram na capitania. Ao examinar esse processo – no sertão e nas vilas – procuramos fazer mais do que simplesmente preencher um vazio historiográfico. Nosso intento é contribuir para um entendimento do que ocorreu com os índios no período colonial, rompendo, assim, com a idéia de que tivessem desaparecido ou que tivessem fugido para o interior da colônia no final do século XVII e início do XVIII.

Procuramos demonstrar, assim, que a história de Minas colonial esteve imbricada essencialmente com a questão indígena. E um indicador indiscutível foi o embate das expedições contra as populações indígenas nos sertões bem como o processo de escravização a que diversos grupos foram submetidos, em boa medida fruto das razias encetadas pelas entradas e bandeiras que exploraram o interior das Gerais ao longo de todo o século XVIII. Por todo o Setecentos, as entradas nos sertões, chamadas por sinonímia de «áreas proibidas», foram o zênite dos homens de Minas Gerais – e a desventura dos povos indígenas reduzidos ao cativeiro.

1. «Se divertiam em andarem à caça dos gentios»⁶

A Inconfidência Mineira tem preocupado gerações de historiadores que tentam entender a derrocada do governo colonial para a América Portuguesa, mas o engodo do governador no episódio dos índios jamais provocou curiosidade nesses estudiosos. Como se sabe, o Governador Luís Antônio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena (1788-97), ao descobrir uma conspiração de plutocratas da região que planejavam seu assassinato e a declaração de uma república independente, apressou-se em incrementar as forças militares nos pontos estratégicos da Capitania da Minas Gerais. Procurando evitar a suspeita que o movimento extraordinário das tropas poderia levantar, o governador alegou que índios hostis tinham sido vistos ao longo da principal rota de fuga da Capitania, o que lhe deu a justificativa para reforçar a patrulha. De fato, calculou que os moradores do distrito mineiro, acostumados a ver soldados designados para controlar índios rebeldes, permaneceriam alheios aos seus motivos particulares. O que ele realmente queria – e conseguiu – era que os rebeldes conspiradores fossem presos rapidamente.⁷

Apesar de ser um incidente de menor importância na conspiração derrotada, as ações dos índios, reais ou imaginárias, nesse momento histórico

⁶ Tomás Antônio Gonzaga, «Cartas Chilenas», carta 10.^a, in *Obras Completas de Tomás Antônio Gonzaga*, Livros do Brasil, v. 5, São Paulo, Ed. Nacional, 1942, p. 329.

⁷ Do Governador para o vice-rei, Cachoeira do Campo, 6 de Maio 1789, *Anuário do Museu da Inconfidência*, v. 2, 1953, p. 49; do Governador para a secretaria da Colônia, Vila Rica, 11 de Julho 1789, *ibid.*, p. 72. Kenneth R. Maxwell menciona esse incidente na *História da Inconfidência Mineira, Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal: 1750-1808*, Cambridge Eng., Cambridge University Press, 1973, p. 154.

decisivo, levantam uma questão importante a respeito do contexto maior da vida no distrito mineiro durante o século XVIII. Por que será que o policiamento dos índios deu ao governador a desculpa mais plausível para a movimentação de tropas portuguesas? A resposta é clara, mesmo que toda a produção acadêmica a respeito do tema sequer tenha levado isso em questão. Durante toda a era colonial, os habitantes de Minas Gerais teriam acreditado não somente que índios poderiam ser avistados ao longo do Caminho Novo, mas eles sabiam que muitos índios e seus descendentes viviam nas vilas e povoações da capitania. Sabiam também que outros tantos permaneciam escondidos nas florestas circunvizinhas. Imaginava-se que a maioria destes últimos fosse canibal. Por isso mesmo, lá pela segunda metade do século XVIII, grande parte dos mineiros estava convencida de que a presença de índios na periferia dos assentamentos do distrito das minas prejudicava a descoberta de novos veios de ouro, esmeraldas e diamantes. Acreditavam que a conquista dessas terras distantes traria de volta à Minas Gerais a grandeza que rapidamente se esvaía com a exaustão de seus grandes tesouros aluviais. Tudo ainda reforçado pelas informações dos incontáveis encontros e confrontos entre os índios e as expedições que devassaram o território mineiro ao longo de todo o período colonial. Afinal de contas, o ápice da violência que colocou soldados e posseiros contra os índios no sertão mineiro aconteceu não no início da corrida do ouro, como quer fazer crer a historiografia, mas durante a segunda metade do século XVIII na região oriental da capitania.

Durante os séculos XVI e XVII, diversos grupos indígenas haviam se retirado para o interior, fugindo da colonização da costa. No século XVIII, a explosão da mineração provocou o aparecimento de vilas e lugarejos coloniais, obrigando uma vez mais as populações indígenas a se refugiarem nas florestas a leste da capitania, um enclave entre Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. A conquista sistemática dessa região, conhecida como o sertão do leste (oriental), só foi iniciada após a diminuição do ouro na segunda metade do século XVIII, quando então os colonizadores começaram a avançar para o interior, apoiados pela política ostensiva dos capitães gerais. Alguns procuraram novas fontes de riqueza mineral, enquanto outros tentaram alternativas para a mineração em atividades na agricultura, no pastoreio e no comércio.⁸

À primeira vista, a causa do conflito que se instaurou na região parece óbvia. Representava simplesmente mais um episódio que o historiador John Monteiro descreveu como a «crônica da extinção», destino indelével que a maior parte da historiografia imputa aos índios brasileiros.⁹ No entanto, para além dessa leitura reducionista, emergem muitas complexidades e

⁸ Hal Langfur, «Uncertain Refuge».

⁹ John M. Monteiro, «The Heathen Castes of Sixteenth-Century Portuguese America: Unity, Diversity, and the Invention of the Brazilian Indians», *Hispanic American Historical Review*, v. 80, n.º 4, 2000, p. 718.

questionamentos quando se avalia a origem e a extensão da violência inter-étnica. Daí a necessidade de um relato específico e acurado do processo de deterioração das relações entre os portugueses e os índios semi-nômades do leste como um contraponto às generalizações apressadas a respeito do destino dos povos indígenas da capitania.

A esse respeito, quando as tensões na fronteira se agravaram, transformando-se em confronto violento, algumas questões devem ser analisadas: quem iniciou os ataques – os índios, os posseiros ou o poder colonial? Qual era a relação entre os vários conflitos violentos e a atividade das bandeiras patrocinadas pelo Estado, que cresceu com rapidez na região durante esse período? Será que os ataques dos índios provocavam o aumento das bandeiras, como bradavam os oficiais, ou será que a própria presença das bandeiras em territórios indígenas provocava o confronto? Seria o relato da agressão dos índios fabricado pelas autoridades da capitania para justificar a invasão daquela área e a erradicação dos habitantes nativos, ou seriam os relatos legítimos e, dessa forma, davam provas da resistência resoluta dos índios? E, afinal, o que de fato aconteceu com essas populações indígenas?

Inicialmente, um aspecto fundamental é avaliar até que ponto as fontes que sobreviveram, todas elas elaboradas pelos colonizadores, exageraram ou, por outro lado, minimizaram o número de confrontos violentos no sertão leste. Como o Governador Luís Diogo Lobo da Silva (1763-68) muito bem colocou a questão, os soldados portugueses simplesmente procuravam «reduzir» os índios do sertão leste «à paz e correspondência civil», de acordo com os decretos reais. Somente quando os métodos benevolentes do Estado falhavam em moldar esses índios é que os soldados tinham permissão para «os submeter a referida obediência pelo meio da força».¹⁰ Essa afirmativa provou ser tão falsa no caso de Minas Gerais quanto o foi em inumeráveis outras ocasiões nas quais os colonizadores fizeram afirmativas similares em outras partes do Novo Mundo. A apropriação brusca da terra dos nativos no sertão leste relativiza a alegação dos posseiros e dos oficiais da colônia de que os portugueses entraram na floresta virgem como mensageiros da civilização, forçados a usar a violência em auto-defesa quando atacados pelos incorrigíveis «selvagens».

Na pressa de acabar com este mito, no entanto, devemos nos resguardar para não cair em outro extremo, não menos distorcido e redutor, de que os nativos eram invariavelmente vítimas inocentes da conquista. Rejeitar a idéia de que os índios sempre iniciavam confrontos violentos apenas para se chegar à conclusão de que eles nunca realizavam tal coisa não nos aproxima de uma compreensão dos motivos e dos comportamentos de quaisquer dos dois grupos – nativos ou colonizadores. Essa imagem de uma população indígena indefesa que reage à agressão constrói erroneamente uma série

¹⁰ Governador, «Instrução que há de seguir o Cap. Antônio Cardoso de Souza», [Vila Rica], [ca. 1767], BNRJ (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), SM (Seção de Manuscritos), CV (Coleção Valadares), cód. 18,2,6, doc. 293.

de acontecimentos que levou à subjugação (quando não seu extermínio) dos índios do leste de Minas Gerais, ao mesmo tempo em que subestima o papel da violência da fronteira e retira dos nativos a iniciativa que tomavam, incluindo-se aí sua prolongada e extraordinária resistência à conquista.

É verdade que os diversos povos nativos da região – incluindo-se os Coroados, Puri, Botocudo, Kamakã, Pataxó, Panhame, Maxakali, entre outros – encontraram-se, ao final, em minoria de armas e homens, atacados por doenças e deslocados geograficamente em face da diminuição da terra e dos recursos naturais. Ao longo de sua longa luta pela sobrevivência, no entanto, eles, como os colonizadores contra os quais lutavam, não agiram somente em defesa própria. Principalmente no caso dos Puris e dos Botocudos, eles repetidamente iniciavam ataques em territórios recentemente ocupados e, em alguns casos, até em territórios já considerados firmemente controlados pelo poder colonial. Os índios, em suma, eram ao mesmo tempo vítimas e perpetradores do confronto. Naturalmente, até a mais cuidadosa leitura de fontes escritas pelos colonizadores pode apenas dar uma breve visão de como essa luta era vista pelos índios. No entanto, tal análise sugere claramente que eles se comportavam de uma forma muito diferente da que os colonizadores retratavam como a natureza irracional da resistência indígena.

TABELA 1 – Confrontos violentos com os índios nos sertões do leste, 1760-1808*

Anos	Quantidade
1760-64	3
1765-69	42
1770-74	1
1775-79	12
1780-84	4
1785-89	0
1790-94	7
1795-99	1
1800-04	11
1805-08	4
Total	85

FONTES: APM, CC, cód. 1156; APM, SC, códs. 118, 224, 260, e 277; BNRJ, SM, II-36,5,32 e cód. 2,2,24, cód. 19,3,39, e cód. 3,1,35; BNRJ, SM, CV, cód. 18,2,6; *RAPM (Revista do Arquivo Público Mineiro)*, v. 1, n.º 4, 1896, p. 781; Diogo P. R. de Vasconcelos, *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1994, pp. 147-148; Vasconcelos, *História média*, p. 203; Cambraia e Mendes, «Colonização», p. 142.

* Não estão incluídos os confrontos depois da Carta Régia de declaração de guerra contra os Botocudos, em 13 de maio de 1808. Para o cômputo, consideramos como dois incidentes quando nas fontes há a descrição de vários embates, mas cujo total não foi especificado. Quando se mencionam diversos locais, consideramos a ocorrência de um confronto para cada localidade.

Entre 1760 e 1808, o ano em que o Príncipe Regente João declarou guerra ofensiva aos Botocudo, ato que oficializou meio século de conflitos, nos diários do governo da capitania são relatados oitenta e cinco encontros violentos envolvendo índios no sertão leste. Durante esse tempo, apenas ocorreu um período de cinco anos (1785-9) em que não foi registrado um caso sequer de denúncia de violência, apesar da frequência de tais relatos não ser regular. Quase a metade dos oitenta e cinco incidentes ocorreu entre 1765 e 1769, período no qual as operações militares contra os índios no sertão alcançaram seu ápice sob a batuta do governador Lobo da Silva e seu sucessor José Luís de Meneses Abranches Castello Branco e Noronha, o Conde de Valadares (1768-73).

As fontes que relatam tais encontros, no entanto, o fizeram de tal forma que transformam em um desafio até este tipo de análise quantitativa rudimentar. Em alguns casos, só aparecia uma vaga menção à violência. Descobrimos, por exemplo, através do Capitão Paulo Mendes Ferreira Campelo, na época comandante militar geral da região, que houve uma tentativa dos posseiros de cultivar terras que haviam sido abandonadas por seus antigos habitantes por medo de ataques indígenas, na área do arraial distante de Cuieté, a meio caminho do vale do Rio Doce.¹¹ A implicação desse relato era de que tal medo se baseava em uma experiência antecedente e, de fato, muitas outras fontes relataram outros ataques a esse arraial. De qualquer forma o documento citado permanece obscuro. Uma carta formal para o Conde de Valadares na qual o comandante descreve suas frustrações diante dos passos lentos em que o sertão era povoado, pode ser atribuída ao período que se seguiu à nomeação do governador em 1768. A luta pelo povoamento que a carta cita, no entanto, ocorrera em um tempo indeterminado, talvez até mesmo antes de Campelo ter sido nomeado em 1765, para o comando que exerceu, em nome do Governador Lobo da Silva. A carta não indica que tipo de violência ocorreu – se, por exemplo, os ataques alegados se dirigiam a soldados ou a posseiros, contra pessoas ou contra seus bens materiais, ou se aconteceram nas matas no entorno do arraial do Cuieté, ou dentro dos próprios limites do arraial. E nem tampouco Campelo especifica quantos ataques indígenas ocorreram antes que os posseiros resolvessem fugir. Provavelmente foram necessários mais de um ataque. Em tais casos – e há muitos – nos quais a ambigüidade das fontes elimina uma identificação e uma quantificação precisas, não incluímos o incidente ou mesmo o incidente implícito em nosso cômputo de confrontos violentos.

Muitos relatos citam ataques múltiplos, mas não registram quantos. Nessa situação, adotamos uma abordagem mais conservadora, assumindo um incidente violento para cada lugar citado, ou dois se a descrição estiver no plural, isto é «assaltos» em um único local. Assim, uma série de expedições militares organizadas pelo Governador Lobo da Silva na década de 60

¹¹ Campelo, «Representação,» s.d., BNRJ, SM, CV, cód. 18,2,6, doc. 198.

respondia não simplesmente a um ataque indígena isolado, ou a uma série de ataques em diversos lugares, mas agiam contra ataques que ele dizia estarem ocorrendo «todos os anos» em locais diferenciados do sertão leste.¹² A frequência de relatos de outros numerosos incidentes, ainda que não especifique as informações, indica a existência de muito mais violência inter-étnica do que o nível sugerido pelos oitenta e cinco casos em que podem ser datados e ligados a um local determinado.

Outras evidências relacionadas à origem e extensão da violência aparecem quando se comparam as fontes sobre os ataques com as que falam das expedições armadas despachadas para o sertão leste. Identificamos quase cem expedições militares e para-militares que marcharam rumo à floresta da Minas Gerais colonial com fins de conquista e incorporação territoriais. Frequentemente chamadas de bandeiras, mas também conhecidas por outros nomes como entradas, expedições, escoltas e tropas, essas incursões militares e para-militares se prestaram a diversas funções: serviam para neutralizar a resistência nativa, para garantir a posse da terra, para realizar prospecções de riquezas minerais, para limpar novas trilhas e estradas, para fazer o reconhecimento de rios, para perseguir escravos fugidos, controlar posseiros, supervisionar garimpeiros e descobrir contrabandistas, enfim para estender a autoridade do estado até áreas mas recônditas. E não se pode deixar de reconhecer ainda a captura indígena, mesmo que residual. Muitas dessas bandeiras reuniam ou combinavam mais de um dos objetivos citados, mesmo que seu propósito principal fosse a pacificação do território. Essas atividades das bandeiras se tornaram particularmente intensas durante a segunda metade do século XVIII nas florestas do leste. Pelo menos 79 bandeiras atravessaram as florestas e os vales dos rios entre 1755 e 1804, a princípio organizadas para guerrear, foram transformadas em operações militares mais convencionais ordenadas pela coroa.¹³ Embora alguma pesquisa futura possa descobrir ainda outras, os anos em que essa atividade atingiu seu pico provavelmente continuarão a ser as duas décadas compreendidas entre 1765 e 1785, precisamente o período durante o qual os deslocamentos econômicos da época pós-desenvolvimento se tornaram mais severos.¹⁴

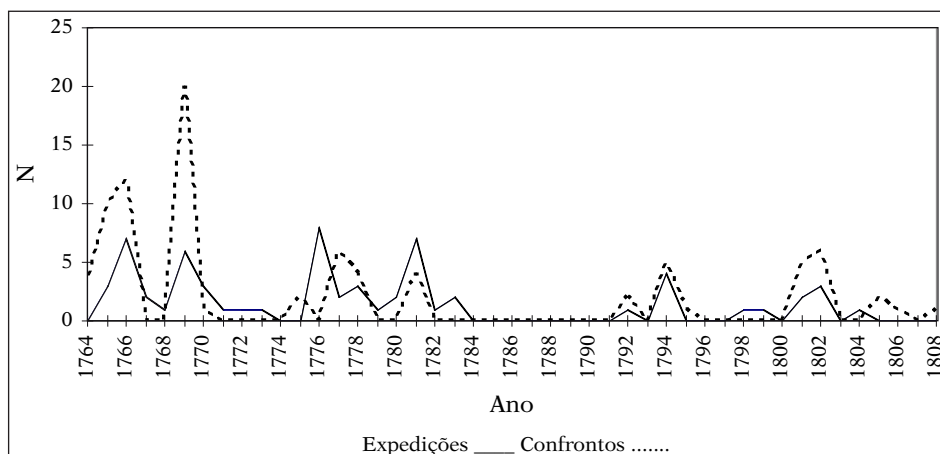
Comparando-se dados de arquivo, percebe-se uma correspondência muito próxima entre os relatos de ataques indígenas e a formação de bandeiras (veja Gráfico 1). A sucessão de ataques documentados entre 1765 e

¹² Governador, «Lista das pessoas que devem e tem obrigação de concorrerem para embarcar o corso com que o gentio Silvestre esta todos os anos entrando pelas fazendas e sesmarias da beira do rio Doce...», Vila Rica, 9 de maio de 1765, APM (Arquivo Público Mineiro), SC (Seção Colonial), cód. 1156, fl. 4.

¹³ Localizamos 93 entradas em Minas Gerais colonial, incluindo 79 no sertão leste entre 1755 e 1804. Veja Hal Langfur, «Forbidden Lands...», cap. 2; idem, «Uncertain Refuge...», p. 244; Resende, «Gentios Brasileiros...», anexo, pp. 379-383.

¹⁴ Sobre a recomposição econômica iniciada no início do século XVIII, veja Laird W. Bergad, *Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, pp. 163-66.

FIGURA 1 – Expedições e violência, 1764-1808



1769 ocorreu entre dois períodos distintos: o primeiro coincidindo com as expedições iniciadas durante os últimos dois anos do governo de Lobo da Silva, o segundo com uma atividade similar durante o segundo ano da permanência de Valadares no cargo. Os dois governadores se mostravam particularmente ávidos na tentativa de revigorar a capitania em decadência através da expansão territorial em direção ao sertão. Juntos, o pico de violência durante este período de cinco anos e a ausência de atos agressivos durante o período de nove anos compreendidos entre 1782 e 1791 corresponderam, respectivamente, a períodos da maior e da menor atuação das bandeiras. A mesma correspondência se observa, em escala relativa, para cada um dos outros períodos de intensificação ou diminuição de atividades das bandeiras.

Há um bom número de explicações para a relação direta entre incidentes violentos e bandeiras. Em primeiro lugar, a hipótese mais cética: a de que na maioria ou pelo menos em muitos casos a violência não aconteceu de fato, mas foi inventada pelas autoridades como um pretexto para despachar tropas com o intuito de explorar e ocupar o sertão. Pelo fato de a coroa ter acesso restrito ao sertão leste no início do século, os governadores da capitania necessitavam qualquer tipo de justificativa para se infiltrarem naquele território que se imaginava fértil em riquezas minerais.¹⁵ A necessidade de retaliar as atrocidades dos índios forneciam exatamente a justificativa que se queria. Mesmo assim, particularmente no caso dos relatos específicos incluídos em nosso cálculo, havia casos demais mostrando detalhes pormenorizados dentro de um período longo para dar suporte a tal conclusão.

Outras possibilidades que podem explicar a correlação entre violência e bandeiras são mais difíceis de serem avaliadas. A primeira assume que os

¹⁵ Hal Langfur, «Uncertain Refuge».

incidentes violentos em quase todos os casos fizeram com que os posseiros e o governo local formassem bandeiras retaliativas. A outra possibilidade seria a de que em qualquer lugar e a qualquer momento em que as bandeiras entravam nas florestas elas provocavam resistência dos nativos. Pode-se reunir muitas evidências que ajudam a dar suporte a quaisquer das duas hipóteses.¹⁶ Uma terceira possibilidade, é considerar uma posição intermediária que assume terem ocorrido ambos os tipos de violência: as expedições provocavam violência, em contrapartida, a violência provocava as expedições. Todas as três possibilidades compartilham a idéia de que em quase todos os casos e lugares existia uma relação direta entre violência fronteiriça e a presença de bandeiras.

No entanto, a um exame detalhado, esses dados sugerem uma interpretação diferente (veja quadros 2, 3 e 4). Na maioria esmagadora de casos (90%) relata-se que os índios eram os agressores nessas confrontações violentas. Em apenas alguns casos esparsos (8%) relata-se que os soldados tenham iniciado as hostilidades. De todos os oitenta e cinco casos de conflito violento, nem um único incidente foi atribuído aos posseiros, questão a qual voltaremos mais tarde.

QUADRO 2 – Identidade do agressor

Agressor	Quantidade	%
Índios	78	92
Soldados	7	8
Posseiros	0	0
Total	85	100

QUADRO 3 – Identidade das vítimas dos ataques indígenas

Vítima	Quantidade	%
Posseiros	57	73
Soldados	15	19
Índios aldeados	4	5
Desconhecido	2	3
Total	78	100

QUADRO 4 – Alvo dos ataques indígenas contra os soldados

Alvo	Quantidade	%
Presídio	7	47
Expedição	6	40
Individual	2	13
Total	15	100

FONTES: Ver Tabela 1

¹⁶ Veja, por exemplo, Governo, «Portaria para Joaquim Correia Mosso comandar uma esquadra para afugentar os índios bravos», Vila Rica, 9 de julho de 1792, APM, SC, cód. 259; Antônio Veloso de Miranda para o Governador, [Presídio dos] Arrepiados, 23 de novembro de 1781, APM, SC, cód. 224, fls. 79v-80v.

Quanto às vítimas dos ataques indígenas, os posseiros foram apontados em três de cada quatro casos (73%), os soldados em mais ou menos um de cada cinco casos (19%), e os índios assentados em aldeias em apenas alguns casos (5%). Somando os quinze ataques contra soldados aos sete ataques que eles iniciaram, o número total de encontros entre índios e soldados soma vinte e dois, ou um pouco mais do que um quarto do total de oitenta e cinco. Parece ter ficado claro que a violência no sertão leste ocorreu mais entre índios e posseiros do que entre índios e soldados, apesar de as fontes ressaltarem a conexão entre violência nativa e desdobramentos militares, mesmo que os oficiais considerassem os soldados como a vanguarda do plano de subjugar os nativos do sertão leste, e mesmo que o assentamento da região fosse supostamente proibido pela coroa.

Assim torna-se evidente que a correlação direta entre os dados sobre a violência e as bandeiras esconde o aspecto mais sangrento do conflito, que aconteceu em fazendas mais distantes e em operações no leste, ao largo das expedições que se infiltravam nas florestas. As bandeiras sem dúvida levantaram a resistência dos índios, mas em geral de forma indireta. Elas eram enviadas quando, na opinião do governador em exercício e de seus comandantes, as hostilidades entre índios e posseiros demandavam o uso de força militar. Em suma, a ligação entre violência e a atividade das bandeiras pode ser atribuída à natureza das fontes em si mesmas. Essas fontes necessariamente documentavam os ataques que levavam o governo a agir e garantiam a despesa que era gerada, assim como os esforços para o recrutamento. Tais documentos também forneciam as razões para a decisão de ignorar, de forma conspícua e oficial, a proibição formal de explorar e povoar o sertão leste. Além do mais, pelo mesmo motivo, parece que muitos episódios violentos ficaram sem relato. Quando o governo estava mais preocupado com outras questões, quando hesitava nas políticas administrativas ou quando um incidente era desprezado por sua natureza isolada e pontual, não havia a produção de documentos pela máquina burocrática que registrasse a montagem das bandeiras de retaliação. Também faz sentido, sob a perspectiva indígena do conflito, a eliminação de expedições militares como razão primeira de violência. Após longa experiência de lidar com colonizadores ocupando seus territórios, os índios sem dúvida reconheceram a tolice de guerrear contra uma expedição armada em campo aberto, mesmo recorrendo à tática de atacar e fugir. Pelo contrário, eles escolhiam seus alvos cuidadosamente dentre os posseiros, as fazendas e os ranchos espalhados, e até os povoadamentos e pequenos arraiais que se encontravam ao longo da fronteira móvel entre território nativo e português. Assim, se podemos considerar que o uso de bandeiras foi uma tática essencial do estado, enquanto fazia os movimentos de incorporação do sertão leste ao domínio colonial, devemos reconhecer ainda a importância dos povoadores nesse processo. Os posseiros eram muito mais numerosos e sua presença era muito mais desestabilizadora para a errância dos indígenas nômades, e, por sua vez, os posseiros eram muito mais vulneráveis aos ataques do que os soldados bem armados

que passavam pelo território nativo em expedições intermitentes para, logo depois, seguir adiante. Como os posseiros mineiros repetidamente e cada vez mais ultrapassavam as fronteiras estabelecidas pela Coroa, avançando sobre o território dos índios, eles se tornaram as vítimas e ao mesmo tempo os perpetradores da violência interétnica. Contraditoriamente, somente uma minoria privilegiada dos posseiros, no entanto, possuía o poder e a influência de chamar a atenção das autoridades públicas quando os índios atacavam. Esses incidentes, e somente eles, eram os que constavam da documentação que se refere às expedições militares enviadas em resposta aos ataques. Muitos outros incidentes, parece prudente concluir, ficaram sem relato, ou porque envolviam posseiros que desrespeitavam as determinações do governo (e, portanto, não podiam registrar suas queixas), ou por serem pobres e analfabetos, com pouco recurso, estavam limitados para apelar à ajuda oficial, ou porque o governo da Capitania, em si, era incapaz de atender a todos os apelos.

De todas as características quantitativas dos documentos que descrevem a violência interétnica no sertão, aquela que mais se destaca a respeito de como a própria produção de fontes tanto moldaram quanto refletiram a forma como os oficiais compreendiam o conflito é a completa ausência de ataques em que se relata terem sido iniciados por ataques dos posseiros aos índios. Não se pode dar crédito a essa falta de equilíbrio. Supondo-se que muitos ataques isolados entre posseiros e índios nunca apareceram nos relatos oficiais, podemos determinar a razão pela qual aqueles que apareceram foram atribuídos aos índios. Ao dar ordens para as bandeiras entrarem no sertão, o Governador Lobo da Silva avisava que aqueles que se engajassem em atos de agressão não justificados contra os índios seriam punidos. Só se poderia usar a violência em auto-defesa para repelir os índios que não cooperassem.¹⁷ Suspeita-se, entretanto, que não era difícil para ou esconder o uso de tal violência ou para provocar os índios a agirem de tal forma que justificasse uma retaliação. Isso se referia tanto a bandeirantes quanto a posseiros. Por exemplo, Manoel Pires Farinho, que era bandeirante e também posseiro, encabeçou uma expedição não autorizada para dentro dos rincões a sudoeste da Capitania, atacando um grupo dos Puri e matando dez deles. Quando a notícia chegou até o Governador Rodrigo José de Meneses, ele esboçou uma censura enérgica, descrevendo-se como «É muito do meu desagrado». Condenou o «ímpeto» com o qual a bandeira tinha atacado os índios, apesar de os Puri não terem dado «imediato motivo para serem tratados como inimigos». Enviou um alerta contra ataques similares «senão no caso da natural defesa».¹⁸ Em tais condições, parece justo concluir que os posseiros e soldados aprenderam a esconder sua própria agressão contra os

¹⁷ «Requerimento de Antonio Cardoso de Souza, morador no Rio Pardo da Comarca de Serro Frio, respectivo sobre a redução de índios que circulam a Otinga», [1766], APM, SC, cód. 60, fl. 86; Governador para Souza, Vila Rica, 29 de agosto de 1766, *ibid.*, fls. 86-86v.

¹⁸ Governador para Francisco Pires Farinho, Cachoeira, 13 de novembro de 1781, APM, SC, cód. 227, fls. 13-13v.

índios, atribuindo-a à defesa própria e, muitas vezes, deixavam de reportá-la completamente.

A negação de responsabilidade colonial pelos conflitos com povos indígenas se tornou um tema da conquista em todas as Américas. Neste sentido, a versão portuguesa do conflito no sertão mineiro não constitui surpresa. Mas as fontes nos ensinam algo mais. Sujeitas à análise criteriosa, o que se evidencia em suas lacunas e suas tendências é que elas revelam o quanto as lutas entre os colonos e os índios proliferaram a um ponto ainda mais significativo do que sugerem os oitenta e cinco casos de lutas violentas documentadas no sertão leste durante a segunda metade do século XVIII. Inadvertidamente, as fontes e seus silêncios ilustram o quanto se escondeu da visão oficial no sertão. Para os portugueses, a violência endêmica nas florestas assumiu a forma de uma competição permanente entre civilização e barbarismo, o que exigia um avanço militar organizado sobre território não incorporado para combater os atos de canibais irracionais. No entanto, os incidentes reportados quase sem exceção atribuídos à selvageria dos índios, continham evidências da responsabilidade dos posseiros, mesmo que seja difícil, em última instância, determinar até que ponto. Apesar das restrições da Coroa, os posseiros de todas as classes continuavam a se infiltrar lenta mas inexoravelmente no território dos índios. Alguns buscavam ouro, outros a simples subsistência. A forte presença do estado na forma de expedições militares e de tropas reunidas em presídios de fronteira não deveria nos desviar do fato básico de que encontros violentos ocorriam não só entre índios e soldados como também entre índios e posseiros. Fica também claro que a oposição nativa à expansão territorial portuguesa persistiu de forma sustentada, significativa e excessivamente dilaceradora ao longo da segunda metade do século dezoito. Se o comportamento lusófono não se adaptava às intenções colonizadoras civilizadas que eles diziam ter, a resposta dos nativos também não se caracterizava pela passiva aceitação da derrota.

2. Mesclando Minas: de mestiços a índios coloniais

Depois de enfrentar os posseiros, se confrontarem com as bandeiras, nos sertões do leste, os índios ainda assim continuaram resistindo a todo custo ao colonizador. Desta vez, contra a prática de escravização nas vilas e lugarejos da capitania.

A presença de indígenas e seus descendentes, nos arraiais e vilas, pode ser atribuída a diversas razões. Em parte eram «carijós», muitos, inclusive, aprisionados durante as entradas nos sertões do rio São Francisco, no final do século XVII, e que retornarem então as Minas na companhia dos paulistas, vivendo assim uma diáspora a seu tempo, como descreveram alguns relatos do Códice Costa Matoso.¹⁹ Outro tanto foi resultado da captura das

¹⁹ É também o que sugere Muriel Nazzari. Da escravidão à liberdade: a transição de índio administrado para vassalo independente em São Paulo colonial. Maria Beatriz Nizza (Org.), *Brasil: Colonização e escravização*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000, p. 30.

bandeiras, armadas pelos colonos e, muitas vezes, financiadas pelo Estado durante todo o período colonial. Portanto, muito diferente do que se faz crer, a conquista dos indígenas – o «ouro vermelho» – não cessou com os novos descobertos, culminando com o desfecho da guerra contra os botocudos em 1808. Mesmo que a motivação das expedições estivesse associada à extração de metais preciosos e, por extensão, à concessão de sesmarias, cargos e outras benesses, entre tantas outras finalidades como vimos, não se pode subestimar que a captura dos nativos, ainda que residual, tivesse despertado o interesse de muitos integrantes das expedições, animados com a promessa e. Por todo o período colonial, as entradas nos sertões foram movidas por este tripé. Não há dúvidas, portanto, de que uma boa parcela dos índios foi capturada nestes confrontos e se prestou como reduto de mão-de-obra para a lavra mineral, agrícola ou serviços domésticos, muitos na condição de administrado dos colonos.²⁰

Como comentou A. J. R. Russell-Wood, superestima-se «a desistência absoluta do paulista em assediar comunidades indígenas após a descoberta do ouro». Para ele, a distinção entre emboabas e paulistas não se restringia à procedência, como se afirma recorrentemente, mas de natureza cultural. Os paulistas se distinguiam pelo padrão de comportamento e estilo de vida em que pese a «grande incidência de relacionamento com índias», construindo uma «cultura que não era nem totalmente européia nem totalmente indígena, mas uma amálgama suficientemente perceptível para ser *sui generis*». Ademais, sua relação com o gentio era «ambivalente», pois ainda que implicasse o cativo, implicava também a incorporação do gentio «no contexto de sua economia doméstica», impondo a preferência por índios mais jovens, «fáceis de domesticar» e, no caso das mulheres, «aquelas desejáveis como parceiras sexuais».²¹

Esse legado deixou raízes e, na Minas do século do ouro, parece ter estimulado os participantes das entradas. Um bom exemplo disso é o que ocorreu na região da freguesia de Nossa Sra. da Conceição de Guarapiranga. Em meados do século XVIII, essa região era o último reduto de exploração mineradora e onde se estabelecera uma barreira natural com a presença de «índios bravios» na Zona da Mata, como os Camancâns, Pataxós, Maxacalis, Botocudos, Puri-Coroados, que impediam o avanço dos colonos, rechaçando vigorosamente a expansão colonial.²² Reagindo aos entraves do gentio, os moradores da freguesia de Guarapiranga encaminharam uma petição. Lamentando a «opressão» a que estavam sujeitos os «leais vassalos» por

²⁰ Sobre isso, ver, especialmente, o capítulo «A administração particular», em John Monteiro, *Negros da Terra...*, pp. 129-153.

²¹ A. J. R. Russell-Wood, «Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do Códice Matoso», *Vária História*, Belo Horizonte, IFCH/UFMG, n.º 21, jul. 1999, pp. 101, 102.

²² Renato Venâncio Pinto, «Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725», *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, v. 17, n.º 34, 1997, p. 173.

causa dos ataques dos «infiéis», pediam ao rei «remédio com brevidade». Descrevendo os assaltos, requeriam a «licença para poderem entrar naqueles sertões com bandeiras e conquistar aquele gentio bravo, e descobrir ouro, porque estão de posse das melhores terras». Para compensar suas despesas, propunham uma contrapartida. Na condição de administradores, se apossariam dos índios que «se puser em guerra e for apanhado», para «servirem-se dele e ensinar-lhe a doutrina».²³ Claro estava que a montagem desse expediente se ancorava na alegação de apenas se proceder à «guerra justa». Nos anos seguintes a situação nada mudara, pois ainda davam conta da grande consternação em que se achavam os moradores de Guarapiranga. Requeriam, por isso, ajuda de custo em «pólvora e chumbo para fazerem retirar o gentio das suas fazendas» que cometiam «mortes e roubos».²⁴ De Lisboa, a determinação régia era clara. «Se eles [os índios] se domesticarem, usar de bondade». Caso contrário, promover a «a guerra positiva, continuando até os domesticar ou afugentar e extinguir».²⁵

Muitas outras petições dessa natureza estão registradas nos códices coloniais. Mas seguramente, um bom tanto de índios foi aprisionado a partir dos anos 60 quando a política dos governadores implementou a invasão dos territórios indígenas. Afinal, a chave para salvar a capitania de sua penúria econômica era focalizar as «terras proibidas» então «infestadas pelo gentio». Seguindo essa lógica, durante toda a segunda metade do século XVIII, as entradas aumentaram. Das 93 bandeiras identificadas no século XVIII, 73 foram a partir da década de 60.²⁶ Acompanhando este mesmo ritmo, o aprisionamento dos índios também aumentou, como demonstram os termos de administração. Não há dúvidas de que uma boa parcela de índios foi aprisionada nestes confrontos e levada para os lugarejos na condição de administrados.

Em uma correspondência para o Conde de Valadares, datada de 1772, o capitão Paulo Moreira da Silva informava que os índios, capturados na conquista do Cuieté, se achavam em poder dos moradores «para lhes dar as devidas insinuações e doutrinas e mandar-lhes ensinar os ofícios para sua sustentação, civilizações e instruções dos dogmas da Santa Fé». No seu relatório, como de praxe, teve o cuidado de arrolar os nomes dos respectivos administradores, cujas assinaturas no termo de compromisso denunciavam a prática da administração, especialmente entre aqueles que integraram as expedições à época.²⁷

²³ APM, SC 10, fot. 808-811.

²⁴ PR (Projeto Resgate), AHU (Arquivo Histórico Ultramarino), 4515, cx. 55, doc. 25.

²⁵ BNRJ, SM, Papéis Vários Manuscritos, 1,4,1, doc. 20.

²⁶ Veja sobre isso, Resende, «Minas dos Cataguases», pp. 186-202. Para compreender a especificidade das bandeiras em Minas Gerais, ver Hal Langfur, «The return of the Bandeira: economic calamity, historical memory, and armed expeditions to the sertão in Minas Gerais, Brazil, 1750-1808», *The Americas*, v. 61, n.º 3, 2005, pp. 434-436.

²⁷ APM, SC179, fot. 1768-1769.

A conduta para a formalização da administração era sempre a mesma. Aprovada a petição para a captura de índios, o colono deveria apresentar o lote aprisionado ao Senado da Câmara – órgão responsável para delegar o estatuto de administrador ao colono. A primeira responsabilidade do administrador de índios era a consagração do batismo. A partir de então, procurava-se acompanhar a «criação». Averiguava-se se o administrador, atendendo as suas atribuições, encaminhava o índio – então, frequentemente, nomeado de «administrado» – para «aprender algum ofício ou ocupação em algum lícito trabalho» e se tinha, de alguma forma, «instruído nos dogmas». Além disso, se o tratava «como se não fora de sua natureza liberto».²⁸ Tais procedimentos, seguidos de perto pelo Senado da Câmara, ajuizavam o desempenho dos colonos que deveriam guardar «um grande cuidado na administração dos índios». A cada três meses, eram chamados a prestar contas de como os índios estavam sendo assistidos e como procediam, conforme definia um despacho na época.²⁹ Como já afirmamos, a administração foi usada como artifício para inserir as populações nativas no mundo civilizado e católico, sob os auspícios de seus senhores, mas se prestava, na prática, à apropriação indiscriminada da força de trabalho das populações nativas.

Aturcidos por tantas expedições que devassava seus territórios e ameaçados pela fixação dos posseiros, outros tantos índios não hesitaram em debandar para as vilas. Também nestes casos, os índios eram sistematicamente acolhidos pelo Senado da Câmara e, após os primeiros tratos, eram colocados sob os cuidados dos colonos.³⁰ Diversos registros de pedido de assistência para esses índios que apareciam «voluntariamente», procedentes das mais variadas etnias, estão dispersos pela documentação colonial.³¹ Para só citar um exemplo, o governador Lobo da Silva conta que, tão logo tomara posse, «apareceram vinte e tantos índios silvestres chamados Coropós, Gaveinhos e Croás». Em virtude das ordens reais, mandou vestir e dar ferramentas. Passados alguns dias, vieram outros trinta «no mesmo empenho [de serem batizados], informados do bom acolhimento que se fez aos primeiros».³²

Além desses, não se pode descartar os índios fugitivos, raptados ou desertores que aumentava a população dos índios nas vilas.³³ Alguns esca-

²⁸ APM, SC179, fot. 1774, 1775.

²⁹ APM, SC182, rolo 25, fot. 2303; APM, SC167, fot. 862-863.

³⁰ De acordo com Diogo de Vasconcelos, em 1758, iniciou-se uma política, confirmada em 1768, que determinava dar vestuário, ferramentas e outros gêneros aos índios que fossem para os povoados e se apresentassem às autoridades. Diogo de Vasconcelos, *História Média de Minas Gerais*, 4.^a ed., Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1974, p. 205.

³¹ Ver, por exemplo, em 1766, onze índios coroados, APM, SC152, fot. 287, 288. Em 1767, mais oito índios coroados, APM, SC152, fot. 448, 449. Em 1776, sete índios coroados, APM, SC152, fot. 357. Neste códice há diversos registros de solicitação de assistência para índios de diversas procedências.

³² AHU, PR, 6728 cx. 83, doc. 16.

³³ Nos primeiros anos, o trabalho indígena foi utilizado nas minas, e muitos índios foram «raptados» dos aldeamentos, como consta da queixa feita, em Mariana. APM, SC9, fot. 53.

param de aldeamentos no Rio de Janeiro,³⁴ possivelmente índios Puri; outros vieram de missões jesuíticas do Ceará e Pernambuco,³⁵ da aldeia de São Miguel³⁶ e de São José, em São Paulo,³⁷ ou ainda Croato do aldeamento do Rio Pomba,³⁸ sem contar com os «carijós» da Vila de Taubaté.³⁹ Tal mobilidade possivelmente marcada pela busca de melhor sorte foi um comportamento bastante comum época. Se a itinerância nas regiões de fronteira era uma das estratégias dos homens pobres, os «andarilhos da sobrevivência», para burlar a pobreza, não é imponderável que a mesma lógica tenha prevalecido para os índios.⁴⁰

Todos esses índios – sejam aqueles vindos com os paulistas no rush, os remanescentes das correrias nos sertões sejam os capturados e fugitivos dos aldeamentos – passaram, então, a viver nas vilas ou outras paragens, sob a tutela dos colonos, eufemisticamente designados como seus administradores. A eles designamos de «índios coloniais», ou seja, aqueles índios e/ou seus descendentes, destribalizados por diversas razões, de várias origens étnicas e/ou procedências geográficas, trazidos ou nascidos na sociedade colonial, que foram incorporados à vida sócio-cultural da Minas setecentista. Apesar da adscrição nitidamente indígena – porque assim se identificavam e eram também reconhecidos como tal pelos outros – experimentaram um contato intenso com os colonos e foram integrados à sociedade colonial, na maioria das vezes na condição de «mestiços», compondo, assim, um cenário de uma Minas mestiça.

M. T. Ferreira apresenta três níveis de deslocamentos: *ausência*, por licença do diretor ou seu preposto, para trabalhar ou aprender um ofício, por um período de um mês a um ano; *fuga*, que se constituía na ausência sem autorização prévia; e *deserção*. M. T. C. da R. Ferreira, *Os aldeamentos indígenas no fim do período colonial*, USP, São Paulo, 1990, p. 52. (Dissertação de Mestrado).

³⁴ Regina Celestino comenta sobre as fugas dos índios aldeados. Maria Regina Celestino de Almeida, *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: Novos súditos cristãos do Império Português*, Campinas, UNICAMP, 2001, p. 140 (tese de doutorado).

³⁵ ACM (Arquivo da Cúria de Mariana), PM (Processo Matrimonial), n.º 1989 (1735); ACM, PM, n.º 2904 (1743).

³⁶ ACM, PM, n.º 4042 (1750).

³⁷ Diversos registros de batismo, em Campanha, apresentam índios da Aldeia de São José, como José Antunes (1749), Geraldo Dias (1754), Lucas Dias (1758) e José Domingues (1775) proveniente de São João de Atibaia. BD (Banco de dados Campanha da Princesa: guia de fontes para a história do Sul de Minas, coordenado pelos profs. Marcos Ferreira de Andrade e prof.^a Maria Tereza Pereira Cardoso). Livro de Batismo de Campanha (1748-1762).

³⁸ ACM, PM, n.º 2808 (1791).

³⁹ Ana Cardoso e Pedro Dias ou Clara Aguiar e José de Oliveira parecem como «carijós da Vila de Taubaté», em Campanha, em 1761, batizando seu filho em São Gonçalo. BD, Livro de Batismo de Campanha (1748-1762).

⁴⁰ Sheila de Castro Faria, *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 102.

3. Em busca da liberdade

Em vista das restrições legais à escravização de índios, previstas por uma série de leis,⁴¹ os colonos acabaram reproduzindo a prática secular do instituto da administração em Minas Gerais. Tal costume significava que os colonos assumiam a instrução particular dos índios, tidos como neófitos, nas coisas da fé cristã. De fato, sob o pretexto de catequizar, obtinham a prerrogativa de exercer controle sobre os índios, sem que isso pudesse ser caracterizado como escravidão que feria os princípios da lei. Contornavam, com esse expediente, os problemas de ordem jurídica e moral, justificando a sujeição pela necessidade de administrar a doutrina aos índios infiéis. Escamoteavam, enfim, a manutenção das relações escravistas. De qualquer forma, se a prerrogativa da administração foi um entre tantos outros recursos para burlar a legislação colonial que garantia a liberdade aos índios, tal prática não foi aceita sem resistência. Entre junho de 1755 e maio de 1758, a liberdade dos índios era reconhecida, pelas penas de Marquês de Pombal, aprofundando uma vez mais o impasse em relação à emancipação.

Imbuído desse espírito, Lobo da Silva, então governador de Pernambuco e demais capitanias, mandou publicar as leis «para ficarem extirpados e abolidos os escandalosos abusos» e «dissipar de uma vez as raízes desse procedimento» que, «sob ímpios pretextos, tinham injustamente na escravidão os índios». Para tanto, estabelecia «incontestavelmente a liberdade das pessoas, bens a favor dos índios que habitam todo o continente do Brasil», ordenando que «se cumprisse e guardasse a lei sem retratação, interpretação ou modificação alguma».⁴² Em 1760, quando então assumiu o posto de governador de Minas, reeditou toda essa legislação, ordenando que se restituísse o uso e o gozo de seus bens, favorecendo tanto aos indígenas quanto aos mestiços, então sujeitos às mesmas leis civis que regiam as populações urbanas.⁴³

A repercussão dessa medida abriu um precedente fabuloso para que os índios e/ou seus descendentes, sob condição jurídica incerta – enredados entre a escravidão e a liberdade – acionassem a justiça colonial na defesa do seu direito à liberdade. Tentando se proteger do cativeiro, muitos desses «índios coloniais» moveram ações de liberdade contra seus administradores em várias regiões de Minas Gerais, onde diversos julgamentos foram levados a cabo.⁴⁴

⁴¹ Ver Beatriz Perrone-Moisés, «Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI-XVIII)», *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 1992.

⁴² BNRJ, SM, cód. 5, 2, 2, pp. 1-3. Sobre a aplicação da lei, veja Hal Langfur, cap. 1, «Forbidden Lands».

⁴³ Ver sobre a Lei do Diretório, Rita Heloísa de Almeida, *O diretório dos índios. Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*, Brasília, Ed. UNB, 1997.

⁴⁴ Esses casos eram julgados por uma comissão composta pelo Ouvidor Geral, o Juiz de Fora, o Procurador dos Índios, o Prelado Diocesano, o governador e os prelados maiores da

Em 1764, em Vila Rica, Leonor e seus três filhos, José, Manoel e Severina bem como também seus netos, Felix, Mariana, Narcisa e Amaro, de «geração carijó», ancorando-se nessa legislação, requereram ao governador para serem «libertos e isentos da escravidão em que se achavam». Estavam sob o domínio de Domingos de Oliveira que os mantinha cativos, maltratando-os e infringindo «rigorosos serviços e pancadas». Segundo o depoimento de Leonor, o administrador mantinha toda a família sob estreita vigilância de um de seus filhos «para que não fossem se queixar». Feitas as diligências, o governador, em fevereiro de 1765, ordenou que uma escolta fosse libertar os carijós, procedendo contra aqueles que colocassem quaisquer embaraços.⁴⁵

Caso semelhante foi o de Maria Antônia de Moraes que, em 1769, alegava ter ascendência indígena e, por essa razão, se considerava forra.⁴⁶ Outra petição nessa linha foi de Maria Moreira, descendente «do gentio da terra por ser nascida de pais livres, por serem carijós de cabelo corredio» e «a quem Sua Majestade, por repetidas ordens, tem feito e declarado livres». Recorria ao governador, solicitando permissão para poder sair da casa do tenente Francisco Xavier, onde estava «depositada por ordem de seu senhor», o sargento-mor Felipe Antônio Borem. Impedida de transitar pelas ruas, segundo argumentava, não podia «tratar de seus interesses» para assegurar sua liberdade da qual «não podia ser privada por ser nascida livre». O despacho foi favorável, já que «pela inspeção ocular era evidente sua qualidade de índia».⁴⁷

É bem verdade que nem todos tiveram a mesma sorte. Muitos encontraram dificuldade de comprovar sua ascendência indígena para garantir o direito à liberdade. É que os administradores procuraram dissimular a origem étnica dos índios, designando-os por meio de categorias mestiças (caboclos, curiboca, cabra da terra, entre tantos outros). Ao nomear os índios coloniais com tais categorias de mestiçagem (o que produziu uma «invisibilidade» dessas populações), os colonos de forma astuta abriam uma brecha na legislação que não impedia o cativo aos mestiços e, com esse expediente, legitimavam a escravidão. Se não fora pela insistência dos índios coloniais, resolutos em acionar a justiça colonial para garantir o reconhecimento de sua origem indígena, certamente teriam permanecido na escravidão.

Esse foi o destino de Violante, «cabra», e de sua mãe, Josefa dos Prazeres, que, por volta de 1769, depositadas na vila, requeriam a liberdade.⁴⁸ Seguindo a mesma arenga, argumentavam que eram «forras [por serem] procedidas de geração de índios». A sua proprietária recorreu a «censuras eclesiásticas»,

Companhia de Jesus, dos Carmelitas, dos Capuchinhos, e eram sentenciados pela Mesa de Consciência e Ordens. C. de A Moreira Neto, *Índios da Amazônia, de maioria à minoria (1750-1850)*, Petrópolis, Vozes, 1988, p. 162. No caso de Minas, cabia a um Juiz Ordinário a sentença final.

⁴⁵ APM, SC 59, fols. 103-104v.

⁴⁶ APM, SG (Secretaria de Governo), cx. 6, doc. 39.

⁴⁷ APM, SC59, pp. 101v-102.

⁴⁸ APM, SG3, cx. 6, doc. 39, 6/12/1769.

alegando que o requerimento era falso, já que «somente o foi da mesma geração por parte paterna» e tendo sido «conservada em cativo, requereu maliciosamente a sua liberdade». De fato, a partir das testemunhas, soube-mos que Violante era filha de uma negra da Costa saburu, Josefa, casada com um «carijó forro e administrado». Ou seja, Violante era neta e bisneta de carijós, mas somente por parte paterna. Não temos o despacho final, mas ao levar em conta os diversos testemunhos, dificilmente teriam tido sucesso, afinal, a única exceção à liberdade dos índios, estabelecida desde 1755, era para os filhos das negras escravas. Sendo a escravidão transmitida pelo ventre materno, *partus sequitur ventrem*, muitos mestiços, descendentes de pai indígena e mãe escrava, acabaram sendo taxados na mesma condição da mãe. Assim para os filhos de pais carijós e mães escravas, a escravidão parecia certa.⁴⁹ Apesar disso, a questão era controvertida porque como admitia um juiz, em uma jurisprudência na época, «uma parte das leis declaravam (*sic!*) a liberdade dos índios e gentios, e outras mandavam conservar na sua posse e direito dos possuidores».⁵⁰

Por isso mesmo, os senhores mais resistentes em conceder a liberdade aos índios coloniais, sob sua administração, alegavam que eles eram filhos de mães escravas. Caterina Florência, seu filho e dois netos, viveram essa desventura.⁵¹ Em 1766, o Dr. Francisco Pais de Oliveira Leite apresentou um requerimento, no qual assinalava quatorze itens, negando-se a reconhecer a «naturalidade de Caterina Florência», «por se chamar esta de nação índia». Para o alívio de Caterina, o seu senhor não apresentou o registro de batismo, atestando ser ela «filha de ventre legitimamente cativo» e, na conformidade da lei, diante da falta da documentação, cabia ao juiz proceder à «inspeção ocular». Na prática, significava que o juiz avaliava a aparência física do mestiço para julgar a ascendência étnica. Naquele caso, ficou convencido de que «a qualidade [é] de índia e destrói toda alguma presunção de filha de preta».⁵² Feita a vistoria, deu seu despacho favorável: Caterina «não poderia ser consternada ao cativo».⁵³ Pode-se deduzir desse parecer que características indígenas, devidamente exploradas pelos mestiços, foram atributos de que lançaram mão para se beneficiarem – e dos quais souberam tirar todo proveito. Se as características fenotípicas foram uma entre outras variáveis que classificaram certos indivíduos como mestiços, em outras situações, foi essa mesma característica física que garantiu a passagem de mestiços a índios coloniais.

⁴⁹ Como explica Rita Heloísa de Almeida, no tempo da edição da lei de 1755, procedeu-se a julgamentos pelo Juízo das Liberdades sentenciados no Tribunal da Mesa da Consciência e Ordem, visando ao exame de casos em que a identidade indígena fosse confundida com a de negros, uma vez que a única exceção à regra de conceder liberdade recaía sobre descendentes de pretas escravas. Rita Heloísa de Almeida, *O diretório dos índios*, p. 199.

⁵⁰ BNRJ, SM, cód. 18, 3, 3, p. 188.

⁵¹ APM, SC60, fot. 2123-2124.

⁵² APM, SC60, fot. 2086.

⁵³ APM, SG3, cx. 6, doc. 39.

Mesmo assim, não foram incomuns as tentativas de reescravização dos índios que não escapuliram aos intentos dos colonos mais recalcitrantes. Um dos expedientes era o sistema de coartação pelo qual o proprietário concedia a liberdade sob certas condições.⁵⁴ Tão propalado entre os escravos africanos, essa armadilha foi recurso para se postergar ao máximo o direito à liberdade dos muitos índios coloniais. Em janeiro de 1769, Isabel de Souza [Guimarães?] juntou sua carta de alforria que lhe havia passado o ten. Manoel Funchal por ocasião de sua morte. Para seu desalento, sua alforria «não podia ter efeito» enquanto não estivesse «cheia a condição», ou seja, indicando que a tal Isabel estava coartada.⁵⁵ Aqui se percebe, portanto, que havia um reconhecimento tácito da condição de escravidão de muitos índios coloniais. Tão costumeira era essa prática que ainda que Valentim apresentasse seu registro de batismo, era conclamado pelo pároco a apresentar suas «cartas de liberdade» já que «das certidões de seu batismo consta ser cativo». Na verdade, na sua certidão constava que sua mãe, «Micaela, carijó era escrava do capitão João de Monteiro Santiago». Por isso, tiveram de lembrar ao pároco que ele «mostrava-se forro, por ser filho de mãe carijó».⁵⁶

Naquele mesmo ano de 1769, D. Bárbara Moreira de Castilho, esposa do renomado sertanista Bento Furtado, fazia seu apelo ao governador, Conde de Valadares. Explicava que Caterina e sua filha tinham saído de sua casa, sob a alegação de serem «cabocoulas e não escravas». Alegava que havia mais de trinta anos que «possuía a cabra», «a vista de todos sem embaraço algum e sempre por legítima escrava por ter sido dada em dote pelos pais e nunca tivera notícia de ser a mesma tapuia ou carijó». E reclamava que, por causa da iniciativa de Caterina, ainda outro seu filho, Felizardo, retirou-se para estar em companhia da mãe. Por isso temia que os seus outros três filhos, ainda em sua casa, tomassem o mesmo rumo. Por causa da denúncia, Caterina foi intimada a dar seus esclarecimentos. Ao apresentar-se, alegou ser «cabocoula» e prontificou-se a apresentar a certidão de batismo, extraída na Vila de Taubaté. Diante do embaraço, D. Bárbara se explicou, uma vez mais. Seu marido tinha cumprido as ordens de S.M. «para não possuírem tapuias em cativo, por serem de nascimento livres, despedindo os que tinha em sua companhia». Para ela, Caterina somente arvorava para si a «qualidade de carijó», «forra e livre» por «insinuações de pessoas mal intencionadas e armarias de uma sua filha cabra por verem a extrema pobreza e desamparo em que ela vivia», afinal, estava sem «posses para desembaraçar os devidos requerimentos». Além disso, insistia, se Caterina tinha «vestígio de tapuia era por parte do pai que lhe parece o era». Mas, para demonstrar sua bene-

⁵⁴ Sobre a condição dos forros em Minas Gerais setecentista, ver Núbia Braga Ribeiro, *Cotidiano e liberdade: um estudo sobre os alforriados em Minas no século XVIII*, São Paulo, FFLCH-USP, 1996, p. 79 (dissertação de mestrado). Laura de Mello e Souza, *Norma e conflito. Aspectos da História de Minas no século XVIII*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999, p. 166.

⁵⁵ BNRJ, SM, cód. 18, 3, 3, p. 82.

⁵⁶ ACM, PM, n.º 7862 (1769).

volência, a tal senhora fazia uma proposta (leia-se bastante oportuna): «no caso de se achar ser injusto o cativoiro, não colocaria dúvida de dar-lhes os dias da lei ou todos os que quiser contanto que essa concessão não sirva mais aos filhos e descendentes, pois devem existir no poder da suplicante».⁵⁷ Não sabemos o resultado do processo, mas muitas outras ações indicam as dificuldades encontradas pelos índios para garantirem a liberdade.

Ao final do século, a sorte da família Cardoso, em 1797, exemplifica bem essa luta. A justiça andava a passos vagarosos. Além disso, ainda tinham de lidar com as ameaças – seguidas de prisões arbitrárias – que serviam de intimidação para os índios coloniais que arvorassem para si o direito à liberdade, como detalha em pormenores esse processo. Perpétua e Ângela Cardoso eram filhas de Quitéria Cardoso, e Francisca, filha de Lucrecia Cardoso – todas três filhas naturais do tenente Miguel Raposo de Camargos com «mulheres índias dessa América nas capitanias de São Paulo». De lá passou para a Comarca do Rio das Mortes com suas «administradas», onde se endividou com o capitão André Alvares da Silva e que, prontamente, mandou executar pelos débitos. Seqüestrados os bens, foram levadas as «mães das suplicantes, um irmão e outras índias daquela família», logo arre-matadas em praça pública, sem que tivessem «tempo para gritar» por causa de sua «pobreza e desvanecimento». E mesmo quando rogaram seus direitos em Juízo foram escravizadas pelos próprios funcionários. É o que alegaram as suplicantes, por serem «sufocadas com todo o rigor do procurador Antônio Gonçalves Figueiredo» que determinou a sua prisão na cadeia da vila. Não satisfeito «de sua ambição desmarcada», com a «ajuda dos oficiais da justiça» tomou as índias para «cativar em seu proveito». Contrapondo-se a tal intento, o presidente da Câmara, «ouvindo-as de sua justiça» passou o «alvará de suas liberdades». Apesar da sentença favorável, o tal Figueiredo, por «ardilosos meios violentos do seu costume», insistiu em «as fazer arre-matar por cativas do executado pai» e, por essa razão é que requeriam, sob a proteção do rei, serem defendidas «da intentada opressão e devoramento». Depois de tamanha desventura, o governador, finalmente, mandou que se cumprisse a risca o alvará de liberdade «executando as penas sobre quem quer que fosse contra o seu determinado».⁵⁸

Naquele mesmo ano, outro requerimento de «Antônio «mestiço, índio americano» foi, da mesma forma, revelador da relutância dos administra-dores de acatarem as ordens régias e despachos governamentais.⁵⁹ Após requerer «sua ingênua liberdade do dito seu senhor, o sargento-mor Antônio

⁵⁷ BNRJ, SM, cód. 18, 3, 3, p. 75-79.

⁵⁸ APM, SC260, fot. 772-774. Em Pitangui, no ano de 1760, Rosa Bibeiro, Maria Perpétua, Ana Úrsula, Maria Germana, «filhas, netas e bisnetas de Esteva índia», apesar de terem alcançado o alvará de soltura da prisão, não conseguiram sua liberdade. Isso, explicavam, por não «haver oficiais de justiça que quisessem fazer esta diligência por recearem lhes impedisse Luiz Leite Ribeiro – homem não só capaz de os impedir mas de fazer os piores absurdos». APM, SC130, fot. 1837-1838.

⁵⁹ APM, SC260, fot. 783-786.

de Castro e Souza», foi preso. No calabouço, permaneceu durante dez meses, ainda que tivesse uma licença favorável na Relação do Distrito, onde não pôde comparecer «por estar preso e não ter dinheiro». Mesmo conseguindo a soltura provisoriamente, foi novamente preso «onde está em ferros com açoites», «por vingança do suplicado», sob a acusação de «deserção» – tudo acobertado pelo tabelião, denunciava o Antônio em sua petição. Por isso, pedia «socorro!»: o «socorro a um vassalo de sua majestade, índio americano, para poder, com o favor da Lei Soberana, seguir justiça da sua ingenuidade, com o direito que tem, livre das prisões e tormentos da vingança cruel em que está posto». No despacho final, determinou-se que Antônio fosse depositado em poder de pessoa idônea, pelo tempo necessário até que se fizessem as diligências para saber «as causas de que se trata quando o suplicante foi preso». Como se vê, parece que seu infortúnio ainda não tinha chegado ao fim.

Se não bastassem as tentativas dos administradores e de seus cúmplices, funcionários e meirinhos, ainda contavam com a conivência da Igreja Católica para dificultar o direito à liberdade. Ao menos a história de João Colomis revela muito bem essa faceta. Acompanhando a comitiva que trouxe o Bispo Frei Manoel da Cruz do Maranhão para ocupar o primeiro governo episcopal de 1748-1764, em Mariana, o «índio» João Colomis, de menor idade, foi entregue ao Reverendo Cônego Francisco Ribeiro da Silva para que «o instruisse na doutrina cristã e santos dogmas da fé».⁶⁰ Após anos de cativo, finalmente Colomis alcançou sua liberdade, não sem travar uma longa batalha judicial.

Não sabemos a procedência étnica de João Colomis, mas é bem possível que tenha vindo de uma das aldeias dos jesuítas onde o Bispo passou, conforme o manuscrito anônimo do Códice Costa Matoso, «Descrição do Bispado do Maranhão»,⁶¹ ou tenha sido aprisionado entre os índios Gueguê e Acroá, localizados à margem do Rio Gurgéia, que obrigaram a comitiva a convocar «muitas tropas de gentes para passarem unidos pelas entradas daquele sertão perigoso».⁶² O cônego, afinal, contrariando a recomendação do Bispo Manoel da Cruz, encaminhou o «gentio» Colomis para uma fazenda no Ribeirão do Peixe «onde ficou reputado como escravo, sujeito à rigorosas pensões do cativo», «sendo maltratado e desprezado, açoitado, metido a

⁶⁰ PR, AHU, 8078, cx. 103, doc. 6. Este cônego foi o mesmo que mandou publicar, sob seus auspícios, o panegírico Áureo Trono Episcopal, editado em Lisboa, em 1749, em que conta a viagem da comitiva do Maranhão a Mariana. Iris Kantor, «Um visitador na periferia da América Portuguesa: visitas pastorais, memórias históricas e panegíricos episcopais», *Vária História*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, n.º 21, jul./1999, p. 441.

⁶¹ Luciano Raposo Figueiredo e Maria Verônica Campos (Org.), *Códice Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa sendo ouvidor-geral das Minas do Ouro preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, 2 vols. (Coleção Mineiriana, série obras de referência), pp. 917-942.

⁶² Iris Kantor, «Um visitador na periferia da América Portuguesa», p. 443.

ferros, vivendo miserável tanto de sustento como de vestuário». Essas são as palavras do depoimento do sargento-mor João Teixeira da Costa, a quem João Colomis se queixou. Ressentido, contava os rigorosos castigos que lhe mandavam administrar a severa Dona Quitéria, sobrinha do tal reverendo, que o mantinha amarrado e preso com «algemas e engenho», depois que ele fora apanhado, fugindo da fazenda junto com a crioula Isabel. Utilizando-se de seu serviço «da mesma forma dos mais escravos sem diferença alguma», o reverendo manteve João Colomis, durante dois anos, na lavra de Antônio Pereira, na qual tinha parte e mais quatro ou cinco anos na roça. João Colomis, aquela altura, já tinha passado anos de sua vida na condição de cativo, até que a fazenda e os escravos foram vendidos a Cipriano Pereira de Azevedo. Este, no entanto, não honrou a dívida. No seqüestro dos bens, o Cônego Francisco foi, então, interpelado, por João da Silva Tavares, vereador e Juiz de Fora, por arrolar João Colomis, um índio, entre a escravaria – o que era vetado pela lei. Um mês depois, o despacho declarava que João estava «livre sem sujeição de pessoa alguma», sendo o cônego obrigado a ressarcir os jornais «nas suas saudades de todo o tempo que esteve cativo», tudo com a anuência do Conde de Valadares.⁶³ Quanto ao padre, a ser cumprida a penalidade que previa a legislação desde 1680 sobre a venda de índios, deveria ser remetido à prisão de Limoeiro – destino que acabou se cumprindo, não por essa razão, mas por ter sido «considerado revoltoso e perturbador da paz pública» e «verdadeiramente mau».⁶⁴

Muitos outros índios acompanharam a mesma expedição que, partindo do Maranhão, trouxera o Bispo Dom Frei Manoel da Cruz para as terras mineiras. Além de Colomis, tivemos notícias também do «índio Inácio Xavier» que, da mesma forma, apelou judicialmente contra sua escravização.⁶⁵ Apesar das alegações dos padres, coniventes com o Bispo de Mariana, de que era costume se escravizar os índios, visando assim, a eximi-lo de tal responsabilidade, foi o próprio bispo D. Manoel da Cruz quem admitia ter encaminhado ao governador, em 1760, por determinação régia, a «coleção autêntica de Breves pontifícios, Leis Régias, Instruções e mais papéis sobre a execução da Lei de 1741 e das Leis em conformidade dela publicadas em 6 e 7 de junho de 1755, para restituir aos índios do Brasil a sua primitiva e natural liberdade» – toda papelada zelosamente guardada «em cofre de três chaves no arquivo da diocese».⁶⁶ Como se vê, o bispo fez mesmo vista grossa aos rigores das leis sobre as quais tinha pleno conhecimento. De qualquer forma, essas e tantas outras ações de liberdade são testemunhos da relutância dos colonos em admitir a condição livre dos índios e seus descendentes.

⁶³ PR, AHU, 8078, cx. 103, doc. 6.

⁶⁴ PR, AHU, 8086, cx. 103, doc. 87.

⁶⁵ APM, SC184, fot. 2134.

⁶⁶ PR, AHU, 6163, cx. 75, doc. 54. O conhecimento sobre a legislação que proibia a escravização indígena é notório, em Minas Gerais, desde o princípio do séc. XVIII. Ver, APM, SC9, fot. 64.

Se essas ações de liberdade demonstram bem as tentativas impugnáveis dos colonos da prática de escravização das populações de origem indígena, à revelia da lei; por outro lado, os índios coloniais – muitos, como vimos, em condição jurídica e social incerta entre a liberdade e a escravidão – não se deram por vencidos e, recorrendo aos mesmos princípios da lei, vergaram a intenção dos mais renitentes. Ao reafirmarem sua procedência indígena, aqueles homens rejeitaram a condição de mestiços, e por conseqüência, a de cativos. Naquele contexto, pode-se entender que, a despeito da «invisibilidade» de parcela dos índios coloniais, tratados como mestiços, eles reconstruíram uma alteridade ao definir sua identidade baseada no caráter da sua «indianidade», ou seja, de sua ascendência indígena. Na sociedade escravista mineira, em que a liberdade era um marco diferenciador social, evocar a origem indígena, a despeito das diversas origens étnicas, congregou para aqueles homens uma mesma condição – a de homens livres por serem do gentio da terra. Por isso, a atuação dos índios coloniais ajudou a aprofundar toda a complexidade e contradição da escravidão em Minas. Este foi o paradoxo que a sociedade escravista mineira foi obrigada a enfrentar. E foi, como acompanhamos, a ação legal desses índios coloniais, ao acionarem a justiça, que possibilitou mover tais fronteiras – não como fruto de uma concessão do mundo colonial, mas conquistado no embate que os índios travaram naquele cotidiano restritivo. Na Minas dos Cataguases, os índios coloniais se recriaram como tributários de um passado indígena, flexibilizando as relações de escravidão.

Considerações finais

Ao final de nosso percurso pelos sertões e vilas das Minas Gerais colonial, a história de Minas, umas das mais estudadas pela historiografia brasileira, se transforma. Sob a perspectiva da história indígena, um novo cenário é revelado a partir da presença e atuação dos nativos em todo o território, seja nas matas mais recônditas seja nos centros urbanizados. O papel de resistência dos índios à ocupação de suas terras ancestrais, de destribalização, de dissolução dos laços culturais levado a cabo pelos posseiros marcou de forma indubitável o processo de colonização de Minas. No mesmo ritmo, após terem sido aprisionados pelas expedições e serem levados para as vilas e outros tantos lugarejos, a luta não se arrefeceu. Desta vez, os índios recorreram à justiça colonial, ao afirmarem sua origem nativa, para, sob prerrogativa da lei, assegurar a liberdade.

Nosso propósito neste texto foi reconhecer o devido lugar que as populações indígenas ocuparam na história de Minas, uma história em que raramente aparecem e, quando muito, estão a reboque de outros atores sociais. Nossas pesquisas demonstraram a atuação inquestionável dos índios na Minas colonial. Não é fortuito que a história de Minas Gerais colonial tenha sido batizada desde as primeiras horas de «Minas dos Cataguases» e que o seu ocaso tenha sido a deflagração da guerra contra os botocudos.

O REINADO DE D. JOÃO V E O PROCESSO DE DOMÍNIO POLÍTICO E SOCIAL NAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XVIII

por

MARIA PAULA DIAS COUTO PAES

«Houve um homem enviado por Deus. Seu nome era João. Este veio como testemunha, para dar testemunho da luz, a fim de que todos cressem por meio dele. Ele não era a luz mas veio para dar testemunho da luz.»

(Jo 1, 6-8)

Introdução

O presente artigo se articula, principalmente, a partir do pressuposto de que as análises do período colonial amparadas pelas argumentações que reforçavam a dicotomia entre a Metrópole e a Colônia não foram capazes de explicar a complexidade do estabelecimento do domínio metropolitano sobre a região mineradora, porque ao contrário do que afirmaram a base da dominação colonial foi a aceitação quase generalizada do poder real.

Alguns dos autores mais expressivos daquelas primeiras análises foram Caio Prado Júnior e Fernando Novais. Prado Júnior, em *Formação do Brasil contemporâneo*, analisou a sociedade brasileira contemporânea a partir de sua constituição no período colonial. Segundo esse autor, a Colônia, como parte integrante e constitutiva do Antigo Sistema Colonial, teve o papel de enriquecer a Metrópole através da exploração possibilitada pelo exercício do exclusivo metropolitano. Tal exploração gerou um desenvolvimento interno que, necessariamente, acabou por determinar o rompimento da relação entre a Colônia e a Metrópole. Na análise de Caio Prado, a visão do Brasil colonial se apresentava como caótica em função da incapacidade metropolitana de tudo governar. Essa incapacidade encontrava sua justificativa no fato de que Portugal teria instalado na Colônia um sistema administrativo

que, transplantado do modelo português, extremamente centralizador, não considerava as especificidades coloniais¹.

Fernando Novais, no livro *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, utilizou-se do mesmo pressuposto de análise destacando o papel da Colônia no processo de acumulação primitiva de capitais nas potências européias e concluindo que a colônia brasileira permaneceu como projeção dos interesses de Portugal. Dessa forma, Novais subordinou a dinâmica das relações internas da Colônia às condições externas que determinavam seu papel no sistema comercial capitalista. Tal argumentação acabou por relegar a um segundo plano a existência de uma lógica peculiar à sociedade colonial e, ainda, por menosprezar o fato de que essa lógica não foi exclusivamente determinada pela ação colonizadora da Metrópole². A priorização desse viés externo impossibilitou a compreensão mais abrangente da sociedade que se constituiu a partir do estabelecimento de uma identidade comum entre os portugueses e os colonos e, mais, que a constituição dessa identidade foi fundamental para a concretização do processo colonizador³, conquanto não tenham deixado de existir fortes embates e lutas entre os atores coloniais engendrados no espaço de constituição de uma certa alteridade⁴. «Como num jogo de espelhos ondulados, a sociedade colonial não era reflexo direto da ação metropolitana»⁵.

Ao que parece, este debate se encontra ainda em aberto no seio da historiografia portuguesa ao contrário do que pode ser constado nas mais recentes produções historiográficas brasileiras, sobretudo, no âmbito da História Social e da Cultura. Entretanto, António Manuel Hespanha, apresenta uma análise interessante sobre essa questão na medida em que destaca a falta de centralidade em categorias como Estado e poder absoluto nas sociedades de Antigo Regime. Para o autor, em Portugal é mais apropriado pensar na noção de uma monarquia corporativa, pelo menos até meados do século XVIII. Entretanto, destaca que a mais atual historiografia brasileira tem promovido «uma leitura histórica brasileira liberta dessa obsessiva oposição metrópole-colônia» citando as obras pioneiras de Maria Odila Leite

¹ Caio Prado JÚNIOR *Formação do Brasil contemporâneo – Colônia*, São Paulo, Brasiliense, 1979, pp. 22-27.

² Fernando NOVAIS, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, São Paulo, HUCITEC, 1979, p. 62.

³ Vale destacar que o conceito de «processo colonizador» é utilizado neste texto justamente para reforçar o fato de que a autora rejeita a noção geral de que possa ter existido um projeto colonizador consolidado como plano de ação metropolitano para a conquista, o domínio e a exploração das áreas colônias do ultramar português de Antigo Regime.

⁴ Maria Paula Dias Couto PAES, *O teatro do controle. Prudência e Persuasão nas Minas do Ouro*, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2000, pp. 18-23 (Dissertação de Mestrado).

⁵ Júnia FURTADO, *Homens de negócio – A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*, São Paulo, HUCITEC, 1999, p. 16.

Dias e Júnia Ferreira Furtado, bem como, as de alguns dos outros autores referenciados na discussão sobre a questão tal como apresentada acima⁶.

A noção de que o processo colonizador metropolitano na região foi permeado pela tentativa, por parte da Coroa, de estabelecer *laços de identificação* entre colonizadores e colonizados é, aqui, central em oposição a noção geral de marcada dicotomia entre a Metrópole e a Colônia. Júnia Furtado, em *Homens de negócio*, salientou que para a efetivação do processo de colonização foi necessária a reprodução dos códigos valores metropolitanos e a capacidade de compartilhamento desses códigos até com o mais humilde dos súditos. A Metrópole procurou instituir na Colônia uma sociedade moldada à sua imagem e semelhança, buscando o controle deste novo mundo, pelo reforço dos laços de identificação. Os colonizadores trouxeram seus símbolos e seus valores, que incorporados pelo colonizado, acabaram por forjar parte de sua identidade, conquanto, não obstante todas as tentativas de controle, tenha sempre sobrado espaços para a afirmação de sua singularidade⁷.

O triunfo do trono

O reinado de D. João V foi pródigo nas exibições de pompa e suntuosidade, evidenciadas tanto na construção de templos e palácios quanto nas celebrações e festividades. Através desses «espetáculos» visuais, permanentes ou episódicos, buscava-se construir uma imagem do Rei capaz de transmitir aos súditos sua magnificência, ou seja, poder e liberalidade. Nesse sentido, as festas deviam maravilhar e arrebatrar os espectadores, evidenciando o poder

⁶ António Manuel HESPAÑA, «A Constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes», in João FRAGOSO, Maria Fernanda BICALHO e Maria de Fátima GOUVÊIA (org.), *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 2001, pp. 165-168. Neste artigo, Hespanha, também destaca o livro de Carla Maria Anastásia Junho, *Vassalos rebeldes – Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*, Belo Horizonte, UFMG, 1998. Este trabalho de Anastásia apresenta-se muito interessante porque a autora elucida que dentre as diversas revoltas que ocorreram na região mineradora durante os primeiros 50 anos do século XVIII em nenhuma delas os revoltosos responsabilizaram a figura do rei pela situação por eles vivenciada. A culpa recaía sempre sobre as autoridades metropolitanas na colônia que, distantes da Metrópole e sem o conhecimento assertivo do rei, praticavam injustiças e atos da mesma natureza de acordo com seus interesses. No limite, a argumentação de Anastásia demonstra que a figura do rei, a noção geral sobre a Coroa portuguesa, era respeitada e aceita pelos colonos. Ainda, para o caso das Minas Gerais, cf. Laura de Mello e SOUZA, *Norma e conflito – Aspectos da história de Minas no século XVIII*, Belo Horizonte, UFMG, 1999. Para uma compreensão introdutória acerca da produção historiográfica brasileira que analisa, em maior ou menor grau, as relações entre a Metrópole a Colônia cf. Maria Fernanda BICALHO, «Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e Historiografia», in Nuno G. F. MONTEIRO, Pedro CARDIM e Mafalda Soares da CUNHA (org.), *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, 2005, pp. 73-97.

⁷ Cf. Júnia FURTADO, *Homens de negócio...*, cit., pp. 17-27.

monárquico e a magnanimidade do Rei enquanto promotor desses grandiosos espetáculos. Tais festas, sempre caracterizando a um só tempo celebrações dos poderes político e religioso, tinham como centro das atenções e da ação o Rei, «primeiro actor e supremo arquitecto»⁸. E isso, mesmo levando-se em consideração que a presença real era, no mais das vezes, simbólica, como foi, evidentemente, no caso das festas coloniais.

Nas Minas da primeira metade do século XVIII apresentar a figura do Rei foi, ao que parece, muito importante para o processo de submissão e dominação dos colonos. O Conde de Assumar creditou as dificuldades de submissão dos colonos ao fato de que «confiados na distância em que se acham do monarca, benigno sol deste hemisfério, e na altura a que os tem elevado o seu ouro, não conhecem rei nem obedecem a ordem sua»⁹. Na medida do possível a Coroa portuguesa procurou reproduzir na região mineradora a suntuosidade e a pompa nas festas e celebrações como forma de expressar o poder do Rei e a soberania do Estado, «mostrando» aos colonos o seu Rei, fosse através de representações simbólicas¹⁰, como no caso das práticas de representação artísticas, fosse reafirmando as funções dos colonos como membros do «corpo místico» do Estado português, levando-os a partilhar das alegrias, dos lutos, das emoções da família real.

Através de cartas endereçadas aos governadores e às Câmaras coloniais, o Rei comunicava eventos que deveriam ser celebrados e prescrevia o procedimento, a data, o número de dias de duração, a programação, as precedências a serem adotadas pelos colonos nas cerimônias públicas¹¹. Em 24 de setembro de 1723, o Rei escreveu ao governador da Capitania: «Hoje foi Deus servido pela sua divina bondade dar a estes reinos mais um infante e porque esta notícia será de grande contentamento para todos os meus vassalos, vô-la participo para que a festejeis com aquelas demonstrações de alegria militares, com que sempre se festejou semelhante felicidade»¹². Os colonos deveriam demonstrar sua integração festejando na Colônia os eventos ligados à família real e à monarquia, inclusive com o envio de donativos para custear as celebrações ocorridas em Portugal¹³. Em 1727, as Câmaras mineiras fize-

⁸ Rui BEBIANO, *D. João V – Poder e espetáculo*, Aveiro, Livraria Estante, 1987, p. 49.

⁹ *Discurso Histórico e Político sobre a Sublevação que nas Minas Houve no Anno de 1720*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1994, p. 147.

¹⁰ Analisando as Listas de Receita e Despesas do Senado da Câmara de Vila Rica durante a primeira metade do século XVIII, Camila Santiago destaca que, na procissão de *Corpus Christi*, realizada em 1720. Do total de gastos despendido pelos oficiais da Câmara na organização do evento, cerca de 8,5% desse montante serviu à função de representar a figura do Rei. Camila SANTIAGO, *As particularidades da esfera pública moderna: embates acerca dos gastos com festas em Vila Rica (1720-1750)*, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1999, p. 10.

¹¹ Ordem régia regulamentando as precedências nas cerimônias públicas 13/02/1727, APM – Arquivo Público Mineiro/CMOP – Seção Câmara Municipal de Ouro Preto, Cód. 7.

¹² Sobre o nascimento do Senhor Infante, *RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1979, Ano 30, p. 147.

¹³ Charles R. Boxer, *O império marítimo português 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 1981, p. 165.

ram generosos donativos para o casamento duplo dos filhos de D. João V com os filhos de Felipe V da Espanha¹⁴. O casamento dos príncipes, ocorrido em 1729, começou a ser comemorado em Vila Rica três anos antes de sua realização oficial. Foram executadas touradas, comédias, serenatas, luminárias, festas de igreja e «outras demonstrações de alegria, com todo o fausto e dispendio devido a tam justissima cauza»¹⁵.

As festas coloniais nas Minas durante a primeira metade do século XVIII significaram a reprodução de uma outra forma de expressão do poder da Coroa portuguesa na Colônia. Às estratégias de submissão dos colonos – da utilização da *Prudência* na condução do governo e na acomodação das situações de conflito à tentativa de aumentar o controle administrativo e fiscal – acrescentou-se, sobretudo a partir do final do primeiro quartel do século, o esforço por parte da Coroa portuguesa em reafirmar os mecanismos simbólicos de evidenciação de seu poder. Passado o tempo em que a *quietação dos povos* era um problema mais agudo, a Coroa tratou de consolidar a submissão dos colonos também através da evidenciação do poder do Rei, representando os códigos e valores portugueses nas Minas¹⁶.

De maneira geral, a análise das festas coloniais sempre priorizou o caráter normatizador e hierarquizador desses eventos¹⁷. Evidentemente, não se pode negar esse caráter¹⁸. Entretanto, o objetivo aqui foi muito mais o de

¹⁴ Diogo de Vasconcelos faz referência à generosidade dos mineiros por ocasião do casamento dos príncipes de Portugal e Castela, ao que parece, confundindo o duplo matrimônio desses príncipes com o casamento de D. Catarina com o rei da Grã-Bretanha, realizado em 1662. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte, fundação João Pinheiro, 1994, p. 114.

¹⁵ APM. Livro de Acordãos, fls. 22.

¹⁶ Adalgisa Arantes Campos indica que a sofisticação das cerimônias, sobretudo religiosas, foi mais notória na primeira metade do século do que na segunda. Adalgisa Arantes CAMPOS, «O Triunfo Eucarístico: hierarquias e universalidade», *Revista Barroco*, n.º 14, 1989, pp. 461-470.

¹⁷ Aqui, refiro-me à análise dos relatos das festas, bem como à documentação que normatizava a realização das festividades como os Autos de Vereação, as leis sobre os direitos de precedências, etc. Nesse sentido, destaca-se a análise do *Triunfo Eucarístico* e do *Áureo Trono Episcopal* feita por Laura de Mello e SOUZA, «O falso fausto», in *Desclassificados do ouro*, Rio de Janeiro, 1986, pp. 19 segs. Também a dissertação de mestrado de Íris KANTOR, *Pacto festivo em Minas Colonial: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*, FFLCH/USP, 1996. Para além desse caráter normatizador subsiste nas festas coloniais a existência, se é possível dizer assim, de uma intenção maior, qual seja, a consolidação do efetivo domínio da Coroa na região. Nesse sentido, cf. Maria Paula Dias Couto PAES, *Teatro do controle...* cit., pp. 84-100. Júnia FURTADO, «Desfilar: a procissão barroca», *Revista Brasileira de História – ANPUH*, São Paulo, v. 17, n.º 33, pp. 251-279, 1997.

¹⁸ José Pedro Paiva, analisando as solenidades de *entrada* dos altos dignatários eclesiásticos quando designados para diversas dioceses na Europa do período Moderno evidencia a existência de um ritual com, pelo menos, seis etapas que serviam de modelo para a realização das celebrações próprias para tais ocasiões. No geral, o ritual prescrito, sobretudo pós Trento, era normatizador e tinha como função evidenciar a hierarquia litúrgico-política e social. Dentre os exemplos que Paiva apresenta há referências à celebração quando da *entrada* na cidade de Mariana daquele que seria o primeiro bispo das Minas Gerais em 1749, o *Áureo Throno Episcopal*. José Pedro PAIVA, «A liturgy of power: solemn episcopal entrances in early modern

averiguar de que maneira as festividades que marcaram a primeira metade do século na região mineradora puderam constituir-se em um macro símbolo da organização política e religiosa do Estado monárquico de D. João V, representando uma metáfora da sociedade portuguesa orientada pelos preceitos e dispositivos de uma teologia política que, por sua vez, tinha como base a própria metáfora organicista do Estado como um «corpo místico» em que o Rei era a cabeça e a sociedade representava os membros¹⁹.

As festas coloniais, enquanto instrumentos de evidenciação do poder real e mais, como representação do Estado português, foram analisadas a partir de algumas «chaves de leitura». Primeiramente, teve-se que levar em conta o fato de que as festividades eram momentos privilegiados para a representação dos códigos e valores que davam significado àquela sociedade. Todo o «programa» festivo era intensamente preenchido de significados²⁰. Em outras palavras, esses eventos não possuíam qualquer noção de espontaneidade porque as festas tinham funções muito precisas, conquanto no geral fossem veículo de normatização hierárquica e de propaganda da teologia política do Estado português.

A universalização das categorias românticas que, de maneira geral, nortearam as análises sobre as práticas de representação artístico-culturais na Colônia levou à psicologização de formas de representação pré-iluministas, imprimindo-lhes uma subjetividade própria da individualidade burguesa. A utilização das noções de «expressão» e de «psicologia» não levaram em consideração o fato de que à época existia uma rígida doutrina retórica e poética que ordenava as representações e estabelecia o *decoro*²¹, ou seja, a adequação das representações ao tema da festa²².

Europe», Heinz SHILLING e István György TÓTH (ed.), *Religion and Cultural Exchange in Europe, 1440-1700*, in Robert MUCHEMBLED (ed.), *Cultural Exchange in Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press/European Science Foundation, 2006, v. 1, pp. 138-161. Evidentemente, o autor aponta para as particularidades e/ou especificidades próprias das regiões onde as celebrações aconteceram como resultado dos costumes e das tradições locais. Quanto a tais especificidades locais, para o caso do *Áureo Throno Episcopalis* confira pp. 153-154.

¹⁹ A idéia de que a sociedade portuguesa do século XVIII se organizava como um «corpo místico», em que cada membro tinha uma função, que era hierarquizada, e estava ligado e dependente à cabeça, que era o rei, remete-se, sobretudo, à reinterpretação do tomismo por Francisco Suárez para a elaboração da teoria do «*pactum subjectionis*»/pacto de sujeição». Cf. Santo Tomaz de AQUINO, *De Regno I*, XII, 53. Santo Tomaz de AQUINO, *Summa Theologica*, III, q.VIII, a 1, ad. 2. Francisco SUÁREZ, *De Legibus* 4,4,2. João Adolfo HANSEN, *A sátira e o engenho – Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 206. Richard MORSE, *O Espelho de Próspero*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 43.

²⁰ José Pedro PAIVA, *A liturgy of power: solemn episcopal... cit.*, p. 155.

²¹ O *decoro* implica a proporção da obra no julgamento do público, como adequação a uma opinião do que é «conveniente». Cf. Fabio QUINTILIANO, *Instituição oratória*, São Paulo, Edições Cultura, 1944, 11,1,1-93.

²² Cf. Severo SARDUY, *Barroco*, Lisboa, Veja, 1989, p. 121. João Adolfo HANSEN, «Notas sobre o «Barroco»», *Revista do IFAC*, Ouro Preto: IFAC/UFOP, 1997, pp. 11-12.

Analisar o conteúdo dos programas festivos, à luz dos códigos e valores setecentistas, significou interpretar as alegorias²³ que eram dadas a ver na ocasião das festas e celebrações coloniais²⁴, de modo a melhor caracterizar esses eventos como *locus* de representação do poder da Coroa na sua intenção de reafirmar sua soberania perante os colonos das Minas.

Pretendeu-se aqui a articulação entre estes três grandes eixos intrinsecamente interligados: primeiro, o fato de que as festividades nas Minas do século XVIII constituíram-se em ocasiões em que a racionalidade do Estado português era representada na Colônia evidenciando a hierarquia e reafirmando o poder da Coroa; segundo, a questão de que essa representação possuía uma estrutura retórica e teológico-política re-apresentando padrões anônimos e coletivizados de acordo com o uso de modelos de autoridades já consagradas e, finalmente, a interpretação do significado das alegorias que integravam o programa das festas. O objetivo principal dessa articulação foi a construção de uma inteligibilidade para as práticas de representação nas Minas da primeira metade do século enquanto formas de expressão do poder da metrópole. Para tanto foram analisados os eventos festivos que se constituíram em exemplos paradigmáticos: a trasladação do Santíssimo Sacramento em procissão para a nova matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto ocorrida em Vila Rica em 1733, o *Triunfo Eucarístico*²⁵, as comemorações que marcaram a implantação do bispado de Mariana em 1748, o *Áureo Trono Episcopal*.²⁶ Note-se que para esta análise mais importante do que a questão da fidelidade dos relatos em relação ao que de fato aconteceu foi a constatação de que essas fontes possibilitavam a reconstrução dos sistemas

²³ A tradição moderna ocidental distingue alegoria de símbolo, mas a distinção é recente: «até o século XVIII esses dois termos são considerados praticamente sinônimos, como o foram para a tradição medieval. A distinção começa a aparecer com o romantismo [...]». Humberto Eco, *Arte e beleza na estética medieval*, Rio de Janeiro, Globo, 1989, p. 76. Retoricamente, a alegoria é uma metáfora que, baseada numa relação de semelhança ou de analogia, diz *b* para significar *a*. É, portanto, uma técnica metafórica de representação. Enquanto processo intencional do autor, ela é criativa e se baseia na distinção retórica entre sentido próprio e figurado. Cf. João Adolfo HANSEN, *Alegoria e metáfora*, São Paulo, Atual, 1988, pp. 1-4.

²⁴ A festa não deve ser entendida como a procissão, a missa, a solenidade. O «momento» da festa tinha duração variada e incluía atividades muito diversas, sobretudo para as festas analisadas neste artigo de maneira mais enfática: o *Triunfo Eucarístico* de 1733 em Vila Rica e o *Áureo Trono Episcopal* que marcou a criação do bispado de Mariana, em 1748.

²⁵ O documento que se constituiu como principal fonte para a análise foi o relato de Simão Ferreira MACHADO, *Triunfo Eucharístico do Diviníssimo Sacramento da Senhora do Pilar em Vila Rica, Corte da Capitania das Minas*, impresso em Lisboa no ano de 1734 (doravante referenciado como TE), transcrito e publicado pela RAPM, 1901, ano 6, pp. 985-1062. Para as citações optou-se por referenciar o texto da RAPM.

²⁶ Trabalhou-se aqui com o relato anônimo do *Áureo Trono Episcopal* mandado imprimir em Portugal por Francisco Ribeiro da Silva (doravante referenciado como ATE), transcrito e impresso na RAPM, 1901, ano 6, p. 379-491, em constante comparação com o manuscrito reproduzido in Affonso ÁVILA, *Resíduos Seiscentistas em Minas. Textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*, Belo Horizonte, Centro de Estudos Mineiros, 1967. Para as citações optou-se por referenciar o texto da RAPM.

simbólicos contemporâneos e, portanto, das práticas de representação nas Minas do século XVIII.

Tanto o *Triunfo Eucarístico* quanto o *Áureo Trono Episcopal* significaram ocasiões em que o poder e a soberania do Estado português e de seu Rei puderam ser evidenciados nas Minas. No *Triunfo Eucarístico* a preocupação com essa evidenciação apresentava-se, descontados os efeitos retóricos utilizados²⁷, já na dedicatória do texto de Simão Machado. O autor destacou que «tão grande solenidade se publicasse, porque a notícia tem estímulos para o exemplo [...]» Fazia-se necessária a «contínua narração aos presentes, e futuros toda a ordem de tão magnífica solenidade» porque assim se «providencia a utilidade do exemplo [...]»²⁸. A preocupação em tornar pública e notória a celebração do «triunfo» da política católica nas Minas poderia reforçar a idéia de que a Coroa havia triunfado na submissão dos colonos e, ao mesmo tempo, celebrar a grandeza da nação portuguesa. Ao iniciar o relato, escreveu Simão Machado: «que se perpetue na lembrança este circunspecto exemplar daquelles Catholicos moradores [...] e este resplendor Luzitano, para que sua exaltada memória sirva de gosto, e alegria a toda a Igreja, e a todos os Portugueses; de pasmo, e assombro a todos os infieis; de admiração a todas as gentes [...]»²⁹. Na aprovação para a publicação do relato concedida pelo M. R. P. Mestre Fr. Antonio de Santa Maria, ele justificava: «porque será um clarim da fama, que faça estremecer o universo assombrado da generosa piedade e prodiga magnificencia dos portuguezes [...]»³⁰.

No *Áureo Trono Episcopal*, conquanto os dizeres daqueles que foram responsáveis pela aprovação para a publicação do relato tenham exaltado a

²⁷ Nesse sentido, é pertinente uma série de ressalvas. Por exemplo, na aprovação para a publicação do relato concedida pelo M. R. Padre Mestre Fr. Fernando de Santo Antonio, ele escreveu: «Nella excitando ao fervor de fabricarem novos Templos, e de se applicarem mais cultos a Deos, dá toda a noticia, assim da nova Igreja, que tão suntuosamente souberão edificar os magnanimos e nobilissimos moradores da Paroquia de Nossa Senhora do Pilar [...]». TE, p. 989. Aqui a idéia de suntuosidade parece mais retórica do que real porque, segundo o dossier de restauração da Matriz de N. S. do Pilar de Ouro Preto em 1733, a igreja estava praticamente concluída em termos arquitetônicos. Entre 1737 e 1753, foi realizada a decoração arquitetônica da nave. O arco-cruzeiro foi concluído em 1751. A capela-mor foi decorada (talha dourada) entre 1741 e 1754 mas, somente vinte anos mais tarde, foi definitivamente concluída. Cf. *Dossier de Restauração da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto*, OP/113. IPHAN – IEPHA, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1974. No mais, há que se pensar o que seriam as Vila Rica e Mariana do século XVIII. Segundo Cecília Figueiredo, no conteúdo normativo dos editais que o Senado da Câmara de Mariana mandava publicar por ocasião das festividades, constavam medidas que visavam sanear o espaço público, determinando-se a recolha dos porcos pelos proprietários que os trouxessem soltos nas ruas, uma vez que isto causava grandes transtornos nos rituais e à época das procissões. Cf. Cecília Maria Fontes FIGUEIREDO, «Festa e urbanidade em Mariana no século XVIII: as relações entre as festas e a organização da vida urbana», *Revista do IFAC* 1995, p. 65.

²⁸ TE, p. 987.

²⁹ TE, p. 990.

³⁰ TE, p. 989.

erudição, a *agudeza* e o *engenho*³¹ dos participantes, também transpareceu a preocupação com a notoriedade do exemplo. Escreveu o M. R. P. M. Fr. Francisco de Santiago: «São os livros os thesouros, em que se depositão as mais preciosas memorias para a posteridade; e o que se escreve em papel, gravarão os antigos para a memoria de futuro [...]»³². E, ainda no texto da aprovação do M. R. P. M. Pedro Correa: «o Author a descreve, e apresenta com tão meudas circunstances [...] que a está pondo à vista, e fazendo presente aos que por estarem distantes não tiveram a fortuna de se acharem em tão luzida função»³³.

No caso desses relatos pôde-se identificar, tanto no *Triunfo Eucarístico* quanto no *Áureo Trono Episcopal*, na estrutura processional ou nos outros momentos que integraram ambas as festas, a intenção de construir nas Minas a representação da figura de seu Rei, seu poder e sua magnificência, e a constante reafirmação do poderio do Estado português. Rei e Estado: instâncias intercambiáveis que, como um espelho de dupla face, possibilitavam reconhecer nas representações do poder real a soberania do Estado e vice-versa.

No *Triunfo Eucarístico* a representação da figura real estava ligada à cuidadosa construção da analogia entre D. João V e o Santíssimo Sacramento exposto – corpo de Cristo – a partir da metáfora do sol, símbolo e signo. Nesse caso, a soberania do Estado apareceu representada na própria procissão, como um macro símbolo do «triunfo» da política católica portuguesa nas Minas, conquanto ele pudesse não ser verdadeiramente efetivo. A idéia desse «triunfo» foi relatada por Simão Ferreira Machado:

«[...] nestas [nas Minas] primeiro fizerão [os portugueses] alarde da doutrina, persuadindo as verdades da Fé, com exemplos de virtude; agora estabelecido o ocio da paz, crescida a opulencia das riquezas, com dispendios de magnificencias e excessos de liberalidade ostentão a gloria da Fé, a reverencia, e culto da Magestade Divina»³⁴.

A relação de semelhança que tornava possível a analogia entre Cristo e o sol remetia-se ao fato de que Deus foi aquele que criou a Luz e se apresentava como Luz. Tal concepção metafórica percorre todo o texto bíblico³⁵.

³¹ O *engenho* pressupõe uma representação regrada conforme o gênero, tendo por limites a ausência total de ornamentos e o acúmulo total deles. A representação *engenhosa* não deve afastar-se demais da linguagem comum; deve manter o meio-termo entre análogos, evitar semelhanças óbvias e a frieza decorrente do excesso – o que resultaria em afetação –, respeitar a correção, a propriedade, a oportunidade, a conveniência do estilo ao assunto, mostrando-se como uma representação *aguda*. Cf. Emanuele TESAURO, «Argúcias humanas, in *Il Cannocchiale aristotelico*», *Revista do IFAC*, 1997, pp. 4-5.

³² ATE, p. 381.

³³ ATE, p. 383.

³⁴ TE, p. 996.

³⁵ Do texto teológico, a metáfora migrou, segundo a tópica horaciana do *ut pictura poeseis*, para outros discursos: as artes plásticas, a poesia, a música: «tu, a quem por completo

Enquanto presença luminosa Deus se manifesta nas escrituras de várias formas: a sarça de Moisés, a estrela de Belém, a luz que cegou Saulo, o fogo do Pentecostes. Deus é o domínio da luz sobre as trevas.³⁶ Segundo Simão Ferreira Machado: «Precederão-lhe [ao dia da procissão] seis dias sucessivos de luminárias entre os moradores de Ouro Preto por ordem do Senado da Camera, trez geraes em toda a Villa até o Padre Faria [...] para nestas noites dilatar ás luzes o domínio das trevas»³⁷. Segundo o relato do *Áureo Trono Episcopal*, após a chegada de D. Fr. Manoel da Cruz, em Mariana, «ordenou o Senado da Camera que nas trez noites sucessivas houvesse luminarias por toda a cidade. [...] se viu nestas ocasiões estender-se a esfera das luzes sobre o dilatado domínio das sombras [...]»³⁸. Constata-se que a idéia de oposição entre luz e trevas, para significar bem e mal, heresia e fé, está presente nos dois relatos.

Em outras partes do relato do *Áureo Trono Episcopal* pôde-se perceber a reafirmação desta oposição, como, por exemplo, na comparação entre o Maranhão – região da América Portuguesa de onde veio o bispo após a nomeação real – e Mariana nos versos do Doutor José de Andrade e Moraes: «O sol nascido, diligente trata, de descer pelo rumo do Occidente [...] que se no Maranhão luzes sepulta, com nova luz na Mariana avulta»³⁹. E, ainda no texto da Oração de abertura da Academia, de 10 de dezembro de 1748, realizada na residência do bispo em louvor ao novo prelado, o mesmo autor escreveu referindo-se a Mariana: «Dos raios do sol he a gala, que vestes, porque hum Sol benigno te faz clara, e preclara em todo o Orbe». Sobre o Maranhão: «A Maranania, como sombra, o seguia chorosa, porque neste Prelado se ausentava a luz de seus olhos; e esta privação da luz sabem os filosofos, que he o que se chama sombra»⁴⁰. Aqui, o sol representava a pessoa do bispo e desse modo ele tinha a faculdade de portar e conduzir a luz de um o Santíssimo Sacramento lugar a outro.

Se Deus é a luz que vence as trevas, exposto – corpo de Cristo –, ou seja, a hóstia conduzida no ostensório durante a procissão, tinha como significado principal a representação da luz. Observe-se que o ostensório, com sua forma solar, apresentava a hóstia – «um círculo branco absoluto, insondável em sua mística realidade, que emana inúmeros raios luminosos do amor de Deus [...]»⁴¹.

me entrego, pois é luz clara que tudo ilumina, conduz-nos, pelo caminho que melhor se oferece, aclarando o recinto. És quem aquece o mundo, luzindo sobre ele». Dante ALIGHIERI, *A divina comédia*, São Paulo, Tecnoprint, S.A., 1997, p. 162.

³⁶ Paulo da Veiga JORDÃO, *Alegorias do corpo místico*, Ouro Preto, IFAC/UFOP, 1997, p. 23.

³⁷ TE, p. 999.

³⁸ ATE, p. 398-399.

³⁹ ATE, p. 418.

⁴⁰ ATE, p. 443-444.

⁴¹ P. JORDÃO, *Alegorias...* cit., p. 27.

O que possibilitava a apropriação da representação do sol para figurar a pessoa do monarca era a relação de correspondência entre o corpo de Cristo, figurando a Igreja, e o corpo do rei, figurando o Estado⁴². Assim, como o corpo de Cristo irradiava a luz do sol atingindo os fiéis com o amor de Deus, o sol, representando a figura do rei, também contagiava todos com seus raios, criando uma atmosfera de envolvimento em que os súditos obedeciam e submetiam-se ao seu domínio não somente pelo temor, mas principalmente pelo amor⁴³.

Note-se que, no relato do *Triunfo Eucarístico*, Simão Ferreira Machado escreveu que, no trajeto do cortejo processional do traslado do Santíssimo, «estava prevenido hum altar para descanso do Divino Sacramento, e deliberado acto de publica veneração[...]»⁴⁴. Nesse caso, pode-se pensar no efeito de *Persuasão* causado pela exposição do Santíssimo. Para os fiéis, Ele era a presença *real* do Corpo de Cristo e como símbolo figurava a presença do Rei.

Apesar de a comparação entre o rei e o sol ter-se constituído como uma metáfora amplamente utilizada durante os séculos XVII e XVIII, ela sempre apareceu mais relacionada à Corte francesa. Em Portugal esta metáfora não foi construída da mesma forma, conquanto tenha sido possível identificar uma mesma matriz mitológica greco-romana. Nesse sentido, a Corte francesa foi mais classicisante enquanto a portuguesa foi mais afeita à simbologia cristã propriamente dita. No caso do Rei francês a metáfora do sol remetia-se a Apolo, «o soberano filho de Júpiter, deus da beleza, da poesia, da música, da verdade, amante das musas, e ele próprio inspirador de poetas, cujo oráculo é revelador da verdade, o deus-sol»⁴⁵. Observe-se que Versalhes foi construído a partir da imagem do Rei sol e seus jardins segundo a lenda de Apolo⁴⁶. O título de Rei Sol dado a Luís XIV tinha uma dupla pretensão: celebrar qualidades atribuídas ao monarca e elevá-lo a uma condição mito-

⁴² Ernest H. KANTOROWICZ, *Os dois corpos do rei*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 195.

⁴³ Nesse sentido, expressa-se um dos princípios mais caros à «razão de Estado» de Botero: «Pode-se discutir-se se convém mais ao príncipe dar moderadamente a muitos ou largamente a poucos: sem dúvida, dar moderadamente a muitos, e, se fosse possível, a todos, pois a virtude do príncipe é tanto maior quanto mais universal e mais semelhante ao sol, que distribui e dispensa a sua luz a todos». Giovanne Botero, *Da razão de Estado*, Coimbra, Universidade de Coimbra/Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992, p. 36.

⁴⁴ TE, p. 33.

⁴⁵ P. JORDÃO, *Alegorias...* cit., p. 29.

⁴⁶ «Trata-se de construir o palácio do sol tal como Ovídio o descreve no canto II das *Metamorfoses*». Cf. Jean Marie APOSTOLIDES, *O rei-máquina – Espetáculo e política no tempo de Luís XIV*, Rio de Janeiro, José Olympio/Edunb, 1993, pp. 78-82. Vale lembrar que também o mito de Hércules é identificado com o sol. Juan Perez de Moya, tratadista espanhol do século XVI, comparou Hércules ao sol, e seus doze trabalhos aos signos do zodíaco, que o sol vence em um ano. Cf. José Fernandez ARENAS (org.), *Resnascimento y barroco en España*, Barcelona, Editorial Gustavo Gilli, 1993, p. 79. Aqui é interessante destacar o pressuposto imitativo apontado na primeira parte deste capítulo acerca do Canto Heróico, apresentado na Academia de 10 de dezembro de 1748, por Gregorio dos Reis e Mello. Cf. ATE, pp. 459-464.

lógica. Assim como Apolo foi pastor, Luís XIV também o era, conduzindo seu reino em segurança.

Ao Rei português interessava muito mais se apresentar como herói beato do que como um Apolo. Basta lembrar do caráter providencialista da monarquia lusitana. Providencialismo fortemente ligado à vocação católica de uma nação forjada na luta contra os mouros, a quem Deus teria dado a missão de expandir a Fé pelo mundo, missão centralizada na figura do monarca. Portanto, a metáfora do sol, adequada à representação da figura de D. João V⁴⁷, aludia, marcadamente, à idéia de um sol capaz de levar a luz do catolicismo aos povos nos mais remotos cantos da Terra: «chegando, como verdadeiro Sol da charidade com seus benignos influxos a socorrer não só aos Vassalos, mas aos estranhos, aos do Reino, e aos mais distantes»⁴⁸. Da mesma forma, a ambivalência entre o corpo de Cristo e o corpo do rei possibilitou a construção de uma analogia entre o monarca e o sol. Mas, note-se que nessa associação metafórica mais do que o sol da tradição mitológica buscou-se a analogia entre o monarca e o sol da Eucaristia.

Nesse sentido, justificava-se o empenho de D. João V em normatizar as festividades do triunfo da Eucaristia⁴⁹, como as procissões de *Corpus Christi*, transformando-as no exemplo a ser seguido nas celebrações dos poderes divino, eclesiástico e monárquico. E também a transmigração de liturgias entre os rituais políticos e as celebrações religiosas⁵⁰.

Nas entradas régias⁵¹ «o rei ao invés de ser recebido pelo clero na porta da cidade e seguir direto ao Paço sem paradas obrigatórias, entra na cidade, onde é recebido com um pálio de brocado seguro pelos vereadores [...] dirigindo-se à igreja matriz, na qual recebe a homenagem do clero local,

⁴⁷ A comparação de D. João V com o sol apareceu ainda antes de sua aclamação como rei de Portugal, na instrução dada ao jovem herdeiro do trono pelo padre Sebastião Pacheco Varela: «o deleite dos nossos olhos é a vista do sol, a alegria do povo é a presença do Rei. O Sol difunde o seu calor com a luz, o Rei comunica o amor com o aspecto. [...] o sol vivifica com seu benévolo aspecto, o Rei dá vida com seu benigno semblante». Sebastião Pacheco VARELA. *Numero vocal, exemplar, catholico, e politico, proposto no mayor entre os santos o glorioso S. Joam Baptista: para imitaçam do mayor entre os Principes o Serenissimo Dom Joam V*, Lisboa: Officina Manoel Lopes Ferreira, 1701, p. 407.

⁴⁸ *Relaçam da Enfermidade, Ultimas Acçoens, Morte e Sepultura do Muito Alto, e Poderoso Rey, e Senhor D. João V o Pio, Magnanino, Pacifico, Justo, Religioso, e por declaração Pontificia o Fidelissimo à Igreja Romana. Offerecida a seu Augusto Filho e Senhor D. Joseph I pelo D.I.B.M.D.P.A.A.R.* Lisboa, na Oficina de Ignacio Rodrigues. Anno de MDCCL. Com todas as licenças necessárias.

⁴⁹ Notadamente, a procissão de 8 de junho de 1719. Tentando eliminar do desfile as representações ligadas à tradição pagã, o Rei prescreveu a eliminação dos dragões, tourinhas, gigantes e serpentes, também a participação das mulheres, negros e tocadores de *charanelas*. Cf. R. BEBIANO, *D. João V...* cit., pp. 127-128.

⁵⁰ Segundo Victor Taipé, numa espécie de «contaminação do culto da monarquia pelos ritos da religião [...]». Victor L. TAIPÉ, *O barroco*, São Paulo, Cultris/Edusp, 1983, p. 35.

⁵¹ Em Portugal a adoção do pálio nas Entradas Régias data do reinado de D. Afonso V (1446-1481). Cf. Íris KANTOR, *Pacto festivo em Minas colonial...* cit., p. 58. J. M. APOSTOLIDES, *O rei-máquina máquina...* cit., p. 18.

seguindo depois ao Paço»⁵². Observe-se o ocorrido em Mariana, em 27 de fevereiro de 1748, quando da entrada pública do M. R. Doutor Lourenço José de Queiróz Coimbra, eleito por D. Fr. Manoel da Cruz para tomar posse no bispado até o fim de sua jornada pelos sertões: «Depois de devidamente paramentado. Recebido debaixo do pálio, cujas varas levavão os Cidadãos, continuou a Procissão até a Capela Mor [...]»⁵³. Ainda, na descrição do cerimonial da entrada pública do próprio D. Fr. Manoel da Cruz, em 28 de novembro daquele mesmo ano: «Posto Sua Excellencia a cavallo, se encaminhou debaixo do Pallio, em cujas varas pegavão seis cidadãos, que tinham servido de Vereadores na Camera desta Cidade»⁵⁴. Tanto no caso das entradas régias, quanto nas ocasiões das entradas públicas do Doutor Lourenço José e de D. Fr. Manoel da Cruz, as autoridades seguiram debaixo de um pálio sustentado pelos *cidadãos*. Pôde-se inferir que cidadãos eram aqueles que tinham ou tiveram acesso aos cargos da governança. Em todos os casos, a idéia era a de dignificar aquele que ia sob o pálio, rei ou bispo, ambas autoridades expressando representações de poderes intercambiáveis, o político e o religioso. Note-se que também na procissão do *Triunfo Eucarístico* «seguia-se o Divino, e Eucharístico Sacramento, debaixo de hum precioso pallio [...]»⁵⁵.

De todo modo, era sempre a metáfora do sol significando o poder do Rei e de seu Estado que se apresentava nos relatos das festividades coloniais. Por vezes esta metáfora foi «emprestada» para dignificar o bispo, e, na pessoa dele, a Igreja e o Estado, como no relato do *Áureo Trono Episcopal*. Nesse caso, a alegoria principal foi a do sol mitrado conduzido por um carro «a que dava movimento hum artificio occulto» que «levava no alto da popa hum sol mitrado, exaltado sobre uma gloria de Anjos, e serafins, e da mesma entre resplandores sahião o Bago, e Cruz Episcopal»⁵⁶. Segundo o documento, dentro do carro foram doze figuras, cada uma delas portava um *emblema*⁵⁷ que exaltava a pessoa do bispo, apresentando uma série de conceitos virtuosos, tais como Honra, Heroísmo, Fé, Justiça, virtudes, as

⁵² I. KANTOR, *Pacto festivo...* cit., pp. 58-59.

⁵³ ATE, p. 391.

⁵⁴ ATE, p. 402.

⁵⁵ TE, p. 1012.

⁵⁶ ATE, p. 422.

⁵⁷ Os *emblemas* são desenhos alegóricos acompanhados de um lema e um epigrama que tinham a função de explicar os conteúdos semânticos das «coisas» figurativamente representadas. Eram destinados a ensinar de forma «intuitiva» uma verdade moral como um conceito que tratava de se fazer apreensível através da imagem. O lema, ou mote, indicava o conteúdo simbólico ideológico preponderante, ou seja, enunciava a tópica moral, religiosa ou política em que se deveria centrar a interpretação analógica do que estava representado. O epigrama era o texto literário que explicava o conteúdo semântico da figura. O mote e o epigrama eram chamados de «alma» do *emblema* e a imagem de «corpo». A interpretação do *emblema* pressupunha a união da imagem com o texto compreendida através de analogias, num exercício que exigia erudição e *decoro*. Cf. José Pascual Buxó, «El resplandor intelectual de las imágenes: jeroglífica y

quais todos deveriam almejar.⁵⁸ Então, o que a alegoria pretendia era a evidência desses conceitos como mensagem e exemplo a ser seguido pelos súditos. Segundo o relato:

«Huma mão pintada, pegando em huma penna com esta letra: **esplendor do Palacio**. [...] Huma Mitra com a letra: **combatendo otimamente**. [...] Huma Cruz Episcopal: **salvação do bem comum**. [...] Huma Mitra, Bago, e Chapeo: **premios de virtude**. [...] Huma cadeira debaixo de hum docel: **em qualquer lugar o primeiro**. [...] Huma Mitra illustrada por hum Sol: **aclarando tudo em volta**. [...] Huma Cathedral: **o cuidado com as leis**. [...] Huma não, e huma mão sahindo de huma nuvem com as armas de Mercurio: **a imagem do Principe**. [...] Huma Arvore com ramos, e pomos pendentes: **com o peso dos anos**. [...] Huma Mitra sobre huma almofada: **colado com honra**. [...] Na popa, e proa hião duas figuras separadas das mais [...] A da proa representava a Fama [...] Na Tarja, que levava no peito esta figura, se via por emblema huma Igreja pintada, e sobre ella hum Sol com esta letra: **surge como Sol**. [...] A figura da popa levava pintada no peito huma palma com a letra: **Victoria**»⁵⁹.

De acordo com o relato, seguiram o cortejo onze figuras. Também essas apresentavam-se como um elenco de mensagens que deveriam ser interpretadas e apropriadas pelos colonos. A primeira alegoria, o Sol, figurava o bispo e, na pessoa dele, também o Rei, o Estado e a Igreja, sobretudo quando associada à segunda: «Levava esta figura na mão direita trez gyraões, de que sahia esta letra: **prestam reverência**. No braço esquerdo huma tarja com a inscrição seguinte: **tua face buscarei**»⁶⁰. Aqui, os girassóis foram utilizados para figurar os súditos, numa adequada atitude de reverência diante da representação do poder político e religioso. A cada uma das onze figuras – onze *emblemas* –, era possível conferir um conceito moral, ético ou religioso que se apresentava alegoricamente diante dos colonos como exemplo a ser seguido, como atitude a ser adotada: Nobreza, Fé, Amor de Deus, Compaixão, Virtude, Prudência, Constância, etc.⁶¹.

Em outros trechos de ambos os relatos a metáfora do sol foi utilizada para notabilizar o poderio de Portugal sobre os domínios coloniais, conferindo-lhes uma aura de nobreza⁶². No relato do *Triunfo Eucarístico*, Simão Ferreira Machado comparou Vila Rica ao sol: «e como o Sol, a cujas luzes

emblemática», *Juegos de ingenio y agudeza, La pintura emblemática de la Nueva España*, Madri, Museo Nacional de Arte, nov.94-feb.95, pp. 30-33. Pierre LAURENS, Préface, in André ALCIAT, *Les Emblèmes*, fac-símile de l'édition lyonnaise Macé-Bonhomme de 1551, pp. 8-11.

⁵⁸ José Pedro PAIVA, *A liturgy of power: solemn episcopal...* cit., p. 147.

⁵⁹ ATE, pp. 422-424. (Grifo meu). As frases que aparecem nas citações em negrito foram traduzidas, uma vez que no texto do relato elas foram escritas em latim.

⁶⁰ ATE, pp. 428-429. (Grifo meu).

⁶¹ Cf. TE, p. 428-432.

⁶² O sol, patrono da cor amarela e do ouro, era largamente utilizado pelos contemporâneos para significar nobreza, riqueza, religião, claridade, gravidade, justiça, fé, etc. Cf. G. P. LOMAZZO, «Tratado del arte de la pintura», in Joaquim GARRIGA (org.), *Renascimento en Europa*, Barcelona, Editorial Gustavo Gilli, 1983, pp. 310-327.

ficão sombras de todos os astros os esplendores, a nobilissima Villa Rica, mais que esfera da opulencia, he teatro da Religião [...]»⁶³. Vila Rica pôde ser comparada ao sol porque era parte integrante do Estado, como região sob o seu domínio. No relato do *Áureo Trono Episcopal* apareceu a mesma idéia: «As Estrellas já no Carmo [Mariana] te davão gloria suprema, mas a cruz que hoje em ti brilha, te dá hum sol por empreza»⁶⁴. Com a implantação do bispado, a cidade de Mariana adquiriu ares de nobreza e de realeza que precisavam ser exaltados para evidenciar a soberania e o poder do Rei e do Estado.

Talvez a representação do sol para significar diretamente a pessoa do Rei tenha se mostrado mais evidente nas Minas por ocasião das Reais Exéquias, celebradas com muita pompa e solenidade, sobretudo em Vila Rica e São João del-Rey. Curiosamente, um dos muitos *emblemata* descritos na *Relaçam Fiel das Exequias da defunta Magestade do Fidelissimo e Augustissimo Rey o Senhor D. João V* expressava, de certo modo, essa constatação: «Explicava-se o Emblema em huma véla, dando, como costuma, mayor claridade, e resplendor de luz ao tempo de apagar-se [...]»⁶⁵. Nessas celebrações o sol figurava o Rei que morreu e, nesse sentido, a analogia entre eles serviu à representação do Rei que, mesmo morto, não perdeu a majestade, deixou o mundo terrestre para conquistar um lugar de honra no reino celeste: «o Sol Portuguez da magestade Augustissima do Senhor Rey D. João V no seu sentido occaso antes quizera deixar o seu Reyno de Portugal, a pezar do nosso sentimento, pelo Reyno celeste, onde reynará triunfante, e glorioso por toda a eternidade [...]»⁶⁶.

As festividades que marcaram a primeira metade do século XVIII, nas Minas, tinham como objetivo representar, de forma espetacular, para os súditos coloniais, a extensão do poder e da soberania do Rei, persuadindo-os à obediência de seu domínio e integrando-os como membros do «corpo místico» de seu Estado.

As normas do espetáculo

Se estas festas comemorativas constituíram-se como momentos privilegiados de evidenciação do poder Real isso só foi possível porque elas expressavam a representação desse poder através de um programa minucio-

⁶³ TE, p. 996.

⁶⁴ ATE, p. 424.

⁶⁵ Mathias Antônio SALGADO & Manoel José Correa e ALVARENGA, *Monumento do Agradecimento, tributo da veneração, obelisco funeral do obséquio, Relaçam fiel das reaes exequias, que à defunta Magestade do fidelissimo e augustissimo Rey o senhor D. João V dedicou o doutor Mathias Antônio Salgado Vigario collado da Matriz de N. Senhora do Pillar da Villa de São João Del Rey offerecida ao muito alto, e poderoso Rey D. Joseph I. Nosso Senhor*, Lisboa, Officina de Francisco Silva, Anno de MDCCLI. Com todas as licenças necessárias.

⁶⁶ M. A. SALGADO & M. J. C. ALVARENGA, *Monumento de Agradecimento, tributo...* cit., p. 10.

samente preparado para a produção do efeito desejado⁶⁷. Além de tornar visíveis os papéis sociais de seus atores⁶⁸, hierarquizando e normatizando, tais cele-brações apresentavam-se como uma macro metáfora de uma sociedade em que o rei era a cabeça e os súditos os membros de um «corpo místico» e nessa representação buscava consolidar a dominação colonial através da *Persuasão* do espetáculo.

As festas coloniais expressavam as relações sociais entre os participantes, constituindo-se como oportunidade para o ver e o ser visto de atores e espectadores em várias funções intercambiáveis⁶⁹. A respeito da procissão de *Corpus Christi* em Portugal, Cunha Brochado escreveu em 1709: «para ver Lisboa de uma vez fui ver a procissão do Corpo de Deus»⁷⁰. A partir do relato do *Áureo Trono Episcopal* foi possível perceber o «desfilar» dos principais da Capitania não apenas diante das *gentes*, evidenciando seus respectivos papéis sociais, mas, também, diante do próprio bispo que chegara de longe e a quem era preciso dar a conhecer as pessoas principais das Minas. O autor anônimo relatou com minúcia quem foram os participantes, os lugares que essas pessoas ocuparam no cortejo processional da entrada pública de D. Fr. Manoel da Cruz, quais delas levaram os aparatos que serviram à cerimônia de paramentação do bispo, nomeando a todos e referindo-se às suas funções administrativas ou eclesiásticas⁷¹. Às autoridades mais importantes coube, por parte do autor, descrever a distinção com que se destacaram. O Senado da Câmara, presidido pelo Dr. Francisco Angelo Leitão, então juiz de fora da cidade de Mariana, «illustrou» o cortejo com «as bandas das capas, canhões das casacas, e vestes de diferentes, e ricos galcés de ouro», mas distinguiu-se entre todos «aquelle Ministro pela opulencia, e gravidade da gala, com que appareceu naquelle dia [...]»⁷².

Com relação à evidenciação hierárquica, o relato anônimo do *Áureo Trono Episcopal* foi bastante elucidativo porque o autor mencionou os responsáveis e os organizadores de vários momentos da festividade. Logo após a chegada do bispo à cidade de Mariana, o Senado da Câmara ordenou que «nas trez noites sucessivas houvesse luminarias por toda a cidade [...] especializando-se huma notavel iluminação, que se admirava por toda a circunferencia da Igreja da Sé e guarnição das suas torres». Pela descrição do autor nessas três noites foram armados artifícios de iluminação bastante

⁶⁷ José Pedro PAIVA, *A liturgy of power: solemn episcopal...* cit., p. 156.

⁶⁸ Júnia FURTADO, *Homens de negócio...* cit., p. 31.

⁶⁹ Nesse caso, pode-se pensar que as funções sociais eram intercambiáveis porque os espectadores também estavam representando, desempenhando o papel que lhes era adequado de acordo com a situação. Cf. R. STARN, «Vendo a cultura numa sala para um príncipe renascentista», in Lynn HUNT (org.), *A nova história Cultural*, São Paulo, Martins Fontes, 1992, p. 288. Roger CHARTIER, *A história cultural*, Lisboa, Difel, 1990, p. 22.

⁷⁰ Carta de José da Cunha Brochado escrita ao Conde de Viana em 01 de junho de 1709, APM SC, 22.

⁷¹ ATE, pp. 401-402, 434-435.

⁷² ATE, p. 434.

elaborados, incluindo a exibição de uma «arquitetura luminosa» sofisticada formando imagens e frases⁷³. A armação da capela de S. Gonçalo, na qual o bispo deveria paramentar-se ao início da cerimônia de entrada pública no bispado, ficou a cargo de Francisco Gomes da Cruz, que era então vereador da Câmara. Francisco Gomes «fes illustrar a noite de vespera com hum artificioso fogo do ar, concorrendo ao mesmo tempo com hum estupendo carro triunfante, que à sua custa mandou preparar[...]»⁷⁴. Observe-se que nessa sociedade ofertar era uma forma de tornar público o papel social, dignificando aquele que ofertava, conferindo-lhe *status* social e se possível abrindo caminho para ganhos de natureza política.

No relato do *Triunfo Eucarístico*, Simão Ferreira Machado limitou-se a destacar a figura do Provedor⁷⁵ como «autor principal» e como «segundos Autores, o Procurador, Escrivão, e Thesoureiro, e mais irmãos da irmandade do Divino Sacramento; acessoriamente todos os moradores da Parrochia»⁷⁶. Mas esses atores não foram nominalmente citados. Nesse caso, pôde-se pensar que provavelmente eram pessoas conhecidas pela maioria dos espectadores, ou, ainda, que podiam ser distinguidos através dos símbolos que portavam durante a procissão⁷⁷. A importância da evidenciação da hierarquia pôde também ser constatada a partir do cuidado com que o autor descreveu a ordem das Irmandades no cortejo segundo as precedências hierarquicamente adequadas⁷⁸. Além disso, perto do pátio sob o qual seguiu o Divino Sacramento, «vinha o Conde de Galvêas, Governador destas Minas, com toda a Nobreza militar, e literaria da Villa, e de outras partes, e o Nobre senado da Camera»⁷⁹. Nesse caso, destacou-se o lugar do Governador da Capitania, que, representante maior do Rei nas Minas, ocupou um lugar próximo ao Divino Sacramento, ou seja, próximo ao local onde estava a representação mais significativa da procissão. Considerando a procissão de *Corpus Christi* como modelo de representação a ser seguido para as festas do *Triunfo da Eucaristia*⁸⁰, durante o reinado de D. João V, ao que parece a ordem hierárquica do cortejo crescia à medida que se aproximava do pátio.

⁷³ ATE, pp. 398-399.

⁷⁴ ATE, pp. 399-400.

⁷⁵ Segundo Simão Ferreira Machado, o provedor «movido de um singular zelo do culto Divino, que nelle se reconhece, e com tanta sinceridade não permite se escreva o seu nome [...]». TE, p. 997.

⁷⁶ TE, p. 997.

⁷⁷ O provedor levava o guião, o escrivão, a vara, o tesoureiro, a cruz. Cf. Adalgisa Arantes CAMPOS, «A visão nobiliárquica nas solenidades do setecentos mineiro», *Revista de História*, Belo Horizonte, UFMG, n.º 6, 1996, p. 118.

⁷⁸ TE, pp. 1010-1011. O direito de precedência obedecia, no mais das vezes, critérios de antiguidade e foi motivo de batalhas judiciárias. Cf. Caio César BOSCHI, *Os leigos e o poder – Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*, São Paulo, Ática, 1986, pp. 232-233.

⁷⁹ TE, p. 1013.

⁸⁰ Segundo Júnia FURTADO, «As primeiras confrarias nas Minas foram dedicadas ao Santíssimo Sacramento e originaram-se da idéia de se organizar ampla divulgação em torno do mistério do sacramento da eucaristia, um dos mais importantes dogmas da simbologia litúrgica do catolicismo». J. FURTADO, *Homens de negócio...* cit., p. 141.

Nas festividades em que o Santíssimo Sacramento era conduzido em procissão, como no caso do *Triunfo Eucarístico*, ele não só representava mas figurava o corpo de Cristo dado a ver em exposição. Não se tratava de uma presença simbólica, mas da efetiva presença de Deus. O símbolo representado pela hóstia levada no ostensório era o signo da majestade e, por analogia, do Rei, que, dessa forma, apresentava-se como corpo presente onde fisicamente estava ausente. A equivalência entre os dois corpos evidenciava-se pelo costume português segundo o qual se um réu condenado à morte, indo para a sua execução, encontrasse no caminho o Santíssimo Sacramento em traslado, ou a pessoa do rei, tinha automaticamente sua pena comutada⁸¹.

Pôde-se pensar numa representação mais direta do poder da Coroa nas Minas a partir da descrição feita por Simão Machado sobre a alegoria de Ouro Preto que integrou a procissão do *Triunfo Eucarístico*: «no meyo do peito se vião bordadas as armas Reaes [...] levava na mão direita huma salva, dentro della hum morrozinho de folhetas de ouro, e diamantes que significava o Ouro Preto»⁸². Nesse caso, as armas reais simbolizavam o domínio metropolitano da região.

Segundo o relato do *Áureo Trono Episcopal*, a Academia do dia 10 de dezembro de 1748 contou com a participação da elite letrada que se encontrava na Capitania por ocasião das festividades que marcaram a posse de D. Fr. Manoel da Cruz, e muitos dos participantes mereceram elogios entusiasmados de seus pares. Presidida pelo M. Reverendo Doutor José de Andrade e Moraes⁸³, a função acadêmica contou com a assistência de «toda a Nobreza da mesma Cidade». Nomeado Arcipreste da catedral do bispado, coube ao Doutor José de Andrade recitar a Oração Congratulatória que abriu as apresentações. Demonstrando grande erudição, José de Andrade explicou as alegorias que foram representadas no cortejo processional da entrada pública do bispo mas, sobretudo, tratou de dignificar e elogiar o prelado, atribuindo-lhe uma série de virtudes: «he justo sem os excessos da justiça, he pio sem as frouxidões da piedade, he urbano com inteireza do respeito, he respeito com agazalho da affabilidade, he desejado, e temido, he amavel, e magestoso, magnifico sem affetação, magnifico sem jactancia»⁸⁴. Evidentemente, a Oração obedeceu aos preceitos retóricos e poéticos considerados

⁸¹ João Camilo TORRES, *História das idéias religiosas no Brasil*, São Paulo, Grijaldo, 1998, p. 39.

⁸² TE, p. 1003.

⁸³ Ao que parece, José de Andrade Moraes foi uma das personalidades de maior destaque nas festividades de instalação do bispado. Foi durante cerca de vinte anos o mais solicitado orador das igrejas de Vila Rica e Mariana. Desfrutava de grande prestígio entre seus pares a julgar pelo fato de que alguns de seus companheiros de Academia dedicaram-lhe composições laudatórias.

⁸⁴ ATE, p. 437. É interessante observar que as virtudes destacadas remetem-se ao ideal da *Prudência* de Botero e também ao ideal de cortesia contemporâneo. Cf. G. BOTERO, *Da razão de Estado*, Coimbra, Universidade de Coimbra/Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992. Castiglione BALDASSARE, *O cortesão*, São Paulo, Martins Fontes, 1997. Baltasar GRACIÁN, *Tratados*

adequados para a ocasião. Aqui, o interessante era pensar que, dignificando o bispo, importante figura eclesiástica mas também alto dignatário do Estado⁸⁵, por associação procurava-se notabilizar o poder do próprio Estado, teológico e político.

Portanto, além do caráter hierarquizador, as festividades ocorridas nas Minas durante a primeira metade do século XVIII constituíram-se em formas de evidenciação do poder da Coroa, não obstante o fato de que o *Triunfo Eucarístico* e o *Áureo Trono Episcopal* terem sido celebrações em louvor à Igreja. No Estado português da primeira metade do século XVIII *regnum e sacerdotium* confundiam-se na pessoa do Rei. Ou seja, a monarquia portuguesa do período tinha como «razão de Estado» uma doutrina teológica e política em que o Rei, cabeça do corpo político e social, era analogamente Cristo, cabeça da Igreja⁸⁶.

Nesse sentido, evidenciava-se o caráter providencialista da monarquia Portuguesa no século XVIII⁸⁷, incumbida diretamente por Deus de dilatar a fé católica⁸⁸. Nas palavras de Simão Ferreira Machado:

«[...] consta por tradição, e historia, que nasce o esta gloria á nação Portugueza no espaçoso campo de Ourique, que teve principio no primeiro, e invencivel Rey D. Affonso Henriques, pela voz divina do Redemptor do Mundo gloriosamente eleito, e confirmado com aquella victoria [...] He tambem notorio, que ao mesmo Rey, e seus descendentes, e geralmente a toda nação, foy imposta a

políticos. *El héroe, El discreto, Oráculo manula, El político Fernando*. Barcelona, Luis Miracle, 1941. Emanuele TESAURO, «Argúcias Humanas, *Il Cannocchiale aristotélico*», in *Revista do IFAC*, Ouro Preto, IFAC/UFOP, 1997.

⁸⁵ Em carta de 2 de junho de 1724, o Rei prescrevia que aos bispos eram devidas todas as honras militares dispensadas aos capitães gerais, bem como a precedência sobre os governadores e demais autoridades da Capitania. Quando o bispo saísse às ruas, os sinos de todas as igrejas por onde passasse deveriam ser repicados e todas as pessoas com quem se encontrasse deveriam ajoelhar-se. João Francisco LISBOA, *Jornal de Tímon (documentos maranhenses)*, Brasília, Editora Alhambra, s/d, p. 167.

⁸⁶ Cf. E. KANTOROWICZ, *Os dois corpos...* cit., pp. 125-161. João Adolfo HANSEN, «Razão de Estado», in Adauto MORAES (org.), *A crise da razão*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 135-156.

⁸⁷ Adalgisa Arantes Campos destaca que o caráter providencialista da monarquia portuguesa era uma visão «compartilhada pelo grosso dos súditos» e não se restringia à elite dirigente. A. CAMPOS, *A visão nobiliárquica...* cit., p. 113.

⁸⁸ Segundo a tradição, o fundador do reino, D. Afonso Henriques, teria presenciado, no século XII, aparições divinas que conferiram a ele, à sua descendência e ao seu povo, a missão de combater os inimigos da fé e reconstituir o *Imperium*. Cf. Riolando AZZI, *A cristandade colonial, mito e ideologia*, Petrópolis, Vozes, 1987, pp. 46-47. Esta vocação providencialista da nação portuguesa também remete-se à retórica do milenarismo segundo a qual um rei desejado e encoberto surgiria para conduzi-la ao *Imperium*, ou quinto império, personificada por D. Sebastião, desaparecido em batalha na África. Além disso, segundo Alcir Pécora, a fundação do primeiro povoado português, Setúbal, era atribuída tradicionalmente a Tubal, filho de Javé, neto de Noé. Cf. Antônio Alcir BERNARDEZ, *Teatro do sacramento, A unidade teológico-retórica-política dos sermões de Antônio Vieira*, São Paulo, EDUSP, pp. 221-249.

incumbencia de dilatarem a Fé entre as gentes barbaras, e remotas de todo o Mundo»⁸⁹.

A tradição portuguesa na crença da constante e cotidiana intervenção do divino aparece nos relatos do *Triunfo Eucarístico* e do *Áureo Trono Episcopal*. Simão Machado, narrando a descoberta das Minas e as dificuldades de toda ordem vividas pelos desbravadores dos sertões em busca do ouro, atribuiu a superação dos obstáculos à intervenção divina:

«A Fé que ensina serem dada de Deos as riquezas [...] seguro, guia o discurso a conhecer, que pedia Deos por aquelles sinaes, ou da natureza, ou de sua Providencia, que se conhecesse recebido da sua mão o benefício das riquezas; que estas se avaliassem só por mercê de sua liberalidade, não por ventura de humana diligencia»⁹⁰.

Ao narrar a viagem de D. Fr. Manoel da Cruz através dos sertões do Maranhão até as Minas Gerais, o autor anônimo também destacou a intervenção divina na superação das dificuldades e na proteção contra os perigos dos caminhos. Quando D. Fr. Manoel da Cruz enviou, pelas mãos de Alexandre Ribeiro do Couto, a ordem de posse ao Doutor Lourenço José de Queiroz Coimbra, como bispo interino, a viagem de Alexandre, do sertão nordestino às Minas, foi descrita quase como um milagre: «porque excede quasi toda a fé humana o maravilhoso deste successo.[...] o dito portador na idade mais ardente do anno, qual he o Desembro, e o Janeiro naquelle clima [...] venceo em menos de dous mezes a derrota»⁹¹. Ainda a caminho, navegando pelo Rio São Francisco, o bispo teria escapado da morte durante uma tempestade: «Na barca da família se rezava devotissimamente a Ladainha de N. Senhora; e ao tempo, em que se repetia: Pater de Coelis Deus, se ouvio huma voz, que dizia: acudão à barca do Senhor Bispo, que se çoçobra»⁹². Ao ouvirem a «voz» todos se puseram a socorrer o bispo. No relato, tal acontecimento foi também atribuído à intervenção divina, prova da especial atenção que Deus dispensava aos portugueses, ainda maior nesse caso, levando-se em consideração a importância da pessoa que se encontrava em apuros.

Enquanto formas de expressão do poder da Coroa na colônia, as festas cumpriam um «programa» produzido segundo dispositivos retóricos e teológicos políticos. Com relação ao «enredo» das procissões, a trasladação do Santíssimo Sacramento, em maio de 1733, e o cortejo processional da entrada pública do bispo D. Fr. Manoel da Cruz, em 1748, existiu uma diferença no conteúdo da mensagem que se tentava transmitir, conquanto fosse mantida a equivalência dos modelos utilizados nas representações alegóricas.

⁸⁹ TE, pp. 991-992.

⁹⁰ TE, p. 994.

⁹¹ ATE, p. 388

⁹² ATE, p. 395.

Na procissão de 1733, desfilaram alegorias dos sete planetas segundo modelos da Antigüidade, «offerencendo aos juízos as memorias as antiguidades, aos olhos huma variedade majestosa». ⁹³ Depois de descrever minuciosamente essas alegorias, Simão Machado escreveu: «Todas estas magestosas figuras dos Planetas pela memoria da Divindade, que nelles adorava o fingimento da antiga idolatria, erão glorioso triunfo do Eucharistico Sacramento; [...] se via agora na memoria, e figura renovado para estimulo da publica veneração desta Christandade [...]» ⁹⁴. De maneira geral, todo o enredo da procissão desfilou no sentido de evidenciar o triunfo do catolicismo sobre o *gentio*. Para os colonos das Minas a mensagem clara era a do triunfo da «política católica» de Portugal tentando estabelecer a idéia de domínio sobre a região.

Passada uma década, as alegorias que desfilaram no cortejo processional de dezembro de 1748 em Mariana remeteram-se muito mais à dignificação da Igreja, do Estado e da própria cidade. Nesse desfile transpareceu o caráter mais ritualístico ligado à evidenciação do cerimonial e à noção de *urbanidade* que se tentava imprimir à sociedade mineradora de meados do século. Dentro do sofisticado carro que conduzia a alegoria de um sol mitrado, um coro cantava: «Mariana esclarecida, vive, triunfa, impera e reina, pois feliz Astro te exalta no cruzeiro das Estrellas» ⁹⁵. Evidentemente essa festa foi, por assim dizer, mais elaborada do que a de maio de 1733, o que se justificava no próprio caráter da celebração: a instalação do bispado ⁹⁶ e a presença física de um alto dignatário.

Os modelos das alegorias descritas no *Triunfo Eucarístico* e no *Áureo Trono Episcopal*, como de resto ocorria em todas as festas coloniais, remetiam-se à integração de culturas diversas e à subordinação de várias referências culturais à adequação dos temas das celebrações. As «figuras» descritas no relato de Simão Ferreira Machado imitavam as alegorias dos livros de *emblemas* que circularam no Brasil do século XVIII ⁹⁷. Essas imitações eram

⁹³ TE, p. 1004.

⁹⁴ TE, p. 1009.

⁹⁵ ATE, p. 424.

⁹⁶ A criação do primeiro bispado das Minas e a escolha de Mariana como sede teve grande importância política. Antecipando-se à bula papal de abril de 1745 (*Condor Lucis aeternae*), o Rei decretou a elevação da vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo à Leal Cidade de Mariana. A elevação da vila à condição de cidade era essencial para que pudesse ser sede do bispado porque, segundo a tradição, os bispos não poderiam residir em vilas, mas somente em cidades. O autor do *Áureo Trono Episcopal* escreveu sobre os motivos que justificavam a escolha de Mariana para sediar o bispado: o fato de que na vila do Carmo teria sido erguida a primeira capela na região mineradora (1701), a fidelidade demonstrada por seus moradores dando abrigo ao Conde de Assumar, governador da Capitania à época da revolta de 1720 em Vila Rica. Cf. ATE, p. 384.

⁹⁷ Segundo João Adolfo Hansen, o livro de Francesco Colonna, *O sonho de Polifilo*, de 1499, a edição de 1531 do livro de emblemas de André Alciat, *O Hieroglyphica* atribuído a Hora-polo (nome provavelmente apócrifo de um sacerdote egípcio que teria vivido no século IV d.C.) encontrado na ilha grega de Andros e levado para Florença em 1419, *O Hieroglyphica* publicado

regradas pela «noção aristotélica de que as artes imitam padrões anônimos coletivizados, repondo os modelos das autoridades que já demonstraram a excelência de seu desempenho [...]»⁹⁸. Ao compararem-se as descrições das alegorias que apareceram nos dois relatos, pôde-se identificar seu pressuposto imitativo.

A alegoria da Fama presente tanto no *Triunfo Eucarístico* quanto no *Áureo Trono Episcopal* pareceu remeter à mesma idéia, qual seja, alardear o poder e a soberania da nação portuguesa na Colônia, uma vez que tais festividades representavam, no limite, o «triunfo da política católica» do Estado português.

Na descrição das alegorias que integraram a procissão do *Triunfo Eucarístico* a Fama estava entre «as figuras mais majestosas» e precedia as outras. Nas palavras de Simão Ferreira Machado:

«[...] cingia-lhe a cabeça hum precioso toucado de flores de diamantes [...] sahião-lhe das costas duas azas [...] sustinha na mão direita, de huma haste de prata rematada em cruz, pendente hum estandarte de tella branca, por uma face pintada a arca do testamento, por outra uma custodia sobre um letreiro de letras de ouro, que dizia: Eucharistia in Translatione Victrix»⁹⁹.

As duas asas remetiam à idéia de que a notícia do acontecimento deveria se alastrar pelos ares e, nesse sentido, «a fama voa»¹⁰⁰. A representação da arca do testamento era uma clara referência às Sagradas Escrituras porque a arca, segundo a Bíblia, foi onde Moisés guardou as tábuas com os Dez Mandamentos. A inscrição era arrematada com a mensagem central, «a eucaristia vitoriosa na trasladação», assim, vitória do catolicismo da «civilidade» européia, de Portugal.

No relato do *Áureo Trono Episcopal*, a Fama foi descrita como uma figura que levava na mão esquerda «huma trombeta [...] de que pendia hum

em 1556 por Piero Valeriano Bolzani, principalmente, «tornaram-se repertórios de sugestões plásticas e discursivas, um repertório iconográfico para os autores de emblemas e empresas, mas também para poetas, oradores, pintores e escultores até pelo menos o século XIX, no caso luso-brasileiro. Da mesma maneira as antologias de poesia grega e latina, principalmente de epigramas, que passaram a circular a partir do século XVI, foram usados como repertórios de lugares-comuns e textos aplicáveis aos livros de emblemas e a representação em geral». J. A. HANSEN, «A categoria “Representação” nas festas coloniais dos séculos XVII e XVIII», in *Congresso Festa, Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*, São Paulo, USP, 1999, pp. 18-19. Destaca-se, ainda, o livro de Cesare Ripa, *Iconologia*, de 1593, que sintetiza os anteriores. Cf. Jean-Marc CHATELAIN, *Livres d'emblèmes et de devises. Une anthologie (1531-1735)*, Paris, Klincksieck, 1993, pp. 129-130.

⁹⁸ J. A. HANSEN, «A categoria “Representação”... cit., p. 7. Nesse sentido, os conceitos representados nas alegorias eram tratados segundo «os cânones pre-estabelecidos, retoricamente fixos». Cf. Severo SARDUY, *Barroco...* cit., p. 121.

⁹⁹ TE, p. 1002.

¹⁰⁰ As asas são uma referência a Mercúrio, na mitologia, o mensageiro. Observe-se que, ao lado da representação da Fama, «seguião apé dous pajens, como pinta a antiguidade a Mercurio». TE, p. 1002.

estandarte de seda encarnada, guarnecido de franjões de ouro com a letra seguinte: **A fama deste Bispo já se acclama. Muitas vezes maior que a mesma fama**¹⁰¹. A trombeta, um dos atributos contemporâneos mais conhecidos e utilizados na alegoria da Fama¹⁰², alardeava em alto som, no caso, as virtudes do bispo D. Fr. Manoel da Cruz. O estandarte empunhado pela figura era suntuoso: o pano era a seda, a cor era a vermelha – cor da nobreza e da majestade –, os franjões eram de ouro – remetendo à mesma noção de dignificação daquilo que era objeto da representação, qual seja, o alto dignatário do Estado.

Outros exemplos foram usados para confirmar a reprodução de modelos consagrados nas alegorias que integraram ambos os cortejos, apresentando aos espectadores significados já conhecidos, embora a apropriação desses diversos significados fosse, muito provavelmente, diferenciada¹⁰³.

A alegoria do Sol apareceu descrita nos dois relatos. No *Triunfo Eucarístico*: «Vinha o Sol [...] coroa-lhe a cabeça de luzes huma cabelleira de fio de ouro, vestia de tisso côr de fogo [...] do mesmo peito lhe sahia hum circulo de rayos com artificiosa, e brilhante fabrica de ouro, e pedraria: nas costas brilhava a mesma preciosidade com semelhante adorno»¹⁰⁴. Observe-se que seus «raios» estavam representados no peito e nas costas como a atingir a todos com o seu esplendor. No *Áureo Trono Episcopal*: «Levava esta figura na

¹⁰¹ ATE, p. 423. (Grifo meu).

¹⁰² Cf. Cesare RIPA, *Iconologia*, Milano, Editori Associati S.p. A., 1992, pp. 123-124. Sobre os modelos utilizados pelos artesãos coloniais é preciso considerar que «as várias referências históricas dos usos coloniais da representação são indicativos de durações ou sedimentações culturais bastante diversas[...] Por exemplo: referências egípcias, como os hieróglifos imitados na representação, referências gregas, aristotélicas, platônicas, referências poéticas, filosóficas, historiográficas e artísticas latinas; autoridades canônicas e figuração de tópicos dos métodos patrísticos e escolásticos de interpretação alegórica da Bíblia; vários lugares-comuns medievais sobre o poder monárquico; e referências doutrinárias quinhentistas e seiscentistas, como os tratados italianos sobre as maneiras de Corte, as artes plásticas e a poesia; e, ainda, as próprias artes dos séculos XVI e XVII, principalmente os livros de emblemas e os tratados sobre a agudeza conceituosa». J. A. HANSEN, «A categoria “Representação”»... cit., p. 7. Ainda é interessante indicar aqui a representação da Fama proposta pelo escultor Belline para integrar um monumento a ser erigido em louvor a D. João V em Lisboa: «huma nobre figura da fama, forte pela vestidura, que com suas azas, e pela voz da marina Tromba a faz conhecida aos desconhecidos». Nesse caso, a representação contém os atributos que são descritos tanto no Triunfo Eucarístico quanto no Áureo Trono Episcopal. Cf. *Descrição da Engenhosa máquina, em que para memoria dos seculos se colloca a marmorea estatua do sempre magnifico Rei e Senhor nosso D. João V. Inventada, e delineada por João Belline de Padua Escultor e Arquitecto. Lisboa Ocidental. Na Officina de Pedro Ferreira, Impressor da Augustissima Rainha nossa Senhora. Ano MDCCXXXVII. Com todas as licenças necessarias, 1737*. Papéis Vários, Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Cód. 677.

¹⁰³ Carlo Ginzburg destacou que, devido ao caráter propagandístico da monarquia católica, havia uma consciência da função das imagens, «*idiotarum libri*» – livros dos ignorantes –, numa propaganda que tinha como objetivo atingir uma sociedade composta predominantemente de iletrados. Carlo GINZBURG, *Mitos, emblemas, sinais*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, pp. 121-123.

¹⁰⁴ TE, p. 1006.

mão direita hum Sol, sahindo dos raios a letra seguinte: surgiu.[...] No braço esquerdo uma tarja com esta letra: **fomos reunidos sob seu esplendor**»¹⁰⁵. A representação também se remetia à idéia de que o sol com seus raios tinha a capacidade de afetar todos. Não por acaso essa foi a simbologia, por excelência, buscada pela monarquia portuguesa do período para a representação do Rei.

No relato do *Triunfo Eucarístico* a alegoria de Mercúrio foi assim descrita: «compunha-lhe a cabeça uma cabeleira branca de bandas, anterior, e posterior: sobre esta hum chapeo pequeno coberto de seda; a copa bordada de cordoens de ouro e diamantes; duas abas do mesmo com duas azas [...] na mão direita hum caduceu dourado»¹⁰⁶. O caduceu era a insígnia de Mercúrio, na mitologia mensageiro dos deuses: uma vara com duas asas e duas serpentes entortilhadas.¹⁰⁷ A alegoria foi apresentada, ou pelo menos descrita, imitando uma imagem da pintura histórica própria da figura, uma vez que ela foi representada com seus atributos – as asas, o caduceu –,¹⁰⁸ dessa forma podia ser reconhecida pelos contemporâneos.

As alegorias que integravam os cortejos processionais constituíam-se em metáforas espacializadas que não deviam apenas ser vistas, mas lidas como um texto segundo a tópica horaciana do *ut pictura poesis* em que a poesia mostra, como imagem, e a imagem significa, como discurso¹⁰⁹. No texto da Oração Congratulatória que abriu as funções da Academia de 10 de dezembro de 1748, o Doutor José de Andrade e Moraes teria dito sobre a procissão de entrada pública de D. Fr. Manoel da Cruz: «Não se vio tanta magestade, como ostentou a nova Mariana naquelle fausto dia, em que levantou vivas, e preciosissimas estatuas, as quaes derão a ler a presente, e futura, perenne felicidade, com que se coroa o seu jubilo neste triunfo»¹¹⁰. Então, os monumentos construídos para representar o triunfo da cidade de Mariana, a dignificação da pessoa do bispo e do Estado português, foram apresentados como imagens que deveriam ser lidas e interpretadas. O interessante foi que na Oração o autor explicou ou interpretou, através do discurso, as alego-

¹⁰⁵ ATE, p. 428. (Grifo meu).

¹⁰⁶ TE, p. 1005.

¹⁰⁷ Cf. Affonso ÁVILA, *Resíduos Seiscentistas...* cit., p. 286.

¹⁰⁸ O caduceu, como atributo de Mercúrio, ao que parece, era uma representação bastante conhecida dos contemporâneos. No *Iconologia* de Cesare Ripa, o caduceu aparece numa das alegorias da Força, *Forza Sottoposta All'Eloquenza*. Segundo a descrição do autor: «Donna vecchia vestita gravemente, che com la destra mano tenghi il caduceo de Mercurio, & sotto i piedi un leone». Cesare RIPA, *Iconologia...* cit., p. 149.

¹⁰⁹ Cf. João Adolfo HANSEN, «Teatro da memória: monumento barroco e retórica», *Revista do IFAC*, 1995, pp. 40-48. «Numa carta para o pintor holandês Justus Sustermans, que lhe pedia explicação de '**Os Horrores da Guerra**', tela pintada entre 1637 e 1638, Rubens informa que imita tópicos homéricos e que não deve apenas ser vista, mas lida e interpretada como uma alegoria [...]». J. A. HANSEN, «A categoria "Representação"»... cit., pp. 14-15. Vale destacar, ainda, que Horácio afirmava a supremacia da visão sobre a audição. Cf. HORÁCIO, «Arte poética», in ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO, *A poética clássica*, São Paulo, Cultrix, 1997, pp. 60 e 65.

¹¹⁰ ATE, p. 437.

rias que integraram a procissão, estabelecendo as analogias e referenciando autores greco-latinos¹¹¹.

As alegorias de personagens da mitologia presentes nos dois relatos e os modelos dessas representações remetiam-se a interpretações neo-escolásticas das tradições da Antiguidade. Por exemplo, no *Triunfo Eucarístico*, a figura de Júpiter «levava na mão direita hum cetro de ouro com rayos do mesmo, no braço esquerdo hum escudo com seu caracter». Nesse caso, Júpiter levava na mão direita um cetro de ouro, símbolo do poder real¹¹². A figura «vinha em hum carro triunfante [...] nas rodas anteriores se via pintado o signo de Piscis; nas posteriores o signo de sagitario: puchavão por elle duas aguias coroadas de ouro [...]»¹¹³. As águias, atributos de Júpiter, eram utilizadas para representar a soberania real e o poder.

Encontrou-se ainda uma outra referência interessante: os signos do zodíaco representados nas rodas do carro triunfante que conduzia a figura de Júpiter. No *Áureo Trono Episcopal* a referência ao zodíaco aparece no Canto Heróico apresentado na Academia de 10 de dezembro de 1748. O autor, Gregorio dos Reis de Mello – Mestre da Capella da Cathedral de Mariana –, estabeleceu uma analogia entre o sol, que «no Regio exercicio não descança», e o bispo. Assim como o sol que «No Zodiaco circulo fulgente ostenta o Sol Regio benignidade, mostrando aos Signos doze inteiramente o imperio universal da claridade», o bispo «[...] melhor Sol o fogo ardente as almas luz dará com piedade, gyrando do Bispado a estancia toda, a quem com seus influxos accomoda». Para ilustrar ainda mais a analogia, o autor elencou os doze signos do zodíaco, na sua ordem,¹¹⁴ estabelecendo a influência do sol sobre cada um deles e terminou:

«Assim em cada Signo o sol entrando raios mitiga, ou embravece ardores, de todos por igual participando, ou das benignidades, ou dos rigores, Este sol [o bispo] com os benignos se põe brando, com os crueis cruel arde em furores, a todos repartindo influencias, ou das serenidades ou das violencias»¹¹⁵.

No escudo bipartido das armas da família do bispo, «blasão dos Illustrissimos Freires», estavam representados de um lado as flores-de-lis, do outro, duas serpentes. Na interpretação do Doutor José de Andrada e Moraes:

«No avesso de muitas medalhas dos antigos Emperadores (refere Piero Valeriano) se via a effige de huma Deosa, tendo na mão huma flor de liz com este

¹¹¹ ATE, pp. 438-442.

¹¹² Júpiter era modelo para as representações do poder real até mesmo através da figuração de seus atributos. Para o monumento a ser erigido em louvor ao Rei em Lisboa, o autor idealizou uma figura com um relâmpago de fogo na mão direita para significar terror. «Fazendo de D. João V uma espécie bélica de novo Júpiter [...]» J. A. HANSEN, *Teatro da memória...* cit., p. 41.

¹¹³ TE, p. 1007.

¹¹⁴ Áries, Touro, Gêmeos, Câncer (Caranguejo), Leão, Virgem, Libra, Escorpião, Sagitário, Capricórnio, Aquário, Peixe.

¹¹⁵ ATE, p. 459-464.

mote: Esperança publica [...] mas a nossa esperança não murchará em flor; [...] porque lhe assegurarão a perpetuidade as emblemáticas serpentes no blasão dos Freires»¹¹⁶.

A representação da serpente para figurar eternidade remetia-se à interpretação neoplatônica dos hieróglifos egípcios feita pelos florentinos, como Marsilio Ficino e Pico della Mirandola, do texto *Hieroglyphica*, atribuído a Horapolo. Para representar Eternidade pintavam uma serpente com a cauda escondida debaixo do resto do corpo ou uma serpente mordendo o rabo¹¹⁷. Não se descreveu o modo exato de como essas serpentes estavam representadas no escudo dos Freire, mas permanece a idéia de que essa representação foi utilizada para significar Eternidade e, nesse sentido, constituía-se em citação de um modelo consagrado pelo uso e conhecido dos contemporâneos¹¹⁸.

Outras alegorias que apareceram nos relatos, sobretudo no *Áureo Trono Episcopal*, tinham um caráter menos hermético, figurando conceitos, ao que parece, de mais direta compreensão pelos espectadores em geral, ou seja, o público, o povo, aqueles que não eram «gente de representação»¹¹⁹. Tome-se como exemplo o conceito representado na décima figura do cortejo processional da entrada pública do bispo em Mariana: «levava huma columna, e no alto della huma Mitra com o seguinte letreiro: **firmar-se-á e não dobrará**»¹²⁰. A coluna era, contemporaneamente, uma das representações utilizadas para significar a Fortaleza, portanto, virtude atribuída ao bispo. «A fortaleza é a virtude moral que dá segurança nas dificuldades, firmeza e constância na procura do bem.»¹²¹ Da mesma forma, pode-se compreender o conceito representado na sexta figura: «levava na mão direita hum bem imitado Pelicano feito de cera, coberto com pennas naturaes, e azas abertas, rasgando o peito, e com trez passarinhos vivos picando nelle [...] pendia o letreiro seguinte: **eu vos reconfortarei**.

¹¹⁶ ATE, p. 441.

¹¹⁷ HORAPOLO, *Hieroglyphica*, Madri, Akal, 1991, pp. 43-45. C. RIPA, *Iconologia...* cit., p. 122.

¹¹⁸ A figura da serpente também está ligada à representação da *Prudência*. Cf. HORAPOLO, *Hieroglyphica*, p. 179. A serpente, quando ataca, «representa às vezes a habilidade da astúcia e da prudência». Marc GIRARD, *Os símbolos na Bíblia*, São Paulo, Paulus, 1997, p. 650. No texto da Oração, o autor destacou: «tem nas serpentes o jeroglyfico de sua incomparavel prudencia, pois para serem prudentes, e singelos, mandou o Divino Mestre aos primeiros Bispos, que fossem serpentes, e pombas». ATE, p. 442. Aqui, a referência é bíblica: «Eis que eu vos envio como ovelhas entre lobos. Por isso, sede prudentes como as serpentes e sem malícia como as pombas». (Mt 10, 16.)

¹¹⁹ Eram chamados «gente de representação» aqueles que hierarquicamente deveriam ser representados ou integravam os cortejos: as autoridades e os principais da Capitania.

¹²⁰ ATE, p. 432. (Grifo meu).

¹²¹ *Catecismo da Igreja Católica*, Rio de Janeiro: Vozes, 1993, p. 424. Uma coluna aparece representada na alegoria da Constância (*Costanza*) no *Iconologia*. Cesare RIPA, *Iconologia...* cit., p. 74.

No braço esquerdo levava uma tarja com a seguinte letra: **dá a alma para suas ovelhas**¹²². O pelicano bicando o próprio coração ou as patas significava a compaixão e assim, por associação, o amor divino¹²³. Como se pode observar, ainda hoje nas igrejas construídas durante o século XVIII, nas Minas Gerais, a representação do pelicano era largamente utilizada para significar a compaixão de Deus, que ofereceu seu próprio Filho em holocausto para a salvação dos homens.

De toda maneira, as referências à Antigüidade e à mitologia, as inscrições latinas, os arcos floridos, *emblemas*, máscaras, fantasias, poemas e toda espécie de adereços eram utilizados nessas festividades como imagens metafóricas de tópicas éticas e teológico-políticas relacionadas à «política católica» do Estado português, e tinham a função pragmática de transmitir aos súditos coloniais os códigos culturais da sociedade metropolitana na intenção última de consolidar a submissão. Conceitos como «nobreza», «heroísmo», «prudência», «justiça», «fé», «lealdade», etc., eram representados e apresentados à sociedade colonial nas alegorias que desfilavam nas procissões, na ornamentação dos templos e de resto em todas as práticas de representação artísticas do período, persuadindo pela pompa e pela ostentação do espetáculo¹²⁴.

Atores e espectadores

O que a documentação permitiu apreender acerca daqueles que participavam das festividades encontrou seu limite no fato de que esses documentos, como no caso dos relatos analisados neste capítulo, foram escritos por uma elite alfabetizada, em sua grande maioria homens educados em Portugal. Em segundo lugar, os relatos das festividades foram publicados na metrópole, portanto, visando atingir o público metropolitano «sob o olhar vigilante da Igreja e do Estado»¹²⁵. Além disso, esses textos foram escritos de acordo com rígidas normas de uma retórica que determinava sua adequação ao *decoro*.

Foram justamente estas constatações que permitiram, por exemplo, compreender a exaltação das *gentes* de Vila Rica no relato do *Triunfo Eucarístico*: «Nesta villa habitão os homens de mayor comercio, cujo trafego, e importancia excede sem comparação o mayor dos mayores homens de Portugal [...] nella residem os homens de mayores letras, seculares e Eclesiasticos: nella tem assento toda a nobreza, e força da milicia [...]»¹²⁶. Ora, a

¹²² ATE, p. 431. (Grifo meu).

¹²³ Cf. C. RIPA, *Iconologia...* cit., pp. 58-59.

¹²⁴ Cf. José Antônio MARAVALL, *A cultura do barroco*, São Paulo, Edusp, 1997, pp. 119-185.

¹²⁵ Stuart B. SCHWARTZ, «“Gente da terra braziliense da nação” – Pensando o Brasil: a construção de um povo», in Guilherme MOTA (org.), *Viagem Incompleta – 1550-2000 – A experiência brasileira*, São Paulo, Senac, 1999, pp. 105-106.

¹²⁶ TE, p. 996.

depreciação das *gentes* das Minas foi um aspecto recorrente entre as autoridades metropolitanas: um povo de *má qualidade* e de difícil submissão, uma população formada por negros, mulatos e mestiços. Entretanto, naquele momento de «triunfo» da política católica do Estado português, era preciso que a população fosse descrita com um mínimo de adequação ao padrão civilizacional da Europa. Foi emblemático o fato de que o autor tenha destacado que em Vila Rica tinha *assento* a nobreza mas também a força da milícia. Milícia que, no mais das vezes, serviu à garantia de submissão dessa «nobreza».

No relato do *Áureo Trono Episcopal*, foi possível perceber uma certa preocupação em conter prováveis distúrbios que poderiam ser causados pelo povo durante a celebração: «Bordavão as mesmas ruas as companhias Infantes das Ordenanças, as quaes servião não só de ornato, e obsequio, mas também de reprimir as desordens do povo»¹²⁷. No decorrer do século XVIII, «o termo ‘plebe’ começou a aparecer cada vez mais enquanto descrição pejorativa da população brasileira»¹²⁸. A utilização desse termo para designar a população colonial expressava uma noção geral de negatividade atribuída ao povo tanto pelos portugueses, quanto pelos colonos das classes superiores. Notadamente, com a exceção de uns poucos, a população era considerada ignorante e semibárbara.

Essa noção de que o povo era «plebe» e a exacerbação dessa concepção pejorativa acerca da população, tão presente na documentação colonial, acabou por agregar a idéia geral de que durante as festividades a essa plebe cabia apenas a função de observação passiva diante dos espetáculos promovidos pelos principais da Capitania, estes, sim, considerados dignos de representação. Segundo o autor do relato do *Triunfo Eucarístico*, no dia do cortejo processional da entrada pública do bispo, acorreram a Mariana «hum numerooso concurso de gente, tanto da principal, como da plebe de todas as comarcas»¹²⁹. Nesse sentido, pôde-se pensar na delimitação precisa de dois grupos: os principais e a plebe, os atores e os espectadores. Entretanto, em vários momentos das festividades, a «linha» que separava estes dois grupos era, na verdade, um tanto difusa.

As festas coloniais constituíam-se em ocasiões privilegiadas para o «ver» e o ser «visto» que possibilitavam a normatização hierárquica da sociedade. Mas, além desse caráter, as festas também expressavam um «enredo» que tinha como objetivos evidenciar o poder do Rei e a soberania de seu Estado, apresentar conceitos morais, éticos e religiosos que, enquanto códigos e valores da sociedade metropolitana, deveriam ser reproduzidos pelos súditos coloniais¹³⁰. Tudo isso com vistas à consolidação da submissão dos

¹²⁷ ATE, p. 401.

¹²⁸ S. B. SCHWARTZ, «Gente da terra braziliense da nasção»... cit., p. 199.

¹²⁹ ATE, p. 399.

¹³⁰ Cf. B. BACZKO, «Imaginação social», in *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s/d, v. 5, p. 309.

colonos. E, mais, de todos os colonos. Então, que para esses espetáculos de *Persuasão* era imprescindível a presença do povo. Não apenas como espectador «passivo», mas efetivamente como espectador «participante» e não raro mesmo como colaborador.

À época das festas, os Senados das Câmaras determinavam a publicação de editais que deveriam ser afixados nos lugares mais públicos das vilas e cidades. Esses editais tinham como objetivo tornar público para a população o conjunto dos rituais que deveriam compor as festas e também determinar as medidas a serem adotadas por todos os moradores na preparação do cenário da festa. Aos moradores cabia a armação de portas e janelas das casas com os melhores panos, a limpeza da testada e da rua em frente das casas e a armação de luminárias ou fogueiras. Segundo Simão Ferreira Machado, no dia da procissão do *Triunfo Eucarístico* «armarão-se as ruas da entrada com muitas sedas, e outras tapessarias, que permite o paiz, com tão boa ordem, e tanta riqueza, que este vario prospecto de opulencia, e primor infunda novo prazer nos animos»¹³¹. Aqui foi preciso relativizar a *riqueza* e a *opulência* atribuída à ornamentação, levando-se em consideração a situação de precariedade do interior do Brasil colonial¹³². Mas, para além da retórica do texto, pôde-se inferir a participação da população.

Além disso, os editais das Câmaras evidenciavam que a participação popular não era completamente voluntária, já que também constavam desses editais as multas a serem aplicadas àqueles que não cumprissem as determinações normativas relativas às festividades. O conteúdo do edital que o Senado da Câmara de Mariana mandou publicar por ocasião das festividades que marcaram a implantação do bispado e a chegada do bispo D. Fr. Manoel da Cruz demonstrava a cooptação dos espectadores:

«[...] deve o povo concorrer com toda demonstração de júbilo e apreço preciso a semelhante função, mandamos aos moradores da mesma cidade e suas vizinhanças ponham trez dias de luminárias que principiarão no da entrada e aquelles moradores das ruas por donde passar terão suas testadas limpas com junco ou outros semelhantes e as janelas e paredes paramentados com decencia [sob] pena de pagar cada um seis oitavas de ouro para as despesas do Conselho e trinta dias de cadeia, e para que venha notícia de todos e não aleguem ignorância se publicará este nas partes públicas e se fechará no pelourinho»¹³³.

No Auto de Vereação mandado publicar pelo Senado da Câmara de Vila Rica por ocasião das celebrações do funeral de D. João V, em 17 de dezembro de 1750, a população foi intimada a expressar o seu pesar e o seu luto pela morte do monarca:

¹³¹ TE, p. 390.

¹³² Beatriz R. MAGALHÃES, «A demanda do trivial: vestuário, alimentação e habitação», in *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, rio de Janeiro, n.º 65, 1987, pp. 153-199.

¹³³ AHMM – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, Cód. 554, pp. 127v e 128.

«[...] e para que chegasse a noticia a todos acordarão mandar se fação editaes para esta Villa, Arrayaes, e Freguesias da mesma Comarca, donde se mande que toda pessoa sem excepção traga luto por seis mezes o que farão dentro de oito dias depois da publicação, e que sejam fixados nas partes publicas depois lidas, com pena de quarenta oitavas, e trinta dias de Cadeya e della não sahião sem que as paguem»¹³⁴.

Nesse caso, a medida deveria ser adotada por todas as pessoas, sem excepção. No entanto, as determinações do Senado não puderam viabilizar-se tanto porque não havia quantidade de panos pretos e tempo suficientes para o seu cumprimento, quanto pelo fato de que grande parte da população não podia arcar com os custos de confecção das roupas para o luto. Então, no dia 23 de dezembro do mesmo ano, o Senado determinou a prorrogação do prazo até o dia 15 de janeiro de 1751 e também :

«[...] por sermos cientes da muyta pobreza que há no Pahis [...] havemos por bem provendo de remedio, haver por satisfeitas as pessoas pobres, aquellas que geralmente vivem da agencia de seo trabalho, e costumão andar de capote ou sem elle, haverlhe por satisfeito o comprimento do dito Luto com trazerem nos chapeos em mostras de sentimento hum fumo ou insignia preta [...]»¹³⁵.

Os editais dos Senados das Câmaras visavam a normatização da sociedade, para o que era necessária a participação do povo, nem sempre recrutado de forma voluntária.

Em outros momentos das festividades percebeu-se a participação daqueles que, por não serem «gente de representação», eram considerados como povo, então, espectadores. No relato do *Áureo Trono Episcopal*, os autores dos projetos ou aqueles que custearam as alegorias, as luminárias, etc. foram citados e suas posições hierárquicas referenciadas pelo autor anônimo, garantindo-lhes uma certa notoriedade.

Segundo os relatos, essas representações contaram com *engenhosos* e sofisticados artifícios. Provavelmente foram construídos por artífices especialmente contratados para a empreitada. Na descrição de Simão Machado, no dia da procissão da trasladação do Santíssimo Sacramento até a Matriz do Pilar, «estavão nas ruas em distancia competente cinco arcos, em cujo artificio ajudou a preciosidade do ornato da arte, e competencia dos artífices [...]»¹³⁶. Ainda que as corporações de ofícios tivessem seu lugar de representação nas procissões¹³⁷, era provável que muitos daqueles que traba-

¹³⁴ Auto de Vereação, *RAPM*, 1904, ano 9, p. 360.

¹³⁵ Auto de Vereação, *RAPM*, 1904, ano 9, p. 365.

¹³⁶ TE, p. 1000.

¹³⁷ Segundo João Adolfo Hansen, à frente dos vários grupos de oficiais mecânicos seguia a corporação dos ourives que pretendiam ser «nobres» porque trabalhavam com materiais preciosos. Cf. J. A. HANSEN, «A categoria “Representação”... cit., p. 4. Curt Lange lamentou o fato de que Simão Machado não tenha especificado no relato do *Triunfo Eucarístico* a presença das danças das corporações ofícios, já instituídas naquela época tanto em Vila Rica quanto em

lhavam na confecção das alegorias e na construção dos outros diversos ornamentos fossem escravos ou mesmo libertos que viviam de trabalhos esporádicos.

Nas festividades do *Triunfo Eucarístico* e do *Áureo Trono Episcopal*, os relatos descreveram a ocorrência de danças, bailes, touradas, encenações teatrais, espetáculos de fogos, etc.¹³⁸, sugerindo a participação popular nessas atividades¹³⁹. Segundo Simão Machado, na festa de maio de 1733, «Deu principio aos festivos dias hum bando por ministerio de varios mascarar, huns aprasivel objecto da vista nas diferenças do traje; e precioso da compostura, outros na galanteria das figuras assumpto de riso, e jocosidade: todos por diferentes modos annunciárão ao povo a futura solemnidade [...]»¹⁴⁰. Nesta descrição evidenciava-se o aspecto quase «carnavalesco» do anúncio¹⁴¹. O mesmo aspecto também pôde ser identificado no relato do *Áureo Trono Episcopal*. Após o cortejo processional da entrada pública do bispo D. Fr. Manoel da Cruz, em Mariana, «continuarão as muitas, e festivas demonstrações de alegria, tanto nas varias farças dos mascarar, e bailes de ruas, como nos concertos de musica, e instrumentos públicos, e particulares»¹⁴². Esses momentos festivos indicavam uma participação popular menos formal e nada passiva, com uma maior integração da população, do povo, na celebração.

Para além da participação «formal» da população, regulamentada pelos editais dos Senados das Câmaras ou por outras instâncias promotoras, tais como as irmandades religiosas, existia o fato de que as festividades, enquanto

outras vilas e povoações da Capitania. Segundo ele, a mão-de-obra dos oficiais mecânicos e do artesanato era, então, intensamente solicitada nas Minas. Francisco Curt LANGE, «As danças coletivas públicas no período colonial brasileiro e as danças das corporações de ofícios de Minas Gerais», *Barroco*, Ouro Preto, n.º 1, 1969, p. 30.

¹³⁸ Cf. TE, p. 1014. ATE, p. 404.

¹³⁹ É interessante destacar que os esforços empreendidos por D. João V para normatizar as festividades e os cortejos processionais, tentando eliminar as representações de figuras bestiais e mascarados – representações mais ligadas à tradição popular que se remetiam às festas medievais – não obteve, por assim dizer, seus objetivos alcançados. Tome-se como exemplo o tradicionalíssimo arcebispado de Braga, pródigo na promoção de festivais de adoração do Santíssimo Sacramento. Segundo diversos relatos, os bracarenses não se preocuparam em respeitar as novas normas impostas pelo Rei. Nas festas de Braga as imagens de serpentes, gigantes, imagens do zodíaco, etc., eram representadas nas alegorias. Cf. José Leite da COSTA, *Dezempenho festivo ou triunfal aparato com que illustres bracarenses nas ruas da augusta Braga tirarão a público o Eucarístico maná da ley da Graça...*, Lisboa Ocidental: Oficina de Antonio Pedroso Galram, 1729. Ao que parece, a tradição bracarense teve repercussão em Minas. Grande parte da população de portugueses nas Minas era oriunda da cidade de Braga, situada ao norte de Portugal. Além disso, Braga era a terra natal do cônego Francisco Ribeiro da Silva, principal promotor das celebrações do *Áureo Trono Episcopal*.

¹⁴⁰ TE, p. 999.

¹⁴¹ De todo modo, as festas coloniais comportavam um sentido muito diverso das catarses populares medievais e seus aspectos mais carnavalescentes, conquanto conservassem alguns aspectos dessa tradição. Cf. Mikail BAKHTIN, *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento – O contexto de François Rabelais*, São Paulo, HUCITEC/UNB, 1987.

¹⁴² ATE, p. 403.

espetáculos de *Persuasão*, tiveram necessariamente que contar com a assistência do povo, sem a qual a função pragmática desses eventos perderia seu principal objetivo: a transmissão de mensagens que, no limite, visavam a dominação através da persuasão. Nesse sentido, a pompa e o espetáculo das festas coloniais eram estratégias para conduzir pragmaticamente os homens estabelecendo «uma identificação entre eles e os costumes, entre a conduta e a moral»¹⁴³, através da evidenciação do poder monárquico.

Simão Ferreira Machado descreveu no relato do *Triunfo Eucarístico* um espetáculo de fogos de artifício que, além de ter contado com a assistência do governador e de toda a *nobreza*, «não obstante o dilato do tempo na noite», contou também com a assistência de «innumerável multidão de todo o genero, que cobria os montes»¹⁴⁴. Relativizando a descrição feita pelo autor, mesmo que tal espetáculo não tenha contado com a assistência de uma multidão, ainda assim permaneceu a evidência de seu objetivo: maravilhar e persuadir os colonos e dentre estes o povo, a *plebe*.

Observe-se, então, que a atitude do povo diante dessas festas espetaculares não foi meramente passiva, tanto porque ele participava efetivamente na «construção» das celebrações, quanto porque ele era parte integrante delas enquanto público para o qual eram dirigidas as próprias mensagens expressas nas festas. Nesse sentido, a diferenciação entre os grupos sociais que participavam das festividades coloniais não pôde ser estabelecida a partir de um eixo dicotômico do tipo atores e espectadores, *gentes de representação e plebe*.

Se as festividades coloniais tinham como objetivos a transmissão de mensagens, a apresentação de códigos valores éticos, morais e religiosos com vistas à consolidação do domínio da Coroa sobre a região mineradora, então, como teria sido a apreensão dessas mensagens pelos diversos participantes das celebrações? Segundo o relato do *Áureo Trono Episcopal*, na Oração Congratulatória da Academia de 10 de dezembro de 1748, em Mariana, o Dr. José de Andrade e Moraes interpretou, no seu discurso, as alegorias que desfilaram no cortejo, evidenciando as mensagens propostas: «o primeiro carro triunfante [...] sustentava a Mitra do Sol, ou o sol Mithren, como glorioso jeroglyfico do Prelado Marianense. [...] Tinha esta cidade no Carmo o timbre das Estrellas para luzir, agora augmenta-se o esplendor, porque hum sol mitrado he o que illustra, e coroa a sua grandeza»¹⁴⁵. Aqui, a alegoria cumpria uma dupla função: exaltar a pessoa do bispo e a importância da implantação do bispado, dignificando a cidade de Mariana e, por associação, seus moradores.

Da mesma forma, Andrade de Moraes seguiu explicando o emblema do bispo e as onze figuras do cortejo. Tal interpretação expressava o *decoro* do discurso, por outro lado, também possibilitava a elucidação das mensa-

¹⁴³ José António MARAVALL, *A cultura...* cit., p. 121.

¹⁴⁴ TE, p. 1014.

¹⁴⁵ ATE, p. 438.

gens alegóricas àqueles que, por não possuírem erudição e *agudeza*, não conseguiam apreender os significados na sua «plenitude». Mesmo entre a «nobreza» das Minas havia aqueles que não eram *agudos*, ou seja, conquanto fossem homens dignos de representação, poderiam ser *nescios*¹⁴⁶. Observe-se que, à Academia, realizada no Palácio do bispo, «assistirão [...] o dito Excelentíssimo, e Reverendíssimo Senhor [bispo] com toda a Nobreza da mesma cidade»¹⁴⁷.

A capacidade de compreensão dos *emblemas* e das alegorias – constituídos por «tópicas» definidas pelos tratadistas e pela retórica aristotélica –, implicava a possibilidade de inserção ou de reafirmação de posições hierárquicas dentro da sociedade. Em outras palavras, quanto mais *agudeza* e *engenhosidade*, ou seja, quanto mais hermético, mais valorizados eram os *emblemas* e as alegorias porque impediam ao *nescio* e ao *vulgo* a mais «sábia» mensagem. O reconhecimento dos símbolos, a interpretação das metáforas, significavam a decifração das alegorias que se apresentavam como enigmas *engenhosos*. Portanto, a apropriação completa dos significados das alegorias estava reservada ao *agudo*. Nesse caso, a compreensão dessas representações continha um componente intrinsecamente hierárquico porque a decifração do enigma conferia um caráter de reafirmação dos papéis sociais¹⁴⁸. Nesse sentido as interpretações de Andrade de Moraes serviam à evidencição da sua própria erudição e *agudeza*, destacando-o dentre os seus pares.

Entretanto, as mensagens expressas nas alegorias não deixavam de ser apropriadas pelos *nescios* e pelos *vulgares* porque essas alegorias integravam, por assim dizer, uma memória coletiva e anônima que fazia parte do imaginário daquela sociedade¹⁴⁹. O que se apresentava, portanto, durante as festividades, eram mensagens que pressupunham diferentes níveis de apropriação, numa sociedade em que cada lugar social «via» o mundo de uma maneira diferenciada, estabelecendo uma dimensão social na apropriação desse mundo que era «representação»¹⁵⁰.

¹⁴⁶ Para uma boa compreensão acerca do conceito de *agudo* é preciso pensar naquele que possuía erudição, ou seja, conhecimento dos autores da Antiguidade. Dominava a tal ponto o conhecimento da retórica aristotélica, que podia compreender as representações mais herméticas, porque era capaz de reconhecer os símbolos empregados na construção alegórica e interpretar as metáforas. O *nescio*, ao contrário, não possuía a «chave» de interpretação ou, antes, interpretava os significados a partir de uma apropriação diferente. O que ainda se pretende destacar aqui é que o *agudo* e o *nescio* não eram, respectivamente, a «nobreza» e a «plebe». No mais das vezes, ambos pertenciam à elite, conquanto a *agudeza* fosse uma virtude do cortejo por excelência. O povo inculto, a «plebe», era chamada *vulgo*. Cf. Baldassare CASTIGLIONE, *O cortesão*, São Paulo, Martins Fontes, 1997.

¹⁴⁷ ATE, p. 436.

¹⁴⁸ José Pedro PAIVA, *A liturgy of power: solemn episcopal...* cit., p. 157.

¹⁴⁹ «De fato, eles [os emblemas] recorriam geralmente a um nível cultural mais profundo e difundido, baseado em pressupostos inconscientes ou apenas parcialmente conscientes como por exemplo, a idéia de analogia entre as hierarquias cósmicas, religiosas e políticas [...]» Carlo GINZBURG, *Mitos, emblemas...* cit., p. 103.

¹⁵⁰ Roger CHARTIER, *O espelho...* cit., pp. 22-25.

Ao fim e ao cabo, as festas significaram a representação espetacular do Estado teológico e político, evidenciando a soberania da Coroa portuguesa e a extensão do poder do Rei dadas a ver aos colonos nos «enredos» das celebrações. Espetáculos de representação que, através da pompa e da solenidade, visavam «despertar e comover os afetos»¹⁵¹, ao mesmo tempo que reproduziam nas Minas os códigos e valores da Metrópole, na tentativa de persuadir os colonos e consolidar o domínio sobre a região.

¹⁵¹ José António MARAVALL, *A cultura...* cit., p. 147.

DE SOLDADO PORTUGUÊS A MARECHAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO: RAIMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATTOS (1776-1839)

por

NEUMA BRILHANTE RODRIGUES*

A temática da construção do Brasil como Estado independente, tanto em seu aspecto institucional como no da criação gradual de uma identidade nacional, tem sido foco de um número crescente de pesquisas historiográficas. Historiadores que se dedicam à escrita da história política do Brasil vão buscar as origens da cultura política nas primeiras décadas dos oitocentos, marcadas pelas disputas que envolviam diferentes projectos de soberania e de organização do Estado. O entrelace de novas e de tradicionais abordagens da formação do Brasil como Estado-nação tem aberto várias possibilidades de estudo. Dentro deste contexto, um ângulo possível de análise é a trajectória de indivíduos que viveram o período em questão.

Em última instância, a centralidade do indivíduo nesses estudos é instrumental: são o real objeto de análise, «os mecanismos psicológicos e sociais que regem as formas de interação entre os indivíduos e o ambiente que os cerca, sua história e suas representações»¹. Enquanto vertente da micro-história, o gênero biográfico volta-se aos interstícios dos sistemas normativos gerais e, portanto, às contradições e à multiplicidade de perspectivas que tornam aqueles mesmos sistemas fluidos e abertos. A trajectória de indivíduos, marcada por escolhas, negociações e casualidades, mostra-se como campo privilegiado para tal aproximação.

Para pensar as relações possíveis entre a escrita da história do momento da independência e a biografia, foi pesquisada a trajectória do marechal de campo Raimundo José da Cunha Mattos. Personagem de várias facetas – intelectual, militar e político –, cuja vida esteve directamente conectada às tramas que envolviam o mundo português no início XIX e do Brasil até final

* Doutora em História pela Universidade de Brasília e pesquisadora visitante do CHAM em 2006-2007. O texto é parte dos resultados da pesquisa de Doutorado. Agradeço, respectivamente, ao CNPq e à CAPES pelas bolsas de doutorado e de estágio de pesquisa no exterior. E-mail: neumabr@uol.com.br

¹ Maurizio GRIBAUDI, «Escala, pertinência, configuração», in Jacques REVEL, *Jogos de escala*, Rio de Janeiro, FGV, 1998, p. 129.

da década de 30 daquele século, quando da sua morte. A partir de sua trajetória individual, percebida como um fio condutor², pretende-se discutir diversos elementos da sociedade luso-brasileira no contexto do desmembramento daquele império oceânico e da construção do Império brasileiro.

Casou-se em 1805, com sua prima Maria Venância Fontes Pereira de Mello, irmã do célebre António Maria. Tiveram três filhos: Grácia, autora de um livro de máximas voltado para as mulheres brasileiras e secretária particular de seu pai, morreu pouco antes de Cunha Mattos; Libânio, oficial do exército, cujos descendentes ainda fazem parte dos quadros militares brasileiros; e Maria Eugénia, que veio a casar-se com o espanhol José de Mendia y Elorza e cujos descendentes seriam nobilitados em Portugal e Espanha.

Cunha Mattos foi um homem de personalidade prática e metódica. Não se furtava de opinar sobre os mais diversos assuntos e defendia suas teses com afinco, mesmo quando isso lhe custava inimizades políticas e pessoais. O desejo de reconhecimento como homem imbuído da razão ilustrada e sua identificação com os projectos reformistas motivaram-no em muitas dessas disputas. Tais características levaram-no a produzir grande número de documentos oficiais e uma significativa produção bibliográfica.

Uma família de militares

Meu pai chamava-se Alexandre Manoel da Cunha Mattos, natural de Estremoz, no Alentejo, o qual era filho de Francisco Xavier de Mattos, Tenente do Regimento de Artilharia da mesma Província, nascido na cidade de Portalegre, e de Antónia Eugénia da Cunha, natural da vila de Borba. Minha mãe chamava-se Isabel Theodora Cecília Ignácia de Oliveira, natural da vila de Alegrete, e foi filha de João Fontes, nascido em Olivença, e Maria Eugénia, natural de Arronches. Estes são os nomes dos meus ascendentes de que tenho notícia, e entendo que nenhum pretendia qualificar-se como ramo de alguma grande família de Portugal. (...) Eu apresento estas notícias que nada têm de interessante para que meus filhos um dia não digam que são filhos de algum solar conhecido. É melhor ser o primeiro de uma família que o último de outra.

Raimundo José da Cunha Mattos apresentou-se assim em suas *Memórias políticas, militares e biográficas*³. Um dos objectivos do autor era fixar uma imagem bastante particular de si mesmo: a de um homem cujos sucessos e reconhecimentos advinham de méritos e esforços pessoais. Para tanto,

² Carlo GUINZBURG, *A micro-história e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998, pp. 169-178. A ideia uso do 'nome' como bússola de trabalho, desde os arquivos até a elaboração do seu texto, está presente no texto «O nome e o como», de Carlo Guinzburg e Carlo Poni.

³ R. J. C. MATTOS, *Memórias políticas, militares e biográficas*, BNRJ, Seção de Manuscritos, 10, 2, 016. A partir daqui, resumidamente, *Memórias*.

buscou desvincular sua trajetória profissional do pertencimento a redes de clientela⁴.

Aquelas memórias foram provavelmente escritas em finais da década de 1820, quando o autor se tornou o primeiro general de sua família. Nele, retratou-se como pertencente a uma idealizada tradição militar, marcada pelas reformas do célebre conde Lippe e de seus colaboradores⁵. A inserção de Cunha Mattos em tal tradição se teria dado pelo exemplo de seus antepassados directos – testemunhas da acção do conde em Portugal – e por sua própria experiência no Regimento de Artilharia do Algarve⁶.

Várias mudanças foram instituídas no Exército português sob o comando de Lippe, entre 1762 e 1777. Alvarás, decretos, regulamentos, artigos de guerra, memórias e planos que possuíam força de lei criaram um novo repertório normativo, de cuja obediência dependia o sucesso do projecto de militarização das tropas lusas⁷. Para isso, Lippe contou com a colaboração de oficiais estrangeiros que chegaram a Portugal junto com ele e actuaram como agentes multiplicadores de uma nova postura militar. A efectividade das reformas foi bastante limitada. Houve resistências de oficiais que viam seus postos como propriedades de ofício e o entendiam o questionamento dos seus méritos como ofensa à honra. Outros afirmavam que a rigidez do modelo prussiano era incompatível com o 'espírito' português.

Ao reivindicar o seu lugar nessa tradição⁸, Raimundo José da Cunha Mattos não desconsiderava ou negava os reveses sofridos pelas propostas de

⁴ António Manuel HESPANHA, «As redes clientelares», in António Manuel HESPANHA (ed.), *História de Portugal: o antigo regime*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 340.

⁵ Tais reformas buscaram implantar no exército português a disciplina prussiana, a ascensão por mérito e obediência literal dos regulamentos. Era um trabalho de aculturação das tropas, no caso, de sua militarização. Para Doris Costa, a continuidade de Lippe em Portugal foi «um ato de autoridade» que deve ser entendido como parte da política disciplinadora da nobreza empreendida pelo futuro marquês de Pombal. Foi também uma das facetas da proposta de modernização do reino, implantada no sentido de aproximar Portugal das demais nações europeias. Fernando Doris COSTA, *Insubmissão, aversão e inconformidade sociais perante os constrangimentos do estilo militar em Portugal no século XVIII*. Dissertação de doutoramento em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005, pp. 228 e ss.

⁶ O significado da presença do conde Lippe para o exército português é muito controverso. Sobre o assunto, há grande número de trabalhos, entre eles: Fernando Jorge Doris COSTA, *Insubmissão...*, cit.; Ernesto Augusto Pereira SALES, *O conde de Lippe em Portugal*, Vila Nova de Famalicão, Publicações da Comissão de História Militar, 1936.

⁷ Esse repertório normativo pode também ser interpretado como um dos primeiros esforços empreendidos por Pombal e seus colaboradores no sentido de estabelecer um «direito harmonicamente disposto em uma compilação que escapasse à confusão e à transitoriedade...». A Lei da Boa Razão de 1769 seria um importante marco de tal projecto. António Manuel HESPANHA, *Guiando a mão invisível: direitos, Estado e lei no liberalismo monárquico português*, Porto, Almedina, 2004, p. 34.

⁸ *Tradição*, por sua vez, é compreendida aqui no sentido de um referencial de idéias relativamente flexível, cujas bases são suscetíveis de «recriações dentro da própria tradição». Assim, «as continuidades, os afastamentos, as recriações passam a fazer parte de uma longa tradição

Lippe. A experiência de seus familiares, de facto, parece assumir ao longo de suas *Memórias* o papel de exemplo do fracasso parcial do conde, principalmente ao se referir à valorização dos soldados e à implantação de critérios meritocráticos para a ascensão na carreira no Exército português e, por conseguinte, na do seu herdeiro directo: o nascente Exército brasileiro.

Francisco Xavier de Mattos, seu avô, alcançou o posto de 1.º tenente de uma importante praça militar após uma carreira relativamente curta. Raimundo José buscou apresentá-lo como possuidor de credenciais meritórias que justificavam seus sucessos. Entre os conhecimentos dominados por Francisco Xavier estariam as matemáticas, consideradas como um dos pilares da ciência da guerra, «...indispensavelmente necessárias na Artilharia e Engenharia...»⁹: Após lutar na «Guerra Fantástica» e servir sob as ordens de Guillaume de Valleré, um dos principais colaboradores de Lippe no projecto de aculturação militar das tropas lusas, vindo a ser reformado em 1764. Essa reforma resultou em dificuldades financeiras para Francisco Xavier. Os bons serviços e o esforço pessoal para a aquisição de conhecimentos, conforme testemunho de seu neto, não foram, portanto, recompensados em termos materiais, e ele acabou dependendo dos vínculos familiares com religiosos e do trabalho de sua esposa para obter o sustento.

A situação delicada em que se encontrava Francisco Xavier não impediu que seu filho, Alexandre Manoel, assentasse praça na Companhia de Artífices do Regimento de Artilharia de Estremoz¹⁰. Pode-se inferir que a presença de Lippe e suas propostas ampliaram as expectativas de benefícios para os que entravam nas tropas, o que deve ter sido particularmente sentido durante o período em que o conde conduziu pessoalmente suas reformas, sob os auspícios do poderoso conde de Oeiras. Assim, a experiência profissional de Alexandre Manoel sofreu forte influência das reformas de Lippe. Valleré comandou o Regimento de Artilharia de Estremoz durante todo o período em que Alexandre Manoel lá serviu. O Regimento de Artilharia do Algarve, para onde Alexandre Manuel foi transferido em 1774, foi particularmente influenciado pela acção de tais oficiais.

Raimundo José não destacou nenhum evento mais significativo nas poucas referências à carreira do pai. De fato, ao retratá-lo, parece pretender

que se refaz permanentemente (...). Tereza Cristina KIRSCHNER, «Voltaire: a conquista da felicidade terrena», in Marcos Antônio LOPES (org.), *Grandes nomes da História Intelectual*, São Paulo, Contexto, 2003, p. 358.

⁹ Conde Lippe, citado em José Silvestre RIBEIRO, *História dos estabelecimentos científicos, litterarios e artísticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1871-1914, tomo I, 306.

¹⁰ O estatuto militar da companhia havia sido confirmado pelo Plano da Artilharia de 1763. Ele determinava a obrigatoriedade do uso dos uniformes militares pelos Artífices, que estavam sujeitos às mesmas leis e à disciplina militar. Conde Lippe. *Plano de Artilharia*. Acessado em 27/02/2006. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=108&id_obra=73&pagina=45.

demonstrar somente as dificuldades que ele havia enfrentado. Ele silenciou, por exemplo, o fato do pai ter sido agraciado com o Hábito da Ordem de Santiago da Espada em 1798¹¹, bem como a criação do Monte Pio para os oficiais. Tais benefícios faziam parte do esforço em dar visibilidade aos «...sinais de honra que expressam uma trajetória social ascendente» nos quadros militares do reino de Portugal¹².

Para a utilidade do Estado e «glória à nação»

Em diferentes momentos de sua carreira política e militar, Cunha Mattos reivindicou para si um lugar na República das Letras. Seu contacto com os valores da ilustração teria se dado ainda criança, segundo suas *Memórias*, quando estudou no Colégio de São Lucas da Casa Pia de Lisboa, chamada por Latino Coelho de «universidade plebeia»¹³, e reforçado nas aulas do Regimento de Artilharia do Algarve. O ensino destes estabelecimentos foi marcado pela concepção de conhecimento útil para a busca da felicidade pessoal e para o engrandecimento do Estado.

A sua aproximação com esse mundo decorreu da decisão do seu pai de afastá-lo da carreira militar: «Meu Pai, reconhecendo o pouco que nesse tempo (1784) prometia a carreira militar, e lembrado dos desfavores da fortuna, tanto contra meu Avô como contra ele mesmo, decidiu-se a que eu me aplicasse à cirurgia...»¹⁴. Ali ele estudou entre os 8 e os 14 anos de idade onde teve aulas de anatomia e de cirurgia.

Diogo Ignácio de Pina Manique foi o idealizador e maior protector daquela instituição, que era um dos braços da Intendência Geral de Polícia da Corte e Reino. A crença na igualdade natural de todos os homens justificava os esforços de Pina Manique para criar um ambiente capaz de transformar em homens úteis ao Estado aqueles que nasceram nas condições mais adversas possíveis¹⁵.

¹¹ Dez anos antes, as ordens militares haviam recebido novos regulamentos, com o objetivo de adequá-las aos novos tempos e reforçar a sua «decência e dignidade». Tais regulamentos determinavam que o hábito da ordem de Santiago fosse, 'em regra', destinado aos «magistrados, até o lugar do desembargador dos agravos». Contudo, ficou aberta a possibilidade de ser usado na premiação de «outros serviços que parecerem dignos dela, segundo a qualidade e importância das pessoas, dos empregos e dos serviços.» Alvará de 19 de junho de 1789.

¹² Fernando Dores COSTA, «O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar», in *Análise Social*, XXXIII (149), (1998), p. 993.

¹³ José Maria Latino COELHO, *História política e militar de Portugal desde os fins do XVIII até 1814*, Vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885, p. 99.

¹⁴ R. J. C. MATTOS, *Memórias...* cit.

¹⁵ ANTT, Intendência Geral de Polícia. Correspondência. Livro III, p. 18. Os Colégios da Casa Pia eram internatos que se dedicavam aos cuidados e à educação dos órfãos. Na categoria 'órfão' estavam incluídas as crianças cujos progenitores não tinham condições de se responsabilizar por elas, fosse por questões econômicas, morais ou por viverem em locais distantes.

A organização dos estudos da Real Casa Pia estava a cargo de José Anastácio da Cunha. Ele compartilhava com Pina Manique o ideal da educação como meio de aperfeiçoamento humano e social, com especial ênfase na «utilidade social da ciência»¹⁶. As actividades desenvolvidas no Colégio São Lucas deveriam inspirar a formação de homens com «*brio e espírito nobre*». Aos professores, mestres, lentes e empregados da Casa Pia foram atribuídos importantes papéis na criação de um ambiente que, por seu carácter exemplar, deveria inculcar a verdadeira honra e a nobreza da alma, pautadas na «*verdade, probidade e demais virtudes morais e na sincera e eficaz diligência de ser útil à Pátria e, em geral, ao próximo*»¹⁷. A formação desse 'homem nobre' era completada pela escolha de mestres que compartilhavam com o inspector de estudos e com Pina Manique a mesma visão formadora da educação.

As «classes científicas» contaram durante o período do intendente com um primoroso quadro de professores, «sem que houvesse outros Mestres mais hábeis para a Educação da Mocidade». Nos anos em que Cunha Mattos estudou no Colégio São Lucas da Casa Pia, muitos dos professores eram militares e, mais especificamente, dos regimentos de artilharia. Alguns seriam promovidos a altos postos do oficialato na virada do século. Outros ingressaram na Academia Real das Ciências e ocuparam importantes empregos régios em áreas técnicas.

Raimundo José da Cunha Mattos teve no Colégio São Lucas a oportunidade de contacto com um ensino centrado nas disciplinas exactas e experimentais. Toda a estrutura do ensino oferecido pela Casa Pia pautava-se na concepção de utilidade e na promoção de saberes importantes para a formação de um novo homem, útil ao Estado. Quando Raimundo José da Cunha Mattos entrou no Colégio São Lucas, o plano de estudos, com seu respectivo quadro de professores, era o seguinte:¹⁸

¹⁶ Ana Cristina ARAÚJO, *A cultura das Luzes em Portugal. Temas e problemas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, p. 55.

¹⁷ Regras para os estudos e colégio da Real Casa Pia de Lisboa. Adérito TAVARES e José dos Santos PINTO, «Documentos», in *Pina Manique: um homem entre duas épocas*, Lisboa, Casa Pia de Lisboa, 1990. A nobreza hereditária portuguesa era conhecida por seu comportamento soberbo, pelo desprezo diante de instituições e leis e pela indolência, sendo considerada por muitos críticos de então como nociva ao Estado. Isso não significa que se fosse contrário à sua existência, base do regime monárquico, mas acreditava-se na urgência de sua «refundação», para usar uma expressão de Fernando Dores Costa. Fernando Dores COSTA, «O bom uso das paixões...» cit., p. 1010.

¹⁸ Professores dos Colégios da Real Casa Pia de São Jorge do Castelo – 7 de Fevereiro de 1783. ANTT, Intendência Geral de Polícia – Papéis Diversos – Documentos relativos à Casa Pia de Lisboa, e outros papéis diversos, Maço (589) 5, Doc. 85. A instituição era então conduzida por ilustrados que iniciavam suas carreiras ou que se encontravam em situação desfavorecida por terem sido condenados pela Inquisição. Alguns eram conhecidos leitores de livros proibidos e foram, em algum momento, considerados divulgadores de ideias perigosas. Contudo, tais homens encontravam-se na Casa Pia sob os auspícios do temido Pina Manique.

Curso de Matemática	Disciplinas	Professores
	Matemática pura	João Manoel de Abreu
	Mecânica e óptica	Vicente António de Oliveira
	Astronomia	Custódio Gomes de Villas Boas
	Disciplinas adjuntas	Professores
	Geometria prática e navegação	Monsieur Paganinni
	Engenharia e artilharia	conde Francisco Ferreri
Curso de Física	Disciplinas	Professores
	História natural e física experimental	Manoel Luiz Alves de Carvalho
	Química e os princípios de várias artes como metalurgia, tinturaria e agricultura	Manoel Joaquim Henriques de Paiva
	Disciplina adjunta	Professor
	Farmácia	Manoel Joaquim Henriques de Paiva

Disciplinas e professores do Colégio São Lucas da Real Casa Pia de Lisboa no ano de 1783.

A Casa Pia oferecia também aulas profissionalizantes, franqueadas ao público externo. Ensinava-se, por exemplo, a língua alemã e escrituração mercantil. Também foi aberto um curso de cirurgia, com aulas de ‘anatomia especulativa’ oferecidas no próprio Castelo e aulas práticas no Hospital São José. Raimundo José frequentou essas aulas no hospital, estimulado pelos desejos do pai de que se tornasse um conceituado médico¹⁹. Contudo, em Julho de 1790, foi tirado do colégio por iniciativa do pai. Sua educação seria completada na Escola Regimental de Faro. Os documentos não explicam a mudança de posição de Alexandre Manoel em relação ao futuro do filho.

A Escola Regimental de Faro

Alexandre Manuel voltou para o Algarve em decorrência da transferência de sua companhia. Decidiu-se então que Raimundo José deveria assentar praça como soldado voluntário no mesmo regimento em que servia. Esse continuou, então, a dedicar-se ao estudo da cirurgia no hospital militar de Faro. Os crescentes rumores em relação à possibilidade de Portugal ver-se envolvido numa guerra em decorrência da Revolução Francesa agitara aquele regimento. Diante disso, Cunha Mattos optou por abandonar os

¹⁹ Raimundo José da Cunha MATTOS, *Memórias...* cit. O sucesso da área cirúrgica da Casa Pia foi muito significativo. Alguns dos alunos foram enviados a Copenhague, Edimburgo e Londres para aprimorar seus conhecimentos em obstetrícia. Segundo os propósitos da Casa Pia, tais alunos atuariam como propagadores do seu saber ao voltarem para Portugal, alguns dando aulas no Castelo de São Jorge. Os alunos que se sobressaíram em desenho e escultura também puderam ter aulas de aperfeiçoamento no exterior, no caso, em Roma.

estudos médicos por considerar mais vantajoso ir para a guerra com armas na mão do que como facultativo de saúde, actividade essa «menos militar», para usar suas palavras. Passou então a frequentar as aulas do tenente-coronel José Nunes da Costa Cardoso.

As escolas regimentais faziam parte do conjunto de instituições laicas de ensino criadas por Pombal. Seguiam uma concepção prática do conhecimento e deviam oferecer aulas técnicas especificamente destinadas a capacitar os soldados para o bom desempenho de suas actividades. As aulas teóricas e práticas abordavam temas como a movimentação nos campos de batalha, a colecta de informações e o mapeamento de terrenos e regiões. A proposta de criação de tais aulas foi feita por Pombal, em 1762, e aprimorada pelo conde Lippe no ano seguinte²⁰. A artilharia exigia uma capacitação específica dos seus soldados e oficiais, que abrangesse conhecimentos de química, aritmética, trigonometria, topografia e edificação, entre outros. Também deveriam ter lições de bombardeio, composição de fogos de artifício, minas, engenharia e fortificação, minas e bombas, operações e manobras. O conde Lippe definiu os conteúdos e os livros de tais aulas. O uso de outra bibliografia, por alunos ou mestres, era punível com expulsão das aulas e do Regimento.

O Regimento de Artilharia de Faro alcançou excelente reputação sob a direcção do brigadeiro Reboxo. Segundo Cunha Mattos, era um regimento bem ordenado, no qual a «corrupção cavalheiresca» e os «vícios» eram desconhecidos. Os artilheiros formados nas aulas e nos exercícios práticos eram conhecidos como soldados valorosos e possuidores de conhecimentos preciosos. A elaboração de mapas e de descrições geográficas também eram actividades desempenhadas com maestria pelos soldados: o mapeamento do Algarve foi, em grande parte, realizado por eles. Vários dos soldados oriundos daquele regimento foram admitidos na Academia da Marinha²¹.

Raimundo José da Cunha Mattos considerava que as aulas no regimento haviam sido decisivas em sua vida profissional. Ele mencionaria em muitas ocasiões ao longo de sua vida as aulas de Matemáticas pelos compêndios de Bellidor, como os exercícios de Infantaria e Artilharia²². Sua experiência no Regimento do Algarve e, particularmente, em suas aulas seria constan-

²⁰ Plano que Sua Majestade manda seguir e observar no estabelecimento, estudos e exercícios das aulas dos Regimentos de Artilharia. AHM, 3/5/1/11.

²¹ João Baptista da Silva LOPES, *Corografia ou memória econômica, estatística e topográfica do Reino do Algarve*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1841, p. 74.

²² R. J. C. MATTOS, *Memórias...* cit. Note-se que a obra de Bellidor ainda continuava a ser usada como manual em 1790, apesar de uma ordem régia de 1786 haver mandado substituí-la. Nesse ano, o brigadeiro e comandante do Regimento de Artilharia da Corte, Christianno Frederico de Weinholtz, solicitou à Secretaria da Guerra a substituição de algumas daquelas obras por estarem obsoletas. Entre eles estava o referido curso de Bellidor: tinha 40 anos de uso na França quando fora adoptado em Portugal. Sugeriu então a sua substituição pelos cursos organizados por Bezout, já traduzidos e publicados em Portugal pela Universidade de Coimbra. Requerimento do Brigadeiro Christianno Frederico de Weinholtz, 1786. AHM, 3/5/2/24.

temente usada por ele em suas solicitações junto às autoridades da monarquia e para justificar suas pretensões de ser reconhecido como homens de letras. Ao final de aproximadamente quatro anos naquele Regimento, Cunha Mattos apresentou-se como voluntário para a Companhia de Artilharia da Divisão Auxiliadora à Coroa da Espanha contra a França revolucionária.

Os campos de batalha do Roussillion nas Memórias de Cunha Mattos

No conflito ocorrido na fronteira entre França e Espanha, Raimundo José teve sua mais significativa experiência nos campos de batalha. A campanha ocorreu entre 1793 e 1795. O jovem cabo-de-esquadra seria condecorado por sua actuação e, ao final da guerra, junto com todos os demais combatentes, foi agraciado por D. João VI com a prioridade nas promoções. Essa experiência foi por ele retratada como significativa para a formação de seu carácter, para o progresso na carreira militar e para ampliar seu entendimento sobre a época em que vivia. Raimundo José da Cunha Mattos expôs sua visão do conflito nas mencionadas *Memórias*.

Três décadas separaram os acontecimentos vividos por Cunha Mattos e a elaboração de sua autobiografia. E muito ocorrera naquele espaço de tempo...²³. Acontecimentos que exigiram de homens como ele adesões políticas, reconstruções identitárias e deslocamentos geográficos que, necessariamente, conduziram a avaliações e reavaliações das experiências do passado, bem como dos desejos e projectos²⁴. As experiências acumuladas por Cunha Mattos entre a guerra e a escrita de suas memórias, portanto, abriam-lhe novas perspectivas para a interpretação do passado: as experiências de guerra anotadas pelo jovem cabo-de-esquadra português foram relidas e narradas pelo brigadeiro do Exército brasileiro.

A escrita desse documento parece estar relacionada a um acontecimento específico da história militar brasileira: a guerra Cisplatina. Conflito entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata (actual Argentina) pelo domínio da província da Cisplatina, incorporada ao Reino do Brasil no final do governo de D. João VI. O conflito ocorreu entre 1825 e 1828, e terminou após a intervenção diplomática inglesa e a assinatura de um acordo que determinou a independência da região e a formação do actual Uruguai.

²³ As revoluções do último quartel do século XVIII trouxeram a sensação de que se vivia um tempo novo: a modernidade. Uma de suas características era a sensação de aceleração, construída a partir de uma experiência do tempo marcada pelo afastamento do passado em relação ao futuro: ampliava-se a distância entre o que Koselleck chamou de espaço de experiência e horizonte de expectativas. Reinhart KOSELLECK. *The Practice of Conceptual History*, Stanford, Stanford University Press, 2002, principalmente os capítulos «The Eighteenth Century as the Beginning of Modernity» e «Concepts of Historical Time and Social History».

²⁴ Reinhart KOSELLECK. *Passado futuro*, Rio de Janeiro, Contraponto/Ed. PUC-RJ, 2006, p. 312.

Cunha Mattos, então brigadeiro e deputado do Império do Brasil, teve brevíssima participação naquela guerra como membro do seu estado-maior, entre Dezembro de 1826 e Fevereiro do ano seguinte. Tal experiência deu-lhe grande autoridade sobre o tema nos debates que dominaram a Câmara dos Deputados a partir de 1827. Os reveses no campo de batalha e a humilhação da solução final do conflito trouxeram grande mal-estar e levaram muitos deputados à plenária. Cunha Mattos, em seus discursos, parecia não ter dúvidas quanto às razões da derrota: a falta de profissionalismo do Exército, o despreparo dos seus oficiais e a ausência do mérito como critério de nomeação e de promoção. Contudo, ele não encontrou na Câmara dos Deputados ambiente propício para o aprofundamento destas questões.

A narrativa da campanha portuguesa no Roussillon e na Catalunha parece ter oferecido então ao deputado a oportunidade de confirmar seu *status* de oficial «teórico e prático», para usar suas palavras, como também para retratar um conflito que envolveu, segundo sua visão, dois tipos de exército, um aristocrático e outro profissional e meritocrático. Em sua narrativa, a idealizada Divisão Auxiliadora portuguesa – especialmente a artilharia à qual o autor pertenceu – e as tropas francesas foram retratadas como imbuídas de valores modernos e com aspirações profissionalizantes, enquanto que as tropas espanholas envolvidas no conflito serviriam como exemplo dos vícios e perigos decorrentes da concepção aristocrática de Exército²⁵. Os oficiais espanhóis foram descritos nas *Memórias* como incompetentes, desposuídos de visão estratégica, arrogantes e inábeis no comando, e os soldados, embora valentes, como homens que debandavam nos momentos críticos.

A descrição desse exército está muito próxima da feita por Cunha Mattos na plenária da Câmara dos Deputados acerca das tropas brasileiras na Cisplatina. Responsabilizou naquela ocasião os comandantes da guerra pelos desdobramentos desastrosos do conflito: as tropas estavam mal-orientadas e sofriam com graves problemas logísticos. O comando estava nas mãos de generais com grandes qualidades, mas inexperientes. A debilidade da liderança dos oficiais levava à indisciplina dos corpos. Ele fez questão de apontar a injustiça de considerar covardes os soldados²⁶.

Ele usou a escolha de Luis Fermin de Carvajal y Vargas, conde de la Unión, como comandante em chefe das tropas hispano-lusitanas como o caso mais emblemático dos perigos das promoções sem a observância dos critérios militares. A nomeação do conde foi explicada por Cunha Mattos

²⁵ O autor das *Memórias* comparou as tropas portuguesas e as espanholas em diferentes circunstâncias, ressaltando, sempre que possível, a superioridade das primeiras: «Os nossos oficiais e soldados tinham um aspecto mais militar, mais elegante do que se encontrava nas tropas Castelhanas: os fidalgos que serviam no nosso Exército não tinham aquele orgulho que é tão ordinário nos Cavalheiros Espanhóis: a disciplina entre nós é mais severa, a moral menos relaxada, e o direito de nascimento e a falta de corpos reais ou privilegiados fazia com que tivéssemos melhores oficiais.»

²⁶ Sessão de 18 de maio de 1827. Atas da Câmara dos Deputados do Império Brasileiro, tomo 1, p. 121.

como fruto de «poderosas intrigas e protecções» que desconsideraram o direito de tenentes-generais mais antigos. Esse fato resultou na insubordinação dos oficiais e na indisciplina das tropas²⁷.

Os vícios e problemas desse exército contrastariam, em sua narrativa, qualidades com a disciplina, organização e racionalidade do comando das tropas lusas, qualidades decorrentes, em grande parte, da ação de seus oficiais. Entre esses, D. Francisco Xavier de Noronha mereceu especial consideração nas páginas das *Memórias*, sendo descrito como «inseparável companheiro de nossos soldados» e com uma conduta impecável mesmo nos momentos mais críticos, como o da retirada das tropas das montanhas dos Pirenéus após forte ataque dos franceses.

Não é difícil estabelecer paralelos entre o general D. Francisco Noronha e o modo como Cunha Mattos retratava-se. Ambos teriam alcançado altos postos militares em virtude de seu reconhecido saber e pela zelosa condução dos assuntos sob sua responsabilidade, a despeito de suas origens modestas. Ambos teriam também enfrentado a resistência de membros da aristocracia, ciosos de suas distinções por nascimento. Ambos teriam encontrado nas armas o reconhecimento e a honra²⁸.

Foi em termos desses últimos que Cunha Mattos explicou sua participação, como voluntário, na guerra no Roussillon e na Catalunha, como soldado do Regimento de Artilharia. Tal corpo fora organizado, segundo ele, pela agregação de duas companhias de soldados voluntários enviadas por cada um dos quatro regimentos de artilharia do reino. Essa dinâmica teria divergido da empregada pelas demais armas participantes da campanha, cujos contingentes formaram-se pelo envio de alguns regimentos pré-existent em Portugal e que viriam a ser completados por homens de diferentes praças. Cunha Mattos interpretou o modo peculiar de formação da artilharia como decorrente das expectativas da Coroa em fazer boa figura ante os espanhóis. A artilharia era vista como a 'arma científica' e ocupava espaço cada vez mais importante nos teatros de guerra. A concepção de tão distinto corpo militar não poderia estar vinculada ao serviço compulsório, que por si exclui qualquer possibilidade de prêmio. O voluntariado era apresentado como um sinal de distinção, sendo destacado constantemente pelos soldados

²⁷ R. J. C. MATTOS, *Memórias...* cit. Os paralelos entre tal evento com a indicação do Marquês de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant, como comandante das tropas no sul do Brasil eram bastante claros: o marquês era reputado diplomata e amigo íntimo de d. Pedro I, porém, inexperienced nos campos de batalha. Sua escolha preteriu generais com experiência em conflitos na região e, por fim, não seus erros levaram-no a perder a confiança dos soldados e, por conseguinte, sua lealdade. Idem, *ibidem*.

²⁸ A honra militar pautava-se na interiorização de padrões de conduta que incluíam a rectidão do comportamento, o cumprimento das normas e as devidas demonstrações de bravura. Ela levaria os soldados a actuações constantes, consequentes, e garantiria uma melhor interiorização da disciplina, aspecto muito mais importante para os novos exércitos do que a obediência cega, e sem iniciativa, que antes se obtinha pelo medo. John LYNN, «Forum: Toward an Army of Honor: the moral evolution of the French Army, 1789-1815», in *French Historical Studies*, 16, n.º 1, p. 153 (Spring, 1989), p. 158.

e oficiais que buscavam recompensas por seus serviços²⁹. Isso se deu com Cunha Mattos.

Os esforços de Cunha Mattos em retratar as qualidades da idealizada Divisão Auxiliadora levaram-no alguns silêncios. O principal exemplo disso foi a ausência dos conflitos entre o tenente-general Forbes Skelater e o coronel Gomes Freire. Os desertores, as condutas criticáveis de alguns oficiais portugueses e outros problemas não encontraram lugar nas páginas da *Memória*.

Para Cunha Mattos, a experiência vivida na Divisão Auxiliadora parece ter sido vista como a conclusão de sua formação. A partir dali, considerava-se um soldado maduro e capaz de actuar em nome de seu soberano em qualquer circunstância necessária.

Cunha Mattos em São Tomé e Príncipe

Após a Guerra do Roussillon e da Catalunha, Raimundo José da Cunha Mattos retornou a Lisboa, mas ali ficou menos de dois meses. O então cabo-de-esquadra entrou para a artilharia da Marinha e, em 20 de Janeiro de 1796, embarcou com a flotilha comandada por Francisco de Paula Leite, cuja missão consistia em conter os conflitos existentes na capitania de São Tomé e Príncipe³⁰. Foi o início de sua aventura africana, que duraria até 1815, quando de lá partiu em direcção ao Reino do Brasil.

É possível que Cunha Mattos tenha percebido que no além-mar estavam as melhores oportunidades para a promoção de um soldado de origem plebeia. No período em que ali esteve, ocupou os cargos de Ajudante de Governo, Procurador dos Feitos, Provedor da Fazenda e Alfândega, Sargento-mor da Praça de São Sebastião de São Tomé e, por fim, de Governador interino. A escalada administrativa de Cunha Mattos esteve ligada à sua ascensão como militar.

A capitania de São Tomé e Príncipe estava em franca decadência quando Cunha Mattos lá chegou. Alterações nas rotas dos navios negreiros, a supressão do tráfico para Inglaterra e para os Estados Unidos da América e a longa e desgastante disputa diplomática anglo-lusitana referente à abolição do tráfico levariam a capitania muito próximo do abandono.

A fragilidade da capitania não era apenas económica. Os medos de revoltas negras presentes no imaginário são-tomenses³¹ foram reforçados

²⁹ A observação de que ele assentara praça voluntariamente foi uma constante nos longos anos de serviço de Cunha Mattos. Fernando DORES COSTA, «O bom uso...» cit.

³⁰ João de Melo e Sousa da Cunha SOTOMAIOR, *Memória genealógica e biográfica dos três tenentes generais Leites da Casa de S. Thomé d'Alfama*, parte II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841, p. 19.

³¹ «Primeira revolta escrava de grande monta no ultramar, os motins de São Tomé despertam no colonato um pânico similar àquele gerado dois séculos mais tarde pela Revolução do Haiti (1791). Ambas as ilhas continham ingredientes potencializadores dos perigos do

pela Revolução Francesa e seus desdobramentos. O risco de revoltas era agravado pelo fato das tropas serem formadas, em sua quase totalidade, por negros. As autoridades portuguesas na ilha solicitavam insistentemente à Corte o envio de brancos, cuja ausência, argumentavam eles, punha o domínio da capitania em risco. Os soldados e oficiais subalternos eram então os principais agentes de contestação.

Cunha Mattos teve uma actuação muito discreta durante os primeiros anos na ilha. Os documentos do Conselho Ultramarino praticamente não o citam até 1805, quando Luís Joaquim Lisboa assumiu o governo da capitania e fez dele seu principal colaborador e aliado. O Conselho Ultramarino atribuíra ao novo governador a tarefa de encontrar alternativas económicas para a capitania. Caberia também a Joaquim Lisboa promover a racionalização da administração, com especial atenção para a Fazenda Régia.

Desde meados dos setecentos, tentava-se implementar uma nova lógica e retórica administrativas baseadas na produção e disponibilização racional de informações sobre os territórios ultramarinos, o que permitiria a elaboração de projectos para o império luso. A correspondência oficial dos agentes régios representou um importante veículo para a divulgação de informações sobre os diferentes espaços portugueses. Havia, assim, um saber sobre os domínios coloniais «depositado nos arquivos e chancelarias régios»³².

Esperava-se que os funcionários régios envolvidos na administração colonial fossem capazes de inventariar a natureza, a população e o território. Tais atribuições demandavam conhecimentos invulgares e uma identificação com as propostas reformistas. A formação recebida por Cunha Mattos na Casa Pia e no Regimento de Artilharia do Algarve lhe garantiram as condições necessárias para cumprir suas atribuições.

A associação entre a formação militar e a divulgação e execução das reformas administrativas não era novidade nos espaços ultramarinos. D. Francisco de Sousa Coutinho fundou em Luanda uma Aula de Geometria e Fortificação, em 1764, com o objectivo de «formar engenheiros e, assim, através deles, chegar à realização das reformas projectadas pelo Estado. A ideia que sobressai é a de um Estado que faz reformas, através dos seus militares»³³.

escravismo: isolamento geográfico, lutas de facções entre os senhores, forte desequilíbrio entre escravos e livres, entre brancos e negros.» Luiz Felipe de Alencastro ALENCASTRO, *O trato dos viventes*, Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 2000, p. 66.

³² Catarina Madeira SANTOS, *Um governo «polido» para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c.1800)*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2005, p. 58. Sobre a ação pombalina nos espaços atlânticos, ver também Selma Alves PANTOJA, *Encontro nas Terras de Além-Mar: os Espaços Urbanos do Rio de Janeiro, Luanda e Ilha Moçambique*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Programa de Pós-graduação em Sociologia, USP, São Paulo, 1994.

³³ Segundo Catarina Santos, Francisco de Sousa Coutinho, pai de D. Rodrigo. Catarina Madeira SANTOS, *Um governo...* cit., p. 448.

Os problemas internos à capitania não foram os únicos a serem testemunhados por Cunha Mattos em São Tomé. A vulnerabilidade diante das potências europeias marcava a situação do império português como um todo³⁴ e era sentida de modo bastante vívido na capitania de São Tomé e Príncipe. Tal sensação era agravada pela presença constante de navios franceses e ingleses no litoral ocidental africano, pelo isolamento em relação à metrópole e pela incapacidade de defesa da capitania.

São Tomé e Príncipe sentiu desde muito cedo as consequências dessas pressões quanto ao fim da escravidão, tanto em seus aspectos económicos quanto na presença de navios ingleses envolvidos em acções concretas contra os navios negreiros.

Enquanto as relações internacionais eram debatidas nos palácios europeus e da América portuguesa, o intenso movimento no litoral ocidental africano levava aos portos de São Tomé e Príncipe um elevado e indesejado número de navios da armada inglesa. Esses desencorajavam a aproximação de outros navios que buscavam a capitania para reabastecerem-se. Além disso, alguns moradores da ilha tiveram seus navios apresados. Os distúrbios causados pela presença inglesa também foram sentidos em terra, onde o comportamento dos marinheiros e militares seria, quase sempre, deplorável. Essa experiência deu instrumentos a Cunha Mattos para analisar de modo crítico a política anti-tráfico inglesa e seu discurso legitimador, a filantropia. Tais temas seriam por ele abordados na Câmara dos Deputados do Brasil duas décadas depois.

A decadência que marcou todo o período de Cunha Mattos em São Tomé e Príncipe acelerou-se com os esforços ingleses contra o tráfico, alcançando o ápice com a assinatura dos tratados de 1815. A já pouco habitada capitania sofreria com a debandada de muitos funcionários régios. Em 8 de Novembro de 1815, Cunha Mattos partiu para o Brasil, após ter actuado como governador interino da Ilha de São Tomé por aproximadamente cinco meses.

A experiência africana foi essencial para a formação e actuação deste militar, pois favoreceu uma compreensão mais ampla do sentido do Império luso e aprimorou sua capacidade de analisar o contexto dos embates internacionais de seu tempo, marcados pelo expansionismo britânico, pelo processo revolucionário francês e pela difícil situação de Portugal entre estas disputas.

No Trem de Artilharia de Pernambuco

No Brasil, a experiência administrativa acumulada em São Tomé revelou-se bastante útil nas atribuições que Cunha Mattos assumiria. Durante os primeiros dez anos no Brasil, dedicou-se, basicamente, à carreira militar. Em

³⁴ Valentim ALEXANDRE, *Os Sentidos do Império*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 93 e ss.

Abril de 1817, foi chamado a participar da Divisão de Voluntários Leais do Rei, força comandada por Luís do Rego Barreto no combate ao movimento republicano na capitania de Pernambuco.

Cunha Mattos chegou ao Recife quando a insurreição já havia sido controlada. Diante disto, o general Luís do Rego o nomeou como Inspector do Trem da capitania³⁵. O seu trabalho consistia em inventariar todos os objectos pertencentes ao trem, avaliar suas condições de uso, providenciar os consertos possíveis. Ele deu início à construção de depósitos e à restauração das instalações existentes. Entre os principais projectos de sua gestão estava a criação de um laboratório pirotécnico onde seriam produzidas munições para o Exército, fortalezas e navios de guerra. Ele se preocupava com a eficiência do trem e a racionalização da administração. Por essa razão, era um grande crítico do sistema de compras por contratadores, criado em 1818. Suas ideias levaram-no a conflitos com a Real Junta da Fazenda. Essa era acusada de abusiva e ineficiente.

Os sucessos dos trabalhos de Cunha Mattos no Trem de Artilharia fizeram com que o governador Luís do Rego o incumbisse de outras actividades. Em Julho de 1818, passou a ficar sob seu encargo a organização da 1.^a Brigada de Milícias. No mesmo mês, coube-lhe proceder ao recrutamento, à instrução e à distribuição dos recrutas pelos respectivos corpos. Em Setembro, recairia sobre ele a tarefa de organizar as baterias de defesa do Recife, o que incluía a selecção dos integrantes do Corpo de Artilharia de Posição. Essa última atribuição foi-lhe dada no mesmo ofício em que o governador o nomeava Inspector do Corpo de Artilharia. Cunha Mattos e Luís Rego pretendiam que as tropas pernambucanas alcançassem razoável nível de treino e de disciplina militar. O plano de reestruturação das tropas encontrou, no entanto, resistências. O estilo militar continuava estranho, inclusive, para muitos oficiais das tropas de linha e das auxiliares.

O recrutamento para as tropas de primeira linha também estava sob a supervisão de Cunha Mattos. O trabalho exigia a articulação de diferentes autoridades régias e o apoio dos potentados locais. A efectividade do recrutamento deparava-se com a tradicional ojeriza da população³⁶ e dependia das relações de clientela que, no Brasil, articulavam senhores de terra, escravos e pobres livres³⁷. A imprecisão dos critérios de isenção permitia a sua manipulação pelas autoridades envolvidas com o processo³⁸. Efectivado o

³⁵ Ofício de Raimundo José da Cunha Mattos ao governador Luís Rego, 23 de fevereiro de 1818, APEGE, AG-1.

³⁶ Fernando Dores COSTA, «Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da nação», in *Análise Social*, vol. 30, n.º 130, 1995, p. 122.

³⁷ Hendrik KRAAY, «Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial», in *Diálogos*, vol. 3, n.º 1, 1999, p. 115.

³⁸ Fábio Faria MENDES, «Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX», in Celso CASTRO, Vitor IZECKSOHN & Hendrik KRAAY (org.), *A nova história militar brasileira*, Rio de Janeiro, FGV/Bom Texto, 2004, p. 127. Em 1818, as instruções

recrutamento pelas autoridades civis, os aprisionados deveriam ser mandados aos quartéis para serem treinados pelos oficiais do Segundo Regimento do Exército de Portugal, sob a inspecção de Cunha Mattos.

Concluído o recrutamento, o governo enfrentava outro grande obstáculo para o efetivo fortalecimento da província: a deserção. A documentação sugere que Luís do Rego buscou usar contra os desertores as relações de clientela que tradicionalmente os protegiam: a lealdade aos grupos familiares poderia, a seu ver, coibir a deserção. Essa era um problema grave porque, além de desestruturar as linhas defensivas, produzia um grande número de homens que perambulavam pelas estradas e vilas, tornando-se perigosos para a sociedade. O envolvimento de Cunha Mattos com o recrutamento e a reorganização das tropas ofereceu-lhe a oportunidade de conhecer as condições das tropas no Brasil e a necessidade urgente de reestruturação.

Durante o período em que Cunha Mattos actuou em Pernambuco, as relações com o governador foram muito positivas. Luís Rego interveio na sua efectivação como Coronel do Exército Brasileiro, bem como na sua indicação para o cargo de vice-inspector do Real Arsenal do Exército na Corte e de deputado da Real Junta da Fazenda daquele arsenal, em Julho de 1819³⁹. O governador Luís do Rego Barreto não poupou elogios a Cunha Mattos quando esse partiu para a Corte, dizendo-se devedor do coronel em virtude da cooperação que dera à capitania e do cumprimento do dever. Exaltou «o seu préstimo incansável, zelo e decidida honra», que fariam com que não fosse ali esquecido. Concluiu afirmando que sua única satisfação no afastamento de «um tão digno camarada» era ver as «qualidades deste Benemérito oficial» sendo reconhecidas pelo rei⁴⁰.

Cunha Mattos não mais voltou a Pernambuco.

O Arsenal Real do Exército no Rio de Janeiro

Cunha Mattos desempenhou no Real Arsenal da Corte actividades muito semelhantes àquelas desenvolvidas no trem de Pernambuco, centradas na organização dos espaços físicos e dos soldados que lá prestavam serviços. Suas atribuições eram, essencialmente, técnicas. Ele assumiu a função de vice-inspector do Arsenal em 21 de Setembro de 1819.

de Luís do Rego previam a isenção dos casados, dos filhos mais velhos e dos arrimos de família, dos lavradores que não possuísem escravos, dos menores de 15 e maiores de 30, dos lojistas e dos comerciantes de tabaco. Luís Rego incluiu no rol dos recrutáveis os descumpridores de seu papel social, como os homens casados que não sustentavam suas famílias. Ofício de Luís do Rego Barreto a Raimundo José da Cunha Mattos, 16 de julho de 1818. Seção de Processos Individuais, AHM/DIV/3/7 – Matos, Raimundo José da Cunha.

³⁹ Ofício de Thomaz Antônio Villa Nova Portugal a Raimundo José da Cunha Mattos, Rio de Janeiro, 30 de julho de 1819. Seção de Processos Individuais, AHM/DIV/3/7 – Mattos, Raimundo José da Cunha.

⁴⁰ Ordem do dia, quartel-general de Mondego, 24 de agosto de 1819. Idem.

As acções de Cunha Mattos não contariam com a simpatia de todos os membros da Junta da Real Fazenda, que o consideravam arrogante e autoritário. Questão semelhante já criara problemas para Cunha Mattos em Pernambuco. Os embates com os membros da Junta o enfraqueceram politicamente. Em Maio de 1821, teve suas atribuições reduzidas pela criação do cargo de Director do Arsenal Real. Outro decreto, de Outubro daquele mesmo ano, aboliu o cargo de vice-inspector do Arsenal do Exército por considerar tal função desnecessária. O coronel Raimundo José da Cunha Mattos foi, então, demitido⁴¹. Esse evento não significou, contudo, o seu afastamento das questões do arsenal.

Os reveses do processo de constitucionalização portuguesa tornavam cada vez mais possível a separação de Brasil e Portugal e a consequente ocorrência de conflitos bélicos. Diante disso, d. Pedro decidiu formar uma comissão militar para examinar o estado do Arsenal da Corte e propor as reformas e melhorias necessárias. A despeito de não ser um dos seus integrantes, Cunha Mattos apresentou à Comissão – mediante autorização do Príncipe Regente D. Pedro – uma memória baseada na sua experiência como vice-inspector. A *Memória estatística-económica-administrativa sobre o Arsenal do Exército, Fábricas e Fundições da Corte do Rio de Janeiro* era a grande oportunidade de sistematização e defesa das propostas apresentadas por Cunha Mattos no tempo em que servira no arsenal⁴².

Ele acreditava que o arsenal deveria estar vinculado directamente à secretaria de Estado dos Negócios da Guerra em tudo aquilo que se referisse a objectos Militares. O Tesouro Público, por sua vez, seria responsável pela fiscalização e contabilidade das despesas. A administração geral deveria estar a cargo de um corpo de militares e civis, escolhidos por critérios meritocráticos e, por conseguinte, capazes de cumprir suas distintas obrigações. Tais homens seriam incumbidos, por exemplo, da padronização geral dos armamentos e dos apetrechos da infantaria, da cavalaria e da Artilharia de todo o Brasil, evitando assim compras ou produção de material com dimensões e qualidades inadequadas.

Cunha Mattos acreditava que a qualidade dos trabalhos feitos pelo arsenal dependia da boa formação técnica dos oficiais e do trabalho de fiscalização nas oficinas. Para isso defendeu a adopção do sistema de empreitadas no Arsenal. Ele argumentou que os contratados por soldos pré-determinados e os escravos eram um impedimento à melhoria da produtividade das oficinas, já que nenhum deles trabalharia com entusiasmo: os primeiros, por saberem que ganhariam seus soldos independentemente de haver ou não trabalho, e os segundos, por terem os seus donos como únicos beneficiários de seus

⁴¹ Decreto de 29 de outubro de 1821. *Coleção de Leis do Império (1808-1889)*. Disponível em http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-E4_30.pdf, acessado em 22/4/2008.

⁴² R. J. C. MATTOS, *Memória estatística-económica-administrativa sobre o arsenal do Exército, Fábricas e Fundições da Corte do Rio de Janeiro*, Vila Nova de Famalicão, 1939.

esforços. Assim, o homem que tivesse uma recompensa proporcional à quantidade e à qualidade de sua produção seria muito mais interessante para o serviço nos arsenais. A proposta de racionalização da administração alcançava o sistema de compras do arsenal. As aquisições deveriam ser realizadas por leilão público e «concurso de quem os tiver para serem escolhidos os de melhor qualidade, menor preço e a pagamentos em épocas favoráveis»⁴³. Era preciso, segundo ele, afastar os intermediários.

O coronel defendeu ainda a actuação dos arsenais militares como uma «grande escola de Artes e Ofícios, escolas públicas» com o objectivo de habilitar «o cidadão pobre» para «ser útil a sua Pátria». O que ele solicitava, de fato, era a reactivação do projecto que iniciara quando estava no Arsenal. Naquela ocasião, criara um arquivo para o arranjo sistematizado dos desenhos, modelos e livros necessários para o trabalho dos Oficiais directores, Mestres de Oficinas, e de outras pessoas com interesses científicas, ou mesmo os curiosos. Ele contava também com uma espécie de museu onde seriam expostas máquinas e armas de guerras antigas e modernas e máquinas hidráulicas. O acervo ainda contaria com amostras de madeiras do Brasil e do exterior. Com o apoio do soberano, havia também iniciado a formação de uma pequena biblioteca formada por livros de artes e ofícios importados da França, Inglaterra e Portugal.

As semelhanças entre a escola criada por Cunha Mattos e a Casa Pia de Lisboa onde ele estudou são significativas. Em ambas, buscava-se difundir os princípios da Ilustração relativos à valorização do conhecimento útil e ao melhoramento da população pela educação. Tal iniciativa era uma oportunidade para os meninos de origem modesta ter acesso às novidades da ciência e, com isso, tornarem-se homens capazes de buscar sua felicidade e a do Estado.

A iniciativa de oferecer-se como colaborador da comissão resultou na indicação de Cunha Mattos para deputado da comissão do arsenal em Junho daquele ano, aproximando-o do futuro imperador d. Pedro I e de alguns importantes nomes do cenário político da época.

A participação de Cunha Mattos nos debates de 1822 no Brasil

A posição política de Cunha Mattos tornara-se pública desde o início de 1822, quando teve sua primeira participação nos debates que agitavam as principais cidades do Brasil e de Portugal sobre os destinos do império. Os autores dos textos que deram forma ao debate seriam protagonistas nos acontecimentos da década. Muitos foram eleitos para as Cortes de Lisboa e, com o decorrer dos eventos, para a Assembleia Constituinte do Brasil. Em sua maioria, eram homens fortemente influenciados pelo reformismo escla-

⁴³ R. J. C. MATTOS, *Memória estatística...* cit., p. 26.

recido, alguns marcados pela política de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e por seu projecto da construção de um grande império luso-brasileiro, o que os tornava mais refractários a ideais separatistas. Essa elite compartilhava uma cultura política que dispunha de «todos os ingredientes que permitiam o desenvolvimento do constitucionalismo moderno»⁴⁴.

Entre Março e Julho de 1822, Raimundo José da Cunha Mattos publicou folhetins defendendo a opção unionista perante os portugueses dos dois hemisférios. Ele polemizava com os que buscavam reforçar a imagem da luta entre colónia e metrópole, que tinham então no *Revérbero Constitucional* um de seus principais veículos, e com aqueles que apregoavam que a concretização da separação não significaria grandes perdas para Portugal.

Em Março, publicou a *Carta histórico-político-militar...*⁴⁵, em resposta a um artigo do *Semanário Cívico da Bahia*, que, a seu ver, defendia uma «doutrina falsa» ao tentar «mostrar a nulidade absoluta do Brasil». A imperitância de tal acepção era-lhe óbvia: o havido provado a transferência da Corte para o Rio de Janeiro. Os benefícios de tal acontecimento, aliás, deram ao então Reino do Brasil condições para sustentar sua autonomia. No entanto, essa não era a melhor opção: o Brasil poderia contar «entre as mais ilustres potências do Universo...», mas a sua grandiosidade seria ainda maior mantendo-se ligado ao Reino de Portugal. Ele acreditava, no entanto, que tal união só era possível se efectivada em termos de uma verdadeira igualdade e reciprocidade. Tal condição, por sua vez, exigia a existência de uma assembleia legislativa no reino do Brasil, responsável pela adequação da Constituição do Império luso-brasileiro à realidade local. Tal concepção fora apresentada oficialmente por Clemente Pereira no célebre dia do Fico e levada às Cortes pelos deputados de São Paulo⁴⁶.

As particularidades do Brasil – suas dimensões, diversidade, e distância em relação a Lisboa – tornavam seu governo inviável se em tudo dependesse das resoluções de Portugal, sendo necessária a presença de representantes dos três poderes na América⁴⁷. Era preciso evitar movimentos de separação,

⁴⁴ António Manuel HESPANHA, *Guiando a mão invisível...* cit., p. 45. A participação dos «oficiais da monarquia» no processo de adesão ao sistema constitucionalista também foi marcante no mundo hispânico. Sobre esse assunto, ver: José M. PORTULLO VALDÉS, «Constitucionalismo antes de la Constitución. La Economía Política y los orígenes del constitucionalismo en España», *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2007. Acessado em 28/4/2008, disponível em <http://nuevomundo.revues.org/index4160.html>.

⁴⁵ Carta histórico-político-militar dirigida a certo redator refutando a doutrina do n.º 49 do *Semanário Cívico da Bahia*. Rio de Janeiro: Typographia de Santos e Souza, 1822. Não foi possível localizar nenhum exemplar desse número do *Semanário Cívico da Bahia*, apesar dos esforços empreendidos.

⁴⁶ Clemente Pereira observava que tal medida era necessária para que Portugal e Brasil continuassem sendo «sempre uma só grande família irmã, um só povo, uma só nação, um só império». Citado em: Maria de Lourdes Viana LYRA, *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política: 1798-1822*, Rio de Janeiro, Livraria Sette Letras Editora, 1994, p. 205.

⁴⁷ As dificuldades em colocar sob uma só Constituição realidades tão diversas como a dos reinos europeus e as dos Estados americanos foram observadas por Jeremy Bentham ao

posto que o risco da fragmentação do império não estava restrito à cisão entre os dois reinos. O Brasil estava longe de constituir uma unidade política. Muitos viam em D. Pedro, como príncipe regente e herdeiro da Coroa, a força aglutinadora capaz de evitar que a América portuguesa seguisse os passos da espanhola, que até então se encontrava às voltas com revoluções e guerras. Apesar de Cunha Mattos referir-se ao 'Brasil', seus textos indicam que ele considerava essa entidade política mais um desejo que uma realidade no momento em que escrevia. O Brasil havia existido como «um corpo político formado de todas as suas Províncias» apenas durante o período em que esteve sob o governo de D. João VI.⁴⁸ A mudança de estatuto ocorrera, portanto, não com a elevação formal do mesmo à categoria de reino, mas pela presença unificadora do soberano em seu território. Assim, a unidade do império dependeria, primeiro, da unificação dos 'brasis'.

Em Abril de 1822, ele continuou sua defesa da união do Império luso-brasileiro. Publicou então o «Ensaio histórico político sobre a origem, progressos e merecimento da antipatia e recíproca aversão de alguns portugueses europeus e brasileiros...»⁴⁹. Dialogava com a ata do governo da Bahia que apontava a «funesta rivalidade entre Naturais e Europeus» como a origem da ameaça da «total ruína deste País»⁵⁰. Sua opinião sobre o comportamento dos portugueses europeus foi muito dura. Para Cunha Mattos, a supremacia dos «interesses da Mãe Pátria» havia «semeado a cizânia e a discórdia» entre os portugueses reinóis e americanos. O «detestável sistema colonial» fundamentava-se em práticas muito prejudiciais à colônia, tais como: o monopólio comercial, o impedimento do desenvolvimento científico e das manufacturas, as preterições sistemáticas do Exército, a indicação de governantes inábeis e com poucos poderes, a transferência das riquezas para a Europa, entre outros⁵¹.

Apesar do discurso severo, a manutenção do império luso-brasileiro continuou a ser defendida pelo autor. Aquele era o momento propício para a reconciliação de todos os portugueses, «Irmãos, filhos da mesma Pátria»,

referir-se à Constituição Gaditana, elaborada pelas Cortes de Cádiz sem considerar as particularidades das estruturas sociais americanas. Federica MORELLI, «La redefinición de las relaciones imperiales: en torno a la relación reformas dieciochescas/independencia en América», em: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, n.º 8, 2008. Acessado em 25/2/2008, disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document19413.html>.

⁴⁸ Raimundo José da Cunha MATTOS, *Nova questão política: que vantagens resultarão aos Reinos do Brasil e de Portugal se conservarem uma união sincera, pacífica e leal?*, Rio de Janeiro, Typographia do Diário, 1822, p. 1.

⁴⁹ Raymundo José da Cunha MATTOS, *Ensaio histórico-político sobre a origem, progressos e merecimento da antipatia e recíproca aversão de alguns portugueses europeus e brasileiros, ou elucidação de um período da célebre ata do Governo da Bahia, datada de 18 de fevereiro do ano corrente*, Rio de Janeiro, Typographia de Mos Garcez, 1822.

⁵⁰ Ata do Governo da Bahia de 18 de fevereiro de 1822, citado em: Raymundo José da Cunha MATTOS, *Ensaio histórico-político sobre a origem...* cit., p. 2.

⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 30.

unidos pelos «vínculos de sangue, de Religião, com os mesmos costumes, prejuízos e inclinações». O prémio por tais esforços seria a construção de um futuro grandioso. A união deveria se dar por e apesar do passado, em nome do futuro. Tal projecto dependia, portanto, de diferentes articulações entre o passado, presente e o futuro. Se em seu folheto de Março, Cunha Mattos havia apontado o príncipe regente como elemento aglutinador capaz de construir uma identidade colectiva que subjugasse as identidades locais e as mágoas do passado, em Abril seus argumentos focariam a pátria: «os interesses de todos os habitantes de Portugal e de todos os habitantes do Brasil devem ser a salvação, a glória e a felicidade da Pátria!»

O sentido dado por Cunha Mattos neste texto ao conceito de *pátria* não era o atribuído normalmente ao vocábulo, ou seja, «lugar de nascimento, de onde se era natural». Ele considerava que o uso político dessa concepção era factor de discórdia e portador de grandes perigos para o Brasil, sendo necessário, por isso, combatê-lo. Ele queria evocar com a noção de pátria o sentimento de pertencimento a uma comunidade política singular, geograficamente definida e que deveria ser depositária de todas as lealdades de seus membros, dos quais se esperava estarem dispostos a sacrifícios pessoais⁵². Definiu-a nos seguintes termos:

Pátria é a cousa pública: o Rei é Pátria: o Governo é Pátria: o País que habitamos é Pátria: a Colecção dos nossos Concidadãos, de nossas mulheres, de nossos filhos, de nossos parentes, de nossos Amigos é Pátria: o nosso próprio bem-estar é Pátria, entidade sagrada e por cuja conservação tudo devemos arriscar. Tal é a definição de Pátria dada por um sábio Espanhol!⁵³

Suas teses lhe renderam grandes críticas, principalmente por parte dos portugueses europeus que o acusavam de incendiário e inimigo de Portugal, aos quais respondeu: «Eu sou Europeu tão honrado como o melhor homem nascido em Portugal: sou Brasileiro e de sentimentos tão puros como o melhor Português nascido no Brasil: não faço distinção entre um e outro Reino...»⁵⁴.

⁵² Lúcia Pereira das NEVES observou que Cunha Mattos «definiu a palavra [pátria], dotando-a de um sentido moderno e revolucionário». *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*, Editora Revan/FAPERJ, Rio de Janeiro, 2003, p. 205.

⁵³ Num dos exemplares desse folheto pertencente à BNRJ, encontra-se um comentário anônimo ao lado dessa passagem: «Rejeito completamente a definição, quer no material, quer em seu sentido imaterial», o que é um indício da novidade do significado trazido por Cunha Mattos. O 'sábio espanhol' referido era o beneditino Frei Benito Feijoo, que discutira em 1726 as distinções e as tensões existentes entre o que ele chamou de 'Pátria comum' e a 'pátria local'. A primeira seria entendida como «a República, o Estado, cujos membros somos», «unidos pelos laços das mesmas leis», «sob um governo civil». Os interesses dessa entidade política deveriam ser defendidos heroicamente, estando acima dos «interesses particulares». O amor exacerbado à «*pátria chica*» seria, por outro lado, nocivo à *Res publica*, posto que induziria «alguma divisão nos ânimos». Benito Jerónimo FEIJOO Y MONTENEGRO, *Obras escogidas*, Madrid, M. Rivadeneira, 1863, p. 145.

⁵⁴ Raymundo José da Cunha MATTOS, *Ensaio histórico-político sobre a origem...* cit., p. 11.

Persistente na defesa da monarquia dual, o coronel deu início a outro trabalho no qual pretendia demonstrar a impropriedade da tese de que o Brasil poderia ser substituído pelas possessões portuguesas em África⁵⁵. Esse projecto foi abandonado em 22 de Agosto daquele ano, em decorrência da independência do Brasil, o que, a seu ver, tornava a exploração da África um problema para os lusitanos. Na ocasião, Cunha Mattos sintetizou o processo que levou à tão indesejada separação entre Portugal e Brasil:

...apareceu o resultado da maligna animosidade dos inimigos do Brasil que faltando à fé jurada, propuseram-se ainda menos do que reduzir o vasto continente das antigas possessões portuguesas da América ao abjecto estado de servidão, e ao estado de colónia subjugada. Os brasileiros, ressentidos do mau tratamento que se lhes dava, e do nenhum decoro com que era tratado o seu Príncipe Regente, filho e herdeiro do Senhor Rei D. João VI, separaram-se de Portugal, proclamaram a sua Independência política e colocaram sobre o excelso trono do Brasil o seu mesmo Regente, aclamando-O Imperador desta vasta porção do Hemisfério Ocidental⁵⁶.

A dissolução do Império luso-brasileiro era consequência de um conjunto de actos das Cortes que eram interpretados, naquele contexto, como esforços de recolonização da América portuguesa⁵⁷. Assim, a formação do império do Brasil era o resultado da resistência ao «despotismo parlar» lisboense e, conseqüentemente, um ato legítimo contra a escravidão e o servidão. Cunha Mattos aderiu à causa brasileira e passava a assumir sua condição de «brasileiro nascido em Portugal».

A independência, contudo, ainda não estava concluída. Os dias que se seguiram testemunhariam importantes eventos, tal como a ida do príncipe à província de São Paulo, o célebre 7 de Setembro e a aclamação e coroação de D. Pedro como imperador do Brasil em Outubro. O Brasil tornara-se uma entidade política autónoma, seguindo um caminho deveras distinto dos demais Estados americanos. Estabeleceu-se uma monarquia nas Américas, cujo soberano recebera o título de imperador, e as fronteiras coincidiam quase totalmente com as do período colonial.

⁵⁵ Raimundo José da Cunha MATTOS, *O estado presente das colónias portuguesas na Costa d'África*. Manuscrito do Real Gabinete Português de Leitura.

⁵⁶ Raimundo José da Cunha MATTOS, *O estado das colónias portuguesas na Costa d'África*, Real Gabinete Português de Leitura.

⁵⁷ A interpretação dos atos das Cortes como recolonizadoras foi divulgada já na segunda metade de 1821 e veio a ser explicado no relatório da Comissão de Constituição como razão das adversidades existentes entre portugueses brasileiros e portugueses europeus. Valentim ALEXANDRE, «O processo de independência do Brasil»..., p. 33.

Cunha Mattos em Goiás

A longa resistência de Cunha Mattos à opção separatista não lhe trouxe problemas políticos imediatos. Isso é o que sugere sua nomeação para o cargo de governador de armas da província de Goiás em Março de 1823. Ele permaneceu nessa província até inícios de 1826, quando partiu para o Rio de Janeiro e assumiu sua cadeira de representante de Goiás na Câmara dos Deputados do Império do Brasil.

A manutenção da ordem na província de Goiás e da unidade do Império brasileiro orientaram a ação daquele governador de armas. As experiências de Cunha Mattos pelos sertões de Goiás logo o convenceriam de que a maioria dos brasileiros ignorava o significado das mudanças políticas ocorridas no império. Isso não colaborava para a plena adesão ao modelo constitucional, como para a criação de laços de identidade em nível nacional. A fidelidade ao Imperador, constataria o então governador de armas de Goiás, era o que garantia a manutenção da unidade do novo império naqueles momentos iniciais. Era preciso, portanto, cultivá-la enquanto não se desse o «aprendizado» do sistema constitucional por todos os povos que compunham o novo país.

Os anos em que ele serviu em Goiás foram marcados por constantes conflitos com o governo civil. Os ideais do governador de armas causaram certo estranhamento na província, levando-o a afirmar, pouco mais de dez dias após sua chegada, que todos o olhavam «como para pessoa que há de causar incômodo ou introduzir um sistema de vida diametralmente oposto aos seus desejos...»⁵⁸. Sua concepção de governo pressupunha a intervenção na sociedade. Ao que tudo indica, os ideais administrativos do recém-chegado produziram algum desconforto entre os membros da Junta de Governo Provisório. Quando essa foi substituída pelo Presidente de Província, Caetano Maria Lopes Gama, os confrontos decorreriam da indefinição das atribuições dessas autoridades régias e das diferenças de personalidade⁵⁹.

Muitos foram os estranhamentos entre o governador de armas e o governo civil da província. Os conflitos provavelmente não foram mais sérios porque Cunha Mattos passou boa parte daqueles anos perambulando pelos sertões e distante de sua capital, Vila Boa de Goiás. O embate mais significativo entre as principais autoridades régias naquela província ocorreu em 1825, pouco depois de sua eleição para a Câmara dos Deputados.

⁵⁸ Ofício do Governador de Armas à Secretaria dos Negócios da Guerra em 26 de junho de 1823. ANRJ, IG¹ 255.

⁵⁹ Lopes Gama, nascido em Recife em 1795, havia estudado em Coimbra e era ouvidor da comarca em Alagoas quando ocorreu a Revolução do Porto. Defensor entusiasta do sistema constitucional, foi eleito presidente da Junta Provisória e, posteriormente, deputado por Alagoas na Assembléia Extraordinária das Cortes de Lisboa. Lopes Gama ocupou importantes postos ao longo de sua vida: deputado por Goiás na segunda legislatura, desembargador da Relação da Bahia, intendente de polícia da Corte, senador, conselheiro de Estado e ministro. BRASIL. SENADO FEDERAL, *Dados biográficos dos senadores do Rio de Janeiro, 1826-1997*, Senado: Rio de Janeiro, 1997, pp. 49.

Em Julho daquele ano, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império solicitara ao governo provincial um relatório no qual fossem apresentadas as causas e possíveis soluções para a decadência da província. Diante disto, Caetano Maria Lopes Gama, o primeiro presidente da província de Goiás, solicitou a Cunha Mattos seu auxílio como deputado eleito por Goiás. A resposta do já então brigadeiro foi ferrenha e trouxe para si sérias inimizades⁶⁰. Para ele, os problemas estavam na própria estrutura da sociedade provincial. Impregnava o passado e o presente. Diante de um diagnóstico tão negativo, a esperança encontrava-se, mesmo assim esvaecida, em medidas drásticas. Em linhas gerais, propunha a reestruturação de toda a máquina de arrecadação e fiscalização, a ocupação dos cargos por critérios meritórios e não por «protecções», a atribuição de responsabilidades aos magistrados e aos fiscais, a transparência dos negócios da Fazenda Pública, a exigência de garantias para empréstimos e outros negócios com o Estado, o incentivo à produção agrícola e à mineração e a melhoraria dos caminhos imperiais. Prudente em relação ao envio de seu escrito à Corte e à reverberação de tais ideias naquele espaço, destacou que tais sugestões «só em Goiás pode[ria]m ter lugar, e absurdo seria o propô-las como gerais para todo o Império».

Quando o ofício chegou ao conhecimento de Lopes Gama e do Conselho de Governo Provincial, criou-se uma consumição geral na vila. O Conselho reunido, funcionários régios foram chamados a prestar depoimentos com o intuito de comprovar, ou mais provavelmente, refutar as denúncias⁶¹. Resolveu-se que o caso deveria ser levado ao Ministério e que um novo ofício fosse enviado ao Governador de Armas exigindo esclarecimentos.

A réplica de Cunha Mattos foi ainda mais aguda. Nomes foram citados, fatos ocorridos já na administração de Lopes Gama trazidos à tona, as relações tornaram-se ainda mais delicadas entre esses dois representantes do Estado Imperial. Cunha Mattos reafirmou a legitimidade de seus apontamentos, pautada em seus conhecimentos sobre a Província, na sua experiência como funcionário do Império luso-brasileiro em África, particularmente na Fazenda Régia, e como defensor da causa do Brasil. A legitimidade de sua conduta encontrava-se, em última instância, em ser resposta à solicitação feita pelo próprio presidente de província em decorrência de sua condição de deputado eleito, não sendo compreensível qualquer retaliação por tê-la respondido de modo franco e direto.

O caso foi levado formalmente ao Imperador, todavia, não veio a ter maiores desdobramentos. Em Março de 1826, Cunha Mattos deixou Goiás em direção ao Rio de Janeiro, onde residiu até sua morte. É pertinente

⁶⁰ Ofício do Governador de Armas ao Conselho de Governo da Província de Goiás de 27 de setembro de 1825, Arquivo Histórico Estadual de Goiás, livro manuscrito 119.

⁶¹ Ofício do Governador das Armas, Raimundo José da Cunha Mattos, ao Conselho de Governo da Província de Goiás de 08 de outubro de 1825, publicado em *Americano*. BRASIL. «Cunha Mattos em Goiás», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 96, vol. 150, 1924, pp. 237-251.

observar que apesar destes eventos, o brigadeiro foi reeleito deputado para a 2.^a Legislatura da Câmara dos Deputados, de 1830 a 1833, juntamente com Lopes Gama.

Cunha Mattos na Câmara dos Deputados (1826-1833)

Dizem que sou falador: sim, Sr. Presidente, porém se esses que me chamam falador soubessem que eu nasci algarvio, não se haviam de admirar, mas pergunto eu, tenho eu falado alguma coisa oposta à verdade? Não, Sr. Presidente, sou homem de bem, homem honrado (Apoiado, apoiado), homem amigo de minha pátria (apoiado, apoiado), amigo do governo: não falo senão o que devo. (...) Esta sala tem sido a minha fortaleza, a minha praça d'armas, o meu campo de batalha: aqui, Sr. Presidente, aqui é que hei de defender os interesses do povo do Brasil até a última extremidade, aqui é que hei de defender a Constituição, o governo, a nossa religião e todos os interesses que são mais caros ao Brasil, o mais não é próprio a um homem de bem⁶².

Em 6 de Maio de 1826, ocorreu a abertura da Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil. Durante três anos, o imperador governara apenas com o auxílio do Conselho de Estado. Nesse período, foram negociados importantes tratados, D. João VI faleceu e D. Pedro I abdicara do trono português em favor de sua filha, D. Maria da Glória. Essa iniciativa seria lembrada pelo Imperador na fala do trono daquela primeira sessão legislativa como sinal de seu compromisso com a Independência do Brasil.

Contudo, havia uma desconfiança em relação a D. Pedro. O fechamento da Assembleia Legislativa em 1823 e a demora em convocar as eleições para a Assembleia Geral foram algumas das principais razões desse mal-estar. Era preciso defender a Constituição e fortalecer as instituições para se garantir a independência: essa foi a temática principal do parlamento na primeira legislatura. Nesse sentido, o Poder Legislativo actuou como guardião da independência nacional pelo exercício de suas atribuições estritamente legislativas, e também na sua confirmação como lugar privilegiado da política, em seu sentido largo. A acção da Câmara dos Deputados foi decisiva para os eventos políticos que resultaram na queda do primeiro imperador. Cunha Mattos seria uma das principais vozes naqueles anos.

Muitos foram os temas dos debates e proposições de leis que contaram com a participação do então Brigadeiro Raimundo José. Entre esses, destacam-se a busca pela independência económica do Brasil, o recrutamento e a questão dos tratados internacionais. Nos primeiros dias de trabalhos legislativos, Cunha Mattos apresentou controverso projecto que objectivava estimular o crescimento económico do jovem país e garantir, com isso, a «verdadeira independência». Propunha que todas as repartições públicas e

⁶² Raimundo José da Cunha Mattos, ACD, sessão de 10 de agosto de 1826, tomo IV, p. 99.

igrejas adquirissem produtos nacionais. A Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes deu parecer contrário à proposta, recusando-a integralmente. Foi considerada impraticável e contrária aos princípios do livre comércio⁶³.

Cunha Mattos conseguiu apoio suficiente para que o parecer fosse posto em discussão, apesar de não ser previsto no regimento da Câmara dos Deputados. Tomou a palavra e disse concordar com a comissão quanto à incapacidade da indústria nacional de responder imediatamente às demandas existentes. Entretanto, apontou a abertura dos portos em 1810 como a razão primeira para aquele estado de coisas. Seu discurso cobrou do governo o cumprimento de seu papel de promotor do enriquecimento do país e da felicidade dos povos. Tais obrigações eram desprezadas quando o governo aderira a tratados excessivamente francos. A oposição da Comissão foi explicada por ele como resultado da ideia equivocada de que as iniciativas para diversificar os produtos brasileiros prejudicariam a agricultura. Tal compreensão lhe parecia um grave erro económico, pois ignorava as relações existentes entre «as artes» e o comércio, e lamentou que os membros da comissão não tivessem uma percepção mais ampla da questão. Os debates se seguiram por mais duas sessões. A proposta de Cunha Mattos quase desapareceu, ofuscada pela controvérsia quanto à aplicabilidade ou não dos corolários do liberalismo económico ao Brasil. Ao final, a proposição foi rejeitada.

A organização das tropas brasileiras foi o tema do projecto apresentado por ele em Maio daquele ano. Cunha Mattos defendeu a urgência da criação de uma lei que possibilitasse a existência do Exército como corpo articulado, homogêneo e com alguma profissionalização. A inexistência de tal corpo era perpetuada, segundo ele, entre outros aspectos, pela confusão do repertório normativo. As lideranças militares faziam os arranjos das tropas de acordo com sua compreensão das leis e das negociações locais. Outro resultado dessa confusão era a estagnação em que se encontravam as tropas, sem que fosse possível oferecer benefícios aos soldados, tais como um plano de promoções e aumentos do soldo.

Enquanto a Comissão de Marinha e Guerra esforçava-se para criar uma lei geral para as tropas brasileiras, outro assunto militar tomou conta da Assembleia: o recrutamento. Cunha Mattos discursou sobre as condições dos recrutas: «homens desgraçados sobre quem pesam todos os flagelos da tirania de pessoas malévolas e despóticas». Essa circunstância, segundo ele, poderia ser evitada pela obediência às instruções de 10 de Julho de 1822 pelos comandantes de distritos, apontados por Cunha Mattos como os principais responsáveis pela violência dos recrutamentos⁶⁴. Em sua opinião, era

⁶³ ACD, sessão de 31 de maio de 1826, tomo I, p. 198.

⁶⁴ Sessão de 26 de maio de 1826. ACD, Tomo II, p. 136. As instruções definiam os critérios de recrutamento em termos de cores e idades. A base dos recrutáveis era constituída pelos homens solteiros, brancos e pelos pardos libertos, entre 18 e 35 anos, que não constassem da lista de exceções. Era determinado que os recrutas recebessem 60 réis diários desde o

preciso melhorar as condições do recrutamento e das próprias tropas para que fossem minimamente atractivas para os homens de bem.

A questão do recrutamento viu-se envolvida em um verdadeiro escândalo: foi denunciada a morte de centenas de recrutas cearenses durante seu transporte até a Corte. O acontecimento foi tão grave que a Comissão de Constituição fez questão de observar que a mortandade dos navios negreiros era mais baixa que a constatada nos navios que levavam os recrutas⁶⁵. A situação era dramática. Estimava-se que um terço da população do Ceará fugira em decorrência do recrutamento. Os deputados exigiam esclarecimentos por parte do governo e a punição dos culpados. Essa comoção, contudo, não foi suficiente para apressar a conclusão da lei do recrutamento.

Em 8 de Agosto do ano seguinte, Cunha Mattos apresentou mais uma proposta de lei sobre o tema. O recrutamento recairia sobre os «brasileiros livres naturais», entre os 18 e 30 anos. O universo de recrutáveis não teria mais a cor como critério de exclusão, mas sim a marca da escravidão. A idade limite seria reduzida para os 30 anos. Uma grande novidade da proposta era a exclusão dos que tivessem sido presos «por culpa provada» de furto ou roubo violento. Essa era uma grande inovação, pois tais homens eram vistos então como os mais adequados para ingressar nas fileiras do exército.

Um dos objectivos do projecto era conter a violência do recrutamento. Nesse sentido, era exigido que as autoridades cuidassem da integridade física dos recrutados. Eles deveriam marchar livres; ter garantidos os mantimentos necessários para as viagens; e, quando embarcados, ter um abrigo. Seria proibido o embarque de recrutas sem que fossem antes vacinados. Apesar de serem temas sempre muito debatidos, nenhum projecto sobre o recrutamento chegou a ser votado nas duas primeiras legislaturas.

Cunha Mattos também participou activamente dos debates sobre as relações internacionais do império. Era membro da Comissão de Estatística e Diplomacia. Durante os anos em que a Assembleia Geral esteve fechada, o corpo diplomático brasileiro dedicou-se à negociação dos termos do reconhecimento da independência do Brasil pelos demais Estados. As negociações com outras nações eram atribuições do Poder Executivo, que recebeu da Constituição de 1824 o controle quase que total da política externa do império⁶⁶. A Assembleia Geral seria consultada apenas nos casos dos tratados de aliança e nos de declaração de guerra ou estabelecimento da paz. Os acordos seriam encaminhados ao parlamento após sua conclusão, e

momento do recrutamento e que fossem enviados aos quartéis-generais sem que lhes fossem postas «correntes, algemas ou manilhas». BRASIL. *Instruções para o recrutamento na Corte*, 10 de julho de 1822. Acessado em 5/10/2007, disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_62.pdf.

⁶⁵ Sessão de 10 de agosto de 1826, ACD, tomo IV, p. 99.

⁶⁶ BRASIL. «Constituição Política do Império do Brasil». José Antônio Pimenta BUENO, *Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império*, Senado Federal, Brasília, 1978, pp. 483-508.

apenas nos casos em que os interesses e a segurança do Estado o permitissem. A ratificação dos tratados pela Assembleia Geral só seria necessária quando envolvessem a cessão ou troca de território ou de possessões a que o império tivesse direito. O parlamento não se privou, contudo, de debater ardorosamente a política externa durante o Primeiro Reinado, principalmente sobre o que a Câmara dos Deputados convencionou chamar de «o sistema de tratados». As ferrenhas críticas daquela casa colaboraram para a diminuição da autoridade do imperador e sua consequente queda, em Abril de 1831.

Um dos primeiros debates sobre o tema ocorreu em Julho de 1827⁶⁷. A Comissão de Diplomacia e Estatística da Câmara dos Deputados havia sido incumbida de apreciar o tratado que determinava o fim do tráfico de escravos, assinado entre o Brasil e a Grã-Bretanha. Em linhas gerais, a convenção determinava o fim de todo o tráfico de escravos no prazo de três anos. Ao final deste período, ele seria considerado um ato de pirataria. Isto significava dizer que os brasileiros envolvidos seriam julgados por um tribunal inglês e estariam sujeitos, inclusive, à pena de morte.

O parecer conciliador da Comissão não contou com os votos de Luiz Augusto May e de Cunha Mattos, que apresentaram seus votos em separado no plenário. Na opinião de May, o ofício do ministro havia deixado claro que os diplomatas brasileiros assinaram tal tratado sob coerção inglesa e a aprovação do parecer significava que a Câmara anuía a decisão. Cunha Mattos, por sua vez, considerou o tratado nulo, segundo o direito das gentes, e inconstitucional. Sua nulidade decorria do fato de ter sido assinado sob ameaça inglesa, portanto, era um tratado extorquido. Ele defendeu o fim do tráfico, mas de modo conveniente ao Brasil e por um «decreto do corpo legislativo brasileiro e não pela intervenção armada da Inglaterra». A submissão aos desejos britânicos colocava a independência do país em questão: «A convenção [...] é o último anel da grande cadeia com que fica manietada a nação brasileira.» A retórica da filantrópica inglesa também foi por ele criticada. Ela foi considerada instrumento político que visava favorecer o poderio anglo pelo mundo e, especificamente, para o domínio da África⁶⁸.

A inconstitucionalidade, por sua vez, advinha dos actos legislativos de tal convenção, marcadamente, a proibição dos cidadãos brasileiros efectivarem o tráfico e a imposição de penalidades àqueles que insistissem nessa actividade. Tais actos eram prerrogativas do Poder Legislativo e, por conseguinte, extrapolaram o poder do Imperador. Cunha Mattos não desenvolveu em sua fala o significado do que ele classificou de violência, contudo, sua gravidade era óbvia. A divisão e a harmonia entre os poderes, como o prin-

⁶⁷ Sessão de 2 de julho de 1827. ACD, tomo III, p. 10.

⁶⁸ Andréia Firmino ALVES explorou em sua tese de doutorado os aspectos desse discurso de Cunha Mattos relacionados à escravidão. *O parlamento Brasileiro: 1823-1850. Debates sobre o tráfico de escravos e a escravidão*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, Brasília, 2008.

cípio conservador dos direitos dos cidadãos, eram o fundamento do sistema de governo representativo e o que o diferenciava, em essência, dos governos absolutos.⁶⁹

Os demais argumentos apresentados por Cunha Mattos contra o tratado eram, fundamentalmente, económicos: sua execução seria desastrosa para as rendas públicas e para as actividades produtivas do país. Ele retomou, então, algumas ideias do debate ocorrido na sessão legislativa anterior quando defendeu a protecção das manufacturas e indústrias nacionais. O deputado prenunciava que todos os sectores da economia seriam atingidos pelos nefastos resultados daquele tratado. Segundo ele, a agricultura também seria muito prejudicada, haja vista a futura dificuldade em se repor os escravos. Haveria, portanto, um inevitável deficit de mão-de-obra.

Os africanos foram considerados essenciais para a consolidação do Brasil independente. Ele lançou então um audacioso argumento: a vinda de africanos era importante não apenas como mão-de-obra, mas para o aumento populacional do país. Diante das dificuldades de atrair a imigração europeia, que se destinava principalmente para os Estados Unidos da América, a ocupação territorial do Brasil por descendentes de escravos pareceu-lhe uma opção viável. Defensor do monogenismo, Cunha Mattos cria na possibilidade de desenvolvimento potencialmente homogênea da humanidade. Esta perspectiva fazia da problemática em torno da formação racial do brasileiro uma questão menor, visto que o uso de estratégias eficazes poderia levar os grupos marginais a se enquadrarem nos padrões desejados⁷⁰.

Cunha Mattos duvidava, de fato, das intenções europeias em geral e entendia os tratados como instrumentos da manutenção da ingerência daquele continente sobre as jovens nações da América. O estabelecimento de convenções pautadas em princípios de reciprocidade de concessões entre nações tão desiguais, necessariamente, resultaria em danos para as mais fracas.

O debate acerca do parecer da Comissão e dos votos dissidentes seria muito vivo e longo. Diversos deputados fizeram questão de se colocar. A maioria concordava com as teses apresentadas nos votos quanto à invasão da atribuição legislativa pelo governo. Ao final, foi decidido que a Câmara não se pronunciaria a respeito do tratado, o que seria extensivo a todos os que a ela fossem enviados já ratificados. A desconfiança em relação aos tratados veio a ser um dos eixos de orientação de toda a política externa brasileira durante o período monárquico.

Os desgastes do governo de D. Pedro I agravaram-se nos anos seguintes. A ferrenha oposição da Câmara dos Deputados às medidas do Imperador consideradas despóticas, a oposição popular, a pressão de parte das tropas, entre outros tantos factores, tornaram seu governo insustentável. O seu governo acabaria em 7 de Abril, dando início ao período regencial.

⁶⁹ BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, Art. 9. Obra citada, p. 484.

⁷⁰ Sobre a questão da raça no século XIX brasileiro, ver: Lilia SCHWARCZ, *O espetáculo das raças*, Companhia das Letras, São Paulo, 1993.

O início da Regência, contudo, não favoreceu Cunha Mattos. Desagradaaram-lhe algumas das primeiras medidas do novo governo, tal como a drástica redução das tropas, a proposta de reforma dos oficiais que ficassem sem regimento e a demissão dos funcionários régios suspeitos de apoiarem a regeneração do trono de D. Pedro⁷¹: medidas que visavam, entre outras coisas, diminuir os espaços ocupados pelos portugueses de nascimento nas instâncias de poder brasileiras. Cunha Mattos também demonstrou alguma resistência à criação da Guarda Nacional e de outras medidas vistas por ele como ameaças à unidade do Império. Se opôs ferrenhamente a todos os atos que lhe pareceram resultar das paixões momentâneas: temia como muitos outros políticos, as consequências da radicalização do movimento.

Em meados daquele ano, ele solicitou licença para a Câmara, alegando questões pessoais e partiu para Portugal com a família. Desta viagem, voltaria em 1833, trazendo consigo uma obra sua sobre as aventuras de D. Pedro na guerra contra seu irmão⁷². O ano de 1833 seria ainda mais duro para o velho oficial. A Câmara dos Deputados o recebeu com muita desconfiança sobre os reais motivos de sua ida para Portugal. Isto parece ter sido agravado pelo fato de Cunha Mattos ter se encontrado com o ex-Imperador; então duque de Bragança.

Os debates acerca dos perigos da 'restauração' eram calorosos. Sobre este tema, Cunha Mattos se pronunciou no plenário relatando uma conversa que havia tido com D. Pedro. Segundo ele, o duque de Bragança lhe pedira para esclarecer que não havia perigo de seu retorno, posto que ele não tinha o menor interesse em tal feito. O deputado, contudo, fez questão de esclarecer que, apesar de estar transmitindo tal mensagem, ele convinha que D. Pedro era muito volúvel em suas decisões.

Sua situação no parlamento não ficou confortável. Foi acusado abertamente de contribuir para o retorno de D. Pedro. Cunha Mattos negaria veementemente tal ideia. Ele buscou lembrar a plenária dos confrontos que tivera com o então Imperador e sua actuação na Câmara quanto aos tratados e demais assuntos. Dizia ser pública a antipatia de D. Pedro para com ele. Seus argumentos parecem não ter sido suficientes. O tão eloquente Cunha Mattos permaneceria, no resto daquela sessão legislativa, em quase total silêncio.

Um Homem de Letras

Os últimos anos de Raimundo José da Cunha Mattos foram dedicados a trabalhos administrativos e académicos. Contudo, isso não significava que tivesse se afastado do poder ou desistido da política. Suas actividades

⁷¹ Sessão de 25 de junho de 1831. ACD, tomo I, p. 171.

⁷² Não foram localizados documentos sobre esta estada de Cunha Mattos em Portugal.

intelectuais podem ser entendidas como uma forma de intervenção política voltada para a transformação da sociedade por meio da difusão das 'luzes'.

Ainda em 1833, foi indicado para integrar a comissão responsável pela elaboração do projecto de organização das ordenanças do Exército e, logo depois, designado Comandante da Academia Militar, que havia acabado de ser reformada. Essa academia foi criada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho em 1810, segundo o modelo da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, inaugurada em Lisboa em 1790. Ambas visavam à formação de um oficialato instruído nas matérias consideradas úteis na «ciência da guerra», especialmente engenharia e artilharia.

A necessidade de reformas na Academia Militar era ponto passivo desde o início da Regência. O brigadeiro Antero José Ferreira de Brito, ministro da Guerra, defendia a militarização da Academia e, para isso, decidiu indicar Cunha Mattos, cujas opiniões sobre a urgência de se oferecer uma sólida formação aos oficiais eram bem conhecidas, como seu comandante.

Ele acreditava que a Academia precisava ensinar, mas também treinar os alunos. Assim, o ápice do ano lectivo deveria ser os acampamentos – previstos no estatuto de criação, mas, até então, inexistentes. Durante o mês de Janeiro de 1835, os oficiais e professores da Academia acamparam na Praia Vermelha no Rio de Janeiro para executar os exercícios práticos, que consistiam em trabalhos de geodésica, levantamentos topográficos, montagem e utilização dos armamentos, exercícios de tiro e prática de acampamento, entre outros⁷³. Uma das principais vantagens desse exercício, segundo Cunha Mattos, era o fato de promover a imersão dos oficiais no ambiente militar. A necessidade de afastar da cidade as tropas de linha era um tema recorrente em suas falas desde, pelo menos, 1830. Para ele, a verdadeira disciplina militar dependia disso. As iniciativas de Cunha Mattos, contudo, encontraram resistência entre alunos e professores, que solicitaram ao Ministério a suspensão de algumas determinações. A troca de ministros em Janeiro de 1835 fez Cunha Mattos perder apoio e, em Março, a reforma dos estatutos foi revogada. O posto que ele ocupava desapareceu.

Novamente, sua demissão não significou seu ostracismo: naquele mesmo ano, recebeu a patente de marechal-de-campo. Chegara ao auge de sua carreira militar, conseguindo um posto importante e difícil de ser alcançado por um soldado de origem modesta. Ainda em 1835, teve mais uma oportunidade de pôr seus conhecimentos a serviço do Estado, sendo designado vogal do Conselho Supremo Militar.

O Conselho havia sido criado pelo príncipe regente D. João em 1.º de Abril de 1808 e acumulava funções administrativas e judiciárias. Era constituído por três conselheiros de Guerra e do Almirantado e por oficiais nomeados como vogais. Actuava como tribunal de segunda instância para os crimes de foro militar. A escolha de Cunha Mattos para o Conselho Supremo

⁷³ Jehovah MOTTIA, *Formação do Oficial do Exército. Currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1844*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2001, p. 63.

Militar foi influenciada pelo fato de ele haver publicado no ano anterior o primeiro tomo do seu *Repertório da Legislação Militar Actualmente em Vigor no Exército e Armada do Brasil*⁷⁴. A maior parte da legislação então vigente era dos tempos coloniais e reflectia a lógica do Antigo Regime. O *Repertório* buscava sistematizar a pluralidade de normas que orientavam a organização militar brasileira. Alguns dos vernáculos receberam breves definições.

O primeiro volume do *Repertório* foi o segundo livro publicado por Cunha Mattos, e fazia parte da agenda de produção intelectual que implementara durante aqueles anos. Na correspondência enviada à Secretaria de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos em 1813, ele já se referia ao projecto da escrita de alguns livros. Além da memória sobre São Tomé, prometera ao secretário uma «nomenclatura Militar ou Dicionário dos Termos Técnicos da Ciência Militar»⁷⁵.

O primeiro livro de Cunha Mattos foi publicado em 1833: *Memória da Campanha do Senhor d. Pedro d'Alcântara, Ex-Imperador do Brasil, no Reino de Portugal, com Algumas Notícias Anteriores ao Dia do seu Desembarque*⁷⁶. O livro narrava os acontecimentos do cerco da cidade do Porto e as aventuras do ex-imperador em Portugal. Já em 1836, seria a vez do *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão*⁷⁷. Essa obra contém, basicamente, os diários da viagem feita por Cunha Mattos ao sertão do centro do Brasil. Além do *Itinerário*, outras duas obras de Cunha Mattos retratavam partes do território brasileiro: *Corografia Histórica da Província de Goiás* e *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*.

Cunha Mattos acreditava que o Brasil ainda era uma 'obra inacabada'. Entre as providências necessárias para a construção e afirmação do país como unidade política estava a promoção do conhecimento sobre o território. Eram necessários dados que tornassem possível a configuração mental da unidade territorial brasileira. As corografias, os mapas, os dicionários geográficos e os escritos de viajantes eram importantes instrumentos para o conhecimento e consequente domínio do espaço nacional.

Próximo de sua morte, Cunha Mattos escreveu o *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África*. O *Compêndio Histórico* foi escrito durante um período particularmente tumultuado da história lusa. Portugal acabara de sair de uma guerra civil e perdera, havia aproximadamente uma década, sua principal colónia. A obra era então uma colaboração do 'ex-por-

⁷⁴ Raimundo José da Cunha MATTOS, *Repertorio da Legislação Militar, Actualmente em Vigor no Exercito e na Armada do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e Comp., 1834-1842.

⁷⁵ AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 48, doc. 13.

⁷⁶ *Memória da campanha do senhor D. Pedro d'Alcântara, Ex-Imperador do Brasil, no reino de Portugal, com algumas noticias anteriores ao dia do seu desembarque*, Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e Comp., 1833.

⁷⁷ R. J. C. MATTOS, *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. Obra dedicada ao exmo. sr. Diogo Antonio Feijó. Rio de Janeiro, Tip. Imp. e Constitucional de J. Vileneuve e Cia., 1836.

tuguês' ao soerguer de Portugal. A seu ver, o império luso encontrava-se em um «estado cadavérico», mas ainda era possível recuperar-se, desde que se partisse de uma visão realista.⁷⁸ Uma curiosidade acerca desse livro é a dedicatória. Ele foi «composto e oferecido à Sua Majestade Fidelíssima a Rainha de Portugal», por «seu mais submisso servidor».

O conjunto das obras escritas ou publicadas por Cunha Mattos nesse período reforça a tese acerca de sua identificação com o ideal ilustrado de se buscar o 'conhecimento útil'. Foi também para promover as luzes e obter reconhecimento – que poderia desdobrar-se em benefícios pessoais – que ele se dedicou a duas de suas últimas obras, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e à fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi idealizada em 1816 por Inácio Alves Pinto de Almeida, fidalgo próximo a D. Pedro I, mas só teve sua fundação concretizada em 1827. Compreendendo «indústria» como toda actividade económica, seus membros preocupavam-se com o desenvolvimento do país, sobretudo com a principal actividade industrial da época: a agricultura. Segundo Werneck Silva, muitos dos membros da Sociedade Auxiliadora eram herdeiros da tradição do conhecimento do século XVIII e marcados pelo pragmatismo e pela busca do progresso. Essa ligação com os ideais da Ilustração seria reforçada pelo intercâmbio com academias portuguesas e de outras localidades da Europa. No caso de Portugal, a principal influência viria da Academia Real das Ciências de Lisboa. Werneck Silva também encontrou paralelos entre a Sociedade Auxiliadora e a Junta de Comércio⁷⁹.

As questões da mão-de-obra e da educação para o trabalho estavam entre os principais interesses da Sociedade Auxiliadora, que propôs ao governo a criação de escolas de ensino superior e técnicas. Entre elas estava uma fazenda-escola de agronomia destinada a brasileiros (excluindo, portanto, os escravos e os africanos libertos) com idade entre 12 e 18 anos. Também foi criada uma Sociedade de Colonização para promover a imigração e proteger os recém-chegados.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por sua vez, foi criado como um desdobramento das propostas da Sociedade Auxiliadora e por iniciativa de Cunha Mattos e do cónego Januário da Cunha Barbosa, que haviam participado intensamente do contexto da independência e, lado a lado, na Câmara dos Deputados. Ambos viam na educação, no fortalecimento das instituições constitucionais e na criação de laços identitários entre os cidadãos brasileiros das diversas partes do império os caminhos para a construção de um Brasil unido e civilizado.

⁷⁸ R. J. C. MATTOS, *Compêndio histórico das possessões de Portugal na África*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1963, p. 24.

⁷⁹ José Luiz Werneck da SILVA, *Isto é o que parece*. Dissertação de mestrado, Departamento de História, UFF, Niterói, 1979.

Enquanto a Sociedade Auxiliadora estava voltada para a capacitação técnica dos produtores, o Instituto destinava-se à formação de um corpo burocrático orientado para a racionalização da administração. Para ser mais bem governado, o que também incluía a criação de laços de identidade no âmbito nacional, o Brasil precisava ver-se por inteiro. No discurso de criação do Instituto Histórico, Januário da Cunha Barboza lembrava a importância e a dificuldade de levar a cabo a configuração territorial do país⁸⁰. A história e a geografia brasileira precisavam ser escritas, a despeito das dificuldades ampliadas pela imensidão do território nacional. Tal obra seria, necessariamente, colectiva. Para alcançar tão difícil objectivo, fazia-se necessária a cooptação de representantes das diversas regiões do país, homens que estivessem dispostos a trabalhar nessa grandiosa tarefa. Os membros do Instituto deveriam eleger temas e fatos que destacassem ou estimulassem o fortalecimento dos laços existentes entre as várias regiões do país. O Brasil precisava descobrir quais os elementos que caracterizariam a nação, quais deles o aproximariam das «nações civilizadas» e quais o diferenciariam delas. Era um movimento de duplo sentido, voltado tanto para seu interior quanto para o exterior⁸¹.

Cunha Mattos apresentou, na sessão de 19 de Janeiro de 1839 o trabalho intitulado «Dissertação acerca do Sistema de Escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil». Na oportunidade, ele defendeu que a história consistia em uma narração comprometida com os fatos e com a arte da escrita. Sua concepção estava relacionada à ideia de história pragmática, no sentido de ser instrumento para o aprimoramento da sociedade e das instituições. Estando na direção do IHGB, Cunha Mattos elegeu os documentos escritos e, especificamente, os oficiais do Estado como as principais fontes para futura escrita da história nacional.

A apresentação da *Dissertação* foi o último acto de Cunha Mattos nas assembleias do Instituto Histórico. Logo depois, adoeceu, falecendo em 23 de Fevereiro de 1839. Deixou dois filhos, Libânio Augusto da Cunha Mattos e Maria Eugénia da Cunha Mattos, ainda solteira. Sua filha mais velha, Graça Hermelinda, morrera poucos meses antes dele. Sua personalidade prática e metódica esteve presente até em seus momentos finais. Quando os médicos o desenganaram, passou a tomar todas as providências necessárias. A primeira foi a actualização de seu testamento⁸². Deixou registado seu desejo de ser sepultado, em uniforme militar, na Igreja da Irmandade da Santa Cruz dos Militares, da qual esperava os bons ofícios decorrentes do seu compro-

⁸⁰ R. J. C. MATTOS, «Discurso recitado no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», *Revista do IHGB*, tomo I, 1839, pp. 9-20.

⁸¹ Manuel Salgado GUIMARÃES, «Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional», in *Estudos Históricos*, vol. 1, 1988, p. 6.

⁸² Testamento de Raimundo José da Cunha Mattos. Seção de Processos Individuais do Arquivo Histórico Militar de Portugal, AHM/DIV/3/7 – Raimundo José da Cunha Mattos.

misso como membro da ordem. Cunha Mattos sempre foi um homem empenhado em defender suas opiniões, e, no momento da morte, não poderia ter sido diferente: por discordar do diagnóstico dado pelo médico, exigiu que fizessem uma autópsia em seu corpo. O fato ficou registado no testamento nos seguintes termos:

Motivou esta autopsia o seguinte fato:

Raimundo José da Cunha Mattos sofria de estômago, e teve um dia vômito de sangue. Em resultado deste acontecimento, realizou-se uma consulta médica. Não concordando o doente com a opinião dos médicos, disse: – apesar de eu ser um leigo em matéria médica, sempre quero dar a minha opinião. Se o vômito que eu tive fosse no meu tempo de África, seria o vômito negro; depois do tempo que vai decorrido e achando-me eu no Rio de Janeiro, tal vômito deve ser resultado de um cancro. – E acrescentou: – «E eu o provarei». – Esta frase tudo explica.

MACAU ET LE BRÉSIL À L'HEURE DU NOUVEL EMPIRE LUSO-BRÉSILIEN (1802-1812)

por

ANDRÉE MANSUY-DINIZ SILVA

Les relations de Macau avec la métropole avant le départ de la Cour

Seule base de commerce établie par un peuple européen en Chine depuis le milieu du XVI^e siècle, grâce au statut spécial octroyé aux Portugais en 1557 par l'empereur, Macau connut alternativement des périodes de prospérité et de déclin, qui ont déjà été étudiées dans maint ouvrage¹. Si je me penche à mon tour sur ce thème, c'est pour deux raisons: la première, c'est que dans mon étude sur D. Rodrigo de Souza Coutinho², les contraintes éditoriales m'ont empêchée de lui donner la place qu'il devait avoir; la seconde, c'est que dans les documents conservés à l'Arquivo Histórico Ultramarino de Lisbonne ainsi qu'aux Archives Nationales de Rio de Janeiro, il existe quelques pièces qui méritent d'être présentées et analysées, pour préciser certains détails:

- les difficultés de la politique étrangère du Portugal vis-à-vis de la Grande-Bretagne et de la Chine;
- le retentissement à Macau du transfert de la Cour au Brésil, et la nouvelle politique économique de caractère libéral qui, du fait de l'ouverture des ports du Brésil au commerce des nations amies, fut conçue et appliquée à l'intérieur comme à l'extérieur de l'empire portugais;
- les modalités des relations commerciales directes entre Macau et le Brésil;
- le renforcement de l'introduction et de l'acclimatation des plantes orientales au Brésil;
- l'appel à la main-d'œuvre chinoise pour le développement de l'agriculture et de l'industrie au Brésil.

¹ Voir, par exemple, l'*História da Expansão Portuguesa* (dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri), Lisboa, 1998, vol. 3, et l'*História dos Portugueses no Extremo Oriente* (dir. A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, 2000.

² Andrée Mansuy-Diniz SILVA, *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares (1755-1812)*, Ed. Centre Culturel Calouste Gulbenkian/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Paris/Lisbonne, 2003-2006, 2 vols.

Peut-être aussi ces documents contribueront-ils à éclairer certains aspects de la gouvernance du Prince régent D. João de 1808 à 1812, face aux nouveaux principes économiques de libéralisme pour lesquels se confrontèrent deux des principaux ministres de cette époque: D. Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares (ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros) et D. João de Almeida de Mello e Castro, comte das Galveias (ministro da Marinha e dos Dominios Ultramarinos après le comte de Anadia, prématurément décédé)³.

En ce qui concerne les relations commerciales de Macau au sein de l'empire portugais, elles étaient soumises à la règle générale selon laquelle elles ne devaient se faire qu'avec la métropole. Cependant, à partir du XVIII^e siècle, il y eut plusieurs tentatives d'établissement de relations directes avec le Brésil, notamment une en 1732, lorsque le *Senado da Câmara* demanda l'autorisation d'y envoyer annuellement un navire chargé de marchandises chinoises, proposant même la constitution d'une compagnie de commerce exclusive; une autre en 1741, quand la *Companhia da Fábrica das Sedas* projeta une compagnie destinée à développer le commerce entre Macau et l'Empire de Chine, avec certains privilèges de voyages entre Macau, l'Inde, le Brésil et le Portugal. Ces projets ne furent pas suivis d'effet, mais les prétextes ne manquaient pas pour contourner les interdictions (tels que nécessités de ravitaillement ou de réparation), et les navires partant de Macau à destination de Lisbonne, se permirent de faire escale à Rio de Janeiro et à Bahia. Le gouvernement pouvait d'autant moins fermer les yeux que l'état de guerre dans lequel le Portugal fut plongé malgré lui dans les dernières années du XVIII^e siècle rendait dangereuse la navigation sur toutes ses routes commerciales habituelles: il fallait donc légiférer, aussi bien pour des raisons humanitaires que de sécurité. Ce fut fait par l'*alvará* du 27 décembre 1802: les navires faisant le commerce de l'Asie étaient désormais autorisés à faire escale à Rio de Janeiro, à l'aller, et au retour dans n'importe quel port du Brésil ou d'Afrique, mais à plusieurs conditions. Ils seraient considérés comme des navires étrangers et ne pourraient faire escale que pour prendre les rafraîchissements nécessaires à leur voyage. En outre, ils n'étaient pas autorisés à transporter de l'or ou de l'argent du Brésil: c'est à Lisbonne qu'ils devaient prendre les fonds nécessaires à leurs négociations en Asie⁴. Cependant, cet *alvará* n'avait pas envisagé un détail qui, par la suite, se révéla important: les bateaux servant à ce commerce devaient-ils être de construction portugaise, ou bien pouvait-on admettre qu'ils fussent achetés en Asie? Cela ne serait résolu que quelques années plus tard, après l'arrivée de la Cour au Brésil.

³ Cf. Oliveira LIMA, *D. João VI no Brasil (1808-1821)*, ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1945, vol. I, pp. 187-234.

⁴ Cf. Antonio DELGADO DA SILVA, *Colecção da Legislação portuguesa desde a última compilação das Ordenações... Legislação de 1802 a 1810*. Lisboa, 1826, pp. 135-136.

Les visées anglaises sur Macau

C'est dans une dépêche en date du 14 mars 1808 que le vicomte de Anadia, reconduit dans sa charge de *Ministro da Marinha e dos Domínios Ultramarinos*, informa de la composition du nouveau gouvernement le comte de Sarzedas, Vice-roi et Capitaine général de l'Inde, et tous les gouverneurs des domaines d'outre-mer. Puis dans une autre dépêche du 17 mars, il expliqua les circonstances précises du transfert de la Cour à Rio de Janeiro, «onde, fixando por ora o seu throno, restabeleceu a sua antiga alliança com ElRey de Inglaterra», et il transmit les ordres du Prince régent:

«(...) Por tanto ordena S.A.R. que V.Ex.^a tome as necessárias medidas e cautelas para repellir gloriosamente qualquer ataque hostil que contra esse Estado possão tentar as forças das potencias de França e de Espanha, a respeito das quaes se acha S.A.R. em guerra, e que pelo contrario receba com o melhor acolhimento e hospitalidade todos os navios de S.M.B., a quem S.A.R. está ligado com os vínculos mais apertados de huma perfeita alliança. O que V.Ex.^a deverá participar aos Governadores que lhe são subordinados»⁵.

Cependant, les contraintes de la longue navigation entre le Brésil et les divers domaines portugais de l'Asie, firent que le Gouverneur de Macau ne fut informé que tardivement de cet état de choses – une lenteur de transmission qui faillit coûter à la Couronne portugaise la perte de cette petite colonie, car les premiers informés furent les autorités britanniques de l'Inde, qui essayèrent de profiter des circonstances pour servir les ambitions de la puissante Compagnie anglaise de l'Inde Orientale, impatiente de s'installer à Macau et d'attirer à elle les profits du commerce avec la Chine.

Les très nombreux documents conservés dans les collections de l'Arquivo Histórico Ultramarino permettent de connaître les moindres péripéties de la tentative d'occupation de Macau par des troupes britanniques entre les mois de septembre et décembre 1808: un événement grave qui fut très prudemment et diplomatiquement résolu à l'honneur des autorités portugaises locales – le Gouverneur Bernardo Aleixo de Lemos e Faria, le *Desembargador e Ouvidor* Miguel de Arriaga Brum da Silveira⁶, et le *Leal Senado da Cidade de Deus de Macau*.

⁵ AHU, C.U., *India*, *Códice 506*, fols. 1-2, of.^{os} n.º 1 et 2 des 14 et 17/03/1808.

⁶ Importante personnalité locale. Né aux Açores (île de Faial) le 22/03/1776, licencié en droit à l'Université de Coimbra. Il entra dans la magistrature comme juge à Lisbonne (quartier de la Ribeira), par décret du 9/05/1800, et fut presque aussitôt promu *Desembargador* du Tribunal d'Appel de l'Inde (*Relação da Índia*), avec la charge de *Ouvidor geral* de Macau, où il arriva en juin 1802 et vécut jusqu'à sa mort. En 1808 il épousa D. Ana Joaquina de Almeida, fille d'un riche négociant de Macau, Januário Agostinho de Almeida, anobli en 1815 avec le titre de baron de S. José de Porto Alegre. Cf. P.^e Manuel TEIXEIRA, *Miguel de Arriaga*, Macau, 1966).

Bien que cette affaire soit connue dans ses lignes générales, elle mérite d'être examinée plus en détail⁷. Le 10 septembre 1808 se présenta en franchise dans le port de Macau un brick de guerre de S.M.B., suivi le lendemain 11 par une petite escadre anglaise composée de «huma nao, huma fragata e hum brigue», commandée par le contre-amiral Drury, et renforcée le surlendemain 12 septembre par «três fragatas, tres navios de transporte, huma nao, huma escuna, e huma preza olandeza armada em guerra»: au total 13 navires. Le prétexte invoqué pour le stationnement de ces navires et le débarquement d'un fort contingent de troupes anglaises était largement développé dans une lettre remise au Gouverneur Lemos e Faria le 11 septembre: une lettre de Lord Minto, Gouverneur du Bengale, en date du 4 juillet 1808⁸.

Dans ce document, Lord Minto résumait les circonstances de l'invasion du Portugal par les troupes françaises et du départ de la famille royale et de la Cour pour le Brésil, avec l'aide des forces britanniques, et il annonçait le renforcement de l'alliance luso-britannique dans les termes suivants:

«(...) Estes sucessos tem agora unidas as coroas de Portugal e Gram Bretanha em huma cauza comua. A Potencia que assestio ao Livramento do vosso Sobe-rano da degredada influencia de huma estrangeira autoridade suprema, se há de empregar agora em proteger e segurar a sua autoridade nas remanescen-tes porçoens dos domínios de S.Mag.^e em qualquer parte do globo, contra as armas e arteficios do perturbador comum da paz e tranquillidade do mundo».

Lord Minto précisait encore:

«Sem duvida terá chegado a noticia de V.Ex.^a que em seguimento deste sistema de cooperação defenciva, S.A.R. o Principe regente tem já publicado ordens para pôr as possessoens portuguezas nas Indias do Este debaixo da protecção de S.Mag.^e Britanica. Em consequência do dito sistema este Governamento tem recebido ordens de dar providencias para a segurança das posseçoens de S.Mag.^e Fidelissima na India e na China, a qualquer intento que o Cabeça da França tem sem duvida, há tempo, premeditado, e os quaes debaixo das circunstancias da sua recente usurpação dos territórios portuguezes na Europa se podem agora esperar em breve período de tempo» (etc.).

En conséquence de quoi, il pria le Gouverneur de Macau d'entrer en contact avec le commandant des troupes afin de prendre les dispositions nécessaires à leur débarquement et leur installation, assurant qu'il ne s'agis-

⁷ Cf. Ângela GUIMARÃES, «A Conjuntura política: antes de Hong-Kong», in *História dos Portugueses no Extremo Oriente* (dir. A. H. de Oliveira Marques), ed. Fundação Oriente, Lisboa, 2000, 3.º vol., pp. 24-26; Ernestina CARREIRA, «Moçambique, Goa e Macau durante as Guerras Napoleónicas 1801-1810», in *As Relações entre a Índia portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente. Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa (Macau, 22 a 26 de Outubro de 1991)*, pp. 227-232.

⁸ AHU, C.U., Macau, Caixa 28, n.º 55, Documentos de LETRA A, n.º 1, Lord Minto au Gouverneur de Macao, 4/07/1808.

sait que d'assurer la sécurité de la colonie – de l'Établissement, comme on disait alors – «contre les desseins de la France». Et il insistait avec force:

«Nós offerecemos a assistência das tropas deste Governo como aquella de hum firme amigo, e aliado do vosso Augusto Soberano para a preservação da interessante posseção de S.Mag.^e agora ameaçada por aquella Potencia a qual por actos de tanta atrocidade, violência e provocante hostilidade tem usurpado os territórios europeos de S.Mag.^e e compelido a Real Familia de transferir o seu assento de authoridade a hum distante lugar do Dominio de S.Mag.^e. O arrançamento que eu tenho a honra de apresentar a V.Ex.^a he proposta sem duvida em abono de vossa Soberana, e a concorrência de V.Ex.^a he consistentemente obvio com as obrigaçoens urgentes da lealdade, fidelidade, e publico zello.»

Une lecture attentive de ce document montre à l'évidence une grave distorsion entre les termes employés par Lord Minto pour justifier l'envoi de troupes britanniques à Macau, et les recommandations du Prince régent contenues dans la dépêche du ministre Anadia du 17 mars 1808 citée plus haut, où il n'était nullement question de mettre les colonies portugaises sous la protection de la Grande-Bretagne, mais seulement de réserver aux navires de S.M.B. «o melhor acolhimento e hospitalidade» en tant que navires d'une nation alliée.

La situation de la petite colonie portugaise était donc particulièrement critique. Comment devait agir le Gouverneur Lemos e Faria, pris entre plusieurs feux. D'un côté, il n'avait encore reçu aucune nouvelle de la Cour, ni directement (le courrier expédié au mois de mars par le ministre Anadia) ni indirectement (la dépêche du 7 juillet par laquelle le Vice-roi de l'Inde, Comte de Sarzedas, l'informait du départ de la Cour au Brésil). De l'autre, il devait agir avec une extrême prudence avec les autorités chinoises, aussi bien les mandarins de Macau que le *Suntó* (vice-roi) de Canton: selon la convention signée en 1802, les Portugais de Macau s'étaient engagés à ne jamais admettre d'autre secours, en cas de nécessité, que celui de l'Empereur de Chine. Il devait donc s'opposer à tout débarquement de troupes anglaises. Très raisonnablement, et diplomatiquement, le Gouverneur répondit à l'Amiral Drury et au représentant de la Compagnie anglaise qu'en l'absence d'instructions supérieures nouvelles, et en application de la convention signée avec les autorités chinoises, il ne pouvait que repousser la protection offerte.

En fait, Lemos e Faria avait toutes les raisons de suspecter les bonnes intentions exposées par Lord Minto, car ce n'était pas la première fois que, prétextant de la situation internationale, les Anglais avaient essayé d'occuper Macau. En 1802 déjà, ils avaient insisté pour y envoyer des troupes, et pour empêcher la réalisation d'une telle tentative, il avait fallu toute la diplomatie des autorités locales et même de l'évêque de Pékin, qui obtint de l'Empereur de Chine de placer Macau sous sa protection, excluant ainsi toute aide étrangère. Les choses s'étaient passablement aggravées à partir de 1806, quand une véritable guerre économique fut déclarée entre l'Angleterre et la France

(blocus des côtes françaises déclaré par les Anglais en mai 1806, et blocus des Îles Britanniques déclaré par les Français en novembre 1806). Les navires britanniques de la Marine Royale et de la Compagnie anglaise de l'Orient pratiquèrent alors toutes sortes d'actes hostiles contre les navires étrangers et neutres, mêmes portugais, qu'ils interceptaient et prétendaient contrôler, au besoin par la force, et même dans les eaux territoriales portugaises de Macau. Cela avait été le cas, le 8 août 1807, d'une goëlette américaine (*escuna*) en provenance de la côte ouest de l'Amérique: autorisée à réparer dans le port de Taipa, elle avait été prise d'assaut par l'équipage du brick anglais *Diana*, son capitaine avait été tué et son équipage fait prisonnier. En décembre 1807, un autre navire américain, le *Mount Vernon*, qui avait subi des avaries et s'était réfugié dans le port de Taipa, avait aussi été attaqué par l'équipage d'un autre navire anglais, et il n'avait dû son salut qu'à l'intervention de marins portugais. Et il y avait d'autres cas, signalés, comme les précédents, au ministre Anadia par l'*Ouvidor* Arriaga Brum da Silveira et par le *Senado* de Macau, d'autant plus graves qu'il s'agissait de vaisseaux portugais:

«(...) Acresce mais a este temerário insulto, outro da mesma natureza, praticado por outros taes da mesma nação, como sejão o surprehenderem os nossos navios e o de Lisboa ao entrarem neste porto, aos quaes lhes fizerão fogo, por se não sujeitarem ao seu registo; e o Brigue *Voador* desta cidade recolhendo-se de Manilla foi retirado perto deste mesmo porto para a Ilha de Lentim, fronteira de Macao, pelo capitão do Brigue *Dianna* da mesma nação, onde o retiverão alguns dias com prejuízo dos reaes direitos e desta praça, estando ao mesmo tempo gozando do seu Governo a mais completa hospitalidade, podendo-se com propriedade dizer sobre estes procedimentos que uzarão de autoridade na caza alheya, vendo a elle solicitar favores em qualidade de suplicantes»⁹.

Plus récemment, il y avait eu l'affaire des deux vaisseaux anglais envoyés à Macau en mai 1806 par la Compagnie anglaise, l'*Antilope* et le *Discovery*, sous le prétexte de faire des reconnaissances hydrographiques et de porter secours aux navires de ladite Compagnie en éventuelle difficulté. Périodiquement ils stationnaient dans le port de la Taipa pour s'avitailier, mais leur manège avait éveillé la méfiance des Portugais, comme le *Senado* s'en expliqua dans le compte-rendu de sa réunion du 7 mai 1806, annexé à une dépêche au ministre Anadia:

«(...) Disse o Dez.^{or} e Ouv.^{or} Miguel de Arriaga Brum da Silveira se acha surto na Taipa hum brigue inglez da Companhia armado em guerra, e que lhe consta haver sahido de Bombay com avizos aos factores da referida Companhia em China, actualmente assistentes nesta cidade: noticia (...) dada pelo primeiro sobrecarga James Drummond, de que o sobredito brigue havia entrado na Taipa para refazer-se d'agoa e mantimentos, por ter talvez (expressão dele sobrecarga) de observar alguns baixos por esta costa, e porque as noticias

⁹ AHU, C.U., Macau, Caixa 27, n.º 54, Documento de LETRA C (of.º do Senado de Macau à Anadia, 30/12/1807).

vagas e ideias anticipadas fação concluir-se de fins sinistros a vinda de hum tal brigue, reforçando-se esta prezunção com o conhecimento que há de ser bem sabida e retificada nas cartas a carreira da China, ao menos athe ao porto onde se dirigem todas as embarcaçoens estrangeiras»¹⁰.

En dépit de leurs protestations réitérées, les autorités portugaises de Macau n'avaient pas obtenu le départ de ces deux vaisseaux – ce qui nous ramène au mois de septembre 1808, car ils se joignirent aussitôt à l'escadre de l'Amiral Drury.

C'est seulement le 1^{er} octobre 1808 que le Gouverneur de Macau reçut la dépêche du comte de Sarzedas, Vice-roi de l'Inde, datée du 7 juillet, contenant des ordres très clairs, sans la moindre ambiguïté: la défense de Macau devait être entièrement confiée aux troupes britanniques:

(...) V.M. deixará desembarcar sem duvida as tropas britânicas que ali chegarem, e as deixará entrar em todas as fortalezas e postos que julgar conveniente o Comandante das ditas tropas, ficando V.M. na intelligencia que às mesmas tropas pertence a inteira defesa deste estabelecimento. A tropa portuguesa V.M. a fará recolher ao seu quartel onde se deve conservar em sucego, e no cazo de ser também precisa quando o Comandante das tropas inglezas o exigir, concorrerá também para os lugares que elle lhe distribuir. Além da artelharia que se acha nas fortalezas, se houver alguma de reserva nos armazéns reaes, V.M. a entregará quando lhe for pedida, assim como outras quaesquer muniçoens de guerra, embarcaçoens e muniçoens navaes pertencentes a S.A.R.»¹¹

Cependant, entre l'arrivée de l'escadre britannique le 11 septembre et la réception de ces ordres, 19 jours s'étaient écoulés, pendant lesquels le Gouverneur de Macau avait dû agir selon sa conscience, à l'abri de la convention signée avec l'Empereur de Chine, et résister de son mieux aux injonctions pressantes de l'Amiral Drury et des représentants de la Compagnie anglaise.

D'une certaine façon, l'Amiral manifestait de la compréhension devant l'attitude du Gouverneur, et il était disposé à lui accorder le délai nécessaire pour recevoir des instructions du Gouvernement de Rio de Janeiro, ou même de Goa, tout en exprimant de sérieux doutes sur cette éventualité:

«(...) Como eu não posso interter nenhuma duvida da lealdade e sinceridade de V.Ex.^a, sou mais sensível a sua delicada situação, e por isso peço licença para assegurar a V.Ex.^a que eu tenho todas as dispoziçoens em concordar com os seus desejos, a respeito da admissão das tropas britânicas para segurança de Macao, ao extremo das minhas ordens; mas V.Ex.^a sabe que a extenção deve

¹⁰ AHU, C.U., *Macau, Caixa 28*, n.º 55. *Ibidem*, n.º 54, du même au même, 9/01/1808, avec de nombreux documents justificatifs. Voir aussi Ângela GUIMARÃES, *Uma relação especial. Macau e as relações luso-chinesas (1780-1844)*, Lisboa, CIES, 1996, pp. 89-90.

¹¹ AHU, C.U., *Macau, Caixa 28*, n.º 55, Documentos de LETRA A, n.º 18, Goa, 7/07/1808, Sarzedas à Lemos e Faria; en annexe, le manifeste de Sarzedas au Clergé, à la Noblesse et au Peuple de l'*Estado da India*, 6/06/1808.

ser definitiva, e por isso he da minha obrigação observar que V.Ex.^a não pode ter nenhuma razoável esperança de achar instruções d'Europa, ou do interrompido Estado do Governo Português do Brazil, onde a Real Família de Portugal he já chegada, pois que nenhuma instrução ou informação pode ser visto por V.Ex.^a sem hum longo tempo.»¹²

En revanche, c'est en des termes menaçants que le premier subrécargue et chef de la Compagnie anglaise à Macau, chargé par l'Amiral Drury des arrangements nécessaires à l'accomplissement de sa mission, s'adresse au Gouverneur:

(...) «O Almiral Drury considera ultimamente necessário que S.Ex.^a e o Governo de Macao sejam disposto para cooperar nas medidas que o Governo Britânico tem julgado declarar, para segurança deste estabelecimento, que o comercio receberá protecção da mesma sorte que os dos vassallos britânicos, mas se o Plano proposto ficar sem efeito, por algum procedimento da parte do Governo ou dos Habitantes do lugar, elle será com sentimento obrigado de seguir huma oposta conducta, notando-se igualmente que algumas medidas tomadas para produzir huma defença entre os Britânicos e o Governo Chinez será considerado como hum hostile procedimento.»¹³

En dépit de cela, le Gouverneur eut un long entretien avec l'Amiral, en présence du chef de la Compagnie anglaise, et il maintint fermement sa position:

(...) «nos termos da mais permeditada civilidade e prudência lhe prezentei não nascer a minha dificuldade em estar pelas suas instancias de desconfianças nas intenções de S.M.B., e sim de não poder salvar as minhas responsabilidades no consentimento de huma guarnição mayor que a colonial, em que havendo restricção da Real Soberania, não podia reconhecer que outro mais que o mesmo Soberano o pudesse permitir; principalmente em hum estabelecimento complicado com o Governo Chinico».

En conclusion, il annonce qu'à son grand regret, il se voyait obligé d'informer de la situation les autorités chinoises, protestant à l'avance contre les conséquences que pourrait avoir tout débarquement des troupes britanniques, dont la responsabilité retomberait sur les auteurs d'une telle violation¹⁴. A son tour, l'Amiral rejeta sur le Gouverneur la responsabilité de ce qui se produirait du fait de son refus d'accepter l'aide britannique, aussi bien devant l'Empereur de Chine que devant le Prince régent, et cette fois il haussa le ton, évoquant le moment venu de «debarcar soldados e marinheiros

¹² *Ibidem*, Documentos de LETRA A, n.º 3, 13/09/1808, Amiral Drury au Gouverneur de Macau.

¹³ *Ibidem*, Documentos de LETRA A, n.º 2, «Proposta pessoalmente intimada pelo primeiro sobre-carga e chefe da Companhia Inglesa tornando de bordo da Nao do Almiral Drury».

¹⁴ AHU, C.U., Macau, Caixa 28, n.º 55, Documentos de LETRA A, n.º 6, Manifeste du Gouverneur de Macau, 15/09/1808.

debaixo do nosso comando, e de tomar possessão a ponta de baioneta», à moins que le Gouverneur n'admette immédiatement un détachement de troupes britanniques¹⁵.

Bien entendu, le Gouverneur avait informé l'*Ouvidor* et le *Senado* dès le 12 septembre, et le *Senado* se réunissait fréquemment pour être tenu au courant de l'évolution de la situation¹⁶. Le 20 septembre, un Conseil exceptionnellement important fut tenu, en présence du Gouverneur, de l'*Ouvidor*, de l'évêque de Pékin et de l'évêque de Macau, de tous les membres du *Senado*, ainsi que des notables de la ville (les *homens bons*), et chacun fut invité à s'exprimer sur la conduite à tenir. Les avis furent variés: les uns penchaient pour la résistance au débarquement des troupes anglaises, les autres pour leur admission, mais avec le consentement des autorités chinoises, et il y en eut même pour suggérer l'embarquement de toutes les familles sur les navires de la place pour aller au Brésil, «à l'imitation de S.A.R.»! L'*Ouvidor* Arriaga mit en garde contre une éventuelle entente directe des Anglais avec le *Suntó* de Canton, et subordonna la décision finale à la connaissance exacte des conditions de l'assistance britannique, l'indépendance du pays devant être fermement assurée. Les deux évêques furent de son avis, et finalement il se dégaga une majorité de votes pour conforter le Gouverneur dans sa volonté de défendre la ville selon son honneur et ses obligations, et selon les forces de la petite garnison portugaise. Il s'ensuivit un échange de lettres avec l'Amiral Drury, et le lendemain 21 septembre, l'Amiral envoya deux officiers à terre pour régler les détails du débarquement des troupes anglaises. A ceux-ci se joignit le premier subrécargue de la Compagnie anglaise, pour négocier les termes d'une convention avec le Gouverneur et l'*Ouvidor*¹⁷. Négociation difficile, qui dura toute la journée et se fit sous la pression des troupes qui commençaient à débarquer sans attendre. Bien entendu, il fallut prévenir les autorités chinoises (le Mandarin de Hiang-san), et c'est avec l'accord de celui-ci que cette opération délicate put être conclue sans un coup de feu, sur la base d'une occupation qui durerait jusqu'à réception de nouveaux ordres ou de l'établissement d'une paix générale, les troupes britanniques étant placées sous le commandement du Gouverneur Lemos e Faria.

¹⁵ *Ibidem*, Documentos de LETRA A, n.º 7, Drury à Lemos e Faria, 19/09/1808.

¹⁶ AHU, C.U., Macau, Caixa 28, n.º 26, Arriaga Brum da Silveira a S.A.R., 2/03/1809, Anexos B, n.º 1 e 2; n.º 55, Documentos de LETRA B (Termos das Vereações, e Conselhos do Senado, 12, 14, 16, 20 et 21 septembre 1808, e Documentos de LETRA A, n.º 8 até 15 (correspondance du Gouverneur avec l'Amiral Drury, du 20 au 21 septembre 1808).

¹⁷ AHU, C.U., Macau, Caixa 28, Documentos de LETRA A, n.º 44: «Primeiros artigos da Convenção feitos pelo Dezembargador, e regeitados alguns delles pellos officiaes inglezes». Dans ce document, les commentaires qui suivent l'énoncé des articles montrent que dès le lendemain du débarquement des troupes commencèrent désordres et problèmes: «(...) faltarão ao sucego prometido, porque soldados e officiaes insultavão as cazas dos moradores principaes e de probidade, entregando-se os Europeos a vinho, e os Sipaes a roubos aos Chinas, andando armados de varapaos pelas ruas, motivando continuos dezassocegos, e eminente cumprometimento com o Governo Sinico».

Pour autant, les semaines qui suivirent ne se déroulèrent pas sans incidents et dommages divers: heurts entre les chinois et les cipayes des troupes britanniques, vols, échanges d'insultes, désertion progressive d'une partie de la population chinoise de la ville, cherté et raréfaction des aliments, commerce stagnant, etc.:

«Os pais de familia lastimão o abandono dos seus tenros filhos nos braços de suas esposas, esperando em comum pranto o seu desfalecimento por falta das amas chinas que se retirarão. Os miseráveis infelizes que tem no mercado diário o seu recurso, segundo a agencia do dia, chorão a carestia e escassez dos alimentos, e receião a usual proibição da sua venda. Os mais abastados observão chegado o tempo das suas novas especulaçoens, e ainda tem empattados os seus generos pela falta do giro desde cincoenta e tantos dias, e alguns dos navios ainda continuão sem fabrico pela fugida dos artifices chinas»¹⁸.

Entretemps, l'Amiral Drury prétendait se rendre à Canton pour exposer personnellement au *Suntó* les motifs de la présence des troupes britanniques, corriger les informations défavorables qui lui parvenaient *via* les marchands chinois et les mandarins de Macau, et lui exposer les intérêts de la nation portugaise et de la nation anglaise. En fait, il s'agissait principalement de défendre les intérêts commerciaux de la Compagnie anglaise, dont les navires, ancrés dans l'estuaire de Canton, à Huangpu, n'étaient pas autorisés à décharger leurs cargaisons, au grand dam des subrécargues et du Président de l'Honorable Compagnie de l'Inde Orientale, dont la colère se retourna contre le Gouverneur et l'*Ouvidor* de Macau, qu'ils accusaient de ne pas leur apporter la collaboration nécessaire.

De leur côté, les autorités chinoises se méfiaient d'autant plus de la présence des troupes britanniques, qu'un nouveau contingent de celles-ci arriva à Macau le 21 octobre. Les semaines passèrent, avec des échanges de lettres fort désagréables entre Anglais et Portugais, tandis que les Chinois de Canton, toujours opposés à la présence des troupes britanniques, empêchaient le déchargement des navires anglais ancrés à Huangpu, et menaçaient de faire marcher leur troupes sur Macau – une éventualité que les Portugais voulaient à tout prix éviter. Au mois de décembre, finalement, l'Amiral Drury et les représentants de la Compagnie durent se rendre à l'évidence: personne n'avait à gagner dans cette «partie de bras de fer», et il fallait arriver à une conclusion utile et convenable pour le retrait des troupes britanniques.

C'est le 11 décembre 1808 que fut signée à cet effet une convention en 4 articles, par le Gouverneur de Macao en exercice (Bernardo Aleixo de Lemos e Faria), le Gouverneur nommé (Lucas José de Alvarenga) et l'*Ouvidor* Arriaga, d'un côté, et le Colonel commandant les troupes britanniques (Thomas M. Wegnelin), le Capitaine Thomas Robertson, et le 2^e subrécargue

¹⁸ AHU, C.U., Macau, Caixa 28, n.º 55, Documentos de LETRA A, n.º 26, Lemos e Faria au Conseil de la Compagnie anglaise, 30/10/1808. Voir aussi *supra*, note 17.

de l'Honorable Compagnie Anglaise (Thomas Charles Pattle), de l'autre. Aux termes de cette convention, l'*Ouvidor* Arriaga irait proposer au Mandarin du district la décision de retrait des troupes, de sorte qu'à l'avenir le commerce britannique se maintienne selon le système ancien, et que les «liens d'alliance et de bonne amitié» subsistent entre les trois nations en cause; quant au Mandarin, il révoquerait son interdiction de vendre des aliments aux Anglais et suspendrait l'avancée des troupes chinoises pendant les 8 à 10 jours nécessaires au rembarquement des troupes anglaises¹⁹. Le Mandarin agréa, et cette délicate affaire, qui avait mis en jeu la souveraineté portugaise et l'existence même de l'«Établissement» de Macau trouva sa conclusion: les troupes rembarquèrent effectivement les 17, 18 et 19 décembre, et les bateaux anglais quittèrent le port de Macau 4 jours plus tard, le 23 décembre²⁰.

Dans toutes les relations avec les autorités chinoises, l'*Ouvidor* Arriaga eut donc un rôle de premier plan, «para soltar as dificuldades uzuaes entre os de huma Nação escrupulosa e em nada crédula»²¹, et il en fut vivement félicité par le Gouverneur Lemos e Faria en les termes suivants:

«As três cartas officiaes de V.S.^a nas datas de honze e quatorze do corrente, manifestão bem o incansável trabalho que houve ultimamente ter nas conferencias dos Mandarins, e na sua hida a Vampu, e pelo contexto das mesmas se conhece melhormente a excessiva applicação e desvelo com que alem dos ordinários limites da prezente possibilidade, se tem empenhado em acalmar com heróico patriotismo a cruel evolução que estava ameassada em total damno da Nação e do Estabelecimento, provando com este crescido zello, ainda que próprio da sua actividade e reconhecido talento e préstimo, o serviço mais importante a S.A.R., pois à força de tão eficazes e singulares diligencias, acaba de persuadir o reembarque das tropas britânicas, para cuja final evacuação tenho ordenado providencias que obrigão a brevidade que se dezeja para evitar a tirana e barbara marcha dos mesmos Mandarins (...)»²².

L'évêque de Pékin lui-même, D. Joaquim de Sousa Saraiva, alors résident à Macau et témoin direct de ces événements, se joignit à ses éloges dans une lettre au Prince régent qui témoigne de sa lucidité politique quant à l'ambition des agents de l'*East Indian Company* d'implanter de façon permanente leur commerce à Macau et d'évincer les Portugais:

«(...) Eu vi tãobem esta nobre e sempre leal cidade de Macao em perigo de vir a ficar fora do Dominio de V.A.R. Os Inglezes vieram com o desígnio de a conservar nelle; elles assim o dizião, mas ninguém ignorava os seos intentos.

¹⁹ *Ibidem*, n.º 55, Documentos de LETRA A, n.º 19 à 36.

²⁰ *Ibidem*, n.º 55, Documentos de LETRA C, duplicata de la dépêche du Gouverneur Lemos e Faria au comte de, 24/12/1808. Voir aussi le récit de cet épisode dans l'étude de Angela GUIMARÃES, *Uma relação especial...*, pp. 91-108.

²¹ AHU, C.U., Macau, Caixa 28, n.º 55, Documentos de LETRA A, n.º 37, 38, e 40, Arriaga Brum da Silveira à Lemos e Faria, 11 et 14/12/1808.

²² *Ibidem*, Documentos de LETRA A, n.º 41, Lemos e Faria à Arriaga, 15/12/1808.

Se os Chinas os consentissem, elles à concluzão das pazes taes voltas haviam de dar que V.A. se havia de ver obrigado politicamente a cederlha. (...) Em fim quando eu vi os Inglezes dentro de Macao, dei a cauza por perdida. Só me restava alguma esperança na resistência dos Chinas; porem esta mesma esperança era então bem pequena, pois temia que os Mandarins estivessem comprados, e o mesmo povo China já relaxado nas antigas máximas do seu governo. Porem quis Deus Nosso Senhor que elles se começarão logo a mostrar oppostos à pertença dos Inglezes. O passo era bem perigozo para a cidade, ou se declarasse a favor de huns, ou de outros, porque declarando-se pelos Chinas, os Inglezes estavam senhores da cidade, já se lhes não podia fazer rezistencia, e ainda que pudesse não convinha, tanto pela amizade antiga e agora tão radicada entre as Nações Portuguesa e Ingleza, como porque esta cidade ficava de todo arruinada no comercio, que he o seo único recurso. Se nos declarávamos a favor dos Inglezes, o perigo era nada menos, que o de serem expulsos talvez para sempre da China, não só os mesmos Inglezes, mas tãobem os Portuguezes, e provavelmente todas as Nações européas(...) O sistema que a cidade devia seguir era a neutralidade (...). Isto era fácil na especulativa, mas difficilimo, e que parecia quasi impossivel na pratica. Comtudo este foi o sistema que se adoptou (...), venceo-se o impossivel (...) Devo confeçar em obsequio da verdade de que de telhas abaixo, como se diz, o bom êxito deste negocio se deve principalmente ao Dezembargador Ouvidor desta Cidade Miguel de Arriaga (...) Expos-se, trabalhou o que pode, e manejou as couzas com tanta destreza que o mesmo chefe da expedição o Amiral Drule louvou ao despedir-se o comportamento do Governo de Macao. Não tiverão a mesma generosidade os sobrecargas inglezes da Companhia, que continuão a queixar-se alta e poderosamente do Senado, e de alguns moradores principais desta Cidade, principalmente do Dezembargador Arriaga, e lhe querem imputar toda a culpa do mau êxito da expedição (...) Persuadirão-se que conhecião já a fundo o carácter desta gente, e estado do Imperio, e que poderião vencer tudo o que quisessem (...) Veio o Amiral, governou-se pelo dictame dos mesmos sobrecargas, desembarcou tropas em Macao sem licença do governo China, e depois foi para Cantão na testa da armada pedir o consentimento para ellas ficarem; ali sem ter tãobem licença desembarcou com gente armada etc. Bem conhecia o Amiral a irregularidade deste procedimento, e por isso depois de deenganado do mau êxito, confessou que o Governador de Macao he que lhe tinha fallado verdade (...) Não he pois para admirar que os sobrecargas agora vendo-se responsáveis perante o seo Governo, fação o possível por imputar sua má fortuna ao Governo de Macao, e principalmente ao Dezembargador Arriaga, cuja capacidade e destreza há muito tempo conhecem. Isto digo a V.A. unicamente para o prevenir contras as queixas que com muito fundamento creio que elles farão pôr na prezença de V.A. e nem o mesmo Dezembargador nem outra pessoa alguma sabe o que eu neste ponto escrevo a V.A. (...)»²³.

Et en effet, après le départ des troupes britanniques, le *Desembargador e Ouvidor* Arriaga Brum da Silveira se trouva au centre d'une violente campagne de diffamation orchestrée par les subrécargues de la Compagnie

²³ AHU, C.U., *Macao*, Caixa 28, n.º 48, Joaquim de Sousa Saraiva, Bispo de Pekim, a S.A.R., 7/03/1809.

anglaise, et accréditée par le nouveau Gouverneur Lucas José de Alvarenga, entré en fonction le 2 janvier 1809²⁴. L'affaire prit de telles proportions que le 22 février 1809, au cours d'une réunion du *Senado* présidée par le Gouverneur Alvarenga, en présence de tous les échevins (*vereadores*), des notables de la ville, des prélats des différents Ordres religieux, de l'évêque de Pékin et de l'évêque de Macau, l'*Ouvidor* Arriaga sollicite la réalisation d'une enquête sur sa conduite pendant l'occupation de Macau, «para ser levada à Real Prezença do Nosso Augusto Soberano, e constar ao Mesmo Senhor de hum modo mais legal e mais juridico os quezitos que na mesma se referem, e se possa conhecer a calunnia com que o referido Ministro, Vogaes do Nobre Senado e alguns dos moradores, são arguidos pelo Selecto Conselho da Companhia Ingleza, por não poder-se verificar a existência das tropas britânicas nesta Cidade, mandadas por aquelle Governo em socorro desta mesma cidade». L'enquête devrait être assurée par une personne autorisée, et c'est l'évêque de Macau, D. Fr. Francisco de Nossa Senhora da Luz Chacim, qui fut choisi à l'unanimité.

Au cours de cette enquête, qui commença le 25 février 1809, furent entendus 23 témoins, qui durent répondre aux 14 questions proposées. Terminée le 3 mars, elle eut pour résultat de laver Arriaga de toutes les accusations portées contre lui, et c'est avec la plus grande satisfaction que le *Senado* put la joindre à l'énorme dossier qu'il préparait pour être envoyé au Prince régent, dans l'espoir que celui-ci rendrait justice non seulement à l'*Ouvidor*, mais encore à toutes les personnes que les calomnies avaient atteintes²⁵.

Ayant ainsi accompagné les principaux épisodes de l'occupation de Macau, tels qu'ils furent vécus à Macau par leurs principaux acteurs, il faut se demander quelle allait être la réaction du gouvernement à Rio de Janeiro, à un moment où l'alliance avec la Grande-Bretagne était essentielle à la survie de la nation portugaise, et où il y avait un prix à payer pour cela.

Les caractéristiques de l'espace-temps propres aux relations de Macau avec la métropole, où qu'elle se trouvât, nous obligent alors à faire un saut en arrière, c'est-à-dire à revenir aux attaques des navires anglais contre les navires de commerce de Macau et des puissances neutres en 1806 et 1807, dont il a été question plus haut. C'est seulement le 17 avril 1809 que le vicomte de Anadia, ministre de la Marine et des Domaines d'Outre-mer, put répondre aux plaintes que le *Senado* de Macau lui avait adressées à ce sujet

²⁴ AHU, C.U., *Macau*, Caixa 28, n.º 43, Lucas José de Alvarenga a Anadia, 7/03/1809; n.º 47, Senado de Macau a S.A.R., 7/03/1809.

²⁵ AHU, C.U., *Macau*, Caixa 28, n.º 47, Senado de Macau à S.A.R., 7/03/1809, avec une annexe (Auto da Comissão. Inquirição tirada em consequencia dos quezitos remetidos pelo Senado da Camara desta cidade).

un an plus tôt, et ce ne fut pas pour blâmer le courage avec lequel les marins portugais avaient résisté aux abus de pouvoir des marins anglais: bien au contraire, le ministre approuva leur conduite et la prudence du *Senado*, et il profita de l'occasion pour exposer brièvement la ligne politique difficile qu'il fallait suivre vis-à-vis de la Grande-Bretagne, en combinant prudence et énergie:

«(...) He mui necessario conservar hum sistema medio, prudente, e ao mesmo tempo energico, afim de nem se offender directamente e com modo desabrido, o amor proprio e ambição da Nação Britanica, nem deixar-lhe campo livre para estabelecer pela nossa frouxidão e incúria praticas contrarias a nossos direitos e imunidades. Estas reflexoens comtudo não se encaminhão a desaprovar o modo pelo qual se tem havido esse Senado, cujo comportamento para com os Inglezes tem parecido prudente em circunstancias e em matéria tão importantes, e ao mesmo tempo tão melindrozas e consequentes (...)»²⁶.

Et le même jour, dans une autre dépêche adressée à l'*Ouvidor* Arriaga, le vicomte de Anadia fut encore plus explicite sur le point particulièrement délicat des relations avec la Grande-Bretagne:

«(...) Manda S.A.R. lembrar a V.M. que as circunstancias actuaes politicas do mundo, e particularmente as de Portugal para com Inglaterra, exigem a mais circumspecta e prudente conducta a respeito daquela potencia, de cuja cooperação dependem o bom êxito dos heróicos esforços que faz a Peninsula das Hespanhas para sacudir o jugo que pertendem impor-lhe a desmedida ambição do Imperador dos Francezes, e a liberdade e independência dos Estados que ainda respirão livres de suas armas, e dos efeitos de suas machiavelicas e infernaes intrigas. Nesta consideração, e com estas vistas e sistema he que o Principe Regente N.S. ordena que se hajão as autoridades dessa colônia para com a Nação Ingleza, assim de que não se dê, de nossa parte, motivo a esfriar-se a amizade, alliança e estreitas relaçoens que actualmente nos ligão com aquella potencia, vínculos que em época tão critica nos são sobre úteis necessários, não só para consolidar a glorioza Restauração de Portugal, se não também para auxiliar a defeza do vasto Imperio Portuguez no Novo Mundo, residencia actual do Nosso Amado e Augusto Soberano. Todas estas consideraçoens não podem todavia obstar a que S.A.R. ordene, como com efeito ordena, que as autoridades de Macao continuem a defender com prudência a immundade do seu território, e a protestar com energia contra qualquer violência intentada ou praticada contra o mesmo território, e isto ao mesmo passo em que S.A.R. manda também fazer na Corte de Londres as reclamaçoens convenientes, afim de que fiquem por huma vez cessando aquellas violências, em observância de ordens emanadas do Governo inglez.»²⁷

²⁶ AHU, C.U., *Macau*, Caixa 29, n.º 25.

²⁷ AHU, C.U., *Índia*, *Códice* 506, fols. 16-18v. Voir aussi l'importante dépêche adressée le 31/05/1810 par le ministre Galveias au comte de Sarzedas, vice-roi de l'*Estado da Índia* (*ibidem*, fols. 49v-52).

Nous avons, dans ces quelques lignes, l'essence de la pensée politique du Prince régent et de son gouvernement quant aux relations à maintenir avec l'Angleterre. C'est grâce à la protection d'une escadre britannique que toute la famille royale et la Cour avaient pu quitter Lisbonne le 29 novembre 1807, quand les troupes françaises conduites par le général Junot étaient presque aux portes de Lisbonne; c'est grâce au renfort des troupes britanniques que le territoire du Portugal venait d'être libéré de cette première invasion; et alors même qu'il était déjà menacé d'une seconde invasion – celle du Maréchal Soult – il était hors de question d'hostiliser un allié dont les forces militaires et navales étaient indispensables pour combattre les troupes d'un ennemi plus que jamais déterminé à s'emparer du Portugal pour le retirer définitivement à la famille régnante de Bragance. À ce moment précis de 1809, les deux gouvernements étaient en pleine négociation en vue d'établir un nouveau traité d'alliance et de commerce – une négociation difficile, puisque les deux puissances coloniales se trouvaient en concurrence pour le commerce de certains de leurs produits. Quelle que fussent l'étendue de l'empire portugais et ses richesses, le Prince régent n'était pas en condition d'imposer quoi que ce soit à la Grande-Bretagne, mais ce n'est pas pour autant qu'il devait admettre les cas de violences et les atteintes à sa souveraineté, sans protester auprès de S.M.B. Des mots, dira-t-on. Certes, mais il fallait les dire, et aussi savoir reconnaître le courage de ceux qui, à l'autre bout du monde, défendaient sa souveraineté. Ceci est trop souvent oublié dans les commentaires tissés autour des conditions du transfert de la Cour au Brésil.

L'envoi d'une délégation à Rio de Janeiro

Mais il faut revenir à ce qui se passait à Macau, tellement isolé dans son petit territoire, et à la façon dont les Portugais avaient réussi à résister aux pressions concomitantes des Anglais et des Chinois, et à obtenir le rembarquement des troupes britanniques. *L'Ouvidor* Arriaga, qui avait été l'un des principaux artisans de cette action, comme on l'a vu, conçut bientôt l'idée d'envoyer une délégation à Rio de Janeiro, sous le prétexte d'apporter au Prince régent les félicitations du *Senado* pour son heureuse arrivée au Brésil. À cette effet, le 2 janvier 1809, il écrivit à des négociants portugais de Canton, Antonio Lourenço Barreto e C^{ia}, pour les informer de son intention de faire partir à Rio de Janeiro le navire *Ulysses*, propriété du *Senado* de Macau – navire qu'il faudrait charger de marchandises du pays. La réponse des négociants fut positive et immédiate:

«(...) attendendo ao que V.S.^a nos diz a respeito do presente estado desta Colonia, o fim a que se dirige esta expedição, e lembrando das graças com que S.A.R. Nosso Senhor tem liberalizado a nossa Caza nesta, e dos nossos thios em Bengalla, nos sentimos influídos de grandes desejos para concorrer o quanto nos for possível para os interesses da Real Fazenda da nova Capital, não obstante não costumarmos especular para Europa, e por tanto logo que se

determine afinal no Senado desta cidade emprender esta expedição, poremos prompta com o seu avizo huma carga de fazendas deste pays para o dito navio com a brevidade que pudermos, esperando que V.S.^a solicitará a graça da baldeação no Rio de Janeiro (...)»²⁸.

En réalité, il ne s'agissait pas que de féliciter le Prince régent. Il est évident qu'en formant le projet de l'expédition d'un navire chargé de présents pour le Prince régent et de marchandises à vendre au Brésil, Arriaga voulait attirer l'attention sur Macau et sur lui-même, et combattre les calomnies qui ne manqueraient pas de parvenir à l'oreille du ministre Anadia et du Prince. Non seulement il s'occupa du chargement du navire choisi, l'*Ulisses*, mais il mit à profit le délai nécessaire aux préparatifs pour constituer un solide dossier contenant divers justificatifs de ses services, depuis son entrée en fonction le 3 janvier 1803 jusqu'en 1809: il convenait de présenter au Prince les éléments de sa défense, au cas où «aparecendo na Real Presença qualquer accusação que malévolos designios possam apresentar, possa pessoalmente destruílos com provas as mais veridicas da sua honra e fidelidade». En outre, il invita les négociants à préparer une charge pour le navire, afin que le produit des frêts rende moins sensible la dépense au Trésor Royal, et lui-même mit de sa poche huit mille *patacas* pour équiper ledit navire²⁹.

A ce premier dossier, constitué par Arriaga lui-même, s'en ajouta plus tard un second, très volumineux, rassemblé par le *Senado* relativement à toute l'affaire de l'occupation des troupes britanniques: on y trouve la copie des correspondances échangées entre le Gouverneur de Macau, l'Amiral Drury, les subrécargues de la Compagnie anglaise, les comptes rendus des réunions du *Senado*, l'enquête sur Arriaga, les correspondances entre le *Senado* et le Gouvernement chinois, etc.³⁰. Et il y eut un troisième dossier qu'on ne saurait oublier: le dossier «à charge» constitué par le Gouverneur Lucas José de Alvarenga qui, jusqu'au départ de la frégate *Ulysses*, récrimina contre Arriaga, l'accusa de se livrer à des négociations louches, de promouvoir des désordres dans la ville, etc.³¹.

C'est un énorme courrier que dut emporter la frégate *Ulysses*, car à tous ces dossiers s'ajoutèrent les autres dépêches habituellement adressées au Prince et au Ministre de la Marine et des Domaines d'Outre-mer par le Gouverneur, l'*Ouvidor*, et le *Senado*, ainsi que plusieurs autres lettres pour le Prince régent, émanant des personnalités les plus en vue de Macau et de certains groupes de la population, aussi bien Portugais que Chinois: «officiaes da Fazenda e Justiça», «Cabido e clero», évêques de Macau et de Pékin,

²⁸ *Ibidem*, *Caixa* 28, n.º 26, ANEXO B, n.º 18: Antonio Lourenço Barreto e C.^{ia} à Arriaga, 10/01/1809, accusant réception de la lettre d'Arriaga du 2/01/1809.

²⁹ *Ibidem*, *Caixa* 28, n.º 26, Arriaga Brum da Silveira à S.A.R., 2/03/1809, avec ses annexes.

³⁰ Ce dossier fut annexé à une dépêche du *Senado* à S.A.R., du 8/03/1809 (*ibidem*, *Caixa* 28, n.º 55).

³¹ AHU, C.U., *Macau*, *Caixa* 29, n.º 20, le Gouverneur Alvarenga à S.A.R., 18/03/1809.

«Dignidades e Conegos do Cabido», Santa Casa da Misericórdia, «naturaes de Macau», «bachareis e mais velhos mercadores chineses moradores em Macau», y compris le commandant de la garnison et ses officiers. Tous tenaient à exprimer leurs félicitations au Prince régent pour son heureuse arrivée au Brésil, et la plupart y ajoutèrent les plus grands éloges de l'*Ouvidor* Miguel Arriaga Brum da Silveira, en sollicitant sa reconduction³². C'était une véritable levée de boucliers en faveur de ce magistrat, exprimée parfois de la façon la plus naïve, mais avec une réelle sincérité. La peur avait été aussi grande que le danger qui avait menacé si, par malheur, s'était produit un affrontement entre Chinois et Britanniques: dans la mémoire collective, il y avait le souvenir des événements qui, deux siècles plus tôt, avaient conduit à l'évacuation de la population portugaise de Liam-pó et Lampa-kao³³. Or c'est essentiellement au savoir-faire et à la diplomatie de l'*Ouvidor* que l'établissement portugais de Macau devait de ne pas avoir subi le même sort, comme l'écrivirent les «citoyens et habitants» de Macau:

«(...)Agora, Senhor, mais que nunca vacillando entre tantos perigos que nos cercão, fazendo-nos parecer a cada hora chegado o termo de fenecerem as nossas esperanças, e com ellas esta importante Colonia de V.A.R., achamos só que os meyo mais interessantes para a sua conservação hé a existência do actual Desembargador Ouvidor Arriaga Brum da Silveira, por serem já bem publicas as suas beneméritas qualidades, pelas quaes V.A.R. se servio de o empregar no dito honorifico encargo, pois a sua sabia prudência e indefectível zello, e grande fidelidade na execução das reaes ordens de V.A., e o seu grande amor à nação portuguesa, fez que elle trabalhasse por comissão do Senado quanto lhe foi possível para abrandar a hostil cólera dos Chinas que nos ameaçavam a imminente e total ruína desta cidade se as tropas britânicas a não evacuassem, como em outro tempo aconteceu já às populozas e opulentas cidades de Leaó-pó e Lampà-kao Com bem razão, Senhor, nos animamos assegurar a V.A. que se Macao ainda existe, livre do perigo e da infausta sorte que sofrerão os habitantes daquellas infelicíssimas cidades, muito se deve às bem distintas qualidades do dito Desembargador Ouvidor, que he sobretudo dotado de hum coração muy benigno e compassivo, expondo-se a todo o risco, e entregando-se aos perigos mais certos só a fim de libertar a esta cidade da sua imminente e total ruína (...) Em consequência pois do que temos relatado, he manifesto a V.A. quanto he interessante a esta cidade o dito Desembargador Ouvidor, e pelo mesmo motivo tornamos a suplicar a V.A.R. para que sendo do seu agrado nos conceda a graça de mandar que fique conservado no mesmo emprego, de que actualmente se acha encarregado por V.A.R. nesta cidade o dito Desembargador, o qual sempre tem desempenhado com muita honra, verdade e dezinteresse todas as obrigações do seu cargo, e agora mais que nunca por ter já vivido seis annos successivos neste paiz, a contento e satisfação de todos, conhecido bem e calculado pela própria experiencia as melindrosas e criticas circunstancias do régimen desta cidade» (etc.)³⁴.

³² AHU, C.U., *Macau*, Caixa 28, n.º 33, 34, 38, 39, 40, 41, 49, 50, 51, 52.

³³ Cf. la lettre de l'évêque de Pékin à S.A.R. citée *supra*.

³⁴ AHU, C.U., *Macau*, Caixa 28, n.º 39: carta para S.A.R., 6/03/1809.

Peu à peu fut constitué l'important chargement qui devrait non seulement apporter au Prince les cadeaux qui lui étaient destinés en témoignage de «fiel vassalagem» (45 caisses de produits manufacturés de Chine et du Japon à offrir à S.A.R.), mais encore plusieurs centaines de caisses et ballots de marchandises les plus variées destinées à la vente, «para que não só se suprissem as despesas, mas se acudesse com ajuda dos seus direitos às despesas não pequenas desse novo Estado»³⁵: services à thé et services de table, meubles laqués et en rotin, pièces de coton et soieries, diverses sortes de thé, épices traditionnelles, produits de la pharmacopée usuelle, etc.³⁶. Le tout était assuré pour la somme de cent mille *patacas* («entrando casco e frete, alem da sua carga de propriedade alheia no valor de 140 000 patacas»³⁷).

Commandé par le *Capitão-Tenente* Francisco José da Victoria Rodrigues Vianna, le bateau leva l'ancre le 19 mars 1809. A son bord se trouvaient trois députés envoyés à Rio de Janeiro: le *Senador* Antônio Joaquim de Oliveira Mattos, vivement recommandé au Prince et au ministre Anadia, en raison de son ancienneté, de son intérêt pour le bien public, et des services rendus, étant entendu qu'il serait chargé d'exposer «os assumptos desta cidade, porque sem duvida será um fiel relator das suas circunstancias»³⁸; le chanoine Alexandre Antonio Pereira, député de l'Evêque et du Chapitre de Macau; et le *Sargento-maior* Bernardo José de Freitas, commandant la petite garnison de Macau, fut le représentant choisi par le Gouverneur Alvarenga³⁹.

Le voyage de la frégate *Ulisses* fut long, puisqu'il ne jeta l'ancre dans la baie de Rio de Janeiro que huit mois plus tard, le 25 novembre⁴⁰. Aussi étrange que cela puisse paraître, nous ignorons la réaction du public devant l'événement insolite que constitua l'arrivée de ce navire venant spécialement féliciter le Prince régent de son arrivée au Brésil⁴¹. Néanmoins l'initiative du *Senado* ne tarda pas à porter des fruits, peut-être en se conjugnant à un événement qui s'était produit quelques mois plus tôt, et avait attiré l'attention du gouvernement sur cette lointaine colonie: l'arrivée à Rio de Janeiro d'un autre navire, français celui-ci, *La Ville d'Autun*, qui, sous pavillon parlementaire, venait de l'île Bourbon pour rapatrier quelque 200 prisonniers portugais,

³⁵ AHU, C.U., Macau, Caixa 28, n.º 25, Arriaga Brum da Silveira à S.A.R., 2/03/1809, avec, en annexe, un certificat du secrétaire du Senado. Voir aussi: *ibidem*, Caixa 29, n.º 12, of.º du Senado de Macau à Anadia, du 13/03/1809, avec le manifeste de la charge du navire *Ulisses*; n.º 38, of.º du Député Oliveira Mattos à Anadia, Rio de Janeiro, 25/11/1809, avec 2 annexes: «Relação dos efeitos e fazendas da China e Japão que devem ser apresentadas a S.A.R.» e «Mappa da carga, pessoas embarcadas, escala e petrechos do navio que Deos salve e guarde Ulysses».

³⁶ AHU, C.U., Macau, Caixa 29, n.º 12 et 38 déjà mentionnés dans la note précédente.

³⁷ AHU, C.U., Macau, Caixa 29, n.º 20, Termo da vereação de 14/03/1809, annexe à la dépêche du Gouverneur Alvarenga à S.A.R., de 18/03/1809.

³⁸ *Ibidem*, Caixa 28, n.º 29, Arriaga à S.A.R., 3/03/1809; n.º 32, Arriaga à Anadia, 4/03/1809; et Caixa 29, n.º 38, Oliveira Mattos à Anadia, 25/11/1809.

³⁹ AHU, C.U., Macau, Caixa 29, n.º 38.

⁴⁰ AHU, C.U., Macau, Caixa 29, n.º 38, Oliveira Mattos à Anadia, 25/11/1809.

⁴¹ Aucune notice ne fut publiée à ce sujet dans la *Gazeta do Rio de Janeiro*.

qui avaient appartenu à l'équipage de divers navires naufragés ou capturés. Bien des années plus tard, le chroniqueur Luis Gonçalves dos Santos raconta cet épisode dans ses *Memorias para servir a história do Brasil*⁴², en précisant que deux des prisonniers, Luis de Abreu Vieira e Paiva, chef de division de l'*Armada Real*, et le lieutenant Raphael Bottado de Almeida, ancien officier de la marine royale⁴³, avaient profité de leur séjour forcé en terre française pour emporter au Brésil vingt caisses de plantes exotiques et d'arbres à épices acclimatées là trente ans plus tôt :

«Muscadeira, Camphoreira, Abacate, Litchis, Mangueira, Cravo da India, Tarangeira, e de outras qualidades, que immediatamente forão remetter para a Real Quinta e Jardim da Lagoa de Freitas por ordem de S.A.R., para alli serem plantadas e semeadas, a fim de a seu tempo se propagarem por aquelles territórios deste Estado do Brazil, que forem mais aptos e próprios para a cultura das referidas plantas exóticas, e arvores de especiarias»⁴⁴.

Par une étrange coïncidence, au moment même où tout le système politique et économique du Portugal était remis en question, non seulement vis-à-vis de ses relations avec l'étranger, mais encore au sein même de son empire, se trouvèrent donc réunies à Rio de Janeiro quelques personnalités particulièrement qualifiées pour donner des informations précises et relativement récentes sur la situation de Macau, et éventuellement suggérer des mesures à prendre, aussi bien dans le domaine de la politique que de l'économie.

C'est ainsi que D. Rodrigo de Souza Coutinho pria le lieutenant Raphael Bottado de Almeida de lui présenter un petit mémoire sur Macau⁴⁵. On trouve dans ce document une douzaine de propositions, dont certaines faisaient écho à des revendications précédemment exprimées par le *Senado*, notamment quant aux relations commerciales de la petite colonie, à sa défense et à

⁴² *Op.cit.*, Lisboa, 1825, tomo I, pp. 139-141.

⁴³ Gentilhomme (*fidalgo-cavaleiro*) de la Maison du Roi (1781), et lieutenant de la Marine royale de Goa (1789), il fut envoyé vers 1790 à Macau, où il fonda une famille. En 1793, il participa à la lutte contre les pirates chinois comme «tenente do mar da Armada Real e comandante da chalupa N.ª Sr.ª do Resgate». Propriétaire d'un trois-mâts, il se lança plus tard dans la navigation commerciale, et en 1796 il fut élu au *Senado* de la ville. Au cours de l'un de ses voyages maritimes, son vaisseau fut capturé par les Français dans l'île Maurice où il avait fait escale en même temps que trois autres bateaux portugais, ignorant alors l'état de guerre déclaré avec la France. Cf. Instrução do Governador de Macau para Rafael Botado de Almeida, Macau, 16/07/1793 (AHU, C.U., Macau, Caixa 19, n.º 48; Informação do Cônego Deputado do Cabido de Macau, Alexandre Antônio Pereira, para S.A.R., Rio de Janeiro, 27/03/1810 (*ibidem*, Caixa 30, n.º 17). Voir aussi Jorge Forjaz, *Famílias macaenses*, Fundação Macau, Macau, 1996, vol. I, p. 543.

⁴⁴ Le chef de division Luis de Abreu Vieira e Paiva fut l'un des premiers bénéficiaires d'une des récompenses prévues pour les personnes ayant contribué à l'introduction au Brésil de plantes et épices nouvelles (*alvará* du 7/08/1809, in Delgado da Silva, *Collecção da Legislação Portuguesa... de 1802 à 1810*, p. 773).

⁴⁵ AHU, C.U., Macau, Caixa 29, n.º 41, s.l.n.d., 10 págs.

sa dépendance administrative par rapport à Goa⁴⁶. D. Rodrigo censura de sa main deux articles qu'il jugea fondés sur de faux principes d'économie politique – ceux qui suggéraient l'expulsion des étrangers et le rapatriement à la Cour des plus grandes maisons de commerce, mais l'ensemble lui parut devoir être communiqué au comte das Galveias, nouveau ministre de la Marine et des domaines d'outre-mer⁴⁷. Celui-ci en fit faire plusieurs copies, sans nom d'auteur, sous le titre de «Providencias lembradas para o augmento e prosperidade de Macao», et le 6 février 1810 il les communiqua pour examen à quelques personnalités qualifiées: l'ancien Gouverneur de *l'Estado da India*, Francisco António da Veiga Cabral, et deux des députés de Macau présents à Rio de Janeiro: le *Senador* Antonio Joaquim de Oliveira Mattos et le chanoine député par le Chapitre de Macau, le P.^e Alexandre Antonio Pereira.

Dès le lendemain, Veiga Cabral fit parvenir son rapport, en grande partie défavorable aux suggestions de Bottado de Almeida, notamment pour ce qui mettait en cause la relation de dépendance de Macau par rapport à l'*Estado da India*⁴⁸. Le chanoine Alexandre António Pereira ne fit connaître son opinion qu'à la fin du mois de mars: généralement favorable, sauf pour les suggestions relatives au rapatriement des plus grandes maisons de commerce, à l'administration des coffres particuliers par le *Senado*, et à la construction de forts sur les deux îles contrôlant l'entrée du port⁴⁹. Quant au député Oliveira Mattos, s'il tarda jusqu'au 1^{er} avril pour exprimer son avis⁵⁰, c'est qu'il était déjà entré en relation directe avec le Comte das Galveias pour lui communiquer les requêtes ou suggestions dont l'avait chargé le *Senado*: tout d'abord verbalement, puis par écrit, pour répondre aux réflexions et doutes exprimés à première vue par le ministre⁵¹.

⁴⁶ Brièvement résumées: expulsion des négociants étrangers et de leurs maisons de commerce; rapatriement obligatoire en métropole des maisons de commerce portugaises ayant des fonds supérieurs à 300 000 *patacas*; liberté de navigation des navires de Macau avec tous les ports et établissements de l'empire portugais; exemption des droits de douane pour les marchandises à réexporter (*baldeação*); placer Macau sous les ordres directs de la Cour (donc la soustraire à l'autorité du vice-roi de l'Inde); désignation d'un procureur siégeant en permanence à la Cour; création d'une caisse d'assurances (*Casa de Seguro*); possibilité donnée aux habitants, portugais comme chinois, de placer leur argent à 5, 7 ou 10% dans une caisse du *Senado*, qui à son tour le placerait *a risco* sur tous les navires de Macau; renforcement de la garnison de la ville par l'envoi de troupes portugaises (600 hommes d'infanterie et 200 d'artillerie), et construction de deux nouveaux forts pour mieux assurer la protection des navires contre les pirates et les étrangers; envoi d'une ambassade à l'Empereur de Chine, pour améliorer la situation de la religion catholique actuellement persécutée; enfin, importation au Brésil d'agriculteurs et artisans chinois.

⁴⁷ Le vicomte de Anadia était mort le 30 décembre 1809, et le comte das Galveias avait été nommé le 3 janvier 1810 pour lui succéder.

⁴⁸ AHU, C.U., Macau, Caixa 30, n.º 8 (of.º do ex-Governador Veiga Cabral para o Conde das Galveias, 7/02/1810).

⁴⁹ *Ibidem*, n.º 17 (Informação do Cônego Deputado do Cabido de Macau Alexandre Antonio Pereira para S.A.R., 27/03/1810).

⁵⁰ *Ibidem*, n.º 18 (Informação do Deputado representante do Senado de Macau, Antonio Joaquim de Oliveira de Mattos, 1/04/1810).

⁵¹ *Ibidem*, n.º 12, of.º de Oliveira Mattos para Galveias, 28/02/1810.

En effet, dans un long mémoire en date du 28 février 1810, le député fit un exposé confus sur la décadence du commerce de Macau, largement imputée à la concurrence des étrangers, au manque de ports où faire commerce et aux préjudices provoqués par l'état politique de l'Europe (navires capturés) et par les méfaits de la piraterie chinoise. En outre, il mit en cause l'administration même de la petite colonie, en justifiant par de nombreux rappels historiques ses plaintes sur l'état de subordination du *Senado* de Macau par rapport aux gouverneurs qui, depuis 1623, lui avaient été imposés: non seulement leur rôle était jugé inutile, mais encore leur action néfaste, comme le prouvaient divers événements narrés dramatiquement⁵². Pour terminer ce mémoire dans lequel il pensait avoir suffisamment mis en valeur l'importance de Macau, le rôle joué par le *Senado* dans son gouvernement au long des siècles, et les divers services rendus à la Couronne, le député Oliveira Mattos suggéra que le souverain pourrait accorder à la ville une grâce spéciale⁵³.

La célébration du jour anniversaire du Prince régent, le 13 mai, traditionnellement marquée par la concession de grâces spéciales, fut précisément l'occasion de satisfaire cette requête, comme le montrent les documents suivants:

- 1^o) la *carta régia* par laquelle, eu égard à la démonstration de fidélité du *Senado* da Câmara et des habitants de Macau manifestée par l'envoi d'une députation à Rio de Janeiro pour féliciter le Prince de son heureuse arrivée au Brésil, et surtout en reconnaissance des efforts déployés pour repousser les menaces d'invasion des pirates, et des secours pécuniaires donnés à Goa, le Prince régent concéda au *Senado* de Macau le titre de «Leal» à titre perpétuel⁵⁴.
- 2^o) le décret signé le même jour, avec les mêmes attendus, par lequel le Prince régent concéda aux habitants de la petite colonie l'exemption de droits d'entrée pour toutes les marchandises chinoises appartenant à des sujets portugais, directement exportées dans les ports brésiliens sur des navires nationaux – ce qui était l'une des importantes revendications présentées par le *Senado*⁵⁵.
- 3^o) la *carta régia* par laquelle, pour améliorer la défense de la ville, fut créé un bataillon de 410 hommes de troupe, appelé «Batalhão do Príncipe regente»⁵⁶.

Peu à peu, quelques-unes des revendications du *Senado* de Macau continuèrent à être satisfaites par la délivrance de plusieurs décrets et *cartas régias*:

⁵² Cf. *História dos Portugueses no Extremo Oriente* (dir. A. H. de Oliveira Marques), 2.^o vol., pp. 159-181, 299-304 et 309-314.

⁵³ Les échanges de vue entre le député Oliveira Mattos et le Comte das Galveias commencés en février 1810 se poursuivirent pendant plusieurs mois, car le ministre ne se satisfaisait pas des réponses du député, souvent confuses et incomplètes. Cf. AHU, C.U., Macau, Caixa 30, n.^o 14, 18, 37 et 38, of.^{os} de Oliveira Mattos para Galveias, datés de 8/03, 1/04, 1/06 e 5/06/1810.

⁵⁴ Cf. A. Delgado da Silva, *Collecção da Legislação portuguesa... de 1802 a 1810*, p. 880.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 879

⁵⁶ AHU, C.U., Macau, Códice 541, fols. 11v-12.

- le 18 mai 1810, fut autorisée la création d'une *Casa de seguro mercantil* à Macau, sur le modèle des établissements déjà existants à Lisbonne, Bahia et Rio de Janeiro⁵⁷;
- le 20 mai, les Portugais nés à Macau se virent reconnaître l'égalité de droits avec les Portugais nés dans la métropole, pour occuper des charges d'administration et de gouvernement;
- le 5 juin fut autorisée la création de loteries, sur le modèle de celle établie pour la *Casa da Misericórdia* de Lisbonne, et dont les revenus seraient appliqués à des travaux d'intérêt public et à des œuvres pies, y compris pour les églises de Timor et Solor⁵⁸.

Entretemps, de nouvelles précisions avaient été apportées sur l'exemption de droits d'entrée au Brésil accordée le 13 mai aux marchandises de Chine directement exportées de Macau. Tout d'abord, le 30 mai, une *carta régia* mit en garde contre les abus et fraudes qui consisteraient à faire passer pour propriété portugaise ce qui ne le serait que de nom⁵⁹. Puis le 2 juin, une autre *carta régia* apporta à la grâce concédée le 13 mai une importante limitation: non seulement les navires devaient être portugais, mais encore ils devraient avoir été construits dans les chantiers navals des domaines portugais de l'Asie – ce qui n'était pas le cas du navire *Ulisses*⁶⁰.

Même avec cette dernière disposition, la question de l'exemption des droits d'entrée ne manqua pas de susciter des protestations qui arrivèrent au Comte de Aguiar, Président du Trésor Royal, et furent successivement discutées par le Comte das Galveias, et par le Comte de Linhares, comme le montrent quatre documents réunis dans un même dossier conservé dans les Archives Nationales de Rio de Janeiro⁶¹.

Le premier d'entre eux est anonyme et sans date. Son auteur considère que pour favoriser l'établissement de Macau, on aurait pu éventuellement lui concéder un secours pécuniaire annuel, admettre que les marchandises chinoises exportées de Macau au Brésil pour être réexportées à l'étranger ne paient aucun droit, de même que les soies à manufacturer. Mais il proteste violemment contre l'exemption totale des droits, qui constitue «une perte incalculable pour les finances royales», en raison des droits perçus sur le thé, les tissus de coton (*gangas*), les soies manufacturées (satins et taffetas), et les objets de vaisselle. Non seulement il voit dans cette mesure une incitation inutile à la consommation des produits de luxe et des manufactures chinoises, mais encore une concurrence terrible pour les soies manufacturées au Portugal: tout cela sans aucune contrepartie, puisque la Chine ne consomme

⁵⁷ Delgado da Silva, *Suplemento à Collecção de Legislação portuguesa... 1791-1820*, pp. 426-427.

⁵⁸ Delgado da Silva, *Suplemento à Collecção de Legislação portuguesa... 1791-1820*, p. 430.

⁵⁹ AHU, C.U., Macau, *Códice* 541, fols. 34-35.

⁶⁰ Delgado da Silva, *Suplemento à Collecção de Legislação portuguesa... 1791-1820*, pp. 429-430.

⁶¹ A.N. Rio de Janeiro, *Vice-Reinado*, Caixa 752, pacote 1, n.º 3, 82.

aucun produit de l'empire portugais, à l'exception des moyens de paiement habituels, c'est-à-dire l'or et l'argent.

Le second document, du 20 juin 1810, est une longue dépêche du Comte de Galveias au Comte de Aguiar, dans laquelle il justifie le décret du 13 mai relatif à l'exemption des droits d'entrée accordée aux marchandises de Macau – décret qu'il se vante d'avoir personnellement élaboré et présenté à la signature du Prince régent:

«Disposição benéfica, digna da magnânima e paternal deliberação de S.A.R., fundada não em fictícias e cerebrinas doutrinas, mas nos genuínos princípios liberaes do commercio que se não devem prostituir, facilitando-os com espantoza prodigalidade aos estrangeiros, ratinhando-os com mão avara quando se trata de favorecer os vassallos de S.A.R., nossos compatriotas. Não pretendo que sejam tão sinistras e fraticidas as intensões do Anonimo na violência com que attaca os favores concedidos por S.A.R. ao commercio de Macau, mas antes presumo que a sua indisposição provenha de não ter sido elle quem inculcasse aquelle beneficio, e quem o obtivesse da regia munificencia, sempre disposta a auxilliar os seus vassallos.»

Invokant Adam Smith et Isaac Pinto pour démontrer que les sorties d'or et d'argent vers la Chine ne sont contraires «ni aux principes ni à la pratique des nations les plus puissantes par leur commerce et les plus éclairées», Galveias envisage un rééquilibrage des échanges commerciaux entre le Brésil et Macau, grâce à l'exportation de produits brésiliens tels que le bois-brésil, le coton, le fer, les cuirs tannés et le tabac en poudre. Il profite d'ailleurs de l'occasion pour signaler que les marchandises apportées par le navire *Ulisses* se sont très mal vendues, et ont dû être bradées, comme cela s'était passé pour les premières marchandises importées en quantités excessives par les Anglais après le décret d'ouverture des ports brésiliens au commerce des nations amies, en 1808. Mais derrière toute la réfutation des divers points du papier anonyme, se dissimule son antagonisme envers le traité de commerce et de navigation avec la Grande-Bretagne signé quelques mois plus tôt, et une profonde divergence de vues avec son collègue Linhares...

Quoi qu'il en fût, le comte de Aguiar demanda sans tarder au comte de Linhares son avis sur le «papier anonyme» et sur la dépêche du comte de Galveias. Linhares se vit donc dans l'obligation de les analyser et de répondre à Aguiar le 30 juin 1810, dans deux documents de caractère différent⁶².

Dans l'un, de caractère officiel, aussi long que la réponse de son collègue Galveias à Aguiar, il se montre d'accord avec l'auteur du papier anonyme, et en complet désaccord avec son collègue Galveias, dont il analyse d'autant plus sévèrement la réponse qu'il s'est senti attaqué presque ouvertement. Ainsi apparaît au grand jour une mésentente fondamentale entre ces deux ministres autrefois amis, et prêts l'un et l'autre à faire publier leurs réponses

⁶² *Ibidem*.

à l'Anonyme, dans une sorte de duel intellectuel dont les membres de la *Real Junta do Comércio* et le public pourraient être les arbitres...

Dans l'autre document, très court et de caractère personnel, Linhares se fie au jugement du Comte de Aguiar pour tenter de faire modifier les propositions de Galveias, «selon les autres principes éclairés que S.A.R. a établis jusqu'à présent». Très brièvement, il expose ses propres idées sur les relations avec Macau et avec tous les établissements de l'*Estado da Índia*, dans un cadre plus ample:

- 1° Établir partout des ports francs, abolir l'Inquisition de Goa⁶³ et les Tribunaux d'appel (les *Relações*).
- 2° Exempter de droits toutes les marchandises envoyées au Brésil et au Portugal en vue d'être ré-exportées.
- 3° Exempter de droits toutes les matières premières importées pour être manufacturées au Brésil ou au Portugal.
- 4° Exempter de droits toutes les manufactures produites dans les établissements de l'*Estado da Índia* et importées au Brésil ou au Portugal.
- 5° Frapper d'un droit de 24 ou 30% tous les autres produits de l'Asie importés pour être consommés au Brésil ou au Portugal, mais en accordant un dégrèvement d'un tiers en faveur des produits de propriété nationale transportés sur des navires portugais.

De la joute épistolaire suscitée par le document anonyme, ne résulta aucune disposition nouvelle, et à ce moment-là, même s'il assistait aux réunions habituelles du gouvernement, il était difficile au Comte de Linhares, en charge du Ministère de la Guerre et des Affaires Étrangères, d'intervenir davantage dans les affaires de la responsabilité du Ministère de la Marine et des Domaines d'Outremer. C'est donc au Comte de Galveias, certainement inspiré par quelques-unes des suggestions de l'*Ouvidor* de Macau, Miguel de Arriaga Brum da Silveira, que revinrent les efforts de développement commercial de Macau, en commençant par un essai d'importation de deux produits brésiliens (bois-brésil et coton). C'est ce que montrent deux correspondances échangées, l'une entre le ministre et l'*Ouvidor*, l'autre entre le ministre et un important négociant de Calcutta, José Barreto, notamment à partir de février 1811⁶⁴.

⁶³ Conséquence logique de l'article 9 du Traité d'alliance et d'amitié avec la Grande-Bretagne qui venait d'être signé, et prévoyait la tolérance la plus ample envers toutes les sectes religieuses établies à Goa. Cf. A. Mansuy-Diniz SILVA, *Portrait d'un homme d'État...*, II, p. 296.

⁶⁴ AHU, C.U., Macau, *Códice 541*, fols. 67-68 et suivants. Dans une dépêche du 26/02/1811, Galveias informa José Barreto qu'il s'était personnellement occupé d'obtenir du Prince régent la signature d'un décret lui reconnaissant la qualité de «vassal de ces royaumes», en reconnaissance de la protection et de l'aide apportées aux vaisseaux portugais; il le pria aussi de s'informer sur les possibilités d'importer en Chine les produits brésiliens tels que bois-brésil et coton (*ibidem*, fols. 68v-69). Puis dans une autre dépêche datée du 2/03/1811, et sur l'ordre du Prince régent, il lui recommanda de découvrir la méthode employée par les Anglais dans la manufacture de l'opium, en vue de l'expérimenter au Brésil pour de futures exportations en

En effet, si le processus de libéralisation du commerce initié par le décret d'ouverture des ports brésiliens en janvier 1808 avait autorisé l'arrivée d'importations étrangères de tous produits, denrées et marchandises, elle avait aussi permis l'exportation directe des produits brésiliens vers l'étranger. Par conséquence logique, elle devait susciter un nouvel effort de production, en vue d'augmenter les exportations, et donc les droits de douane, l'une des sources principales des revenus de ce qu'on appelait «le nouvel Empire de Votre Majesté». Et cette production devait être élargie en direction d'un secteur totalement nouveau au Brésil – le secteur industriel, jusque là interdit⁶⁵. C'est pourquoi, en vertu de l'*alvará* du 1^{er} avril 1808, fut autorisée la création de manufactures en tout genre, «qui multiplient, améliorent et donnent davantage de valeur aux marchandises et produits de l'agriculture et des arts, et augmentent la population en donnant du travail à de nombreux bras et en fournissant des moyens de subsistance à beaucoup de mes vassaux»⁶⁶. Cette importante disposition fut complétée, le 28 avril 1809, par un *alvará* dont le premier article intéressait forcément Macau, puisqu'il exonérait de tout droit d'entrée les importations de toutes matières premières devant servir de base à l'activité manufacturière qu'on voulait développer au Brésil⁶⁷.

Dans cet encouragement au développement, le secteur de la production des plantes exotiques et épices destiné à la consommation locale et à l'exportation n'était pas oublié, comme le montre l'*alvará* du 7 juillet 1809, par lequel les produits des plantations d'épices nouvellement établies au Brésil furent exemptés de la dîme et des droits d'entrée et de sortie pour une durée de dix ans, et furent confirmés les récompenses, privilèges et exemptions précédemment concédés, en vue d'éliminer les difficultés normalement éprouvées dans l'expérience de cultures jusque là inconnues au Brésil⁶⁸. C'était évidemment la relance de la politique appliquée depuis le XVII^e siècle pour l'introduction et l'acclimatation des plantes de l'Orient – une politique qui, malgré diverses incitations gouvernementales, notamment à la fin du XVIII^e siècle, n'avait pas réussi à surmonter les réticences d'agriculteurs qui redoutaient les nouveautés⁶⁹. Ceci posait alors le problème concret d'une main-d'œuvre qui ne pouvait être fournie ni par la population de souche portugaise, en nombre encore trop faible, et généralement employée dans le secteur commercial ou administratif, ni par la population esclave, employée dans le secteur agricole et minier traditionnel.

Chine; toujours dans le but d'améliorer la balance commerciale avec la Chine, il lui ordonna l'achat d'une machine à presser le coton comme celles utilisées par les Anglais pour réduire le volume des ballots et en permettre un meilleur transport.

⁶⁵ Par le célèbre *alvará* du 5 janvier 1785 dont le ministre Martinho de Mello e Castro fut l'inspirateur.

⁶⁶ Delgado da Silva, *Collecção da Legislação Portuguesa... de 1802 a 1808*, pp. 484-485.

⁶⁷ *Ibidem*, pp. 733-735.

⁶⁸ Idem, *Supplemento à Collecção da Legislação Portuguesa... de 1791 a 1820*, pp. 888-890.

⁶⁹ Cf. Luís Ferrand de Almeida, «Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII», in *Revista Portuguesa de História* (Coimbra), t. XV, pp. 339-481.

Une fois de plus, le concours de circonstances qui fit arriver à Rio de Janeiro, en juin 1809, le vaisseau parlementaire français avec les prisonniers portugais de l'île Bourbon et leur important chargement de plantes exotiques et d'épices, aussitôt plantées ou semées sur l'ordre du Prince régent dans sa *Real Quinta* et dans le Jardin botanique de la *Lagoa de Freitas*⁷⁰, joua en faveur d'une idée nouvelle: celle de faire venir de Macau des Chinois susceptibles d'être employés non seulement dans la culture des plantes venues d'Orient, mais encore dans les futures manufactures de soie et de faïence. Si l'on se fie au témoignage du Comte das Galveias, c'est précisément le 7 juillet 1809 que, dans une conversation avec le Marquis de Alegrete, D. Rodrigo de Souza Coutinho aurait suggéré de profiter de la surabondance de la population en Chine pour introduire au Brésil un million de Chinois, particulièrement qualifiés dans le domaine de l'industrie de la soie et de la faïence. L'idée parut parfaitement extravagante aux yeux de Galveias, qui ne manqua pas de la relater ironiquement dans l'espèce de journal qu'il tenait...⁷¹. Et pourtant elle coïncidait parfaitement avec deux suggestions écrites quelque temps plus tard par des personnes particulièrement qualifiées.

La première suggestion fut faite par le lieutenant de marine Raphael Bottado de Almeida, peut-être verbalement à D. Rodrigo, et en tout cas par écrit, à la fin du mémoire qu'il rédigea sur la demande de celui-ci⁷²:

«(...) Os Chinas sendo a Nação a mais industrioza do Universo, seria da maior utilidade para estes Estados a alta concepção de V.Ex.^a de mandar vir agricultores e artistas desta Nação; o que não somente augmentaria consideravelmente a população deste país, seo commercio, agricultura e manufacturas, mas ainda mesmo se descobrião novas produções athe aqui incognitas nestes Estados. A exportação de Chinas sendo prohibida pelo Imperador, não se fazendo sabedor desta medida senão o Governador e Ministro, e isto somente para que estes dois Magistrados possam abonar a verdade dos dons que S.A.Real for servido conceder aos Chinas das differentes classes que se quizerem vir estabelecer nestes Estados, porque pelo mais estes magistrados não podem nada; fazendo-se esta espécie de commercio por meio de corretores (ou agentes) chinas, os quaes são obrigados a guardar todo o segredo pelo seo pessoal interesse, tendo de cada China que achão, conforme a sua classe, certa soma. Sendo do agrado de V.Ex.^a, eu me encarregaria desta comissão, visto já ter feito duas da mesma espécie de oitocentos agricultores em hum navio meo para Benculen, estabelecimento ingles na Costa da Summatra. Esta colónia que athé então (em 1805) não produzia hum grão de pimenta, dois annos depois em 1807 já exportou cinco navios carregados deste género.»

La seconde suggestion fut spécifiquement adressée au Prince régent lui-même par l'*Ouvidor* Miguel Arriaga Brum da Silveira, dans une *representação* du 6 mars 1809, arrivée à Rio de Janeiro avec tout le courrier expédié

⁷⁰ Cf. *supra*, p. 17.

⁷¹ Cf. Ângelo Pereira, *D. João Príncipe e Rei*, Lisboa, 1956, vol. III, p. 48.

⁷² Mémoire cité *supra*, p. 27.

de Macau par le navire *Ulisses*. Ce document est particulièrement intéressant, car il montre la capacité du magistrat à concevoir un plan économique susceptible d'intéresser à la fois Macau et le Brésil:

«Senhor. Julgando na criação da nova capital falta de sufficientes braços para tornarem mais profícuos tão importantes Estados, concebo a ideia de que a concurrencia de operários de toda a classe será sem duvida a mais útil e proveitosa. Por isso sendo conhecido o quanto os Chinas são activos e industriozos, me ouzo de assegurar que annualmente promoveria aquella porção das differentes classes, reputadas necessárias para se dirigirem a essa capital, bastando abonar-se aqui certa gratificação por cada cabeça, para ao depois ser paga com as suas passagens por elles mesmos ao Real Erario, que as tenha adiantado, assoldando-se por conta da Real Fazenda athe preencherem os seus débitos, tendo seus capatazes que respondão pelas differentes companhias, e que sem faltar à policia do paiz, tenham certas franquezas em alguns dos seus uzos, que não podem deixar de respeitar (...)»⁷³.

C'était le plan habituellement en usage dans les établissements britanniques, et l'*Ouvidor* était certain que les Chinois, peu satisfaits des conditions offertes par les Anglais, préféreraient aller s'employer dans des travaux d'agriculture, d'arts et d'industrie dans «le nouvel Empire», et contribuer ainsi au développement du commerce de leurs compatriotes, au bénéfice de la navigation et du commerce de Macau. Encore sans réponse sur ce sujet au début de 1811, l'*Ouvidor* revint à la charge dans une dépêche au comte des Galveias, convaincu que les habitants portugais de Macau, «fidèles vassaux de S.A.R.», manifesteraient de l'intérêt à partir au Brésil où ils pourraient, soit cultiver la terre dont ils obtiendraient la propriété totale ou partielle, soit contribuer au peuplement en y faisant venir des Chinois, sans aucune dépense pour le Trésor Royal⁷⁴.

Comme on l'a vu, l'idée d'une immigration de Chinois au Brésil n'avait pas plu au Comte des Galveias, et c'est seulement en mars 1811, sur un ordre du Prince régent qui voulait acclimater dans son domaine de Bela Vista toutes les plantes exotiques possibles, qu'il pria le *Desembargador* Arriaga de faire venir quelques plants de thé par les prochains bateaux, et d'engager deux ou trois Chinois compétents dans la manufacture de la faïence, pour faire quelques expériences utiles sur l'argile d'excellente qualité dont le Brésil abondait⁷⁵. C'est donc pour obéir à cet ordre que Arriaga profita du nouveau voyage en préparation du navire *Ulisses* à destination de Bahia, pour faire partir quatre caisses de plants de thé, avec deux Chinois chargés de s'en occuper pendant la traversée et au Brésil, selon le contrat qu'il avait établi avec eux⁷⁶.

⁷³ AHU, C.U., Macau, Caixa 28, of.º n.º 37.

⁷⁴ AHU, C.U., Macau, Caixa 32, of.º n.º 32, 22/03/1811.

⁷⁵ AHU, C.U. Macau, Códice 541, of.º de Galveias à Arriaga, 6/03/1811, fol. 70-70v.

⁷⁶ AHU, C.U. Macau, Caixa 32, n.º 16, Arriaga à Galveias, 20/03/1811, avec en annexe les termes du contrat) et Códice 541, fol. 70-70v, of.º de Galveias à Arriaga, 6/03/1811. De Bahia,

Dans toute la réorganisation des relations économiques au sein de l'empire portugais, comme entre les diverses parties de l'empire et les nations étrangères, était accordée une place très importante aux droits de douane à appliquer aux marchandises importées, comme on l'a vu, puisqu'ils constituaient l'une des sources principales des revenus de l'Etat. C'est la raison pour laquelle, dans l'élaboration de la législation afférente à ces questions, il y eut des modifications successives à apporter pour tenir compte de certains détails initialement non définis, ou bien de contradictions avec l'énoncé d'autres diplômes. Le cas de l'exemption des droits d'entrée au Brésil des marchandises de Macau est exemplaire, puisqu'aucun navire de Macau ne répondait à l'exigence de l'*alvará* du 2 juin 1810, et que le temps manquait pour faire entreprendre la construction de nouveaux bâtiments à Damão, unique chantier naval de l'Estado da India.

Pour autant, le *Senado* de Macau et l'*Ouvidor* Arriaga n'avaient pas renoncé à faire partir de nouveaux chargements. C'est ainsi qu'en 1811 deux vaisseaux quittèrent Macau pour le Brésil – le *S. Miguel* à destination de Rio de Janeiro et l'*Ulisses* à destination de Bahia, et encore une fois, chacun de ces navires put bénéficier d'une dérogation exceptionnelle du Prince Régent⁷⁷, qui n'hésita pas à légiférer plus largement à ce sujet.

En effet, par un *alvará* du 4 février 1811, le Prince régent avait voulu étendre la liberté du commerce à ses domaines des quatre parties du monde (îles adjacentes, possessions de la côte occidentale d'Afrique et au-delà du cap de Bonne Espérance), et notamment animer le commerce de l'Asie et restaurer la «splendeur et la prospérité de Goa», en supprimant les restrictions qui empêchaient un commerce direct entre tous les ports portugais⁷⁸. Pour cela était créé à Goa un établissement destiné à recevoir toutes les marchandises venant de n'importe quel port d'Asie, d'Europe, d'Amérique et d'Afrique, selon des conditions longuement énumérées. Mais l'article 28 de cet *alvará* introduisait un grave doute pour le commerce de Macau, en renouvelant la condition expresse selon laquelle les navires destinés à ce commerce devaient non seulement appartenir à des vassaux portugais établis dans les domaines portugais, mais encore avoir été construits dans les ports des domaines portugais.

plants de thé et Chinois furent envoyés à Rio de Janeiro pour faire l'expérience de l'acclimatation. Selon le Comte das Galveias, les plants de thé eurent du mal à prospérer au cours de la première année, mais les deux Chinois chargés de s'en occuper assuraient que le terrain était propice à cette production, et qu'ils avaient beaucoup d'espoir pour la seconde année (cf. *Códice 541*, fols. 103-104, Galveias à Arriaga, 29/10/1812)

⁷⁷ AHU, C.U., Macau, *Códice 541*, fols. 76v-77v et 120-121v, Galveias à Arriaga, 9/08/1811 et 31/10/1812.

⁷⁸ Delgado da SILVA, *Supplemento à Collecção da Legislação portugueza... de 1811 a 1820*, pp. 7-15.

C'est donc par un nouvel *alvará*, en date du 19 novembre 1811, que fut résolu le problème:

«(...) (...) a Minha Real Resolução relativamente à clausula de que se trata no mesmo paragrafo [28], de que os navios hajão de ser construídos nos portos e estaleiros dos Meus Dominios, ainda que dirigida a favorecer a construção nacional, se não deve entender a respeito das embarcações estrangeiras que se achavão já compradas, na forma das Minhas Leis, pelos Meus Fieis vassallos, quando mandei publicar o mencionado Alvará de quatro de Fevereiro; devendo permanecer a prohibição somente a respeito daquelles navios estrangeiros que forem comprados depois da publicação do citado alvará, os quaes ficarão sujeitos irremissivelmente às penas que lhe são impostas»⁷⁹.

Une autre dérogation exceptionnelle avait d'ailleurs été accordée quelques mois auparavant, manifestant clairement l'intérêt pour le développement du commerce de Macau: pendant la durée de la guerre qui s'était déclarée entre les U.S.A. et l'Angleterre, les marchandises envoyées au Brésil par les négociants portugais sur des navires de propriété portugaise non construits en Asie, n'auraient à payer que des demi-droits de douane⁸⁰.

L'activité déployée par l'*Ouvidor* Arriaga dans l'accomplissement de sa charge n'avait guère de limites, comme le prouve abondamment sa correspondance avec le comte das Galveias. Non seulement il donnait tout l'élan indispensable au commerce de Macau avec le Brésil, mais encore il essayait de fomentier ce commerce avec d'autres établissements, portugais ou non, de l'Asie (Bengala, Timor, Bornéo, le Siam, le Cambodge et la Cochinchine) et de l'Afrique (Mozambique, île Maurice), dans le cadre d'une nouvelle expansion⁸¹. Il eut même l'idée de reprendre contact avec son ami João Paulo Bezerra Seixas, qu'il croyait à Stockholm comme Envoyé à la Cour de Suède, pour lui proposer d'établir de nouvelles relations commerciales entre ce royaume et Macau, *via* le Brésil, en particulier par l'envoi de thé, denrée spécialement appréciée dans les pays nordiques. En fait, Bezerra avait changé de poste et se trouvait alors à St-Pétersbourg, comme le comte das Galveias en informa Arriaga, en manifestant son agrément pour une initiative qu'il faudrait donc tenter en direction de la Russie, avec laquelle Bezerra venait de signer une convention de commerce⁸².

En revanche, la lenteur apportée par le Comte das Galveias à peser le pour et le contre de ces propositions avant de les soumettre à la décision

⁷⁹ Delgado da SILVA, *Supplemento à Collecção da Legislação portugueza... de 1811 a 1820*, pp. 91-92.

⁸⁰ AHU, C.U., *Códice 541*, fols. 76v-77v, Galveias à Arriaga, 9/08/1811, et fols. 132v-134, Galveias à Arriaga, 7/11/1812. Au mépris du droit des neutres, la Grande-Bretagne avait voulu interdire aux U.S.A. tout commerce avec la France. Ainsi avait commencé la guerre évoquée ici – guerre qui dura deux ans, jusqu'à la signature du traité de Gand.

⁸¹ AHU, C.U., *Macau, Caixa 32*, n.º 28, Arriaga à Galveias, 21/03/1811.

⁸² AHU, C.U. *Macau, Código 541*, fols. 102-103, Galveias à Arriaga, 29/10/1812.

du Prince régent était loin de correspondre au dynamisme manifesté dans toutes ces initiatives et ces suggestions, comme le prouve ce qu'il répondit à l'*Ouvidor* le 9 août 1811, à propos de l'immigration des Chinois:

«A idea em que se achão alguns moradores de Macau, como V.S.^a diz no seu officio nº 20, de engagearem Chinas que houvessem de vir agricultural aqui por sua conta aquellas porções de terra que S.A.R. lhes concedesse, certamente não pode deixar de encontrar a approvação do Mesmo Senhor, como hum meio muito proprio de augmentar a população e cultura destas suas vastas posses-soens; e com a melhor vontade mandará S.A.R. conferir dattas de sesmarias a todos aquelles que entrarem em tão util projecto, a favor dos quaes se concide-rão todas aquellas facilidades que parecerem convenientes em termos habeis. Quanto porem ao expediente suggerido por V.S.^a na zelosa representação que dirige a S.A.R. em datta de 6 de Março de 1809, de que ora remette copia, devo dizer a V.S.^a que antes que ella se ponha em practica convem que aqui se conheça primeiramente o plano de ajustes com que os Chinas se proporão a passar ao Brazil, qual seria a despeza que este custaria a Real Fazenda etc., pois que de contrario não se pode com acerto ajuizar da utilidade de seme-lhante projecto, tanto mais quando a respeito d'aquelles que houvessem de ser destinados aos trabalhos da fabrica de sedas, seria muito immatura a sua vinda quando aqui, não havendo ainda a conveniente abundância e produção de amoreiras, faltão as matérias primeiras para dar o impulso e movimento aquelle ramo de industria; quanto porem aos dous que acompanhão a planta do chá, e que V.S.^a remetteo pelo navio *Ulisses* para a Bahia, estimou S.A.R. que V.S.^a os tivesse mandado, precedendo assim as recommendações que lhe forão feitas em o meu officio de 6 de Março deste anno, que V.S.^a estas horas terá recebido, e já se ordenou ao Gov.^{or} e Cap.^m Gen.^l da Capitania da Bahia que logo que ali cheguem os haja de enviar a esta Corte»⁸³.

Avec le transfert de la Cour au Brésil, toutes les structures de l'empire portugais avaient été mises en question, aussi bien dans le domaine de l'admin-istration que dans celui des relations intérieures entre les diverses posses-sions, et des relations extérieures avec les nations étrangères. C'est donc un immense chantier de réorganisation et de développement qu'avaient dû entreprendre le Prince régent et ses ministres. Le Brésil devenu métropole de l'empire était devenu l'entrepôt commercial où devaient converger toutes les productions des possessions d'Afrique et d'Asie. La réalité rejoignait ainsi la fiction qu'à l'époque de D. João V, le diplomate D. Luís da Cunha avait audacieusement imaginée, lorsqu'il réfléchissait aux rapports conflictuels du Portugal et de l'Espagne: le souverain portugais pourrait traverser l'Atlan-tique et établir sa Cour au Brésil, emmenant avec lui tous ceux qui voudraient l'accompagner, prenant le titre d'Empereur de l'Occident et faisant du Brésil «l'entrepôt de toutes les marchandises des trois autres parties du monde, où viendraient les rechercher et les échanger les nations de l'Europe»⁸⁴. Certes,

⁸³ AHU, C.U., Macau, *Códice 541*, fols. 83-84v.

⁸⁴ D. Luís da Cunha, *Instruções políticas* (Introdução, estudo e edição crítica por Abílio Diniz Silva), éd. CNCDP, Lisboa, 2001, pp. 164-166 et 366-372.

le cadre conceptuel de l'économie à cette époque était encore celui du mercantilisme, mais l'idée était prémonitoire, et largement divulguée dans le cercle des hommes éclairés du gouvernement, pour lesquels D. Luís da Cunha était une référence presque obligatoire. Certes, en 1736, le cadre conceptuel de l'économie était encore le mercantilisme, avec le pilier fondamental du pacte colonial. Mais en 1808, sous la pression de la conjoncture, ce pilier s'effondra, et une politique économique de caractère libéral fut déterminée, quelles que fussent les réticences, les lenteurs, les difficultés, voire les erreurs inhérentes à l'application d'un processus aussi complexe.

Dans l'intégration nouvelle des diverses parties de l'empire, Macau devait nécessairement trouver une place de choix, puisque les marchandises chinoises habituellement recherchées par les étrangers au prix de longs et coûteux voyages en Orient, pourraient désormais être achetées à Rio de Janeiro et à Bahia, plus proches de l'Amérique du Nord et de l'Europe. Pour cela, les années 1808-1812 furent déterminantes, même si l'on restait dans une conception mercantiliste conditionnée par le caractère même de Macau, qui ne pouvait développer d'autre activité que commerciale et financière. Il resterait à diversifier les échanges commerciaux, à continuer à lutter contre la prépondérance grandissante de la Grande-Bretagne en Chine, et à imaginer d'introduire à Macau de nouvelles préoccupations d'ordre culturel: c'est ce que tenta de faire avec intelligence et persévérance, jusqu'à sa mort en 1824, l'*Ouvidor* Miguel de Arriaga Brum da Silveira, personnalité exceptionnelle de cette époque de transition⁸⁵.

FIN

⁸⁵ Sur ce personnage et son action, voir Ângela Guimarães, *Uma relação especial...*, *passim*, ert P.^e Manuel Teixeira, Miguel de Arriaga, Macau, 1966.

UM «SAGRADO DEVER» OU UMA «AMARGA POLÍTICA»?: O PARADISIACO BRASIL DE LEOPOLDINA

por

ÂNGELA DOMINGUES *

A vontade de viajar e de conhecer outras regiões, povos e culturas, bem como de os descrever, transmitindo experiências e conhecimentos adquiridos a outros que também viajam ou que apenas se limitam a «ser solidários» com o viajante a partir do conforto das suas secretárias ou poltronas, mais do que uma moda ou um gosto é um fenómeno intemporal.

Apesar de o assunto me parecer interessante, não quero obviamente enveredar pela problemática relacionada com as viagens imaginárias que tocam as fronteiras da literatura ficcional – de que um dos arquétipos mais antigos é a viagem de Ulisses para além dos pilares de Hércules e um exemplo mais próximo será o das aventuras mirabolantes de Baudolino à Terra Santa e ao Preste João¹. Igualmente no âmbito dos relatos de viagens imaginárias, consideremos ainda, porque com mais propriedade e outras consequências no imaginário europeu e em viagens realizadas posteriormente à data da edição, o caso das *Viagens* de Jean de Mandeville, um suposto cavaleiro mercenário inglês ao serviço do sultão nas lutas contra os Beduínos, que relata as suas aventuras pelo Egipto, Índia, Ásia, China, Mongólia. Ora, provou-se ser Jean de Mandeville um certo Jean de Bourgoigne, físico de Lutich, que tinha unicamente feito uma viagem na sua vida, ao Egipto, embora o relato publicado fosse tido por verdadeiro, tornado *bestseller* e usado como obra de referência para aquelas outras partes do Velhíssimo Mundo².

É surpreendente como viajantes que realizaram e continuam a efectuar viagens a sítios reais sejam fortemente influenciados por relatos de viagens ficcionais. Lembro, a propósito, que muito recentemente uma querida e

* Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica Tropical.

¹ Umberto Eco, *Baudolino*, Lisboa, Difel, 2005.

² Jean de Mandeville, *Viagens*, São Paulo, Edusc, 2007; «Having visited no foreign country except Egypt, he was compelled to make use of the descriptions of others and to publish his compilation under a pseudonym. He discloses, in the situations borrowed often word for word from various authors, an extraordinarily wide range of reading, and he understood how to present his matter so attractively that the work in manuscript and print had a wonderful popularity» in Jean de Mandeville <http://home.newadvent.org/cathen/09587b.htm>

saudosa amiga brasileira visitou a nossa Lisboa do século XXI deixando-se guiar pelos romances de Eça de Queirós. É claro que pronta e espontaneamente (ou talvez nem tanto) lhe recomendei vivamente a leitura de *A queda de um anjo*, de Camilo Castelo Branco, onde o herói ou anti-herói romântico, o deputado Calisto Elói de Silos Benevides de Barbuda, morgado da Agra de Freima, do termo de Mirandela, inicia os seus primeiros passos por Lisboa oitocentista seguindo os périplos dos clássicos latinos, de que adveio uma infundável e irónica série de erros e equívocos³.

Susan Bassnett escreveu que «Travelers write about what they see, and their perceptions are shaped by cultural context from which they come and by all that they read and experienced about that culture»⁴. A esta reflexão juntaria uma outra, a de que um país é tão bem descrito pela sua geografia, planícies, montanhas e rios como pelas palavras, descrições, memórias e até anedotas, afirmação com a qual concordo perfeitamente ou não fosse eu originária daquele «tiny little country near Spain», forma como uma honrada senhora norte-americana definia o meu país depois de o ter visitado num verão qualquer.

Já neste registo – o das verdadeiras viagens e dos verdadeiros relatos –, pensemos, por exemplo, no *Livro* de Marco Pólo. Por largo período de tempo, este livro, juntamente com as *Viagens* de frei Odorico de Pordenone, constituiu a fonte de informação europeia minimamente acessível e fiável sobre a Rota da Seda, Arménia, Pérsia, Afeganistão, até à Mongólia e China⁵. Em Marco Pólo e Pordenone, como aliás em tantos outros livros que identificamos como sendo literatura de viagens, os limites entre realidade e ficção são difíceis de estabelecer⁶.

³ Camilo Castelo Branco, *A queda de um anjo*, Coleção Clássicos da Literatura Portuguesa, Porto, Porto Editora, s.d http://www.portoeditora.pt/bdigital/pdf/NTSITE99_QuedaAnjo_Cap01.pdf

⁴ Susan Bassnett, «Introduction» in *Literature of travel and exploration: an Encyclopaedia*, Jennifer Speaker (org.), vol. I, New York, Fitzroy Dearborn Publishers, 2002, p. xi. http://books.google.pt/books?id=on2ShbwVzp4C&pg=PR11&lpg=PR11&dq=%22the+theme+of+travel+runs+through%22&source=web&ots=kZaXy12pVu&sig=M2k2zM3zZ_fNGSe_UW-OL78pMiA&hl=pt-PT&sa=X&oi=book_result&resnum=2&ct=result

⁵ Enviado pelo Papa Inocêncio IV em missão diplomática junto do Grande Tártaro Mongol, o franciscano Odorico de Pordenone terá viajado por Veneza, rumo a Constantinopla, Golfo Pérsico, Índia, Ceilão, Sumatra, Java, China, Mongólia, Tibete. Foi uma das fontes de Jean de Mandeville http://en.wikipedia.org/wiki/Odoric_of_Pordenone

⁶ «Manuscript editions of his work ran into the hundreds within a century after his death. The book was recognized as the most important account of the world outside Europe that was available at the time. Today there are more than 80 manuscript copies in various versions and several languages around the world» in «Marco Polis and his travels» in <http://www.silk-road.com/artl/marcopolo.shtml> Embora com uma dose de imaginação e fantasia suficiente, o livro resultou da viagem de vinte e quatro anos de um jovem oriundo de uma família de abastados mercadores venezianos. Francisco Maria Esteves Pereira, *O livro de Marco Paulo, O livro de Nicolau Veneto, Carta de Jeronimo de Santo Estevam, conforme a impressão de Valentim Fernandes feita em Lisboa em 1502*; com três fac-símiles, introdução e índices, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1922.

Seguidamente consideremos o salto epistemológico que ocorre com a literatura de viagens da «Idade das Navegações», quando a «ciência» expulsou dos mares e de ilhas imaginárias seres lendários e míticos. Esse conhecimento científico náutico que garantia que era tecnicamente possível regressar a um local onde se tinha estado pela primeira vez e assim dominar os oceanos, fez com que estes seres imaginários se refugassem no Novo Mundo.

«Volver de los viajes con memorias ò relaciones escritas de lo visto – instrumentos de información y controle en manos de la Corona – fue una exigência explicita de los reyes a partir de la segunda travesía de Colón»⁷. Deste modo, as viagens e a literatura de viagens assumem-se como um meio privilegiado para conhecer e avaliar as consequências culturais do expansionismo europeu, sendo claramente uma das formas mais dramáticas de expressão do que os europeus de então viam pela primeira vez e de como fizeram chegar aos seus contemporâneos (e até nós) os registos desses fenómenos. Através deles é possível repensar, entre outras questões, a da dinâmica de encontros e dos confrontos, a dos diferentes conceitos de soberania e das relações centro-periferia, as teorias raciais e a formação de noções de identidade, a evolução das formas de organização do conhecimento, bem como das alterações dos métodos de registo.

Os primeiros europeus a descrever o Novo Mundo viram coisas novas e estranhas e desenvolveram em relação a elas sentimentos de aproximação, compreensão ou de repulsa, incompreensão. A América e o Brasil tornaram-se os lugares onde tudo era possível. Por vezes, ao tentar torná-las mais perceptíveis, socorrem-se de imagens familiares aos seus leitores, algumas em voga nos romances vulgarmente lidos ou vivas no imaginário europeu, como é o caso das célebres Amazonas que, tendo sido descritas nas «relações verdadeiras» das viagens de «Orellanas» e «Aguirres», vêm a sua existência ser questionada e cientificamente desmontada pelo corregedor e ouvidor-geral Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (Rio Negro em 1774-1775). O relatório da viagem foca este aspecto revelando que, não obstante para um ilustrado a questão já não ser digna de crédito, ainda dava «algum trabalho». A conclusão do ouvidor foi de que, *de facto*, não existiam⁸.

Os impérios coloniais seiscentistas e setecentistas, construídos com base numa economia desenvolvida à escala mundial, com manufacturas europeias a serem produzidas e vendidas nas colónias, deviam exportar e impor uma «missão cultural e civilizadora europeia» a todo o mundo, porque tinham

⁷ Carlos Alberto González Sanchez, «Discursos y representaciones de la cultura escrita em el mundo hispánico de los siglos XVI y XVII» in *Cultura escrita y sociedad*, n.º 2, Abril 2006, p. 41

⁸ António Porro, *As crónicas do rio Amazonas. Notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*, Editorial Vozes, Petrópolis RJ, 1992; Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, *Diário da viagem que em visita e correição das povoações da capitania de S. José do Rio Negro fez o ouvidor e intendente geral da mesma, no ano de 1774 e 1775*, Lisboa, na Tipografia da Academia, 1825.

uma função redentora: o modelo cultural europeu era superior a todos os outros, desejável a todos os outros, menos desenvolvidos, menos civilizados, mais «primitivos». Embora quando se tratasse de a impor aos *Outros*, este «modelo de cultura europeia ocidental» tivesse *nuances*: de acordo com as diferentes perspectivas, a cultura de uma nação europeia era sempre melhor que a da outra e ainda mais se se tratasse destes encontros (ou confrontos) nas colónias e com as sociedades coloniais. Mas para além de todos estes juízos de valor, a atracção por estes «strange new worlds» e pelas culturas mais bárbaras, selvagens, inferiores era inevitável.

Neste período, o êxito editorial que a literatura de viagens teve explica-se em parte porque estes livros eram histórias de heróis destemidos num mundo povoado por povos selvagens, perigosos piratas, inimigos ignorantes. Esta literatura tinha uma função didáctica e de entretenimento junto da população que vivia os relatos de navegadores como se de aventuras se tratassem e via nas descrições de sociedades e povos estranhos e exóticos a superioridade da civilização europeia ocidental. Mas, simultaneamente, constituía uma fonte de informação útil tanto para quem de facto viajava, como para políticos e mercadores que, do conforto dos seus gabinetes, avaliavam territórios e políticas, produtos e lucros. Assim se explica que, por exemplo, *A voyage around the world in the years MDCCXL, I, II, III, IV*, by George Anson, tenha conhecido quinze edições entre 1748 e 1776⁹. Do mesmo modo, os trabalhos de John Mawe, Thomas Lindley, Henry Koster ou Maximiliano de Wied-Neuwied conheceram inúmeras e rápidas edições e traduções em francês, italiano, holandês e alemão.

Nos dias de hoje a literatura de viagens continua a ter um enorme sucesso, talvez ainda maior com a «democratização» do turismo. Não quero obviamente expressar que o conceito «turista» seja equiparável a «viajante», nem tão-pouco entrar nessa discussão¹⁰. Em inúmeras prateleiras de livrarias, guias turísticos com o êxito e prestígio que os *Blue Guides* (o primeiro, *London and its environments*, foi publicado em 1918) ou os *Lonely Planet Guide*, (o primeiro, *Across Asia on the Cheap*, foi editado em 1973) coexistem com relatos de viagem de aventura e exploração dos mais diversos períodos, dando-nos ideia da importância que a «literatura de viagens» continua a desempenhar num mundo onde as novas tecnologias permitem o acesso a uma informação que chega célere e quase gratuita.

Não deixa de ser curioso que este gosto intemporal por «literatura de viagens» e sobre o que ela transmite inclua igualmente, a par do que de mais

⁹ Ângela Domingues, «O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo» in *Revista Brasileira de História*, vol. 28, n.º 55, Janeiro-Junho 2008, p. 147.

¹⁰ Sobre esta distinção Susan Bassnett cita apropriadamente Paul Fussell: «Tourism as not self-directed but externally directed. You go not where you want to go but where the industry has decreed you shall go. Tourism soothes you by comfort and familiarity and shields you from the shocks of novelty and oddity. It confirms your prior view of the world instead of shaking it up» (in «Introduction», p. xii).

actual se escreve sobre um país ou uma região, a leitura e análise de relatos de viagens feitos em períodos recuados. Estamos, agora, num outro domínio, no da reedição de textos históricos de viagens que, de igual modo, considero ser um «fenómeno sem tempo», embora, e consoante as épocas, motivado por diferentes razões, com diferentes objectivos e, sobretudo, com uma leitura, um «olhar» diferente.

Assim, ao ler esses textos de períodos mais recuados, a minha atenção reparte-se entre o que é descrito ou relatado – no presente caso, o Brasil e o modo como a colónia ou o país, a natureza, a sociedade colonial, os ameríndios –; e quem e de que modo descreve – não só a forma como o sujeito se relaciona com o meio ambiente e as populações locais mas também o inquérito que utiliza, o qual reflecte a sua própria formação e o meio cultural em que está integrado, bem como as estratégias de que se socorre tendo em vista aproximar o novo, o estranho, o exótico ao que os destinatários conhecem e têm a sensação de dominar. Às pessoas que têm esta capacidade de descrever e representar novos mundos e de os abrir à Europa, chamou Mary Louise Pratt de «os olhos do Império».

Retomando um exemplo anteriormente dado, hoje, tal como na Idade Média, continuamos a ler o Livro de Marco Pólo, que continua a ser reeditado na sua versão original e com adaptações para o público infanto-juvenil. Curiosamente, numa livraria começámos por procurá-lo na categoria de «História» e «Literatura/Romances» e finalmente acabámos por encontrá-lo na secção «Literatura de Viagem», profusamente acompanhado por reedições de textos que iam desde o século XVI ao XIX: Knivet, relatos de piratas e flibusteiros. Ora, ao ler o livro, faço-o, se o meu propósito não é académico, com o objectivo de entretenimento e recreação. A esse objectivo imediato, acresce paralelamente uma perspectiva crítica e uma visão «antropológica» que incide não apenas sobre o modo como a China foi vista e descrita pelos olhos de Marco Pólo, mas também como é que esta China de Marco Pólo é interpretada por mim, cidadã do século XXI; como também sobre o próprio Marco Pólo e o que este relato revela aos europeus do século XXI da Europa do século XIII nomeadamente através da forma como o autor organizou o discurso e privilegiou, descrevendo-os, fenómenos específicos.

Creio que são estes «jogos reflectidos» que nos atraem e que talvez ajudem a compreender o êxito que a «literatura histórica» de viagens continua a ter, tanto entre os académicos, como junto dos leitores comuns das mais diferentes idades. Continuamos a ler Marco Pólo com propósitos académicos e para nossa fruição. De igual modo, as editoras continuam a achar rentável a reedição de narrativas de viagens, como as de John Mawe, Jean Baptiste Debret ou Maria Graham, entre tantos outros. E não posso deixar de aqui sublinhar a vitalidade que os estudos relacionados com as viagens e a «literatura histórica de viagens» têm, nomeadamente sob a forma de associações académicas com prestígio (como a Hakluyt Society), na edição de revistas especializadas (como a *Studies in Travel Writing*), de colecções específicas (como a Magellane das Ed. Chandeigne, as da Hakluyt Society, ou

as Memórias do Instituto de Investigação Científica Tropical), por vezes em acessíveis livros de bolso, bem como de estudos científicos que se renovam constantemente¹¹.

Embora o esboço aqui traçado por mim seja linear e me permita argumentar – embora neste momento, reconheço, superficialmente fundamentada – que o gosto pela literatura histórica de viagens é, então, um fenómeno intemporal, comum, por largo período de tempo, à Europa Ocidental, considero também que os motivos, os interesses que estas «sociedades» tiveram e continuam a ter pela «literatura histórica de viagens» não são, obviamente, as mesmas, ou pelo menos, não são só as mesmas.

Podemos obviamente encontrar aspectos predominantes e comuns a todos os tempos, tais como o fascínio pelo estranho e pelo distante, que frequentemente se traduz no gosto mais ou menos definido e assumido pelo exotismo ou pelo «maravilhoso»; a vontade de saber de forma mais precisa, eventualmente, tornando útil e incorporando esse conhecimento às referências e necessidades de cada um; a formulação destes (à falta de melhor) «jogos reflectidos» que nos levam a reequacionar o estafado binómio Eu/Outro.

Contudo, há problemas característicos a épocas concretas. Por exemplo, o que justifica que em pleno «Século das Luzes» – no período em se desenvolve o que M. L. Pratt chama de «consciência planetária europeia» e se questiona a credibilidade da informação de «soldados ignorantes» e «clérigos inábeis», entendidos como os que não têm a «formação científica» de setecentos – se publique uma imensidão de textos quinhentistas e seiscentistas sobre o Brasil, aliás profusamente utilizados em obras científicas «de ponta»? O que faz com que num século que apenas acredita nos resultados da experiência e da observação, no que vê e pode comprovar, editores tão conceituados como Peter van der Aa continuem a imprimir Jean de Léry, André Thévet, Hans Staden, António Vieira e Fernão Cardim? Porque perante o encerramento da colónia brasileira a viagens oficiais estrangeiras conjuntamente com a não divulgação dos resultados das expedições portuguesas mais recentes, os escritos destes autores constituíam a informação que estava disponível ao comum dos europeus do século XVIII¹².

Sintetizando argumentos desenvolvidos em outro lugar, diria que a intensa renovação científica e intelectual ocorrida na Europa de setecentos tinha também chegado a Portugal, que, em pleno século das Luzes, conhecia renovações profundas nomeadamente com o fenómeno dos *estrangeirados*¹³,

¹¹ Uma fundamentação mais sólida desta afirmação far-se-á em trabalho futuro.

¹² Ângela Domingues, «Notícias do Brasil colonial: a imprensa científica e política a serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra)» in *Vária História*, vol. 22, n.º 35, Janeiro-Junho 2006, p. 152.

¹³ Oswaldo Munteal Filho, *Uma sinfonia para o Novo Mundo: a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração brasileira no antigo sistema colonial*, Dissertação de Doutoramento em História, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

com a presença em Portugal e no Brasil dos padres matemáticos¹⁴, com convites dirigidos a ilustres intelectuais para desempenhar papel activo como formadores de uma nova *elite do conhecimento* ao serviço do estado português¹⁵, com as *viagens filosóficas*¹⁶. Parte da actuação desta elite vai ser utilizada numa administração mais eficiente e num maior controlo, conhecimento e exploração económica do Império, com o Brasil a ocupar lugar de destaque. Como se sabe, inúmeras viagens científicas são efectuadas com o intuito de se actualizar e ampliar o conhecimento que o poder central tem dos seus domínios. Contudo, os resultados da actuação da elite de conhecimento permanecerão, na sua maioria, manuscritos, depositados em arquivos das Secretarias de Estado e da administração central, e o acesso à informação irá ser restringido e controlado¹⁷. «A obsessão da(s) corte(s) espanhola [e portuguesa] de proteger suas colónias de toda a influencia e espionagem estrangeiras era legendária»¹⁸: em causa estariam principalmente a defesa das instalações militares e da exploração mineira do interior da América.

O certo é que já em pleno século XIX, o Brasil era considerado por viajantes como Spix e Martius (1817-1820) como «the hart of a new continent» e «a part of the world so imperfectly known», tornando-se rapidamente alvo de inúmeras expedições e viagens científicas pelos demais países europeus, e também de «real and authentic narratives [...] hitherto but imperfectly or not at all explored and performed by persons every way qualified to gather ample materials for both instructions and entertainment» que iam tornando familiares à compreensão europeia mundos desconhecidos e exóticos e sociedades consideradas inferiores à da antiga e ilustrada Europa¹⁹.

Uma questão, que se pode acrescentar aos pontos já levantados, foi contundentemente apontada pelo historiador espanhol Francisco Vasquez Garcia: «La Razón Ilustrada seria culpable por imponer un unico modo de

¹⁴ André Ferrand de Almeida, *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos, 2001.

¹⁵ Ângela Domingues, *Viagens de exploração geográfica na Amazónia em finais do séc. XVIII: Política, Ciência e Aventura*, Lisboa: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração (Madeira)/Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991; idem, «Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos» in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 2008, pp. 1823-38.

¹⁶ Ermelinda Pataca, *Água, terra e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*, Dissertação de Doutoramento apresentada no Instituto de Geociências, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

¹⁷ Ângela Domingues, «Circulação de informação científica no Império Português em finais de setecentos» in *O domínio da distância. Comunicação e cartografia*, Maria Emília Madeira Santos e Manuel Lobato (org.), Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006, p. 71 e ss.

¹⁸ Mary Louise Pratt, *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*, Bauru, EDUSC, 1999, p. 43.

¹⁹ JB. Von Spix e CFP. von Martius, *Travels in Brazil*, vol. I, Londres, Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown and Green, 1824, p. 2 e vii.

ver y de estar en el mundo, el próprio del varón blanco, occidental y heterosexual, apoyado en la tecnociencia y en las instituciones del mercado y la democracia liberal» e de identificar como racional o modo de vida de um europeu ocidental de classe média²⁰.

O «Século das Luzes», ao trazer consigo uma nova concepção de ciência, acompanhada por um racionalismo cada vez mais notório, lançou as bases da exploração científica da natureza selvagem dos trópicos²¹. Gerou um processo que tornou os homens em donos de terras, objectos e mundos, com uma vontade de conhecer e dominar a natureza através da construção de registos: textos, colecções, herbários, imagens, pinturas, mapas. Neste movimento de apropriação de novos lugares e de redescobrimto do mundo, os viajantes são figuras ímpares. «*Homens do seu tempo*» – cultos, interessados, curiosos – contribuíram para que a Europa ilustrada arquitectasse imagens: primeiro de uma colónia centenária; depois de um jovem país sul-americano.

As mulheres tiveram um papel irrelevante neste processo. Esta sociedade, que defendia o direito natural e os princípios de igualdade jurídica entre os homens, fazia, no entanto, distinções quando se tratava dos direitos civis, não considerando princípios de igualdade política e social. Da mesma forma, as teorias iluministas sobre a aprendizagem humana mantinham barreiras relacionadas com uma educação diferente em relação aos sexos e criavam dúvidas sobre a capacidade das mulheres em relação à razão. Consideradas biologicamente inaptas para uma participação activa na vida pública, eram excluídas de participar na vida política.

Não espanta, pois, que, quase todas as viagens de exploração e quase todos os registos, tenham sido feitos por homens. Ou seja, as mulheres viajavam, acompanhavam os seus maridos, as suas famílias, por vezes em circunstâncias adversas, mas os testemunhos escritos por elas são inexistentes ou perderam-se com o passar dos anos. Uma das excepções mais emblemáticas é, talvez, o caso de Isabella Godin des Odonais, aristocrata peruana que, seguindo a rota de La Condamine, desceu os Andes e o rio Amazonas para se juntar a seu marido, Louis Godin des Odonais. Contudo, «A romântica e arrepiante narrativa de Mme Godin foi publicada em 1773 – não por ela, mas por seu esposo, a pedido de La Condamine, que a anexou às edições da sua própria narrativa»²².

Já no caso de Rosa de Saulces de Freycinet que, a bordo da corveta Uranie, aportou no Rio de Janeiro, em 1817, acompanhando seu esposo Louis-Claude de Freycinet numa expedição científica de circum-navegação

²⁰ Francisco Vazquez Garcia, «Claroscuros de la razón ilustrada» in *Ilustración y libertades. Revista de Pensamiento e História de las Ideas*, vol. 1, 2007, p. 20.

²¹ Flora Medeiros Lahuerta, «Viajantes e a construção de uma ideia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822)» in *Revista electrónica de Geografía e Ciencias Sociales*, vol. X n.º 218 (64), 1 de Agosto de 2006 <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm>

²² Mary Louise Pratt, *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*, p. 51.

com o objectivo de medir as forças magnéticas do hemisfério meridional, os registos por si produzidos – cartas enviadas por Rose a sua mãe, Caroline de Nanteuil – acabaram por ser publicados sob a forma de diário – *Campagne de l'Uranie* (1817–1820), apenas em 1927 por Charles Duplomb²³.

Um outro caso foi, sem dúvida, Maria Dundas Graham, jovem aristocrata britânica que desde muito nova acompanharia a família nas suas andanças pela Índia, Itália, América do Sul e Espanha²⁴. Destas viagens resultariam *Journals [of a residence in India* (1812); *of as residence in Chile during the year 1822 and a voyage from Chile to Brazil* (1824); *of a voyage to Brazil* (1824)], *Letters [on India*, 1814] e *Three months in the mountains East of Rome* (1821), ou seja, relatos de viagens nos quais ia descrevendo os locais, a natureza, os usos e costumes das sociedades/comunidades com que se ia deparando²⁵.

Ainda uma outra excepção? Talvez Maria Leopoldina, imperatriz do Brasil. Leopoldina não foi propriamente autora de um diário ou de um relato de viagem mas de cartas, inúmeras cartas, que nos permitem perceber a sua formação, os seus estados de espírito, as suas relações afectivas, os seus interesses culturais e científicos e as suas simpatias políticas²⁶. E nesse sentido, a correspondência de Leopoldina, não sendo «literatura histórica de viagem» no sentido mais tradicional, é uma fonte válida que contribui para uma melhor percepção do Brasil tal como era visto por um membro da alta nobreza europeia dos inícios de oitocentos, tornada na primeira imperatriz de um jovem país sul-americano. Talvez duplamente importante, na medida em que nos dá informação não só sobre o Brasil de Leopoldina, mas também sobre a antecipação que Leopoldina fazia do Brasil enquanto ainda estava na Áustria.

Leopoldina chegaria ao Brasil a 11 de Novembro de 1817: «the person the most important to the hopes and happiness of Brazil, was welcomed with enthusiasm by all class of people»²⁷. Assim se referia Maria Graham à chegada daquela que viria a ser uma amiga próxima.

Quanto ao período em que Leopoldina chega, há que dizer que é uma época em que os acontecimentos políticos se sucedem a velocidade vertiginosa. Nesta sequência a data marcante é, como aliás a historiografia contem-

²³ Até este momento ainda não tivemos acesso ao diário de viagem de Rose de Freycinet; v. «The *Uranie* voyage» http://www.museum.wa.gov.au/collections/maritime/march/treasures/uranie/rose_etc.html

²⁴ Maria Dundas Graham (Lady Maria Calcott), *Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*, Londres e New York, Frederick A. Praeger Publ., 1969, p. i.

²⁵ Para além destes relatos, publicou também uma *História da Espanha* (1828) e outra da Inglaterra, em 1835, destinada a um público infantil.

²⁶ A correspondência de Leopoldina foi recentemente editada em AA.VV., *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, pesquisa e selecção de cartas de Bettina Kann e Patrícia Sousa Lima; artigos István Jancsó et al., São Paulo, Estação Liberdade, 2006.

²⁷ Maria Dundas Graham (Lady Maria Calcott), *Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*, p. 57.

porânea o demonstra pela importância que lhe confere, o ano de 1808, da chegada da corte ao Brasil e da abertura dos portos à navegação das nações amigas e ao comércio internacional. Mas tal como afirma Sérgio Buarque de Holanda, à abertura dos portos seguiu-se o «novo descobrimento do Brasil». Inúmeros viajantes aportaram à colônia e descreveram as «dores de crescimento» de uma cidade que se adaptava à instalação da corte, dos órgãos e do *aparatus* da administração central e de mais alguns milhares de pessoas. Mas a 1808 seguiram-se outras datas marcantes e um período politicamente agitado. O registo desses acontecimentos é feito por Maria Graham que, durante a sua estada, frequenta círculos de diplomatas e líderes políticos. Ainda assim, faz repetidamente notar que a informação a que tinha acesso era condicionada porque, segundo afirmava, era mulher e estrangeira: «My opportunities of information were too few; my habits as a woman and a foreigner never lead me into situations where I could acquire the necessary knowledge»²⁸. A esta dificuldade acrescia a sua relação imediata com os acontecimentos que estavam ainda muito próximos, o que obscurecia os motivos e razões por trás de eventos e pessoas.

Contrariamente ao que seria de esperar da sua condição de «mulher» e «estrangeira», Leopoldina vai tomar uma franca e aberta participação em muitos deles, particularmente os que tocam à independência do Brasil, à contratação de colonos e de soldados mercenários da Europa (engajados pelo major G. A. von Schaffer, favorito de Leopoldina), às nomeações de indivíduos para cargos diplomáticos e administrativos internos²⁹.

A vida, época e perfil psicológico de Leopoldina foram assuntos recentemente estudados com profundidade. Chegado ao Rio em 1825, o soldado mercenário Schlichthorst descreve-a como «baixa e gorda, com traços genuinamente alemães (...). O sol dos trópicos e o modo de vida a que se adaptou no hemisfério meridional emprestam-lhe às faces alto grau de vermelhidão e lhe deram a corpulência que se manifesta em quase todas as mulheres brasileiras passada a primeira mocidade (...) fala alemão à maneira de Viena, servindo frequentemente de intérprete ao marido. Dizem que é muito instruída»³⁰.

Esta descrição contemporânea de uma Leopoldina culta mas pouco graciosa terá uma outra dimensão, nomeadamente a que é conferida pelos

²⁸ Maria Dundas Graham (Lady Maria Calcott), *Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*, p. 59; e também p. 79.

²⁹ *A imperatriz Maria Leopoldina. Documentos interessantes publicados para comemorar o primeiro centenário da sua morte, ocorrida no dia 11 de Dezembro de 1826*, prefácio de Alcides Bezerra, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1926. Neste período de organização do exército brasileiro, inúmeros alemães, irlandeses, franceses e italianos foram contratados para integrar os corpos militares. Entre eles, encontrava-se C. Schlichthorst autor de uma vívida descrição do Rio de Janeiro, intitulada *O Rio de Janeiro como é em 1824-1826 (humas vezes e nunca mais)*. Contribuição de um diário para a história atual, costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil, editada pela primeira vez em Hannover, na Real Livraria de Hahn em 1829 (Rio, Livraria Editora Zélio Valverde, 1943).

³⁰ C. Schlichthorst, *O Rio de Janeiro como é em 1824-1826 (humas vezes e nunca mais)*, p. 24.

ensaios que antecedem a recente publicação da correspondência da primeira imperatriz do Brasil. Por eles, ficamos a saber que Leopoldina, neta da imperatriz Maria Teresa de Áustria e irmã de Maria Luísa, jovem esposa de Napoleão, era uma jovem culta, amável, afectuosa e bem-educada, detentora de uma educação que incluía o estudo das ciências naturais, zoologia e botânica, física, francês, italiano, latim, história, música e pintura³¹. A esta formação inicial, juntou-se a aprendizagem do português e do inglês, já durante a sua permanência no Brasil: a primeira, que considerava um idioma «difícil de entender porque é meio árabe, italiano e francês, [mas] apesar disso é uma língua com boa sonoridade», por razões de proximidade familiar e afectivas; ambas as línguas por razões políticas e diplomáticas³².

Embora não sendo meu propósito enveredar pelos estudos de género, pareceu-me interessante tentar avaliar o peso que a correspondência de uma mulher europeia teria enquanto fonte de transmissão de informação válida para a compreensão do Brasil oitocentista e perceber como a colónia era vista por uma recém-chegada, como esta apreendeu o Brasil e tornou perceptível esta imagem? Como capta e descreve a natureza, a humanidade, os costumes de povos e elites e como os seus sentidos são estimulados por cores, cheiros, tipos, sons, sabores e práticas sociais diferentes, oscilando entre o pitoresco e o exótico³³. Se as sensações físicas se traduzem em discursos e imagens, com os recém-chegados a tentar descrever, classificar e conferir significado à experiência que chega através dos sentidos, qual é o papel da correspondência, não só como meio de comunicação e forma de manter e cultivar as ligações afectivas, mas também como exercício de aproximação para tornar familiar o que é distante exótico e estranho a quem está longe?

1. Uma imagem do Brasil na Europa: Leopoldina e as expectativas anunciadas

Na opinião abalizada de Andréa Slemian, o matrimónio de Leopoldina e Pedro surge como uma missão política negociada entre as cortes portuguesa e austríaca. Mas, primeiro que tudo, não posso deixar de realçar o facto irónico e bem notado por Maria Graham de ser Leopoldina irmã bem-amada de Maria Luísa, mulher de Napoleão I, que afinal «havia compelido

³¹ Bettina Kann, «Apontamentos sobre a infância e juventude de Leopoldina» in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, São Paulo, Estação Liberdade, 2006, p. 65. Tal como José Bonifácio, foi aluna de Hany, tendo estudado mineralogia segundo o seu sistema de classificação.

³² Carta 70 a Maria Luísa, de 21 de Outubro de 1816 in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 253.

³³ Sandra Jatahy Pesavento, «Uma cidade sensível sob o olhar do «outro»: Jean-Baptiste Debret e o Rio de Janeiro (1816-1831)» in *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, n.º 7, 2007 <http://nuevo-mundo.revues.org/document3669.html>

a família Bragança a exilar-se»³⁴.

Um dos objectivos seria o Império Austro-húngaro obter uma posição privilegiada com vista a novas oportunidades comerciais relacionadas com o comércio colonial. Neste jogo político-diplomático em que a Inglaterra e a França continuavam a ser os principais opositores, Leopoldina seria «uma importante representante dos interesses da casa dos Habsburgo nos destinos portugueses, especialmente na América, ainda mais se levarmos em conta a supremacia exercida pelo Império Austríaco na Europa naquele momento»³⁵.

Juntamente com a jovem noiva partem então para o Brasil alguns cientistas austríacos e alemães especializados em História Natural e Filosofia Natural, entre eles o zoológo Johann Natterer, e dois bávaros, membros da Academia de Ciências de Munique, enviados pelo rei da Baviera: Joannes Baptist von Spix e Carl Friederich Philipp von Marius. Desta forma, «The marriage of an Austrian Princess with the Crown Prince of Brazil, gave, however the most powerful stimulus to the German literati, and the fairest opportunity for visiting Brazil with all the advantages that the protection of the Emperor could afford»³⁶.

O interesse pelo Brasil aparece claro na correspondência da jovem princesa logo após o início das negociações para o casamento com o herdeiro da coroa portuguesa, em Junho de 1816³⁷. Perante a perspectiva do enlace e da deslocação para o Brasil, Leopoldina continuou a sua formação dando início a uma série de leituras com o objectivo de se munir de informação sobre a colónia brasileira e o reino de Portugal. Leu obras como a de Joaquim José António Lobo da Silveira, cônsul de Portugal junto da corte sueca, que divulgava as produções naturais brasileiras (e particularmente as minerais) junto de uma Europa muito atenta³⁸; bem como a *Histoire du Brésil depuis sa découverte en 1500 jusqu'en 1810* de Alphonse de Beauchamp (3 vols., Paris, 1815), os *Eléments de l'Histoire du Portugal* de Antoine Sérieys (Paris, Chez Demoraine, 1805), e outras obras não identificadas até ao momento, como Valet, o *Jornale lusitanico*.

Para além disso, procurava obter dados através de conversas com Pedro José Joaquim Vito de Meneses Coutinho, 6.º marquês de Marialva e 1.º conde

³⁴ Maria Graham, *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina e cartas anexas*, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1997, p. 31.

³⁵ Andréa Slemian, «O paradigma do dever em tempos de revolução: D. Leopoldina e o sacrifício de ficar na América» in D. Leopoldina. *Cartas de uma imperatriz*, p. 89.

³⁶ H. E. Lloyd, 'Preface' in JB. Von Spix e CFP. von Martius, *Travels in Brazil*, vol. I, Londres, Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown and Green, 1824, p. x.

³⁷ Sobre o cerimonial relacionado ao processo de negociação do casamento e à sua celebração v. Jurandir Malerba, *A corte no exílio. Civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1810 a 1821)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 55 e ss.

³⁸ J. Lobo da Silveira, sexto conde de Oriola, foi autor de *Skizze von Brasilien*, publicado em Estocolmo, Johann P. Lindh, 1808.

de Cantanhede, e de Rodrigo Navarro de Andrade, 1.º barão de Vila Seca, representante em São Petersburgo e Sardenha, que, segundo Leopoldina, tinham viajado por toda a Europa e parte da América³⁹, que provavelmente seriam responsáveis pela imagem da família real portuguesa como detentora de «*muito senso e nobres qualidades*»⁴⁰.

Seria esta conjugação de informação oral e escrita que permitiu a Leopoldina fazer a ideia do Brasil como um Eldorado e «um país magnífico e ameno, terra abençoada que tem habitantes honestos e bondosos», onde todos os cortesãos gostariam de acompanhar a sua jovem princesa, «pois todos querem ver o Brasil». Adulação palaciana à parte, o Brasil parecia-lhe uma alternativa viável a uma insuportável e conturbada Europa, assolada por uma instabilidade política notória e lugar pouco seguro para as cabeças coroadas.

Quanto às lacunas sobre o Brasil, a princesa que tinha por meta casar-se e ter filhos ou ser nomeada mineralogista do Império propunha-se suprimi-las através do envio das sementes das plantas mais exóticas, das pedras mais raras, dos mais belos e interessantes exemplares de papagaios e macacos e ainda pelo envio das suas cartas e de uma fiel descrição do Brasil⁴¹.

2. A chegada: os encontros desejados

«Nem pena nem pincel podem descrever a primeira impressão que o paradisíaco Brasil causa a qualquer estrangeiro; basta dizer que é a Suíça com o mais lindo e suave céu»⁴². Esta frase espelha o entusiasmo e admiração sentidos por Leopoldina face à natureza carioca. Assim descreveu a seu pai, o Imperador Frederico I, a admirável e exuberante paisagem que enquadra a cidade do Rio de Janeiro, com os seus três belos fortes, os vários grupos de ilhas e as montanhas circundantes cobertas de palmeiras e outras árvores. Porque, cabe aqui dizê-lo, o Brasil de Leopoldina foi pouco mais que o Rio e os caminhos e áreas circundantes aos palácios de São Cristóvão e Santa Cruz ou a Baía e as Minas Gerais, até onde terá viajado por várias vezes.

Tal como outros viajantes anteriores a ela, como Spix e Martius, John Luccock ou Johann Emanuel Pohl, Leopoldina desenvolveu, logo após a sua chegada ao Brasil, uma admiração genuína e sincera pelas belezas naturais e pelas potencialidades económicas contidas na natureza do seu Brasil.

³⁹ Carta 75 a Maria Luísa, de 19 de Novembro de 1816 in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 259.

⁴⁰ Carta 67 a Maria Luísa, de 4 de Outubro de 1817, 1816 in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 249.

⁴¹ Carta 67 a Maria Luísa, de 4 de Outubro de 1817, *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 249; e carta 68 a Maria Luísa de 15 Outubro de 1817, *ibidem*, p. 251.

⁴² Carta 131 a Francisco I, de 8 de Novembro de 1817 in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 313.

Numa tentativa de tornar compreensível o cenário encontrado a outros europeus, nomeadamente à sua família, a princesa recém-casada irá aproximar e incorporar o desconhecido através da comparação com o que é familiar quando, por exemplo, afirma que «a região [o Rio] é maravilhosa e bem igual ao Steyermark» ou quando classifica a área montanhosa em torno da cidade como os «nossos Alpes do Brasil»⁴³. Mas também irá socorrer-se do seu talento e enviar desenhos de paisagens, amostras de minerais, espécimes vivos e dissecados, transmitindo uma ideia de fecundidade e grandeza da enorme diversidade da floresta e dos seus habitantes, bem como do grande potencial de pesquisa de uma natureza ainda pouco conhecida e estudada⁴⁴. Através das descrições contidas nas suas missivas e das recollecções de produtos naturais enviadas, Leopoldina tentava ajudar à integração de regiões e ecossistemas desconhecidos no conhecimento europeu.

Valendo-se da sua educação esmerada e do seu interesse pelas ciências naturais, presenteia seu pai, irmãs e tios com remessas de sementes de «plantas esquisitas», amostras vivas de arbustos e árvores, palmeiras que nunca tinha visto nem em estufas; expede macacos e periquitos, papagaios, colibris, araras e estranhos galos-da-Índia; envia borboletas com tamanho de pássaros, conchas e alguns minerais, o que, pelas leis reais, é altamente proibido.

Contudo, se a natureza em estado puro era um paraíso e resplandecia, importa dizer que a admiração que Leopoldina sentia pela paisagem não era transposta para os autóctones. Os índios, apesar de transparecerem muito pouco nos escritos da princesa eram, de acordo com ela, muito feios e tinham feições esquisitas, com diferentes tons de pele⁴⁵.

Quanto à sua nova família, descreve-os a Frederico I como «anjos de bondade, especialmente meu querido Pedro que, para além de tudo, é muito culto. Embora esteja casada com ele há apenas dois dias, ele merece todo o meu respeito e atenção, pois seu comportamento sob todos os aspectos é admirável»⁴⁶.

Mas em breve, as saudades da família e a desilusão com o casamento iriam dar lugar a outros sentimentos: a vontade de regressar à Europa ganhava força face ao «paradisíaco Brasil», esse «verdadeiro paraíso»⁴⁷.

⁴³ A imperatriz Maria Leopoldina. *Documentos interessantes publicados para comemorar o primeiro centenário da sua morte, ocorrida no dia 11 de Dezembro de 1826*, prefácio de Alcides Bezerra, p. 107.

⁴⁴ Flora Medeiros Lahuerta, «Viajantes e a construção de uma ideia de Brasil no ocaso da colonização» in *Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, vol. X, n.º 218 (64), Agosto de 2006 <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm>

⁴⁵ Carta 136 a Arquiduque Fernando, de 1 de Dezembro de 1817 in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, pp. 316-7

⁴⁶ Carta 131 a Francisco I, de 8 de Novembro de 1817 in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 313

⁴⁷ Carta 132 a Maria Luísa, de 8 de Novembro de 1817, in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 314.

3. Um país «incívil» e inculto e uma humanidade «esquisita»: a dura realidade

Depois deste deslumbramento inicial de Leopoldina em relação ao Brasil e à sua nova família, surgirão outros sentimentos e impressões, sobretudo em relação aos habitantes e seus hábitos, que considerava como «um tudo ou nada esquisitos» e ao clima quente e húmido, que considerava «esquisito» e insuportável, causador das maleitas de «seu infantil esposo», da melancolia que, cada vez com mais frequência, se abatia sobre a princesa. «Le pays est très charmant, plein de sites délicieux, des montagnes très élevés, des prairies verdoyantes de forêts des plus rares et magnifiques arbres parsemés par des belles fleurs, voyant voltiger les oiseaux incomparables par leur plumage; il faut dire que l'Amérique portugaise serait un paradis terrestre s'il n'y eut une chaleur insupportable de 88 degrés et beaucoup des mosquitos»⁴⁸.

Esclareça-se, contudo, que o deslumbramento pela natureza e pelas produções naturais continuou, uma admiração que reflectia uma sensibilidade romântica e desperta para a contemplação da natureza e beleza dos cenários naturais: as paisagens permaneciam maravilhosas, o seu conhecimento continuava a ser uma redescoberta constante, até porque muitos minerais e flores eram desconhecidos na Europa, o país era continuamente descrito como um paraíso com especial encanto para uma Leopoldina mineralogista e botânica⁴⁹.

Só que agora, muitas destas descrições acompanhavam os «estados de espírito» de Leopoldina, reflectindo o seu humor de momento e dando talvez razão a quem afirmava que, sendo as mulheres entes bastante mais sensíveis e emotivos que os homens e sendo também guiadas por princípios diferentes, estavam também mais próximas da natureza⁵⁰. A princesa – considerava ter sido «exportada para este país de ignorância», onde vivia cada vez mais isolada, tinha acessos de melancolia e pesar e manifestava frequentemente desejo de rever a Europa e a família –, via espelhadas a sua tristeza e solidão na natureza que a rodeava, nas «tristes e húmidas florestas do Brasil»⁵¹.

Para lá da natureza, o Brasil era apresentado por Leopoldina como um país inculto e incivilizado, que nada de interessante ou valioso produzia, atrasado em relação à organização social e às manifestações culturais e científicas. As pessoas (a família real incluída) eram diferentes, «esquisitas», e

⁴⁸ A imperatriz Maria Leopoldina. Documentos interessantes publicados para comemorar o primeiro centenário da sua morte, ocorrida no dia 11 de Dezembro de 1826, p. 89.

⁴⁹ Carta 143 a Maria Luísa, de 20 de Janeiro de 1818, in D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz, p. 324.

⁵⁰ Sam George «The cultivation of the female mind: enlightened growth, luxuriant decay and botanical analogy in eighteenth-century texts» in *History of European Ideas*, volume 31, issue 2, 2005, pp. 209-223.

⁵¹ Carta 180 a Maria Amélia, de 27 Setembro de 1819, in D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz, p. 337.

a experiência pessoal adquirida pelo convívio com pessoas de outro país e outros hábitos culturais ditava que tivesse cada vez mais desconfiança e cuidado⁵²: «acho que é impossível fazer o bem e ajudar a enobrecer o país e os habitantes e isso custa muito sacrifício ao meu coração e razão; encontrei tudo muito pior do que o senhor, meu querido tio, havia, bem-intencionado, profetizado quando ainda estava na minha pátria»⁵³.

Quanto aos vínculos com o «mundo civilizado», estes eram mantidos através das ligações mais ou menos regulares e tangíveis com a Europa, permitidas pelos navios e alimentadas pelo que estes transportavam⁵⁴: a correspondência; os relatos orais sobre as «novidades», a política ou os mais recentes acontecimentos militares europeus; presentes enviados pela família: vestidos, sedas, musselinas, linho holandês para confecção de roupa interior, chapéus. E livros, muitos livros, encomendados ao marquês de Marialva ou pedidos a seu pai, irmã ou tios e a sua amiga Maria Graham, destinados a manter a «cientista» actualizada e a modernizar a sua biblioteca, onde predominavam obras de geografia, botânica, história, política e acima de tudo literatura de viagens e história natural⁵⁵.

A colecta de espécimes, a organização de colecções, a detecção de novos e inclassificados minerais, animais e vegetais eram assuntos recorrentes na correspondência da princesa. Assim, ao marquês de Marialva enviava para entregar ao seu mestre e amigo Hany «alguns objectos novos, cuja classificação lhe solicito na medida em que não tenho o atrevimento de lhe tirar essa honra, já que ele é a única pessoa digna de desempenhar tal função»⁵⁶; e a Maria Graham solicitava o envio instrumentos de precisão ou de géneros e espécies da Índia, Ceilão, Nova Holanda e Molucas em falta no seu catálogo de conchas, oferecendo espécimes brasileiros em permuta⁵⁷.

Os envios de macacos e papagaios, roedores, saguis e borboletas, minerais, sementes e plantas, de gaiolas com cem pássaros vivos, muitos deles espécies desconhecidas dos três reinos da natureza, sucediam-se, conjuntamente com remessas de magníficas representações de «paisagens

⁵² Carta 148 a Maria Luísa de 1 de Março de 1818 in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 330.

⁵³ Carta 150 ao arquiduque Rainer, 18 de Abril de 1818 in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 331

⁵⁴ A existência destas ligações para o período subsequente à transferência da corte para o Brasil são referidas, de forma organizada, por Kirsten Schultz, «Exile, culture and civilization in Joane Rio de Janeiro» in p. 8 <http://lanic.utexas.edu/project/text/llilas/cpa/apring05/missa/schultz.pdf>

⁵⁵ O catálogo da biblioteca de Leopoldina foi publicado em 1926, mas apenas até à letra D, tendo este limite sido justificado pelos editores por razões de tempo e custos de impressão da obra onde foi integrado (*A imperatriz Maria Leopoldina. Documentos interessantes publicados para comemorar o primeiro centenário da sua morte, ocorrida no dia 11 de Dezembro de 1826*, p. 183).

⁵⁶ Carta 238 ao marquês de Marialva de 12 de Julho de 1822, in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, pp. 401-2.

⁵⁷ Maria Graham, *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina e cartas anexas*, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1997, p. 37.

escaldantes» feitas por Thomas Ender, representações dos ameríndios brasileiros⁵⁸. A tudo isto juntavam-se alguns mimos da culinária brasileira, como chocolates e compotas de frutas, e de dois índios Botocudos, em quem recomendava expressamente que não se confiasse⁵⁹. Com que outras coisas que não as curiosidades dos três reinos da natureza brasileira poderia Leopoldina brindar a família distante, professores competentes, como Hany, e leais servidores, como o marquês de Marialva, se o país estava atrasado em todo o tipo de cultura? «É completamente diferente viver em um país culto ou em um paraíso terrestre como o Brasil, que ainda está no estágio em que Adão e Eva foram expulsos do paraíso»⁶⁰. Mas para além de serem uma amabilidade imperial com que Leopoldina queria obsequiar família e amigos, muitos destes «pequenos tesouros» das florestas brasileiras eram ainda enviados a Frederico I para serem entregues ao Museu de História Natural de Viena.

Sobretudo, e a partir de certa altura da sua permanência no Brasil, Leopoldina descobre o Império, um império que não está à deriva mas que, pelo contrário, é eficientemente governado a partir da capital e que tem ligações administrativas, comerciais e científicas intensas com a administração central estabelecida no Rio de Janeiro, tal como a tem com Lisboa. E assim, os presentes com que agracia familiares e amigos incluem sementes provenientes da China e da Índia, animais provenientes de África e da Índia, pássaros originários de Nova Holanda, tintas da China, aves do paraíso, cestas de marfim orientais. «Terei muito gosto em enviar à minha querida tia alguns produtos do Brasil; espero que a senhora não recuse o prazer de aceitar pequenas bagatelas, em anexo, produzidas na América, Índia e África, que são mais curiosas que belas; na verdade, foram os únicos objectos que consegui encontrar em países que ainda permanecem nos primeiros graus de cultura»⁶¹.

As descrições iniciais da cidade do Rio de Janeiro como lugar onde nada faltava em matéria de livros ou de adornos, e onde até residia um costureiro que tinha trabalhado para a Imperatriz Maria Luísa, logo deram lugar a outras, onde se descrevia uma cidade atrasada, sem teatros – apesar da inauguração do Real Teatro de São João em 1813 –, divertimentos ou distrações de qualquer espécie. A cidade, apesar de urbanisticamente melhorada com a transferência da corte, tal como repetidamente é afirmado por Spix e

⁵⁸ Carta 155 a Francisco I, 14 de Maio de 1818, in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 337. Thomas Ender terá sido o autor de 244 desenhos (dos quais 151 coloridos) que estavam ainda inéditos em 1934. Os desenhos incluíam vistas do Rio, plantas, paisagens e tipos de pessoas e eram considerados pelo antiquário Hans P. Kraus como um suplemento desconhecido à obra de Spix e Martius (BNRJ, Manuscritos 48, 1, 003, n.º 062 (doc. de 18 de Dezembro de 1934).

⁵⁹ Carta 201 a Francisco I de 2 Abril 1821 in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 377.

⁶⁰ Carta 290 a Maria Luísa, 12 de Dezembro de 1824, in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 435.

⁶¹ Carta 158 a Maria Amélia, 10 de Junho de 1818, in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 339.

Martius, foi um local preterido por Leopoldina em detrimento do campo, de São Cristóvão ou da fazenda de Santa Cruz que «se assemelha muito à minha amada pátria: magnificas montanhas, florestas, planícies circundam nosso pequeno mas lindo palácio; ... vejo plantas e árvores lindíssimas, cobertas de flores ainda desconhecidas na Europa»⁶².

Era aqui, num local mais próximo da natureza brasileira que Leopoldina tanto admirava, mas longe de uma família junto da qual tinha o maior empenho em ser simpática e agradável, embora considerasse os seus hábitos «*um tanto ou quanto esquisitos*», que a princesa vivia a maior parte do tempo, repartindo as suas actividades entre a pesca e a caça, a leitura e escrita, as aulas de música e canto, o aperfeiçoamento do português, inglês e latim, e os longos passeios a cavalo ou a pé, levados ao ponto de se perder completamente na floresta o que, afirmou, tinha sido uma aventura nada idílica.

4. A correspondência de Leopoldina como contribuidora da «literatura de viagens»?

Para Leopoldina é inegável que a correspondência que produz é um veículo preferencial como meio de comunicação, como forma de aproximação afectiva: com o pai, a irmã Maria Luísa, com os tios e irmãos. As suas cartas são ainda um meio eficaz de partilha de conhecimentos: no sentido de tornar familiar o que está distante, e compreensível o que é esquisito e exótico. Ambos os aspectos, o afectivo e o cognitivo, contribuem para acalentar sentimentos de afinidade e partilha que me parecem poder ser interpretados como um mecanismo desenvolvido pela imperatriz para firmar a sua identidade como membro de uma elite aristocrática da Europa Central. Contudo – e penso que, com o correr do tempo, as cartas são cada vez mais claras –, surgem sentimentos contraditórios sobre qual o lugar da imperatriz no mundo e onde seria a sua «casa»: «hence all travel writing exists in a dialectical relationship between two distinct places – that designated by the writer and perhaps also by readers as «home» and that designated as the cultural other»⁶³.

Pela sua correspondência perpassa um forte sentimento de alteridade que transforma o Brasil e os seus habitantes nos *outros*. Ao invés de adoptar uma posição de invisibilidade – como na sua obra científica fizeram os contemporâneos e bem conhecidos Spix e Martius⁶⁴ –, Leopoldina partilhou

⁶² Carta n.º 147 a Francisco I, de 1 de Março de 1818 in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 329.

⁶³ Susan Bassnett, «Introduction», p. xi.

⁶⁴ Ainda assim, é O. A. Carey Turnquest e John Molina que afirmam que, não obstante este distanciamento científico estes cientistas conseguiram transmitir a ideia prevalecente da supremacia europeia, apesar do ar de desprendimento e objectividade que assumem no texto (*The language of supremacy*), Center for Latin American Studies http://dl.lib.brown.edu/travelogues/turnquest_molina.html).

com os leitores das cartas a forma como ela se via a si, à sociedade em que viveu e ao posicionamento de distanciamento que assume sobretudo em relação ao Brasil colonial e menos ao Brasil natural. A forma de transportar esse Brasil «esquisito», «bárbaro» e «inferior» à civilização far-se-ia, na opinião clara de Spix e Martius, e provavelmente de Leopoldina, através da interferência dos europeus e pela promoção da supremacia europeia no Novo Mundo. Teria sido esta vontade de «educar» o Brasil uma razão para impelir a jovem imperatriz a permanecer no Brasil e desempenhar o papel que teve nos acontecimentos relacionados com a independência do país?

Apesar de reconhecer que, no decorrer do século XVIII, existiu uma tendência nítida para uma profissionalização e especialização dos cientistas e para o exercício de saberes científicos ao serviço do Estado, bem como para uma divisão cada vez mais clara entre produção científica e práticas de evasão e recreação, acredito que a correspondência de Leopoldina pode contribuir para uma melhor compreensão da imagem científica do Brasil na Europa da sua época. Afinal, Leopoldina era considerada como uma mulher cultíssima, formada por Hany e outros mestres distintos que lia atentamente e com os quais tinha uma correspondência regular. Admito, de igual modo, que o peso que uma obra científica produzida por «cientistas profissionais» e este tipo de informação de natureza epistolar e afectiva têm são diferentes e que obviamente devem ser analisadas levando isso em consideração. Mas, ainda assim, parece-me que a correspondência de Leopoldina pode ser uma contribuidora válida para um estudo desta natureza.

Se, tal como afirma Susan Bassnett, por vezes os autores de literatura de viagens se podem confundir com romancistas ou autores de memórias que têm por objectivo aproximar culturas diferentes da sua própria cultura, porque não considerar também a epistolografia de Leopoldina, imperatriz do Brasil, como contribuidora de uma «literatura de viagens» entendida num sentido mais alargado?

O CORSO NEERLANDÊS CONTRA A *CARREIRA DA ÍNDIA* NO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XVII

por

ANDRÉ MURTEIRA *

1. **Introdução: o curso contra a Carreira da Índia no período filipino, cronologia e estado da questão**¹

Nas primeiras sete décadas de existência da Carreira da Índia, os navios perdidos para corsários ou piratas foram pouquíssimos, o que não quer dizer que eles não fossem uma ameaça². A prová-lo, estava o sistema de proteção que houve necessidade de montar desde cedo, assente em armadas de escolta. Baseadas no reino, estas armadas protegiam as chamadas naus da Índia ou durante a primeira fase da viagem de ida para a Ásia, ou, sobretudo, durante a última fase da viagem de vinda, entre os Açores e Portugal³. Tratava-se, nos dois casos, de guardar os navios da Carreira em águas próximas da costa portuguesa, frequentadas assiduamente pela pirataria e corso europeus e magrebinos. O resto da rota, então, caracterizava-se ainda pela ausência de perigos humanos de monta.

* Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais Humanas – Universidade Nova de Lisboa. Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. E-mail: andremurteira@gmail.com

¹ O presente artigo resume as principais conclusões da minha dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, *A Carreira da Índia e o curso neerlandês, 1595-1625*, apresentada em 2006 à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Um resumo semelhante, mas mais curto e em inglês, será publicado em Rui LOUREIRO, Dejanirah COUTO (eds.), *From the Mediterranean to the Indian Ocean: Sailors, Ships and Life on Board (1500-1700)*, no prelo.

² Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, *Os descobrimentos e a economia mundial*, 2.^a edição, vol. III, Lisboa: Presença, 1983, pp. 46-48.

³ Cf. Artur Teodoro de MATOS, «A Provedoria das Armadas da Ilha Terceira e a Carreira da Índia no século XVI», in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro (eds.), *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical – Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985, pp. 63-72; idem, *A Armada das Ilhas e a Armada da Costa no século XVI (novos elementos para o seu estudo)*, separata da Academia de Marinha, Lisboa, 1990.

Foi só na década de 80 do século XVI que a navegação da Carreira principiou a ser afectada seriamente pelo corso. A guerra anglo-espanhola entre Filipe II e Isabel I, começada em 1585, foi caracterizada, sobretudo depois de 1588, pelo envio quase anual de esquadras inglesas a águas ibéricas, principalmente aos Açores, ponto tradicional de passagem das naus de volta da Índia⁴. Os ingleses praticaram aí o corso em grande escala, em operações conjuntas de navios da coroa isabelina e de corsários particulares. Embora o tema não tenha sido ainda estudado a fundo, parece provável que estas esquadras mistas fossem uma ameaça bastante mais temível do que aquilo que o sistema estabelecido de protecção da Carreira estaria habituado a enfrentar. De 1587 a 1602, sete navios da Carreira foram capturados ou perderam-se em consequência de ataques ingleses, sempre perto dos Açores ou de Portugal Continental⁵.

Convém notar que, se as esquadras inglesas parecem ter sido um inimigo de novo tipo para a Carreira, a zona em que elas actuavam era, no entanto, a mesma zona de risco onde as naus da Índia já tinham antes de ser protegidas da pirataria e corso mais tradicionais. Fora das águas mais próximas da costa portuguesa e do arquipélago açoriano, continuou-se a gozar por algum tempo da antiga segurança. Isto, porém, iria também mudar perto do fim do século, quando neerlandeses e ingleses estabeleceram eles próprios ligações marítimas regulares à Ásia através da Rota do Cabo. O processo conduziu rapidamente à formação da *East India Company* (1600) e da *Verenigde Oost-Indische Compagnie*, ou V.O.C. (1602), as famosas companhias das Índias Orientais inglesa e neerlandesa. Com a Rota do Cabo navegada agora por inimigos, as naus da Carreira deixaram de poder contar com uma viagem isenta de ameaças humanas longe das águas mais próximas de Portugal.

O aparecimento das companhias das Índias foi a razão principal pela qual o fim da guerra anglo-espanhola, em 1604, acabou por não trazer o sossego esperado à Carreira. Note-se que a paz de 1604 não se estendeu às regiões ultramarinas, onde a Inglaterra continuou a não aceitar as pretensões exclusivistas ibéricas: os ingleses deixaram de assolar as águas peninsulares, mas, longe delas, permaneceram uma ameaça para as naus da Índia, agora através dos navios da *East India Company*. A persistência da insegurança, contudo, deveu-se muito mais à acção dos neerlandeses. Foram eles que mais danos infligiram à Carreira a partir do princípio do século XVII – sobretudo, embora não exclusivamente, longe da Europa, através da V.O.C.

Podemos assim dizer que, na história do corso contra a Carreira da Índia no período filipino, existiu claramente uma primeira fase «inglesa», caracterizada pelos ataques do corso isabelino às naus da Índia nas águas

⁴ Cf. N. A. M. RODGER, *The Safeguard of the Sea – A Naval History of Britain, 660-1649*, Londres: HarperCollins, 1997, pp. 272-296.

⁵ Cf. Paulo GUINOTE, Eduardo FRUTUOSO, António LOPES, *Naufrágios e outras perdas da «Carreira da Índia». Séculos XVI e XVII*, Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 223-231.

ibéricas no quadro das operações da guerra anglo-espanhola de 1585-1604. A partir do princípio do século XVII, contudo, os neerlandeses foram o inimigo mais presente, no novo contexto criado pelo fim do exclusivo português da Rota do Cabo, que expôs os navios da Carreira a ataques longe dos mares mais próximos de Portugal.

O presente artigo pretende analisar o impacto do corso neerlandês sobre a Carreira durante esta fase predominantemente «neerlandesa» do corso contra as naus da Índia. O período de estudo situa-se entre 1598 – data em que os neerlandeses estabeleceram uma ligação marítima regular à Ásia, depois da viagem inaugural de 1595-1597 de Cornelis de Houtman – e 1625, ano em que o número anual de navios portugueses partidos para o Oriente começou a cair para não mais recuperar, encerrando-se com isso um capítulo da história da Carreira⁶.

Se é consensual que o corso só se tornou um problema para a Carreira a partir da década de 80 do século XVI, está por estabelecer a importância exacta do seu impacto. Para tentar aferi-la, não basta contabilizar as perdas de navios directamente resultantes de ataques corsários e calcular a sua proporção nas perdas totais. O corso podia ser indirectamente responsável por alguns naufrágios, além de que os danos que infligia não tinham de tomar sempre a forma de perdas. A questão não é simples e tem de ser analisada em relação com a informação quantitativa disponível sobre o movimento da Carreira. Resumem-se aqui as posições sobre o assunto dos autores que abordaram quantitativamente a história da Carreira da Índia.

Vitorino Magalhães Godinho⁷, depois de demonstrar a insignificância das perdas para a pirataria e para o corso até 1586, debruça-se sobre o corso inglês e neerlandês nos anos de 1586-1635⁸. Tem o cuidado de relativizar

⁶ Em 1625, regressaram a Portugal parte dos navios do último de uma série de grandes contingentes navais enviados ao Oriente entre 1619 e 1624. Encerrou-se então um período de seis anos iniciado em 1619 no qual todos os anos, com excepção de 1620, partira para o Índico uma armada extraordinária para reforçar as defesas do Estado da Índia. Despachadas de Lisboa a par dos contingentes regulares de navios destinados a regressar no ano seguinte, estas armadas engrossaram consideravelmente o movimento da Carreira no período, tal como já sucedera com uma série similar de armadas extraordinárias enviadas à Ásia entre 1605 e 1608. Das duas vezes, quis-se prover o Estado da Índia, carente de navios de alto bordo, de meios navais para enfrentar os seus novos inimigos neerlandeses e ingleses. É importante notar que foi sobretudo o número anormalmente alto de partidas para a Ásia nos anos 1605-1608 e 1619-1624 que garantiu um total relativamente alto de partidas para o Oriente no primeiro quartel do século XVII. Não foram enviadas mais armadas extraordinárias para socorrer a Índia durante a era filipina, a não ser, excepcionalmente, em 1629 e, assim, a partir de 1625, o número anual de partidas para a Ásia caiu para não mais voltar a recuperar. Na terceira parte deste artigo, refiro-me em mais detalhe à história destas duas séries de armadas extraordinárias. Todas as fontes utilizadas na reconstituição do movimento anual das armadas da Carreira entre 1598 e 1624 são fornecidas no apêndice bibliográfico no fim do artigo, devidamente discriminadas por ano.

⁷ Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, *Os descobrimentos...* cit., vol. III, pp. 43-79.

⁸ Cf. *ibidem*, pp. 46-48.

o seu impacto, realçando que foi directamente responsável por apenas um quinto das perdas totais no período. Mas alega também que, piores que os danos directos do corso, foram os danos indirectos: «a anemia do tráfico devida à eventualidade do perigo e os resultados nefastos dos subterfúgios tentados para lhe escapar – viagens fora da monção ou no limiar da sua inversão, rotas desviadas...»⁹. Refere as interrupções do tráfego da Carreira motivadas pelo bloqueio inglês de Lisboa de 1598, pelo bloqueio neerlandês da mesma cidade de 1606 e pelo bloqueio anglo-neerlandês de Goa de 1623, que o levam a concluir que «deste modo, se extinguiu, no ocaso do século XVI e em começos do XVII, a hegemonia portuguesa sobre o Índico e uma imensa área do Atlântico, até então incontestada»¹⁰. Afirma que o medo de ingleses e neerlandeses fez crescer as partidas tardias (em Fevereiro e em Março) da Índia para Portugal no século XVII, aumentando com isso as perdas no regresso de 10% para 24% e as invernadas de 5% para 10%¹¹. Sublinha ainda como os rivais do norte da Europa contribuíram para afugentar o capital privado de investir na Carreira, pelo que representavam quer enquanto ameaça corsária, quer enquanto concorrência¹².

Em suma, Magalhães Godinho dá visivelmente grande importância ao corso na história da Carreira a partir de 1586, sobretudo pelos seus efeitos indirectos. Quando data de cerca de 1590 o início de uma crise que já não será ultrapassada na navegação portuguesa para a Índia, deixa implícita a sua ligação à ascensão do corso por essa altura¹³.

Tal como Magalhães Godinho, Bentley Duncan¹⁴ desdramatiza o impacto directo do corso sobre a Carreira¹⁵. Chama a atenção para o facto de que, no período em que ele foi mais virulento, de 1587 a 1668, só 3,8% das viagens resultaram em perdas por ataque inimigo. Mas, secundando outra vez Magalhães Godinho, acha que os efeitos indirectos dos ataques foram bastante prejudiciais. Por medo deles, teria havido navios forçados a navegar em épocas perigosas e impedidos de escalar Santa Helena e os Açores. Ter-se-ia tido também de enfrentar bloqueios de Lisboa e, mais frequentemente, de Goa, sendo-se ainda obrigado a deixar de frequentar Cochim. Os custos de protecção teriam, por fim, aumentado para níveis incontroláveis.

Duncan considera assim que os ataques, e também a concorrência anglo-neerlandesa, teriam infligido um grande desgaste financeiro à Carreira e

⁹ *Ibidem*, p. 46.

¹⁰ *Ibidem*, p. 46.

¹¹ Cf. *ibidem*, pp. 45-46.

¹² Cf. *ibidem*, p. 68.

¹³ Cf. *ibidem*, pp. 49-50.

¹⁴ Cf. Bentley DUNCAN, «Navigation between Portugal and Asia in the Sixteenth and Seventeenth Centuries», in E. J. van KLEY, C. K. PULLAPILLY (eds.), *Asia and the West. Encounters and Exchanges from the Age of Exploration*, Notre Dame, Indiana: Cross Cultural Publications – Cross Roads Books, 1986, pp. 3-25.

¹⁵ Cf. *ibidem*, pp. 15-18.

erodido a eficiência e a autoconfiança dos portugueses. Aponta-os expressamente como a causa principal da grande crise da Carreira da Índia cujo princípio data, como Magalhães Godinho, de cerca de 1590. Não deixa, porém, de realçar também o aparente declínio de qualidade da construção e manutenção naval, assim como os problemas de sobrecarga à vinda.

Segundo Duncan, entre 1591 e 1630 as perdas de navios duplicaram em relação ao período anterior de 1497-1590, passando de 10% do total de viagens para 21%. Sublinha que se teria tentado então reagir às adversidades, investindo fortemente em navios, como o prova o facto de a primeira década do século XVII ser a década que mais naus viu partir para a Índia na história da Carreira. Mas as altas perdas teriam tornado o esforço inútil e nos anos 30 entrou-se assim na fase do declínio definitivo: o movimento de navios decresceu para metade e os próprios navios, em média, diminuíram consideravelmente de tonelagem. Duncan chama ainda a atenção para o facto de a crise começada por volta de 1590 vir suceder àquelas que teriam sido as três melhores décadas de sempre da Carreira: os anos 60, os anos 70 e os anos 80 do século XVI (embora nos anos 80 as perdas tivessem principiado já a aumentar).

Convém notar que o curso e a concorrência anglo-neerlandesa são importantes para Magalhães Godinho e Duncan porque lhes permitem explicar o que ambos vêem como uma crise decisiva na história da Carreira, ocorrida nos finais do século XVI. A esta crise, é contraposto pelos dois historiadores um período anterior globalmente positivo, em que a navegação portuguesa da Rota do Cabo teria funcionado com uma eficiência muito razoável. Reabilitam assim o período anterior a 1590, refutando explicitamente a tradicional visão negativa da história da Carreira: ao estabelecer que ela apenas entrou em declínio no final de Quinhentos, conhecendo antes disso um século quase inteiro de prosperidade, contrariam a conhecida «lenda negra» da *História Trágico-Marítima*; ao defender que o declínio teve como causa principal factores exógenos, o curso e a concorrência, desvalorizam igualmente o peso da alegada incúria da navegação, tão verberada pela mesma lenda.

O trabalho mais recente de Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso e António Lopes¹⁶ reitera mais desenvolvidamente as ideias de Magalhães Godinho e Duncan, em geral, mas diverge deles pelo menos num ponto importante¹⁷. Tal como os seus predecessores, os autores concordam que a Carreira entrou em crise no fim do século XVI e que os efeitos directos e indirectos do curso e a concorrência inglesa e neerlandesa foram a causa principal dessa crise. Frisam que, de 1585 a 1622, o período segundo eles mais nocivo do curso anglo-neerlandês, as perdas para o curso corresponderam a 10% das viagens (excluindo arribadas, isto é, viagens abortadas por regresso prematuro ao porto de partida) e que, na segunda metade do século XVII, foram superiores

¹⁶ Cf. Paulo GUINOTE, Eduardo FRUTUOSO, António LOPES, *Naufrágios...* cit.

¹⁷ Cf. *ibidem*, pp. 80-87, 91-93, 100-110, 112-123, 161-173.

a 20% das perdas totais. Afirmam também que, «para além da questão do peso estatístico das perdas, deve ser realçado o factor de perturbação que a ameaça de ataque fazia pairar sobre os espíritos e sobre as próprias rotinas estabelecidas em torno das armadas da Carreira da Índia. Saídas tardias para escapar a bloqueios das barras de Lisboa e Goa, assim como os trajectos alterados para iludir a vigilância inimiga sobre os pontos mais perigosos da rota do Cabo, eram fenómenos que produziam, com regularidade, anomalias no normal decurso de uma viagem redonda da Carreira: arribadas, escalas inesperadas ou mesmo naufrágios por motivos não directamente imputáveis a uma presença hostil próxima»¹⁸.

Como Duncan, os autores defendem que o período imediatamente anterior à crise foi o melhor de sempre da Carreira. Constatam ainda que o aumento das perdas por sobrecarga ou mau estado dos navios contribuiu também para a crise, a par das perdas por acção inimiga, no que confirmam o que Duncan já aventara nesse sentido¹⁹. Reagem, porém, à posição relativamente «optimista» quer de Magalhães Godinho, quer de Duncan no tocante às perdas totais da Carreira. Argumentam que eles, ao analisar separadamente os números das viagens de ida e volta, obtiveram resultados enganadores, pois ida e volta seriam fases de uma mesma viagem, que precisariam de ser tratadas juntamente, como já fora feito por João Vidago²⁰. Esta diferença de método fê-los chegar a valores de 20% de perdas, onde os números de Godinho e Duncan rondavam os 10%²¹. Tais valores obrigariam a que se fosse mais prudente na reavaliação da decantada «lenda negra» da Carreira, onde Godinho e Duncan teriam ido um pouco longe de mais. Assim, entre a aceitação acrítica e a desvalorização da lenda, os autores defendem, sensatamente, que se opte pelo meio-termo²².

Noutro trabalho colectivo recente, limitado ao período 1550-1640, João Paulo Aparício e Paula Pelúcia Aparício²³ consideram que os «bloqueios navais, [e] o aumento significativo do corso por parte dos Neerlandeses e Ingleses» contribuíram para uma época difícil da Carreira entre cerca de 1590 e 1640²⁴. Segundo os seus números, o grau de êxito das viagens teria

¹⁸ *Ibidem*, p. 123.

¹⁹ Cf. *ibidem*, pp. 168-170.

²⁰ Cf. João VIDAGO, *Calendário das Armadas da Índia (1497-1640)*, separata dos *Anais do Clube Militar Naval*, n.os 4-6 e 7-9, Abril/Junho e Julho/Set. 1975, Lisboa. Trata-se de um importante trabalho estatístico sobre o movimento da Carreira da Índia. Não o discutimos nesta resenha bibliográfica porque constitui apenas um levantamento de dados, sem interpretação anexa.

²¹ Cf. Paulo GUINOTE, Eduardo FRUTUOSO, António LOPES, *Naufrágios...* cit., pp. 100-105.

²² Cf. *ibidem*, p. 162.

²³ Cf. João Paulo APARÍCIO, Paula Pelúcia APARÍCIO, «As relações das armadas e a Carreira da Índia: contribuições para uma análise crítica», in Inácio GUERREIRO, Francisco Contento DOMINGUES (eds.), *Fernando Oliveira e o seu tempo – humanismo e arte de navegar no Renascimento europeu (1450-1650)*, Cascais: Patrimonia, 1999, pp. 527-554.

²⁴ *Ibidem*, p. 537.

descido então dos cerca de 73,2% do período de 1550-1590 para cerca de 53,6%. Tal como João Vidago e Guinote, Frutuoso e Lopes, não calcularam separadamente os valores das viagens de ida e vinda, optando por definir o êxito de uma viagem como o regresso a Lisboa de uma viagem redonda inteira, isto é, de ida e vinda da Ásia²⁵.

Quando afirmam que a situação da Carreira piorou depois de cerca de 1590, em parte importante por causa do corso, os autores coincidem com todos os seus predecessores. Na avaliação da gravidade das perdas, estão mais próximos de Godinho e de Duncan do que de Guinote, Frutuoso e Lopes. Desdramatizando, criticam o «catastrofismo» que terá, nas suas palavras, marcado em demasia a historiografia da Carreira e declaram que a situação desta tem sido pintada em tons excessivamente negros, mesmo os anos posteriores a 1590. À luz das grandes dificuldades da viagem, o número de perdas sofridas não deve ser considerado demasiado alto, mesmo em 1590-1640, quando «o índice de resultados positivos continuou a mostrar-se francamente elevado»²⁶. Chamam ainda a atenção para o facto de que o número de partidas só caiu na década de 30 do século XVII, tendo sido até anormalmente alto na primeira década do mesmo século.

Rui Godinho²⁷, num estudo sobre a torna-viagem entre 1550 e 1649, data também de cerca de 1590 a primeira quebra séria da Carreira²⁸. Considera, contudo, que, nas duas primeiras décadas do século XVII, se deu, até certo ponto, uma recuperação. Cerca de 1620, iniciou-se uma nova quebra, esta já definitiva. Nos dois casos, o papel do corso e da concorrência inglesa e neerlandesa foi central, a par de factores como a inércia das instituições e os abusos continuados no carregamento dos navios.

Como quase todos os que o precederam, o autor distingue entre os efeitos directos e indirectos do corso, ou seja, entre as consequências imediatas de ataques e as perturbações do funcionamento da Carreira provocadas por acções de bloqueio ou por medo de ataques: «a resposta a estes ataques foi dada alterando-se as rotas, os tempos de partida ou locais de escala, o que podia ter consequências graves antes de uma correcta adaptação às novas condições»²⁹. Seguindo o que se pode chamar o consenso estabelecido,

²⁵ Trata-se de um critério discutível, pois, ao contrário quer de Vidago, quer de Guinote, Frutuoso e Lopes, os autores não distinguem, dentro dos casos de navios não regressados de viagens à Ásia, os casos dos navios perdidos e dos navios arribados a Lisboa ou que ficaram na Índia. Ora, se os arribados podem, de facto, ser considerados casos de viagens falhadas, não se pode dizer o mesmo dos navios que foram à Índia para lá ficar e conseguiram lá chegar. Acresce que não se leva também em conta os navios partidos originalmente da Ásia para Portugal (como Guinote, Frutuoso e Lopes também não haviam levado, ao contrário de Vidago).

²⁶ *Ibidem*, p. 537.

²⁷ Cf. Rui GODINHO, *A Carreira da Índia – aspectos e problemas da torna-viagem (1550-1649)* (policopiado), Lisboa, 2000, pp. 210-215.

²⁸ Cf. *ibidem*, pp. 367-373.

²⁹ *Ibidem*, p. 371.

parece inclinar-se para que os efeitos indirectos tenham sido mais graves que os directos, pelo menos em relação ao curso neerlandês: «[os] encontros indesejáveis [...] foram mesmo assim bastante menores do que alguma tradição historiográfica pretende passar; se os ingleses tiveram neste campo uma acção mais visível do que é habitual ver-se salientado, os holandeses não foram um rival demolidor, optando por formas diferentes, quiçá mais eficazes, como os bloqueios a Goa e Cochim»³⁰.

O historiador neerlandês Ernst van Veen vem, em alguns pontos importantes, contrariar as teses expostas atrás, embora o seu trabalho até se baseie nos números de Bentley Duncan³¹. Em primeiro lugar, contesta o carácter decisivo da crise da Carreira na década de 90 de Quinhentos, alegando que se teria tratado apenas de uma perturbação passageira, superada logo na década seguinte. De 1600 a 1629, a Carreira, apesar de sofrer muitas perdas, teria mantido bastante vitalidade, devido aos lucros do seu comércio privado, explorado pelos grandes mercadores cristãos-novos portugueses. O declínio teria vindo depois de 1629, com o estrondoso falhanço da Companhia Portuguesa da Índia (1628-1633). Pensada para emular as companhias neerlandesa e inglesa, teria infortunadamente sido fundada na altura em que o Conde-Duque Olivares abriu os mercados de todo o império dos Áustrias aos cristãos-novos portugueses. Com isso, o comércio privado da Carreira teria, segundo van Veen, deixado de interessar àqueles últimos, que não se dispuseram assim a investir na nova companhia. Sem o contributo do capital cristão-novo, o fracasso da empresa era uma questão de tempo e já não se conseguiu recuperar do golpe que ele constituiu. A crise decisiva da Carreira, assim, é não só remetida para um período mais tardio do que tem sido aceite até então, mas apresentada também como fruto das circunstâncias internas do império ibérico – não como o produto nem do curso inimigo, nem da concorrência económica das companhias norte-europeias³².

Em segundo lugar, o historiador neerlandês, apesar de até achar que a Carreira continuou próspera até mais tarde do que se pensava, não partilha do relativo «reversionismo» de Godinho e Duncan na questão da navegação (já posto em causa por Guinote, Frutuoso e Lopes): a Carreira pode ter mantido a vitalidade por mais tempo do que se julgava, mas isso aconteceu *apesar* das perdas bastante altas que sofreu³³. Trata-se de uma constatação sustentada pela comparação com as perdas muito inferiores ocorridas na navegação euro-asiática da V.O.C. nas suas primeiras quatro décadas de existência³⁴.

³⁰ *Ibidem*, p. 372.

³¹ Cf. Ernst van VEEN, *Decay or Defeat? – An Inquiry into the Portuguese decline in Asia, 1580-1645*, Leiden: Research School of Asian, African, and Amerindian Studies, Universiteit Leiden, 2000, pp. 57-83, 227-230.

³² Cf. *ibidem*, pp. 81-83.

³³ Cf. *ibidem*, p. 81.

³⁴ Cf. *ibidem*, p. 175.

Em terceiro lugar, van Veen é céptico quanto aos propalados efeitos do corso sobre a Carreira, que julga esporádicos até 1636, quando se iniciaram os bloqueios em série de Goa pela V.O.C., que iriam durar até 1644. Nessa altura, porém, a Carreira estaria já agonizante, não se podendo, por isso, considerar que os bloqueios vieram piorar muito as coisas. Não deixa, porém, de reconhecer que já antes se fazia sentir o impacto indirecto nocivo do corso, sublinhado pelos seus precursores: embora não pareça dar tanta importância ao fenómeno, também ele afirma que o receio de ataques ingleses e neerlandeses teria levado os portugueses a esquivar-se às rotas e tempos de partida habituais³⁵.

Podemos dizer, em resumo, que Magalhães Godinho, Duncan, Guinote, Frutuoso e Lopes, João Paulo e Paula Pelúcia Aparício e, até certo ponto, Rui Godinho concordam que a Carreira entrou em declínio no fim do século XVI; todos estão também de acordo em atribuir pelo menos boa parte da responsabilidade do declínio aos efeitos directos e indirectos do corso inglês e neerlandês e à concorrência das companhias das Índias. Ernst van Veen vem contestar este consenso, ao alegar que o declínio só começou seriamente em 1630 e que pouco teve a ver com a concorrência e com o corso, sendo que os efeitos deste até 1636 teriam sido pouco importantes. Por fim, quer Guinote, Frutuoso e Lopes, quer van Veen concordam que as perdas da Carreira, mesmo antes de entrar em declínio, não devem ser consideradas pouco graves, o que contrasta com a posição mais «optimista» de pelo menos Magalhães Godinho, Duncan e João Paulo e Paula Pelúcia Aparício sobre o assunto.

Não é minha intenção neste artigo tentar esclarecer todas as questões levantadas pela bibliografia resumida em cima. Em primeiro lugar, porque me restringi ao estudo de um período definido – 1598-1625 – dentro da época filipina, nada obrigando, como é óbvio, que o que se possa dizer do corso contra a Carreira então se aplique a todo o período filipino. Em segundo lugar, porque não tentei analisar os efeitos especificamente económicos do corso, como o afugentamento de investidores na Carreira por medo de ataques, ou a importante questão dos custos de protecção, levantada por Bentley Duncan. Concentrei-me antes em averiguar quais foram os efeitos do corso sobre a *rotina estabelecida da Carreira* – isto é, *as rotas e calendário tradicionais das naus da Índia* – de modo a confirmar se tiveram a importância que – como se viu no resumo bibliográfico acima – lhe tem sido atribuída pela historiografia. Privilegiei igualmente a análise cronológica do fenómeno do corso, que tem sido, quanto a mim, negligenciada.

As perdas directamente atribuíveis ao corso são fáceis de quantificar e é sabido que não foram, proporcionalmente, muitas. Sobre os seus efeitos indirectos, todavia, sabe-se muito menos. Se todos os autores – mesmo Ernst

³⁵ Cf. *ibidem*, pp. 80-81.

van Veen – proclamam a sua importância, ninguém tenta demonstrá-la. Apenas se fazem afirmações genéricas sobre alegadas alterações de rotas e datas de viagem provocadas pela ameaça corsária e se oferecem exemplos avulsos de perturbações que ela causou. Está por fazer o levantamento das ocorrências em que seja possível estabelecer que houve perturbações na viagem por efeito indirecto do corso. Sem ele, aquilo que se possa dizer das consequências indirectas do mesmo corso na Carreira pecará sempre por incerto.

Quanto à cronologia, Ernst van Veen, como vimos, relativizou o impacto da ameaça corsária com base numa constatação cronológica: até 1636, disse, os seus efeitos teriam sido apenas esporádicos. Nos trabalhos de quase todos os outros autores, pelo contrário, paira a impressão de que o corso teria pesado sobre as naus da Índia como uma ameaça permanente desde o fim dos anos 80 do século XVI³⁶. Não se presta sobretudo a atenção devida ao contexto muito mutável dos conflitos com ingleses e neerlandeses no Atlântico e no Índico, que tiveram períodos de intensidade bastante variável e afectaram a navegação portuguesa de maneira muito distinta conforme as regiões.

Temos assim, em resumo, que a cronologia do corso precisa de ser inquirida em detalhe e prestando especial atenção aos efeitos das actividades corsárias na rotina estabelecida da Carreira da Índia. Nas páginas adiante, procurei primeiro reconstituir a cronologia de todos os ataques neerlandeses conhecidos aos navios da Carreira entre 1598 e 1625, distinguindo no processo aqueles que resultaram de encontros casuais no mar dos que foram o produto de iniciativas planeadas (uma diferença importante, como veremos). Tentei, em seguida, determinar a proporção de viagens frustradas da Carreira provocadas directa e indirectamente pelo corso em relação ao total de viagens frustradas da Carreira no período, no que espero possa vir a ser um contributo para a difícil tarefa de determinar quantitativamente a importância dos efeitos directos e indirectos do corso sobre a navegação da Carreira.

³⁶ Só Guinote, Frutuoso e Lopes tentaram também analisar cronologicamente o fenómeno, chegando a conclusões opostas às de van Veen: para eles, foi no período de 1587-1622 que o corso foi mais intenso, sobretudo durante os pontos altos de 1587-1597 (pela acção dos ingleses nos Açores e na costa portuguesa), 1606-1608 e 1621-1622 (nos dois casos, pela acção, sobretudo, dos neerlandeses no Índico); depois de 1622, as perdas diminuíram, para recrudescerem apenas em meados do século. O problema desta periodização é que leva apenas em consideração as perdas sofridas em consequência de ataque inimigo, apesar da importância que, como vimos em cima, os autores conferem aos outros efeitos do corso. Não dão assim o relevo devido à época de 1636-1644, quando os bloqueios anuais de Goa pela V.O.C., apesar de provocarem apenas uma perda, condicionaram de maneira importante o funcionamento da Carreira. Cf. Paulo GUINOTE, Eduardo FRUTUOSO, António LOPES, *Naufrágios...* cit., pp. 120-123.

2. Recontros acidentais

Vimos que, desde que os neerlandeses começaram a navegar pela Rota do Cabo, os navios da Carreira passaram a estar sujeitos a um risco novo: o de sofrer encontros hostis nas águas mais longe de Portugal, até então quase nunca frequentadas por outros europeus. O local onde havia mais perigo de tal acontecer era a Ilha de Santa Helena, no Atlântico Sul, escalada tanto por portugueses como por neerlandeses de volta da Ásia. Em 1597, no regresso da primeira viagem neerlandesa bem sucedida ao Oriente (1595-1597), deu-se logo uma troca de tiros breve e inconsequente nos arredores da ilha³⁷. Seguiu-se um combate mais sério, em 1600, com a nau *S. Simão* a pôr em fuga dois navios neerlandeses que a tinham atacado³⁸. Em 1602, também em Santa Helena, o galeão *Santiago* saiu-se pior, acabando capturado por dois navios zelandeses³⁹.

A perda do *Santiago* fez com que se proibisse aos portugueses a escala na pequena ilha atlântica⁴⁰. Embora nem sempre respeitada, a interdição pôs fim a estes perigosos encontros acidentais durante algum tempo. Foi, no entanto, imprudentemente levantada depois da trégua hispano-neerlandesa de 1609-1621⁴¹ e em 1613 assistiu-se em Santa Helena a um novo encontro casual que degenerou em violência: três navios da V.O.C. atacaram duas naus

³⁷ Cf. G. P. ROUFFAER, J. W. IJZERMAN (eds.), *De eerste schipvaart der Nederlanders naar Oost-Indië onder Cornelis de Houtman, 1595-1597*, Haia: Martinus Nijhoff, 1915-1929, vol. II, pp. 67-69, 373-375, vol. III, pp. 57, 116-117, 132, 192, 327-328; carta régia para o Vice-Rei, 19/3/1598, in J. H. da Cunha RIVARA (ed.), *Archivo Portuguez-Oriental*, fascículo III, Nova Goa: Imprensa Nacional, 1861, pp. 864-867; «Governadores da Índia, pelo Padre Manuel Xavier», in Luís de ALBUQUERQUE (ed.), *Relações da Carreira da Índia*, Lisboa: Alfa, 1989, pp. 142-143. Para uma descrição de todos os choques luso-neerlandeses em Santa Helena até 1625, cf. André MURTEIRA, «Combates luso-neerlandeses em Santa Helena (1597-1625)», in *Anais de História de Além-Mar*, vol. VII, 2006, pp. 65-79.

³⁸ Cf. João dos SANTOS, *Etiópia Oriental e vária história de cousas notáveis do Oriente*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 646-648 e 653-672; W. S. UNGER (ed.), *De oudste reizen van de Zeeuwen naar Oost-Indië, 1598-1604*, Haia: Martinus Nijhoff, 1948, p. 62.

³⁹ Cf. «Tratado das batalhas do galeão «Santiago» no ano de 1602 e da nau «Chagas» no ano de 1593», in Bernardo Gomes de BRITO (ed.), *História Trágico-Marítima*, vol. II, Lisboa: Edições Afródite, 1972, pp. 737-789; Francesco CARLETTI, *Voyage autour du monde de Francesco Carletti (1594-1606)*, Paris: Éditions Chandeigne, 1999, pp. 267-284; W. S. UNGER (ed.), *De oudste reizen... cit.*, pp. 138-144. Para uma descrição detalhada deste incidente, cf. André MURTEIRA, «A captura do galeão Santiago em 1602», in *Revista de Cultura/Review of Culture – Edição Internacional/International Edition*, n.º 26, no prelo.

⁴⁰ Cf. carta régia para o Vice-Rei, Março de 1604, transcrita in Maria Manuela Sobral BLANCO, *Os holandeses e o império oriental português* (policopiado), vol. II, Lisboa, 1975, p. 100; carta régia para o Vice-Rei de Portugal, 21/3/1606, publicada in Maria Emília Madeira SANTOS, «O problema da segurança das rotas e a concorrência luso-holandesa antes de 1620», separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXII, 1985, pp. 148-149.

⁴¹ Cf. cartas régias para o Vice-Rei, 10/3/1611 e 8/3/1612, in Raimundo António de Bulhão PATO (ed.), *Documentos remetidos da Índia ou livros das monções*, vol. II, Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1884, pp. 86-87 e 209-210.

portuguesas, que afundaram um deles, o *Witte Leeuw*, fazendo os outros retirar⁴².

No ano seguinte, em 1614, teve lugar o primeiro encontro acidental violento de que há notícia certa longe de Santa Helena: de regresso a Portugal, a nau *N.^a Sr.^a do Cabo* bateu-se com dois navios neerlandeses, num episódio de que não se sabe quase nada, a não ser que se passou na zona do Cabo⁴³. Na mesma zona, em 1619, o galeão *S. Pedro* trocou também tiros com um navio neerlandês, que se clamou sem fundamento que teria afundado⁴⁴. E em 1622, a nau *S. João Baptista*, de novo perto do Cabo, travou um longo combate de dezanove dias com dois navios da V.O.C., dos quais acabou por conseguir escapar, mas num estado tal que terminou por ir dar à costa sul-africana⁴⁵.

Por fim, em 1625, deram-se os últimos incidentes luso-neerlandeses conhecidos em Santa Helena⁴⁶. Danificada por uma tormenta no Cabo, a nau *Conceição* teve de infringir a proibição de parar na ilha. Enquanto se tentava repará-la, um navio neerlandês de passagem atacou-a. O assalto foi repellido, mas deixou a nau inutilizada de vez. Enquanto esperavam por ajuda do Brasil, tripulação e passageiros tiveram de repelir mais um ataque, desta vez de três navios da V.O.C. e de um inglês. Quando dois galeões castelhanos mandados de Salvador os vieram buscar, calhou passar pela ilha mais um navio neerlandês, o *Middelburg*. Perseguido e atacado pelos galeões, conseguiu fugir-lhes, mas terá naufragado posteriormente em resultado dos danos sofridos no combate.

⁴² Cf. C. R. BOXER, «Uma desconhecida vitória naval portuguesa no século XVII», separata do *Boletim da Agência Geral das Colónias*, 52, 1929; carta régia para o Vice-Rei, 7/1/1614, in Raimundo António de Bulhão Pato (ed.), *Documentos...* cit., vol. II, pp. 471-472; Robert STENUIT, «The Eastindiaman The Witte Leeuw», in C. L. van der Pijl-KETEL, J. B. KIST (eds.), *The Ceramic Load of the 'Witte Leeuw' (1613)*, Amesterdão: Rijksmuseum, 1982, pp. 15-21; «A Journall of a Voyage made by the Pearle to the East-India, wherein went as Captaine Master Samuel Castelton of London, and Captaine George Bathurst as Lieutenant: written by John Tatton, Master», in Samuel PURCHAS (ed.), *Hakluytus posthumus or Purchas his pilgrimes...*, vol. III, Glasgow: Maclehose, 1905, pp. 352-354; carta de Pieter Both para os *Heren Zeventien*, 10/11/1614, in P. J. A. N. RIETBERGEN (ed.), *De eerste landvoogd Pieter Both (1568-1615)*, vol. II, Zutphen: De Walburg Pers, 1987, p. 318; *ibidem*, vol. II, pp. 345-346.

⁴³ Cf. Maria Hermínia MALDONADO (ed.), *Relação das náos e armadas da Índia com os successos dellas que se puderam saber, para notícia e instrução dos curiosos, e amantes da historia da Índia*, Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1985, p. 124.

⁴⁴ Cf. José Gervásio LEITE (ed.), *Comentários do grande capitão Rui Freire de Andrada*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940, pp. 67-68.

⁴⁵ Cf. «Naufrágio da nau S. João Baptista no Cabo de Boa Esperança no ano de 1622», in António SÉRGIO (ed.), *Naufrágios e combates no mar*, vol. II, Lisboa: Editorial Sul, 1958, pp. 11-15; H. T. COLENBRANDER (ed.), *Jan Pieterz. Coen, bescheiden omtrent zijn bedrijf in Indie*, vol. I, Haia: Martinus Nijhoff, 1919, pp. 755-757.

⁴⁶ Cf. C. R. BOXER, «On a Portuguese Carrack's Bill of Lading in 1625», in *From Lisbon to Goa, 1500-1750*, Londres: Variorum Reprints, 1984, artigo VII, pp. 186-200; G. J. HOOGWERFF (ed.), *Journalen vande gedenckwaerdige reijzen van Willem Ijsbrantsz. Bontekoe, 1618-1625*, Haia: Martinus Nijhoff, 1952, pp. 162-166, 184-188.

Isto é, em resumo, tudo o que se sabe de certo dos incidentes luso-neerlandeses na Rota do Cabo resultantes de encontros acidentais durante o período em estudo: oito casos registados em 28 anos, apenas dois dos quais com consequências fatais para portugueses, em 1602 e 1622, e dois para neerlandeses, em 1613 e 1625. Parece claramente pouco e justificaria que se dissesse que os encontros acidentais violentos quase não afectaram a Carreira durante esta altura, não fora o importante facto de ter deixado de se escalar Santa Helena por sua causa.

3. Ataques planeados

Distintos dos incidentes gerados por encontros casuais foram os ataques planeados, potencialmente mais perigosos. Em 1599, uma grande esquadra neerlandesa partida das Províncias Unidas e comandada por Pieter van der Does passou pela Corunha, pelas Canárias e por S. Tomé em missão de corso⁴⁷. Não encontrou navios da Carreira, mas cruzou águas ibéricas numa altura em que, normalmente, se poderia ter deparado com eles. Mesmo não tendo encontrado nenhum, foi um sinal preocupante, pois mostrou que os neerlandeses eram capazes de repetir os raids corsários praticados por ingleses durante a guerra anglo-espanhola de 1585-1604 e que, em 1599, haviam já provocado a perda de seis navios da Carreira, sempre perto da costa de Portugal ou dos Açores⁴⁸.

O balanço financeiro da expedição de van der Does esteve longe de ser favorável, levando a que só sete anos depois se voltasse a enviar esquadras neerlandesas a águas ibéricas em missões de corso, agora com o apoio da recém-criada V.O.C – fundada em 1602 –, que patrocinou três expedições do mesmo género em 1606-1607. 1606 foi o ano das duas expedições de Willem Haultain a águas peninsulares: a primeira logrou reter em Lisboa os oito navios portugueses que se planeava mandar nesse ano à Ásia⁴⁹, mas a segunda já não logrou infligir danos à Carreira⁵⁰, tal como a expedição similar de Jakob van Heemskerck em 1607⁵¹.

A par destas expedições a águas ibéricas, que se inspiravam claramente no que os ingleses tinham feito na guerra anglo-espanhola de 1585-1604,

⁴⁷ Cf. Jaap R. BRUIJN, *The Dutch Navy of the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, Columbia: University of South Carolina Press, 1993, p. 21; Victor ENTHOVEN, *Zeeland en de opkomst van de Republiek – Handel en strijd in de Scheldedelta, c. 1550-1621*, Leiden, 1996, pp. 183-188; Maurits A. EBBEN, «El ataque de van der Does a Canarias y la expansión neerlandesa a finales del siglo XVI y comienzos del siglo XVII», in Antonio de Béthencourt Massieu (ed.), *IV centenario del ataque de van der Does a Las Palmas de Gran Canaria (1999)*, Las Palmas: Cabildo de Gran Canaria, 2001, pp. 147-156.

⁴⁸ Cf. Paulo GUINOTE, Eduardo FRUTUOSO, António LOPES, *Naufrágios...* cit., pp. 223-230.

⁴⁹ Cf. Victor ENTHOVEN, *Zeeland...* cit., pp. 188-190; Maria Manuela Sobral BLANCO, *Os holandeses...* cit., vol. II, pp. 125-126.

⁵⁰ Cf. Victor ENTHOVEN, *Zeeland...* cit., p. 190.

⁵¹ Cf. *ibidem*, pp. 190-192.

a Carreira viu-se confrontada com ataques organizados de novo tipo, no Índico. Em 1604, 1607 e 1608, Steven van der Hagen⁵², Paulus van Caerden⁵³ e Pieter Willemsz. Verhoeff⁵⁴, comandando esquadras consideráveis da V.O.C. mandadas ao Arquipélago Indonésio, passaram de caminho pelo Índico Ocidental com o propósito expresso de interceptar as naus da Índia, para o que pararam os três na Ilha de Moçambique e depois na costa ocidental da Índia, designadamente em Goa e no Malabar: o primeiro, em 1604, não conseguiu tomar nau alguma; o segundo, em 1607, tomou a *Loreto* perto de Goa⁵⁵; o terceiro capturou o *Bom Jesus* perto de Moçambique, provocando ainda a perda da *Consolação*, em Moçambique, e da *Oliveira*, perto de Goa⁵⁶. Quer van Caerden, em 1607, quer Verhoeff, em 1608, aproveitaram a sua estadia na Ilha de Moçambique para montar cerco à fortaleza portuguesa lá situada, das duas vezes sem sucesso⁵⁷.

Estes três raids corsários de longo alcance integravam-se numa ofensiva de curta duração que a V.O.C. lançou contra os portugueses na Ásia entre 1604 e 1609. Fizeram parte do grupo das primeiras operações militares neerlandesas de monta contra o Estado da Índia, as mais importantes das quais foram os cercos bem sucedidos das fortalezas portuguesas de Amboíno e de Tidore, na Indonésia, em 1605, e o grande cerco falhado a Malaca de 1606. Depois de 1609, porém, o ímpeto ofensivo da V.O.C. esmoreceu e,

⁵² Cf. J. K. J. de JONGE, *De opkomst van het Nederlandsch gezag in Oost Indie*, vol. III, Haia: Martinus Nijhoff, 1865, pp. 26-35, 146-147, 164-176, 204-205; N. MACLEOOD, *De Oost-Indische Compagnie als zeemogendheid in Azië*, vol. I, Rijswijk: Blankwaardt & Schoonhoven, 1927, pp. 16-52; «Beschrijvinghe van de tweede Voyagie... onder den Heer Admiraal Steven vander Hagen...», in Izaäk COMMELIN (ed.), *Begin ende voortgangh van de Nederlantsche geotroyeerde Oost-Indische Compagnie. Vervattende de voornaemste reysen bij de inwoonderen derselver provinciën derwaerts gedaan...*, vol. III, Amesterdão, 1646, relato I, pp. 1-4, 7-9, 34.

⁵³ Cf. A. de BOOY (ed.), *De derde reis van de V.O.C. naar Oost-Indie onder het beleid van admiraal Paulus van Caerden, uitgezeild in 1606*, 2 vols., Haia: Martinus Nijhoff, 1968-1970.

⁵⁴ Cf. M. E. van OPSTALL (ed.), *De reis van de vloot van Pieter Willemsz Verhoeff naar Azië, 1607-1612*, 2 vols., Haia: Martinus Nijhoff, 1972.

⁵⁵ Cf. A. de BOOY (ed.), *De derde reis...* cit., vol. I, pp. 115, 182-183; carta de Paulus van Caerden para os *Heren XVII*, 9/1/1608, in *ibidem*, vol. II, pp. 132-133; carta da Câmara de Goa para o Rei, 1607, in J. H. da Cunha RIVARA (ed.), *Archivo...* cit., fascículo I, parte II, p. 197.

⁵⁶ Cf. M. E. van OPSTALL (ed.), *De reis...* cit., vol. I, pp. 215-216, 220-221, 223; carta régia para o Vice-Rei, 19/3/1610, in Raimundo António de Bulhão PATO (ed.), *Documentos...* cit., vol. I, pp. 391-392; A. Meyrelles do SOUTO (ed.), «Hystorya dos cercos que os Olandezez puzerão à fortaleza de Mozambique o anno de 607 e 608...», in *Studia*, 12, 1963, pp. 535-536, 544; carta de Câmara de Goa para o Rei, 25/12/1608, in J. H. da Cunha RIVARA (ed.), *Archivo...* cit., fascículo I, parte II, pp. 219-220.

⁵⁷ Cf. A. de BOOY (ed.), *De derde reis...* cit., vol. I, pp. 102-113, 167-177; carta de Paulus van Caerden para os *Heren XVII*, 9/1/1608, in *ibidem*, vol. II, pp. 127-131; A. Meyrelles do SOUTO (ed.), «Hystorya...» cit., pp. 484-546; João dos SANTOS, *Etiópia...* cit., pp. 301-305; M. E. van OPSTALL (ed.), *De reis...* cit., vol. I, pp. 215-222. Para uma descrição detalhada destas incursões no Atlântico e no Índico Ocidental, cf. André MURTEIRA, «A Carreira da Índia e as incursões neerlandesas no Índico Ocidental e em águas ibéricas de 1604-1608», in João Paulo Oliveira e COSTA (ed.), *Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa: Centro de História de Além-Mar, no prelo.

apesar de, em 1613, se ter assistido ainda à tomada pela Companhia do forte português de Solor perto de Timor⁵⁸, e de se terem registado também conflitos luso-neerlandeses importantes em Paleacate, no Sudeste da Índia, e no Estreito de Malaca, passou-se mais de uma década até se assistir a uma nova expedição neerlandesa de corso ao Índico Ocidental.

Na Europa, o progresso das negociações de paz hispano-neerlandesas a partir de 1607 acarretou o fim das expedições a águas ibéricas, enquanto a proclamação da Trégua dos Doze Anos entre Madrid e as Províncias Unidas em 1609 implicou no imediato a suspensão das incursões da V.O.C. no Índico Ocidental. Parece claro que, durante a trégua, não teria sido viável retomar as primeiras, mas teria sido perfeitamente possível voltar aos raids no Índico, pois, longe da Europa, como vimos, as hostilidades reacenderam-se rapidamente. A prová-lo, além do já referido ataque a Solor em 1613 e dos incidentes em Paleacate e no Estreito de Malaca, estiveram as repetidas expedições de corso da V.O.C. às Filipinas na segunda década do século XVII⁵⁹, assim como a incursão no Pacífico de Joris van Spielbergen em 1614-1616, modelada nos raids corsários dos ingleses Francis Drake e Richard Cavendish no *Mar del Sur* espanhol no século anterior⁶⁰.

Se, durante a segunda década de Seiscentos, a Carreira foi assim poupada aos ataques organizados da V.O.C., isso não se deveu à trégua hispano-neerlandesa, mas às prioridades regionais da Companhia na Ásia, onde ela se deu conta de que tinha, antes de mais, de consolidar a sua posição na Insulíndia, não possuindo recursos para gastar em aventuras militares no Índico Ocidental⁶¹. É verdade que foi até nesta década que se instalou definitivamente na região, no Guzerate, no Noroeste da Índia, mas sem o estabelecimento de forças navais permanentes nem de fortificações, ao contrário do que era o caso, não só na Insulíndia, como no Coromandel, na costa oriental indiana⁶².

Em 1621-1623, deu-se a expedição anglo-neerlandesa ao Índico Ocidental comandada por Jacob Dedel. À sua conta, perderam-se três naus perto de

⁵⁸ Cf. Arend de ROEVER, *De jacht op sandelhout – De V.O.C. en de tweedeling van Timor in de zeventiende eeuw*, Zutphen: De Walburg Pers, 2002, pp. 121-126.

⁵⁹ Cf. Ernst van VEEN, *Decay...* cit., pp. 189-194.

⁶⁰ Cf. J. C. M. WARNSINCK (ed.), *De reis om de wereld van Joris van Spilbergen, 1614-1617*, 2 vols., Haia: Martinus Nijhoff, 1943.

⁶¹ Cf. P. J. A. N. RIETBERGEN (ed.), *De eerste landvoogd...* cit., vol. I, pp. 39-45; Femme S. GAASTRA, *De geschiedenis van de V.O.C.*, 4.^a edição, Zutphen: De Walburg Pers, 2002, pp. 39-40, 56.

⁶² De 1614 a 1620, quatro pequenas expedições navais, todas comandadas por Pieter van den Broecke, lançaram os alicerces da presença neerlandesa no Índico Ocidental, que se considera consolidada em 1620, quando van den Broecke se instala em Surate, no Guzerate, assumindo o cargo de Director do que se viria a chamar os *Westerkwartieren* da Companhia, isto é a sua rede de feitorias no Guzerate, Golfo Pérsico e na entrada do Mar Vermelho. Não houve, no entanto, a ideia de se instalar na Índia Ocidental para levar a cabo uma guerra ofensiva contra o Estado da Índia na região. Nos anos seguintes, os contingentes fixos da Companhia na zona iriam limitar-se a umas poucas dezenas de homens dispersos por meia dúzia de feitorias,

Moçambique em 1622: a *S. Carlos*, a *S. José* e a *St.^a Teresa*⁶³; outra, a *S. Tomé*, foi impedida de voltar a Portugal em 1623 devido a um bloqueio da barra de Goa pela esquadra norte-europeia durante quatro meses⁶⁴. Esta expedição representou um regresso momentâneo às operações de corso contra a Carreira na Ásia. Deve ser vista menos como uma consequência do fim da Trégua dos Doze Anos em 1621 do que do incremento súbito das forças da V.O.C. em resultado da aliança que firmou em 1619 com a *East India Company*. Só que a aliança teve vida curta e a companhia neerlandesa, privada do apoio inglês, não voltou, significativamente, a repetir as expedições de corso ao Índico Ocidental até à década de 30. Até lá, continuou com o grosso dos seus recursos concentrado nas áreas para ela prioritárias da Insulíndia e, a partir de 1622, também da China⁶⁵.

A expedição de Dedel ocorreu numa altura difícil para portugueses e espanhóis no Oriente. Por volta do mesmo período, uma outra esquadra anglo-neerlandesa actuou contra a navegação ibérica no Extremo Oriente

esperando a chegada sazonal dos navios de Batávia ou da Europa Cf. H. TERPSTRA, *De opkomst der Westerkwartieren van de Oost-Indische Compagnie (Suratte, Arabië, Perzië)*, Haia: Martinus Nijhoff, 1918; M. Antoinette MEILINK-ROELOFSZ, *De vestiging der Nederlanders ter Kuste Malabar*, Haia: Martinus Nijhoff, 1943, pp. 48-50; H. W. van SANTEN, *De Verenigde Oost-Indische Compagnie in Gujarat en Hindustan, 1620-1660*, Leiden, 1982, pp. 8-9.

⁶³ Cf. Jerónimo LOBO, *Itinerário e outros escritos inéditos*, Barcelos: Livraria Civilização, 1971, pp. 184-204; «Naufrágio das naus *S. José*, *S. Tereza* e *S. Carlos*, 1625», in Damião PERES (ed.), *Viagens e naufrágios célebres dos séculos XVI, XVII e XVIII*, vol. I, Porto: Civilização, 1937, pp. 17-20; António da Silva RÊGO (ed.), *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol. II, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962, pp. 502-504; William FOSTER (ed.), *The English Factories in India, 1622-1623; a Calendar of Documents in the India Office and British Museum*, Oxford: Clarendon Press, 1908, pp. 1-7; carta do Capitão Bartholomew Godall para presidente em Batávia, 19/10/1622, carta de Michael Green para presidente em Batávia, 20/10/1622, in *ibidem*, pp. 130-131, 131-132; H. T. COLENBRANDER (ed.), *Jan Pieterz. Coen...* cit., vol. I, pp. 758-760. Ver também o artigo de C. R. BOXER, «Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, e a sua viagem para a Índia no ano de 1622», separata de *Anais do Club Militar Naval*, 5-6, Maio-Junho de 1930.

⁶⁴ Cf. William FOSTER (ed.), *The English Factories...* cit., pp. 1-7; carta de Michael Green e Alexander Ball para presidente em Batávia, 27/12/1622, cartas de Michael Green para presidente em Surate, 28/12/1622 e Maço de 1623, in *ibidem*, pp. 173-174, 174-175, 214-215; W. Ph. COOLHAAS (ed.), *Generale missiven van Gouverneurs-Generaal en Raden aan Heren XVII der Verenigde Oostindische Compagnie*, vol. I, Haia: Martinus Nijhoff, 1960, pp. 126, 129-130; cartas de D. Francisco da Gama para Rei, 15/3/1623, 5/1/1623, 5/1/1623, 28/12/1622, 2/1/1623, 8/1/1623, 8/1/1623, 8/1/1623, 15/3/1623, 20/3/1623, 15/3/1623, 15/3/1623, 15/3/1623, 20/3/1623, 26/1/1623, in António da Silva RÊGO (ed.), *Documentos remetidos da Índia ou livros das monções*, vol. IX, Lisboa: Imprensa Nacional, 1978, pp. 15, 123-125, 125-127, 141-142, 142-143, 143-145, 145-147, 147, 169-170, 170-171, 176-177, 183, 196-197, 224-225, 232-236; Panduronga PISSURENCAR (ed.), *Assentos do Conselho de Estado*, vol. I, Bastorá: Tipografia Rangel, 1953, pp. 141-147. Para uma descrição detalhada desta expedição, cf. André MURTEIRA, «Ingleses e neerlandeses contra a Carreira da Índia no Índico Ocidental, 1621-1623», in *Oriente*, n.º 19, Outono de 2008, pp. 3-26.

⁶⁵ Cf. Leonard BLUSSÉ, George WINIUS, «The Origin and Rhythm of Dutch Aggression against the Estado da Índia», in George WINIUS, *Studies on Portuguese Ásia, 1495-1689*, Aldershot: Ashgate, 2001, artigo IV, pp. 79-81; Femme S. GAASTRA, *De geschiedenis...* cit., p. 56.

durante dois anos (1620-1622)⁶⁶; em 1622, houve um ataque neerlandês repellido a Macau e, no mesmo ano, deu-se a tomada anglo-persa de Ormuz. No tocante à Carreira da Índia, o raide de Dedel foi, no entanto, uma iniciativa isolada. Em 1604-1608, como vimos, tinha havido três expedições no Atlântico e três no Índico que tinham tido navios da Carreira como alvo; a incursão de 1621-1623 no Índico Ocidental não teve, pelo contrário, correspondência no Atlântico, nem continuidade a curto prazo no Índico.

Por fim, além de ter sido feita em parceria com a companhia inglesa, esta expedição de 1621-1623 distinguiu-se das de 1604-1608 por ter sido levada a cabo por uma esquadra partida de Batávia propositadamente para o efeito – e não, como em 1604-1608, por esquadras partidas da Europa para a Insulíndia que, no caminho, se detiveram no Índico Ocidental para um desvio corsário de relativa curta duração. Isto concedeu a Dedel mais tempo de actuação e permitiu-lhe assim fazer o que os seus predecessores nunca tinham tido tempo para tentar: bloquear a barra de Goa durante quatro meses, impedindo a partida de navios para Portugal na época ordinária, durante a monção de Nordeste, que findava por volta do fim de Março.

Há que dizer ainda que quer a série de expedições de 1604-1608, quer a expedição de 1622-1623 coincidiram com períodos de grande incremento do tráfego da Carreira, devido ao envio de Lisboa de armadas extraordinárias para reforçar as forças navais do Estado da Índia. Assim, de 1605 a 1608, a par das armadas ordinárias, mandou-se ou tentou-se mandar todos os anos uma armada de galeões para ajudar na guerra contra a V.O.C. na Ásia⁶⁷. Pelo menos a primeira expedição de Haultain, em 1606, e a de van Heemskerck, em 1607, no Atlântico, assim como as de van Caerden, em 1607, e de Verhoeff, em 1608, no Índico, tinham, entre outros encargos, a missão de travar estas armadas: a de Haultain foi a mais bem sucedida, pois, como vimos, conseguiu impedir a partida de navios portugueses para a Ásia em 1606; van Heemskerck, no ano seguinte, chegou tarde a Lisboa, quando as armadas ordinária e extraordinária desse ano já se tinham feito ao caminho; alguns dos navios destas armadas de 1607, no entanto, encontraram no Índico a esquadra de van Caerden à sua espera, em Moçambique e na costa ocidental indiana, o que resultou na perda da *Loreto*, perto de Goa. Alguns dos navios das armadas do ano seguinte, 1608, encontraram, por sua vez, a esquadra de Verhoeff, também perto de Moçambique e de Goa, o que resultou na perda da *Conceição* e do *Bom Jesus* perto de Moçambique e da *Oliveira* perto de Goa.

Van Caerden, em 1607, provocou assim a perda de um navio da Carreira e Verhoeff, em 1608, de três. Isto não parece muito, pois, em 1607, partiram

⁶⁶ Cf. Paul van DYKE, «The Anglo-Dutch Fleet of Defense (1620-1622): Prelude to the Dutch Occupation of Taiwan», in Leonard BLUSSÉ (ed.), *Around and about Formosa: Essays in honor of professor Ts'ao Yung-ho*, Taipei, Ts'ao Yung-ho Foundation for Culture and Education, 2003, pp. 61-81.

⁶⁷ Cf. André MURTEIRA, *A Carreira da Índia e o curso neerlandês, 1595-1625* (policopiado), Lisboa, 2006, pp. 83-87.

sete velas portuguesas para a Ásia e, em 1608, catorze. Mas é importante notar que boa parte dos navios que escaparam aos neerlandeses nestes dois anos se perderam, arribaram ou invernaram⁶⁸. Os resultados sofríveis das expedições de corso neerlandesas não valeram assim de muito aos portugueses.

A expedição de Dedel de 1622-1623 deu-se numa conjuntura similar, pois retomara-se recentemente em Portugal o hábito de despachar armadas extraordinárias de navios de alto bordo para a Ásia, suspenso desde 1608. De 1619 a 1624, enviou-se todos os anos uma, com exceção de 1620⁶⁹. Pelo menos em 1619, 1621 e 1623 repetiram-se os maus resultados anormais de 1607 e 1608, com bastantes navios a serem vítimas de invernadas, arribadas e perdas. Como já acontecera em 1607-1608, este alto número de insucessos fez as perdas infligidas pelo corso em 1622 parecerem pouco significativas no conjunto. É importante notar a propensão para as coisas correrem excepcionalmente mal à Carreira em anos em que se tentava mandar à Ásia mais navios que o habitual. A tendência aponta para que os portugueses já só tivessem meios de garantir apenas um tráfego limitado e rotineiro na Rota do Cabo.

Temos, portanto, que, no período em estudo, as iniciativas planeadas de corso contra a Carreira por parte dos neerlandeses se concentraram no período 1604-1608. A expedição atlântica de van der Does, em 1599, pode ser considerada uma predecessora das de Haultain e van Heemskerck em 1606 e 1607, e a de Dedel no Índico Ocidental, em 1621-1623, uma repetição isolada das de van der Hagen, van Caerden e Verhoeff em 1604, 1607 e 1608. Quanto aos ataques resultantes de encontros casuais, foram também esporádicos, depois da série inicial de choques em Santa Helena que levou os portugueses a deixarem de escalar a ilha, a não ser em casos excepcionais. Por tudo isto, entendemos não se justificar a caracterização do corso neerlandês nesta época como uma ameaça *permanente* para a Carreira.

4. Efeitos do corso na rotina estabelecida da *Carreira*

Que o corso não tenha constituído uma ameaça permanente, não quer dizer, no entanto, que não tenha sido percebido como tal. Durante a segunda década do século XVII, por exemplo, várias vezes se temeu sem razão que a V.O.C. repetisse as suas incursões ao Índico Ocidental da década

⁶⁸ Cf. *ibidem*, pp. 85-87. Algo de semelhante sucedera já em 1604, quando Steven van der Hagen esperou em vão pela armada da Carreira em Moçambique e na costa ocidental indiana, pois três dos cinco navios partidos de Lisboa nesse ano arribaram, outro naufragou e o quinto chegou tarde a Moçambique, onde já não encontrou os neerlandeses, mas teve de ficar a invernar. Cf. *ibidem*, pp. 83-84.

⁶⁹ Cf. *ibidem*, pp. 131-136.

anterior⁷⁰; e o receio de ataques neerlandeses ditou também que se deixasse por então de aportar a Cochim, a não ser em circunstâncias excepcionais⁷¹. Ou seja, o corso pode não ter sido uma ameaça permanente, mas não deixou claramente de inspirar um temor constante. Ora, como vimos no resumo bibliográfico no início deste artigo, a maioria dos historiadores da Carreira consideraram o medo do corso um factor perturbador muito importante, enquanto causa de mudanças perigosas de rotas e de locais de escala, assim como de alterações arriscadas do calendário estabelecido das viagens, através de partidas fora da época normal. Até que ponto podemos afirmar que tal medo afectou, de facto, a história da Carreira de maneira decisiva no período em estudo?

Antes de entrar na discussão do problema, convém recapitular sucintamente qual era a rotina estabelecida das viagens da Carreira da Índia desde o princípio do século XVI⁷². Em regra, partia apenas uma armada por ano para a Ásia – com um único capitão-mor –, embora os navios que a compunham largassem frequentemente em datas diferentes. O mês recomendado para a partida era Março, mas partidas tardias em Abril e mesmo Maio eram frequentes, embora muito criticadas. Só excepcionalmente largavam embarcações para Oriente fora deste período, e, quando o faziam, destinavam-se quase sempre a enviar notícias urgentes à Índia, não se tratando, por isso, de grandes navios de carga. O problema das partidas tardias em Abril e Maio era que aumentavam o risco de chegar ao Índico demasiado tarde para se aproveitar da monção de Sudoeste, forçando, em caso de atraso, a invernar durante meses na Ilha de Moçambique, que era a única escala regular durante a viagem de ida para a Ásia. A escala em Moçambique obrigava a viajar por dentro do Canal de Moçambique – entre Madagáscar e a Costa Oriental Africana –, embora houvesse a opção de seguir por fora – pelo Leste de Madagáscar –, quando se dobrava já tarde o Cabo da Boa Esperança. Quando a viagem corria sem atrasos, chegava-se ao destino por volta de Setembro, aportando ora a Goa, ora a Cochim.

⁷⁰ Cf. cartas régias para Vice-Rei, 10/10/1611, 27/2/1612, 22/12/1612, 4/1/1613, 22/9/1613, 15/3/1614, in Raimundo António de Bulhão Pato (ed.), *Documentos...* cit., vol. II, pp. 112-114, 176, 274-277, 281-3, 447-51, vol. III, pp. 43-46; *ibidem*, vol. IV, pp. 157-158; carta régia para Vice-Rei, 15/3/1618, e resposta de Vice-Rei, 10/2/1619, in *ibidem*, vol. V, pp. 77-79; carta régia para Vice-Rei, 28/1/1620, in *ibidem*, vol. VII, pp. 79-83.

⁷¹ Cf. A. R. Disney, *Twilight of the Pepper Empire – Portuguese Trade in Southwest India in the Early Seventeenth Century*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1978, p. 13; Rui Godinho, *A Carreira...* cit., pp. 210-215.

⁷² Sobre a Carreira da Índia em geral, cf. C. R. Boxer, *From Lisbon...* cit.; Francisco Contente Domingues, *A Carreira da Índia*, Lisboa: CTT Correios de Portugal, 1998; Bentley Duncan, «Navigation...», cit.; Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos...* cit., vol. III, pp. 43-79; *idem*, «Os portugueses e a Carreira da Índia 1497-1810», in *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar. Séculos XVI-XVIII*, Lisboa: Difel, 1990, pp. 333-374; Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso, António Lopes, *Naufrágios...* cit.

Depois de uma estadia de alguns meses no Oriente, a armada partia de volta a Portugal, com os navios a partir muitas vezes em datas separadas, como na viagem de ida. Os meses recomendados para partir para a Europa eram Dezembro e Janeiro, mas, mais uma vez, partidas tardias, em Fevereiro e mesmo em Março, não eram incomuns. Durante o século XVI, a Ilha de Santa Helena, no Atlântico Sul, e os Açores foram escalas regulares dos navios de vinda da Ásia. A chegada a Lisboa dava-se normalmente no Verão, pondo por fim termo a uma viagem que, sem atrasos, demorava cerca de ano e meio, a contar da data inicial de partida de Lisboa.

4.1 Rotas e escalas

Não há dúvida de que foi graças ao receio de encontros desagradáveis que quer os Açores, na última década do século XVI⁷³, quer, como já vimos, Santa Helena, no princípio do século XVII, foram abandonados como escalas regulares à vinda durante esta época, sem que fossem adoptadas escalas alternativas. Podemos assim dizer com fundamento que foi o medo do corso que levou à generalização das chamadas viagens de rota batida (sem escalas) na jornada Ásia-Portugal⁷⁴. Já quanto a mudanças de rotas, se excluirmos as resultantes deste abandono de Santa Helena e dos Açores como escalas, assim como também do de Cochim como porto de chegada à ida, na segunda década de Seiscentos, não se conhecem alterações devidas ao corso durante o período em estudo⁷⁵.

De certeza que o fim das escalas à vinda da Ásia aumentou consideravelmente o sofrimento humano de uma viagem que nunca fora fácil de suportar. Mas até que ponto foi, além disso, uma causa importante de naufrágios e de outras perturbações na viagem, como invernadas e arribadas? Quanto aos naufrágios, o que se sabe da composição das perdas de navios da Carreira nos séculos XVI e na primeira metade do século XVII sugere que não. Segundo Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso e António Lopes, na primeira metade do século XVI, 61,3% das perdas da Carreira, a maioria, deu-se na viagem

⁷³ Cf. Rui GODINHO, *A Carreira...* cit., p. 301.

⁷⁴ Cf. *ibidem*, pp. 367-373.

⁷⁵ No fim do século XVI, a Coroa mandou que os navios que viessem da Índia seguissem por dentro do Canal de Moçambique e não por fora, revertendo assim à rota de regresso praticada nos primeiros tempos da Carreira. Maria Emília Madeira Santos aventa que esta ordem teria sido motivada pelo receio de encontrar navios neerlandeses vindo por fora do Canal, embora nenhuma fonte o afirme. Gaspar Ferreira Reimão, piloto do primeiro navio encarregue de cumprir a ordem, em 1597-1598, afirma apenas que, por «serem desaparecidas muitas naus pela viagem de fora, determinou tornar-se a fazer a viagem por dentro». Acresce que a instrução só pode ter sido dada, o mais tardar, em 1597, pois foi nesse ano que o referido navio de Reimão, a *N.ª Sr.ª do Castelo*, partiu de Portugal para a Índia. Ora, os neerlandeses só começaram a viajar regularmente para a Ásia em 1598. Cf. Maria Emília Madeira Santos, «O problema...» cit., pp. 138-139; Gaspar Ferreira REIMÃO, *Roteiro da navegação e Carreira da Índia...*, Lisboa: Agência-Geral das Colónias, 1939, pp. 44-45.

Portugal-Ásia; na segunda metade de Quinhentos, aconteceu o contrário, com a viagem Ásia-Portugal a ser responsável por 70,7% das perdas; e, entre 1600 e 1650, vigorou o equilíbrio, com um ligeiro predomínio das perdas à ida (47,3%) sobre as ocorridas na vinda (36,5%)⁷⁶. Ou seja, apesar de, no princípio do século XVII, as viagens Ásia-Portugal se terem passado a fazer as mais das vezes sem escalas, isso não impediu que a proporção das perdas nessa fase da viagem no total das perdas da Carreira tivesse descido significativamente em relação ao período anterior.

No período que estudei, 1598-1625, essa proporção foi ainda menor, registando-se apenas doze perdas na viagem da Ásia para Portugal, cerca de um quarto (26,7%) do total de 45 perdas de navios da Carreira; isto enquanto à ida para a Ásia houve 30 perdas, isto é, dois terços (66,7%) do total (as três perdas restantes dizem respeito a navios perdidos no Índico depois de chegarem à Índia, mas antes de terem encetado o regresso a Portugal).

QUADRO 1: Viagens Portugal-Ásia em 1598-1624⁷⁷

Partidas realizadas ou planeadas	Partidas frustradas devido a bloqueio inimigo	Arribadas	Perdas	Chegadas		
				Total	Sem atraso	Depois de invernada ¹
188 (100%)	13 (6,9%)	29 (15,4%)	30 (16%)	116 (61,7%)	99 (52,7%)	17 (9%)

QUADRO 2: Viagens Ásia-Portugal em 1599-1625

Partidas	Arribadas	Perdas	Chegadas		
			Total	Sem atraso	Depois de invernadas
80 (100%)	2 (2,5%)	12 (15%)	66 (82,5%)	65 (81,25%)	1 (1,25%)

Por outro lado, se compararmos a proporção das perdas à ida no total das viagens de ida com a proporção das perdas à vinda no total das viagens de vinda, obtemos números semelhantes: 16% de perdas à ida e 15% à vinda. No tocante a invernadas e arribadas, por fim, registaram-se apenas duas arribadas (2,5%) e uma invernada (1,25%) em viagens da Ásia para Portugal, em

⁷⁶ Cf. Paulo GUINOTE, Eduardo FRUTUOSO, António LOPES, *Naufraágios...* cit., p. 111. Para além de perdas à ida e à vinda, os autores contabilizaram também perdas que se deram durante a estadia na Ásia, entre o fim da viagem da ida e o começo da de vinda.

⁷⁷ Todas as fontes utilizadas na reconstituição do movimento anual das armadas da Carreira entre 1598 e 1624 para a elaboração deste e dos outros quadros são fornecidas no apêndice bibliográfico no fim do artigo, devidamente discriminadas por ano.

⁷⁸ Neste, como nos outros quadros, foram contabilizadas apenas as invernadas de navios que conseguiram posteriormente completar a sua viagem.

comparação com 29 arribadas (15,4%) e 17 invernadas (9%) à viagem para a Ásia – o que deixa bem claro que, no período em estudo, as arribadas e invernadas foram numerosas, mas confinadas quase na totalidade à viagem de ida.

4.2 Calendário

No respeitante a alterações de calendário através de partidas fora de época normal, contabilizei dezasseis navios largados de Portugal com informações ou reforços de emergência em época extraordinária, entre Outubro e Fevereiro. Na sua maioria, foram expedidos para avisar sítios como Moçambique de ataques da V.O.C. que se suspeitava iminentes, pelo que, em última análise, se pode considerar que foram, de facto, navios partidos fora da época normal devido ao medo dos neerlandeses. Mas o terem partido fora de época não impediu que quinze destes dezasseis navios tenham chegado bem ao Oriente. E mesmo que as perdas tivessem sido mais, nunca seriam comparáveis em gravidade às das naus das armadas regulares, pois eram quase todos navios de pequeno porte⁷⁹.

Por outras palavras, o grupo dos navios partidos para a Ásia fora de época foi pouco importante, pois não só era pequeno (dezasseis embarcações), como se compunha maioritariamente de navios de pouco porte. E como, de qualquer maneira, apenas um desses navios se perdeu, não se pode dizer que as partidas fora de época motivadas pelo medo de ataques tenham tido efeitos graves.

Os navios das armadas regulares constituem outro caso. No período em estudo, não se tentou nunca fazê-los seguir viagem fora de época. No máximo, pode-se falar, para a viagem de ida, de partidas antecipadas ou atrasadas em poucas semanas em relação ao período padrão de Março e, no máximo, de princípio de Abril, tido como a melhor altura para os navios largarem.

O medo de acções corsárias foi sem dúvida o responsável pelos dois casos conhecidos de partidas para a Ásia antecipadas para Fevereiro entre 1598 e 1624: em 1599, depois do bloqueio naval inglês de Lisboa de 1598; em 1607, depois do bloqueio neerlandês da mesma cidade em 1606. Em ambos os casos, o receio de que o bloqueio do ano anterior se repetisse motivou a antecipação da partida de parte dos navios para Fevereiro; em ambos os casos, isso não teve qualquer efeito prejudicial⁸⁰.

É sabido que as partidas atrasadas, pelo contrário, eram frequentemente causa de arribadas, invernadas e perdas. Segundo Bentley Duncan,

⁷⁹ As únicas excepções são três casos dúbios de navios listados como galeões, um em 1608, dois em 1611.

⁸⁰ Em 1599, partiram quatro navios no princípio de Fevereiro e, em 1607, três; o único que se perdeu foi o *S. Francisco*, em 1607, por encalhamento à saída de Moçambique, uma causa obviamente alheia à partida de Lisboa em Fevereiro.

em 1500-1590, 88% dos navios partidos em Fevereiro e 84% dos partidos em Março chegaram à Ásia na altura devida, isto é, sem arribarem, naufragarem ou invernarem no caminho⁸¹. Em comparação, só 64% dos partidos em Abril e 14% dos partidos em Maio conseguiram fazer o mesmo. As embarcações largadas em Maio foram uma proporção insignificante do total de partidas para a Ásia, 4%, mas as partidas em Abril foram já 49%. Por sua vez, as largadas em Março foram 37% e as partidas em Fevereiro 10%. Estes números demonstram que os navios que antecipavam a partida para Fevereiro não corriam nenhum risco adicional e eram inclusive aqueles que tinham mais hipóteses de terem uma boa viagem, seguidos de perto pelos que largavam em Março. Partir em Abril já era mais arriscado, mas tal não impediu que houvesse mais navios a largar nesse mês (49% do total) do que os houve a partir em Fevereiro e Março juntos (47%), o que aumentou inevitavelmente as taxas de insucesso e de internada da Carreira.

O que este conjunto de dados demonstra é que as dificuldades de cumprir o apertado calendário de viagem imposto pelo regime de monções do Índico foram um estorvo importante ao bom funcionamento da Carreira, piorando os seus resultados. Mas o curso foi de certeza alheio ao fenómeno no período a que se referem as estatísticas de Duncan, quando, como já vimos, a Carreira viveu bem protegida de ataques corsários quase até ao fim. E, no período em estudo, *não descobri nenhum exemplo de uma partida tardia motivada por receio do curso, nem à ida, nem à vinda*. Vimos que os bloqueios de Lisboa de 1598 e 1606 impediram a partida para a Ásia das armadas desses dois anos. E, em 1623, a nau *S. Tomé* ficou retida na Índia devido ao bloqueio anglo-neerlandês de Goa. Como as armadas de 1598 e 1606 em Lisboa, o que a nau fez, findo o bloqueio, não foi partir fora de época, mas esperar um ano para poder partir em época ordinária.

Temos assim, em conclusão, que, no período em estudo, os danos infligidos indirectamente pelo curso à navegação da Carreira – isto é, as perturbações da rotina estabelecida devidas ao curso, mas não resultantes de ataques propriamente ditos – foram sobretudo de dois tipos: a generalização de viagens de rota batida entre a Índia e Portugal; o impedimento de partidas, que ocorreu apenas em três anos – para a Índia em 1598 e 1606 e para Portugal em 1623⁸². É indubitável que foi o receio de ataques que levou à generalização das viagens sem escalas da Ásia para Portugal, assim como também ao fim da utilização do porto de Cochim pelas naus da Índia. Mas, como vimos, não há indícios de que qualquer dos dois factos tenha contribuído para aumentar significativamente as perdas e insucessos em geral da Carreira. No tocante às partidas impedidas, as cinco largadas canceladas de

⁸¹ Cf. Bentley DUNCAN, «Navigation...», cit., p. 12.

⁸² Não parece que o impedimento de aportar a Cochim fosse grave, até porque se podia continuar a ir lá fundear em casos de emergência, como fez a *Penha de França* em 1620.

1598 e as oito de 1606, assim como a internada na Índia de S. Tomé em 1623-1624 aparecem como acontecimentos isolados e globalmente pouco importantes num período de quase 30 anos. Nem o curso, nem o receio que inspirava obrigaram a alterar o calendário estabelecido da Carreira. Tirando um número diminuto de navios, quase todos pequenos, continuou a partir-se para a Índia na altura em que sempre se partira. Como já antes acontecia, partia-se por vezes já tarde, em Abril, o que podia ser perigoso. Não era, porém, o medo do curso a provocar estas partidas tardias – as duas únicas vezes em que se sabe que tal medo influiu nas datas de partida, em 1599 e 1607, foram, como vimos, largadas antecipadas, não atrasadas, e em nenhum dos casos com maus resultados.

5. O movimento da Carreira da Índia em 1598-1625⁸³

A análise estatística mais aprofundada do movimento da Carreira no período em estudo contribui também para relativizar a importância dos efeitos perturbadores do curso. No quadro que se segue, tentei determinar a proporção de viagens falhadas dentro do total de viagens da Carreira no período 1598-1625. Tal como Paulo Guinote, Eduardo Lopes e António Frutuoso, assim como João Paulo e Paula Pelúcia Aparício, optei, neste quadro, por não analisar separadamente as viagens Portugal-Ásia e Ásia-Portugal. Assim, com o grupo dos navios incumbidos de ir e vir da Índia, procurei determinar, sim, o número de viagens Portugal-Ásia-Portugal concluídas com êxito, pois, para este grupo de navios, as viagens Portugal-Ásia e Ásia-Portugal eram apenas fases diferentes de uma mesma jornada, a chamada viagem redonda. Fora deste grupo das viagens redondas, ficaram, por um lado, as viagens únicas Portugal-Ásia, de navios partidos de Portugal para ficarem na Ásia, e, por outro, as viagens únicas Ásia-Portugal, de navios expedidos originalmente da Ásia para uma viagem única até Portugal. Chamo a atenção para as inevitáveis discrepâncias entre os valores deste quadro e os dos quadros 1, 2, 5 e 6, baseados numa análise separada das viagens Portugal-Ásia e Ásia-Portugal⁸⁴.

⁸³ Quedam para fora dos dados em análise as viagens Ásia-Portugal no ano de 1598 e as viagens Portugal-Ásia do ano de 1625.

⁸⁴ Os valores do quadro 3 não representam, nem podem representar, a soma dos valores dos quadros 1 e 2. Por exemplo, o facto de o quadro 1 – viagens Portugal-Ásia – registar 116 chegadas e o quadro 2 – viagens Ásia-Portugal – registar 66 não quer dizer que, no quadro 3, o total de viagens da Carreira concluídas com sucesso seja a soma daqueles dois valores, isto é, 182, pois, para os navios partidos para a Ásia incumbidos de voltar para Portugal – que eram a maioria –, depois de chegar à Ásia, havia, como é óbvio, que regressar à Europa. Por outro lado, nos quadros 1, 2, 5 e 6, são contabilizadas 42 perdas de navios no total, 30 na viagem Portugal-Ásia, 12 na viagem Ásia-Portugal. No quadro 3, porém, foi contabilizado um total de 45 perdas, pois, a estas 42, foram adicionadas 3 perdas ocorridas entre o fim da viagem Portugal-Ásia e o começo da viagem Ásia-Portugal.

QUADRO 3: Conjunto de viagens da Carreira da Índia em 1598-1625⁸⁵

	Partidas realizadas ou planeadas	Partidas frustradas devido a bloqueio inimigo	Arribadas a Portugal	Arribadas à Índia	Perdas	Chegadas		
						Total	Sem atraso	Depois de invernações
Viagens redondas	122 (100%)	8 (6,6%)	21 (17,2%)	2 (1,6%)	31 (25,4%)	60 (49,2%)	51 (41,8%)	9 (7,4%)
Viagens únicas Portugal-Ásia	66 (100%)	5 (7,6%)	8 (12,1%)		12 (18,2%)	41 (62,1%)	32 (48,5%)	9 (13,6%)
Viagens únicas Ásia-Portugal	8 (100%)				2 (25%)	6 (75%)	6 (75%)	
Total de viagens	196 (100%)	13 (6,6%)	29 (14,8%)	2 (1%)	45 (23%)	107 (54,6%)	89 (45,4%)	18 (9,2%)

O total obtido de viagens tentadas ou planeadas é 196. 107 foram concluídas com sucesso (54,6%): 89 no calendário previsto (45,4%), 18 com perda de um ano ou mais em invernações (9,2%). 89 não chegaram ao fim (45,4%): 45 por perda ou inutilização durante a viagem (23%), 29 por arribada a Lisboa (14,8%), 2 por arribada a Goa (1%), 13 por efeito de bloqueio inglês ou neerlandês a Lisboa (6,6%).

Falta apurar quantas das muitas viagens fracassadas da Carreira se deveram, directa ou indirectamente, a acções corsárias, e comparar o número obtido com o de viagens falhadas por outras razões.

QUADRO 4: Conjunto de viagens falhadas da Carreira da Índia em 1598-1625⁸⁶

	Viagens falhadas devido a curso	Viagens falhadas por outras razões
Viagens falhadas por perda	14 (7,1%)	31 (15,8%)
Viagens falhadas sem perda	13 (6,6%)	31 (15,8%)
Total de viagens falhadas por perda e sem perda	27 (13,8%)	62 (31,6%)
Total de viagens	196 (100%)	196 (100%)

⁸⁵ Convém esclarecer que este total de viagens inclui viagens apenas planeadas, isto é, que foram canceladas antes de começarem devido a bloqueios inimigos. No grupo das viagens falhadas, incluem-se tanto as terminadas por inutilização do navio (perdas), como as abortadas por regresso do navio ao porto de partida (arribadas a Portugal ou à Índia), ou frustradas mesmo antes do começo devido a bloqueio inimigo. Dentro do grupo das viagens terminadas com sucesso, distingi entre as concluídas dentro do calendário previsto e as acabadas após uma invernação ou mais, o que acarretava sempre um atraso de pelo menos cerca de um ano (note-se que não foram contabilizadas as invernações dos navios que não concluíram viagem).

⁸⁶ Mais uma vez, distinguimos entre viagens frustradas com perda do navio e sem ela. Convém ainda notar que contabilizámos todas as viagens falhadas devido ao curso no período,

O total de viagens de navios da Carreira frustradas por acções corsárias no período em estudo é 27 viagens em 196, isto é 13,8%: 14 por perda (7,1%), 13 por efeito de bloqueio inimigo (6,6%). Isto quando houve um total de 62 insucessos com outras causas (31,6%): 31 por perda ou inutilização (15,8%), 29 por arribada a Lisboa (14,8%) e 2 por arribada a Goa (1%). O corso foi ainda responsável por 1 invernada na Índia (0,5%), enquanto se registaram 17 invernadas devidas a outros motivos (8,7%).

Interessa igualmente comparar os resultados da Carreira neste período com o que se sabe da navegação euro-asiática neerlandesa por volta da mesma altura. A melhor maneira de o fazer é, cotejar, por um lado, os resultados das viagens Portugal-Ásia em 1598-1624 e os das viagens Províncias Unidas-Ásia em 1602-1624, e, por outro, os das viagens Ásia-Portugal em 1599-1625 e Ásia- Províncias Unidas em 1602-1624⁸⁷.

QUADRO 5: Perdas da Carreira da Índia e da V.O.C. na viagem Europa-Ásia

	Viagens	Perdas	
Carreira (1598-1624)	188 (100%)	Total	Por motivos alheios ao corso
		30 (16%)	21 (11,2%)
V.O.C. (1602-1624)	266 (100%)	4 (1,5%)	

QUADRO 6: Perdas da Carreira da Índia e da V.O.C. na viagem Ásia-Europa

	Viagens	Perdas	
Carreira (1599-1625)	80 (100%)	Total	Por motivos alheios ao corso
		12 (15%)	7 (8,8%)
V.O.C. (1602-1624)	122 (100%)	7 (5,7%)	

fosse ele neerlandês ou anglo-neerlandês (dez casos de viagens falhadas por perda, oito sem perda, nomeadamente as oito partidas para a Ásia abortadas em 1606, devido ao bloqueio de Lisboa desse ano), inglês (dois ou três casos de viagens falhadas por perda, cinco sem perda, nomeadamente as cinco partidas para a Ásia abortadas em 1598, devido ao bloqueio de Lisboa desse ano), ou magrebino (um ou dois casos de viagens falhadas por perdas). Não é claro se o patacho *N.ª Sr.ª do Rosário*, em 1622, foi tomado por ingleses ou magrebinos.

⁸⁷ Anos para os quais há um levantamento disponível das perdas das viagens neerlandesas, quer à ida, quer à vinda da Ásia. Cf. Jaap. R. BRUIJN, Femme S. GAASTRA, Ivo SCHOFFER (eds.), *Dutch-Asiatic Shipping in the 17th and 18th Centuries*, vol. I, Haia: Martinus Nijhoff, 1987, pp. 75, 91. Não há maneira de comparar os resultados das viagens redondas da Carreira com os das viagens neerlandesas, pois os navios da V.O.C. normalmente não praticavam viagens seguidas

Em 1602-1624, a V.O.C. perdeu 4 navios à ida para o Oriente, 1,5% do total de 266 viagens de ida nesses anos; à vinda, perdeu 7, ou seja, 5,7% dos 122 retornos tentados então. Em comparação, a Carreira, em 1598-1624, perdeu, à ida, 30 navios, 16% de um total de 188 viagens, sendo que 21 destas perdas (11,2%) se deram por motivos alheios ao corso; e, em 1599-1625, à vinda, perdeu 12 navios, 15% de um total de 80 viagens, devendo-se 7 destas perdas (8,8%) a motivos alheios ao corso. Por outras palavras, as perdas da Carreira em 1598-1625 foram mais, em termos absolutos e relativos, que as da navegação euro-asiática neerlandesa em 1602-1624, *mesmo sem contabilizar as perdas atribuíveis ao corso*. Tento analisar este conjunto de dados na conclusão abaixo.

6. Conclusão

Vimos na introdução deste artigo que o consenso dominante na historiografia afirma que o corso teve uma importância fundamental para a pioria de resultados da Carreira a partir de fins do século XVI, quer pelas perdas directamente provocadas, quer, sobretudo, enquanto causa de partidas fora da época ordinária e de alterações perigosas das rotas e das escalas. Em relação ao período estudado, verifiquei, porém, que as viagens falhadas por razões directa ou indirectamente atribuíveis ao corso foram minoritárias em relação às viagens falhadas por outras razões (quadro 4): em 1598-1625, identifiquei 27 viagens falhadas devido ao corso (13,8% do total das viagens no período), 14 através de perdas resultantes de ataques directos (7,1%), 13 através de partidas frustradas por acções de bloqueio de Lisboa (6,6%). Não é uma quantidade insignificante, mas é claramente inferior às 62 viagens falhadas por outras razões (31,6%), que foram mais do dobro, 31 por perda do navio (15,8%), outras 31 por arribada a Portugal ou à Índia (15,8%).

Estes resultados levam-me a concluir que, em relação ao período em estudo, as opiniões normalmente vigentes em relação ao corso e aos seus efeitos precisam de ser pelo menos em parte revistas. Pelo menos em relação a 1598-1625, inclino-me assim a concordar com a opinião dissonante de Ernst van Veen sobre a importância do fenómeno, que ele relativiza até 1636, fazendo depois notar que, por essa data, já se havia dado a grande quebra do movimento da Carreira, na viragem da década de 20 para a de 30⁸⁸. É evidente que não devemos também incorrer no risco de subestimar os seus efeitos – em 1598-1625, os insucessos da Carreira por que o corso foi

de ida e volta: os navios que largavam das Províncias Unidas dividiam-se entre os que partiam para ficar na Ásia e os que partiam para voltar, os chamados *retourschepen* – estes, porém, costumavam ficar alguns anos ao serviço no Oriente antes de regressar, ao contrário das naus da Carreira, que retornavam imediatamente.

⁸⁸ Cf. Ernst van VEEN, *Decay...* cit., p. 83.

responsável directa e indirectamente, embora minoritários no conjunto dos insucessos totais, não foram, apesar de tudo, de desprezar. E convém voltar a frisar que os seus efeitos especificamente económicos sobre a Carreira estão por estudar e que não foi minha intenção estudá-los neste artigo, como disse já na introdução. Acredito, no entanto, que, no período em estudo, fora do campo económico, os efeitos observáveis do corso sobre a rotina estabelecida da Carreira, *directos e indirectos*, embora não negligenciáveis, foram fundamentalmente esporádicos – com o grosso das acções corsárias planeadas contra a Carreira a concentrarem-se em 1604-1608 –, não se justificando a importância *central* que lhe tem sido atribuída.

O papel *central* atribuído ao corso no declínio da Carreira é tanto mais questionável quanto vemos que as perdas de naus da Índia em 1598-1625 foram mais, em termos absolutos e relativos, que as da navegação euro-asiática neerlandesa em 1602-1624, mesmo sem contabilizar as perdas portuguesas atribuíveis ao corso (quadros 5 e 6). Por outras palavras, num período quase idêntico, mesmo sem contar com as perdas do corso, *os portugueses, com mais de cem anos de experiência da Rota do Cabo, perderam, a navegá-la, bastante mais navios que os neerlandeses, ainda principiantes*. Isto mostra que a eficiência da Carreira, na altura, deixava comparativamente a desejar, o que vem dar razão às posições mais críticas de Guinote, Frutuoso e Lopes e de Ernst van Veen sobre o desempenho global das naus da Índia, contra as visões mais «optimistas» de Vitorino Magalhães Godinho, Bentley Duncan e João Paulo e Paula Pelúcia Aparício.

Como vimos na introdução, segundo este último grupo de historiadores, a Carreira, numa rota difícil, teria funcionado relativamente bem até começar a ser atacada em força pelo corso norte-europeu, no fim do século XVI. No período que estudei, contudo, verifiquei, por um lado, que os efeitos do corso, então predominantemente neerlandês, na rotina estabelecida da Carreira não parecem ter sido excessivamente graves, e, por outro, que, mesmo descontando as perdas provocadas por ataques corsários, os portugueses perdiam bastante mais navios que os seus novos competidores, o que aponta para que Carreira funcionasse, afinal, com algumas deficiências.

Constatar as debilidades comparativas da Carreira da Índia em relação à navegação euro-asiática neerlandesa é uma coisa, explicá-las é outra, que já não cabe nos limites deste artigo. Leonor Freire Costa demonstrou que, por volta do fim do século XVI, a construção naval para a Carreira se confrontou com problemas graves de carência de madeira, sendo obrigada a empregar madeiras verdes. A qualidade dos navios teria sofrido com isto uma queda, detectável através da diminuição significativa da duração média das embarcações em relação a períodos anteriores⁸⁹. É um factor a ter em conta, tal como o são, por exemplo, as diferentes rotas praticadas por portu-

⁸⁹ Cf. Leonor Freire COSTA, *Naus e galeões na Ribeira de Lisboa*, Cascais: Patrimonia, 1997, pp. 186-194.

gueses e neerlandeses⁹⁰. Contudo, para poder dizer algo de mais conclusivo sobre a inferioridade do desempenho dos navios portugueses em relação aos neerlandeses, será preciso, primeiro que tudo, saber mais sobre a construção naval da Carreira, o aprestamento e abastecimento dos seus navios, o seu sistema de financiamento, a história social das suas tripulações, etc., quase tudo assuntos que estão ainda em larga parte por tratar pela historiografia.

⁹⁰ Ter a costa ocidental indiana como destino quase único na Ásia tornou os portugueses dependentes do regime de monções do Índico, obrigando-os a viajar dentro de limites temporais muito precisos. Porque não conseguiam sempre fazê-lo, sofriam um alto número de arribadas e de invernadas, as quais, como vimos, tanto contribuíram para a taxa de insucesso das viagens da Carreira. Os neerlandeses, porém, tiveram como destino principal desde início o Leste de Java, primeiro em Bantem, depois em Batávia. Rapidamente aprenderam a chegar lá pelo Sul do Índico, inflectindo para Norte apenas quando estavam perto da longitude de Java. Com isso, escapavam em larga medida aos constrangimentos das monções, sendo livres de viajar para e do Oriente em quase todas as alturas do ano. Sobre isso, quando passavam o Cabo, afastavam-se de terra, ao contrário dos portugueses, que, navegando as mais das vezes pelo Canal de Moçambique, se mantinham próximos da costa sul e oriental da África, de longe a região mais perigosa da viagem da Carreira, e aquela onde se deram mais perdas (segundo Guinote, Frutuoso e Lopes, entre 1497 e 1650, 24,7% das perdas da Carreira deram-se no Canal de Moçambique, 10,5% na África Oriental e 12,3% no Natal, no Cabo e no Atlântico Sul; cf. Paulo GUINOTE, Eduardo Frutuoso, António LOPES, *Naufrágios...* cit., p. 124).

APÊNDICE BIBLIOGRÁFICO:
fontes para o movimento da Carreira da Índia em 1598-1624⁹¹

1598	ACMN 1-3; APO III, pp. 828-829, 873-874, 881-883; MHM; MX; SFP
1599	ACMN 1-3; JS, pp. 646-648, 653-672; MHM; MX; SFP
1600	ACMN 1-3; MHM; MX; SFP
1601	ACMN 1-3; FC, pp. 267-284; HTM II, pp. 735-789; MHM; MX; SFP
1602	ACMN 1-3; MHM; MX; SFP
1603	ACMN 1-3; APO I-2, pp. 125-128; DRI I, pp. 1-8, 16-23; MHM; MX; SFP
1604	ACMN 1-3; APO I-2, pp. 140-160; DRI I, pp. 16-23, 100-111; MEMS, pp. 147-148; MHM; MMSB II, pp. 101-113; MX; SFP
1605	ACMN 1-3; APO I-2, pp. 110-125, 140-160, 160-168; DRI I, pp. 16-23, 70-73, 100-111, 130-131; MEMS, pp. 147-148, 150, 150-152; MHM; MMSB II, pp. 101-113, 121-124, 125-126; MX; SFP
1606	ACMN 1-3; APO I-2, pp. 168-192; DRI I, pp. 100-111, 130-131; MEMS, pp. 148, 149, 150, 150-152; MHM; MMSB II, pp. 101-113, 125-126
1607	ACMN 1-3; APO I-2, pp. 192-218; DRI I, pp. 100-111, 137-138, 387-392, DRI II, pp. 249-250; HCM, pp. 529-540; JS, pp. 301-305; MEMS, pp. 149, 152; MHM; MMSB II, pp. 129-134, 135-137; MX; SFP
1608	ACMN 1-3; APO I-1, pp. 126-127, APO I-2, pp. 218, 235, 235-243; DRI I, pp. 210-213, 365-366, 398-401; HCM, pp. 542-546; JM, pp. 43-91; MHM; MMSB II, pp. 135-137; MX; SFP
1609	ACMN 1-3; APO I-1, pp. 127-131; DRI II, pp. 18-20; JM, pp. 143-149; MHM; MX; PL II, pp. 765-805; SFP
1610	ACMN 1-3; DRI I, pp. 365-366, DRI II, p. 176; MHM; MX; SFP
1611	ACMN 1-3; DRI II, pp. 112-114, 176, 255-256, 261-262, 372-373, 447-451; MHM; MX; RG, pp. 394-396; SFP
1612	ACMN 1-3; DRI II, pp. 261-262, 447-451, 471-480, DRI III, pp. 265-266; MHM; MX; RG, pp. 394-396; SFP
1613	ACMN 1-3; DRI II, pp. 280-281, 281-283, 312-319, 320, 447-451, 453, 471-480, DRI III, pp. 165-166; MHM; MX; RG, pp. 394-396; SFP
1614	ACMN 1-3; DRI II, 447-451, 471-480, DRI III, pp. 43-46, 144-146, 165-166, 370-372, 384-385, 396-397, DRI IV, pp. 1-2; MEMS, pp. 158-159; MHM; MX; RG, pp. 394-396; SFP

⁹¹ Cada coluna anual inclui as fontes referentes tanto à viagem de ida da armada (ou armadas) desse ano, como à sua torna-viagem, apesar de esta ocorrer posteriormente, no ano ou nos anos seguintes (uma armada partida para a Ásia em 1598 nunca poderia esperar voltar à Europa antes de 1599). Não indicamos as páginas das seis fontes que são relações de armadas (ACMN 1, ACMN 2, ACMN 3, MHM, MX and SFP), o que seria redundante, pois aí a história das armadas já se encontra ordenada cronologicamente. As citações de estudos referem-se sempre a transcrições de fontes neles incluídas.

1615	ACMN 2-3; DRI IV, pp. 109-171; MHM; MX; RG, pp. 394-396; SFP
1616	ACMN 2-3; MHM; MX; RG, pp. 394-396; SFP
1617	ACMN 2-3; DRI IV, pp. 109-171, 235-236, DRI VI, pp. 201-202; MHM; MX; RG, pp. 394-396; SFP
1618	ACMN 2-3; DRI V, pp. 77-79, 85, 92-94, 123-125, 171-172, 215-217, DRI VI, pp. 435-436, DRI VII, pp. 79-83; MHM; MX; RG, pp. 394-396; SFP
1619	ACMN 2-3; CRF, pp. 65-75; DRI VI, pp. 6-7, 7-8, 240-242, 242-244, DRI VII, pp. 190-191, 201-202; MHM; MX; RG, pp. 394-396; SFP
1620	ACMN 2-3; DRI VI, pp. 7-8, DRI VII, pp. 79-83, 150, 190-191, 192, 193-195, 240-241, 343, 408-409, 442-443, DRI IX, pp. 409-410; MHM; MX; NCM I, pp. 173-213; RG, pp. 394-396; SFP
1621	ACMN 2-3, DRI VII, pp. 323-333, 339-340, 365-366, 395, 404-405, 408-409, 442-443, 450-451, DRI IX, pp. 123-125, 440-443, JL, pp. 139-170, MHM, MX, NCM II, pp. 7-74, SFP
1622	ACMN 2-3; ACE I, pp. 143-144, 150-152; DRI VIII, pp. 283-284, DRI IX, pp. 117-119, 119-120, 123-125, 135-136, 142-143, 154-155, 176, 198-199, 199-201, 213-214, 228-230, 232-236, 440-443, DRI X, pp. 127, 174-175, 303-304, 325-326; DU II, pp. 426-433, 501-504; JL, pp. 171-216; MHM; MX; SFP; VNC I, pp. 17-20
1623	ACMN 2-3; ACE I, pp. 189-190, 200-202; DRI IX, pp. 267-269, 269-271, 436-439, DRI X, pp. 3-4, 21, 37-38, 200-202; MHM; MX; SFP
1624	ACMN 2-3; DRI X, pp. 234, 270; MHM; MX; SFP

Abreviaturas

- ACE – Panduronga PISSURLENCAR (ed.), *Assentos do Conselho de Estado*, vol. I, Bastorá: Tipografia Rangel, 1953.
- ACMN 1 – A. C. (ed.), «Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia», in *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXX, Janeiro-Março 1990, pp. 109-124.
- ACMN 2 – A. C. (ed.), «Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia», in *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXI, Janeiro-Março 1991, pp. 87-161.
- ACMN 3 – A. C. (ed.), «Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia», in *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXIII, Outubro-Dezembro 1993, pp. 869-918.
- APO – J. H. da Cunha RIVARA (ed.), *Archivo Portuguez-Oriental*, fascículos I-I, I-II, III, Nova Goa: Imprensa Nacional, 1877, 1876, 1861.
- CRF – José Gervásio LEITE (ed.), *Comentários do grande capitão Rui Freire de Andrada*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940.
- DRI – Raimundo António de Bulhão PATO, António da Silva RÊGO (eds.), *Documentos remetidos da Índia ou livros das monções*, 10 vols., Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias-Imprensa Nacional, 1880-1982.
- DU – António da Silva RÊGO (ed.), *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol. II, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962.

-
- FC – Francesco CARLETTI, *Voyage autour du monde de Francesco Carletti (1594-1606)*, Paris: Éditions Chandeigne, 1999.
- HCM – A. Meyrelles do SOUTO (ed.), «Hystorya dos cercos que os Olandezes puzerão à fortaleza de Mozambique o anno de 607 e 608...», in *Studia*, 12, 1963, pp. 463-548.
- HTM – Bernardo Gomes de BRITO (ed.), *História Trágico-Marítima*, vol. II, Lisboa: Edições Afródite, 1972.
- JL – Jerónimo LOBO, *Itinerário e outros escritos inéditos*, Barcelos: Livraria Civilização, 1971.
- JM – Jean MOCQUET, *Voyage à Mozambique et Goa: la relation de Jean Mocquet (1607-1610)*, Paris: Éditions Chandeigne, 1996.
- JS – João dos SANTOS, *Etiópia Oriental e vária história de cousas notáveis do Oriente*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- MEMS – Maria Emília Madeira SANTOS, «O problema da segurança das rotas e a concorrência luso-holandesa antes de 1620», separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXII, 1985.
- MHM – Maria Hermínia MALDONADO (ed.), *Relação das náos e armadas da Índia com os successos dellas que se puderam saber, para noticia e instrução dos curiosos, e amantes da historia da Índia*, Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1985.
- MMSB – Maria Manuela Sobral BLANCO, *Os holandeses e o império oriental português* (policopiado), 2 vols., Lisboa, 1975.
- MX – «Governadores da Índia, pelo Padre Manuel Xavier», in Luís de ALBUQUERQUE (ed.), *Relações da Carreira da Índia*, Lisboa: Alfa, 1989, pp. 99-205.
- NCM – António SÉRGIO (ed.), *Naufrações e combates no mar*, vol. II, Lisboa: Editorial Sul, 1958.
- PL – Pyrard de LAVAL, *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes orientales, 1601-1611*, 2 vols., Paris: Éditions Chandeigne, 1998.
- RG – Rui GODINHO, *A Carreira da Índia – aspectos e problemas da torna-viagem (1550-1649)* (policopiado), Lisboa, 2000.
- SFP – Simão Ferreira PAIS, *De Bartolomeu Dias a Vasco da Gama – as Famosas Armadas da Índia, 1496-1650*, Porto: Civilização, 1997.
- VNC – Damião PERES (ed.), *Viagens e naufrágios célebres dos séculos XVI, XVII e XVIII*, vol. I, Porto: Civilização, 1937.

Bibliografia citada

Fontes:

- «A Journall of a Voyage made by the Pearle to the East-India, wherein went as Captaine Master Samuel Castelton of London, and Captaine George Bathurst as Lieutenant: written by John Tatton, Master», in Samuel PURCHAS (ed.), *Hakluytus posthumus or Purchas his pilgrimes...*, vol. III, Glasgow: Maclehose, 1905, pp. 343-354.
- A. C. (ed.), «Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia», in *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXX, Janeiro-Março 1990, pp. 109-124.
- , «Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia», in *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXI, Janeiro-Março 1991, pp. 87-161.
- , «Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia», in *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXIII, Outubro-Dezembro 1993, pp. 869-918.
- ALBUQUERQUE, Luís de (ed.), *Relações da Carreira da Índia*, Lisboa: Alfa, 1989.
- «Beschrijvinghe van de tweede Voyagie... onder den Heer Admirael Steven vander Hagen...», in Izaäk COMMELIN (ed.), *Begin ende voortgangh van de Nederlantsche geotroyeerde Oost-Indische Compagnie. Vervattende de voornaemste reysen bij de inwoonderen derselver provinciën derwaerts gedaan...*, vol. III, Amesterdão, 1646, relato I.
- BOOY, A. de (ed.), *De derde reis van de V.O.C. naar Oost-Indie onder het beleid van admiraal Paulus van Caerden, uitgezeild in 1606*, 2 vols., Haia: Martinus Nijhoff, 1968-1970.
- BRITO, Bernardo Gomes de (ed.), *História Trágico-Marítima*, vol. II, Lisboa: Edições Afródite, 1972.
- CARLETTI, Francesco, *Voyage autour du monde de Francesco Carletti (1594-1606)*, Paris: Éditions Chandeigne, 1999.
- COLENBRANDER, H. T. (ed.), *Jan Pieterz. Coen, bescheiden omtrent zijn bedrijf in Indie*, 6 vols., Haia: Martinus Nijhoff, 1919-1934.
- COMMELIN, Izaäk (ed.), *Begin ende voortgangh van de Nederlantsche geotroyeerde Oost-Indische Compagnie. Vervattende de voornaemste reysen bij de inwoonderen derselver provinciën derwaerts gedaan...*, vol. III, Amesterdão, 1646.
- COOLHAAS, W. Ph. (ed.), *Generale missiven van Gouverneurs-Generaal en Raden aan Heren XVII der Verenigde Oostindische Compagnie*, vol. I, Haia: Martinus Nijhoff, 1960.
- FOSTER, William (ed.), *The English Factories in India, 1622-1623; a Calendar of Documents in the India Office and British Museum*, Oxford: Clarendon Press, 1908.
- «Governadores da Índia, pelo Padre Manuel Xavier», in Luís de ALBUQUERQUE (ed.), *Relações da Carreira da Índia*, Lisboa: Alfa, 1989, pp. 99-205.
- HOOGWERFF, G. J. (ed.), *Journalen vande gedenckwaardige reysen van Willem Ijsbrantsz. Bontekoe, 1618-1625*, Haia: Martinus Nijhoff, 1952.

- JONGE, J. K. J. de (ed.), *De opkomst van het Nederlandsch gezag in Oost Indie*, vol. III, Haia: Martinus Nijhoff, 1865.
- LAVAL, Pyrard de, *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes orientales, 1601-1611*, 2 vols., Paris: Éditions Chandeigne, 1998.
- LEITE, José Gervásio (ed.), *Comentários do grande capitão Rui Freire de Andrada*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940.
- LOBO, Jerónimo, *Itinerário e outros escritos inéditos*, Barcelos: Livraria Civilização, 1971.
- MALDONADO, Maria Hermínia (ed.), *Relação das náos e armadas da Índia com os successos dellas que se puderam saber, para noticia e instrução dos curiozos, e amantes da historia da Índia*, Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1985.
- MOCQUET, Jean, *Voyage à Mozambique et Goa: la relation de Jean Mocquet (1607-1610)*, Paris: Éditions Chandeigne, 1996.
- «Naufrágio da nau S. João Baptista no Cabo de Boa Esperança no ano de 1622», in António SÉRGIO (ed.), *Naufrágios e combates no mar*, vol. II, Lisboa: Editorial Sul, 1958, pp. 7-74.
- «Naufrágio das naus S. José, S. Tereza e S. Carlos, 1625», in Damião PERES (ed.), *Viagens e naufrágios célebres dos séculos XVI, XVII e XVIII*, vol. I, Porto: Civilização, 1937, pp. 17-20.
- OPSTALL, M. E. van (ed.), *De reis van de vloot van Pieter Willemsz Verhoeff naar Azië, 1607-1612*, 2 vols., Haia: Martinus Nijhoff, 1972.
- PAIS, Simão Ferreira, *De Bartolomeu Dias a Vasco da Gama – as famosas armadas da Índia, 1496-1650*, Porto: Civilização, 1997.
- PATO, Raimundo António de Bulhão, RÊGO, António da Silva (eds.), *Documentos remetidos da Índia ou livros das monções*, 10 vols., Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias-Imprensa Nacional, 1880-1982.
- PERES, Damião (ed.), *Viagens e naufrágios célebres dos séculos XVI, XVII e XVIII*, vol. I, Porto: Civilização, 1937.
- PISSURLENCAR, Panduronga (ed.), *Assentos do Conselho de Estado*, vol. I, Bastorá: Typografia Rangel, 1953.
- PURCHAS, Samuel (ed.), *Hakluytus posthumus or Purchas his pilgrimes...*, vol. III, Glasgow: Maclehose, 1905.
- RÊGO, António da Silva (ed.), *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol. II, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962.
- REIMÃO, Gaspar Ferreira, *Roteiro da Navegação e Carreira da Índia...*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1939.
- RIETBERGEN, P. J. A. N. (ed.), *De eerste landvoogd Pieter Both (1568-1615)*, 2 vols., Zutphen: De Walburg Pers, 1987.

- RIVARA, J. H. da Cunha (ed.), *Arquivo Portuguez-Oriental*, fascículos I-I, I-II, III, Nova Goa: Imprensa Nacional, 1877, 1876, 1861.
- ROUFFAER, G. P., IJZERMAN, J. W. (eds.), *De eerste schipvaart der Nederlanders naar Oost-Indië onder Cornelis de Houtman, 1595-1597*, 3 vols., Haia: Martinus Nijhoff, 1915-1929.
- SANTOS, João dos, *Etiópia Oriental e vária história de cousas notáveis do Oriente*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- SÉRGIO, António (ed.), *Naufrágios e combates no mar*, vol. II, Lisboa: Editorial Sul, 1958.
- SOUTO, A. Meyrelles do (ed.), «Hystorya dos cercos que os Olandezes puzeram à fortaleza de Mozambique o anno de 607 e 608...», in *Studia*, 12, 1963, pp. 463-548.
- «Tratado das batalhas do galeão «Santiago» no ano de 1602 e da nau «Chagas» no ano de 1593», in Bernardo Gomes de BRITO (ed.), *História Trágico-Marítima*, vol. II, Lisboa: Edições Afrodite, 1972, pp. 735-815.
- UNGER, W. S. (ed.), *De oudste reizen van de Zeeuwen naar Oost-Indië, 1598-1604*, Haia: Martinus Nijhoff, 1948.
- WARNSINCK, J. C. M. (ed.), *De reis om de wereld van Joris van Spilbergen, 1614-1617*, 2 vols., Haia: Martinus Nijhoff, 1943.

Estudos:

- ALBUQUERQUE, Luís de, GUERREIRO, Inácio (eds.), *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical-Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985.
- APARÍCIO, João Paulo, APARÍCIO, Paula Pelúcia, «As relações das armadas e a Carreira da Índia: contribuições para uma análise crítica», in Inácio Guerreiro, Francisco Contente DOMINGUES (eds.), *Fernando Oliveira e o seu tempo – humanismo e arte de navegar no Renascimento europeu (1450-1650)*, Cascais: Patrimonia, 1999, pp. 527-554.
- BLANCO, Maria Manuela Sobral, *Os neerlandeses e o império oriental português* (polycopiado), 2 vols., Lisboa, 1975.
- BLUSSÉ, Leonard (ed.), *Around and about Formosa: Essays in honor of professor Ts'ao Yung-ho*, Taipei: Ts'ao Yung-ho Foundation for Culture and Education, 2003, pp. 61-81.
- BLUSSÉ, Leonard, WINIUS, George, «The Origin and Rhythm of Dutch Aggression against the Estado da Índia», in George Winius, *Studies on Portuguese Asia, 1495-1689*, Aldershot: Ashgate, 2001, artigo IV.
- BOXER, C. R., «Uma desconhecida vitória naval portuguesa no século XVII», separata do *Boletim da Agência Geral das Colónias*, 52, 1929.
- , «Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, e a sua viagem para a Índia no ano de 1622», separata de *Anais do Club Militar Naval*, 5-6, Maio-Junho 1930.

- , *From Lisbon to Goa, 1500-1750*, Londres: Variorum Reprints, 1984.
- , «On a Portuguese Carrack's Bill of Lading in 1625», in C. R. BOXER, *From Lisbon to Goa, 1500-1750*, Londres: Variorum Reprints, 1984, artigo VII.
- BRUIJN, Jaap R., *The Dutch Navy of the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, Columbia: University of South Carolina Press, 1993.
- BRUIJN, Jaap R., GAASTRA, Femme S., SCHOFFER, Ivo (eds.), *Dutch-Asiatic Shipping in the 17th and 18th Centuries*, 3 vols., Haia: Martinus Nijhoff, 1979-1987.
- COSTA, Leonor Freire, *Naus e galeões na Ribeira de Lisboa*, Cascais: Patrimonia, 1997.
- DISNEY, A. R.: *Twilight of the Pepper Empire – Portuguese Trade in Southwest India in the Early Seventeenth Century*, Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 1978.
- DOMINGUES, Francisco Contente, *A Carreira da Índia*, Lisboa: CTT Correios de Portugal, 1998.
- DUNCAN, Bentley, «Navigation between Portugal and Asia in the Sixteenth and Seventeenth Centuries», in E. J. van KLEY, C. K. PULLAPILLY (eds.), *Asia and the West. Encounters and Exchanges from the Age of Exploration*, Notre Dame, Indiana: Cross Cultural Publications – Cross Roads Books, 1986, pp. 3-25.
- DYKE, Paul van, «The Anglo-Dutch Fleet of Defense (1620-1622): Prelude to the Dutch Occupation of Taiwan», in Leonard BLUSSÉ (ed.), *Around and about Formosa: Essays in honor of professor Ts'ao Yung-ho*, Taipei: Ts'ao Yung-ho Foundation for Culture and Education, 2003, pp. 61-81.
- EBBEN, Maurits A., «El ataque de van der Does a Canarias y la expansión neerlandesa a finales del siglo XVI y comienzos del siglo XVII», in Antonio de Béthencourt MASSIEU (ed.), *IV centenario del ataque de van der Does a Las Palmas de Gran Canaria (1999)*, Las Palmas: Cabildo de Gran Canaria, 2001, pp. 147-165.
- ENTHOVEN, Victor, *Zeeland en de opkomst van de Republiek – Handel en strijd in de Schelde-delta, c. 1550-1621*, Leiden, 1996.
- GAASTRA, Femme S., *De geschiedenis van de V.O.C.*, 4.^a edição, Zutphen: De Walburg Pers, 2002.
- GODINHO, Rui, *A Carreira da Índia – aspectos e problemas da torna-viagem (1550-1649)* (policopiado), Lisboa, 2000.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os descobrimentos e a economia mundial*, 2.^a edição, 4 vols., Lisboa: Presença, 1981-1983.
- , *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar. Séculos XVI-XVIII*, Lisboa: Difel, 1990.
- , «Os portugueses e a Carreira da Índia 1497-1810», in *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar. Séculos XVI-XVIII*, Lisboa: Difel, 1990, pp. 333-374.

- GUERREIRO, Inácio, DOMINGUES, Francisco Contente (eds.), *Fernando Oliveira e o seu tempo – humanismo e arte de navegar no Renascimento europeu (1450-1650)*, Cascais: Patri-
monia, 1999.
- GUINOTE, Paulo, FRUTUOSO, Eduardo, LOPES, António, *Naufrágios e outras perdas da
«Carreira da Índia». Séculos XVI e XVII*, Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério
da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- KLEY, E. J. van, PULLAPILLY, C. K. (eds.), *Asia and the West. Encounters and Exchanges from
the Age of Exploration*, Notre Dame, Indiana: Cross Cultural Publications – Cross
Roads Books, 1986.
- MACLEOD, N., *De Oost-Indische Compagnie als zeemogendheid in Azië*, 2 vols., Rijswijk:
Blankwaardt & Schoonhoven, 1927.
- MASSIEU, Antonio de Béthencourt (ed.), *IV centenario del ataque de van der Does a Las
Palmas de Gran Canaria (1999)*, Las Palmas: Cabildo de Gran Canaria, 2001.
- MATOS, Artur Teodoro de, «A Provedoria das Armadas da Ilha Terceira e a Carreira da
Índia no século XVI», in Luís de ALBUQUERQUE, Inácio GUERREIRO (eds.), *II Seminário
Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa: Instituto de Investigação Cientí-
fica Tropical – Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985, pp. 63-72.
- , «A Armada das Ilhas e a Armada da Costa no século XVI (novos elementos para o
seu estudo)», Lisboa: separata da Academia de Marinha, 1990.
- MEILINK-ROELOFSZ, M. Antoinette, *De vestiging der Nederlanders ter Kuste Malabar*, Haia:
Martinus Nijhoff, 1943.
- MURTEIRA, André, *A Carreira da Índia e o curso neerlandês, 1595-1625* (policopiado), Lisboa,
2006 (disponível em linha em http://cham.fcsh.unl.pt/files/varia/tese_murteira.pdf).
- , «Combates luso-neerlandeses em Santa Helena (1597-1625)», in *Anais de História de
Além-Mar*, vol. VII, 2006, pp. 65-79.
- , «Ingleses e neerlandeses contra a Carreira da Índia no Índico Ocidental, 1621-1623»,
in *Oriente*, n.º 19, Outono de 2008, pp. 3-26.
- , «A captura do galeão Santiago em 1602», in *Revista de Cultura/Review of Culture
– Edição Internacional/International Edition*, n.º 26, no prelo.
- , «A Carreira da Índia e as incursões neerlandesas no Índico Ocidental e em águas
ibéricas de 1604-1608», in João Paulo Oliveira e COSTA (ed.), *Actas do XII Seminário
Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa: Centro de História de Além-Mar,
no prelo.
- PIJL-KETEL, C. L. van der, KIST, J. B. (eds.), *The Ceramic Load of the 'Witte Leeuw' (1613)*,
Amsterdão: Rijksmuseum, 1982.
- RODGER, N. A. M., *The Safeguard of the Sea – A Naval History of Britain, 660-1649*, Londres:
HarperColins, 1997.

- ROEVER, Arend de, *De jacht op sandelhout – De V.O.C. en de tweedeling van Timor in de zeventiende eeuw*, Zutphen: De Walburg Pers, 2002.
- SANTEN, H. W. van, *De Verenigde Oost-Indische Compagnie in Gujarat en Hindustan, 1620-1660*, Leiden, 1982.
- SANTOS, Maria Emília Madeira, «O problema da segurança das rotas e a concorrência luso-holandesa antes de 1620», separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXII, 1985.
- STENUIT, Robert, «The Eastindiaman The Witte Leeuw», in C. L. van der PIJL-KETEL, J. B. KIST (eds.), *The Ceramic Load of the 'Witte Leeuw' (1613)*, Amesterdão: Rijksmuseum, 1982, pp. 15-27.
- TERPSTRA, H., *De opkomst der Westerkwartieren van de Oost-Indische Compagnie (Suratte, Arabië, Perzië)*, Haia: Martinus Nijhoff, 1918.
- VEEN, Ernst van, *Decay or Defeat? – An Inquiry into the Portuguese decline in Asia, 1580-1645*, Leiden: Research School of Asian, African, and Amerindian Studies, Universiteit Leiden, 2000.
- VIDAGO, João, *Calendário das Armadas da Índia (1497-1640)*, separata dos *Anais do Clube Militar Naval*, n.ºs 4-6 e 7-9, Abril/Junho e Julho/Set. 1975, Lisboa.
- WINIUS, George, *Studies on Portuguese Ásia, 1495-1689*, Aldershot: Ashgate, 2001.

DES TERRES DE FRANCE AUX FORTERESSES DE L'ESTADO DA ÍNDIA: LES MILITAIRES FRANÇAIS À GOA SOUS L'ANCIEN RÉGIME

por

ERNESTINA CARREIRA

Si l'on reconnaît volontiers au Portugal un passé glorieux en Asie au XVI^e siècle, on néglige en général la période plus obscure qui a succédé à la l'effondrement de l'empire maritime à partir des années 1640. Pourtant, face aux Hollandais, aux Moghols, aux Omanites, puis au XVIII^e siècle aux Anglais et aux Français, la capacité défensive et offensive de Goa a permis à la monarchie portugaise de demeurer une grandes puissances militaires de l'océan Indien jusqu'à la chute de l'empire napoléonien. C'est seulement à partir de 1820 que cette région du monde dans la sphère de domination britannique, ce qui relégua l'ancien *Magestoso Estado da Índia* au statut de paisible enclave périphérique de la puissante Bombay.

Depuis le célèbre voyage de Vasco da Gama en 1498, les armadas et autres structures militaires de l'Asie portugaise avaient toujours inclus des mercenaires européens. Mais ces derniers ne jouèrent au XVI^e siècle qu'un modeste rôle de soldats anonymes dans la domination des eaux d'Asie, du golfe persique au Japon. L'époque philippine amorça en ce sens un virage définitif dès les premières années du XVII^e siècle. L'Union dynastique, bien que maintenant officiellement la séparation des empires d'outre-mer, toléra la circulation des hommes, des marchandises et des idées¹. L'arrivée des Hollandais, des Anglais, puis l'expansion des grandes dynasties d'Asie obligea l'*Estado da Índia* à concevoir une résistance globale², et à mesurer les dangers de son isolement, face d'abord à l'aide limitée de Madrid puis face à la faiblesse financière et maritime de la nouvelle dynastie portugaise des Bragança. Il n'est donc pas étonnant de constater que les premières références à la présence d'officiers français à Goa se situent dans les années 1640. Cette

¹ Serge GRUZINSKI, « Les mondes mêlés de la monarchie catholique et autres "connected histories" », in *Revue Annales*, Vol. 56, 2001, pp. 85 à 117.

² Maria Manuela Sobral BLANCO, *O Estado Português da Índia. Da rendição de Ormuz à perda de Cochim (1622-1663)*, Doctorat soutenu à l'Université Nouvelle de Lisbonne en 1992.

première génération fut celle des aventuriers de bonne famille, souvent arrivés en terres portugaises après une quête de fortune avortée en Europe ou dans la grande Asie³.

Ainsi, déjà en 1641, lors de son passage à Goa, le célèbre diamantaire français Jean-Baptiste Tavernier signale la présence dans les troupes du vice-roi Dom Filipe de Mascarenhas, d'un petit groupe de soldats et officiers français. Ils auraient servi dans l'armée hollandaise contre les Portugais à Ceylan, puis seraient passés dans le camp adverse pour cause de divergences financières avec les représentants de la V.O.C. Malgré le recul nécessaire dans le traitement de ce type de source, on constate leur spécialisation dans un des secteurs qui va devenir la chasse gardée de cette nation à Goa : l'artillerie. Un des gentilshommes du groupe, Monsieur de Saint-Amant, aurait même réussi une notable carrière de *grand-maître de l'artillerie et Intendant Général sur toutes les forteresses qui appartenaient aux Portugais dans les Indes*⁴. Il était aussi établi socialement après avoir épousé une jeune fille issue de la « nobreza da terra » pour paraphraser l'expression de Maria Fernanda Bicalho à propos de l'élite métisse de Rio de Janeiro. Il s'agissait ici d'une luso-descendante, descendante illégitime d'un vice-roi. Saint-Amant, à propos duquel nous n'avons absolument aucune donnée fiable dans les archives de Goa⁵ préfigure le type de carrière des Français dans l'Inde portugaise du XVIII^e siècle et même au-delà dans les armées des grands royaumes indiens du Dekkan⁶ : la recherche de l'aventure et d'une promotion par des cadets désargentés de la noblesse française.

L'influence de la communauté des militaires français en Inde Portugaise est inversement proportionnelle à la taille progressivement réduite des domaines de la couronne portugaise en Asie entre le milieu du XVII^e siècle et les années 1820.

Dès les années 1660, l'empire maritime oriental, autrefois étendu du Cap de Bonne Espérance à la mer du Japon, allait se retrouver réduit aux rives de l'océan Indien occidental. Pour paraphraser Sanjay Subrahmanyam, les périphéries résistèrent parfois, mais le centre s'effondra⁷. La région du cap de Bonne-Espérance, la plupart des ports indiens, Ceylan, les riches

³ Sophie LINON-CHIPPON, *Gallia Orientalis, Voyages aux Indes Orientales 1529-1722*, Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2003.

⁴ J. B. TAVERNIER, *Les six voyages*, Gervais Clouzier, Paris, 1681 et 1682, Tome 3, pp. 128 à 138, et 140 à 153.

⁵ Il est possible, mais nullement prouvé, qu'il s'agisse là de l'homme de lettres français, Marc-Antoine Girard, sieur de Saint-Amant (1594-1661). Issu d'une famille protestante et fils d'un officier de marine qui commanda pendant plus de vingt ans une escadre anglaise, Saint-Amant fut un infatigable voyageur, et visita l'Europe, l'Amérique du Nord et les Indes. Il écrivit une œuvre poétique et théâtrale libertine et burlesque, mena une vie assez libre tout en devenant l'un des premiers membres de l'Académie Française, fondée en 1634.

⁶ Les plus célèbres d'entre-eux restent le nabab René Madec et Claude Martin. Cf. Rosie LLEWELLYN-JONES, *Claude Martin ou l'aventure d'un Lyonnais dans l'Inde du XVIII^e siècle*, Lyon, éditions Lugd, 1992.

⁷ Sanjay SUBRAHMANYAM, *O império asiático português*, Lisbonne, éditions Difel, 1995.

îles de Sumatra, Java... Malacca et les comptoirs du Japon passèrent sous domination batave. Les Britanniques, présents dans l'océan Indien depuis le début du siècle, avaient à leur tour aidé le shah de Perse à expulser les Portugais d'Ormuz, avant d'obtenir de la nouvelle dynastie portugaise des Bragance, par un traité d'alliance signé en 1661, la cession de Bombay en échange d'une hypothétique solidarité militaire qui ne se concrétisa jamais. Dans le sous-continent indien, l'empire moghol amorçait une phase d'expansion territoriale vers le sud, ce qui en faisait dès les années 1680 le voisin direct de Goa. En Afrique orientale, une autre puissance musulmane, celle des Omanites, enleva à l'*Estado* toute la zone côtière au nord de cap-Delgado et en particulier le prospère port de Mombassa, centre du trafic de l'ivoire et des esclaves.

Malgré la réduction progressive l'échelle spatiale d'influence, la capacité de réaction de Goa allait se révéler étonnante, montrant que face à des nations plus puissamment armées, l'expérience militaire et les réseaux diplomatiques permettaient presque systématiquement de restructurer l'existant et de le rendre rentable dans des cercles portuaires plus restreints. Ainsi, l'empire maritime oriental céda la place à une nation maritime tournée vers l'océan Indien occidental jusqu'aux années 1720.

Mais dans la décennie qui suivit, la construction de la nation marathe allait progressivement désintégrer la puissance portugaise sur la côte occidentale de l'Inde. Discrètement appuyés par les Britanniques de Bombay qui leur vendaient des armes modernes, les Marathes annexèrent en 1739 la très riche *Província do Norte*, zone côtière entre Bombay et Daman qui représentait le véritable grenier à riz de toutes les possessions portugaises au-delà du cap de Bonne-Espérance. Cependant, une fois de plus, dans cet espace atomisé en petits territoires enclavés (les ports de Goa, Daman et Diu – soit à peine 800 km²) et ailleurs⁸, l'*Estado* allait se transformer en une petite puissance continentale asiatique, diplomatiquement active, militairement bien défendue et même offensive⁹.

Notons que depuis les années 1660, deux Compagnies Françaises s'étaient successivement installées en Inde, entraînant dans leur sillage des militaires de carrière et des aventuriers de tout poil qui allaient parfois vendre leurs talents aux autres princes de l'Inde. A Goa, entre le milieu du XVII^e siècle et les dernières décennies du XVIII^e, on enregistre l'arrivée de deux courants parallèles de mercenaires et d'officiers d'origine française, dont le nombre semble être lié aux fortunes et surtout aux infortunes de la nation française en Asie. Ainsi, déserteurs ou victimes des défaites militaires,

⁸ Bande côtière en Afrique Orientale (futur Mozambique), port de Macao, et îles de Timor et Solor; bien que la partie occidentale de Timor ait été en partie occupée par les Hollandais dès le début du XVIII^e siècle.

⁹ Sur l'ensemble de cette période, cf.: Ernestina CARREIRA, *O Império Oriental 1660-1820*, Ch. 1, « Aspectos políticos », in *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. 5, Edition coordonnée par Maria de Jesus dos Mártires Lopes, Lisbonne, éditions Estampa, 2006.

renégats ou justiciables en fuite, les Français traversèrent ou longèrent le sous-continent indien pour offrir leurs services aux vice-rois de Goa. L'autre courant arriva via Lisbonne, par la voie maritime de la *Carreira da Índia*.

A toutes les étapes des mutations territoriales ou maritimes de l'*Estado*, on retrouve à Goa une structure militaire terrestre basique qui fait appel aux techniciens français, la période la plus faste se situant au XVIII^e siècle (règnes de Dom João V, Dom José I et Dona Maria), quand les richesses du Brésil permettaient à la couronne de financer une aide militaire à ses territoires d'Asie. L'ensemble des compétences et des moyens allait aboutir à une habile politique de conquêtes territoriales autour de Goa, laquelle quadrupla le territoire local entre 1744 et 1788.

C'est pendant cette période que les militaires français de Goa devinrent une communauté visible à l'échelle régionale. Cette dernière allait contribuer à la formation de l'armée de terre, mettant en œuvre des compétences que les officiers portugais ne possédaient pas encore. Elle intervint ensuite avec succès lors des expéditions décisives, et parvint à être promue dans les plus hautes sphères de la hiérarchie militaire goanaise¹⁰. Nous qualifierons de français non seulement les hommes de nationalité française mais aussi les descendants de familles françaises, installés au Portugal ou en Asie, lesquels avaient majoritairement acquis, pour des raisons d'ordre professionnel ou familial, la nationalité portugaise¹¹.

LE SERVICE DE LA COURONNE PORTUGAISE : RÉSEAUX ET CONNEXIONS DE LA SOCIÉTÉ MILITAIRE FRANÇAISE EN ASIE

Contrairement à une situation déjà bien connue en ce qui concerne les autres états asiatiques et ports européens de cette époque en Inde, les officiers français de l'*Estado* furent rarement des déserteurs ou des réfugiés des établissements français, mercenaires regroupés en « partis »¹² au service du plus offrant. La plupart des noms émergeant dans les registres officiels

¹⁰ Deux études ont été consacrées aux militaires français en Inde portugaise. Elles ont le mérite de valoriser le contenu des archives de Goa, mais n'établissent pas d'étude analytique. Ne confrontant pas les diverses sources, A. C. G. da Silva intègre dans le groupe français tous les patronymes à consonance française, ce qui finit par inclure des militaires...italiens, suisses, et même irlandais. A. C. G. da S. CORREIA, « Os Franceses na colonização portuguesa da Índia », in *Studia*, Lisbonne, C.E.H.U., 1959, 105 p. H. MOURA, « Dois francezes, castellães de Diu », *O Oriente Português*, Goa, 1905, Vol. 2, pp. 405-422.

¹¹ Nous avons inclus dans ce groupe un militaire originaire de Suisse francophone, Jacques Philipe de Landreset de La Tour en raison de ses liens très étroits avec la France.

¹² Groupes de mercenaires européens qui encadraient des troupes des cipayes et formaient des corps d'élite dans les armées indiennes. Parmi les plus célèbres, on peut citer le parti du nabab René Madec, au service de l'empereur Moghol, ainsi que le « parti suisse », constitué après 1761, lequel servit successivement Nizam Ali, puis Haydar Ali à partir de 1779.

des archives de Goa et de Lisbonne, venaient du Portugal et ils présentaient des états de service déjà conséquents, même si pour certains d'entre eux le voyage vers l'Asie résultait d'une contrainte à la suite d'une mise aux arrêts, voire d'une condamnation.

L'envoi de ces officiers français vers Goa est une tradition propre à la dynastie des Bragance. Pour affronter l'hostilité espagnole, Dom João IV signa avec la France le traité du 7 septembre 1655, par lequel le gouvernement français s'engageait à fournir troupes, officiers d'artillerie et matériel de guerre à la toute jeune armée portugaise¹³. Son successeur, D. Afonso VI, épousa en 1666 la princesse française Marie-Françoise de Savoie, chargée par Louis XIV de contrer l'influence britannique à Lisbonne. La jeune reine rassembla rapidement autour d'elle une influente petite communauté militaire française¹⁴.

La réussite sociale et professionnelle de ce petit groupe suscita une grande vague d'arrivées après la guerre de succession d'Espagne (1701-1714). En effet, la politique belliciste du Roi-Soleil (Louis XIV) avait permis à l'armée française non seulement d'employer la quasi totalité des candidats nobles, mais aussi, nécessité oblige, de promouvoir des roturiers au rang d'officiers. Après le décès de ce roi en 1715, son successeur limita les interventions militaires de la couronne et réduisit les effectifs. Beaucoup de cadets de noblesse ainsi que les roturiers sans protection se retrouvèrent sans perspective professionnelle¹⁵. A cette discrimination s'ajouta la médiocrité des soldes octroyées à la petite noblesse, qui occupait la plupart du temps des grades inférieurs à celui de capitaine. Certains laissés pour compte tentèrent donc leur chance au service de la Compagnie des Indes (comme cela fut le cas de Dupleix et de La Bourdonnais, futurs gouverneurs de l'Inde française et des Mascareignes)¹⁶. D'autres proposèrent leurs services aux autres monarchies d'Europe.

Or, au Portugal, cette démarche coïncida avec une forte demande de personnel qualifié. Le nouveau souverain, Dom João V, riche des revenus des mines d'or récemment découvertes au Brésil, désirait moderniser son armée, ce qui exigeait la constitution d'un corps d'officiers rompus aux nouvelles techniques de combat et d'artillerie. Contrairement à la France, le Portugal n'avait pas investi dans des écoles de formation et les officiers étrangers étaient donc les bienvenus¹⁷. Nombre de familles françaises de vieille tradition militaire, comme les Chermont dont nous aurons l'occasion de reparler,

¹³ J. F. J. BIKER, *Colecção de Tratados*, Lisbonne, Imprensa Nacional, 1880, Vol. IX, pp. 86 à 93.

¹⁴ J. C. JANELA ANTUNES, *Le Portugal de la « Restauração ». La politique du comte de Castelo Melhor (1662-1667) et l'attitude de la France*, Doctorat Nouveau Régime, Paris IV Sorbonne, 2003.

¹⁵ E. G. LEONARD, *L'armée et ses problèmes au XVIII^e siècle*, éditions Plon, 1958, p. 101.

¹⁶ Philippe HAUDRÈRE, *La Bourdonnais, marin et aventurier*, Paris, éditions Desjonquères, 1992. Marc VIGIÉ, *Dupleix*, Paris, éditions Fayard, 1993.

¹⁷ Création de la première école d'artillerie à la Fère en 1719... G. CABOURDIN et G. VIARD, *Lexique historique de la France d'Ancien Régime*, éditions Armand Colin, 1978, p. 115.

trouvèrent là un terrain à la mesure de leurs ambitions, finissant généralement par s'installer définitivement dans leur pays d'accueil¹⁸.

Le service de la couronne étant aussi celui de son empire, certains furent rapidement sollicités ou sollicitèrent leur envoi au Brésil, de loin l'espace d'outre-mer le plus demandé en raison de ses richesses. L'Inde attirait largement moins mais elle représentait une voie de promotion rapide car peu demandée et la couronne encourageait les départs.

L'ESTADO ET SON ARMÉE

Si la présence d'officiers français à Goa fut effective dès la fin du XVII^e siècle, elle n'acquies une importance significative qu'à partir des années 1740, époque de l'organisation d'une armée de terre indispensable à la survie et aux conquêtes de l'*Estado* face aux puissances voisines.

De fait, jusqu'à la fin du XVII^e siècle, la marine de guerre suffisait à la défense des divers territoires car la danger venait généralement de la mer. Les vice-rois disposaient d'une totale autonomie pour la gestion de leurs armadas. Les navires étaient construits à Bassein ou Daman, grâce aux immenses forêts de teck de l'arrière pays, et la métropole expédiait appareillage et artillerie aux chantiers de Goa qui achevaient l'équipement de ces vaisseaux¹⁹. Malgré les catastrophiques pertes territoriales, ces armadas pouvaient encore, en ce début du XVIII^e siècle, s'imposer face aux autres flottes européennes et à la piraterie côtière alors très active sur cette côte occidentale de l'Inde. L'émergence de l'empire marathe allait bouleverser cette situation historique. La perte du Nord priva les Portugais de lieux de construction navale et l'avancée marathe sur Goa, à la fin des années 1730, exigea une réaction terrestre urgente. Les autorités goanaises se virent alors dans la nécessité de concevoir un nouveau système de défense et optèrent enfin pour la constitution d'une armée de terre.

De fait, selon Charles Ralph Boxer, jusqu'à l'émergence du pouvoir marathe, à partir des années 1660, on n'avait jamais créé de corps de troupes régulières à Goa²⁰. On y trouvait simplement de petites unités, nommées « compagnies », qu'on mobilisait ou démobilisait au gré des circonstances²¹. Ces dernières se composaient d'éléments européens déportés, au comportement douteux, prompts à la désertion et même... à rentrer au service de

¹⁸ L. A. de O. RAMOS, *Franceses em Portugal nos fins do século XVIII*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1968, p. 21.

¹⁹ Ernestina CARREIRA: « Construction navale en Orient et renaissance des routes maritimes vers l'Atlantique portugais aux XVIII^e et XIX^e siècles : les chantiers de Daman », in *Eclats d'Empire: du Brésil à Macao*, Paris, éditions Maisonneuve et Larose, 2003.

²⁰ Vitor Luís Gaspar RODRIGUES, « A guerra na Índia », in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 2, Lisbonne, Éditions Círculo Leitores, 2004, pp. 219-220.

²¹ C. R. BOXER, *O Império colonial português, 1415-1825*, Éditions 70, 1981, p. 284.

l'ennemi, comme en témoignent les récits de voyage²². Le recrutement de volontaires locaux ne suscitait guère de vocations en raison de règlements discriminatoires en vigueur jusqu'aux années 1760 : on favorisait ouvertement la promotion des métropolitains au détriment des indiens chrétiens et des luso-descendants. Les troupes indiennes des princes voisins tributaires des Portugais les aidaient tout aussi occasionnellement, mais il fallait chèrement payer leurs services et l'*Estado* n'en avait pas toujours les moyens²³. En cas de danger, on recourait traditionnellement à la mobilisation des habitants chrétiens (milices) et des religieux des nombreux couvents.

Le premier régiment d'infanterie, nommé plus tard « *regimento velho* » ne vit le jour qu'en 1671. Le roi expédia un conseiller pour son organisation : le capitaine français Pierre Joseph du Verge qui mourut à Goa en 1697. Mais, faute de moyens, cette structure garda longtemps sa forme embryonnaire alors que parallèlement l'armée marathe s'armait à l'europpéenne, grâce aux fournitures discrètes de matériel européen par... la *East India Company*²⁴. Cette disparité fut sans doute une des causes majeures de la chute du Nord en 1739.

Ignorant encore le désastre, la métropole finit enfin par réagir aux appels au secours désespérés envoyés par les autorités de Goa dès le début des années 1730. La couronne expédia en 1740 d'importants renforts destinés à une hypothétique protection du Nord : six navires de guerre, quatre bataillons de vétérans ainsi que de l'artillerie. L'expédition arriva bien trop tard pour la mission dont on la chargeait, mais elle allait constituer la base de sa nouvelle armée de terre, et renforcer substantiellement la capacité d'action du régiment existant²⁵. Ce dernier passa de 1742 à 1746 sous le commandement d'un des plus dynamiques et expérimentés vétérans venus de Lisbonne : Louis de Pierrepont²⁶, qui le réorganisa complètement en collaboration avec le vice-roi. Ses effectifs européens d'avant-guerre furent maintenus (environ un millier d'hommes répartis en plusieurs compagnies d'infanterie légère et de grenadiers), mais les nouveaux moyens financiers permirent d'y ajouter

²² Dirk Van der CRUYSSSE, *Barthélemy Carré, Le Courrier du Roi en Orient*, Paris, Éditions Fayard, 2005.

²³ C. R. BOXER, *Relações raciais no império colonial português 1415-1825*, Porto, Éditions Afrontamento, pp. 84 et 128.

²⁴ C. R. BOXER, « Asian Potentates and European artillery in the sixteenth-eighteenth centuries », in *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society*, Vol. 38 (1965), pp. 156 à 172.

²⁵ M. A. NORTON, D. *Pedro Miguel de Almeida Portugal*, Agência-Geral do Ultramar, Lisbonne, 1967, p. 154.

²⁶ Issu d'une famille de petite noblesse normande, Louis de Pierrepont naquit vers 1680. Il semble avoir fait l'ensemble de sa carrière au Portugal. Après douze ans de service en Inde, il repartit vers la métropole. Agé (70 ans) et ayant souffert de nombreuses blessures, il décéda en mer, au large du Brésil. De la CHENAYE, DESBOIS et BADIER, *Dictionnaire de la Noblesse*, Chez Schlesinger Frères, 1869, T. XV, p. 991. Historical Archives of Goa (A.G.H.), *Livros das Monções*, Vol. 116, fl. 19r.

un millier de cipayes²⁷ et une compagnie de cavalerie. On suivit également la modernisation qui touchait alors toutes les armées d'Europe en le dotant de deux compagnies d'artilleurs (150 hommes), confiées de 1746 à 1752 à l'ingénieur Christophe de Saint-Martin²⁸.

Rapidement, la position stratégique des Portugais évolua. On passa d'une l'humiliante série de défaites à quelques conquêtes glorieuses contre les princes voisins, alliés des marathes, en particulier les Sawant de Wadi²⁹. Dom João V, sans doute pour effacer l'humiliation de la défaite de 1739 face aux Marathes, favorisa généreusement la diffusion en Europe de discours de propagande vantant la glorieuse conquête portugaise d'Alorna en 1744, menée d'ailleurs par... les français Pierrepont et Saint-Martin. Cette victoire garantit aux Portugais la sécurité des frontières de la province de Bardez mais aussi la pacification des routes commerciales entre Goa et son arrière pays montagneux (les Ghats)³⁰. Elle inquiéta les Marathes et les Britanniques, mais elle épata surtout Dupleix, alors gouverneur de l'Inde Française, qui y voyait un renouveau de la puissance portugaise en Inde et tenta à plusieurs reprises de convaincre les directeurs de la *Compagnie des Indes* de le laisser négocier avec Goa un traité d'alliance.

En Europe, le fait d'armes d'Alorna eut un retentissement certain dans la communauté militaire. Elle se remit à croire aux possibilités de carrière et d'enrichissement en Inde. L'exemple de Louis de Pierrepont, récompensé par une rente à vie, le commandement militaire de la province de Salcete et une importante promotion, réveilla plus d'une ambition. Aussi vit-on arriver à Goa dès la fin des années 1740 une dizaine de jeunes militaires français spécialistes d'infanterie ou d'artillerie.

LES INTERVENTIONS CONTINENTALES

L'accession au pouvoir du Marquis de Pombal (1756-1777), principal ministre du roi D. José I, amorça une nouvelle étape dans l'Histoire militaire de l'*Estado*. L'Inde connaissait à cette époque de profonds bouleversements, ponctués par d'importants conflits internationaux qui aboutirent au début du déclin de l'empire marathe dans le nord de l'Inde et à l'émergence de l'empire

²⁷ Soldats indigènes recrutés parmi l'élite des troupes des princes tributaires de Goa. Ils étaient ensuite habillés et entraînés à l'européenne.

²⁸ Saint-Martin, dont on connaît mal les origines mais qui possédait la nationalité française, effectua aussi une brillante carrière dans l'armée portugaise avant de partir pour l'Inde en 1740. Ambitieux et compétent, il fut à plusieurs reprises sollicité par la *East India Company*, ainsi que par Mahé de la Bourdonnais, ce qui obligea les vice-rois qu'il servait à le promouvoir rapidement et à lui offrir les salaires qu'il demandait. Marié et père de famille en métropole, il décida de repartir en 1752 et décéda pendant le voyage. A.G.H., *L.M.*, Vol. 146), fl. 31rv.

²⁹ S. K. MHAMAI, *The Sawants of Wadi and the Portuguese*, New Delhi, Editions Concept Publishing Company, 1984.

³⁰ J. F. J. BIKER, *op. cit.*, Vol. 6, pp. 27 à 295.

de Mysore qui en domina le sud à partir des années 1760. La situation européenne avait aussi beaucoup évolué depuis l'effondrement de l'Inde française en 1761 et son occupation par les troupes britanniques. Malgré la restitution des comptoirs français en 1765, l'influence de la *East India Company* ne cessait de grandir. Ruinée, la *Compagnie des Indes*, ne se trouvait plus en mesure de rebâtir ses bâtiments et fortifications rasés. Elle dut céder ses territoires à la couronne à partir de 1769. Mais ces derniers ne retrouvèrent jamais leur prospérité d'antan, et une deuxième occupation britannique entre 1778 et 1785 (guerre d'indépendance des Etats-Unis) les détruisit de nouveau.

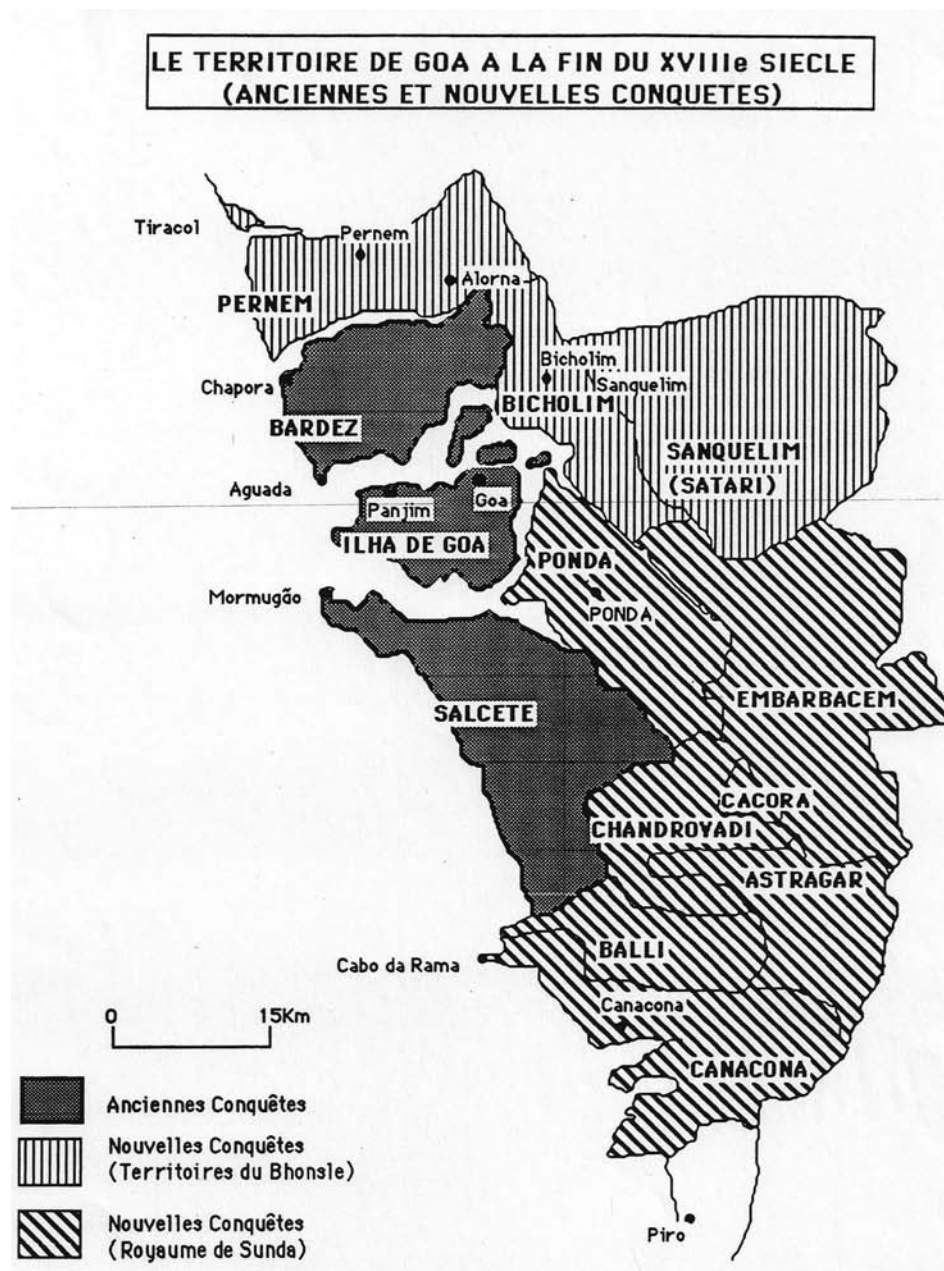
Dans ce contexte, la politique militaire des Portugais allait elle aussi évoluer. Dans ses instructions au comte d'Ega, vice-roi qui prit ses fonctions en 1758, Pombal ordonnait encore de ne pas intervenir militairement hors des limites de l'*Estado*, en raison du danger marathe mais aussi du conflit qui opposait Français et Anglais depuis 1756 (guerre de Sept Ans). Il engageait à la prudence car la couronne portugaise avait opté pour la neutralité. Tous les efforts devaient être portés sur le développement économique³¹.

Suivant l'exemple métropolitain, où des officiers d'origine française exerçaient déjà à tous les niveaux de l'armée, y compris aux grades les plus élevés³², le comte d'Ega recruta avant son départ quelques officiers compétents. Outre les spécialistes d'infanterie et d'artillerie, il fut le premier à choisir un chirurgien de cette nation, alors que les Portugais avaient dans ce domaine une très solide réputation en Inde. Suivant les ordres de Pombal, il employa les premières années de son gouvernement à établir un réseau de contacts économiques et politiques avec les dirigeants marathes, afin de diminuer les risques d'intervention armée de ces derniers. Il désigna en septembre 1759 Jacques Philippe de Landreset³³ pour aller à Poona négocier un traité de libre-échange commercial. Les pourparlers prirent aussi rapidement un caractère politique et aboutirent à la signature du traité luso-mara-

³¹ A. de S. SALDANHA e V. S. de SALDANHA, *As cartas de Manuel de Saldanha 1.º Conde da Ega e 47.º Vice-Rei da Índia a Sebastião José de Carvalho e Melo e seus irmãos (1758-1765)*, Gabinete Português de Estudos Humanísticos, 1984, p. 15.

³² R. de CARVALHO, « O recurso a pessoal estrangeiro no tempo de Pombal », in *O Marquês de Pombal e o seu tempo*, Tomo 1, Revista de História das Ideias, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, 1982, p. 106.

³³ La famille de Jacques Philippe de Landreset de la Tour était originaire de Fribourg. De nationalité Suisse, Jacques avait passé son enfance et son adolescence à Paris, comme page de l'ambassadeur du Portugal. Sous-lieutenant d'infanterie, il partit une première fois en Inde de 1749. Il rentra à Lisbonne en 1757, ayant déjà atteint le grade de lieutenant-colonel. Il repartit l'année suivante pour Goa avec le comte d'Ega et rentra aussi avec ce dernier à Lisbonne en 1765. Il suivit alors son supérieur hiérarchique dans les années de disgrâce que leur imposa Pombal avant de réintégrer l'armée en 1773. Il devint gouverneur de la ville de Faro en 1789, avant de partir au Maroc comme ambassadeur du Portugal. Il décéda à Lisbonne en 1798. Il avait épousé à Goa, au début des années 1760, Marie Catherine Michèle Bourquenod, fille d'un membre du Conseil Supérieur de Pondichéry. A. de S. SALDANHA e V. S. de SALDANHA, *op. cit.*, p. 49. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisbonne), Arquivos das Ordens Militares, Ordem de Cristo, Vol. 12, Doc 17.



the du 20 mars 1760 lequel instaura durablement des relations régulières entre les deux capitales³⁴.

Cependant, les conquêtes d'Haydar Ali, sultan de Mysore s'étendirent dès 1763 au royaume du Kanara, puis à celui du Sunda, tributaire des Portugais. Ses intentions belliqueuses envers Goa ne faisaient aucun doute. Devant cette menace, l'intervention militaire devenait essentielle. Il fut décidé de protéger les territoires du Sunda non encore envahis (au sud et à l'Est de Goa) ce qui allait créer une zone de sécurité entre les troupes du nabab et les territoires Portugais. L'opération fut confiée à deux hommes d'expérience: Landreset et Frei António sa Purificação, ex-religieux qui avait autrefois embrassé la carrière des armes au service de Dupleix. Avec un corps de 700 hommes, ils n'éprouvèrent aucune difficulté à occuper les provinces de Pondá et Zambaulim, les troupes du Sunda n'ayant opposé aucune résistance³⁵. En récompense, Noronha fut nommé « général » (commandant militaire) des provinces conquises et Landreset colonel de son régiment³⁶.

NOUVELLES CONQUÊTES ET CORPS NOUVEAUX

A partir des années 1760, les premiers déboires militaires marathes, l'expansion agressive de Mysore, la montée en puissance des Britanniques et les divers conflits armés qui opposèrent ces trois puissances, firent évoluer la position de Pombal. En 1774, ses instructions au nouveau gouverneur (D. José Pedro da Câmara) spécifiaient que les divers territoires encore sous souveraineté du Sunda, mais en réalité déjà « protégés » par l'armée portugaise, devaient être définitivement annexés. Outre l'intérêt stratégique, face à un Haydar Ali chaque jour plus puissant, il s'agissait de riches terres agricoles qui produisaient du riz et du poivre, marchandises que les négociants goanais avaient de plus en plus de peine à se procurer puisqu'Haydar avait aussi annexé la côte de Malabar. Le roi de Sunda n'allait d'ailleurs opposer aucune résistance et négocia son royaume en échange d'une pension annuelle pour lui et les siens.

En revanche, au nord et à l'est de Goa, les Sawants de Waddi (dits Bhonsles), princes marathes tributaires de Goa et de Poona, prenaient périodiquement des positions hostiles aux Portugais depuis la fin du XVII^e siècle. Leurs incursions dans la province de Bardez étaient fréquentes et les pillages aussi. Si la prise d'Alorna avait quelque peu affaibli cette dynastie, elle n'en souhaitait pas moins retrouver son indépendance en collaborant avec les troupes marathes contre Goa. Les Britanniques commençaient aussi à s'infiltrer dangereusement dans cette zone pour y développer leur commerce.

³⁴ J. F. J. BIKER, *op. cit.*, Vol. 7, p. 139.

³⁵ H.A.G., *L.M.*, Vol. 147A, fls. 507r à 508v.

³⁶ Le « Régimento Velho » avait été scindé en deux régiments d'infanterie au début des années 1750. Landreset commanda donc l'un des deux jusqu'en 1765.

Il fallait donc mettre un terme à ce danger en soumettant ce tributaire remuant. En conséquence, on passa d'une position défensive à un véritable projet d'annexion de cette principauté. En quelques années, quelque 2800 km² de « nouvelles conquêtes » (territoires du Sunda et du Bhonsle) allaient s'ajouter aux 800 km² des « vieilles conquêtes ».

Pour mettre en œuvre ces projets, il fallait une armée plus importante et surtout plus efficace. Pombal ordonna dès 1774 la réorganisation de la structure militaire de l'*Estado*. Il choisit de privilégier le développement de l'artillerie et du recrutement indigène.

Le comte d'Ega avait créé en 1762 un petit régiment de cipayes. Dès 1774, Pombal l'érigea en « légion » destinée à la surveillance des territoires issus de l'ancien royaume de Sunda. Ses 1200 membres se recruteraient parmi les soldats et chefs traditionnels (dessays) de l'armée de ce roi. Elle fut encadrée par des officiers chrétiens, indiens ou européens³⁷ et basée à Ponda, ancienne place-forte du Sunda. Autonome, elle incluait des corps d'artillerie, d'infanterie et de cavalerie. Un *brigadeiro general* – poste le plus élevé de la hiérarchie militaire de la colonie après celui du gouverneur – commanderait l'ensemble³⁸ et chaque corps obéissait à un colonel. La légion allait susciter des vocations chez les brahmanes chrétiens goanais car les *regimentos* continuaient de les maintenir à des postes subalternes³⁹. Ce fut aussi là que se révélèrent les meilleures possibilités de promotion pour plusieurs officiers français. On citera le cas d'Henri Claude des Anjes Tonnelet⁴⁰ qui organisa et dirigea pendant plus de trente ans le corps de cavalerie⁴¹. Très efficace dans la lutte de terrain aussi bien contre les princes voisins que contre les troupes de Mysore, son corps de troupes ne cessa d'augmenter et ses promotions suivirent. Cadet à son arrivée en 1774, il était lieutenant-colonel en 1792. Il dirigeait en 1818 toute la cavalerie des cipayes avec le rang honorifique et crée pour lui de *brigadeiro* de cavalerie. Son compatriote Antoine Sauvage⁴²

³⁷ C. L. M. de BARBUDA, *Instruções com que El-Rei D. José mandou passar ao Estado da Índia o Governador, e Capitão General, e o Arcebispo Primaz do Oriente no ano de 1774* (publicadas e anotadas por...), Imprensa Nacional, 1903, p. 85.

³⁸ C. L. M. de BARBUDA, *op. cit.*, pp. 30 et 31.

³⁹ E. CARREIRA, « Portuguese India in the reign of Tipoo Sultan », in *Moyen Orient & Océan Indien*, Société d'Histoire de l'Orient, 1989, Vol. 6, pp. 111 à 114.

⁴⁰ Né à Lisbonne vers 1747, Henri était le fils de Claude Tonnelet, qui avait quitté la France en 1718 pour intégrer un corps de cavalerie portugaise. Il entra dans l'armée en 1766 comme cadet du régiment de cavalerie de Lisbonne et n'obtint aucune promotion jusqu'à son départ pour l'Inde, où il s'installa définitivement. Il se fit naturaliser portugais en 1788, ce qui lui permit de devenir aussi conseiller municipal. Célibataire, il décéda à Goa en 1821. J. A. I. GRACIAS, *Catálogo dos livros de assentamento da gente de guerra que veio do reino para a Índia*, Imprensa Nacional, 1893, p. 26.

⁴¹ La légion comportait en 1787 environ 1500 hommes, dont près de 120 dans la cavalerie. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisbonne), Maços da Índia, M. 151, O. 157, 11/02/1787.

⁴² Originaire de Lyon, il était sous-officier dans l'armée portugaise avant son départ pour Goa. Il servit une première période en Inde (1779-1786) puis revint en métropole, où ses espoirs de faire carrière furent vite déçus. Il repartit définitivement pour Goa en 1789 et y fonda une famille. Il demanda la naturalisation portugaise après 1793. A. C. G. da S. CORREIA, *op. cit.*, p. 91.

obtint en 1779, pour prix de son engagement en Inde, le grade de lieutenant d'infanterie. Il effectua aussi l'ensemble de sa carrière dans la Légion où il s'illustra dans les actions défensives contre les troupes de Tipoo. Il parvint en 1810 au grade de colonel. Il commandait alors l'ensemble de la Légion⁴³. Sauvage fut d'ailleurs l'un des rares officiers français à faire souche à Goa et dont les descendants suivirent la carrière des armes⁴⁴.

La deuxième innovation pombaline fut la création d'un régiment d'artillerie. Il se composerait des trois compagnies d'artilleurs, mineurs et artificiers qui étaient auparavant intégrées dans les régiments d'infanterie. Selon le décret du ministre, soldats et officiers de ce nouveau régiment devaient être exclusivement de nationalité portugaise. Mais cette clause ne fut jamais respectée, faute de spécialistes, et finit par être abolie en 1792⁴⁵.

D'ailleurs, depuis l'époque de D. João V (1706-1750), l'artillerie et même la production d'armes avait toujours été l'affaire des étrangers. Outre l'absence d'un enseignement adapté, le témoignage de l'ambassadeur de France à Lisbonne faisait état en 1786 d'une totale désaffection de la noblesse portugaise pour ce corps du génie, qui finit par être entièrement dominé par les étrangers, y compris aux postes les plus élevés de commandement⁴⁶. L'un des exemples les plus représentatifs est celui des Chermont, famille issue de la petite noblesse champenoise. Jean Alexandre de Chermont, ingénieur⁴⁷ et spécialiste d'artillerie, arriva au Portugal dans les années 1730, après quelques années de service dans l'armée française. Il fit rapidement carrière dans la province de l'Alentejo, où il installa sa famille. Son fils, Gustave Adolphe Hercule de Chermont suivit les traces paternelles et avait déjà largement gagné ses galons d'officier quand D. José Pedro da Câmara, ami de la famille et nouvellement nommé gouverneur de l'Inde, lui demanda de l'accompagner⁴⁸. C'est à lui qu'il avait choisi de confier la création et l'organisation du nouveau régiment d'artillerie. Ses compétences indiscutables allaient le rendre indispensable, et il resta finalement quatorze années au service de l'Inde. Il occupa tous les postes militaires d'importance qui requéraient une

⁴³ H.A.G., *L.M.*, Vol. 180B, fls. 492r à 494r.

⁴⁴ Felipe Nery XAVIER, *Nobiliarquia goana ou catálogo das pessoas que depois da restauração de portugal em 1640 até o ano de 1860 têm sido agraciadas pelos soberanos com diversos graus de foro da nobreza e fidalguia*, Nova Goa, Imprensa nacional, 1862.

⁴⁵ A.H.U., M. I., M. 160, O. 145, 05/10/1792.

⁴⁶ Marquis de BOMBELLES, *Journal d'un ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, Paris, P.U.F., 1979, p. 36.

⁴⁷ L'ingénieur était à la fois le constructeur d'engins de guerre et le spécialiste des fortifications.

⁴⁸ Les Chermont étaient une famille d'origine champenoise dont l'anoblissement remontait à la première moitié du XVI^e siècle. Gustave naquit vers 1742 dans l'Alentejo. Il intégra le régiment d'artillerie que commandait son père. Il avait atteint le grade de capitaine dès 1762, grâce à ses connaissances en mathématiques, ingénierie et artillerie. Il partit pour l'Inde avec une patente de lieutenant-colonel. C. A. de M. SEPÚLVEDA, *História orgânica e política do exército português*, Imprensa da Universidade, 1928, Vol. XV, p. 191.

compétence technique. Ainsi, il dirigea de 1775 à 1786 : le régiment d'artillerie, le dépôt de poudre, et l'Intendance de l'Agriculture. Organiser le régiment d'artillerie ne fut pas une mince affaire en raison du manque d'armes et du peu de connaissances des 520 hommes qui le composaient⁴⁹. Mais face à la menace de Mysore, les gouverneurs finirent par accéder à ses demandes et ne donnèrent pas suite aux nombreuses plaintes qui s'élevaient contre son caractère autoritaire. Sa mission au dépôt de poudre était plus « scientifique » : il s'agissait de développer la qualité de ce produit, fabriqué localement, en la rendant comparable à celle d'Europe⁵⁰. Nommé gouverneur de Diu en 1786 et 1787, il organisa aussi le régiment d'artillerie de cette forteresse ainsi que celui de Daman.

La réforme de l'armée à partir de 1774 allait porter ses fruits quelques années plus tard en raison d'un contexte international particulièrement favorable (conflits multiples entre les diverses grandes puissances) aux projets d'annexion portugais. Les Marathes n'ayant pas l'opportunité ou la volonté d'intervenir en faveur du Bhonsle, ce dernier se trouva à la merci des troupes de Goa.

En août 1781, une opération d'envergure, mobilisant plus de 1000 hommes, permit l'annexion de 130 villages des territoires de Bicholim et Sanquelim⁵¹. N'intervinrent dans cette expédition que les corps de cipayes et le régiment d'artillerie. Le commandant de l'opération, le « brigadeiro general » Luís Carlos Henriques avait sous ses ordres, aux postes de commandement, presque exclusivement des officiers et sous-officiers français⁵².

En 1782, le gouvernement portugais souhaite créer une coordination entre les divers régiments pour une action rationnelle et surtout une meilleure capacité de défense face à Mysore. Il expédia donc à Goa un « marechal de campo », chargé de superviser l'ensemble des troupes. Ce rôle revenait depuis toujours au vice-roi, ce qui explique pourquoi l'heureux élu, Francisco António da Veiga Cabral, un vétéran qui avait dirigé des troupes coloniales pendant des années au Brésil, ait été si mal reçu, non seulement par le gouverneur Frederico Guilherme de Sousa, mais aussi par l'ensemble des officiers français, avec lesquels il allait définitivement rester brouillé. Lors de son départ de métropole, on lui avait adjoint un autre officier expérimenté : le lieutenant-colonel Diogo Jacques Miles de Noyers promu pour la circonstance « brigadeiro » d'infanterie⁵³.

⁴⁹ H.A.G., *L.M.*, Vol. 159A, fls. 278v à 279r.

⁵⁰ L'Intendance de l'Agriculture était une création pombaline dont l'objectif était de rationaliser la production agricole, particulièrement celle des « nouvelles conquêtes », et d'y développer, comme au Brésil, une agriculture d'exportation génératrice de devises pour la colonie. A.H.U., M. I., M. 143, O. 128, 18/03/1784.

⁵¹ A.H.U., M. I., M. 142, O. 127, 24/08/1781.

⁵² Jacques Philippe de Mondotéguy, Jacques Goeticer, François Joseph Latte-Sagon, Antoine Sauvage, Henri Claude des Anges Tonnelet, Antoine Naron et Gustave Adolphe Hercule de Chermont.

⁵³ Diogo Jacques Miles de Noyers appartenait à une très ancienne famille de noblesse de

La campagne de 1783 mobilisa tous les régiments, soit plus de 5000 hommes. La province de Pernem fut définitivement annexée Tonnelet, Sauvage et Chermont se distinguèrent particulièrement comme le prouve leur immédiate promotion à des postes de commandement⁵⁴.

Mais entre 1783 et 1788, on cessa les opérations d'annexion en raison de la menace directe que Tipoo Sultan, qui venait de succéder à son père Haydar Ali à la tête de l'empire de Mysore, faisait peser sur Goa. Ses intentions d'invasion étaient évidentes et les autorités de Pondichéry, en bons termes avec le nabab, ne cessaient d'avertir Frederico Guilherme de Sousa. Mais à Goa l'armée vivait alors une période de totale confusion. Veiga Cabral était en prison, sur ordre du gouverneur à qui il reprochait de favoriser excessivement les officiers français au détriment des Portugais⁵⁵. Les deux gradés qui lui étaient immédiatement inférieurs (brigadiers) décédèrent tous deux en 1785. Les officiers les plus gradés devenaient dès lors... deux français : Noyers et Chermont. F. G. de Sousa assumait alors le commandement de l'ensemble des troupes, ayant directement sous ses ordres Noyers, nommé commandant d'un des deux régiments d'infanterie, et Chermont qui commandait celui d'artillerie.

Si Chermont se montra à la hauteur de sa mission, Noyers, malade et sénile se montra incapable de prendre la moindre décision. Mais par chance, Tipoo reprit la guerre contre les Marathes et s'éloigna de la région goanaise dès 1786. Le Secrétaire d'Etat Martinho de Mello e Castro désapprouva les choix de F. G. de Sousa et pourvut à son remplacement. Il ordonna aussi la mise en retraite de Noyers et son retour en Europe⁵⁶.

La dernière expédition militaire contre le Bhonsle eut lieu en 1788. Le gouvernement de Poona avaient signé un traité de paix avec Tipoo en 1787 et commençait à exiger, au nom du Bhonsle qui restait aussi son tributaire, la restitution des territoires annexés en 1781 et 1783. Il fallait donc intervenir rapidement et consolider la position portugaise. Une campagne militaire assura aux Portugais la domination de Pernem. Pour éviter l'expulsion de ses propres territoires, le Bhonsle accepta de céder, par le traité du 29 janvier 1788, ses droits sur Alorna, Bicholim, Pernem et Sanquelim⁵⁷. Tonnelet fut l'unique officier français à participer à l'opération.

A partir de 1793 l'afflux d'officiers français, en provenance de métropole ou d'Inde, se tarit, principalement en raison de l'entrée en guerre du

l'Yonne, dont l'un des ancêtres avait été maréchal de France. Né vers 1715, il avait effectué la majeure partie de sa carrière au Portugal, où sa famille l'avait suivi. En 1781, Noyers était en fin de carrière avec le grade de lieutenant-colonel. Il décéda probablement à Goa ou lors du voyage de retour en métropole, vers 1787. H. M. dos SANTOS, *Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra*, Lisboa, Vol. IV, 1963, p. 253.

⁵⁴ H.A.G., *L.M.*, Vol. 190 A, fls. 65r à 66v.

⁵⁵ Arrêté en septembre 1785 il ne retrouva son poste et la liberté qu'en mars 1786.

⁵⁶ A.H.U., M. I., M. 149, O. 155, 17/03/1786.

⁵⁷ S. K. MHAMAI, *The Sawants of Wadi and the Portuguese*, New-Delhi, Editions Concept Publishing Company, 1984, p. 105.

Portugal contre la France, ce qui mobilisait des forces importantes dans l'Atlantique. En Inde, ni Mysore ni l'empire marathe, en pleine décadence, ne représentaient plus une menace pour Goa. On ne garda en conséquence que les officiers indispensables au maintien de l'ordre terrestre et de la sécurité maritime : Tonnelet et Sauvage dans la Légion, les frères Mondotéguy dans le régiment de Daman, ainsi que Jean-Baptiste Gigault⁵⁸ et Jean-Baptiste Verquin⁵⁹ dans les quelques embarcations de guerre que l'*Estado* possédait encore. L'occupation militaire de l'Inde portugaise par les Britanniques entre 1799 et 1813 fut certainement dissuasive pour les éventuels volontaires français métropolitains, d'autant plus que les guerres contre la France pouvaient susciter des suspicions d'espionnage. Par ailleurs, le départ de la Cour à Rio à partir de 1807 ouvrait des perspectives de carrière largement plus intéressantes en Amérique portugaise. Ceci explique sans doute l'installation de la famille de Chermont au Brésil, où ses descendants résident encore aujourd'hui.

SPÉCIFICITÉS DU GROUPE MILITAIRE FRANÇAIS

Promotions et postes de commandement

L'étude des promotions des militaires d'origine française, hormis les circonstances exceptionnelles citées plus haut, ne révèle aucune spécificité notable par rapport à l'ensemble du corps militaire de Goa.

Dans tous les cas rencontrés, les sous-officiers et officiers partant volontairement en Inde obtenaient systématiquement un avancement et des soldes doublées. Toute promotion postérieurement accordée par les autorités militaires de Goa devait obligatoirement faire l'objet d'une validation par la couronne si le bénéficiaire voulait toucher la solde correspondante à son grade. L'examen du dossier devenait alors fonction des relations bien placées. Ainsi, Tonnelet, promu lieutenant-colonel en 1792, ne vit son grade confirmé qu'en... 1799⁶⁰. Il faut aussi préciser que le service de l'outre-mer aboutissait à des promotions bien plus rapides qu'en métropole. Sauf cas particulier, chaque renouvellement d'engagement au service de l'Inde (tous les trois ans) incluait une promotion. Mais lors du retour, les militaires ne retrouvaient

⁵⁸ Gigault était issu d'une famille de négociants français installés à Lisbonne depuis le début du XVIII^e siècle. Ses origines plébéiennes jouaient sans doute en sa défaveur pour une carrière militaire. Il opta donc pour la marine. Il devint soldat du régiment de marine en 1756, ne parvenant après 17 ans de service qu'au grade de sous-lieutenant. Il embarqua pour l'Inde en 1774 et y servit comme officier de marine. J. F. LABOURDETTE, *La nation française à Lisbonne de 1669 à 1790 – Entre Colbertisme et Libéralisme*, Paris, Fondation Gulbenkian, 1988, p. 474.

⁵⁹ Originaire de Lille, il débuta à Goa en 1784 comme sous-officier de frégate. Frederico Guilherme de Sousa puis son successeur le promurent rapidement. En 1793, il était « capitão de mar e guerra ». Gigault et Verquin demandèrent probablement leur naturalisation dès 1793.

⁶⁰ A.H.U., M. I., M. 170. O. 163, 02/04/1798.

que le grade qu'ils auraient pu avoir à l'ancienneté. Cela en incitait donc plus d'un à s'installer en Inde, et c'était très exactement aussi le but de cette législation.

On constate cependant, chez certains officiers d'origine française, un rythme de promotion beaucoup plutôt lent à la fin du XVIII^e siècle. Tonnelet et Sauvage rentraient dans ce cas de figure. Le premier mit dix-huit ans pour passer du grade de sous-lieutenant à celui de lieutenant-colonel (là où Landreset avait mis à peine huit ans!) et n'intégra l'état-major (comme « brigadeiro ») qu'en 1818, c'est-à-dire après 44 ans de service en Inde. Tous les gouverneurs louaient pourtant son action, la bonne tenue de ses cavaliers et lui confiaient volontiers des postes de commandement. Arrivé comme lieutenant en 1780, Sauvage allait aussi mettre vingt ans pour parvenir au grade de lieutenant-colonel, et environ dix de plus pour devenir colonel, ceci malgré des états de service plus que satisfaisants⁶¹.

A cela plusieurs explications. Leur régiment était le moins prestigieux de Goa et on les classait certainement après les officiers portugais de l'infanterie. D'autre part, à partir de 1793, les caisses de la couronne se vidèrent à cause de la guerre et la situation ne se stabilisa qu'après 1815. La situation militaire de Goa n'était guère brillante, puisque l'Inde portugaise se trouva occupée par les troupes britanniques jusqu'en 1813. Enfin, ils ne bénéficiaient pas d'une protection particulière de la part des gouverneurs de Goa. De fait, on peut constater que les plus brillantes carrières, comme celles de Pierrepont, Saint-Martin, Landreset, ou même Chermont, s'étaient réalisées sous le gouvernement de gens connus pour leurs sympathies envers la communauté et la culture française: le Marquis d'Alorna (1744-1750), le comte d'Ega (1758-1765), Dom José Pedro da Câmara (1774-1779) et Dom Frederico Guilherme de Sousa (1779-1786). L'étude de l'ensemble du groupe français venu de Lisbonne (une quarantaine d'individus) permet d'ailleurs de constater que la plupart de ses membres exercèrent en Inde précisément pendant ces mêmes gouvernements. Il n'en alla pas de même pour Tonnelet et Sauvage qui eurent, de 1786 à 1794, comme supérieur hiérarchique direct quelqu'un de très opposé aux promotions des officiers d'origine étrangère: Veiga Cabral. Comble de malchance pour eux: ce dernier fut nommé gouverneur de Goa de 1794 à 1807.

Outre les promotions au sein des régiments, le service de l'Inde incluait aussi une série de postes de commandement militaire: forteresses, provinces, villes portuaires et leur districts. Ces responsabilités demandaient aussi des compétences administratives et politiques, mais elles étaient fort recherchées car génératrices de revenus. En effet, elles supposaient le contrôle des douanes, des passeports de navigation... et incluaient depuis le XVI^e siècle une série de privilèges commerciaux. L'attribution de ces postes représentait un des privilèges du vice-roi. Elle relevait soit de l'apanage d'une fonction au

⁶¹ H.A.G., *L.M.*, Vol. 190C, fl. 1006v.

sein d'un régiment, soit d'une récompense pour services rendus, soit assez souvent... de l'offre discrète d'une somme d'argent.

Au XVIII^e siècle, plusieurs officiers étrangers, presque tous français, allaient exercer ces fonctions.

Les postes de commandant de forteresse étaient très avantageux dans la mesure où celles-ci assuraient la sécurité des postes-frontières sur le continent ou sur les côtes, donc des lieux de passage de navires et de marchandises. La plupart se situaient dans la Province du Nord. La majorité des militaires français ayant exercé en Inde seulement à partir des années 1740, bien peu d'entre-eux purent accéder à cet honneur. On peut toutefois citer Mathias Renaudier qui commanda en 1713 une des forteresses de l'île de Caranja, face à Bombay, lieu menacé à la fois par les ambitions britanniques et marathes. Doit-on faire état de l'éphémère commandement du fort d'Aguada, une des deux forteresses protégeant l'estuaire de la Mandovi, sur laquelle était bâtie la ville de Goa, par Mille de Noyers en 1783. Ce dernier, préférant le rôle de courtisan à celui de châtelain, démissionna au bout de huit jours sous prétexte que l'air y était mauvais pour sa santé et s'en alla vivre dans le palais du gouverneur⁶².

Quatre français accédèrent aussi au gouvernement de provinces sur le territoire de Goa. Dans les vieilles conquêtes, la riche province de Salcete qui était en général l'apanage de ceux qui commandaient le premier régiment d'infanterie, fut naturellement confiée à Pierrepont entre 1746 et 1752⁶³ puis à Miles de Noyers en 1785 et 86. En tant qu'officiers des cipayes, donc chargés de l'organisation militaire des « nouvelles conquêtes », Tonnelet et Sauvage obtinrent le commandement de plusieurs nouvelles provinces. Sauvage gouverna Canacona à partir de 1800 et Tonnelet Bicholim et Sanquelim à partir de 1818⁶⁴.

Au sommet de la hiérarchie des commandements se trouvaient les villes capitales, qui incluaient toute la juridiction qui en dépendait, c'est-à-dire l'ensemble du territoire sous contrôle portugais. Quatre officiers français accédèrent à ce privilège.

En octobre 1783, Frederico Guilherme de Sousa nommait Miles de Noyers gouverneur de Diu. Arrivé en janvier 1784, ce dernier n'y resta pas plus d'une année. L'ancienne île cosmopolite connaissait alors un franc déclin, ne comptait pratiquement plus d'habitants européens, possédait une garnison d'environ 600 déportés. La piraterie côtière sévissait et la puissante classe marchande locale (les Banians) exigeait des réformes constructives. Noyers se fit remarquer par son manque d'initiative et, d'après ses détracteurs, parce qu'il se laissait volontiers corrompre⁶⁵. Agé et en mauvaise santé, l'officier était en fait venu en Inde pour accumuler le capital nécessaire au

⁶² A.H.U., M. I., M. 154, O. 154, 16/02/1787.

⁶³ M. A. NORTON, *op. cit.* p. 137.

⁶⁴ H.A.G., *L.M.*, Vol. 191D, fl. 1219r.

⁶⁵ A.H.U., M. I., M. 154, O. 154, 16/02/1787.

mariage de ses filles en métropole, sans trop de fatigue. Il demanda d'ailleurs lui-même son rappel à Goa... après avoir discrètement tenté de vendre à un confrère les deux ans de gouvernement qui lui restaient encore.

Gustave Adolphe Hercule de Chermont lui succéda de décembre 1786 à décembre 1787⁶⁶. Très dynamique et entreprenant, il tenta d'intervenir dans la défense militaire, la marine, la santé et l'économie. Mais son attitude volontiers autoritaire et son refus de consulter les gens que ses décisions concernaient – en particulier à propos des activités hospitalières des religieux de l'île, qu'il accusa d'incompétence – lui attira une série d'ennemis. Il disciplina et organisa le régiment, répara la forteresse, s'attaqua à la piraterie mais le peu de moyens dont il disposait ne lui permit pas d'obtenir des résultats probants. Par ailleurs, le poste ne lui apporta pas les retombées financières personnelles qu'il était en droit d'espérer. L'île de Diu tirait alors une grande partie de ses revenus du commerce avec Mozambique et la côte orientale d'Afrique, mais les circuits de commerce, dominés par les banians, se tournaient vers d'autres ports du Gujurat, en particulier Surat, Daman et Bombay. Après l'intervention directe de l'archevêque de Goa, il fut démis de ses fonctions et retourna à Goa pour attendre son départ vers la métropole⁶⁷. En effet, ses mauvaises relations avec son supérieur hiérarchique Veiga Cabral lui ôtaient depuis 1786 toute perspective de commandement ou de promotion⁶⁸.

En suivant l'ordre chronologique, on citera la capitaine Jean-Baptiste Verquin, qui avait intégré la marine de l'*Estado* en 1784, et obtenu rapidement promotions et bonnes références de la part de ses supérieurs. Nommé gouverneur de Timor en 1793, il prit ses fonctions en janvier 1794. Verquin se montra particulièrement incompétent lors de son premier mandat mais la guerre sévissant dans l'océan Indien, Veiga Cabral ne put lui trouver de remplaçant. Il fut donc reconduit jusqu'en janvier 1800, lorsqu'il quitta l'île, sous le coup d'une enquête judiciaire sur sa désastreuse gestion, et se réfugia à Macao, où il décéda deux mois plus tard⁶⁹.

Le dernier nommé fut George Frédéric Lecor dont la famille avait quitté la France pour le Portugal en 1737 et acquis la nationalité portugaise en 1762⁷⁰. Cette famille de militaires suivit le régent Dom João au Brésil en

⁶⁶ H.A.G., *L.M.*, Vol. 170C, fl. 848v.

⁶⁷ H. MOURA, *op. cit.*, p. 407.

⁶⁸ On ne peut manquer de souligner, hasard des circonstances, qu'au moment où Gustave Adolphe quittait l'Inde pour ne plus y revenir, son cousin germain, Dominique Prosper de Chermont, officier au service de l'armée française, était colonel du régiment de l'île de France. Il gouverna l'île Bourbon en 1790 et fut nommé gouverneur de Pondichéry en 1791, mais ne prit ses fonctions qu'en février 1793 en raison des troubles révolutionnaires qui agitaient alors la ville. Lors du déclenchement de la guerre, il ne put résister à l'ennemi et signa la capitulation de l'Inde française le 23 août 1793. Il décéda à Pondichéry, prisonnier sur parole, en 1798. Centre des Archives d'Outre-Mer (Aix-en-Provence), Colonies C2, Vol. 304, sans fl.

⁶⁹ H.A.G., *Correspondência de Macau*, Vol. 35, fl. 106r.

⁷⁰ A.N.T.T. Junta do Comércio, Registos Gerais, Vol 108.

1807. En 1809, George Frédéric se trouva promu sergent-colonel du régiment d'artillerie de Goa (alors occupée par les troupes Britanniques). Il quitta Rio en compagnie du nouveau gouverneur-général de l'*Estado*, le comte de Sarzedas, dont il était l'adjutant d'ordres. Il gouverna Daman en 1810 et 1811, sans grand brio d'ailleurs, puis repartit pour Goa, pourvu d'une promotion au grade de colonel⁷¹. Il regagna Rio de Janeiro en 1813⁷².

LE RECRUTEMENT LOCAL

On terminera cette étude par un phénomène mineur mais néanmoins présent : celui des mercenaires français qui offrirent leurs services à l'*Estado*. On ne peut employer pour ces derniers la dénomination de « parti » dans la mesure où l'armée goanaise n'incluait pas ce genre de formation. On les intégrait dans les autres corps pendant la durée de leur séjour en territoire lusophone, sans les faire bénéficier des avantages et promotions accordés à leurs compatriotes nommés par le roi et venus de métropole. Le déclin de l'*Estado* depuis le XVII^e siècle, et surtout l'absence de perspectives d'enrichissement, expliquent le peu d'importance numérique de cette communauté, et les rares cas d'installation durable. Goa fut toujours plus un refuge qu'un choix. D'ailleurs, l'essentiel des arrivées eut lieu pendant la guerre de Sept Ans, après la chute de l'Inde Française en 1761.

Le cas le plus célèbre, et la seule exception notable, reste à n'en pas douter celui de Mahé de la Bourdonnais, futur gouverneur des Mascareignes. Ce dernier, qui avait quitté la *Compagnie des Indes* en 1727, s'était ensuite consacré à la navigation marchande privée et avait commencé à fréquenter le port de Goa en 1728. Le vice-roi projetait alors de reprendre Mombassa au sultanat d'Oman. Mahé s'engagea alors dans la marine de Goa. On ignore s'il participa à la désastreuse expédition de 1729 contre ce port de l'Afrique Orientale, mais ses compétences plurent aux autorités puisqu'à la fin de l'année 1730 il fut promu « capitão de mar-e-guerra » (grade de plus élevé de cette marine) et reçut le commandement d'un vaisseau de guerre. Il en profita pour préparer un nouveau projet d'attaque contre Mombassa et alla même à Pondichéry pour négocier avec le gouverneur français l'achat d'un vaisseau et d'armes. Mais le roi D. João V ne souhaitait plus intervenir sur

⁷¹ A.H.U., Codice 508, Ordens relativas à India – 1814-1821, fl. 35, 25 janvier 1816.

⁷² George Frédéric Lecor termina sa vie et sa carrière en 1822, comme commandant du corps d'artillerie de Madère, où il exerçait depuis 1815. Son frère, Charles Frédéric, s'illustra dans la conquête de l'Uruguay en 1817, dont il devint gouverneur et où il gagna ses galons de général. Il fut élevé au titre de Baron en 1818 par Dom João VI, puis, après avoir choisi le camp indépendantiste, à celui de Vicomte de Laguna. Il décéda à Rio en 1836. Cf. Fábio FERREIRA, « O general Lecor e a escola de Lancaster: Método e instalação na província cisplatina ». www.revistatemalivre.com

cette côte. Déçu, Mahé quitta alors le service de *Estado* en septembre 1732. Son action à Goa s'était en effet limitée à la lutte contre les pirates côtiers⁷³.

A l'époque du gouvernement du comte d'Ega et après la chute de Pondichéry, Plusieurs militaires français qui s'étaient d'abord réfugiés dans le port neutre de Tranquebar (danois), ou chez Haydar Ali, alors jeune chef de guerre au service du Rajah du Mysore, décidèrent de quitter l'Inde pour l'Île de France. Ils partirent donc avec leurs familles, par voie de terre, vers Goa, alors le seul port neutre européen de la côte occidentale. Le vice-roi n'hésita pas à leur accorder une pension pour leur subsistance⁷⁴ et ils purent quitter Goa en septembre 1761 sur un navire arrivé de Port-Louis⁷⁵.

De ce même vaisseau débarqua le chevalier de Mouhy, qui devait traverser le territoire indien pour rejoindre le camp d'Haydar Ali, dans le Coromandel, et lui proposer une alliance. Haydar refusa et il est fort probable qu'une partie des officiers qui se trouvaient alors à son service ait décidé le quitter⁷⁶. Mouhy revint avec huit d'entre-eux à Goa, où tous purent séjourner pendant plusieurs mois grâce aux subventions accordées par le comte d'Ega⁷⁷. Plusieurs d'entre-eux quittèrent ensuite le territoire par voie terrestre pour une destination non précisée. Entretemps, la petite communauté de réfugiés avait beaucoup grandi. En juillet 1762, on y trouvait M. de Modave, de retour de mission auprès de Haydar Ali, qui gérait les sommes allouées par le vice-roi pour la subsistance du groupe⁷⁸. Des dizaines de soldats, ainsi que plusieurs familles d'officiers, arrivèrent à leur tour entre août et octobre. La majorité de ces gens embarqua en novembre 1762 sur un deuxième vaisseau envoyé de Port-Louis.

Bien que la documentation portugaise soit peu proluxe à ce sujet, on sait que plusieurs officiers et un certain nombre de soldats décidèrent de rester en territoire portugais et subvinrent à leurs besoins en intégrant les troupes portugaises. En effet, à la suite de la déclaration de guerre du Portugal à la France en 1762, le comte d'Ega ordonna, le 25 janvier 1763, aux officiers français qui ne s'étaient pas encore naturalisés, de sortir de Goa. Avant leur départ, M. de Forges vint au nom de tous le remercier pour son hospitalité⁷⁹.

⁷³ Philipe HAUDRÈRE, *La Bourdonnais, Marin et aventurier*, Paris, Éditions Desjonquères, 1992, pp. 32 à 35; A. C. G. da Silva CORREIA, *op. cit.* p. 35.

⁷⁴ Facture que la *Compagnie des Indes* s'était engagée à honorer après la guerre.

⁷⁵ Citons parmi eux Talbovet de Severac, Lalauzier et Deverinne. A. de S. SALDANHA, *op. cit.*, pp. 254 à 256.

⁷⁶ Selon une copie de documents conservée dans la collection des Papiers Martineau (CAOM) le capitaine de Mouhy aurait résidé dans le camp de Haydar Ali entre novembre 1761 et avril 1762. Il y aurait constaté que les Français étaient traités plus comme des prisonniers que des mercenaires. Et il les aurait alors invités à partir vers Goa. C.A.O.M., Papiers Martineau, Fonds privés, 3APC/2.

⁷⁷ Ces officiers étaient: Regard de Mulseau, Dagey de Mouhy, De Changeac, De Cantons (Chatons?), La Violette (M. de la Vilote?), Kracht (Crachet), De Palmas, Henaud. Les documents sont très peu lisibles. A. C. G. da S. CORREIA, *op. cit.*, pp. 60 et 61.

⁷⁸ A.O.M., C2, Vol. 97, fl. 96. H.A.G., L.M., Vol. 147A, fl. 119rv.

⁷⁹ H.A.G., L.M., Vol. 135B (166-1763), fl. 437v. A. de S. SALDANHA, *op. cit.*, p. 65.

Ils passèrent certainement ensuite au service d'Haydar Ali. En effet, à la fin de l'année 1763, une partie de l'armée du nabab, commandée par Haibut Jang [plus connu sous le nom de Fazal Ulla Khan], s'empara des territoires du roi Sunda et mit le siège devant la forteresse de Cabo da Rama, aux portes de Goa. Parmi ses troupes se trouvait un corps d'élite européen composé de 275 hommes et commandé par un certain Yele. La plupart étaient des réfugiés de Pondichéry⁸⁰. Un groupe de Français, mécontents de la manière dont on les traitait et refusant de marcher contre les Portugais, finit par désertre et fut accueilli à Goa en janvier 1764. Certains parmi eux affirmaient avoir déjà résidé à Goa au cours des années précédentes. Ce groupe, commandé par le capitaine Hughel, séjourna quatre mois à Goa, fournit aux Portugais les informations stratégiques nécessaires à leur défense et fut incorporé dans les troupes de la province de Salcete, la plus exposée aux assauts de Haibut Jang. Il participa activement à l'occupation des provinces du Sunda qui n'avaient pas encore été envahies par Mysore.

Sur l'ensemble du groupe, la plupart avaient quitté le territoire en 1764. Certains y travaillèrent jusqu'à la restitution des territoires français, et rejoignirent alors Pondichéry et Mahé en 1765. A peine trois ou quatre familles décidèrent de s'établir définitivement à Goa. On citera la plus connue : celle des Mondotéguy, qui se fixèrent plus tard à Daman et suivirent la carrière des armes pendant plusieurs générations.

Si l'état actuel des sources nous permet de quantifier le nombre de militaires français dans l'empire portugais en général et à Goa en particulier, cette statistique se restreint aux corps des officiers et au XVIII^e siècle. Les sources locales sur les troupes de base ou les recrutements in situ d'officiers sont d'autant plus difficiles à localiser qu'elles se trouvent parfois en voie de classement. Ainsi, l'attribution des ordres militaires, et en particulier celui du Christ, à Goa reste encore un champ à explorer car les sources métropolitaines de cet ordre, déposées aujourd'hui aux archives nationales, et surtout de déterminer l'impact réel de leur intervention. En effet, on ne dispose toujours pas d'études quantitatives et analytiques complètes sur les armées portugaises des XVII^e au XIX^e siècles. D'autre part, cette communauté agissait au sein d'un ensemble plus vaste : celui des Européens au service de la couronne portugaise et l'isoler pourrait aboutir à une image par trop valorisée de son action. Le cas de l'Inde Portugaise représente en ce sens une exception car on possède aujourd'hui une connaissance suffisante des archives pour identifier l'ensemble du groupe européen. Et on peut sans erreur mettre en évidence la domination, en nombre et qualité, des Français sur le reste de la communauté au XVIII^e siècle. Mais on ne pourra dans l'avenir, si l'on veut comprendre le fonctionnement des armées européennes en Inde, faire l'économie d'une étude d'ensemble sur le rôle des étrangers

⁸⁰ Ph. LE TREGUILLY, *Les français en Inde au temps de la guerre d'indépendance américaine (1778-1788)*, 1992, Thèse pour le doctorat ès-lettres, p. 61.

dans les armées française et anglaise en Inde à cette époque. De même, il semble évident que le service du roi du Portugal était pour les Français une affaire de famille sur plusieurs générations. On ne peut donc que souhaiter connaître le rôle du service outre-mer dans la constitution du patrimoine familial et le processus d'intégration sociale.

Si l'état actuel des sources nous permet de quantifier le nombre de militaires français en activité en Inde portugaise, cette statistique se restreint nécessairement au corps très restreint des officiers et au XVIII^e siècle. En ce qui concerne les siècles antérieurs, ainsi que les classes plus modestes, aucune visibilité ne se dégage vraiment. Et pourtant, grâce à l'immense littérature de voyages qui a jalonné le XVII^e siècle, ce sont ces derniers qui sont passés à la postérité. On relève ici et là des anecdotes sur la quête de la Goa mythique par des Français qui parcourraient l'immense sous-continent indien. Imaginaire littéraire ou preuve de l'existence d'une population mouvante, errante, qui devait sa survie aux armées occasionnelles, musulmanes et chrétiennes ? Les sources manquent pour une étude rigoureuse. Jusqu'ici seule l'historienne française Anne Kroel a abordé cette question, sans toutefois donner suite à son projet. Ce sont pourtant certains de ces soldats d'infortune, ceux qui ont eu l'opportunité de revenir vivants en Europe, qui contribuèrent ensuite, par leurs témoignages, au rêve goanais des officiers du siècle suivant dont nous avons tracé le parcours. Le passionnant récit de Pyrard de Laval est encore aujourd'hui réédité⁸¹ alors que la mémoire des ces brillants officiers artilleurs français qui ont aidé à la construction de la Goa portugaise du XVIII^e siècle ne dépasse plus guère aujourd'hui le cercle des historiens initiés et des généalogistes.

⁸¹ *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes Orientales*, Paris, éditions Chandeigne, 1998.

EL SUDESTE ASIÁTICO EN LAS POLÍTICAS DE LA MONARQUÍA CATÓLICA. CONFLICTOS LUSO-CASTELLANOS ENTRE 1580-1621 *

por

DOMINGO CENTENERO DE ARCE **

ANTONIO TERRASA LOZANO ***

Todas las naciones del mundo se mueven por el interés que es el imán de los corazones. Ya vemos que por la plata y oro han ido y van los hombres hasta las sombras del infierno de esta máxima ninguno puede dudar ni tiene necesidad de prueba. La menor esta fundada en la experiencia ya que el mayor interés que han conocido nuestros tiempos más probado y seguro es el Maluco y Filipinas a donde vienen navíos septentrionales y todas las demás naciones que quisieren por el mar ancho de la India hasta el Maluco donde hallan el oro prieto que ellos llaman clavo y la seda blanca de China ¹.

* En primer lugar quisiéramos agradecer a Pedro Cardim por su aliento a la hora de redactar el artículo. A Manuel Herrero quien nos ofreció hace ya mucho tiempo su ayuda, sus conocimientos sobre Asia y su biblioteca. Una primera versión de este texto se presentó hace ya tiempo en un seminario de investigadores. Los apuntes de Alejandro Egea, Ana Díaz y José Antonio Molina fueron de mucha utilidad. Una segunda versión de este texto, con algunos errores, se presentó más tarde en otro seminario que contó con la participación de José Javier Ruiz Ibáñez, Julio Muñoz, Ana Díaz, José Miguel Abad y José Antonio Martínez Torres. El interesante debate con éste último hizo que nacieran algunas reformas al texto que culminaron con su re-escritura y la ampliación del tema de estudio en dos sucesivos artículos, uno dedicado al círculo de Lerma en Portugal usando para ello la señera figura de Rodrigo de Calderón y otro una revisión sobre los grupos de poder en la corte de Felipe III tomando como núcleo explicativo los intereses en el tráfico de especias en la corte de Castilla – casa de la reina, paniaguados del duque de Lerma, comerciantes sevillanos. Agradecemos a los anónimos *referees* sus sugerencias. De igual modo queremos expresar nuestra gratitud a: Esther por estar ahí, Francisco Apellaniz por haber leído en profundidad el texto en sucesivas versiones, Eva Botella por sus inestimables sugerencias, Agustín Juan Bonillo por su ayuda en la reconstrucción del título, Elena Cambronero por revisar el abstract, así como al resto de compañeros de nuestros respectivos trabajos.

** EUI (European University Institute). domingo.centenero@eui.eu

*** EUI (European University Institute). antonio.terrasa@eui.eu

¹ Filipinas, 20, R. 12, 16181202 Juan Ribera a Juan Ruiz de Contreras. Sobre la situación de Filipinas. Parte de esta carta, aunque no el fragmento que aquí se cita, se encuentra transcrita

Introducción

En este trabajo vamos a intentar una revisión, desde el punto de vista hispano, de las relaciones luso- españolas durante parte del periodo de unión de los dos imperios ibéricos. Para ello tomaremos como punto de partida la toma de las Islas Malucas y su defensa. El estudio de los antecedentes de dicha conquista, de los intereses cruzados, de la situación resultante, nos permitirá ofrecer una visión de las conflictivas relaciones entre ambos imperios.

La historiografía española que se ha dedicado a estos temas no ha sido muy abundante. Esto ha sido debido a diversas situaciones. Tras la pérdida de Filipinas en 1898, algunos de los recién regresados demostraron un fuerte interés por aquellos lejanos territorios en los que habían dejado parte de su vida, lo que cuajó, apoyados por la compañía de Tabacos de Filipinas, tanto en la catalogación de la documentación filipina como en la historia del Padre Pastells, que, aún hoy, conjuntamente con las notas de Retana a la historia de Morga, siguen siendo de utilidad para quien se dedica a estas cuestiones².

Tras este comienzo, la historia de Filipinas, y con ella la dedicada al sudeste asiático, fue descuidada, siendo recuperada años más tarde por la historiografía latinoamericanista. Esta historiografía centraba su atención principalmente en la historia institucional, generándose con el tiempo un importante núcleo de investigadores³. Más tarde, a comienzos del siglo XXI,

en Francisco. Navas del VALLE y Pablo PASTELLS, *Catálogo de los documentos relativos a las Islas Filipinas existentes en el Archivo de Indias de Sevilla. Precedido de una historia general de las Filipinas*, IX vols., vol. VII - Parte primera, BNE (Barcelona, 1932), XXXII.

² Todos estos autores habían tenido de una manera u otra una cercana relación con las Filipinas y su mundo. Quizás nos falte hoy una buena relación del marco general en el que se desarrollaron sus carreras. Interesante resulta, por sus relaciones con Rizal: el padre de la independencia filipina, los trabajos de Blumentritt. De igual modo la insigne labor del Padre Pastells o las notas de Retana a la obra de Morga hoy consultables en la reciente edición a cargo de Patricio Hidalgo. Un listado que no intenta ser exhaustivo Ferdinand BLUMENTRITT, *Filipinas: Ataques de los holandeses en los siglos XVI, XVII y XVIII* (Madrid, 1882); Antonio MORGÁ, *Sucesos de las Islas Filipinas* (Madrid, 1997); Francisco Navas del VALLE y Pablo PASTELLS, *Catálogo de los documentos relativos a las Islas Filipinas existentes en el Archivo de Indias de Sevilla. Precedido de una historia general de las Filipinas*, IX vols. (Barcelona, 1932). También habría que tener en cuenta que muchas de estas obras tienen un fuerte componente de respuesta a la obra de Emma Helen BLAIR y James A. ROBERTSON, *The philippine Islands: 1493-1898*, vol. LV (Cleveland-Ohio, 1903). De aquí en adelante esta obra aparecer citada como BR con indicación del tomo correspondiente y las páginas. Para una visión general de ésta podemos ver: Gloria CANO, «Blair y Robertson, The Philippine islands: 1493-1898. Scholarship or imperialist propaganda», *Philippine Studies* 56 (2008) 3-46. Sobre esto también Rafael VALLADARES, *Castilla y Portugal en Asia. Declive imperial y adaptación* (Leuven-Lovaina), 2001, pp. VII y siguientes.

³ Cabría destacar aquí la labor pionera de Lourdes Díaz Trechuelo. Trabajo que ha sido continuado por sus sucesores y que han hecho de la Universidad de Córdoba el centro de estudio de las Filipinas con temas deudores de la historiografía americanista: la encomienda, el cabildo. Un ejemplo de estos trabajos sin intención de exhaustividad: Inmaculada ALVA RODRÍGUEZ, *Vida municipal en Manila XVI-XVII* (Córdoba, 1997); María Lourdes Díaz TRECHUELO,

en la historiografía hispana, en parte por su consolidación, paralela a su desarrollo económico tras el advenimiento de la democracia, en parte por el interés por despertar del gigante asiático, se ha comenzado a abordar la historia del sudeste asiático desde otras perspectivas que van desde los excelentes trabajos de Ollé, resultado de su tesis doctoral, pasando por los libros de Fradera sobre los últimos días de las colonias españolas, o los recientes artículos de Luís Álvarez hasta el polémico libro de Valladares, quien llega a minusvalorar la labor de Charles Boxer, el primer historiador que interrogó con profundidad las conflictivas relaciones entre ambos imperios bajo una misma corona⁴.

El poco interés que han demostrado los historiadores hispanos por estas relaciones ha estado motivado por diversas razones. Tanto la historiografía liberal portuguesa como la hispana convirtieron el reinado de los Austrias españoles en la fuente de todos los males. La historiografía conservadora española, sin embargo, al igual que la portuguesa, salvando ésta última el impasse de unión entre ambas coronas, convirtió el «imperio» en un lugar al que volver. A pesar de ello ambas historiografías han permanecido largamente autistas, obviándose, en el mejor de los casos, las razones de la unión o la desunión, o adoptando, en el peor, un paternalismo con el pasado que es mejor olvidar. A todo esto se ha unido un tercer problema, la temprana cosificación de los relatos de la «Restauração» portuguesa, lo que ha llevado a interpretarla únicamente en clave peninsular dejando al margen el mundo de las «colonias» a pesar de que parece que uno de los vectores del

«Filipinas y el Tratado de Tordesillas», en *El tratado de Tordesillas y su proyección*, ed. AA.VV. (Valladolid, 1973): 229-241; Antonio García ÁBASOLO, «La expansión mexicana hacia el Pacífico. La primera colonización de Filipinas», *Historia Mexicana* XXXII (1982): 55-88; Patricio Hidalgo NUCHERA, *Encomienda, tributo y trabajo en Filipinas 1570-1608* (Madrid, 1995); Patricio Hidalgo NUCHERA, *La implantación de la encomienda en Filipinas de la conquista a la primera década del siglo XVII* (Madrid, 1990); Patricio Hidalgo NUCHERA, *La recta administración: primeros tiempos de la colonización hispana en Filipinas. La situación de la población nativa* (Madrid, 2001); Patricio Hidalgo NUCHERA, *Las polémicas iglesia-estado en las Filipinas: la posición de la iglesia ante la cobranza de los tributos en las encomiendas sin doctrina y las restituciones a fines del siglo XVI* (Córdoba, 1993); Patricio Hidalgo NUCHERA, «Sistemas para la explotación de las islas: encomiendas tributos y comercio», en *Las relaciones entre España y Filipinas. Siglos XVI-XX*, ed. María Dolores Elizalde Pérez-Grueso (Madrid, 2003). De igual manera producto de las conmemoraciones del 92 historiográfico resulta muy interesante la obra de Juan GIL, *Hidalgos y Samuráis. España y Japón en los siglos XVI-XVII* (Madrid, 1991), y sobre todo Juan GIL, *Mitos y utopías del descubrimiento. El Pacífico*, III vols., vol. II (Madrid, 1989).

⁴ María Dolores ELIZALDE, Josep María FRADERA, y Luís Alonso ÁLVAREZ, *Imperios y naciones en el Pacífico: La formación de una colonia: Filipinas* (Madrid, 2002); Manel OLLÉ, *La empresa de China. De la Armada Invencible al Galeón de Manila* (Barcelona, 2002); VALLADARES, *Castilla y Portugal en Asia. Declive imperial y adaptación*. Una crítica a este último libro, en respuesta a las que el autor dedicó puede ser encontradas en Sanjay SUBRAHMANYAM, «Sobre comparaciones y conexiones: Notas sobre el estudio de los imperios ibéricos de ultramar», en *Europa, América y el mundo. Tiempos históricos*, ed. Antonio Feros y Roger Chartier (Madrid, 2006), como en la larga reseña de Manuel LOBATO, «Reseña de “Castilla y Portugal en Asia 1580-1680. Declive imperial y adaptación” de Rafael Valladares», *Bulletin of Portuguese Japanese Studies* (2002): 143-153.

triunfo en la restauración Bragancista estuvo ligado al apoyo sin reservas de las «elites de las colonias». Términos estos últimos que están empezando a definirse con precisión dentro de una esfera de relaciones múltiples⁵.

Sobre todas estas cuestiones nos ha llamado la atención reiteradamente Sanjay Subrahmanyam, indicándonos que deberíamos abrir perspectivas para profundizar en las posibles influencias, amén de cifrar de manera más profunda la visión que tenemos sobre la relación entre ambos imperios. Pero para ello, como él mismo indica, no debemos perder de vista la interrelación existente entre ambos imperios y sus contrapartes, desde el Imperio Safavida hasta la República Holandesa y la Monarquía Inglesa⁶. Para ello en este trabajo hemos vuelto a la vieja nueva historia política. Para desempolvar líneas de tendencia en la relación entre los diversos poderes, para subrayar cuestiones a las que quizás antes no se había dado la importancia que merecían. Para ello hemos partido de un pequeño gran problema el conflicto de las Malucas, lugar de donde es endémico el clavo. Aunque, en este caso, no es el lugar lo que nos interesa sino los intereses que el conflicto nos permite descubrir.

1. Los orígenes del conflicto

Las diatribas entre portugueses y castellanos en el sudeste asiático comenzaron cuando un despechado don Fernando de Magallanes acudió desde la corte portuguesa a Castilla ofreciendo sus servicios e indicando que conocía una ruta por poniente para llegar a dichas islas. Según su opinión éstas caían dentro de la demarcación castellana delimitada por el tratado de Tordesillas y las bulas de Alejandro VI⁷. Enterado el rey portugués pronto presentó una queja formal ante Carlos V, al tiempo que encomendaba a sus hombres que continuasen la labor de apropiación de los territorios en disputa⁸.

La expedición de Magallanes y el retorno de Elcano abrían de nuevo la polémica entre portugueses y castellanos sobre las tierras recién descubiertas. Deseosas, ambas coronas, de mantener los compromisos alcanzados enviaron representantes a la ciudad de Vitoria el 19 de febrero de 1524, donde para

⁵ Nuno MONTEIRO, Mafalda Soares da CUNHA y Pedro CARDIM, *Optima pars. As elites do Antigo regime no espaço Ibero-americano* (Lisboa, 2005).

⁶ Sanjay SUBRAHMANYAM, «Holding the World in Balance: The Connected Histories of the Iberian Overseas Empires, 1500–1640», *The American Historical Review* 112 (2007):1359-1386.

⁷ Oskar Khristian Hermann SPATE, *The Spanish Lake* (Canberra 2004 (1979)); Hugh THOMAS, *Rivers of Gold. The rise of the Spanish empire from Columbus to Magalleen* (London, 2003), pp. 11-57.

⁸ THOMAS, *Rivers of Gold. The rise of the Spanish empire from Columbus to Magalleen*. Henry KAMEN, *Imperio. La forja de España como potencia mundial* (Madrid, 2003); Francisco Manuel de Paula Roque de OLIVEIRA, *A construção do conhecimento europeu sobre a China*, IV vols., vol. I (Barcelona, Tesis doctoral, 2003).

llegar a un concierto acordaron celebrar una junta de expertos cosmógrafos en Badajoz y Elvas⁹. La reunión no logró despejar dudas y al año siguiente el emperador ordenó una nueva flotilla de siete naves al mando de Loaysa con destino a las islas de las Especias.

Mientras tanto, como señala Juan Gil, la disposición de la flota en La Coruña, financiada por los Fuggers, había levantado recelos entre los comerciantes de Sevilla, especialmente los genoveses. Temerosos de perder la piel del león prepararon una flota con destino a la Especiería, lo que era un flagrante atentado contra los derechos de La Coruña¹⁰. Sin embargo, en vez de cruzar el estrecho, el cosmógrafo mayor Caboto, encargado de la expedición, se entretuvo buscando oro en el Río de la Plata. Ante la tardanza del regreso de la empresa de Loaysa y Caboto, el emperador Carlos mandó a Cortés que enviara una expedición de búsqueda.

El reciente matrimonio del emperador con Isabel de Portugal hacía desaconsejable enviar una empresa de socorro desde Castilla.¹¹ Desde que Vasco Núñez de Balboa tomara posesión del mar del sur en 1513, la monarquía era consciente que era posible enviar una misión desde sus territorios americanos, máxime cuando Cortés interesado, como todos, tanto en el oro como en el dinero que podría salir de las especias, había escrito al emperador en su cuarta carta de relación – 1524 – que siguiendo sus instrucciones había ordenado la construcción de una serie de naves para explorar el mar del sur¹². Mientras esto sucedía, una de las naves perdidas, al cruzar el estrecho, de la expedición de Loaysa llegaba medio destruida a las costas de México. Cortés recogió aquellos hombres incorporándolos a la expedición que estaba por partir para el salvamento de los que habían quedado en la recién construida fortaleza de Tidore. La expedición al mando de Saavedra partió de México pero, tras un largo recorrido y sin haber encontrado el tornaviaje, naufragó. Sus supervivientes se unieron a aquellos de la armada de Loaysa y tuvieron que esperar largos años antes de regresar a España¹³.

En Europa, la elección como emperador, la revuelta de las comunidades, la guerra contra los franceses – la batalla de Pavía – el saco de Roma y el levantamiento campesino en Alemania habían dejado la hacienda del emperador Carlos exhausta. Necesitado de dinero decidió vender, a tenor de las quejas proferidas por las cortes llevaba ya tiempo pensándolo, las islas de

⁹ Mariano Cuesta DOMINGO, «El tratado de Tordesillas y su proyección sobre la especiería», en *El tratado de Tordesillas y su proyección*, ed. AA.VV. (Valladolid, 1973): 241-255.

¹⁰ GIL, *Mitos y utopías del descubrimiento. El Pacífico*, pp. 38 ss.

¹¹ SPATE, *The Spanish Lake*, pp. 93 y ss. También en GIL, *Mitos y utopías del descubrimiento. El Pacífico*, pp. 43 ss.

¹² José María Ortuño SÁNCHEZ-PEDREÑO, «Las pretensiones de Hernán Cortés en el mar del sur. Documentos y exploraciones», *Anales de Derecho. Universidad de Murcia* 22 (2004): 317-353.

¹³ Carmelo Sáenz SANTA MARIA, «Cortés y Alvarado en busca de la especiería», en *El tratado de Tordesillas y su proyección*, ed. AA.VV. (Valladolid, 1973): 211-249.

las Especias¹⁴. Así que en 1529 portugueses y españoles se reunieron en Zaragoza, los segundos apretados por un emperador necesitado de dinero, los primeros deseosos de pagar lo que fuese con tal de mantener el monopolio del comercio de las especias, que tanto les rentaba. La negociación empezó en un millón de ducados, pero ante las necesidades acuciantes del vendedor, el acuerdo se firmó por 350.000 ducados, o lo que es lo mismo, una tonelada más o menos de plata, al margen de acordarse una nueva línea de demarcación entre los territorios portugueses y españoles¹⁵. A pesar de las cláusulas, el emperador no dudó en estampar su firma en un tratado que incluía, eso sí, una disposición de retro-vendiendo; es decir, que el rey en cualquier momento podría volver a adquirir la isla por el mismo precio que la había vendido sin perjuicios a terceros. Con aquella condición el rey justificaba una venta, ilícita según la teoría del momento¹⁶.

Los intereses comerciales no decayeron. El marqués del Valle – Cortés – seguía interesado en descubrir las Islas de las Especias, así que a la expedición que envió al puerto de Paita – Perú –, para abastecer a Pizarro, le dio instrucciones secretas para que terminada la primera misión fuese a descubrir nuevas tierras. De las dos naves salidas de Nueva España quedaba nada más que una – la otra había regresado – que al mando de Grijalva inició el viaje hacia el Ecuador. Los marineros deseosos de volver a Nueva España, se amotinaron a mitad del viaje matando al capitán y la nave, sin rumbo, quedó destrozada en las Islas de Nueva Guinea donde dos de sus supervivientes fueron recuperados por los portugueses.

Mientras tanto en Castilla, desde 1531, los Fuggers habían hecho circular inquietantes rumores indicando que todavía había superviviente de las antiguas expediciones en las islas de las Especias. La afirmación se vio contrastada con la llegada de los supervivientes de la armada de Loaysa a Castilla en 1536. La monarquía decidió entonces una empresa de búsqueda que debía partir desde los puertos del Perú, o bien desde aquellos de México bajo el control del Marqués del Valle, para no contradecir los términos del tratado que prohibía que los barcos españoles se dirigieran a las especias doblando cualquiera de los dos cabos. Así, en 1542, Ruy López de Villalobos

¹⁴ Las Cortes de Castilla se opusieron a la enajenación de la Especiería, en Valladolid 1523, en las de Toledo 1525 y en las de Madrid en 1528, citado por: Cuesta DOMINGO, «El tratado de Tordesillas y su proyección sobre la especiería». En las Cortes de Aragón, celebradas en Monzón, de 1529 también se opusieron a la venta de la Especiería según señala VALLADARES, *Castilla y Portugal en Asia. Declive imperial y adaptación*, pp. 4-5.

¹⁵ Lo que representa alrededor de 1,2 tonelada de plata según Ernst VAN VEEN, *Decay or Defeat?. An inquiry into the Portuguese decline in Asia. 1580-1645* (Leiden, 2000), nota al pie 11. Sobre esto podemos ver SPATE, *The Spanish Lake*, pp. 94 y ss.

¹⁶ La teoría de que el rey no puede enajenar patrimonio real, algo que se saltaron con cierta frecuencia, como señala Bartolomé YUN CASALILLA, *Marte contra Minerva* (Barcelona, 2004). La justificación la podemos encontrar en, por poner un solo ejemplo, Bartolomé de LAS CASAS, *Regia Potestae o derecho de autodeterminación* (Madrid, 1969).

inició otra expedición hacia el mar del sur que si bien descubrió las Filipinas terminó en el fracaso al no descubrir el tornaviaje.¹⁷

Los ardores seguían sin apagarse, y a México, con el virrey don Luís de Velasco, cruzaron diversos veteranos del Maluco y con ellos diversos grupos que seguían interesados en el descubrimiento de la navegación entre Nueva España y las Islas de la Especiería. La presión fue aumentando con los años, y a pesar de las dudas existente sobre la demarcación de las islas, el rey Felipe II decidió enviar una expedición bajo el mando de Legazpi, quien recibiría el título de Adelantado, y de Urdaneta, al que rey escribió para que se hiciese cargo del oficio de piloto de la armada. Éste último, monje agustino, era uno de los miembros de la expedición de Loaysa que había sobrevivido casi diez años en la zona del Maluco antes de rendirse a los portugueses para retornar a Castilla. La expedición compuesta de dos galeones y dos pataches salió del puerto de Navidad el 20 de noviembre de 1564 llegando el 27 de mayo a la Isla del Cebú. Tras este primer asentamiento, Arellano en el patache San Lucas, desobedeciendo las órdenes, emprendió el viaje de regreso, el tornaviaje, a la Nueva España. A él le siguió en la nao San Pedro, guiada por Urdaneta que había preparado los planos para el regreso. Mientras tanto, los portugueses, enterados de la presencia de los españoles, enviaron una expedición en la que requerían a los españoles que levantaran el campo, dado que las tierras donde estaban asentados pertenecían al rey de Portugal y no al de Castilla¹⁸. Los españoles se negaron a moverse, esperaban órdenes, y confiaban aún más, quizás, en el regreso de Urdaneta desde la Nueva España, quien inauguró una ruta que sería el cordón umbilical de las Filipinas.

La conquista de estas islas suscitó en Castilla un interesante debate, dado que se desconocía, o más bien se decía desconocer, exactamente cuál era la posición de las islas con respecto a la línea de demarcación firmada entre Portugal y Castilla en 1529. El rey consciente de esta situación, y quizás para aplacar su conciencia, ordenó realizar una junta de cosmógrafos que se celebró en 1566 y que dio como resultado una serie de ambiguas respuestas, pues si bien se reconocían los mejores derechos de Castilla, por primera ocupación, no negaban tampoco que las Filipinas caían dentro del empeño firmado por Carlos V y que vetaba la navegación en aquellas aguas para los castellanos, lo que suscitaba un evidente problema.¹⁹ Como señala Juan Gil, «este tenía difícil solución porque si bien en opinión de todos la conquista caía en las cláusulas del empeño del Maluco, lo que ilegitimaba las acciones de Legazpi, al mismo tiempo, también se podía argüir que estas caían dentro de la demarcación española, y que bastaba aplicar la cláusula de retro-vendiendo»²⁰.

¹⁷ GIL, *Mitos y utopías del descubrimiento. El Pacífico*, pp. 40-67.

¹⁸ Alfonso GONZÁLEZ GONZÁLEZ, «Los requerimientos portugueses a Legazpi sobre la pertenencia de Filipinas», en *El tratado de Tordesillas y su proyección*, ed. AA.VV. (Valladolid, 1973). BR, III, Letter to Felipe II. Guido de Lavezaris; Cebu, 156900605.

¹⁹ GIL, *Mitos y utopías del descubrimiento. El Pacífico*, p. 67.

²⁰ GIL, *Mitos y utopías del descubrimiento. El Pacífico*, p. 67.

Sin embargo, ni Felipe II, necesitado de dinero, quería pagar; ni el rey Sebastián iba a renunciar de manera directa a unas islas que le reportaban pingües beneficios, lo que hacía que la partida terminara, por el momento, en tablas²¹. Los castellanos, descubierto el tornaviaje, tras una serie de asentamientos en el Cebú, y luego más tarde en el Panay, lograron establecerse en Manila, donde fundaron una ciudad sobre un asentamiento musulmán.

Las razones que habían impulsado la conquista de las Filipinas eran variadas. Por un lado, la expansión del catolicismo y con él una monarquía de tintes universalista que se veía a sí misma como defensora de la fe, permeada a su vez por un pensamiento milenarista que en Sahagún alcanzó su vertiente más completa, al ofrecer una ley geo-histórica por la cual el cristianismo estaba en continua expansión de este a oeste, donde la evangelización de los indios no era sino un paso más en el peregrinar de la iglesia, pues, la reciente conquista de Filipinas, escribía en 1576, había abierto la puerta para la conversión de la China y el Japón²².

Por el otro, el nada despreciable interés monetario. Oro y especias habían impulsado a los expedicionarios desde el principio. Algunos de los que habían financiado la expedición y otros que habían participado en ellas a lo largo del tiempo buscaban disputar el tráfico de especias a los portugueses. Este aspecto que había estado detrás de los intereses de las expediciones y la propia conquista de Manila. Quizás habría que preguntarse hasta qué punto la elección de Manila fue más consciente que fortuita²³, pues su integración en los circuitos comerciales pre-existentes fue lo que permitió qué tan sólo ocho años después de la llegada a las Filipinas, y dos de la fundación de Manila – 1571 –, atracase en Acapulco el primer barco cargado de sedas, porcelana y especias²⁴. Un floreciente comercio que pronto atrajo los más diversos intereses.

²¹ GIL, *Mitos y utopías del descubrimiento. El Pacífico*, pp. 67-68.

²² John Leddy PHELAN, *El reino Milenario de los franciscanos en el nuevo mundo* (México, 1972). También del mismo autor pero centrándose más en la discusión del sínodo de 1581 podemos ver John Leddy PHELAN, «Some ideological aspects of the conquest of the Philippines», *The Americas* 13 (1957): 221-239. Trata más concretamente la conquista y el desarrollo de la sociedad Filipina en su libro John Leddy PHELAN, *The hispanization of the Philippines. Spanish Aims and Filipino responses. 1565-1700* (Madison-Wisconsin, 1959). Las razones principales de la conquista las podemos ver en p. 7 y siguientes.

²³ BR III, 54, 15690707 Relación de las Islas Filipinas por Legazpi. La importancia de un puerto y el comercio. BR III 73, 15700600, Relato de la toma de Manila y el encuentro anterior con unos comerciantes chinos no deja lugar a dudas. Sobre que los chinos tenían ya noticia y comercio con aquellas zonas podemos verlo en Albert CHAN, «Chinese-Philippine relations in the late sixteenth century and to 1603», *Philippine Studies* 26 (1978): 51-82. y también por último MORGÁ, *Sucesos de las Islas Filipinas*. Notas de Retana a la obra pp. 44-45, notas al pie 32-33. Sobre los primeros tiempos de la colonización de Filipinas, el ya citado Phelan, y también García ÁBASOLO, «La expansión mexicana hacia el Pacífico. La primera colonización de Filipinas», quien se centra sobre todo sobre el comercio.

²⁴ Sobre el galeón de Manila y su historia aún hoy sigue siendo de vital importancia la obra de William Lytle SCHURZ, *The Manila Galleon* (Manila, 1985); Dennis O. FLYNN y Arturo GIRALDEZ, «Born with a "silver Spoon". The origin of world Trade 1571», *Journal of World History* 6 (1995):

En primer lugar, los piratas chinos quienes, perseguidos por el Celeste imperio y recibiendo noticias del floreciente comercio filipino, desembarcaron en Luzón para atacar Manila. Una situación que únicamente pudo ser contrarrestada a través de un acuerdo entre las autoridades chinas y españolas que persiguieron de manera directa al pirata Limahong – en las fuentes españolas – y que supuso el primer contacto y colaboración entre ambos imperios²⁵. Una colaboración que era vista con suspicacia por algunos españoles que, impulsados por su arrogancia y un cierto mesianismo, veían posible la conquista de China, con lo que no dejaron de pedir hombres y avituallamientos para llevarla a cabo²⁶. Una opinión que fue rechazada de plano por las autoridades españolas, tras la desventura de la Armada Invencible²⁷.

En segundo lugar, otras zonas de la fachada pacífica de la Monarquía Católica comenzaron a interesarse por el comercio con Manila. Así, bajo una real cedula de 1579, comenzó el comercio entre ambas zonas y en 1581, llegó la primera expedición que siguiendo la ruta del tornaviaje de Urdaneta, llegaba hasta Acapulco para, sin tomar tierra, seguir su ruta hasta el Callao. Sin embargo, la legalidad de este comercio duró poco.

2. El sudeste asiático y la unión entre las coronas

En 1578, habiendo muerto el rey Sebastián en tierras de África, en pos de su cruzada, el rey católico, Felipe II de Castilla, I de Aragón, reclamó el trono de Portugal como hijo de Isabel de Portugal y Carlos I de Castilla. Frente a él, el Prior do Crato – Ocrato que se rebeló, aunque poco pudo hacer ante la potencia de las tropas desplegadas por el Monarca Católico. La rapidez de la

201-221, han defendido que esta ruta comercial dio inicio al nacimiento del primero comercio global, recogiendo para ello la como siempre certera opinión de Boxer. Además, recientemente se ha defendido que fue el comercio lo que mantuvo unido a Filipinas con México en una hipótesis que creo acertada aunque le falte una demostración más convincente. Katharine BJORK, «The link that kept the Philippines Spanish: Mexican Merchant interest and the Manila trade, 1571-1815», *Journal of World History* 9 (1998): 25-50.

²⁵ Sobre la llegada del Pirata Limahong existen variadas relaciones. Un relato de los hechos los podemos encontrar en MORGA, *Sucesos de las Islas Filipinas*, 28-29. Una reconstrucción ha sido realizada por OLLÉ, *La empresa de China. De la Armada Invencible al Galeón de Manila*. Una descripción se puede ver en BR, IV, 15760607, Carta de Francisco de Sande. La importancia que esta batalla va a tener en Filipinas, que se festeja el día de San Andrés, a lo largo de la estadía hispana ha sido subrayada por Rizal, y más concretamente por Retana. Ambos comentarios en MORGA, *Sucesos de las Islas Filipinas*. Notas de Retana al capítulo I.

²⁶ Para una visión de estos proyectos podemos ver Charles R. BOXER, «Portuguese and Spanish projects for the conquest of southeast Asia», *Journal of Asian history* 3 (1969): 118-136. Igualmente interesante OLLÉ, *La empresa de China. De la Armada Invencible al Galeón de Manila*.

²⁷ José MARTÍNEZ MILLÁN, «La crisis del partido castellano y la transformación de la Monarquía Hispana en el cambio de reinado de Felipe II a Felipe III», *Cuadernos de Historia Moderna* 2 (2003): 11-38; OLLÉ, *La empresa de China. De la Armada Invencible al Galeón de Manila*.

acción, unido al impacto de la muerte del rey Sebastián, las noticias contradictorias que se recibían y la división de las facciones portuguesas: los aristócratas y señores deseosos de ganar prerrogativas iguales a sus contrapartes castellanos, los comerciantes anhelantes por captar nuevas rutas comerciales, y algunos más encandilados por el brillo de la cultura de la Monarquía Católica permitieron la elección de Felipe aún cuando sus derechos al trono era cuanto menos dudosos (siguiendo la línea directamente masculina la heredera era Catalina de Braganza, quien fue sabiamente comprada)²⁸.

Sin embargo, la preferencia de la mayoría de facciones por el monarca castellano no evitó el conflicto con los seguidores del Prior do Crato, el otro de los pretendientes al trono, quien apoyado por diversos grupos, mal organizados, presentó cara a la invasión. Derrotado y huido a Francia, sus seguidores iniciaron su fuga refugiándose en las Azores donde protegidos por los franceses fueron definitivamente derrotados por el Almirante Bazán, en 1583, que conquistó las Azores. A pesar de ello, en algunos ambientes, portugueses tanto en Portugal como fuera del reino permaneció vivo cierto mesianismo «sebastianista» que resucitó en algunos momentos²⁹.

La elección de Felipe como rey de la Corona Portuguesa y la unión de la misma a la dinastía de los Austrias españoles se realizó de acuerdo a derecho. Durante gran parte de la Edad Media y la Edad Moderna seguidores de ambos derechos habían clasificado las diferentes formas de agregación política³⁰. Felipe II, de entre aquellos derechos, prefirió el de herencia y no el de conquista, a pesar de que dado su despliegue de tropas más pareciera, para algunos como Ribadeneira, lo último más que lo primero³¹. El derecho de herencia suponía reconocer a la Corona Portuguesa una serie de privilegios y prerrogativas entre las que se encontraban la elección de naturales para los oficios del reino y el respeto tanto a sus leyes y privilegios como a su propio imperio. En consecuencia la unión de Portugal a la dinastía de los Austrias españoles significaba el mantenimiento de una cierta autonomía política, al tiempo que una dependencia, en política internacional, de los intereses de la dinastía, lo que en principio fue visto con interés por algunos grupos, pues su entrada bajo la esfera de la Monarquía Católica significaba la posibilidad de hacer negocio, de verse defendidas por las escuadras españolas, manteniendo, eso sí, sus privilegios y prerrogativas.

²⁸ Fernando BOUZA ÁLVAREZ, *Portugal en la Monarquía hispánica. 1580-1640. Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal Católico*, II vols., vol. I (Madrid, 1987).

²⁹ Fernando BOUZA ÁLVAREZ, «De las alteraciones de Beja – 1593 – a la revuelta lisboeta de “dos ingleses” 1596: Lucha política en el último Portugal del primer Felipe», *Studia Historica. Historia Moderna*, 17 (1997): 91-120.

³⁰ Maquiavelo no hacía más que seguir esta clasificación a la hora de dar sus consejos al Príncipe. Un uso de esos modelos de agregación en el contexto de la Toscana Medicea puede verse en Luca MANNORI, *Il sovrano Tutore. Pluralismo insitucionale e accentramento amministrativo nel principato dei medici* (Milano, 1994).

³¹ Los jesuitas fueron ciertamente críticos con esta invasión, aunque a instancias de Acquaviva se mantuvieron al margen.

Una unión de este carácter suponía rechazar de plano las propuestas del Consejo de Indias de abandonar Filipinas o permutarlas por el Brasil luso³². La intención del consejo era separar en dos zonas la influencia de ambas coronas; mientras para Castilla quedaba el mundo atlántico, para Portugal quedaba el sudeste asiático. Éstas como otras propuestas, que se repitieron más adelante, no dejaban de ser una quimera³³. En primer lugar los castellanos no iban a renunciar a la especiería y, en segundo lugar, que debiera contar por primero, en las Cortes de Tomar – 1581 – se especificaba que el reino debía mantener su integridad territorial, a la vez debía de mantenerse separada la zona de influencia de los dos reinos. Esto fue más o menos lo que sucedió, pues, durante la estancia del rey Felipe en Portugal se prohibió el comercio tanto entre Malaca y Manila, como entre Manila y el Perú, estableciéndose como única ruta aquella que conectaba Acapulco con Manila y viceversa.

Las razones de esta prohibición descansaban en las quejas de los portugueses, de los mercaderes sevillanos, a los que el incipiente comercio de Manila mermaba sus ingresos, al salir la plata destinada a las compras españolas hacia el aspirador que suponía el comercio chino³⁴, y por último, y no menos importante, «los mercaderes e vecinos de la Nueva España que no querían que estas islas no tuviesen contratación sino con ellas y comprar como hasta aquí han hecho las mercaderías de la china para su provecho y para enviarlas después a vender al Perú»³⁵. Aún así, el comercio entre Manila y las colonias portuguesas siguió³⁶. Sin embargo, no parece que sucediera lo

³² John M. HEADLEY, «Spain's Asia presence, 1565-1590: Structures and Aspirations», *The Hispanic American Historical Review* 75 (1995): 623-646.

³³ Señala otra propuesta de este tipo hacia 1609 VALLADARES, *Castilla y Portugal en Asia. Declive imperial y adaptación*.

³⁴ FLYNN y GIRALDEZ, «Born with a "silver Spoon". The origin of world Trade 1571», Dennis O. FLYNN y Arturo GIRALDEZ, «Cycles of Silver: Global Economic Unity through the Mid-Eighteenth Century», *Journal of World History* 13 (2002): 392-427.

³⁵ AGI, Filipinas, 27, 14, 15820622. Relación sobre la residencia hecha a don Gonzalo Ronquillo. «Hallo que toda la Nueva España estaba indignada con don Gonzalo Ronquillo por haber enviado naos al Perú y alguna artillería para la defensa de aquella costa porque los mercaderes e vecinos de la Nueva España no quería que estas islas no tuviesen contratación sino con ellas y comprar como hasta aquí ha hecho las mercaderías de la china para su provecho y para enviarlas después a vender al Perú y que no se puede vivir en esta tierra sino por su mano y en esta contratación no me atrevía de aceptar sino la persona del virrey... que como son todos interesados y se les quita la ganancia del Perú por revocarla a esta tierra esta agraviados por sus particulares intereses y sin ninguna causa bastan razonable anteponiendo su particular al servicio de Vm y al bien de esta república y al del Perú. Y por declararme más digo cual algunos oidores de Vm de la audiencia de México son interesados en ellos y que allane las contrataciones que se sospecha que tienen por interpósitas personas hay algunas partidas públicamente registradas y aunque el castigo que merece quien depone ante Vm contra sus oidores sino es verdad muy probada quise avisarlo a Vm porque es cierto y verdadero y que se entienda que no pretendo ignoración de la culpa que tuviera escribiendo relación falsa».

³⁶ Sobre el comercio entre Malaca y Manila podemos ver Charles R. BOXER, «A note on the triangular trade between Macao, Manila, and Nagasaki, 1580-1640», *Terrae Incognitae* (1985):

mismo con el comercio directo con el Perú, aunque hubo serias tentativas de contrabando como muestra el intento, en 1591, del virrey Cañete, quien indicando las necesidades que tenía el reino peruano se decidió a enviar una nave, que estaba financiada en parte por él mismo, hacia Manila, lo que obligó a Felipe, como rey de Portugal, a intervenir ordenando a los portugueses que capturaran la nave, lo que se tradujo a su vez en la republicación de las órdenes restrictivas del comercio³⁷, que se volvieron a repetir en 1607 y 1611, lo que parece hablarnos de ciertas redes de contrabando que están todavía por estudiar para el mar del Sur³⁸.

Con la unión de las dos coronas, la relación entre lusos y castellanos fue de la amistad al conflicto, con intensidades intermedias. Esto era el resultado quizás de dos visiones diferentes, frente al modelo de factorías – centro de re-distribución y comercio – se oponía un modelo de conquista que los hispanos habían desarrollado con éxito en América primero y con, más o menos, éxito en Filipinas después, lo que les llevó en la década de las ochenta a sostener, amparados en ese ideal mesiánico franciscano, la posibilidad de continuar la conquista de China, Japón o incluso Camboya. Proyectos que se desvanecieron a fines de la década de los ochenta³⁹.

Mientras tanto, en 1581, tras la reciente unión, los portugueses pidieron ayuda para una jornada en Ternate, que encargada al sobrino del gobernador, por encima de otros capitanes con experiencia, acabó fracasando, aunque volvió a Filipinas cargada de clavo, unos 150 quintales, lo que pudo despertar la primera codicia de los españoles. Tras esta primera acción, las relaciones fueron empeorando. En 1586 los españoles fueron expulsados de Malaca, lo que suscitó tensiones entre ellos. Mientras tanto, diversas críticas sobre el tipo de gobierno de los portugueses en Asia eran proferidas por el gobernador de las Filipinas, Gómez Pérez de las Mariñas, a quien la prohi-

51-59. Algunos datos más de James C. BOYAJIAN, *The Portuguese trade in Asia under Habsburgs 1580-1640* (Baltimore, 1993), pp. 77-78. Marcando la relación existente entre algunos comerciantes y militares españoles, en especial, entre el sargento Juan Suarez Gallinato y Diego Fernández Vitoria. – Diogo Fernandes – El primero estaba ligado a la mayoría de intervenciones militares desde Camboya hasta Ternate, el segundo era el nexo común de una red de comercio de carácter global, lo que, en resumen, nos abre un interesante tema que no es el centro de este artículo.

³⁷ BR, XII, 47, 56, 62.

³⁸ Woodrow BORAH, *Early colonial trade and navigation between Mexico and Peru* (Berkeley and Los Angeles, 1954). Señala William Lytle SCHURZ, «Mexico, Peru and the Manila Galeon», *The Hispanic American Historical Review*, 1 (1918): 389-402, 394-397, la continuidad de los intentos en esta vía comercial. De igual manera lo plantea Alvaro JARA HANTKE, «Las conexiones e intercambios americanos con el Oriente en el marco imperial español», en *La comunidad del Pacífico en perspectiva*, ed. Fernando Orrego Vicuña (Santiago de Chile, 1979): 35-67. Para el siglo XVI contamos con la tesis de Fernando IWASAKI CAUTI, *Extremo oriente y el Perú en el siglo XVI* (Lima, 2005).

³⁹ Martínez MILLÁN, «La crisis del partido castellano y la transformación de la Monarquía Hispana en el cambio de reinado de Felipe II a Felipe III», en OLLÉ, *La empresa de China. De la Armada Invencible al Galeón de Manila*.

bición de las autoridades chinas de comerciar con pólvora le había dejado casi sin provisión, lo que le llevó a buscarlas en las colonias portuguesas, que se negaban a vendérsela porque posiblemente se encontraban en la misma situación⁴⁰. Cuestión que no fue recibida de muy buenas maneras por los españoles, que temían una posible invasión japonesa y veían esto como una afrenta⁴¹, lo que no dejó de aumentar la inquina en las relaciones, que fueron en aumento cuando en 1593 los españoles organizaron una expedición para tomar Ternate, que acabó en fracaso⁴². Años más tarde, en 1596, los portugueses expulsaron a los castellanos de las costas de China donde se habían instalado⁴³.

Ahora bien, la dependencia de la política dinástica de los Austrias también tuvo sus contrapartidas. Resultaron ventajosas las posibilidades abiertas para los comerciantes que se extendieron por los mares reforzando sus lazos por las propias necesidades de mantener un comercio que podríamos llamar global. Sin embargo, esa misma posición se cifraba en las relaciones que estas redes de comerciantes tenían antes a unión de ambos reinos, y que se basaban, en gran parte, en su capacidad de actuar como centros redistribuidores entre las diferentes partes del Atlántico y el Pacífico o incluso el Índico con los centros consumidores en Europa.

Esta posición se basaba en la posición de predominio de la Monarquía Católica y en sus actuaciones políticas. En la década de los ochenta, la dinastía de los Austrias españoles, tras haber superado la guerra de las Alpujarras y vencido en Lepanto, estaba dejando de prestar una atención prioritaria a los frentes mediterráneos para volver a mirar al mundo del septentrión: el conflicto con las Provincias Unidas. Estas, siguiendo una vieja tradición, se habían revuelto contra su señor natural ante lo que consideraban una injerencia en sus privilegios. Sin embargo, pronto adquirió otro cariz, en gran parte por el conflicto religioso que subyacía en la revuelta, y en parte por el pronto desarrollo de un republicanismo cívico que impregnó la sociedad⁴⁴.

El caso es que parte de las provincias, repudiando a Felipe, se habían configurado como una república. Esto suponía un atentado a los derechos

⁴⁰ Sobre las peticiones de Pérez de las Mariñas de cambiar el sistema institucional portugués e imponer en vez de un capitán mayor un capitán general por tres años podemos ver George Bryan SOUZA, *The survival of empire. Portuguese trade and society in China and the south of China sea 1630-1640* (Cambridge, 1986), pp. 20-21 y 65-75. Las peticiones de Pérez de las Mariñas estaban basadas en su propia experiencia dado que durante su anterior puesto como corregidor del reino de Murcia había ejercido el oficio de capitán mayor por minoría de edad del poseedor del oficio: el Marqués de los Vélez.

⁴¹ AGI, Filipinas, 18B,R.2,N.6 15920531

⁴² MORGÁ, *Sucesos de las Islas Filipinas*, pp. 86-87.

⁴³ Sobre la acción de Camboya se puede ver un resumen en Charles R. BOXER, «The Spaniards in Cambodia. 1559-1599», *History Today*, 21 (1971): 280-287. Sobre los conflictos entre castellanos y portugueses, Charles R. BOXER, «The Portuguese and Spanish rivalry in the far east during XVIIth century», *Journal of Royal Asiatic Society*, 3 (1946): 150-164.

⁴⁴ Martin VAN GELDEREN, *The political thought of Dutch revolt* (Cambridge, 1992).

de la dinastía, amén de representar una alteración del *status quo*. Felipe II, haciendo uso de tropas provenientes de sus diversos territorios, inició la guerra contra los holandeses para recuperar sus territorios y reducir a los rebeldes a su obediencia. La guerra, sin embargo, se enquistó. Las innovaciones de la traza italiana, las reformas militares, el difícil paisaje de canales y el apoyo dado a la república holandesa por las naciones protestantes y especialmente la Monarquía Inglesa, amén de su propia posición como eslabón entre el comercio báltico y el del sur de Europa, le permitió mantener sus posiciones.

La Monarquía Católica consciente del significado del comercio tanto para la naciente república holandesa como para su compañera la Monarquía Inglesa decidió cercenarlo. Para ello estableció toda una serie de embargos comerciales a los barcos holandeses e ingleses tanto en Castilla como en Portugal. Esta política tenía como finalidad estrangular ambos comercios con la intención de acabar con sus fuentes de suministros y con ello con la resistencia de la república holandesa. Sin embargo, esta estrategia tuvo efectos no previstos.

Hasta entonces el tráfico de la pimienta y las especies recorría dos rutas, la primera terrestre con sede en Venecia, que dependía de un largo cúmulo de factores, la segunda, en cambio, seguía la misma ruta que conectaba la península ibérica y su sal con el grano báltico. El cierre de puertos decretado por la dinastía de los Austrias españoles suponía el fin de esta última ruta afectando tanto a los comerciantes portugueses, como a holandeses e ingleses que, si querían mantener su preponderancia en dichas rutas, deberían encontrar nuevas fuentes de aprovisionamiento⁴⁵.

Además, con el cierre de puertos de la Monarquía «Ibérica», los márgenes de riesgo del contrabando crecieron reduciéndose, a su vez, los de las expediciones, en parte porque la caída de Amberes en 1585 había provocado una emigración hacia las provincias rebeldes de un sinnúmero de personas entre las que se encontraban mercaderes con conocimientos y la posibilidad de establecer contactos con otros continentes⁴⁶. Esto tuvo como corolario un aumento de tensión en las zonas productoras de especias y sal, al tiempo que se financiaban las primeras expediciones pirático-exploratorias.

De ese modo, durante los años finales del siglo XVI y principio del siglo XVII, tanto la Monarquía Inglesa como las Provincias Unidas desarrollaron importantes intereses en el sudeste asiático que culminaron con la crea-

⁴⁵ Robert BRENNER, *Merchants and revolution. Commercial change, political conflict, and London overseas traders, 1550-1653* (London, 2003); Ernst VAN VEEN, «VOC strategies in the Far East (1605-1640)», *Bulletin Portuguese/Japanese Studies* 3 (2001): 85-105. [Consultado 28 de marzo del 2008] <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/361/36100306.pdf>

⁴⁶ Peter C. Emmer, «The first Global war: The Dutch versus Iberian in Asia, Africa and the new world 1590-1609», *e-journal of Portuguese History* 1 (2003), p. 2. [Consultado 28 de marzo del 2008] http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue1/pdf/emmer.pdf. También en Charles R. BOXER, *The Dutch seaborne empire*, 1965 ed. (London, 1977): 18-19.

ción de las compañías de las Indias Orientales. La primera en crearse fue la inglesa, en 1599, y más tarde la holandesa. Parece que, en ambos casos, la razón esgrimida para su formación fue que podían ser un buen instrumento para obligar a la Monarquía Católica a aumentar los gastos en la defensa de las Indias Orientales y Occidentales. Entre las razones más profundas estaba la necesidad de superar los embargos puestos en práctica por la Monarquía Católica⁴⁷. De ese modo, las compañías gozaban de entera libertad, y en el caso de la compañía de las Indias Orientales holandesa su carta de fundación establecía que sería la única compañía con derecho a mercadear con las Indias Orientales. Al mismo tiempo se concedía a ésta el privilegio de erigir fortificaciones, mantener un ejército, firmar tratados y nombrar gobernadores⁴⁸.

A pesar de los privilegios de monopolio concedidos a la compañía holandesa, en los primeros años de su existencia no pudo lograr un rendimiento acorde con el que habían obtenido en los viajes anteriores a su fundación, por lo que para compensar las pérdidas ésta tuvo que recurrir a la piratería y a la guerra⁴⁹. Sin embargo, tanto algunos de los participantes en la VOC como algunos de sus propios dirigentes no veían con buenos ojos esta iniciativa. Hubieran preferido continuar la política defensiva que había sido común a las compañías precursoras de la VOC⁵⁰. Las razones de este cambio de política están ligadas a la situación internacional. En febrero de 1603 la Monarquía Católica al mismo tiempo que iniciaba la negociación con los ingleses, a los que había dado libre para comerciar con los puertos españoles, publicaba una instrucción en febrero que imponía un arancel – dacio – del treinta por ciento que afectaba principalmente a los comerciantes neerlandeses. Mientras tanto ordenaba a Baltasar de Zuñiga romper cualquier acercamiento o conversación de paz con las Provincias Unidas para, al año siguiente volver a publicar un edicto de embargo contra los neerlandeses⁵¹.

La respuesta a esta política por parte de los Estados Generales fue la de presionar a los dirigentes de la VOC para que cambiaran de táctica y comenzaran a aplicar una política de guerra en el sudeste asiático. La aplicación

⁴⁷ BRENNER, *Merchants and revolution. Commercial change, political conflict, and London overseas traders, 1550-1653*.

⁴⁸ Sobre la formación de la compañía resultan interesante el trabajo de Femme S. GAASTRA, *The Dutch East Indian Company. Expansion and decline* (Leiden, 2003), pp. 13-23. Sobre su funcionamiento y organización pp. 149-163. BOXER, *The Dutch seaborne empire*, pp. 22-25.

⁴⁹ BOYAJIAN, *The Portuguese trade in Asia under Habsburgs 1580-1640*, pp. 112-116, especialmente 112-113; VAN VEEN, «VOC strategies in the Far East (1605-1640)», pp. 86-90.

⁵⁰ VAN VEEN, «VOC strategies in the Far East (1605-1640)», pp. 86-87.

⁵¹ Paul C. ALLEN, *Felipe III y la pax hispánica. 1598-1621* (Madrid, 2001); Miguel Ángel ECHEVARRIA BACIGALUPE, «Un episodio en la guerra económica hispano-holandesa: El decreto Gauna 1603», *Hispania* 46 (1986): 57-98; Juan ELOY GELABERT, «Guerra y coyuntura fiscal el embargo general de 1598», en *IX Congreso Internacional de la Asociación Española de Historia Económica* (Murcia, 2008). [Consultado 28 de marzo 2008] <http://www.um.es/ixcongresoaehe/pdfB2/Guerra%20y%20coyuntura.pdf>.

de esta política suponía un doble frente de críticas. Por un lado las terceras partes que se podían ver involucradas en estos actos de piratería, que no dejaron de quejarse; por el otro, los propios participantes de la compañía de las Indias Orientales quienes se vieron obligados a sufragar un aumento de los costes por la política de guerra, que tuvo como efecto la toma de Amboino, Ternate y Tidore. Sin embargo, esta acción se tradujo en una reducción de los rendimientos, lo que obligó a la VOC a depender cada vez más de los subsidios de los Estados Generales.

Mientras esto sucedía en Europa, en el estrecho de Singapur, el 25 de febrero de 1603, el capitán, luego almirante, Van Hemmskerck tomaba un barco portugués, el Santa Caterina. La captura levantó un amplio recelo entre las diversas potencias europeas, así como entre los mercaderes con cargos en aquella nave. Sin embargo a su llegada a Holanda el capitán y la nave fueron recibidas con albricias, aunque a su capitán se le abrió una investigación de la que salió absuelto, porque aquel acto casaba perfectamente con los nuevos aires de guerra que los Estados Generales querían dar a la Compañía de las Indias Orientales.

Ante el incremento de los ataques en el sudeste asiático no es extraño que el rey decidiera endurecer los embargos, esperando que la tregua negociada y firmada con los británicos favoreciera a sus barcos como intermediarios del comercio, al tiempo que enviaba una serie de expediciones para reforzar su posición. La primera de éstas fue al sudeste asiático que estaba siendo atacado por los holandeses, para recuperar Ternate – Islas Molucas – que, entre tanto, conjuntamente con Tidore y Amboino, habían caído en manos de la Compañía de las Indias Orientales, en 1605⁵². Para ello el rey ordenó una leva de quinientos hombres en Castilla y otra de quinientos en México. La intención de la orden era que al menos 800 hombres llegaran a Filipinas para participar en la jornada de Ternate. La aproximación numérica dictada por el rey no andó muy lejana de la realidad y en 1605 se embarcaron en Acapulco, con dirección a Filipinas, 850 hombres, que bajo el gobierno de don Pedro de Acuña – gobernador de las Filipinas – tomaron Ternate y Tidore en abril de 1606. Mientras, en aquel mismo puerto, se embarcaban con dirección al Callao – Perú – trescientos hombres de una leva con destino a Chile ordenada hacer por el virrey de México. A tenor de los datos de que disponemos parece que el virrey mexicano había recibido de su homónimo peruano una carta presentándole las necesidades acuciantes de hombres en el frente chileno ante la tardanza del socorro enviado desde Castilla.

⁵² De la obra de Argensola hemos manejado dos ediciones; la edición conservada en la Biblioteca Nacional, la segunda es una edición reciente de la obra Bartolomé LEONARDO ARGENSOLA, *Conquista de las Islas Malucas* (Madrid, 1997), de la que por utilidad y comodidad proceden las citas en especial el libro séptimo e octavo. Una interesante puesta sobre estos temas en BOXER, «The Portuguese and Spanish rivalry in the far east during XVIIth century», pp. 153-154.

La segunda de estas expediciones fue a la fachada Atlántica, las salinas de Punta Araya, que venían siendo un quebradero de cabeza para la monarquía desde que el embargo general repetido después en 1598 y en 1604, dejara a los holandeses sin la sal portuguesa de Setúbal⁵³. Esto obligó a los holandeses a buscar nuevas fuentes de aprovisionamiento con la intención de evitar fluctuaciones en el mercado de una materia prima indispensable, no sólo en la conservación del pescado, sino también para algunos alimentos clave: el queso y la mantequilla⁵⁴. Desde entonces el tráfico en las salinas de punta Araya, una de las mayores salinas naturales del mundo, fue aumentando. La llegada de los barcos holandeses distorsionaba el comercio en el Caribe, o así lo indicaban los diversos gobernadores⁵⁵. La monarquía se puso pronto manos a la obra y fue, entonces, cuando surgieron diversos pareceres sobre re-crear una armada de Barlovento⁵⁶. Además en 1604 se envió a Juan Bautista Antonelli para que decidiera cuál era la mejor manera para su defensa⁵⁷. Su dictamen vino a coincidir con aquel que había dado años antes el gobernador de la Margarita, don Pedro Fajardo: inundar las zonas adyacentes⁵⁸.

En ambos casos la política de la monarquía intentaba cerrar espacios a la República Holandesa con la aparente intención de mejorar su posición con vistas a una negociación. Esto era debido en parte a la propia situación interna castellana. Durante las últimas Cortes de Felipe II había cuajado una cierta oposición a la política belicista de su señor y sobre todo al peso que las guerras de Francia y Flandes representaban para el erario castellano que se veía totalmente agotado. La oposición de las Cortes obligó al viejo rey a renunciar, por una parte, a sus intenciones de continuar la guerra en Francia

⁵³ Engel SLUITER, «Dutch-Spanish rivalry in the Caribbean area, 1594-1609», *The Hispanic American Historical Review* 28 (1948): 165-196; Engel SLUITER, «Dutch maritime power and the colonial status quo 1585-1641», *The Pacific Historical Review* 11 (1942): 29-41.

⁵⁴ Manuel Herrero Sánchez ha señalado que los holandeses tenían otros centros de aprovisionamiento en la Bretaña francesa, aunque su sal no era tan apreciada como la Ibérica, de mayor calidad: por su uniformidad; blancura; grosor y, por último y no menos importante, mucho más barata, a pesar de los costes de transporte, que la francesa, que alcanzaba precios exorbitantes en Ámsterdam por las gabelas que la tasaban. Manuel HERRERO SÁNCHEZ, *El acercamiento Hispanoneerlandés. 1648-1678* (Madrid, 2002); Manuel HERRERO SÁNCHEZ, «La explotación de las salinas de Punta Araya. Un factor conflictivo en el proceso de acercamiento hispano-neerlandés. 1648-1678», *Cuadernos de Historia Moderna* 14 (1993): 173-194; SLUITER, «Dutch-Spanish rivalry in the Caribbean area, 1594-1609», pp. 170 ss.

⁵⁵ SLUITER, «Dutch-Spanish rivalry in the Caribbean area, 1594-1609», pp. 170 ss.

⁵⁶ AGI, Indiferente General, 1867 1603011, Información sobre lo que sucede en las Salinas de Punta Araya. Idem. 16030223, Billeto del Duque de Lerma donde ordena controlar la zona de las Salinas de Punta Araya.

⁵⁷ AGI, Indiferente General, 1867 16040714, Las Salinas de Punta Araya. AGI, Indiferente General, 1867, 16041123, Mandamiento a Juan Bautista Antoneli para que vayan a reconocer las Salinas de Punta Araya.

⁵⁸ AGI, Indiferente General, 1867, 16041123, Mandamiento a Juan Bautista Antoneli para que vayan a reconocer las Salinas de Punta Araya.

y, por la otra, a nombrar como heredero de los Países Bajos al Archiduque Alberto y a su hija la Infanta Isabel Clara Eugenia⁵⁹.

La cesión por parte de Felipe II levantó recelos entre los holandeses que encomendaron a Grocio, quien continuaba su labor como asesor de la compañía y los Estados generales, la escritura de un parecer contrario a dicha cesión⁶⁰. No sería el único. A lo largo de 1607, en previsión de las negociaciones de paz, los dirigentes de la VOC estimaron conveniente presentar a los Estados Generales una petición con la que esperaban salvar los avances que la compañía había hecho en el sudeste asiático. Como antes hicieran, comisionaron a Grocio la escritura de un memorial que estuvo sometido a lo largo de su redacción a una fluente relación entre los dirigentes de la VOC, en especial con Mattelieff que, regresado del sudeste asiático, fue uno de los primeros consejeros en pensar en términos de construcción imperial⁶¹, y el propio escritor, quien dio por terminada su obra a principios de enero de 1608. En aquel memorial Grocio presentaba como uno de los principales puntos que no deberían ser negociables la retirada de las Indias Orientales, y ello por diversas razones. La primera porque la compañía aseguraba el sustento a innumerables personas en las Provincias Unidas; la segunda porque había mostrado y aumentado el prestigio de las mismas; y la tercera porque sería un deshonor abandonar a los príncipes y aliados asiáticos, máxime cuando algunos de ellos se habían levantado contra los portugueses. Además, continuaba exponiendo, el tráfico con las Indias Orientales era una cuestión de derecho natural y regulado por el de gentes desde el mismo momento en que los príncipes de aquellas zonas eran «soberanos» y por tanto no sujetos a la Corona Portuguesa. Tras este inicio Grocio pasaba a exponer cuáles eran los tres escenarios posibles en una paz con la Monarquía Católica. El primero de ellos era el reconocimiento por parte de ésta de la posibilidad de comerciar con el sudeste asiático; el segundo contemplaba la posibilidad de una retirada por parte de las Provincias Unidas del mundo asiático; y el tercero se resumía en paz en Europa y guerra más allá del trópico o, lo que venía a ser lo mismo, en el sudeste asiático⁶².

Las ideas sobre la libertad de los mares y el derecho a comerciar con los príncipes asiáticos que reflejaba este memorando fueron recogidas en parte por el abogado de los Estados Generales Oldenbarnavelt, quien se refirió a

⁵⁹ El tema de las últimas Cortes ha sido tratado en Irving Anthony Alexander THOMPSON, «Oposición política y juicio de gobierno en las Cortes de 1592-1598», *Studia Historica, Historia Moderna* (1997).

⁶⁰ Sobre el papel de Grocio hemos seguido si no se indica lo contrario a Martine Julia VAN ITTERSUM, *Profit and principle. Hugo Grotius, natural rights theories and the rise of Dutch power in the East Indies. 1595-1615* (Leiden, 2006). Léase con atención las páginas 183-356.

⁶¹ GAASTRA, *The Dutch East Indian Company. Expansion and decline*, pp. 39-40 nota al pie 3 y 4.

⁶² VAN ITTERSUM, *Profit and principle. Hugo Grotius, natural rights theories and the rise of Dutch power in the East Indies. 1595-1615*, pp. 194-266. En especial: 217-266.

ella en sus discursos durante la negociación ante los enviados de los archiducos, casi al mismo tiempo en que se daban nuevas alas, en la primavera de aquel mismo año de 1608, a la posible constitución de una Compañía de las Indias Occidentales (WIC), lo que tenía como corolario un aumento de la tensión en la negociación entre la Monarquía Católica y las Provincias Unidas. Las palabras de Oldenbarnevelt, su defensa del comercio y de la posición de las Provincias Unidas no cayeron en saco roto. La petición de las Provincias Unidas y su formulación, la posibilidad de comerciar con los príncipes asiáticos, no podían dejar de interesar a dos de sus máximos apoyos en la negociación, las monarquías inglesa y francesa. La primera porque tenía también, al igual que las Provincias Unidas, importantes intereses en el sudeste asiático (en 1600 la reina Isabel había fundado la EIC) y un acuerdo de este tipo con la Monarquía Católica señalaba un principio que podía ser esgrimido en próximas negociaciones. No en vano, en la negociación del tratado entre la Monarquía Católica y la Monarquía Inglesa en 1604, no se habían nombrado las Indias aunque se daba por supuesto que los barcos ingleses podrían navegar bajo su cuenta y riesgo más allá del trópico, al margen de que el propio tratado de comercio les reconocía por otra parte la posibilidad de continuar comerciando con puertos con los que ya hubieran tenido comercio, además del derecho de aguada en puertos españoles⁶³.

Por otra parte, la Monarquía Francesa no podía dejar de mirar con cierto agrado tanto esta petición como la posibilidad de que se firmase este acuerdo entre las Provincias Unidas y la Monarquía Católica, ya que ella misma en 1606 había intentado crear su propia compañía de las Indias Orientales, proyecto que, sin embargo, y por presiones no sólo holandesas, acabaría en el fracaso. El panorama internacional era hasta cierto punto esperanzador para una negociación de este tipo. La retirada o no de las Indias Orientales había pasado de ser una cuestión entre partes a ser una causa que atañía a todos⁶⁴.

Las Provincias Unidas no le andaban a la zaga a la Monarquía Católica en división de fuerzas y opiniones. Los estados más ligados al comercio como eran Zelanda y Holanda parecían reacios a una paz. La primera era la más cercana al partido de la guerra liderado por el Estatúder – Stadtholder – Maurits. Este partido de la guerra había calentado el ambiente de las Provincias con una serie de panfletos que se oponían directamente a la paz o la tregua con la Monarquía Católica. Sin embargo aquel partido no podía alejarse de la situación internacional que se balanceaba claramente hacia la tregua. Francia estaba en pleno proceso de reconstrucción tras casi cuarenta años de intermitentes guerras civiles y no quería seguir subvencionando la

⁶³ Un recorrido general en ALLEN, *Felipe III y la pax hispánica. 1598-1621*.

⁶⁴ VAN ITTERSUM, *Profit and principle. Hugo Grotius, natural rights theories and the rise of Dutch power in the East Indies. 1595-1615*. Un resumen de esta situación puede encontrarse en GELABERT, «Guerra y coyuntura fiscal el embargo general de 1598».

guerra. Sin aquellos subsidios, y sin el apoyo claro de Enrique IV al partido de la guerra, se le hacía difícil continuarla. Sin embargo, y en medio de estas procelosas aguas, el papel del abogado de los Estados Generales fue cuanto menos providencial, al emplear las divisiones para reforzar la posición de las Provincias Unidas en la negociación, pues dejó abrir la discusión sobre la formalización de la compañía de las Indias Occidentales. Esto levantó el recelo de los negociadores hispanos, que, según Israel, parece que llegaron a algún tipo de acuerdo por el que Oldenbarnevelt se comprometía a paralizar mientras durase la tregua la compañía de las Indias Occidentales, por otra parte inviable según su punto de vista sin el monopolio de la sal. La renuncia a esa conformación, a pesar de las críticas de Usselinckx, suponía para los negociadores hispanos una victoria pírrica⁶⁵.

Si el acuerdo pretendía ser efectivo tenía que reconocer los intereses de ambas potencias. Por parte castellana éstos pasaban por no mencionar las Indias Occidentales y prohibir el comercio con éstas; y por el lado de las Provincias Unidas implicaban dejar abierta la posibilidad de negociar con las Indias Orientales. La solución adoptada fue la plasmada en la cláusula cuarta del tratado de tregua entre la Monarquía Católica, los Estados Generales de los Países Bajos y las Provincias Unidas⁶⁶.

Como podemos ver a tenor de lo firmado, la Compañía de las Indias Orientales podía seguir manteniendo su relación con los príncipes del sudeste asiático, pero no podía acercarse por ninguna razón a las Indias Occidentales dado que éstas eran parte de la corona castellana, por justo título de conquista, algo que Grocio no discute. Señala Brightwell que este acuerdo era cuanto menos ambiguo dado que se prestaba a distintas lecturas según los intereses de cada una de las partes⁶⁷. Así, por ejemplo, permitía a los

⁶⁵ Sobre todo esto resulta útil, Jonathan ISRAEL, *The Dutch Republic. Its rise, greatness and fall. 1477-1806* (Oxford, 1995); Jonathan ISRAEL, *La República holandesa y el mundo hispánico, 1606-1661* (Madrid, 1997); Jan DEN TEXT, *Oldenbarnevelt*, II vols., vol. I (Cambridge, 1973).

⁶⁶ Joseph Antonio de ABREU Y BERTODANO, *Colección de tratados de paz, Alianza, tregua, neutralidad, comercio &c. de España, hechos en el reinado del Católico monarca don Felipe III. I parte* (Madrid, 1740), pp. 458-494. La cláusula cuarta del tratado decía así «*Los Vasallos, y habitantes en los países de dichos señores rey, archiduques, y estados, tendrán entre sí toda buena correspondencia, y amistad durante la dicha tregua, sin resentirse de las ofensas y daños que hubieren recibido anteriormente: podrán también frecuentar y estar en los países uno del otro, y ejercer en ellos su trato y su comercio, con toda seguridad, así por mar, y otras aguas, como por Tierra. Lo que no obstante el dicho señor rey entiende restringirse, y limitarse a los reinos, países, tierras, y señoríos que tiene, y posee en Europa y otros lugares, y mares, donde los vasallos de los otros reyes, y príncipes, que son sus amigos, y aliados, tienen libre el dicho trato: y por lo que mira a los Lugares, ciudades, puertos, y surgideros, que tienen fuera de los sobredichos límites, que los dichos señores estados, y sus vasallos no puedan allí ejercer trato alguno sin licencia expresa del dicho señor rey; si bien podrán hacer el dicho trato, si les pareciere conveniente, en los países de cualesquiera otros príncipes, potentados y pueblos que se lo quieran permitir, aun fuera de los dichos límites sin que el dicho rey, sus oficiales, y vasallos y dependientes suyos ponga con este motivo de embarazo alguno a dichos príncipes, potentados y pueblos, que se lo permitieren, ni tampoco a ellos o los particulares, con quienes hubieran hecho, o hicieren dicho trato.*»

⁶⁷ Peter BRIGHTWELL, «The Spanish System and the twelve Year's Truce», *The English Historical Review* 89 (1974): 270-292.

negociadores hispanos poner sobre la mesa tanto la donación papal como el derecho de primera posesión para justificarse en caso de conflicto; no en vano todas las justificaciones de posesión comenzaban con esos títulos.

Sin embargo, también hemos de tener en cuenta que la mayoría de los letrados hispanos versados en los dos derechos tenían cierta familiaridad con la discusión subsiguiente a la conquista de las Indias, donde algunos pensadores habían rechazado alguno de estos títulos, y por consiguiente con la posición formalizada por la segunda escolástica, que había sido empleada con fruición por Grocio para elaborar sus teorías⁶⁸, donde se reconocía la capacidad de «soberanía» de los pueblos indígenas⁶⁹, aunque estos tuvieran que ser vistos, no como sujetos a la totalidad de los derechos (i.e. adultos), sino como rústicos a los que se debía dar tutela⁷⁰. Un discurso había servido como base para la construcción del entramado colonial español basado en la doctrinas de las dos repúblicas: la de indios y la de españoles. La cuestión, por tanto, es que ambos contendientes reconocían esta posibilidad como sujeta a derecho como medio de regular una tregua que preveía, a su vez, a través de la cláusula quinta del tratado, un retardo de un año en su aplicación, ante las distancias que se debían cubrir, en el sudeste asiático, por lo que no entraría en vigor hasta el 9 de abril de 1610.

Este periodo y el inmediatamente anterior sirvieron a ambos contendientes para reforzar sus posiciones en el sudeste asiático. La VOC envió contra-órdenes a la flota que había salido de los puertos de las Provincias Unidas en 1607. La primera misión de esta flota era bloquear el comercio del sudeste asiático. Las nuevas órdenes se resumían en consolidar los pactos con los príncipes asiáticos, y, con su permiso, construir fortalezas con las que reforzar su posición⁷¹. Al mismo tiempo la VOC comisionó, una vez más, a Grocio la publicación de una pequeña parte de su tratado, *Mare Liberum*, que no vio la luz hasta que ya se había firmado la paz con la Monarquía Católica, a fines del mes de abril de 1609. En aquel escrito se reelaboraba el capítulo doce del *De Jure Praedera*, sintetizando alguna de sus conclusiones, en el capítulo que cerraba la obra, al que acompañaban dos cartas del rey «portugués» para demostrar la «maldad» de los reyes españoles, cuyo título es en suma ilustrativo: que las Provincias Unidas tienen derecho a comerciar

⁶⁸ Peter BORSCHBERG, «Hugo Grotius' Theory of transoceanic Trade regulation», *Itinerario* 29 (2005): 31-53, expresa sus dudas de que Grocio fuera consciente de las implicaciones del debate de la segunda escolástica.

⁶⁹ Annabel BRETT, «Natural right and civil community: the civil philosophy of Hugo Grotius», *The Historical Journal* 45 (2002): 31-51.

⁷⁰ Sobre todo esto resulta interesante, Anthony PADGEN, «Dispossessing the barbarian: The language of Spanish Thomism and the debate over propriety rights of the American Indians», en *The languages of political theory in early-modern Europe*, ed. Anthony Padgen (Cambridge, 1987) y también en Anthony PADGEN, *Lords of all the World. Ideologies of Empire in Spain, Britain and France* (New Haven, 1995).

⁷¹ Leonard y ANDAYA, *The world of Maluku. Eastern Indonesian in Early Modern Period* (Hawaii, 1993). Andaya señala que a lo largo de estos años construyeron 11 fortalezas.

con las «Indias» tanto en la paz como en la tregua o en la guerra⁷². Era, en definitiva, un resumen de su obra anterior y una línea guía que serviría de base para la expansión del naciente imperialismo holandés. Las conclusiones de Grocio podían ser ajenas en cierto modo a los capitanes de las armadas de la VOC, aunque no mucho porque, como señala Van Ittersum, sobre estos razonamientos se sentaron las bases de las instrucciones de sus dirigentes, quienes ante el «acoso» de los lusos y españoles habían ordenado, en 1609, al tiempo que se variaba la configuración de la compañía de las Indias Orientales en el sudeste asiático imitando aquella portuguesa o española, la posesión de los territorios conquistados para asegurar que la VOC podría navegar libremente con los príncipes asiáticos aliados y otros príncipes⁷³.

Mientras, el capitán Van Berchem con salvoconductos de los archiducos había salido de Holanda con la misión de entregar los términos de la tregua a cada uno de los contendientes. Debía primero recalar en Portugal, donde tenía que recoger otros barcos y otros representantes para partir después para el sudeste asiático. Para su sorpresa el virrey de aquel reino no atendió sus demandas, haciéndose eco del enfado del consejo de Indias portugués ante una tregua que lesionaba claramente sus intereses. Una situación que tenía como corolario el retraso de la expedición que no llegó al sudeste asiático hasta finales de 1610⁷⁴. Entre tanto, a principios del año de 1610, dos semanas después de que, en teoría, se hubiese declarado la tregua en el sudeste asiático, el Almirante Van Wittert apareció en aguas de Manila cortando el tráfico de los juncos chinos que venían a comerciar a Manila, lo que produjo la intervención del gobernador General de las Filipinas, que, el 24 de abril de 1610, derrotó en Playa Honda a los holandeses⁷⁵.

El verano de 1610, sin noticias, fue movido. Cerca de Ternate el capitán Paul Van Caerder había caído en manos españolas, siendo liberado más tarde en un intercambio de prisioneros que dictaba una tregua ya puesta en vigor. Sin embargo, en septiembre de aquel mismo año fue de nuevo hecho prisionero con su patache cerca de la fortaleza de Ternate. Llevaba encima las órdenes de la VOC de fortificar la zona del Maluco, que fueron pronto tradu-

⁷² Grocio, «The Free Seas», p. 77.

⁷³ VAN ITTERSUM, *Profit and principle. Hugo Grotius, natural rights theories and the rise of Dutch power in the East Indies. 1595-1615*, pp. 354-355.

⁷⁴ Las críticas por parte de los portugueses a las treguas en: Francisco Paulo Mendes da LUZ, *O Conselho da India* (Lisboa, 1952).

⁷⁵ AGI, México, 2488, 315, 16100712 Aviso de la victoria de don Juan de Silva contra los holandeses. Un relato de estos sucesos en BR, XVII, 100, Relación Anual de don Gregorio López, SJ. 16100701. AGI, México 2488, 326, 16100726. Don Juan de Silva al Rey: «que me avisan en cartas particu-lares de las treguas que se han firmado con los holandeses y que vm no haga men-ción dello ni orden que aquí se quisiesen guardar las treguas siendo esta parte después de Flandes donde trabada esta la guerra con la que a fe que nos aprietan más de lo que puede sufrir nuestro corto caudal como vmjtd vera por la relación que va con esta.

cidas y enviadas por Carta al rey⁷⁶. Su detención generó la protesta formal de los Estados Generales⁷⁷, que buscaban la liberación de Paúl Van Caerder, sin éxito, muriendo el dicho capitán en Manila cinco años después.

La guerra en el sudeste asiático continuó pero bajo un subterfugio legal. Pues, lo que no había previsto el tratado, posiblemente por el deseo de ambos negociadores, era que la guerra entre ambos resultaba justa y posible si era usada para defender a sus aliados de las injurias de sus enemigos, con lo que la posibilidad de un frente constante entre ambos sin romperse la legalidad de la tregua quedó abierta. Y esto fue lo que sucedió⁷⁸.

Como señalara Blumentritt, la tregua jamás se cumplió en el sudeste asiático⁷⁹. Fueron más fuertes las pretensiones e intereses de cada una de las «naciones» sobre las Malucas, que intentaron, eso sí, usar a su antojo las treguas y tratados firmados con los príncipes asiáticos para continuar la guerra sin romper los términos del tratado, por lo que es posible que lo que ambos contendientes buscaran con tan ambiguo tratado fuese continuar la guerra, mientras una paz europea «saneaba» sus haciendas. Ahora bien, tampoco podemos olvidar que tras este enfrentamiento se encontraba todo un nudo de relaciones comerciales que enfrentaban a los intereses de las más variadas potencias, incluidas aquellas que se encontraban bajo una misma cabeza; es decir, portugueses y castellanos.

⁷⁶ AGI, México 2488, 338r -339v, 16100819 Carta de Don Juan de Silva informando del nuevo apresamiento de Pablo Brancadoer, – Paul Van Carder – y las cartas que con él llevaba.

⁷⁷ AGI, México 2487, 14, sf. circa 1611, Queja de los Estados Generales por la detención de Paul Van Carder. Sobre esto mismo se puede ver BR, XVII, 179-180. 1611. El informe a esta petición en AGI, México 2487, 114r 115v, Enviado 16110807, recibido en 1613 en el Consejo de Indias. Informe de los Prisioneros que hay en Manila.

⁷⁸ AGI, México. 2487, 22rv, 23rv, 24rv, Memorial Conde de Salinas. 16120912 «*Que visto que la guerra se hace con mercaderes y que la victoria consiste en quitarles la gran feria, teniendo don Juan de Silva la fuerza que presupongo y los capítulos de la tregua que refiere a favor de lo que se me ofrece guardado el tenor de ello podría don Juan de Silva a Terrante – Ternate – pues tiene dispuesta la voluntad de aquel rey con el beneficio que le hizo si dio libertad a su hijo y llegando a Terrante – Ternate -se podría decir aquel rey que en cumplimiento de lo capitulado con Pedro de Acuña que obra en mi poder [.....]que el rey de Terrante notifique a los holandeses que salgan de aquella tierra y no comercien ni traten con ella por que él no se lo permite ni se lo quiere consentir y que conforme a la tregua ello no pueden tratar ni comerciar sino en los reinos de los reyes que se lo quisieron permitir y que no fueren de su Mjtd y que aquel comercio y reino es de su majestad como lo capitulo por P de Acuña, y consta en cumplimiento de la tregua. Que si no lo hacen se podrá iniciar la guerra, porque no ha cumplido lo pactado, porque son de su majestad aquellas tierra y que otros no las conquiste, el segundo porque el reino de Terrenate esta debajo de la obediencia de Portugal, tercero porque no cumplieron lo que ofrecieron a D. P de Acuña, y roto la tregua con el de Terranate tomando sus tierra y tomando para si el fruto de la tierra, entra otra condición de la tregua que dice que en lo que fuera de su majestad no pueden los holandeses comerciar.*»

⁷⁹ BLUMENTRITT, *Filipinas: Ataques de los holandeses en los siglos XVI, XVII y XVIII*.

3. La conquista de las Malucas, las necesidades económicas y el tráfico de especias

En Castilla, con la llegada de las noticias de la conquista de las Malucas, nació el interés por cambiar la ruta y los asientos del clavo⁸⁰; la plaza, sostenían, había sido conquistada por manos castellanas. El conde de Lemos, a la sazón presidente del Consejo de Indias, ordenó a Bartolomé de Argensola una obra sobre la conquista de las Islas Malucas que se publicó en 1609⁸¹. La jornada de Ternate había representado en principio tan sólo un episodio más de la guerra de los ochenta años. Por ello, algunos criticaron el volumen de la obra de Argensola, que es más que probable que circulara en manuscrito antes de su publicación. Se extrañaban que para el relato de una jornada, que a lo sumo solía ocupar un pliego en la literatura de cordel, se hubieran escrito 11 libros donde lo menos importante era la conquista en sí, que se trataba únicamente en los dos últimos libros. Se podría pensar que tras esto se ocultaba un pequeño o gran conflicto entre historiadores, y quizás no andaríamos desencaminados. Pero bajo la redacción y publicación de esta obra se ocultaba algo más, y quizás para entenderlo nos sea útil leer la carta que en defensa de su hermano escribió Lupercio de Argensola y que figura como prólogo a la obra.

*Porque siendo esta conquista, no descubrimiento nuevo, sino recuperación con la armas de Castilla, de aquellas islas, que se perdieron estando en la corona de Portugal, necesario fue dar razón de todas las cosas del principio. [...] Y así como Q Fabio Máximo dijo graciosamente, no pudiendo ganar tanto si primero no se hubiera perdido, así tampoco, no puede entenderse como se ganaron las Malucas, sino se escribiera primero como se perdieron*⁸².

Resulta más que evidente que el conde de Lemos, que había encargado la obra, no quería únicamente un relato de una jornada victoriosa de las tropas ibéricas frente a holandeses herejes y moros infieles, para lo que también servía la obra, sino una historia para justificar la toma de posesión por parte de Castilla de las Islas Malucas⁸³. Por esa misma razón es más que probable que entre los críticos se encontrasen los portugueses. Máxime cuando aquel mismo año, el 10 de enero de 1609, el consejo de Indias informado por don Luís Velasco decidió celebrar una reunión para tratar la conducción del clavo del Maluco; es decir, si este debía de ir por la india

⁸⁰ Una opinión clave de estos intereses se puede ver en: AGI, México, Mexico, 26, N75, 16060601 «Las cosas de Filipinas y que cuando ahora muede con el bueno o mal suceso de la Jornada De ternate se ha de asentar de nuevo la forma de aquella contratación teniendo consideración clavo y especias que habiendose de navegar por ese mar a de ser con nuevo y asiento materia es muy grande en el acierto va mucho del servicio de vnjtd el hierro podría ser irreparable».

⁸¹ ARGENSOLA, *Conquista de las Islas Malucas*.

⁸² ARGENSOLA, *Conquista de las Islas Malucas*, pp. 9-10.

⁸³ Una interpretación de la obra de Argensola interesante, aunque no estemos del todo de acuerdo, es la de John Villiers, «'A truthful pen and an impartial spirit': Bartolomé Leonardo de Argensola and the Conquista de las Islas Malucas», *Renaissance Studies* 17 (2003): 449-473.

portuguesa o por la hispana⁸⁴. El año siguiente, el 5 de febrero de 1610, el consejo de Indias, por orden de su majestad tomó asiento para tratar sobre la conducción del clavo de Ternate a España⁸⁵. El consejo entonces se sintió obligado a informar al rey acerca de la historia del comercio del clavo de Ternate desde su principio hasta el estado presente. Para realizar aquel resumen el consejo usó, entre otras fuentes, sino como la principal, la obra de Argensola, para culminar diciendo que visto que el rey de Castilla era el mismo que el de Portugal⁸⁶ no cabía usar la cláusula de retro-vendiendo y que, en todo caso, para defender más fácilmente las islas Malucas de las incursiones de los enemigos estarían mejor bajo el socorro desde Filipinas porque al fin y al cabo estaba más cerca que Goa y Macao, por lo que su defensa resultaba cuanto menos mucho más fácil de realizar. La cuestión dio

⁸⁴ AGI, Filipinas I, 135, Partes de estos documentos fueron transcritos en la historia del padre Pastells que servía como introducción al catálogo de los documentos de las Islas Filipinas publicados por la compañía de Tabacos. Francisco Navas del VALLE y Pablo PASTELLS, «Catálogo de los documentos relativos a las Islas Filipinas existentes en el Archivo de Indias de Sevilla. Precedido de una historia general de las Filipinas» (Barcelona, 1930). Estas transcripciones parciales conjuntamente con la historia del padre Pastells han sido las que ha usado VALLADARES, *Castilla y Portugal en Asia. Declive imperial y adaptación*, pp. 25-31. Más extensamente trata la junta cosmográfica haciendo relación de todos los documentos GIL, *Mitos y utopías del descubrimiento. El Pacífico*, pp. 168-169.

⁸⁵ AGI, Filipinas I, 135 16100709 Decreto del duque de Lerma al marqués de Castel Rodrigo, [virrey de Portugal], para que de su parecer sobre la conservación de la fortaleza de Terrenate y la conducción del clavo y se envíe al Consejo de Estado 16100909 Carta de Cristóbal [de Mora, marqués de Castel Rodrigo] al duque de Lerma con papel para el Consejo de Estado y copia de la venta de las Malucas (que no están) y del testamento del último rey del Maluco, dejando dicho reino al rey don Sebastián.

⁸⁶ Sin embargo, desde otros planteamientos, particularmente portugueses, esta afirmación podía ser considerada inexacta. Como fue estudiado hace ya tiempo por Kantorowicz, en los soberanos podían distinguirse dos personas, una natural – y mortal – y otra política – símbolo de la eternidad y continuidad de la realeza (Kantorowicz [1957], trad. esp. 1985). En el caso del rey Católico hay indicios que apuntan hacia la posibilidad de que en su cuerpo natural pudieran encarnarse varios cuerpos políticos, tantos como reinos gobernaba. Desde esta perspectiva es desde la que los portugueses podían tener dificultades en aceptar que, a efectos jurídicos, el rey de Castilla y el rey de Portugal fueran el mismo rey o la misma persona política. De hecho tanto la corte de Madrid como la figura del rey Católico eran percibidos como instituciones comunes a todos los reinos, pero en ningún caso como símbolo de la fusión de sus señoríos. Así por ejemplo, en el capítulo 154 de las Cortes reunidas en Lisboa en 1619, se pedía que *em Castela, se dê aos condes portugueses assento na capela real e o assento nos lugares públicos que sempre usaram, pois a corte de Madrid é comum a todos os reinos* [Capítulos Gerais de 1619. Archivo Histórico Parlamentar. Livros de Cortes tomo VII]; es desde este planteamiento desde el que se entienden análisis sobre el particular como el muy interesante de don Diego de Silva, conde de Salinas, controvertido virrey de Portugal entre 1615 y 1621. En mayo de 1621, ya cesado de su virreinato pero aún Capitán General del reino luso, escribía al Consejo de Portugal, tratando de negocios tocantes al comercio marítimo portugués y a los deseos de los portugueses de que los intereses mercantiles de Castilla y Portugal se mantuvieran separados, que *Su Magestad tiene tres derechos. Uno como Rey de Castilla, otro como Rey de Portugal, otro como Rey de entrambas Coronas; y este terzer derecho obliga a tratar con independencia de las precedentes de todo aquello que conviene para que las dichas coronas se conserven unidos que es contra todo lo que podían pretender los Reyes de cada una*. AHN, Osuna, leg. 3483, núm. 2.

lugar a un debate sin final, hasta que el conde de Salazar dio un voto particular, por el cual se proponía la celebración de una junta de cosmógrafos⁸⁷.

El voto, aunque bienintencionado, abría una vía de resolución. Para los castellanos el asunto estaba claro; desde que Gessio a la altura de 1570 se hubiera puesto a defender primero que, según el derecho canónico, el contrato quedaba invalidado porque el pago, la mitad de lo estimado en virtud del rendimiento, era usurario y, segundo, que los mapas realizados por los portugueses habían reducido su tamaño y que el Cabo de Buena Esperanza estaba cuatro grados más al este que los portugueses admitían. Este último razonamiento será la punta de lanza de la defensa castellana sobre la propiedad de las Malucas llevada a cabo por doctor Juan Arias Loyola, matemático, mientras los portugueses, con el doctor Juan Bautista Lavaña a la cabeza, defendían que la única manera de saber a ciencia cierta las longitudes era a través de las observaciones.

Sin embargo a pesar de todo el debate, que se alargó hasta 1611, Felipe III dio su negativa a que el clavo fuera por las Filipinas. Las razones en este caso fueron diversas. A principios de su reinado, con la hacienda castellana cada vez más acabada, el duque de Lerma había usado el monopolio de la pimienta de la Corona Portuguesa para: uno, obtener dividendos que enviar a Flandes; dos, para pagar parte de los asientos firmados en 1602 con Octavio Centurión, que a tenor de los acuerdos con las Cortes de Castilla eran difíciles de situar en otro tipo de rentas; y tres, para premiar a algunos de sus servidores, entre los que se encontraba el luego tristemente famoso don Rodrigo de Calderón⁸⁸. Razones todas ellas que habían ayudado a que Felipe III decidiera no cambiar la ruta, a pesar de las encendidas peticiones de los comerciantes luso-hispanos residentes en Manila y México.

4. Las armadas de Filipinas y los intereses comerciales

Mientras se discutía la conveniencia o no de llevar el clavo por la ruta de la India Oriental – Corona Portuguesa – o por la ruta de la India Occidental, don Juan de Silva exponía los inmensos beneficios que los holandeses obtenían del comercio de las drogas y otras especias. Por todo ello parece que mientras el consejo estudiaba el envío de una armada para apoyar la situación en el suroeste asiático, tal y como había sido solicitada por Don Juan de Silva, los comerciantes sevillanos comenzaron a ver las inmensas posibili-

⁸⁷ Filipinas I, 135, 16110704. Consulta de la Junta de Guerra de Indias con las consultas de los consejos de Portugal y de Indias, proponiendo cosmógrafos para determinar si las Islas Malucas caen en la demarcación de la corona de Castilla o de la de Portugal. Consulta del Consejo de Indias con consultas de los consejos de Portugal y de Indias sobre la conservación de Terrenate y la conducción del clavo, con voto particular del conde de Salazar proponiendo una junta de cosmógrafos que juzguen la demarcación de las Malucas 16101202. Citado por GIL, *Mitos y utopías del descubrimiento. El Pacífico*, pp. 168-169.

⁸⁸ BOYAJIAN, *The Portuguese trade in Asia under Habsburgs 1580-1640*, pp. 91 y ss.

dades de crear una ruta que uniera a las Filipinas con Sevilla. Un comercio del que se esperaban grandes beneficios y no sólo para los comerciantes, pues para la corona y alguno de sus miembros la creación de esta ruta era igualmente interesante.

La preparación de las armadas con destino a Filipinas consistía en algo más que en el envío de tropas; eran un también intento de crear una ruta comercial, lo que no es extraño pues, a lo largo de la Edad Moderna, la única manera de enviar tropas al continente americano y al Pacífico pasaba por el empleo de las rutas comerciales marítimas existentes y una vez allí continuar viaje por las rutas terrestres. Tomada la decisión de enviar una armada a Filipinas quedaba por resolver el principal problema, la falta de pilotos expertos para la navegación de altura y, más concretamente, aquella que debía cruzar el cabo de Buena Esperanza. La monarquía tras una serie de intentos fracasados decidió enviar a un portugués, Ruy González de Sequeira, quien había sido capitán mayor de Tidore. Su misión consistía en llevar seis barcos que fueron confiscados en Lisboa, con no gran gusto de sus propietarios, que se quejaron, a Filipinas. En su misión debía acompañarles un matemático, y realizarse sondeos para reconocer la costa y tomar nota del derrotero⁸⁹. Las instrucciones aclaraban que debía pasarse por fuera de la isla de Madagascar deteniéndose en Goa donde el capitán Ruy González Sequeira debía entregar una serie de cartas al virrey para luego acercarse directamente a Filipinas⁹⁰.

Las razones de este viaje estaban claras en primer lugar, porque el viaje era de menor duración y además la gente no se entretendría en Nueva España lo que favorecía que hubiera menos desertiones, y en segundo lugar, [...] «*por que con esta ocasión sin hacer nuevos gastos se de principio a esta navegación desde Sevilla para la contratación que se trata de asentar entre estos reinos y las Filipinas cerrando la puerta a la que se tiene desde la nueva España*»⁹¹. Una propuesta que había obligado a solicitar los pareceres de las audiencias de México, Lima y el gobierno de Manila⁹².

La flota encargada de seguir esta primera ruta, tras su partida del puerto de Lisboa, perdió dos naves que acabaron una en Angola y la otra en Bahía, Brasil. Tras estas pérdidas Ruy González de Sequeira decidió invernar en Mozambique, lo cual iba contra las órdenes que habían sido enviadas, por lo que a su llegada a Filipinas tuvo que enfrentarse a las quejas de las autoridades españolas por este asunto y por los maltratos a los que habían sido sometidos los soldados durante la travesía⁹³.

⁸⁹ AGI, México, 2487, 61r-62v, 16130201.

⁹⁰ AGI, Filipinas 329, L2 F 163-167v.

⁹¹ AGI, México, 2487, 28r-32v, 16120914.

⁹² AGI, México, 2487, 28r-32v, 16120914. A esta consulta acompañaba una opinión de Bernardo de Comenilla indicando que la ruta a seguir debía de ser la misma que aquella que seguían los ingleses o los portugueses.

⁹³ AGI, México, 2478, 208r-211, 16141108, «*El general Ruiz González de Sequeira a cuyo cargo vinieron los siete pataches que vm mando despachar el año pasado del trece para el socorro de estas islas llegaron por el cuatro de agosto de este habiendo tardado en el viaje más de diez y seis*

Mientras en Castilla, uno de los miembros del consejo de Portugal, Manuel Suárez Barbosa yerno del General, se presentaba ante la Junta de Guerra de Indias para indicar que Ruy González llevó el socorro a Filipinas teniendo por cierto que se le daría una encomienda en Portugal de 400 ducados, que por ello «*se animó a servir a su majestad en viaje tal largo venciendo todas las dificultades que se le ofrecieron y sin reparar los muchos enemigos de su nación que adquirió con esto y que es la causa porque se recela que los ministros de aquella corona no le ayudaran. A Vmjt d que le hagan merced por otra vía*»⁹⁴. La partida de la nave desde Lisboa no debió de sentar nada bien a los comerciantes ligados con el sudeste asiático, y menos aún a los ministros de Portugal, que una vez más veían en esto una injerencia de la corona castellana en las rutas comerciales que hasta el momento habían sido únicamente y exclusivamente para Portugal.

En América sucedió un tanto de lo mismo. Primero llegaron las preguntas a las audiencias sobre la conveniencia del cierre del trato entre Filipinas y Nueva España, luego, más tarde, llegaron las noticias de la arribada de la nave a Filipinas. Éstas debieron de andar deprisa por el continente americano; los nudos de relaciones, los intereses mezclados entre cada una de las partes, y más de los comerciantes, a los que no eran ajenos los oficiales de la corona quienes participaban por activa o por pasiva, cerrando los ojos, en el lucroso comercio colonial, por lo que al verse afectados no tardaron en espolear, eso sí, tímida respuesta⁹⁵. Entre ellos, se encontraba Antonio Morga. Su hijo, para más señas, era uno de los almirantes de aquellas naos que cubrían el camino entre Filipinas y Acapulco. Sus relaciones con el comercio, a pesar del trabajo de Phelan, nos son un poco oscuras⁹⁶; sus intereses, sabiendo que Morga llegó a Quito como presidente de la Audiencia con un amplio cargamento de sedas y demás productos chinos que le reportaron innumerables beneficios, lo son un poco menos, en parte porque, Morga había escrito un memorial al príncipe de Esquilache indicando los problemas que suscitaba este comercio y dando, además, noticia de otro, hoy perdido, que había redactado en respuesta a la petición del consejo donde trataba con mayor profundidad estos temas⁹⁷.

meses y esto dicen que por culpa del dicho general pues pudiera no haber invernado en Mozambique teniendo tiempo, como dicen que le tuvo, para poder hacer el viaje sin detenerse de mas de lo cual la reacción que todos los que con el vinieron dan de su proceder y trato cruel y riguroso que hizo a los castellanos que no es de capitán cristiano sino de un inhumano enemigo, pues serian por cierto que murieron de hambre y maltratamiento más de ochenta soldados y que fue causa de que no llegasen a esta ciudad más de ciento veinte asimismo que la real hacienda ha tenido tan mala cuenta que ha usurpado mucho...».

⁹⁴ AGI, Indiferente, 1867, 280, 16140315. Petición de Manuel Suárez Barbosa.

⁹⁵ La única respuesta que conocemos hasta el momento fue enviada por el Virrey de Peru. BR, XVII, 213-233, 16120412

⁹⁶ John Leddy PHELAN, *The kingdom of Quito in the seventeenth century: Bureaucratic politics in the Spanish Empire* (Madison, 1967).

⁹⁷ Una transcripción de este memorial puede verse en los apéndices de Retana a la obra de Morga.

Para don Juan de Silva la llegada con Ruy González de apenas ciento veinte hombres no podía ser de mucha ayuda, lo cual no fue pasado por alto por personas como el padre de la SJ don Juan de Ribera, quien años más tarde indicaba que esta navegación se había hecho únicamente para abrir los tratos con Sevilla⁹⁸. Por aquel entonces don Juan contaba únicamente con el socorro que recientemente le había enviado la Nueva España, apenas ciento cincuenta hombres, además de algunas tropas indígenas entre las que se debía contar un grupo de cuatrocientos japoneses cristianos y otros filipinos de la provincia de Pangana, que eran los más briosos (*sic*) y que habían sido educados en la disciplina castellana. Sin embargo, tan poco número era inútil para la operación que estaba preparando a medias con los portugueses en contra de los establecimientos holandeses en el sudeste asiático. Escribió, entonces, al virrey de México para que le enviase en la medida de lo posible un importante número de hombres y barcos. El virrey mexicano contestó entonces que únicamente podría mandar mil quinientos hombres, recogiendo vagabundos y demás gente de mal vivir para que el gobernador de las Filipinas, don Juan de Silva, tuviera lista su armada que en colaboración con los portugueses debía atacar los enclaves holandeses en el suroeste asiático.

Mientras don Juan de Silva daba inicio a la preparación de su jornada, en Castilla la monarquía había recibido avisos de que los holandeses andaban preparando una armada – no sabemos si en respuesta a los preparativos de don Juan – para enviar al sudeste asiático⁹⁹. Esto suscitó el temor entre los consejeros de Estado, guerra y junta de guerra de Indias, aunque parece que los secretarios del primero asistían a las reuniones de la última desde 1609¹⁰⁰. Los ibéricos temían perder posiciones con la llegada de la armada holandesa. Para contrarrestar este inconveniente, la corona decidió enviar otra armada con destino a Filipinas. La casa de la contratación, ante lo apremiante de la llamada, respondió no tener dos pataches preparados, aunque solicitaban encarecidamente que se abrieran aquellos tratos¹⁰¹, por lo que solicitaron que a los encomenderos les dejaran cargar dos pataches para enviar con productos de aquella tierra, y es de suponer que también de la China al puerto de Sevilla. Sin embargo, es más que posible que los intereses de los encomenderos convertidos ya en cargadores fueran por otra parte.

La nueva preparación de la armada de Filipinas también preveía la sustitución del viejo don Juan de Silva por un nuevo gobernador: don Alonso de Tenza Fajardo, hijo de don Luis Fajardo, almirante de la flota. Sin embargo la armada, no llegó nunca a Filipinas.

En 1612 moría el duque de Mantua y Monferrato dejando dos hermanos, una viuda y una niña menor de edad, hija y nieta respectivamente del

⁹⁸ AGI, Filipinas, 20, R.12, 16181202 Juan Ribera a Juan Ruiz de Contreras.

⁹⁹ Los avisos fueron pasados por el Duque de Lerma. AGI México. 2487, 42r-43v.

¹⁰⁰ AGI, Indiferente General 1868, 307, 308, 417, 310, 315.

¹⁰¹ AGI, Filipinas 200, 167r 168v, 16160616.

Duque de Saboya. Ambos ducados estaban alejados entre sí. El primero lindaba con la república de Venecia y el ducado de Milán y en él regía la ley sálica, cosa que no sucedía en el segundo, que era una de las etapas claves en el camino español al lindar con la república de Génova, el ducado de Milán y el de Saboya. La inexistencia de la ley fue aprovechada por el Duque Carlos Manuel de Saboya para reclamar la herencia del Monferrato que quedaría para su hija como tutora de su nieta, a quien consideraba heredera legítima. Esto suscitó un áspero conflicto entre las partes, y al final la Monarquía Española ordenó intervenir en el Monferrato y más tarde invadir el Piamonte con la intención de forzar una negociación¹⁰². La tardía intervención, el desastre militar posterior y la no aplicación de una política de fuerza fue visto como un error por aquellos seguidores de la política belicista de la monarquía: el Duque de Osuna por aquel entonces virrey de Sicilia, el marqués de Bedmar embajador en Venecia, y por último Baltasar de Zuñiga, embajador de la Monarquía Católica en el imperio.

Mientras esto sucedía la república de Venecia veía cada vez con más tensión las incursiones de los Usoques en el mar Adriático¹⁰³. Refugiados cristianos, ante las incursiones turcas, en las costas de Dalmacia – Senj – sobrevivían de la piratería y el comercio protegidos por Fernando de Estiría, pretendiente al imperio, en un momento en el que las diferentes dinastías de Europa comenzaban a mover pieza ante la posible defunción del emperador¹⁰⁴.

El mismo año que moría el duque de Mantua y Monferrato, ante el incremento de la piratería, el monje servita, Paolo Sarpi escribía un memorial destinado a los consejos de la república de Venecia, y no sabemos hasta qué punto demandado por ellos, intitulado *Dominium Adriaticum*. Como había hecho antes su contemporáneo Grocio, rechazaba de plano la idea de la donación papal para situarla en otro plano completamente diferente para lo cual reinterpretaba uno de los mitos más emblemáticos de Venecia¹⁰⁵. La situación obligaba a ello. La piratería de los Usoques protegidos por los

¹⁰² Magdalena S. SANCHEZ, *The empress, the queen and the nun: Women and power at the court of Philip III of Spain* (Baltimore, 1998); Magdalena S. SANCHEZ, «A house divided: Spain, Austria and the bohemian and Hungarian successions», *Sixteenth Century Journal* 25 (1994): 887-903.

¹⁰³ Gunther E. ROTHENBERG, «Venice and the Uskoks of Senj: 1537-1618», *The Journal of Modern History* 33 (1961): 148-156.

¹⁰⁴ ROTHENBERG, «Venice and the Uskoks of Senj: 1537-1618»; SANCHEZ, *The empress, the queen and the nun: Women and power at the court of Philip III of Spain*; SANCHEZ, «A house divided: Spain, Austria and the bohemian and Hungarian successions».

¹⁰⁵ Una discusión en comparación con Grocio puede ser encontrada en Peter BORSCHBERG, «Hugo Grotius Theory of Trans-oceanic trade regulation. Revisiting Mare Liberum», *Itinerario* XXIX (2005): 31-41; Peter BORSCHBERG, «Hugo Grotius Theory of trans-ocenic trade regulation: revisiting Mare Liberum», *ILJ Working Paper* (2006); Mónica Brito VIEIRA, «Mare Liberum vs. Mare Clausum: Grotius, Freitas and Selden's Debate on dominion over the seas», *Journal of the History of Ideas* 64 (2003): 361-377.

Habsburgo dislocaba el comercio por el mar Adriático¹⁰⁶. La república había intentado a través del cierre de puertos mantener su control sobre un mar Adriático que empezaba a ser disputado no sólo por los Usoques sino también por las naves procedentes del virreinato de Nápoles, mientras que el comercio de la república de Ragusa con Ancona hacía que la república de Venecia perdiera tasas aduaneras y márgenes comerciales. A esta situación coadyuvaba la irrupción de las compañías del Levante inglesa y holandesa que entraron con gran fuerza durante la primera mitad siglo XVII¹⁰⁷.

Por todo ello, en 1615, cuando los Usoques, en respuesta a un ataque veneciano, pasaron a cuchillo a la tripulación de una de sus naves, los venecianos se decidieron a actuar atacando a éstos y al protector de los mismos, el archiduque Fernando, cercando la fortaleza de Gradisca. La guerra resucitó viejas alianzas. La república necesitada de hombres no dudó en iniciar una política publicística para solicitar ayuda a los diversos príncipes. Se reclutaron tropas entonces en la zona protestante de los grisonos, que habían sido derrotados años antes por sus contrapartes católicos, apoyados por las tropas españolas del conde Fuentes, que construyeron un fuerte que servía, tanto para subyugar las posibles veleidades revoltosas de los grisonos protestantes, como para controlar una de las rutas claves del camino español, la Valtelina¹⁰⁸.

De igual modo, la república pidió ayuda a la que se consideraba su imagen gemelar: las Provincias Unidas¹⁰⁹. Éstas aprobaron la recluta de unos cuatro mil hombres que debían partir al mando de Nassau con destino a la república de Venecia. La Monarquía Católica vio en esto un problema. Baltasar de Zúñiga representante de la Monarquía Católica en el Imperio estaba preparando la sucesión al imperio. Felipe III era uno de los cinco candidatos junto con Fernando de Estiria, un católico ferviente educado con lo jesuitas. Para los hispanos y sus negociadores la cuestión no era tanto la de conseguir el título para el rey hispano como negociar el apoyo a Fernando a cambio de que éste cediera cuando llegara a ser emperador: Piombino, Finale y la Alsacia, que aseguraban dos desembarcaderos para sus tropas y un paso más para el camino español¹¹⁰.

La monarquía, por tanto, se sentía en la obligación de apoyar a Fernando, aunque temía que el conflicto se internacionalizara afectando a una zona altamente inestable, pues se corría el riesgo de abrir dos frentes.

¹⁰⁶ Domenico SELLA, «Crisis and transformation in Venetian trade», en *Crisis and Change in the venitan economy in the sixteenth and seventeenth century*, ed. Brian Pullan (London, 1968).

¹⁰⁷ BRENNER, *Merchants and revolution. Commercial change, political conflict, and London overseas traders, 1550-1653*, pp. 1-91; Jonathan ISRAEL, «The phases of the dutch Straavart, 1590-1713. A chapter in the economic histoy of the mediterranean», en *Empire and Entrepots. The Dutch, the spanish monarchy and the Jews*, ed. Jonathan Israel (London, 1990), pp. 133-163; ROTHENBERG, «Venice and the Uskoks of Senj: 1537-1618».

¹⁰⁸ Geoffrey PARKER, *El ejercito de Flandes y el camino Español 1567-1659* (Madrid, 1999).

¹⁰⁹ Sobre esto E. Haitsma MULIER, *The mith of Venice and the Ducht Republican Thought in Seventeenth century* (Assen, 1980).

¹¹⁰ SANCHEZ, «A house divided: Spain, Austria and the bohemian and hungarian sucessions».

La primera orden fue la de disponer tropas cerca de Cremona para que los venecianos levantaran el asedio de Gradiscia. La segunda orden fue la de bloquear el paso del estrecho¹¹¹. Para ello, no se dudó en emplear cuantos barcos y hombres estuvieran a mano. La flota de Filipinas quedó así deshecha para cerrar el paso a la armada holandesa. Los holandeses, bien sea por su pericia, bien por su temprana llegada, bien por las dificultades de bloquear el estrecho, o todas juntas, pudieron atravesar el estrecho pasando el bloqueo hispano.

Mientras el duque de Osuna, quien había sido nombrado virrey de Nápoles tras una serie de sobornos que luego le costaron la prisión, se decidió a enviar una flota bajo su propia insignia, en apoyo de los Usosques y Fernando¹¹². Ante la peligrosa situación a la Monarquía Católica no le quedó más remedio que enviar las tropas comandadas por Pedro Esteban de Ávila, quien años más tarde llegaría a ser gobernador del Río de la Plata, a Milán¹¹³. Entre tanto, en el sudeste asiático, don Juan de Silva recibió desde México parte de las ayudas pedidas. El aporte mexicano se convertía en básico para el mantenimiento de las Filipinas, lo que ha llevado recientemente a Cañizares Esguerra a plantear hasta qué punto no deberíamos considerar a Filipinas como un apéndice más de los sistemas Atlánticos¹¹⁴, o, en todo caso, como un nudo de conexión entre Asia y el mundo Atlántico.

Dejando al margen estas cuestiones que merecerían un estudio más detallado, la flota de Don Juan de Silva partió en 1616 con destino al estrecho de Singapur, donde debía esperar la llegada de la flota portuguesa para, una vez juntos, dirigirse hacia las zonas dominadas por holandeses: el Maluco. A la salida de Goa una flota holandesa puso en un aprieto a la expedición portuguesa, al tiempo que el virrey se veía superado por los ataques recibidos por

¹¹¹ AGI, México 2488, 154, sf.

¹¹² Resulta interesante la visión que en 1641 que de la imagen de Osuna da Luis Vélez de Guevara, quien por cierto fue soldado del conde de Fuentes en la década de los 90. Luis VELEZ DE GUEVARA, *El diablo cojuelo* (Madrid, 1641). «Fuí a Venecia por ver una población tan prodigiosa, que está fundada en el mar, y de su natural condición tan bajel de argamasa y sillería, que, como la tiene en peso el piélago Mediterráneo, se vuelve a cualquier viento que le sopla. Estuve en la Plaza de San Marcos platicando con unos criados de unos clarísimos esta mañana, y hablando en las gacetas de la guerra, les dije que en Constantinopla se había sabido, por espías que estaban en España, que hay grandes prevenciones de ella, y tan prodigiosas, que hasta los difuntos se levantan, al son de las cajas, de los sepulcros para este efecto, y hay quien diga que entre ellos había resucitado el gran duque de Osuna; y apenas lo acabé de pronunciar, cuando me escurrió, por no perder tiempo en mis diligencias, y, dejando el seno Adriático, me sorbí la Marca de Ancona, y por la Romanía, a la mano izquierda, dejé a Roma, porque aun los demonios, por cabeza de la Iglesia militante, veneramos su población». La relación del Duque de Osuna y Venecia con referencias a la conjura posterior puede verse en: G. CONNIGLIO, «Il duca d'Osuna e Venezia dal 1616 al 1620», *Archivio Veneto* 54 (1954): 42-70. Luis M. LINDE, *Don Pedro Girón, duque de Osuna. La hegemonía española en Europa a comienzos del siglo XVII*, Encuentro Ediciones, Madrid, 2005: 125-203.

¹¹³ Óscar José TRUJILLO, «Facciones, parentesco y poder: La élite de Buenos Aires y la rebelión de Portugal de 1640» en Bartolomé YUN CASALILLA, (dir.), *Las Redes del Imperio. Élités sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*, Marcial Pons, Madrid, 2009: 341-358.

¹¹⁴ Jorge CAÑIZARES-ESGUERRA, *Puritan Conquistadores. Iberizing the Atlantic. 1550-1700* (Stanford, 2006), p. 259.

los barcos del sultanato de Aceh o de holandeses o ingleses. Los portugueses, por tanto, se encontraban en una situación difícil, pues debían defender con pocos barcos una amplia zona que va desde Ormuz a Malaca, por lo que su apoyo a los españoles tenía que ser supeditado a sus propias estructuras defensivas.

Estos últimos en respuesta, y una vez más, indicaron al rey que la razón principal del fracaso era que los portugueses no habían prestado toda la ayuda que podían, quizás los hispanos tuvieran en mente el suceso de 1610, cuando los portugueses al mando de Diego de Vasconcelos se negaron a unirse a los Españoles para expulsar a los holandeses¹¹⁵. Al margen de esta ya típica acusación, la realidad es que los cuatro barcos portugueses enviados en apoyo de don Juan de Silva habían caído derrotados anteriormente¹¹⁶, por lo que la expedición había salido, entonces, para esperar en el estrecho de Singapur naves amigas que nunca llegarían.

Entre tanto, a lo largo de 1615, la armada de Spilbergen había atravesado el estrecho de Magallanes desembarcando en Chile donde tuvo contacto con los indios Mochas; lo que resulta sumamente curioso de este episodio es el hecho de que, siendo perseguido por la flota que había mandado juntar bajo el mando de Rodrigo Mendoza el virrey del Perú, Spilbergen se contentó tan sólo, en la indefensa Acapulco, con intercambiar prisioneros¹¹⁷. Tras dejar Acapulco, Spilbergen, partió hacia Manila con la intención clara de entorpecer el tráfico de las Filipinas, que, por otra parte, habían quedado indefensas tras la partida de don Juan de Silva, quien, tras meses de espera, había tenido que buscar refugio en Malaca, donde murió de unas fiebres como la mayor parte de su tripulación que regresó tan destrozada a Manila que para los contemporáneos parecía que habían entrado en combate.

El intento de cierre del puerto por parte de los holandeses no fue del todo exitoso porque los galeones lograron cruzarlo llegando hasta Cavite donde se pudieron reunir suficientes fuerzas para, en 1617, una vez más, derrotar a los holandeses en Playa Honda, lo que produjo entre los habitantes de Filipinas dos sensaciones contrapuestas: intranquilidad y calma. La primera porque esperaban la siempre retrasada ayuda de una corona ocupada en importantes problemas en Europa, la segunda porque por el momento habían superado el mal trago.

¹¹⁵ BOXER, «The Portuguese and Spanish rivalry in the far east during XVIIth century».

¹¹⁶ BOXER, «The Portuguese and Spanish rivalry in the far east during XVIIth century».

¹¹⁷ Los holandeses, parece que respetando hasta cierto punto el tratado, se contentaban sólo en atacar zonas que ellos consideraban que no estaban ocupadas o que no caían según su punto de vista bajo el poder de los españoles. Esto nos vincula a una discusión más importante que no se trata aquí, el problema de la propiedad o cuando un territorio está justamente ocupado, lo que tendría como corolario, como nos ha señalado Manuel Herrero, en las paces de 1648 que se delimitaran cuáles eran las condiciones para considerar a un territorio ocupado. Sobre estas visiones me ha resultado muy útil el libro ya citado de Benjamin SHCMT, *Innocence Abroad. The Dutch imagination and the new world. 1500-1700* (Cambridge, 2001), en especial la página 206 que trata del encuentro de Spilbergen con los indígenas de la Mocha. Es más que evidente que esto sirvió para generar una idea de los Chilenos como posibles amigos, lo que justificó su intervención en la ofensiva de los cuarenta como demuestra este autor, pp. 206 y ss.

5. La evangelización del Japón y los problemas comerciales

La preparación de las armadas y la conquista de las Malucas por manos castellanas no eran los únicos conflictos que ambos imperios tenían entre sí. Desde que uno de sus miembros, San Francisco Javier, muriera en la evangelización de la China la compañía de Jesús había gozado de importantes intereses en Asia, además de buenas relaciones con la corte de Lisboa. Esto le había valido, tras la unión de las dos coronas, que se dejase a la compañía de Jesús, bajo la égida del patronato portugués y un breve papal, la evangelización en solitario de Japón¹¹⁸.

La exclusividad de la compañía, al fin y al cabo una orden reciente, no dejó de suscitar críticas de otras órdenes religiosas: agustinos, dominicos y franciscanos, que llegados a Asia a través de las Filipinas no veían con buenos ojos la exclusividad de la compañía en la evangelización de China. La raíz principal de esa rivalidad radicaba en las diferentes visiones que de la teología y la evangelización tenían estas órdenes religiosas. Sin embargo, durante casi cuarenta años, no se rompió dicho monopolio y hubo que esperar para eso mediados de la década de los ochenta, cuando la colonia Filipina empezaba a crecer y ambicionar nuevo espacios¹¹⁹.

En 1584, una nave proveniente de Filipinas, llevada por los vientos, enclavaba en Hirado, puerto del Japón. Los hispanos llevaban ya tiempo ambicionado tratos con los japoneses para expandir la fe y establecer una factoría. Mientras, el daymo Maatsura, sumido en la guerra civil que unificaría Japón, buscaba rivalizar con Nagasaki, puerto dejado a la compañía de Jesús y controlado por el gran Hideoyoshi. El resultado de aquel fortuito accidente fue el envío de una embajada japonesa a Manila. Esto fue visto como una oportunidad, tanto para los comerciantes como para las órdenes, que tuvieron en esta visita la ocasión para desafiar la exclusividad que hasta el momento habían gozado los jesuitas en la evangelización del Japón. Para ello debían desobedecer una orden papal, acción que justificaron porque ningún breve podía impedir el proceso de evangelización¹²⁰. Por ello no es extraño que uno de los que con más celo buscaban la partida para Japón fueran los franciscanos, quienes desde Bernardino de Sahagun veían en la evangelización

¹¹⁸ Dauril ALDEN, *The making of an enterprise. The society of Jesus in Portugal, Its empire and beyond 1540-1750* (Stanford, 1996), p. 132. Sobre la evangelización como motor de la expansión contamos con la obra de Boxer.

¹¹⁹ El marco general ha sido tratado por Ollé, *La empresa de China. De la Armada Invencible al Galeón de Manila*.

¹²⁰ María Fernanda G. DE LOS ARCOS, «The Phillippine colonial elite and the evangelization of Japan», *Bulletin Portuguese/Japanese Studies* 4 (2002): 63-89; Pedro Lage Reis CORREIA, «Alessandro Valignano attitude towards jesuit and franciscan concepts of evangelization in Japan 1587-1597», *Bulletin of Portuguese Japanese Studies* 2 (2001): 79-108; Pedro MOREJON, «Acerca de la división de las provincias entre las religiones del Japón», en *Monumenta Storica Japoniae*, ed. Joseph Franz Schutte (Roma, 1975), pp. 759-766.

del sudeste asiático el siguiente paso en el peregrinar de la iglesia de oriente a occidente¹²¹.

La llegada del padre dominico y los franciscanos al Japón abrió una serie de fricciones entre las órdenes. A los jesuitas no les apetecía perder su hegemonía en la evangelización del Japón, mientras los franciscanos denunciaban el monopolio de la religión por parte de los jesuitas. El cruce de acusaciones entre ambas órdenes en un momento de tensión es posible que no hiciera agravar las tensiones en la sociedad japonesa que había visto triunfar Hideoyoshi. Éste a lo largo de la década de los noventa desarrolló un programa de expansión sobre Corea que asustó bastante a los manileños y, en especial, a su gobernador. Tras ello Hideoyoshi estableció contacto con Manila buscando mejorar su posición con respecto al monopolio ejercido hasta entonces por los portugueses y la compañía.

El resultado de toda esta acción fue agravar las tensiones entre las órdenes tanto en Japón, donde ambas competían, como en las Cortes europeas. Roma, Madrid y Lisboa se vieron anegadas de cartas que trataban el problema, sobre todo después del martirio de los franciscanos en Nagasaki en 1597, que dio una cierta posición de supremacía a la orden, mientras los jesuitas contestaban por boca de Valignano con una fuerte apología de su misión en Japón¹²². La tensión entre ambas órdenes se resolvió a favor de ambas. Los franciscanos no podrían entrar en Japón por Filipinas sino por el Asia portuguesa, lo que no dejó de levantar protestas en la Iglesia hispana, que buscó con denuedo la posibilidad de que entrasen los religiosos por Manila.

La lucha entre ambas órdenes se resolvió en 1603 cuando el papa dio un nuevo breve en el que se reconocía el derecho de las órdenes a entrar en Japón por la vía de Filipinas. La contestación no se hizo esperar. Los jesuitas no querían verse privados de su posición aún hegemónica por lo que intervinieron tanto en Lisboa como en Roma, los comerciantes portugueses vieron en esto un peligro aún mayor. La apertura de la ruta Manila – Japón suponía un problema pues tras los misioneros llegarían los comerciantes, lo que generaba conflictos de competencia entre ambos. Así el consejo de Portugal subrayaba que la discusión no era tanto por un problema religioso sino también y no menos importante una materia comercial de la que hacían depender la continuidad del imperio portugués de Asia¹²³.

El debate alcanzó alto grado de tensión. No se trataba tanto de los intereses cruzados de las órdenes y el problema de la evangelización sino, una vez más, de definir los límites de desarrollo de ambos imperios, una cuestión que se discutió con fuerza entre 1608 y 1618, mientras se producía la apropiación de las Malucas por parte de los castellanos. Pero aquellos no eran los únicos problemas.

¹²¹ PHELAN, *El reino Milenario de los franciscanos en el nuevo mundo*.

¹²² Lage Reis CORREIA, «Alessandro Valignano attitude towards jesuit and franciscan concepts of evangelization in Japan 1587-1597».

¹²³ AGI, Filipinas, 4, N4, 1-6.

6. La embajada de don García de Silva y las diferentes visiones de la política de la Monarquía

En 1612 la monarquía decidió enviar, en respuesta a otra serie de embajadas, a don García de Silva a Persia. La intención principal era contrarrestar el poder del turco en el Mediterráneo¹²⁴. Las tensiones de la embajada de don García deben ser situadas dentro del giro político que supuso la llegada de Felipe III al poder.

Diferentes monografías publicadas discuten de manera implícita los gradientes de la política exterior del reinado. Paul Allen, por ejemplo, ha criticado a Jonathan Israel por prestar excesiva atención a los sucesos de América y Asia, que él considera menores. Además, ha criticado la idea de que la política de la monarquía estuviera guiada por el pacifismo, cuestionando de paso el giro mediterráneo o que la expulsión de los moriscos, en esto sigue a Bernard Vincent y Antonio Domínguez Ortiz, estuviera relacionada, o en parte provocada, por la firma de la tregua de los doce años. Desde su punto de vista, la monarquía mantuvo «la gran estrategia» que había caracterizado la política castellana hasta que la tensión estructural de una hacienda exhausta obligó a una tregua, que únicamente tenía como finalidad recuperar la monarquía para continuar la guerra más adelante¹²⁵.

De otra opinión es Bernardo José García García, quien expone que la política de la monarquía estaba claramente orientada hacia la paz y con unos claros matices mediterráneos, algo que ya había sugerido Jonathan Israel¹²⁶. Una política que según él consistía en dos acciones complementarias. Por un lado, la búsqueda de la reforma general – los planes de reforma militar y de regeneración aplicados en la misma monarquía y en otras partes, avalarían esta teoría –, y por el otro, una política exterior guiada por una serie de golpes de efecto que no ocasionaban gran gasto y que podían ayudar a mantener la reputación, al tiempo que consolidaban la posición de la monarquía¹²⁷. Manuel Rivero ahondando en aquel análisis ha señalado que la política de Felipe III vendría a recoger tendencias anteriores, contrastando una

¹²⁴ Sobre este embajador existe en castellano una amplia bibliografía, en parte porque él mismo dejó un relato completo de su embajada que necesitaría una buena edición moderna. Véase: Carlos ALONSO, *Don García de Silva y Figueroa. Embajador en Persia* (Badajoz, 1993); García de SILVA Y FIGUEROA, *Epistolario diplomático. Edición y estudio preliminar de Luis Gil* (Cáceres, 1989). También contamos con una puesta en situación de las embajadas anteriores a Silva y Figueroa en Luis GIL FERNÁNDEZ, *El imperio luso español y la persia safávida. 1582-1605*, II vols., vol. I (Madrid, 2007), aunque todavía no hemos tenido acceso al segundo tomo de dicha obra que esperamos nos sea de utilidad.

¹²⁵ ALLEN, *Felipe III y la pax hispánica. 1598-1621*.

¹²⁶ ISRAEL, *La República holandesa y el mundo hispánico, 1606-1661*.

¹²⁷ Bernardo José GARCÍA GARCÍA, *La pax Hispánica. Política exterior del duque de Lerma* (Leuven, 1996); en la misma línea se encuentra su artículo, Bernardo José GARCÍA GARCÍA, «Ostende, Kinsale y Argel: Tres empresas para Felipe III», en *Irlanda y la monarquía hispánica: Kinsale 1601-2001. Guerra, Política, exilio, y religión* (Madrid, 2002).

política católica con una política hispana de marcado carácter mediterráneo que encontraría su revitalización bajo el gobierno del duque Lerma¹²⁸.

Magdalena Sánchez ha criticado ambas visiones y en especial la idea de un giro mediterráneo. Así, en su estudio titulado *The empress, the queen and the nun: Women and power at the court of Phillip III of Spain* nos muestra la coexistencia de diversos grupos de poder entre los que sobresale uno alrededor de la Casa de la Reina que buscaba poner coto a los desmanes del Duque de Lerma, al tiempo que buscaba influir en la adopción de una política más imperial, luego defendida a capa y espada por el antiguo embajador en Viena, don Baltasar de Zuñiga. Por último, Antonio Feros ha indicado que si bien en un principio se puede observar la continuidad entre los principios de Felipe II y Felipe III, pronto el gobierno de Felipe III va a buscar una alternativa a la política belicista practicada por Felipe II¹²⁹.

Ahora bien, creemos que para interpretar la política de Felipe III tenemos que tener en cuenta su pesada herencia. Las guerras conducidas por su padre en Francia, Holanda e Inglaterra supusieron una enorme losa para la hacienda pues, como hemos visto, la guerra económica llevada desde mediados de la década de los ochenta contra los holandeses e ingleses, que supuso el cierre de los puertos hispano-lusos para ambas naciones, tuvo como corolario que los márgenes de riesgo del contrabando crecieran, reduciéndose a su vez los de las expediciones, en parte porque la caída de Amberes en 1585 había provocado una emigración hacia las provincias rebeldes de un sinnúmero de personas entre las que encontraban mercaderes con conocimientos y la posibilidad de establecer contactos en otros continentes¹³⁰. Todo esto no hizo sino coadyuvar a la creación de las diversas compañías dedicadas al comercio con lugares lejanos, entre los que se incluía el sureste asiático y también el medio oriente. Esto tuvo como consecuencia un aumento de tensión en las zonas productoras de especias y sal, al tiempo que nuevos conflictos en nuevas zonas como: el Pacífico y el Índico.

Ante esta situación, desde nuestro punto de vista, la política de Felipe III se dividió en un triple haz: en primer lugar cerrar los frentes abiertos tanto con Francia como con Inglaterra, al tiempo que se abría un tratado comercial con las ciudades de la Hansa con el que se intentaba compensar de manera directa los embargos a los barcos neerlandeses; en segundo lugar, fortalecer su posición tanto en el sudeste asiático como en el Caribe¹³¹. La intención

¹²⁸ Manuel RIVERO RODRIGUEZ, «¿Monarquía Católica o hispánica?. La encrucijada política norteafricana entre Lepanto (1571) y el proyecto de la jornada de Argel (1618)», en *La monarquía hispánica en tiempos del Quijote*, ed. Porfirio Sanz Camañes (Madrid, 2005), pp. 593-615.

¹²⁹ Antonio FEROS, *El duque de Lerma. Realeza y privanza en la España de Felipe III* (Madrid, 2002).

¹³⁰ Peter C. EMMER, «The first Global war: The Dutch versus Iberia in Asia, Africa and the new world 1590-1609», *e-journal of Portuguese History* 1 (2003). También en BOXER, *The Dutch seaborne empire*, pp. 18-19.

¹³¹ Carlos Gómez-Centurión JIMÉNEZ, *Felipe II, la empresa de Inglaterra y el comercio septentrional. 1566-1609* (Madrid, 1988), pp. 357-358.

con estas dos acciones fue la de cercenar las posibles vías de escape a los holandeses aplicando para ello una política militar de largo alcance, con la que se intentaba complementar, inconsciente o conscientemente, la política de embargos que había tenido como corolario un aumento de tensión en el Atlántico y en el sudeste Asiático. En tercer lugar, la aplicación de un giro mediterráneo a la política exterior de la monarquía recuperando una política que se veía sustentada por viejos ideales de cruzada que aún continuaban vigentes en el interior de una Monarquía Católica que tenía algunos visos de hispánica¹³².

Si esta fue la política de Felipe III y el duque de Lerma está claro que tuvo más o menos éxito. Ahora bien, la tregua sólo pudo ser posible por el interés que mostraron las Provincias Unidas en ella. En aquel momento, éstas se encontraban en una situación parecida a la castellana¹³³. Los largos años de guerra habían sido igualmente lesivos para los dos contendientes; además, los holandeses habían visto como ingleses y franceses reducían sus ayudas tras la firma de la paz con la Monarquía Católica. Además, con su firma, los hijos de Albión se habían asegurado la posibilidad de comerciar con los puertos españoles convirtiéndose en un peligro para los intentos hegemónicos del comercio holandés, al tiempo, no lo olvidemos, que continuaban su expansión tanto por el Levante como por el sudeste asiático a través su compañía de las Indias Occidentales (EIC)¹³⁴.

La firma de la paz, por tanto, produjo un importante debate en la Monarquía, especialmente en Portugal, que mostraba ciertas reticencias a seguir la política delimitada por los Austrias, dado que consideraban que ésta, hasta cierto punto, lesionaba sus intereses o no los tenía suficientemente en cuenta. La hostilidad mostrada por los portugueses a la embajada de don García de Silva tendría razón de ser tanto en la agresión que suponía el envío de un castellano a negociar una tregua que correspondía a la esfera de Portugal, como el tipo de tregua que don García de Silva iba a firmar. Porque si su embajada tenía como misión principal generar un segundo frente contra el turco que permitiera alentar la política mediterránea desarrollada por Lerma, a los portugueses les interesaba más aumentar su presencia militar en la zona, en franca competencia con ingleses y holandeses, para asegurar su presencia en una plaza tan estratégica como Ormuz. Máxime cuando el Sha Abbas estaba posiblemente tan interesado en abrir un frente contra el turco como en mejorar su posición política a través del control del mercado de especies y seda que fluía por su territorio. No podemos olvidar que en paralelo al surgimiento del «nuevo estado persa» la ruta terrestre de las especias se había

¹³² Sobre esta política ha incidido: Rivero RODRIGUEZ, «¿Monarquía Católica o hispánica?. La encrucijada política norteafricana entre Lepanto (1571) y el proyecto de la jornada de Argel (1618)».

¹³³ ISRAEL, *The Dutch Republic. Its rise, greatness and fall. 1477-1806*, pp. 399 ss.

¹³⁴ BRENNER, *Merchants and revolution. Commercial change, political conflict, and London overseas traders, 1550-1653*.

revitalizado al encontrar en ella cierta seguridad para el tránsito. Una revitalización que favorecía a los comerciantes ingleses y holandeses que compraban dichos productos bien en el levante medio-oriental, bien en sus lugares de producción, y por lo tanto no estaban tan interesados en abrir una guerra que pudiera, al desestabilizar la zona, cerrar sus posibilidades de acceso a la especias. El conflicto entre don Garcia de Silva y don Luis de Gama es posible que no sólo se refiera a un problema de naturaleza y origen del primero, que no puede ser descartado, sino que también fuere un síntoma de un conflicto más profundo, el que estaba generando las políticas de Felipe III en Portugal.

7. Las Cortes de 1619 y la visión portuguesa

En 1619 Felipe III viajaba a Portugal para celebrar Cortes. Como señala Pedro Cardim, el viaje había sido largamente aplazado¹³⁵. La lejanía real el hecho que no se hubieran convocado Cortes desde 1583 habían hecho crecer el resentimiento. Éste nacía, entre otros motivos, en que el rey y su valido habían contrapesado la fuerte política de contención fiscal desarrollada en Castilla, ante la negativa de Cortes y ciudades a conceder más empréstitos, con el aumento de rentas provenientes de otras coronas: la renta del palo de Brasil, la de la pimienta, la venta de oficios o de perdones a los judíos portugueses¹³⁶. Emolumentos con los que intentaba salvar el impasse sumido por la caída de los haberes castellanos, lo que no hacía sino generar problemas en un reino que decía ver erosionados sus privilegios y prerrogativas tanto por el crecimiento fiscal, que había suscitado diversos problemas, como por las sucesivas y diversas intervenciones por parte de Lerma. Éste intentó, a principios del reinado crear paralelamente al *Conselho da Fazenda*, instituido por Felipe II en 1591, una junta – *Junta da Fazenda* – controlada por tres españoles con la que intentaba aumentar los ingresos de las rentas portuguesas, en especial las que venían del mundo indiano. La oposición portu-

¹³⁵ Reiteramos el agradecimiento a Pedro Cardim por haberme dejado leer su artículo sobre la relaciones entre Felipe III y Portugal, amén de sus notas sobre las Peticiones de Cortes de 1619. Sin ambas cosas este último punto hubiera sido imposible de tratar. Pedro Cardim, «Felipe III, a “Jornada de Portugal” e as Cortes de 1619», *en prensa* (2008). Una visión panorámica sobre las Cortes en António Manuel HESPANHA, «As Cortes e o reino. Da união à restauração», *CADERNOS de História Moderna* 11 (1991): 21-56.

¹³⁶ BOYAJIAN, *The Portuguese trade in Asia under Habsburgs 1580-1640*; José MARQUES, «Felipe III de Espanha II Portugal e a inquisição portuguesa face ao projecto do 3 perdão geral para os cristãos novos portugueses», *Revista da Faculdade de Letras. História* 10 (1993); Jean-Frédéric SCHAUB, «Dinâmicas políticas en el Portugal de Felipe III (1598-1621)», *Relaciones* 73 (1998): 197-200, 171-210. Interesante resulta también la intervención en Brasil, comparable a los intentos de aumentar los ingresos en el mundo americano véase Guida MARQUES, «O Estado do Brasil na União Ibérica: dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal», *Penelope* 27 (2002): 7-35.

guesa acabó con su disolución y la creación de un *Conselho da India*, que, igualmente, fue abolido en 1614¹³⁷.

La obsesión por aumentar las rentas hizo que Lerma iniciase en Portugal una fuerte política de ventas de oficios para sufragar gastos diversos, entre los que se contaba, aunque no sólo, la armada de Filipinas hecha para abrir los tratos con Sevilla¹³⁸, además de nombrar a un castellano, el conde de Salinas, extranjero a vista de los portugueses, como virrey de Portugal¹³⁹. Tan seguidas intervenciones no dejaron de resultar problemáticas y cuajaron en cierto modo en la reunión de Cortes de 1619. En aquellas Cortes el valido y su entorno intentaron aplicar una política de intervención que tiene su paralelo en aquella que ambos habían aplicado en los reinos castellanos. Así a través de la mediación del virrey Salinas, la corona intervino en las ciudades para lograr que se eligiesen procuradores afines a sus intereses¹⁴⁰, una política que la corona ya había aplicado con diversos medios en sus diferencias en la corona de Castilla,¹⁴¹ aunque falte quizás por evaluar de manera más directa el peso que las ciudades portuguesas tuvieron en la discusión, las tensiones que entre ellas existían – la influencia del predominio lisboeta –, la relación de sus elites ciudadanas bien con el comercio indiano, bien con el propio imperio un lugar donde buscar un crecimiento social.

A pesar de los manejos del conde Salinas, las cuestiones más candentes, que ya habían surgido en la entrada real a la ciudad de Lisboa, fluyeron con fuerza¹⁴². La defensa del mundo asiático y la participación de los portugueses en el rentable comercio imperial fueron temas que no se obviaron y figuraron en las construcciones realizadas para recibir a los reyes, junto con el recordatorio reiterativo de la majestad del imperio portugués¹⁴³.

Ahora bien, en las Cortes, las peticiones fueron por otro camino. Nobleza, clero y pueblo, a pesar de sus diferencias, pedían el respeto para las

¹³⁷ Santiago de Luxán MELÉNDEZ, «El control de la hacienda portuguesa desde el poder central: La junta de hacienda de Portugal 1602-1609», *Revista da Faculdade de Letras. História* 9 (1992): 119-136; Mendes da LUZ, *O Conselho da Índia*, pp. 81-89.

¹³⁸ Véase la respuesta dada a la queja presentada por la Nobleza en las Cortes de Portuguesas de 1619. CAPÍTULOS GERAIS DE 1619 Arquivo Histórico Parlamentar Livros de Cortes, tomo VII 160 «Que não se vendam fortalezas da Índia e viagens da China com prejuízo daqueles a quem o rei dá mercês. R: Que o remédio foi necessário para fazer uma armada de protecção da Índia e Filipinas e que mais valera que pensassem noutros meios de socorro.»

¹³⁹ Sobre este virrey: Trevor J. DADSON, «Conflicting views of the last spanish viceroy of Portugal 1617-1621: Diego de Silva y Mendoza», *Portuguese Studies* 7 (1991): 28-60; Trevor J. DADSON, «Más datos para la biografía de Don Diego de Silva y Mendoza, Conde de Salinas», *Criticon* 34 (1986): 6-26; Trevor J. DADSON, «Portugal, España e Inglaterra a principios del siglo XVII: las maniobras de los Conde de Salinas y Gondomar», *Península, Revista de Estudos Ibéricos* 4 (2007): 23-33; Claude GAILLARD, *Le Portugal sous Philippe III d'Espagne. L'action de Diego de Silva y Mendoza* (Grenoble, 1983).

¹⁴⁰ CARDIM, «Felipe III, a “Jornada de Portugal” e as Cortes de 1619».

¹⁴¹ Sobre esta creciente intervención en las Cortes véase: Juan ELOY GELABERT, *La bolsa del rey. Rey, reino y fisco en Castilla (1598-1648)* (Barcelona, 1997).

¹⁴² CARDIM, «Felipe III, a “Jornada de Portugal” e as Cortes de 1619».

¹⁴³ CARDIM, «Felipe III, a “Jornada de Portugal” e as Cortes de 1619».

prerrogativas y privilegios portugueses, que se parase el nombramiento de extranjeros para el gobierno de Portugal, aunque al mismo tiempo, la nobleza pidiese asientos en la capilla real de palacio, en las cercanías de la persona real y que se le tuviese en cuenta en embajadas y demás oficios importantes que debían ostentar personas de su rango en tan inmenso imperio. Unas quejas que nos hablan, en cierto modo de su alejamiento de los centros de decisión de las Cortes hispanas¹⁴⁴.

Mientras los capítulos del pueblo solicitaban que no se realizasen levas para Flandes y que no se vendiesen los oficios reales, al tiempo que se respetase los ideales de justicia y servicio que debían guiar la concesión de hábitos de órdenes, para lo que se pedía la creación de un consejo. A pesar de estas diferencias en cuestiones derivadas de la defensa del reino estaban de acuerdo en otras, bien fuera en la petición de la creación de una armada financiada con un impuesto sobre el pescado para que fuera enteramente portuguesa, o en la recuperación de algunos territorios que los portugueses habían perdido a manos de los españoles como Ternate y Tidore, amén de que la nobleza tratase de evitar los tejemanejes a los que los aliados del valido estaban sometiendo a la renta de la pimienta¹⁴⁵.

Las Cortes mostraban un resquemor variable, los fidalgos buscaban mantener sus plazas en el interior de la esfera de relación de Portugal, mientras los nobles parece que querían incorporarse a toda costa a los centros de poder de la Monarquía. Ambos mostraban un interés creciente por mantener la posibilidad de crecer socialmente en el interior del imperio portugués. Una posibilidad que podía verse cercenada por la cada vez mayor, en su opinión, interferencia de los castellanos que no tenía, sin embargo, muchas contrapartidas a ojos de los hidalgos portugueses, que, sin embargo, estaban participando activamente en los diversos frentes como capitanes. En este caso queda mucho por saber de las elites ciudadanas, de sus intereses, de sus relaciones con el imperio, de su participación, para trazar una visión completa de la relación e integración de las elites portuguesas en el ámbito de la Monarquía de los Austrias. Un punto de contacto que todavía queda por revisar.

Conclusiones

En resumen, los problemas habidos en el sudeste asiático durante el reinado de Felipe III resultan claves para comprender su reinado y los sucesos posteriores. En este trabajo, siguiendo las recientes monografías dedicadas a su gobierno, al tiempo que los problemas suscitados por una

¹⁴⁴ CAPÍTULOS GERAIS DE 1619 Arquivo Histórico Parlamentar Livros de Cortes, tomo VII, Peticiones, 152, 154.

¹⁴⁵ CAPÍTULOS GERAIS DE 1619 Arquivo Histórico Parlamentar Livros de Cortes, tomo VII véase las peticiones coincidentes.

isla de las especias que nos ha servido como núcleo del relato, hemos pretendido revisar sus políticas para observar, desde una perspectiva asiática, por qué estas relaciones son claves para entender la tensión entre ambos reinos.

La unión había supuesto que los intereses de la Corona Portuguesa se supeditaban a aquellos de la Casa de los Austrias españoles, quienes centraban su política en diversos tableros, como consecuencia de la defensa de los derechos de la dinastía real a los territorios septentrionales borgoñones. La tensión provocada por el mantenimiento de este frente septentrional – Holanda y Francia – con el frente meridional tuvo como resultado que los portugueses pasaran de ser neutrales intermediarios en el comercio que unía el grano báltico, la sal de Setúbal y las especias de la India, a ser un arma en la guerra comercial de la Monarquía contra sus súbditos rebeldes, lo que hasta cierto punto obligo a ésta a abrir el paso a los comerciantes portugueses por el imperio, bien mediante el disimulo, bien por las facilidades que ofrecía la unión de las dos coronas para el comercio.

La fuerte guerra comercial iniciada por la dinastía de los Austrias supuso un aumento en los márgenes de beneficio de las expediciones. Holandeses e ingleses necesitados de sal y especias baratas no dudaron en invertir para encontrarlas lejos de los que habían sido sus centros de abastecimiento. El Atlántico, Índico y Pacífico fueron surcados por barcos pertenecientes a ambas naciones. La dinastía de los Austrias vio entonces como al mantenimiento de los frentes septentrional y meridional se sumaban los lejanos territorios del imperio.

La hacienda castellana que había soportado buena parte del peso de esta defensa, dio muestras de cansancio. La corona, entonces, necesitada de dinero intentó aumentar sus ingresos, bien aumentando los impuestos a zonas antes exentas: se extiende la alcabala en América, se funda en Portugal el *Conselho da Fazenda*¹⁴⁶, o se convocan Cortes en Castilla para regular los servicios que sacaran al rey de apuros. En aquellas Cortes, las últimas de Felipe II cuajó un amplio espectro de críticas a la gestión de la política real – en especial las guerras de Francia y Holanda – lo que contribuyó, sino estimuló, la decisión de Felipe II de cerrar hostilidades con Francia y ceder el gobierno de los Países Bajos.

Felipe III dio inicio a su reinado con una fuerte deuda heredada de su padre y una guerra contra Holanda cada vez más internacionalizada. La continuidad de los parámetros de guerra comercial que había observado su padre hacían que tuviera que enfrentarse cada vez con más frecuencia a conflictos en el Atlántico: Salinas de Punta Araya, el Índico: Ormuz, y el Pacífico: las islas de las Especias. Las frecuentes necesidades económicas de Felipe III hacían que necesitase la paz con los «rebeldes holandeses». Para ello debía ampliar el radio de acción de sus políticas: toma de Ternate e inter-

¹⁴⁶ Bernard LAVALLE, «La rebelión de las Alcabalas. Quito, Julio de 1592-abril de 1593. Ensayo de interpretación», *Revista de Índias* 44 (1984): 141-201; Bernard LAVALLE, *Quito et la crise de l'alcabala: 1580-1600* (Paris, 1992); Mendes da LUZ, *O Conselho da Índia*.

vención en las Salinas de Punta Araya, con la intención de formalizar su posición en una posible negociación con los ingleses y holandeses¹⁴⁷. Aquella política fue, hasta cierto punto, un éxito aunque reconocía la posibilidad de que tanto holandeses e ingleses gozasen el mantenimiento de un status-quo. La tregua buscaba entonces recuperar el erario para quizás dar el golpe final. Mientras tanto Felipe III daría paso a una serie de golpes de efectos de no gran gasto y centrados sobre todo en uno de los puntos clave a la hora de controlar otra importante ruta comercial: el Mediterráneo, que estaba siendo disputada por holandeses e ingleses.

Para continuar sus políticas Felipe III necesitaba ingresos. Las cortes castellanas parecían reacias a seguir sufragando empresas en el exterior por lo que a través del contrato de millones intentaron asegurarse que los ingresos fueran gastados en la defensa del reino¹⁴⁸. Para aumentar el dinero para sus empresas Felipe III y Lerma recurrieron a las rentas monopolizadas por la dinastía en las diversas coronas, en el caso de Portugal rentas y especias. La necesidad de controlar estas entradas se tradujo en seguidos intentos de formalizar y controlar la política portuguesa. Para ello Lerma tuvo que recurrir a su círculo, lo que implicó el nombramiento de no naturales para su gobierno, teniendo como resultado un aumento de la tensión entre ambas partes. Los intentos de control de Lerma se traducían en sucesivos conflictos de jurisdicción que como indica Schaub no presagiaban la ruptura sino que eran inherentes al propio sistema de gobierno hispano¹⁴⁹.

Esta política de Lerma, generó tensiones, coadyuvó al asentamiento de una serie de mercaderes y banqueros portugueses en Sevilla. Aquéllos pronto se conformaron en un fuerte grupo de poder que controlaban diversos negocios, lo que hasta cierto punto significó su fracaso, pues en la década siguiente fueron buscados para sustituir a los genoveses, lo que es más que probable que suscitara en la década de los 30 un agrio resen-

¹⁴⁷ Una interesante lectura desde este punto de vista en páginas dedicadas por ISRAEL, *La República holandesa y el mundo hispánico, 1606-1661*, pp. 41-83.

¹⁴⁸ Sobre las Cortes castellanas y el contrato de millones existe una amplia bibliografía, esenciales desde mi punto de vista resultan las siguientes obras: Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO, *Fragmentos de monarquía* (Madrid, 1992), *Monarquía y reino en Castilla 1538-1623*; José Ignacio FORTEA PÉREZ, *Monarquía y Cortes en la Corona de Castilla. Las ciudades en la política fiscal de Felipe II* (Valladolid, 1990); Charles JAGO, «Crown and Cortes in Early modern Spain (review Essay)», *Parliaments Estates and representations* 12 (1992): 177-192; Charles JAGO, «Parliament, Subsidies and Constitutional change in Castile 1601-1621», *Parliaments, Estates and Representation* 13 (1993): 123-137; Irving Anthony Alexander THOMPSON, «Crown and Cortes in Castile 1590-1655», *Parliaments Estates and representations* 2 (1982): 29-45; Irving Anthony Alexander THOMPSON, «La corona y las cortes de Castilla 1590-1665. Dos estudios sobre las Cortes de Castilla en la Edad moderna», *Revista de las Cortes Generales* 8 (1986).

¹⁴⁹ Jean-Frédéric SCHAUB, «Dinámicas políticas en el Portugal de Felipe III (1598-1621)», *Identification du juriconsulte. Composition et conflits d'autorités dans les sociétés ibériques au XVII^e siècle* (Paris, 2005); Jean-Frédéric SCHAUB, *Le Portugal au temps du comte-duc d'Olivares (1621-1640). Le conflit de juridictions comme exercice de la politique* (Madrid, 2001).

timiento que fue el origen de los muchos procesos inquisitoriales que se incoaron a mucho de ellos¹⁵⁰.

Esta sucesión de enfrentamientos y una cada vez mayor intervención por parte de los Austrias en la corona portuguesa no es, sin embargo, ninguna autopista hacia la restauración, por parafrasear una frase ya famosa, sino que nos muestra lo mucho que queda por estudiar: sobre todo las ambiguas relaciones tanto de la aristocracia como de las elites ciudadanas portuguesas con la Monarquía de los Austrias. Sólo revisando en profundidad estas relaciones podremos en un futuro ofrecer una nueva visión no sólo de la *Restauração* sino de la relación y diferencias entre ambos imperios dentro de una historia global que tenga presente las complicadas relaciones internacionales y su impacto en los diferentes imperios.

¹⁵⁰ BOYAJIAN, *The Portuguese trade in Asia under Habsburgs 1580-1640*.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA PRODUÇÃO TÊXTIL CHINESA DE EXPORTAÇÃO DESTINADA AOS MERCADOS PORTUGUÊS E INGLÊS

por

MARIA JOÃO PACHECO FERREIRA *

Introdução

Nos últimos anos concentrámos a nossa investigação no estudo da produção têxtil chinesa para exportação, mais concretamente, naquela realizada para o mercado português, entre os séculos XVI e XVIII¹. Neste contexto, e após a inventariação sistemática de espécimes ainda existentes em Portugal (em acervos patrimoniais públicos, eclesiásticos e privados), a que se seguiu a respectiva caracterização e análise, foi-nos finalmente possível enunciar o perfil desta manufactura que designamos sinoportuguesa.

Embora se encontre ainda bastante bem representada nas colecções artísticas nacionais (e até estrangeiras²) e revele uma extraordinária coerência técnico-material e plástico-iconográfica, ao nível dos programas decorativos identificados, esta produção e a conjuntura histórico-artística que lhe subjaz parecem ser se não desconhecidas, pelo menos, ignoradas pela maioria dos investigadores estrangeiros que se têm debruçado sobre os têxteis chineses realizados para a Europa. Com efeito, da diversa bibliografia publicada nos anos mais recentes acerca da manufactura têxtil chinesa que nos

* Investigadora do Centro de História de Além-Mar. Doutoranda em História da Arte na Faculdade de Letras da Universidade do Porto na qualidade de bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

¹ Investigação essa realizada no contexto da dissertação de mestrado: Maria João Pacheco FERREIRA, *As Alfaias Bordadas Sinoportuguesas (séculos XVI a XVIII)*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2007.

² Como é o caso do Victoria & Albert Museum, em Londres, cf. Maria João Pacheco FERREIRA, «Os Têxteis Bordados Sinoportugueses no V & A Museum. Caracterização e análise de uma colecção», in *Revista de Cultura* (Ed. Internacional), Macau, Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (no prelo).

foi possível consultar³, depressa sobressai a ideia de que só com o impulso de Inglaterra e do seu relacionamento comercial com o Império do Meio, encetado através da East India Company, é que este e outros países europeus puderam beneficiar da chegada prolífera dos artigos chineses esquecendo, assim, não só a presença portuguesa na China – consolidada desde meados do século XVI e mantida até 1999 – mas sobretudo o desempenho pioneiro que Portugal terá assumido, na era Moderna, na aquisição e distribuição de obras chinesas pelo Velho Continente, muito em concreto, das porcelanas e dos têxteis.

Face às constatações assinaladas, no presente texto intentamos uma abordagem paralela dos contextos histórico-culturais que marcaram o relacionamento artístico-comercial encetado por Portugal e Inglaterra com o Celeste Império, designadamente no que se refere aos artigos têxteis em seda, acabados e em bruto, que ambos ali adquiriram. Com esse objectivo e com base na investigação desenvolvida até ao presente elegemos três aspectos, a saber: o momento cronológico em que se verifica o início do contacto sistemático dos portugueses e dos ingleses com a seda chinesa; os tipos de produtos por si importados e respectivas características; e, não menos importante, a possível existência de oficinas especializadas na produção para exportação destinada a estes mercados.

Julgamos que os elementos apresentados podem contribuir para o melhor esclarecimento do protagonismo de Portugal na aquisição deste tipo de mercadoria entre as centúrias de Quinhentos e de Setecentos, assim como da especificidade da produção sinoportuguesa, relativamente a realizações também originárias da China mas destinadas a outros mercados europeus, como é o caso do inglês, uma vez reconhecidas algumas diferenças no que respeita às opções transaccionadas pelas duas nações.

1. O contacto dos portugueses e dos ingleses com a seda chinesa

Com a descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama (1469-1524) e a fixação dos portugueses na costa do Malabar desde 1498, o empreendimento dos Descobrimentos Portugueses na Ásia viria a revelar-se, como refere Jorge Borges de Macedo, um extraordinário feito náutico, técnico e económico⁴. A conquista progressiva da costa do Índico, de Poente para Oriente culminando com a tomada de Malaca em 1511, lança Portugal na criação de um Oriente Português, o qual permanece sob a sua

³ Designadamente: Craig CLUNAS (dir. de), *Chinese Export Art and Design*, Londres, Victoria & Albert Museum, 1987; Shelag VAINKER, *Chinese Silk. A Cultural history*, Londres, The British Museum Press, 2004; Verity WILSON, *Chinese Textiles*, Londres, Victoria & Albert Museum, 2005.

⁴ Jorge Borges de MACEDO, *A Rota do Oriente*, in Maria Antónia Pinto MATOS e Miguel SOROMENHO (coord. de), *De Goa A Lisboa. A Arte Indo-Portuguesa dos Séculos XVI a XVIII*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura-Instituto Português de Museus, 1992, p. 20.

tutela, praticamente durante todo o século XVI, quer do ponto de vista estratégico-militar quer economicamente, ao participar e determinar novas regras de comercialização e distribuição na área, designadamente, dos produtos chineses que, por todo o lado, circulavam.

Desde o início do século XVI que Portugal, ciente da relevância da China enquanto um dos mais importantes e menos explorados mercados asiáticos⁵, desencadeou esforços no sentido de uma eficaz aproximação ao Império do Meio, os quais viriam a culminar com a realização de uma primeira viagem de lusos ao Celeste Império, entre Julho e Agosto de 1513, sob comando de Jorge Álvares (m. 1521). Contanto que o reconhecimento oficial das relações de Portugal com a China pela corte imperial daquele país apenas date de 1554, o contacto directo, e de forma quase exclusiva, dos portugueses com aquela nação e os seus produtos torna-se uma realidade, sendo que o estabelecimento de um entreposto comercial em Macau, por volta de 1557⁶, concorre para que tal se verifique de forma mais consolidada.

A seda, um produto leve e dispendioso, tornava-se assim, numa das mais importantes matérias a transaccionar na Ásia oriental. Como assinala Yuko Tanaka, se podia haver países asiáticos cujas populações não necessitavam de pimenta ou chá, o mesmo não se verificava com os têxteis, não só indispensáveis ao seu quotidiano mas considerados entre os mais valiosos bens de que podiam dispor⁷, em particular, quando realizados em matérias nobres e de conceituadíssimo estatuto, como eram a seda e os suportes têxteis de proveniência chinesa.

Este comércio revelava-se de tal forma apelativo que depressa atraiu outras nações europeias, também elas ávidas pelo domínio territorial e comercial em causa. Foi o caso da Grã-Bretanha que, a partir de 1609, através da sua Companhia das Índias Orientais criada em 1600 (à semelhança dos holandeses, promotores em 1602, da Companhia Holandesa das Índias Orientais), conseguiu marcar presença naquela região, ainda que de forma bem mais circunscrita que Portugal⁸; não só não dispunha de um entreposto fixo como depois de 1753, o seu espaço de acção ficou confinado a Cantão, o único porto do Sul da China autorizado aos negócios ultramarinos⁹.

⁵ Cf. Rui Manuel LOUREIRO, *Fidalgos, Missionários e Mandarins. Portugal e a China no Século XVI*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, p. 159.

⁶ Sobre o reconhecimento oficial da presença portuguesa na China veja-se: Jin Guo PING e Wu ZHILIANG, *Para uma Nova Abordagem da História de Macau*, Macau, Instituto Português do Oriente, 2007.

⁷ Yuko TANAKA, «A Comparative Study of Textile Production and Trading from the Beginning of the 16th Century to the End of the 19th Century», in www.lian.com/TANAKA/englishpapers/context.htm (visionado em 2005).

⁸ Sobre a presença inglesa em Macau e Cantão vide os artigos de Rogério Miguel PUGA, «As Primeiras Viagens Inglesas a Macau (1635-1699)», in *Anais de História de Além-Mar*, vol. 6, 2005, pp. 159-214 e «Macau e o China Trade: O estabelecimento regular da East India Company na China», in *DAXIYANGGUO: Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*, n.º 8, 2.º semestre, 2005, pp. 127-154.

⁹ Shelag VAINKER, *op. cit.*, p. 192.

Neste contexto, não será, portanto, de admirar que se conheçam notícias acerca da chegada e consumo de seda e peças têxteis chinesas a Portugal, desde o início de Quinhentos, como se infere do inventário do guarda-roupa do rei D. Manuel (1469-1521), datado de 1521, do qual consta a referência a *huñs espasamentos doratoreo de brocado da China*¹⁰. Refira-se que se num primeiro momento este e outros informes se podem constituir ou interpretar como casos mais ou menos isolados, os mesmos depressa se adensam com o progredir do tempo, sobretudo na segunda metade do século XVI – como demonstram algumas notícias que tivemos oportunidade de recolher¹¹ e que mais adiante se referem – a partir do momento em que os portugueses se fixam em Macau.

Com efeito, e no que reporta à chegada da seda chinesa em bruto, é certo que o sirgo, branco e de cores variadas, integrou, desde o primeiro momento, a carga das naus vindas da Índia para Portugal. Na sua obra, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Vitorino Magalhães Godinho sistematiza alguns elementos a respeito da importação de seda em bruto, ao referir que, logo em 1514, a frota «trouxe 3 quintais, 1 arroba e 27 arrateis, mais dois fardos de seda crua; e nas duas naus vindas mais cedo no mesmo ano a seda representava 54 quintais. Em 1517 a quantidade deste tecido foi de 22 ½ quintais, e no ano seguinte, a seda da China fazia parte da carga embarcada em Cochim. Foram 160 quintais que Lisboa recebeu em 1519»¹².

Presumimos que a quantidade de fio de seda comercializado tenha aumentado de forma substancial e contínua nos anos seguintes já que, em 1585, Juan Gonzalez de Mendoza (1540-1617) assinala «*que salen de la ciudad de Canton, para la India de Portugal cada año, mas de tres mil quintales (...)*»¹³. Mesmo que o número adiantado pelo castelhano possa ser considerado exagerado, este não o seria tanto assim, se levarmos em conta o discurso de Rui Lourido, quando a respeito da circulação da seda não trabalhada, de Macau para Goa e desta para Lisboa (a principal mercadoria a ser transportada), nos informa que «Entre 1580 a 1590 foram levados três milhares de picos (cerca de 180 toneladas) de seda não trabalhada em cada ano»¹⁴. Note-se que, para este acentuado incremento, terão certamente contribuído

¹⁰ Anselmo Braamcamp FREIRE, «Inventário do Guarda-roupa de D. Manuel», in *Archivo Histórico Portuguez*, vol. II, Lisboa, 1904, p. 388.

¹¹ Maria João Pacheco FERREIRA, «Notícias da Seda. Referências à seda chinesa na documentação impressa dos séculos XVI a XVIII e seu impacto na sociedade europeia», in *Revista de Cultura* (Ed. Internacional), Macau, Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, n.º 16, 2006, pp. 119-139.

¹² Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. III, 2.ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1987, p. 78.

¹³ Juan Gonzalez de MENDONZA, *Itinerario y Compendio de las Cosas Notables que ay desde España hasta el Reyno de la China à España volviendo por la India Oriental*, 1585, fl. 84v.

¹⁴ Rui d'Ávila LOURIDO, *A Rota Marítima da Seda e da Prata: Macau-Manila, das origens a 1640*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995, pp. 22-23 (texto fotocopiado).

as posteriores exportações desta matéria-prima para outras nações europeias, concretamente, Espanha, sendo que nos dá disso testemunho Vitorino Magalhães Godinho, ao mencionar o caso de um espanhol, Gomez de Santa Ofemea que «contratou com a Casa da Índia a compra de 600 quintais de pimenta e de toda a seda então lá existente, que recebeu em Março de 1520»¹⁵.

O mesmo não se reconhece, porém, acerca da exportação de seda e peças têxteis neste material para o mercado inglês já que embora esta se intensifique por volta de 1631¹⁶ – altura em que é autorizada a importação, ainda que de forma indirecta¹⁷, de certos artigos como as sedas, tafetás e tapetes bordados da China¹⁸ – apenas parece conhecer um maior volume a partir do século XVIII, com a regularização do comércio da *East India Company* no delta do Rio das Pérolas em 1700. Constituem evidente excepção a este panorama, algumas situações pontuais verificadas anteriormente a esta data, como a aquisição, por meio de pirataria, de navios carregados com mercadoria têxtil chinesa: foi o que se verificou em 1587 quando «fué tomada por el corsario inglés Thomas de Escander¹⁹, junto a la California, la nao «Santa Ana», que iba de Filipinas a la Nueva España, con gran cantidad de oro y mercaderías. (...) Robó el inglés y cargo su nao, de la seda floja y tejida, dajando la mantería de algodón; y hechando en tierra a los que iban en la «Santa Ana», le pegó fuego, y él se hizo a la mar llegando a Londres con todas las velas, banderas, galhardetes, y flámulas, hechas con los tejidos de la China que había robado a la nao española»²⁰.

No século XVIII, a seda, juntamente com o chá e a porcelana, constituíam-se como os principais artigos de luxo a serem transaccionados pela *East India Company*, de Cantão para Inglaterra e, no caso desta fibra, mais do que bens consigo manufacturados, preferia-se antes esta matéria em bruto, em particular aquela mais branca e suficientemente nervosa proveniente de Nankin, difícil de igualar na Europa²¹. Tanto assim, que entre 1709 e 1760

¹⁵ Vitorino Magalhães GODINHO, *op. cit.*, p. 202.

¹⁶ Lanto SYNGE, *Art of Embroidery – History of style and technique*, Woolbridge, Antique Collectors' Book, 2001, p. 306.

¹⁷ Sobre este assunto importa referir que só depois de assinada a Convenção de Goa é que os barcos da Companhia inglesa navegam com sucesso para a China, nomeadamente para Macau onde ali chega a primeira embarcação em 1635. Sobre este assunto veja-se: Rogério PUGA, «A Convenção de Goa (1635) e a primeira viagem (luso-)inglesa a Macau», in *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, n.º 14, 2005, pp. 71-108.

¹⁸ A. D. Howell SMITH, «Recent Acquisitions for Public Collections – VIII. Eastern Embroideries for the Western Market – The Victoria and Albert Museum», in *The Burlington Magazine for Connoisseurs*, vol. 34, n.º 191, Fevereiro 1919, pp. 56.

¹⁹ Thomas Candish ou Cavendish (1555-1592).

²⁰ ARQUIVO GENERAL DE INDIAS, 67-6-18 *apud* Pedro TORRES Y LANZAS, *Catálogo de los Documentos relativos a las Islas filipinas existentes en el Archivo de Indias en Sevilla* e P. Pablo PASTELLS, S.J., *Historia General de Filipinas*, tomo II (1573-1587), Barcelona, Compañía General de tabacos de Filipinas, 1926, p. CCC.

²¹ Louis DERMIGNY, *La Chine et l'Occident: Le commerce a Canton au XVIII^e siècle 1719-1833*, vol. 2, Paris, École Pratique des Hautes Études - Centre de Recherches Historiques, 1964, p. 583.

– um período coincidente com o aumento da moda e gosto pelo tecidos exóticos importados – o volume das peças têxteis propriamente ditas nunca ultrapassou os 5% do total do valor das importações de produtos chineses²², sendo aqui de notar que a sua entrada no país se devia basicamente ao comércio privado²³. E sobre as quantidades que então circulavam, Shelagh Vainker declara que, só em 1750, quase setenta mil quilos de seda em bruto foram importados para a Europa e, que destes, dois terços se destinaram a Inglaterra, enquanto a remanescente foi distribuída, de forma equitativa, por França e Holanda²⁴.

O facto de a Inglaterra importar muita seda em bruto justificava-se à luz de uma intensa indústria têxtil que, muito embora contribuísse, desde a medievalidade, para a prosperidade britânica, não dispunha desta matéria-prima *in loco*. A dificuldade em implementar a sericultura naquele país – apenas seriamente ensaiada depois de Jaime I (1566-1625) ascender ao poder em 1603 e do grande influxo de refugiados huguenotes para aquele país pela mesma altura²⁵ – e nalgumas regiões das suas colónias, como a Georgia e a Carolina do Sul, obrigavam à sua aquisição no exterior, de forma a suprimir as necessidades das grandes companhias, como era o caso de Spitafields e da sua famosa produção das denominadas sedas floridas (*flowered silks* ou *flowered branch*). O cultivo da seda usada em Inglaterra processava-se em diferentes países e esta era utilizada com variados fins, em função das respectivas propriedades: por exemplo, a seda de Bengala de menor qualidade podia ser usada na tecelagem de lenços impressos; a seda para a trama chegava da Pérsia via Turquia e, provavelmente, Sicília, enquanto a seda usada nas teias, necessariamente mais forte e resistente, provinha da região italiana do Piemonte e da China²⁶.

2. Caracterização da produção adquirida pelos portugueses e ingleses

Acerca das peças têxteis tecidas, bordadas ou pintadas que eram importadas para Inglaterra e que perfaziam, nos melhores anos, um volume quase residual de cerca de 5% do total de mercadoria transaccionada no decurso de Setecentos, ao que tudo aponta, estas correspondiam, em termos tipológicos, sobretudo a paramentos de cama e ao que Shelagh Vainker denomina «covers» – isto é, coberturas, sejam elas colchas, destinadas às camas, panos de armar, para revestimento parietal, cortinas para as janelas ou ainda suportes para os espaldares de cadeiras e cadeirões – a que acresciam peças de

²² Verity WILSON, «Silk», in Craig CLUNAS (coord. de), *op. cit.*, p. 22.

²³ Verity WILSON, *op. cit.*, p. 22; Shelagh VAINKER, *op. cit.*, p. 195.

²⁴ Shelagh VAINKER, *op. cit.*, p. 192.

²⁵ Philippa SCOTT, *The Book of Silk*, 2.^a ed., Londres, Thames & Hudson, 2001, p. 205.

²⁶ Nathalie ROTHSTEIN, *Silk Designs of the Eighteenth Century*, Londres, Victoria & Albert Museum-Bulfinch Press Book, 1990, p. 18; Philippa SCOTT, *op. cit.*, p. 207.

vestuário e peças de tecido a metro. Dos primeiros subsistem ainda alguns conjuntos completos e *in situ*: é o caso de um paramento de cama datável de cerca de 1710 e existente em Calke Abbey, em Derbyshire, oferecido pela princesa Anna a Carolina Manners, filha de John Manners, 2.º duque de Rutland (1676-1721), por ocasião do seu casamento com Henry Harpur (1739-1789) em Setembro de 1734; de um outro paramento que permanece em Erdigg, nas proximidades de Wrexham em Wales, adquirido em 1720 e ainda de outro, pertencente a Houghton Hall, em Norfolk, oferecido por Jorge II (1683-1760) ao seu afilhado, por altura do seu baptizado, em 1730²⁷. Compostos por vários adereços, tratam-se de conjuntos verdadeiramente aparatosos²⁸, cujas características funcionais e ornamentais patenteadas as aproximam daquelas produzidas e usadas no quadro das tradições chinesas, na qual a cama, à semelhança do que se verificava na Europa pela mesma altura, desempenhava um importante papel, não só de noite mas também de dia²⁹.

Relativamente ao tipo de mercadoria têxtil chinesa introduzida em Portugal, à seda em fio, importada desde o início do relacionamento luso-chinês, acrescia (cremos que, sobretudo, a partir do momento em que este se consolidou) outro género de artigos realizados neste material, tais como suportes tecidos e bordados e peças acabadas. Em ambos os casos, os espécimes podiam apresentar-se como tipicamente chineses – os quais podiam ou não ser adaptados por artífices especializados a outros desempenhos, em concreto, aqueles de natureza religiosa – ou já em sintonia com os parâmetros estéticos e iconográficos europeus. É pelo menos nesse sentido que nos apontam algumas informações coevas divulgadas por religiosos, como o dominicano Frei Gaspar da Cruz (c. 1520-1570) ou o inaciano Luís Fróis (1532-1597): no *Tratado* do primeiro, datado de 1569, deparamo-nos com uma notícia inequívoca e paradigmática acerca da utilização de emblemas hierárquicos imperiais chineses enquanto ornamentos litúrgicos nas igrejas portuguesas, ao observar que *os cinco Grãdes cõ seus assistêtes trazẽ todos por divisa del Rei nos peitos e nas costas, que sam huas serpetes tecidas de fio de ouro, das quaes hã vindo muitas a Portugal, que se dã pera servirẽ nalgus ornametos das igrejas*³⁰. Já através de uma das cartas ânuas enviadas por Fróis em

²⁷ Muito embora os exemplos assinalados sejam bordados, outros subsistem realizados com tecidos chineses, como é o caso da cama de estado de Melville House, (Escócia) constante da colecção do Victoria & Albert Museum: provavelmente encomendada em 1697 e montada por volta de 1700 a cama é feita a partir de damasco cor de marfim chinês e de veludo carmesim genovês.

²⁸ Sobre estas estruturas de aparato consulte-se: Geoffrey BEARD, *Upholsterers & Interior Furnishing in England 1530-1840*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1997.

²⁹ Lanto SYNGE, *op. cit.*, p. 300.

³⁰ Cf. Frei Gaspar da CRUZ, *Tratado em que se cõtam muito por estêso as cousas da China cõ suas particularidades, assi do reino d'Ormuz, cõposto por el. R. padre frei Gaspar da Cruz da ordẽ de sam Domingos*, (ed. de Rafaella D'intino), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p. 210 (1.ª ed. 1569).

1561, aquando da sua estada em Goa, somos informados da chegada à capital do Estado da Índia de peças chinesas com diversificada temática cristã, de que nos permitimos destacar «*hum a imagem de Nossa Senhora muito gloriosa posta em hum campo douro rodeada de serafins com huns çeos e nuvens por cyma que tem ho mynino Jesus pellas mãos em pee posto sobre o globo do mundo*»³¹. Estas chegavam, aparentemente, com tal abundância, «*que quasi cada yrmão tem hum pellos cubicullos. (...)*»³².

Outras vias nos corroboram a questão da circulação e consumo de têxteis chineses, nas suas múltiplas vertentes, pelo antigo espaço lusófono em pleno século XVI e da sua chegada e inclusão nos acervos patrimoniais portugueses. Os inventários coligidos a partir dos bens pertencentes a espólios eclesiásticos e de privados, e o considerável número de exemplares que ainda hoje subsiste entre nós³³, pese embora as fragilidades que os caracterizam (particularmente sensíveis à humidade, luz, ao uso e às modas) confirmam-nos, numa dimensão física e palpável, as notícias compulsadas.

Partindo da documentação consultada e da análise do próprio espólio estudado reconhecem-se, entre nós, basicamente as mesmas tipologias morfológico-funcionais que chegaram a Inglaterra, isto é, peças destinadas ao recheio e decoração de espaços públicos e privados residenciais. A estes adereços direccionados para a comunidade civil acresce, todavia, no caso português, uma outra vertente de peças consignadas ao cumprimento de uma função litúrgica no âmbito do catolicismo, e cuja representatividade, entre vestes e roupas usadas no enobrecimento do espaço religioso, merece ser notada.

Uma vez identificado o tipo de espólio que parece ter caracterizado a maior parte da produção têxtil chinesa que chegava aos mercados português e inglês cumpre-nos, no entanto, assinalar alguns aspectos: desde logo, o risco em que a nossa leitura incorre caso se apoie exclusivamente na análise do património ainda subsistente, não só devido à proveniência das peças que caracterizam muitos dos acervos, designadamente, daqueles de âmbito museológico, mas também à própria história, muitas das vezes, responsável pelo desaparecimento ou autonomização de obras, determinando assim realidades parcelares e erróneas: por exemplo, se bem que tenhamos notícia da vinda e uso de vários paramentos de cama em Portugal – de que é exemplo «*Hua cama bordada da China de tres cortinas, docel e rodapé*» que *Luis*

³¹ BIBLIOTECA DA AJUDA, *Excerto de uma carta do padre Luís Fróis a um irmão da Companhia. Goa, 1561*, 49-IV-50, fl. 400r (transcrição nossa), publ. por António da Silva REGO, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, vol. VIII, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952, p. 483.

³² *Idem*, p. 484.

³³ Note-se o número de exemplares que tivemos oportunidade de inventariar e estudar: Maria João Pacheco FERREIRA, *As Alfaías Bordadas Sinoportuguesas (séculos XVI a XVIII)*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2007.

José de Vasconcellos possuía em 1709³⁴ – não conhecemos nenhum que tenha sobrevivido às vicissitudes do tempo, enquanto conjunto, talvez devido à sua vulgaridade entre nós ou ao seu posterior desmembramento e reutilização noutros contextos.

Não obstante esta cautela, é para nós óbvio o quanto as respectivas conjunturas histórico-político-religiosas marcaram as opções tipológicas comerciadas, como se pode concluir face à inexistência de peças de foro religioso católico em Inglaterra – ao abrigo da sua abolição naquele país no tempo de Henrique VIII (1491-1547), em contraposição a Portugal, plenamente envolvido na promoção deste culto dentro e além-fronteiras.

Já numa perspectiva de abordagem e caracterização técnico-material, importa referir que o bordado e a pintura se constituíam como os principais métodos usados na decoração da produção têxtil chinesa destinada à exportação (principalmente nos séculos XVIII e XIX), em detrimento da tecelagem, face à sua maior complexidade tecnológica³⁵.

Curiosamente, e a afiançar nos levantamentos realizados, constatamos que os espécimes pintados que chegavam a Inglaterra no século XVIII seriam mais diversificados e abundantes do que aqueles que seguiam para Portugal. É disso testemunho, a colecção de suportes têxteis pintados existentes no Victoria & Albert Museum³⁶, na qual se incluem várias peças de tecido pintado ainda por usar, presumivelmente destinados a vestuário e à decoração de interiores (as suas principais finalidades). Realizados em tafetá ou cetim, normalmente muito leves e de cores claras, como o amarelo e o creme, a sua sobrevivência e/ou inexistência (em função do caso inglês e português) poder-se-á ter ficado a dever a alguns factores, como sejam: a falta de relação entre as suas dimensões (em termos de comprimento e largura) e as quantidades necessárias ao corte e montagem das próprias peças; a pouca durabilidade ou resistência da sua componente decorativa; o desfasamento cronológico entre a encomenda e a recepção de material face à morosidade das viagens, fazendo com que o mesmo se apresentasse desajustado relativamente à moda de então e para o qual contribuíu, de certo, a sua aquisição por homens, porventura, pouco sensíveis às tendências estilísticas que se iam impondo³⁷.

Ao que tudo indica, esta produção não parece descender de forma directa da secular tradição chinesa de pintar sobre seda, entretanto, em

³⁴ *Memória de Algumas Pessas assim Movei, Ouro e Prata pertencentes a Luis José de Vasconcellos*, Elvas, 1709, publ. in António Tomás PIRES, *Materiais para a História da Vida Urbana Portuguesa – A Mobília, O Vestuário e a Sumptuosidade nos Séculos XVI a XVIII*, Lisboa, inéditos, 1899, p. 78.

³⁵ Verity WILSON, «China», in Jennifer HARRIS (coord. de), *5000 years of Textiles*, Londres, British Museum Press, 1999, p. 141.

³⁶ Vide Verity WILSON, «Chinese Painted Silks for Export in the Victoria and Albert Museum», in *Chinese and Central Asian Textiles. Selected articles from Orientations 1983-1997*, Hong Kong, Orientations Magazine Ltd, 1998, pp. 20-25.

³⁷ Verity WILSON, «Silk», in Craig CLUNAS (dir. de), *op. cit.*, p. 26.

declínio, no decurso do século XVIII, e gradualmente preterida em benefício da pintura sobre papel, de que subsiste uma ainda maior quantidade de espécimes em Inglaterra e até em Portugal, sobretudo datáveis do século XIX, como se reconhece no revestimento parietal que anima uma das salas de um palácio setecentista localizado na Ameixoeira, nos arredores de Lisboa³⁸.

Ainda na colecção de têxteis pintados do mesmo museu inglês merece atenção um paramento, de cerca de 1780 – composto de casula, estola, manípulo, véu de cálice e bolsa de corporais (T89, 90, 91, 92, 93 – 1923) – muito provavelmente destinado às comunidades católicas das Américas espanholas³⁹. Trata-se, na nossa opinião, de um conjunto de referência, não só porque permanece bastante completo mas também porque se constitui como um dos poucos exemplares, ainda subsistente, de vestuário religioso pintado, proveniente da China⁴⁰.

Em contrapartida, e como atrás tivemos ocasião de fazer notar, o conjunto de peças bordadas a fio de papel laminado dourado⁴¹ e seda inventariadas até ao momento, só em Portugal, sugere a clara prevalência desta modalidade técnica entre o espólio localizado no nosso país, em detrimento da pintura, de que se conhecem muitíssimo poucos exemplares, sejam eles destinados a funções religiosas ou civis – como é o caso de uma colcha pintada existente no Museu Nacional de Arte Antiga datável do século XVIII (n.º Inv. 2135) ou de quatro painéis murais sobre seda que embora conservados em colecções austríacas no seguimento da sua oferta por Felipe II, são de proveniência portuguesa⁴². Desconhecemos, no entanto, o que terá motivado esta aparente preferência: se as próprias opções que elencaram as estratégias decorativas dos espaços públicos e privados portugueses ao longo da Idade Moderna, aliadas a questões de gosto nacional; se uma maior acessibilidade aos respectivos centros de fabrico, corroboradas pelos preços praticados; se pelo simples facto dos lusitanos se terem habituado a adquirir e a desfrutar de peças bordadas, já que a manufactura das sedas pintadas

³⁸ Cristina CORDEIRO (dir. de), *Casas com Passado*, vol. I, Amadora, Edições Casa Claudia, 1998, pp. 82-83.

³⁹ Verity WILSON, «Silk», in Craig CLUNAS (dir. de), *op. cit.*, p. 28.

⁴⁰ Outros exemplares contemporâneos podem ainda ser encontrados nalgumas missões da Califórnia, designadamente, na Missão do Arcanjo São Gabriel e na de São Luís, Rei de França – cf. Aileen Ryan EARNES, «Trade and Commerce on the Pacific Coast in the 18th Century: A look at some chinese silks of the mission period», in Patricia L. FISKE (ed. de), *Imported and Domestic Textiles in 18th Century America – Proceedings*, Washington, The Textile Museum, 1975, pp. 11-19.

⁴¹ Sobre o fio laminado de papel dourado característico da produção têxtil chinesa veja-se: Maria João Pacheco FERREIRA, ««Hilado por modo jamas visto en la Christandad». O fio de ouro chinês aos olhos dos europeus (séculos XVI a XVIII) in *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, Porto, Universidade do Porto, 2008, n.º 5-6, 2007-2008 (no prelo).

⁴² Dois deles localizados no lugar primitivo (um armário) no castelo de Ambras (Innsbruck) e os outros dois conservados no Museu de História de Arte de Viena; cf. Rafael MOREIRA, «As Formas Artísticas», in A. H. de Oliveira MARQUES (dir. de), *História dos Portugueses no Extremo Oriente – De Macau à Periferia*, 1.º vol., tomo I, Lisboa, Fundação Oriente, 1998, p. 474.

para o mercado europeu apenas terá tido início a partir da segunda metade do século XVII⁴³.

Naturalmente que o reconhecimento desta aparente bipolaridade de tendências na produção têxtil chinesa de exportação para os mercados português e inglês não obsta a que se possam identificar exemplares bordados em Inglaterra, uns de feição chinesa e outros especificamente realizados para a nação britânica. Assim o exemplificam os paramentos de cama atrás assinalados ou um fragmento de uma cortina de cama em cetim de seda amarelo bordado existente no Victoria & Albert Museum, em Londres (T. 113 – 1916), decorado ao centro, com o emblema heráldico do primeiro duque de Chandos e da sua mulher, Cassandra Willoughby. Datável de entre 1719 e 1735, anos em que foi concedido o título a James Brydges (1673-1744) e faleceu a sua esposa (a segunda das três com quem casou)⁴⁴, respectivamente, o mesmo emblema apresenta-se inscrito numa cartela em veludo preto aplicado⁴⁵, a qual se sobrepõe à composição bordada que anima o tecido suporte, composta por vasos com ramos de flores sortidas, dois deles dispostos nos extremos do eixo longitudinal, em simetria.

3. A existência de oficinas especializadas na produção para exportação

No que respeita à questão da possível existência de oficinas especializadas na produção bordada para os dois mercados que temos vindo a analisar, Verity Wilson observa que, face ao relativamente reduzido volume de peças têxteis acabadas que no século XVIII circulavam, lhe parece pouco provável a existência de oficinas de bordado especificamente direccionadas para a produção de objectos destinados a consumidores ocidentais⁴⁶. Questionamo-nos se esta observação se reporta à manufactura têxtil para o mercado europeu, em geral, ou apenas àquela destinada à nação inglesa, uma vez que não nos parece ter sido o que se verificou para Portugal, logo a partir do século XVI, como de seguida se exporá.

Face ao hiato temporal e às diferenças que separam o tipo de relacionamento de Portugal e Inglaterra com a China, afigura-se-nos lógico que os primeiros tenham conseguido implementar, desde muito cedo, um comércio

⁴³ Adolf REICHWEIN, *China and Europe: Intellectual and artistic contracts in the 18th century*, Londres, Routledge & Kegan Paul, Ltd., 1968, p. 38 *apud* Aileen Ryan EARNES, *op. cit.*, p. 12.

⁴⁴ A. D. Howell SMITH, *op. cit.*, pp. 56-59.

⁴⁵ Segundo Verity Wilson, trata-se de um veludo europeu que terá sido acrescentado posteriormente à sua chegada à residência ducal em Cannons, no norte de Londres; cf. Verity WILSON, «Silk», in Craig CLUNAS (dir. de), *op. cit.*, p. 26. Embora não tenhamos tido oportunidade de observar directamente a peça, não compreendemos porque assim terá sido, visto apresentar contorno acentuado pela aplicação de cordãozinho de seda de dupla torção, tão característico das soluções que temos tido oportunidade de observar em peças bordadas pelos chineses, pelo menos, para o mercado português.

⁴⁶ *Idem*, p. 26.

não só regular mas sobretudo para si direccionado. Como já vários autores tiveram ocasião de assinalar, era algo que interessava a ambas as partes, a tal ponto que, trinta anos depois dos portugueses terem recorrido ao uso da força aquando da sua tentativa de fixação no terreno (a qual se traduziu na sua consequente expulsão da região de Cantão em 1522) haviam, entretanto, «adoptado uma política diferente para a China, uma política de suborno e conciliação, se não mesmo de subserviência»⁴⁷. Do mesmo modo, e como observa Tien-Tsê Chang, «se bem que o monopólio português do comércio entre Cantão e os outros países não fosse uma política comercial deliberada por parte da China, este país estava disposto a permitir que esta situação seguisse o seu curso natural, e até a favorecia, porque funcionava bem»⁴⁸.

É neste contexto que podemos compreender o testemunho do já citado inaciano Luís Fróis que não só nos informa da chegada ao colégio de Goa, ao que depreendemos, de grandes quantidades de alfaia litúrgicas com temática cristã, pelos anos 60 de Quinhentos, como acrescenta o motivo para o início da sua manufactura na China, ao escrever: «*Huma cousa lhe direy dos chinas muito gracyosa contarão-lhe la os portugueses as proçissões que qua fazião em Goa e a maneyra de nosso cullto divino e ymagens elles como são homens abilissymos determinarão, de não perder a ocasião de ganharem que he quasi seu ulltimo fim pretenderão em tudo seu enteresse*»⁴⁹.

Afinadas as estratégias de coabitação e acautelados os respectivos interesses, parece-nos óbvio o empenho dos chineses na manufactura de têxteis para os portugueses, desde o primeiro momento. Afinal, a possibilidade de um negócio altamente profícuo para ambas as partes, a par da necessidade que os chineses acusavam de intermediários que escoassem a respectiva produção interna, designadamente, a seda, em troca de outras matérias, como a prata, aliados à exímia capacidade que aqueles revelavam na imitação de tudo o que os ocidentais lhes levavam – como o padre Álvaro Semedo nota, em 1637, ao observar que «*A gente he habil de mão e posto que de pouca invenção, imita excelentemente, tudo o que se encontra inventado*»⁵⁰ – conjugavam-se para que os chineses se envolvessem numa indústria vocacionada para o exterior, em concreto, para os lusos⁵¹.

A existência destas oficinas de têxteis vocacionados para os portugueses parece-nos ainda mais plausível se recordarmos o número de peças por nós

⁴⁷ Tien-Tsê CHANG, *O Comércio Sinoportuguês entre 1514 e 1644. Uma síntese de fontes portuguesas e chinesas*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1997, p. 120 (1.ª ed. 1934).

⁴⁸ *Idem*, p. 141.

⁴⁹ BIBLIOTECA DA AJUDA, *Excerto de uma carta do padre Luís Fróis a um irmão da Companhia*. Goa (...), fl. 400r.

⁵⁰ Álvaro SEMEDO S.J., *Relação da Grande Monarquia da China*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude-Fundação Macau, 1994, p. 36 (1.ª ed. 1637).

⁵¹ Esta observação reporta-se à comercialização dos chineses com representantes de nações europeias. Cumpre-nos naturalmente lembrar que antes da chegada dos portugueses já os chineses adaptavam parte da sua produção ao gosto das comunidades adjacentes com quem comerciavam.

identificadas (basicamente alfaias litúrgicas) – mais de 150 exemplares – e das características por si exibidas, bem evidenciadoras de uma extraordinária coerência técnico-material e iconográfica, patente nos programas decorativos sistematicamente identificados⁵². Pensamos que estes aspectos apenas se podem justificar à luz de uma produção minimamente programada, em termos de manufactura e de escoamento, tanto mais se atendermos à prevalência de uma clara matriz estética e funcional europeia, a qual obrigava não só ao recurso a modelos para a sua concretização mas também a destinatários consigo sintonizados⁵³.

Naturalmente que neste processo se reconhece algum espaço de manobra por parte de quem executa e de quem adquire. Afinal, contanto que nos pareça lógico que os portugueses facultem as coordenadas a seguir, no que respeita aos assuntos e morfologias funcionais a adoptar – muito provavelmente, através de gravuras, de desenhos, de peças com representações análogas ou, simplesmente, de indicações orais – as mesmas não seriam, decerto, prolíferas em termos quantitativos ou de detalhes, que lhes permitisse a criação de verdadeiros álbuns com diferentes opções para o mesmo motivo ou composição, como a abordagem de certos temas representados nas peças nos parece indiciar; a não ser, claro, que se tratassem de oficinas já de considerável dimensão laboral que, vocacionadas para a produção em massa, destinada à exportação para o Ocidente (Europa e América Latina), asseguravam não apenas a manufactura dos espécimes mas ainda a sua concepção ao abrigo de umas quantas variáveis, consentâneas com o gosto e desejo dos compradores: do ponto de vista imagético e plástico, estas podiam oscilar entre a reprodução, dir-se-ia mimética dos modelos usados, – que, nalgumas situações, nos permite o reconhecimento dos arquétipos tomados como referência⁵⁴ – e um trabalho de apropriação e sinização das formas, passando pela utilização dos seus próprios formulários em peças que, em termos morfológico-funcionais, nada lhes dizia. Do mesmo modo, conseguiam ser suficientemente engenhosos para adaptar o tradicional programa técnico-material, à tarefa designada e adaptarem-se, eles próprios, a novos procedimentos.

A diversidade de abordagens assinaladas adequar-se-ia ao tipo de encomendas e de destinatários subjacente, pelo que, a par das encomendas realizadas a partir de directrizes muito concretas, em termos de programas morfológicos e plásticos, que sabemos terem existido – como atestam algu-

⁵² Sobre esta questão *vide* Parte III. Os têxteis bordados sinoportugueses. Caracterização e análise da obra de Maria João Pacheco FERREIRA, *As Alfaias Bordadas Sinoportuguesas (séculos XVI a XVIII)*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2007.

⁵³ Como se reconhece no caso das alfaias litúrgicas: Maria João Pacheco FERREIRA, «A Presença da Temática Religiosa Cristã no Seio dos Paramentos Bordados Sinoportugueses», in *Oriente*, Lisboa, Fundação Oriente, n.º 7, Dezembro de 2003, pp. 22-39.

⁵⁴ Sobre esta questão *vide* os exemplos analisados no nosso artigo: «Ganimedes e a Fortuna. Exemplos de Temáticas Mitológicas Clássicas em Peças Têxteis Bordadas Sinoportuguesas», in *Oriente*, Lisboa, Fundação Oriente, n.º 12, Agosto de 2005, pp. 90-114.

mas obras sobreviventes, animadas por escudos de armas de famílias ou de irmandades portuguesas -, outras houve muito menos detalhadas, que apenas solicitavam têxteis provenientes da China, ao abrigo de um gosto crescente por bens exóticos orientais, requintados e, como assinala Rafael Moreira, conferidores de *status*⁵⁵.

Finalmente, a corroborar a nossa ideia da existência de oficinas especializadas na produção bordada sinoportuguesa concorre ainda o facto de, segundo Verity Wilson, terem existido, desde o século XVI, oficinas chinesas de tecelagem a produzir têxteis com decoração de inegável origem europeia⁵⁶. Se, ao que tudo indica, a ornamentação têxtil por meio da técnica de tecelagem foi a menos utilizada no âmbito da manufatura para exportação para o mercado europeu, e ainda assim mereceu o investimento dos chineses na realização de artigos para o exterior, parece-nos então plausível que o mesmo se tenha verificado com a produção bordada – na qual os chineses são, ainda hoje, considerados uma referência incontornável em termos de habilidade e qualidade de execução –, muito concretamente com aquela direccionada para os portugueses, os únicos europeus, à época, oficialmente autorizados a transaccionar de forma directa com os chins.

Acerca da sua provável localização, segundo Winfield Digby, estas oficinas de tecelagem localizavam-se, muito provavelmente, em Macau e tomavam como modelo sedas portuguesas e espanholas⁵⁷ (de que são exemplo aquelas animadas pelo motivo da águia bicéfala, então tão apreciada e de que ainda na actualidade subsistem sobretudo como fragmentos). Contanto que também Charles Boxer assinale que «No fim do comércio do Japão em 1639, havia alguns tecelões chineses domiciliados em Macau»⁵⁸, e Digby considere como argumento favorável à sua teoria, o facto de António de Morga mencionar a vinda para Manila de «*camas y escritorios, silletas de estrado y otras piezas doradas curiosamente, hechas em Macau*»⁵⁹, infelizmente, não dispomos de informação que nos aponte no mesmo sentido para os centros de bordado sinoportuguês. Com efeito, não conseguimos, até à data, reunir elementos que nos confirmem este aspecto, até porque nos apercebemos que, perante a vocação da cidade, de essência mercantil-portuária, à excepção de algumas especialidades como a do metal e da pedra, os artesãos – mesmo os de origem chinesa – e os seus ofícios não dispunham de grande espaço

⁵⁵ Rafael MOREIRA, «As Formas Artísticas», in A. H. de Oliveira MARQUES (dir. de), *História dos Portugueses no Extremo Oriente – De Macau à Periferia*, 1.º vol., tomo I, Lisboa, Fundação Oriente, 1998, p. 468.

⁵⁶ Verity WILSON, «Silk», in Craig CLUNAS (dir. de), *op. cit.*, p. 22.

⁵⁷ G. F. Wingfield DIGBY, «Some Silks Woven Under Portuguese Influence in the Far East», in *The Burlington Magazine for Connoisseurs*, Londres, vol. LXXVII, 1940, Agosto, n.º 449, p. 60.

⁵⁸ Charles BOXER, *O Grande Navio de Amacau*, 4.ª ed., Lisboa, Fundação Oriente-Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989, p. 5, nota 11.

⁵⁹ Antonio de MORGA, *Sucesos de las Islas Filipinas*, México, Samuel Estradanus, 1609, fl. 163v. As peças douradas mencionadas reportam-se decerto a peças de mobiliário.

de acção, muito pelo contrário; tanto assim que, em 1588⁶⁰, Macau recebeu foral idêntico ao de Évora, como nota Jorge Flores, «justamente porque na câmara dessa cidade os mesteirais não estavam representados»⁶¹.

Por outro lado, e mesmo partilhando a ideia de que muitas destas obras, tecidas ou bordadas, tenham sido manufacturadas pelas comunidades religiosas ali residentes – as quais integravam membros oriundos de diferentes nações, cujas capacidades, designadamente, as artísticas, lhes permitia a prática local de actividades como a pintura ou a arquitectura⁶² – não se nos afigura plausível que as mesmas pudessem assegurar toda a produção. Para esta nossa opinião concorre não só o volume de espécimes implicado, a diversidade das tipologias elencadas ou ainda as próprias características patenteadas pelo *corpus* inventariado, independentemente da sua finalidade religiosa ou civil.

Assim, mais do que Macau, Julgamos que estas oficinas se poderão ter concentrado em Cantão, aonde os portugueses se deslocavam com regularidade e dispunham da colaboração de agentes chineses, os queves, que não só comerciavam em nome dos mercadores particulares de Macau como, frequentemente, os financiavam nas suas transacções⁶³.

A garantia de que esta produção, nas suas múltiplas variantes, conquistava adeptos além-fronteiras e dispunha de escoamento terá certamente assegurado o seu paulatino desenvolvimento em termos officinais, atraindo artífices para este nicho de mercado, não obstante a sua maior ou menor aproximação ao perfil estético ocidental bem como a respectiva qualidade final do produto, nem todo de elevada categoria.

Estamos em crer que o sucesso de que se terá revestido a comercialização desta manufactura terá contribuído para a consolidação de parecerias no terreno entre os encomendadores, os agentes intermediários, e as lojas/oficinas de manufactura, permitindo a fidelização de clientes e de negócios de uns anos para os outros. Pensamos que nos dá disso testemunho um conjunto de cartas escritas pelo padre Francisco Cordes a Simão Esteves, prior da igreja de Santo Antão em Lisboa, acerca do fabrico e envio de uns

⁶⁰ BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA, cód. CV/2-7, *Relação do princípio que teve a cidade de Macau e como se sustenta até o presente*, fl. 75, publ. por Manuel TEIXEIRA, *Macau e a sua Diocese – O Culto a Maria*, vol. IX, Macau, Escola Tip. Salesiana, 1969, p. 421 (1629).

⁶¹ Jorge Manuel FLORES, «Macau: De surgidouro a cidade», in A. H. de Oliveira MARQUES (dir. de), *História dos Portugueses no Extremo Oriente – De Macau à periferia*, 1.º vol., tomo II, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, p. 243.

⁶² Sobre o tema consulte-se a Parte III. Capítulo I do estudo de Alexandra Curvelo da Silva CAMPOS, *Nuvens Douradas e Paisagens Habitadas. A arte namban e a sua circulação entre a Ásia e a América: Japão, China e Nova-Espanha (c. 1550-c. 1700)*, tese de doutoramento em História da Arte apresentada ao Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2007 (texto policopiado), a quem agradecemos o facto de nos ter facultado um exemplar.

⁶³ Rui d'Ávila LOURIDO, *op. cit.*, p. 158.

paramentos da China para aquele colégio jesuíta, no ano de 1734⁶⁴. Apesar do conjunto não evidenciar de forma explícita a sua manufactura e ulterior aquisição em Cantão, pelo seu conteúdo apercebemo-nos que, pelo menos, a sua compra ali se terá verificado porquanto nas contas enviadas para Lisboa, se incluem nas despesas, duas parcelas, uma «*Por direitos das cazulas, frontaes athe Macau*» e outra «*Por direitos pera Macao, por ser cor prohibida*»⁶⁵, esta última bem significativa, se ponderarmos a hipótese de se tratar de um paramento branco, uma cor que, na China, é conotada com o luto e, por isso, evitada na execução de grandes bordados na maior parte daquele país, excepto em Cantão, uma das poucas regiões onde era tolerada⁶⁶ e à qual, como sabemos, os portugueses tinham acesso.

A mesma correspondência facultou-nos ainda informações acerca do tipo de relacionamento existente entre encomendante e agente intermediário, ditado pela confiança mútua, como se infere da decisão de Cordes mandar fazer, além da «*encomenda das duas dalmaticas, capa de asperges, e veo de hombros*», duas outras capas de asperges, mesmo sem dispor de prata suficiente para o efeito⁶⁷; do mesmo modo somos informados acerca do *modus operandi* usado no terreno, ao tomarmos conhecimento do desaparecimento do molde que o prior «*tinha mandado para as Dealmaticas*» (ainda que fiquemos sem saber em que consistia), bem como a sua entrega a um chinês, a quem Cordes as havia encomendado⁶⁸ – o qual desconhecemos se seria um dos muitos queves que ali actuavam em nome dos portugueses ou já o artífice responsável pela execução do trabalho pretendido.

Tratava-se, afinal, de uma forma de rentabilizar o limitado tempo disponível para a aquisição de bens na feira de Cantão, sobretudo, quando encomendas, como era o caso, com directrizes que obrigavam não só a um maior dispêndio de tempo no seu fabrico como o acesso a coordenadas de trabalho.

⁶⁴ Trata-se de um pequeno *corpus* cujas cotas se encontram referidas por Fausto Sanches MARTINS, na sua tese *A Arquitectura dos Primeiros Colégios Jesuítas de Portugal: 1542-1759. Cronologia. Artistas. Espaços*, vol. 1, tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1994, pp. 481-482, nota 227 (texto polycopiado) e que foi por nós parcialmente transcrito e incluído no anexo documental da nossa dissertação de mestrado, com os números 13, 14 e 15.

⁶⁵ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, *Jesuítas*, Caixa 16, Maço 81.

⁶⁶ De acordo com Camman a adopção desta cor podia dever-se a aspectos climatéricos, uma vez que Cantão se situa numa região de clima tropical, ou como consequência da presença de populações árabes e persas que aí se fixaram durante a Idade Média, e deixaram como herança o gosto pelo branco – cf. Schuyler CAMMAN, «Chinese Influence in Colonial Peruvian Tapestries», in *Textile Museum Journal*, vol. 1, n.º 3, Dezembro de 1964, s/p.

⁶⁷ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, *Jesuítas*, Caixa 16, Maço 85.

⁶⁸ *Idem*.

Considerações finais

No seguimento do exposto, e no que à produção bordada respeita, estamos em crer (e esperamos vir a comprová-lo) que nunca houve uma manufactura verdadeiramente direccionada para o mercado e expectativas inglesas, como se verificou para o português, sendo que a conjugação de alguns aspectos para isso terá contribuído. Destes aspectos permitimo-nos destacar, o facto de, como assinalámos, os ingleses terem chegado e beneficiado mais tarde de condições propícias ao estabelecimento de relações comerciais com os chins; o pouco interesse que, aparentemente, manifestaram por produtos têxteis chineses acabados, ao invés daquele evidenciado pela seda chinesa em bruto. Refira-se que, ainda assim, o mesmo ficava muito aquém daquele demonstrado pela seda de Bengala (importada em muitíssimo maior quantidade) e sobretudo pelos espécimes têxteis provenientes da Índia⁶⁹ – como os denominados *callicoes* (algodões pintados) – país onde, afinal, a Inglaterra se havia conseguido impor de forma inolvidável e sem qualquer comparação com o que se havia verificado no Império do Meio.

Em contrapartida, e até à primeira metade de Seiscentos, Portugal não só beneficia de uma conjuntura interna que o elege como parceiro comercial da China nas suas relações com os países estrangeiros, como se estabelece no terreno de forma mais ou menos consolidada, definindo directrizes nalguns domínios artísticos, de que é exemplo a produção bordada, ao mesmo tempo que escoar a produção têxtil local para outras regiões, como o sudeste asiático (para países como as Filipinas e a Indonésia), o Japão e a Europa. Ora, foi também através de uma concessão formal dos portugueses em Macau que os ingleses encetaram o estabelecimento de relações comerciais directas com o Celeste Império, nomeadamente em 1637, após as tentativas frustradas da frota comandada pelo capitão John Weddel de desembarcar, primeiro em Macau, e chegar depois a Cantão, através do uso da força⁷⁰. Todos estes aspectos terão contribuído para que, pelo menos num primeiro momento, os ingleses tenham contactado e, presumimos, adquirido peças direccionadas para os lusos, já que foi através deles que se iniciaram nos circuitos comerciais existentes.

Gradualmente e face à hegemonia dos ingleses (e também dos holandeses) no comércio transatlântico estabelecido entre a China e a Europa, a manufactura que até então existira direccionada para o mercado português

⁶⁹ Como bem reflecte a quantidade de estudos publicados sobre os têxteis indianos, ao invés daqueles respeitantes aos têxteis chineses para a Europa, ou a observação de David Mitchell: «In England and France during the second half of the seventeenth century, there was an enthusiasm for imported Oriental goods, particularly Chinese porcelain, Japanese lacquer and Indian textiles.» – cf. David M. MITCHELL, «The Influence of Tartary and the Indies on Social Attitudes and Material Culture in England and France, 1650-1730», in Anna JOLLY (coord. de), *A Taste for the Exotic. Foreign influences on early Eighteenth-Century Silk Designs* (Riggisberger Berichte, 14), Riggisberg, Abegg-Stiftung, 2007, p. 11.

⁷⁰ Tien-Tsê CHANG, *op. cit.*, pp. 177-182.

ou que era por si controlada – pelo menos, até ao início do século XVIII – deu lugar a uma outra, de carácter internacional e compatível com a generalidade dos parâmetros estéticos à época vigentes nas diferentes nações europeias, inclusive em Portugal. Só assim conseguimos explicar a mudança que acompanha a maior parte das obras observadas, datáveis dos séculos XVIII e XIX, em termos técnico-materiais, em que o uso prolífero do fio de papel laminado dourado associado a pontos relevados, tão peculiar do bordado sinoportuguês, é praticamente substituído por um tipo de trabalho apenas assente no fio seda; ao mesmo tempo, e no que respeita às soluções plásticas que ostentam, os espécimes tornam-se mais homogêneos entre si, apresentando-se cada vez mais dominados pela temática floral, pelas borboletas e aves, já não de essência exótica ou autóctone, como os animais fantásticos que integram o bestiário chinês (como a fénix e o unicórnio, por exemplo) mas mais no âmbito dos repertórios europeus.

O IMPÉRIO À MESA. UMA RETÓRICA DA MONARQUIA PORTUGUESA NAS ARTES DA MESA (1756-1775)

por

DAVID ALEXANDRE FELISMINO *

A história política beneficiou, nos últimos quarenta anos, de uma renovada atenção por parte da historiografia nacional e internacional, com a redefinição dos seus objectivos e campos de estudo. A dimensão constitutiva e central dos fenómenos de representação no poder político são actualmente uma evidência¹. A estrutura organicista e hierarquizada da sociedade de Antigo Regime fazia da metáfora do corpo a forma mais perfeita de associar a comunidade ao corpo físico do rei². A limitação corpórea natural do corpo físico do rei era ultrapassada com a criação de mecanismos de representação, consubstanciados numa linguagem retórica e simbólica da figura régia e do poder monárquico³.

* Doutorando em História, Especialidade História Cultural e das Mentalidades Modernas (FCSH-UNL); Bolseiro da FCT (POCTI, do III Quadro Comunitário de apoio, com fundos nacionais comunitários FSE e nacionais) para o apoio à dissertação de Doutoramento. E-mail: davidfelismino@gmail.com.

¹ Sobre esta matéria, veja-se, entre muitas, as seguintes sínteses: *Culture et Idéologie dans la genèse de l'État Moderne* (Actes de la table ronde organisée para le Centre National de la Recherche Scientifique de l'École Française de Rome), Rome, École Française de Rome, 1985; Michel PASTOREAU, «Images du Pouvoir et Pouvoir des Princes», in *Genèse de l'Etat Moderne: Bilans et Perspectives* (Actes du Colloque tenu au C.N.R.S, Paris, 19-20 Septembre 1988), Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1990; Gérard SABATIER, «Les Rois de Représentation. Image et Pouvoir (XVI^e-XVII^e siècle)», *Revue de Synthèse*, Paris, IV^e Série, n.º 3-4 (juillet-décembre 1991), pp. 387-422.

² Sobre esta matéria, entre a muita bibliografia existente, são fundamentais: Sergio BERTELLI, *Il Corpo Del Re. Sacralità Del potere nell'Europa medievale e moderna*, Firenze, Ponte Alle Grazie, 1995; Marc BLOCH, *Les Rois Thaumaturges. Étude sur le caractère surnaturel attribué à la puissance royale, particulièrement en France et en Angleterre*, Paris, Armand Colin, 1961; Roger CHARTIER, *A História Cultural. Entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1990; Norbert ELIAS, *A Sociedade de Corte. Uma sociologia da realeza*, Lisboa, Estampa, 1987; Ernst KANTOROWITZ *Les Deux Corps du Roi*, Paris, Gallimard, 1989 (1.^a edição, 1957).

³ Veja-se, entre muitos, Ana Maria ALVES, *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino*, Lisboa, INCM, 1985; Fernando BOUZA ALVAREZ, *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura,*

Os momentos de festa e celebração, com os seus numerosos participantes e sua dimensão «pública», eram de especial importância para a enunciação e transmissão de uma imagem do poder régio e a veiculação de um conjunto de noções nas quais assentava a vida comunitária. As cerimónias recriavam, de forma alegórica, a ordem estabelecida e a hierarquia vigente, proporcionando a sua confirmação e perpetuação. Era no domínio do óptico e do constante apelo ao triunfo de todos os sentidos, recorrendo a uma cultura simbólica conhecida, onde as festas encontravam veículos de exaltação da figura do monarca, na sua grandeza e magnificência. O poder do visual e da alegoria facilitava a captação de mensagens através da compreensão do simbólico, exercendo uma função educativa e condutora de ideias. Estas manifestações políticas e lúdicas, onde o elemento decorativo era omnipresente, funcionavam como forma de acesso do homem à grandeza do rei⁴.

Nestas ocasiões, os mecanismos e processos de inculcação da majestade do príncipe e do poder régio foram diversos. A marcação e observação das distinções e hierarquias eram marcadas pela rigidez da etiqueta e dos cerimoniais, nos seus diversos modelos. A abundância, a pompa, o luxo ostentados impressionavam e ofuscavam como, ao mesmo tempo, reflectiam a grandiosidade e generosidade régias. Os agentes do poder encontravam ainda, no mundo das artes plásticas, os veículos visuais necessários a este único objectivo: unir a sociedade à volta do poder.

Os artifícios eram variados: moedas, medalhas, emblemas, estampas e gravuras (em livros ou folhetos individualizados), panegíricos e odes, pinturas (retratos, alegorias), esculturas e artefactos efémeros – no sentido da palavra, significa tudo aquilo que era construído para um determinado momento festivo, a saber, entradas régias, recepções, festividades religiosas ou públicas. Arcos comemorativos, colunatas, palanques, estrados, carros alegóricos, torres pirotécnicas⁵, cenários eram concebidos para um tempo

Representações (1580-1668), Lisboa, Edições Cosmos, 2000; Ana Isabel BUESCU, *Imagens do Príncipe. Discurso normativo e representação (1525-49)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996; Diogo Ramada CURTO, *O Discurso Político em Portugal (1600-1650)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1988; Louis MARIN, *Le Portrait du Roi*, Paris, Éditions de Minuit, 1981; Rodrigo Bentes MONTEIRO, *O Rei no Espelho. A Monarquia portuguesa e a colonização da América, 1640-1720*, São Paulo, Editora Hucitec, 2002.

⁴ Veja-se *A Festa (Comunicações apresentadas no VIII Congresso Internacional organizado pela Sociedade de Estudos do Século XVIII)*, coord. Maria Helena Carvalho dos Santos, 2 Volumes, Lisboa, Universitária, 1992; José Manuel Alves TEDIM, *A Festa Régia no tempo de D. João V*, texto policopiado da tese de Doutoramento em História de Arte apresentada na Universidade Portucalense, 2 Volumes, Porto, s.n., 1999; Joaquim Jaime B. Ferreira ALVES, «A festa barroca no Porto ao serviço da Família Real na segunda metade do século XVIII», *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto, 2.^a Série, Volume V (1988), pp. 1-67; José Pedro PAIVA, «As festas de Corte em Portugal no período Filipino (1580-1640)», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Coimbra, n.º 2 (2002), pp. 11-38.

⁵ Veja-se *Fogo de Artifício. Festa e Celebração. 1709-1880. Coleção de Estampas da Biblioteca Nacional (Catálogo da Mostra Iconográfica, 24 Janeiro - 28 de Março 2002)*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2002.

fugaz, em materiais pouco resistentes. Terminada a função eram desmontados e destruídos ou, depois de bem preservados e restaurados, a sua reutilização era possível noutro momento⁶.

O gosto pelo fausto, a ostentação e o brilho visual do poder, nestas ocasiões, não é exclusivo das cortes setecentistas de D. João V (1706-50) e D. José I (1750-77)⁷. Os registos de cerimónias e festas realizadas nos paços régios, nos salões da nobreza ou em terreiro público, para cronologias anteriores, são abundantes⁸. As construções efémeras eram também erguidas nos banquetes festivos: no ornamento das mesas, na decoração das salas ou podiam até servir na teatralização e encenação do serviço⁹.

As refeições dos monarcas eram, a par de outras tantas ocasiões, já aqui referidas, fenómenos sociais da maior importância. A mesa servia, à semelhança de tantos outros recursos cénicos e visuais, à criação de um palco dentro de um palco, de um discurso alegórico dentro do outro. As obras de ourivesaria, os géneros alimentares seleccionados, o empratamento dos mesmos depois de confeccionados, o plano das mesas, a etiqueta e o cerimonial, a decoração da sala e das mesas, as pessoas que os integravam, tudo era marcante e participava de uma criação cénica e metafórica.

A reflexão parte, deste modo, de um problema aparentemente elementar mas ainda pouco abordado na historiografia portuguesa: a construção das representações da figura régia e da monarquia, na sua dimensão imperial e marítima, nas artes da mesa. As abordagens historiográficas do tema, para além de diminutas em termos quantitativos, são limitadas na sua orientação. Tratam, essencialmente, de três aspectos, a saber, a abundância e diversidade

⁶ Veja-se *Arte Efémera em Portugal*, coord. João Castel-Branco Pereira, Lisboa, FCG, 2000; Nelson Correia BORGES, *A Arte nas Festas do Casamento e D. Pedro II*, Lisboa, Paisagem Editora, s.d.; Pedro CARDIM, Fernando BOUZA ALVAREZ, Ângela Barreto Xavier, *Festas que se fizeram pelo casamento do Rei D. Afonso VI*, Lisboa, Quetzal, 1996.

⁷ Veja-se, entre outros, numa extensa bibliografia: L. F. de ALMEIDA, «O Absolutismo de D. João V», *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, INCM, 1992, pp. 371-387; Yves BOTTINEAU, *Le Goût de Jean V. Art et Gouvernement*, separata *Braccara Augusta*, Volume 27 (1975); Eduardo de Oliveira FRANÇA, *O Poder em Portugal e as Origens do Absolutismo*, São Paulo, 1946; Luís Reis TORGAL, *Ideologia Política e Teoria do Estado da Restauração*, 2 Volumes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1981; Rui BEBIANO, *D. João V. Poder e espectáculo*, Aveiro, 1987.

⁸ Para além da bibliografia já citada em notas anteriores, veja-se também: Ana Maria ALVES, *As Entradas Régias Portuguesas*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986; Ana Paula Torres MEGIANI, *O Rei Ausente. Festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*, São Paulo, Alameda, 2004; Carla Serapicos SILVÉRIO, *Representações da Realidade na Cronística Medieval Portuguesa. A Dinastia de Borgonha*, Lisboa, Edições Colibri, 2004.

⁹ Veja-se, por exemplo, Damião de Góis, *Chronica do Felicissimo Rei D. Manuel*, edição conforme a primeira de 1566, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1949, Parte II, pp. 157-158; Parte IV, p. 224-226. Veja-se as festas de Natal de 1500, organizadas no paço das Alcáçovas, logo a seguir ao casamento de D. Manuel com D. Maria. Sobre este assunto, consulte-se João Oliveira e COSTA, *D. Manuel I (1469-1521). Um Príncipe do Renascimento*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 117- 121.

dos géneros alimentares presentes nas mesas régias¹⁰, a etiqueta do serviço¹¹ e a sua representação pictórica¹², deixando de parte as restantes questões¹³.

Por outro lado, se queremos interrogar o lugar do Império e das colónias ultramarinas nas mesas régias, esbarramos em obstáculo semelhante: poucos estudos e uma abordagem que, à procura de exotismo, assenta na inventariação dos locais de proveniência dos géneros alimentares¹⁴ ou das loiças utilizadas¹⁵.

¹⁰ Para esta matéria, veja-se, entre muitos títulos: Salvador Dias ARNAUT, *A Arte de Comer em Portugal na Idade Média* (Introdução de O «Livro de Cozinha» da Infanta D. Maria de Portugal), Lisboa, INCM, 1986; Isabel DRUMOND BRAGA, «Alimentação, Etiqueta, e Sociabilidade em Portugal no século XVIII», in *Cultura, Religião e Quotidiano em Portugal (Século XVIII)*, Lisboa, Hugin, 2005, pp. 166-215; João José Alves DIAS, «Un banquet royal au Portugal au XVI^e siècle», in *La Sociabilité à Table. Commensalité et Convivialité à Travers les Âges (Actes du Colloque de Rouen. 14-17 novembre 1990)*, Rouen, Publications de l'Université de Rouen, n.º 178, 1992, pp. 155-158; Iria GONÇALVES, «À Mesa, com o Rei de Portugal (séculos XII-XIII)», *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, 2.^a série, Volume XIV (1997), pp. 15-32; Maria José Azevedo SANTOS, *Jantar e Cear na Corte de D. João III. Leitura, transcrição e estudo de dois livros da cozinha do Rei (1524 e 1532)*, Vila do Conde-Coimbra, Câmara Municipal de Vila do Conde/CHSC, 2002; IDEM, «O mais antigo livro de cozinha português. Receitas e sabores», in *Alimentação em Portugal na Idade Média. Fontes. Cultura. Sociedade*, Coimbra, s.n., 1997, pp. 35-66; Idem, «O peixe e a fruta na alimentação da Corte de D. Afonso V: breves notas», separata da *Brigantia*, n.º 3 (1983).

¹¹ Veja-se Ana Maria ALVES, «A etiqueta de corte no período manuelino», *Nova História. Século XVI*, n.º 1 (Maio 1984), pp. 5-25; Rita Costa GOMES, «A Realeza: Símbolos e Cerimonial», in *A Génesse do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV)*, coord. Maria Helena Cruz Coelho, Armando Luís Carvalho Homem, Lisboa, UAL Editora, 1999, pp. 201-218; Maria Paula Marçal LOURENÇO, «A Casa das Rainhas e a formalização da sociedade de corte (1640-1754): etiqueta, cerimónias e práticas rituais», *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Volume LXXVIII (2002), pp. 301-329; António Filipe PIMENTEL, «La Politique à Table. (Més)aventures du Repas Public à la Cour de Jean V», in *Mesas Reais Europeias. Encomendas e Ofertas. Actas do Colóquio Internacional Objectos importados para as mesas reais e príncipesas na Europa: encomendas e ofertas (Lisboa, 12-14 de Dezembro de 1996)*, Lisboa, Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arte Antiga, 1999, pp. 138-147.

¹² Veja-se Manuel Daniel DUARTE, «O Rei preside à ceia. Estudo iconológico da mesa real na Idade Moderna», separata da *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Volume LXXVIII (2002); Maria José PALLA, «A mesa é uma construção simbólica – comida e devoção na pintura portuguesa do Renascimento», in *O conceito de representação. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (18-22 de Novembro de 1996)*, Lisboa, 1997, pp. 485-499.

¹³ Veja-se a obra seguinte que cruza, na sua abordagem, as múltiplas facetas da mesa: Ana Marques PEREIRA, *Mesa Real. Dinastia de Bragança*, Lisboa, Inapa, 2000.

¹⁴ Veja-se, para além da bibliografia citada em notas anteriores, Isabel DRUMOND BRAGA, «Influências estrangeiras nos Livros de Cozinha portugueses (Séculos XVI-XIX). Alguns problemas de análise», in *Do Primeiro Almoço à Ceia. Estudos de História da Alimentação*, Sintra, Colares Editores, 2004, pp. 103-118; Idem, «Os alimentos americanos à mesa portuguesa», in *A Herança das Américas em Portugal*, Lisboa, Correios CTT, 2008, pp. 78-221; Fernando CASTELO BRANCO, *A Expansão Portuguesa e a Culinária*, Lisboa, Tipografia Peres, 1989; José Montalvão MACHADO, «Alimentos antigos e alimentos novos», *Anais*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2.^a série, volume 29 (1984), pp. 508-528; Rui ROCHA, *A Viagem dos Sabores*, Lisboa, Edição Inapa, 1998.

¹⁵ Veja-se Simonetta Luz AFONSO, «Les Tables Royales à Queluz au XVIII^e siècle. Un goût d'Orient, un Goût d'Occident», in *Mesas Reais Europeias. Encomendas e Ofertas...*, cit., pp. 184-201; Eva Maria VON KEMNITZ, «O exótico na festa de Lisboa. As festas em honra dos enviados marroquinos», *Olissipo*, Lisboa, 2.^a série, n.º 2 (1996), pp. 21-27.

Todavia, os objectos e as decorações efémeras das mesas enquanto veículos de narrativas alegóricas têm merecido, muito por via dos historiadores de arte, alguns estudos, ainda que bastante pontuais¹⁶.

Estes artefactos projectavam, à semelhança de outros recursos visuais ou literários, uma imagem de majestade e um discurso político, transformado em puro símbolo da representação de uma ideia, de um acontecimento, de uma concepção da monarquia em determinado momento e contexto.

Com base neste questionário, recorremos a dois exemplos, bem documentados e com cronologia distante, balizando quase o início e o fim de um reinado: por um lado, o projecto iconográfico da baixela de prata, encomenda pela corte portuguesa, a François Thomas Germain¹⁷, em 1756; por outro, as decorações efémeras do banquete, oferecido pelo Senado da Câmara de Lisboa, na noite de 7 de Junho de 1775, na Casa da Alfândega, por ocasião da inauguração da Estátua Equestre de D. José I¹⁸.

Em 24 de Junho de 1756, foi entregue ao ourives francês, François Thomas Germain (1726-1791)¹⁹, a execução de várias peças de um conjunto para mesa de banquetes, constituído por quatro *cobertas*. Trabalharia sob

¹⁶ São estes: Maria do Carmo Rebello de ANDRADE, «Iconographic Narrative of Stately Silverware. Portugal XV and XVI Centuries», in *Mesas Reais Europeias. Encomendas e Ofertas...*, cit., pp. 44-57; Inês Líbano MONTEIRO, «Uma baixela para servir a quatro cobertas», in *A Baixela de Sua Majestade Fidelíssima. Uma Obra de François Thomas Germain*, Lisboa, MC/IPPAR-PNA, 2002, pp. 39-91; Cristina Neiva CORREIA, «Desserts e Arte Efémera (c. 1777-1800)», in *A Baixela de Sua Majestade Fidelíssima...*, cit., pp. 145-181.

¹⁷ A bibliografia sobre esta matéria já é extensa, citam-se aqui apenas os autores portugueses que trataram do assunto, por ordem cronológica, a saber: Carlos Malheiro DIAS, *A Baixella Franceza da Corte de Portugal*, separata da *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 2.^a série, n.º 15 (1906); Marquês da Foz, *A Baixela da Antiga Corte Portuguesa*, Lisboa, Edições dos Amigos do Museu, 1926; Luís Xavier da COSTA, *Notas sobre a Baixela Germain da Antiga Corte Portuguesa*, separata de *Arqueologia e História. Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, Volume VI (1928); José da Cunha SARAIVA, *A Baixela Germain. Subsídios para a sua História*, Lisboa, Bertrand, 1934; *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes. Documentos relativos à ourivesaria francesa encomendada para Portugal*, Lisboa, Volume I (1935); Leonor d'OREY, *A Baixela da Coroa Portuguesa*, Lisboa, Edições Inapa, 1990; Idem, «The Silver Dining Service of King José I of Portugal», in *Royal French Silver. The Property of George Ortiz, Sotheby's*, 1996, pp. 74-89; IDEM, «Dispersed Objects from the Portuguese Royal and Princely Silver Services Composing a Puzzle», in *Mesas Reais Europeias. Encomendas e Ofertas...*, cit., pp. 148-155; Gonçalo de VASCONCELOS E SOUSA, *Pratas Portugueses em Coleções Particulares: séculos XV a XX*, Porto, Civilização, 1999; Isabel Silveira GODINHO (dir. e coord.), *A Baixela de Sua Majestade Fidelíssima. Uma Obra de François Thomas Germain*, Lisboa, MC/IPPAR-PNA, 2002.

¹⁸ Para além da vastíssima bibliografia sobre o reinado de D. José, veja-se *Catálogo da Exposição Bibliográfica, Iconográfica e Documental relativa a Estátua Equestre*, Lisboa, Câmara Municipal, 1938; Luciano RIBEIRO, *Machado de Castro e a Estátua Equestre*, Lisboa, Câmara Municipal, 1939.

¹⁹ Veja-se para uma biografia detalhada do Thomas Germain (1673-1748) e do seu filho, François Thomas Germain (1726-1791), bem como da actividade da casa: Christiane PERRIN, *François Thomas Germain, Orfèvre des Rois*, Paris, Éditions d'Art Monelle Hayot, 1993; Germain BAPST, *Études sur l'Orfèvrerie française au XVIII^e siècle. Les Germain, sculpteurs-orfèvres du Roi*, Paris, Société d'Encouragement pour la Propagation des Livres d'Art, 1892.

direcção do Guarda-Jóias da Coroa, Pedro António Virgolino²⁰ e, por intermédio do banqueiro e negociante, com sede em Lisboa, Luís Beaumont²¹. O representante deste na corte de Paris, a partir de 1764, seria Martin Delorme que trataria directamente com o ourives²². A baixela da Coroa portuguesa desaparecera com o terramoto de 1755 e, por isso, procurou-se substituí-la de imediato, encomendando outra à mesma casa que fizera a anterior²³ e que trabalhava para muitas outras cortes europeias²⁴. Nem um ano decorrido sobre os escombros do Terramoto, tratava-se, com carácter prioritário, de reconstituir o esplendor da corte. A magnificência de uma baixela constituía uma forma de afirmação, da maior importância, da figura régia, corporizadora da imagem e riqueza da própria Coroa²⁵.

²⁰ Pedro António Virgolino foi nomeado Guarda-Jóias da Coroa por alvará de 14 de Janeiro de 1751.

²¹ Luís Beaumont, muito provavelmente filho de Lourenço Beaumont, obteve carta de naturalização em 27 de Março de 1725 (IAN/TT, Registo Geral de Mercês, D. João V, Livro 127, fl. 118). Era correspondente, em Lisboa, da Sociedade Desbrières et Fils. Foi nessa qualidade que tratou das primeiras encomendas da Coroa para Germain, começando logo os primeiros contactos em 1757. Veja-se C. PERRIN, *François Thomas Germain...*, cit., p. 145; Eduardo Vera Cruz PINTO e Silva ALVES, «O caso da Baixela Germain. Os factos e o direito», in *A Baixela de Sua Majestade Fidelíssima...*, cit., pp. 246 e 264.

²² Grande parte da documentação tratando da encomenda, pagamento e remessa da baixela encontra-se reunida num manuscrito, intitulado «*Livro dos documentos e conta corrente da baixela. 1756-1770*» (IAN/TT, Casa Real, Livro 7600). Inclui: a encomenda da baixela, o lançamento das facturas de prata, enviadas para Lisboa, de 1757 a 1765, a conta corrente de Beaumont com Germain, e com Pedro António Virgolino e, ainda, a relação das encomendas feitas por Estêvão Pinto de Moraes, Guarda-Jóias da Coroa, entre 1763 e 1770. Várias cartas entre os vários intervenientes no processo encontram-se reunidas numa pasta de 35 documentos, intitulada «*Baixela Germain, 1757-1778*» (IAN/TT, MNE, Caixa 927).

²³ Francisco Mendes de Góis (1670-1753), Encarregado de Negócios da corte portuguesa em Paris (1726-1742), foi o principal interlocutor na encomenda de um serviço de mesa em prata de 60 peças, ao ourives Thomas Germain, logo a partir de 1726. Para a história deste primeiro serviço, desaparecido com o Terramoto de 1755, veja-se a muita correspondência, conservada em arquivos portugueses, e na qual discute muitas vezes pormenores da encomenda e desenho das peças: com o Conde de Tarouca (IAN/TT, MNE, Caixa 1, Maço 2; IAN/TT, MNE, Caixa 2, Maço 7); com o Cardeal da Mota (BNP, Reservados, Mss. n.º 62); e com o Marquês de Abrantes (IAN/TT, MNE, Caixa 1, Maço 5). Para informações detalhadas sobre as múltiplas encomendas feitas por Francisco Mendes de Góis, em Paris, veja-se a análise detalhada feita por Marie-Thérèse MANDROUX-FRANÇA, *Catalogues de la Collection d'Estampes de Jean V, Roi du Portugal par Pierre-Jean Mariette*, Volume I, Lisbonne-Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Bibliothèque Nationale de France/Fundação da Casa de Bragança, 2003, pp. 98-103. Para as baixelas da Coroa portuguesa antes do século XVIII, veja-se, por exemplo: Maria do Carmo Rebelo de ANDRADE, «As Artes de Mesa e a ourivesaria de Corte em Portugal na 1.ª metade do século XVI», in *Encontros sobre as Transformações na Sociedade Portuguesa: 1480-1570*, Lisboa, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 1996, pp. 1-13.

²⁴ A Casa Germain, entre 1730 e 1770, criou serviços completos ou parciais para algumas das principais casas régias europeias, a saber França, Dinamarca, Rússia. Para um desenvolvimento detalhado sobre estes serviços, para além da bibliografia já citada para a dupla de ourives, veja-se AAVV, *Versailles et les Tables Royales en Europe (XVII^e-XIX^e siècles)*, Paris, Réunion des Musées Nationaux, 1993, pp. 275-321.

²⁵ Em Novembro de 1777, o Guarda-Jóias, João António Pinto da Silva escrevia ao Secretário de Estado, Martinho de Mello e Castro, relatando o acompanhamento que fizera, por sua

As três primeiras *cobertas* foram executadas, remetidas e pagas na íntegra, nos termos contratualmente estabelecidos. Da quarta e última vieram só algumas peças, até à quebra do ourives francês, em Junho de 1765. Uma *coberta* designava todo o conjunto da loiça necessária para a mesa, em determinado momento da refeição. Um banquete desenvolvia-se em sucessivos actos em que a mesa era posta (ou *coberta*) de novo²⁶, salientando-se o centro, criando-se no resto da mesa planos geométricos clássicos com três fileiras de pratos de serviço, ladeando simetricamente o prato central. Cada *coberta* devia ser uma expressão de simetria e da correcta distribuição das diversificadas iguarias, oferecidas à livre escolha de cada comensal. Era o chamado «*serviço à francesa*», codificado em França desde finais do século XVII, que se impusera em toda a Europa, bem como em Portugal²⁷, como paradigma de requinte e civilidade.

ordem, ao Embaixador do Rei de Marrocos, Hadji abd al-madjid al azraq. Para além da visita das Quintas da Ajuda, de Alcântara, às naus de guerra, à Real Fábrica da Seda, ao Forte de São Julião da Barra, o Embaixador visitara a Quinta de Belém onde o Desembargador João Rodrigues Vilar lhe mostrara a baixela de prata, encomendada a Germain. Veja-se Carta de Martinho de Mello e Castro para João António Pinto da Silva, datada de 6 de Novembro de 1777, e a carta de João Pinto da Silva para o Secretário de Estado, datada de 20 de Novembro de 1777 (ambas, IAN/TT, Casa Real, Caixa 7092).

²⁶ As mesas eram, por norma, quatro: a primeira, «*do cozido*», reunia as peças cozidas e em molho. A segunda apresentava o «*assado*», as grandes peças de carne assadas no espeto, aves e outra caça miúda. Eram exclusivamente acompanhadas de saladas. A terceira, dita dos «*entre-mezes*», a mais variada das três, nas quais se incluíam patés e carnes frias, legumes, estufados e, ainda doces. Concluíam o ciclo das «*mesas da cozinha*». O fecho do banquete era da responsabilidade da Copa, muitas vezes em mesa e lugar distinto das três primeiras. Era a quarta e última *coberta*, de frutos e doces, ou «*dessert*».

²⁷ Os séquitos das Rainhas D. Maria Francisca de Sabóia (1646-1683) e de D. Maria Sofia de Neuburg (1666-1699) desempenharam um papel importante na divulgação do cerimonial de corte francês. As imensas consultas e pareceres do 1.º Duque de Cadaval (1648-1725) sobre matérias de organização interna e protocolar sugerem uma abertura paulatina das práticas protocolares portuguesas, e a sua progressiva permeabilidade a padrões e regras que não espanholas. Pela mesma altura, chegou à corte de Lisboa uma nota manuscrita do Marquês de Cascais, D. Álvaro de Castro (1590-1674) sobre «*como era servida a meza do rei de França*» (BNP, Reservados, Códice 11234/49), mostrando como a conformidade à moda era crucial para uma monarquia que procurava inteirar-se destas matérias. Em 1693, Domingos Rodrigues (1637-1719), Mestre de Cozinha da Casa Real, publicava a terceira parte da sua *Arte de Cozinha*, intitulada «*Forma de como se hão-de dar os banquetes em todos os meses do ano*», na qual expunha as iguarias à francesa (D. RODRIGUES, *A Arte de Cozinha*, leitura, apresentação, notas e glossário de Maria da Graça Pericão e Maria Isabel de Faria, Lisboa, INCM, 1987, pp. 198-202). O primeiro grande banquete público, com esta nova forma de serviço, aconteceu para a recepção da futura rainha, D. Maria Ana de Áustria, em Setembro de 1708. A «*Forma com que há de ser a meza, em que hão de comer em publico suas Magestades e Altezas quando vier a Rainha Nossa Senhora*» da autoria do Vedor Conde do Redondo, Tomé de Sousa Coutinho, descreve com pormenor a atenção dada ao novo serviço por essa ocasião (BPE, CXII-2-7). Em 1753, as mesas das cerimónias de Hospedagem do Conde de Baschi eram reguladas pela mão de Sebastião Carvalho e Melo, então Secretário de Estado, como base neste tipo de serviço, assumindo-se definitivamente uma nova moda (*Cerimonial que se praticou na Hospedagem e Audiências públicas do Conde de Bachi*, IAN/TT, MNE, Livro 148), sendo definitivamente tipifi-

Entre 14 de Novembro de 1757, data da chegada da primeira remessa, até 29 de Novembro de 1764, foram remetidas para Lisboa vinte e quatro caixas, contendo as três primeiras *cobertas*. Da quarta nada foi executado ou remetido, à excepção dos respectivos pratos e talheres em prata dourada, enviados a 4 de Maio de 1765, somando-se assim perto de mil peças²⁸. Deveria surgir, na quarta coberta, uma extensa *corbelha*, ornamentada com grupos escultóricos, que nunca chegou a ser fundida em prata. Por *corbelha* ou *corbeille* em francês, entendia-se um grande tabuleiro, um *plateau* (ou *plató*) que deveria cobrir toda a mesa, isto é, uma vasta zona central com guarnições à roda, tendo como centro e cabeceiras, três composições de vulto pleno. Na verdade, ao longo de sete anos, de Novembro de 1757 a Maio de 1764, uma intensa discussão se desenvolveu entre o ourives francês e os responsáveis pela encomenda régia sobre a definição e feitura do centro de mesa, permitindo uma análise detalhada do programa iconográfico da profusa obra deste *surtout*²⁹.

A valiosa informação, contida em dois documentos, permite ter um conhecimento detalhado desta peça de baixela cuja execução foi preparada mas nunca finalizada. A ideia geral do tema alegórico fora fornecido pela corte portuguesa como indica a «*Relaçam da Prata emcomendada a Germain, por ordem de Sua Magestade*», enviada em 24 de Junho de 1756, e registada no livro copiador de Louis Beaumont³⁰. O ourives francês remetia para Lisboa uma detalhada relação «*des Models faits pour le 4^e service de la Vaiselle d'Argent pour sa Majesté le Roi du Portugal, e des Moules des dits Models*»³¹. As descrições dos modelos e moldes de cera dão vida a um projecto que a própria corte nunca chegou a ver. Em contrapartida, os desenhos indicados na encomenda encontram-se hoje desaparecidos. A evolução do gosto e as dificuldades financeiras, da casa Germain e da Coroa portuguesa, acabaram por fazer cair o extraordinário e excessivo centro de mesa no abandono. A confrontação destes dois documentos ilumina ainda a evolução que houve entre o projecto idealizado pela coroa portuguesa e a invenção de Germain que pressionou, ao longo de quase uma década, para a execução da obra como ele a concebia.

cado e codificado para o uso das mesas na Casa Real, com o decreto de regulação das mesas da Casa Real de 11 de Maio de 1765 (IAN/TT, Casa Real, Livro 104).

²⁸ Veja-se «*Facture ou Relaçam da prata que remeteu Germain*», IAN/TT, Casa Real, Livro 7600, fls. 3-6.

²⁹ *Surtout*, palavra francesa, que designa um centro de mesa ornamentado. Veja-se I. L. MONTEIRO, «Uma baixela para servir...», cit., p. 43.

³⁰ «*Relaçam da prata encomendada a Germain por ordem de sua Magestade debaixo da direiçam de Pedro António Virgolino*», datada de 24 de Junho de 1756. In IAN/TT, Casa Real, Livro 7600, fls. 2-2v.

³¹ Enviada em 1770, no âmbito do processo jurídico que decorria, para solvência dos pagamentos que Germain considerava ter a receber da corte portuguesa. Incluída em IAN/TT, MNE, Caixa 927. Documento transcrito em I. MONTEIRO, «Uma baixela para servir...», cit., pp. 78-81.

Esta composição formaria, a pedido da corte portuguesa, uma grande encenação discursiva em prata, manifestando o ressurgimento de Lisboa como grande metrópole de um vasto império marítimo, centrado no espaço atlântico. Ao centro, o monarca a trabalhar na reedificação da cidade, ladeado por uma alegoria da América a oferecer as suas riquezas à metrópole e, por outro, pela conquista do Brasil por Cabral. Este projecto metafórico era bem representativo da atenção que se vinha dando, desde 1750, aos problemas coloniais e, sobretudo, ao Brasil³².

O reinado de D. José I e o consulado pombalino são, tradicionalmente entendidos pela historiografia³³, como a primeira tentativa, posterior à Restauração, para encarar, numa política de unidade administrativa e económica, os estados da Índia e do Brasil, o reino de Angola e os restantes territórios ligados à Coroa portuguesa. Procurou-se fazer das parcelas disseminadas pelo globo um todo nacional em permanente ligação marítima e comercial com a Coroa, contra a visão exclusiva que tornara primordial, até 1580, a ligação com o Oriente e contra a que em seguida colocara, no centro da economia portuguesa, o Brasil³⁴. A riqueza da monarquia devia assentar numa balança comercial positiva e sólida, possível com a diminuição das importações de bens de consumo, sobretudo de produção manufactureira, combinada com um fluxo sustentado e boa colocação das exportações de todos os produtos coloniais, procurados na Europa, pensados num sistema comercial integrado.

Está fora do âmbito do presente estudo descrever em detalhe todas as «providências»³⁵ tomadas, neste período, para a concretização destes objectivos, nem o alcance efectivo das mesmas. Cabe aqui apenas salientar algumas

³² Apesar das limitações próprias das periodizações, é de ter em conta a cronologia, em quatro fases, da actividade política do ministério pombalino, proposta por Borges de Macedo. A primeira até 1760, centrada em problemas estaduais e de organização comercial metropolitana e colonial; a segunda até 1764, com o envolvimento na «Guerra dos Sete Anos»; a terceira, de 1764 a 1770, absorvida pela crise comercial e financeira; e, finalmente, a quarta até 1777, dedicada à reforma dos estudos (estatutos da Universidade de Coimbra e estudos menores, 1772) e o incentivo à actividade manufactureira. Veja-se Jorge Borges de MACEDO, *Dialéctica na sociedade portuguesa no tempo de Pombal*, separata da revista *Brotéria*, Lisboa, n.º 115/116 (1982), p. 2.

³³ Os historiadores dividem-se sobre a coerência da intensa actividade reformativa pombalina. Por um lado, há quem ponha em causa a aparente unidade do período considerado, perspectivando os contextos de cada medida. Para outros, é evidente uma visão unitária, assente na concepção pombalina de Estado que criou uma nova política económica assente no domínio da metrópole sobre as riquezas das possessões ultramarinas. Para os primeiros, veja-se J. B. MACEDO, «Dialéctica na sociedade...», cit.; Nuno Gonçalo MONTEIRO, *D. José. Na sombra de Pombal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006. Por outro, são paradigmáticas de uma leitura unitária do período: Joaquim Veríssimo Serrão, *O Marquês de Pombal. O Homem, o Diplomata e o Estadista*, 2.ª edição, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987; João Lúcio de AZEVEDO, *O Marquês de Pombal e a Sua Época*, 2.ª edição, Porto, Clássica Editora, 1990; Kenneth, MAXWELL, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

³⁴ Veja-se bibliografia citada na nota anterior.

³⁵ Veja-se N. G. MONTEIRO, *D. José...*, cit., pp. 166-186.

ideias orientadoras da política pombalina, bem conhecidas e valorizadas pela historiografia. Por um lado, a segurança e rentabilidade do comércio traduziu-se numa política de concentração económica, com a formação de companhias monopolistas cujo campo de acção se estendia a todo o Império³⁶, numa coordenação efectiva da Coroa das actividades mercantis e, claro, no fomento das produções fabris nacionais. Por outro, a vitalidade da rentabilidade colonial precisou de uma redefinição do equilíbrio de poderes, entre Lisboa e cada território ultramarino, na sua comunicação e articulação com o centro que reforçou o seu domínio administrativo³⁷, militar, judicial e fiscal; como assentou também na promoção do desenvolvimento e dinamismo internos de cada lugar, possíveis, entre outros, com uma maior ocupação e povoamento dos territórios e a vitalidade das actividades económicas e comércio locais³⁸.

As intervenções legislativas e governamentais atingiram, de facto, quase todos os domínios ultramarinos. No entanto, deixemos uma análise estrutural de vinte e sete anos de governação e voltemos ao ano de 1756. A profusão de leis e reformas não pode esconder a irrefutável centralidade que o Brasil ocupava, ainda 1756 (e até depois), data da encomenda do *surtout* e da definição do seu projecto iconográfico, no equilíbrio económico e financeiro da Coroa portuguesa, dado o peso das receitas dos proventos, directos ou indirectos, oriundos do ouro, diamantes, e da reexportação de produtos como o pau-brasil, o açúcar, o tabaco e o algodão brasileiros³⁹. Aliás, de acordo com os dados conhecidos sobre as contas públicas da Coroa, entre 1762 e 1776⁴⁰, 57% das receitas da Coroa portuguesa provinham do Império,

³⁶ Sobre esta matéria, veja-se: António CARREIRA, *As Companhias Pombalinas: de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, 2.^a edição, Lisboa, Editorial Presença, 1983; Rui Manuel de FIGUEIREDO, *As Companhias Pombalinas. Contributo para a História das Sociedades por Acções em Portugal*, Coimbra, Livraria Almedina, 1997; Tiago C. P. dos Reis MIRANDA, «A Companhia de Comércio da Ásia de Feliciano Velho Oldemberg (1753-1760)», in *O Terramoto de 1755. Impactos Históricos*, orgs. Ana Cristina Araújo, José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro, Walter Rossa, José Vicente Serrão, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 199-208.

³⁷ Veja-se Maria Fernanda BICALHO, «As noções de *Capitabilidade* no Rio de Janeiro sob a política pombalina», in *O Terramoto de 1755. Impactos Históricos*, cit., pp. 257-267.

³⁸ Veja-se Manuel Nunes DIAS, «Estratégia pombalina de urbanização do espaço amazónico», *Brotéria*, Volume 115, n.º 2-3-4, (1982), pp. 239-305; Ângela DOMINGUES, *Quando os Índios eram Vassalos, Colonização e Relações de Poder no Norte do Brasil na Segunda Metade do Século XVIII*, Lisboa, CNCDP, 2000.

³⁹ Sobre a importância dos rendimentos provenientes do Brasil, veja-se, entre muitas outras, as seguintes sínteses: Joaquim Romero MAGALHÃES, «O Império», in *História Económica de Portugal, 1700-2000*, org. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, Volume I, *O Século XVIII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 299-308; Frédéric MAURO, *Études économiques sur l'expansion portugaise (1500-1900)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970; Avelino de Freitas de MENESES, «As Finanças», in *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Volume VII, *Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, coord. Avelino de Freitas de Menezes, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 373-375; A. J. R. RUSSELL-WOOD, «As frotas do ouro do Brasil, 1710-1750», *Estudos Económicos*, São Paulo, n.º 13 (1983), pp. 701-717.

⁴⁰ Datas possíveis pela existência sistemática da documentação, produzida no âmbito do Erário Régio, tesouro régio resultante da reforma central do sistema financeiro da Coroa, que

e na sua grande maioria do território americano, somando só os monopólios régios do tabaco, pau-brasil e dos diamantes, 24% das receitas⁴¹. Grande parte das atenções e medidas tomadas, neste período inicial do reinado, estavam, desta forma, naturalmente viradas para o Brasil e muitas das orientações tomadas já vinham antes traçadas desde o governo joanino⁴² (tornando errónea a atribuição das mesmas a Sebastião José de Carvalho, como já salientou Nuno Gonçalo Monteiro)⁴³.

Resolvida a questão dos limites das possessões portuguesas e espanholas na América do Sul, com o Tratado de Madrid, em Janeiro de 1750⁴⁴, poucos meses antes da sua aclamação, D. José entrou no seu reinado de atenções viradas para o outro lado do Atlântico. Ainda nesse ano, foi promulgada a lei do novo sistema de cobrança dos quintos do ouro brasileiro. Em Fevereiro de 1751, foi criada a *Relação do Rio de Janeiro*⁴⁵. Em 28 de Março de 1754, foi pedida a reunião de uma colecção completa de leis e ordens expedidas do Brasil. No ano seguinte, a 6 de Junho, assinou-se o diploma de estabelecimento da *Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*⁴⁶. Não muito depois era criada a capitania de São José do Rio Negro.

Era este Brasil, verdadeiro cofre de liquidez, que tinha, em grande medida, permitido, no reinado anterior, erguer, entre outros, o Convento de Mafra⁴⁷ e a Basílica Patriarcal⁴⁸ que eram duas cidades de mármore representativas da magnificência faustosa do monarca. Foram ainda, em grande

levou a reorganização do Conselho da Fazenda, a supressão da antiga Casa dos Contos e criação deste novo tesouro, pelas cartas de lei 22 de Dezembro 1761; e pelo desaparecimento quase total da documentação, referentes às contas públicas, anteriores a esta cronologia, muito por causa da destruição provocada pelo Terramoto de 1755.

⁴¹ Veja-se N. G. MONTEIRO, *D. José...*, cit., pp. 174-175; Fernando TOMAZ, «As finanças do Estado pombalino (1762-1776)», in *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Sá da Costa, 1988, pp. 355-388; Álvaro Ferreira da SILVA, «Finanças Públicas», in *História Económica de Portugal, 1700-2000*, Volume I, *O Século XVIII*, cit., pp. 237-262.

⁴² Para a política colonial no reinado joanino, veja-se a síntese (e bibliografia aí citada) proposta em Maria Beatriz Nizza da SILVA, *D. João V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 208-264.

⁴³ Veja-se N. G. MONTEIRO, *D. José...*, cit., p. 179.

⁴⁴ De entre a muita bibliografia sobre o assunto, veja-se Jaime CORTESÃO, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*, 4 Partes, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1950; Luís Ferrand de ALMEIDA, *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*, Coimbra, INIC, 1990; Mário Clemente FERREIRA, *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional. Os Trabalhos Demarcadores das Partidas e a sua Produção Cartográfica (1749-1761)*, Lisboa, CNCDP, 2001.

⁴⁵ Sobre este assunto, veja-se Maria Fernanda BICALHO, *A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 81-102; N. G. MONTEIRO, *D. José...*, cit., pp. 179-180.

⁴⁶ Veja-se bibliografia citada em nota anterior.

⁴⁷ Sobre o Convento de Mafra, veja-se António Filipe PIMENTEL, *Arquitectura e Poder. O Real Edifício de Mafra*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

⁴⁸ Para a Patriarcal, veja-se: Eduardo BRAZÃO, *Subsídios para a História do Patriarcado de Lisboa (1716-1740)*, Lisboa, Civilização, sd; M.T. MANDROUX-FRANÇA, «La Patriarcale du roi Jean V du Portugal», *Colóquio-Artes*, Lisboa, 2.^a série, n.º 83 (1989), pp. 35-43.

parte, os dividendos deste domínio que possibilitaram a erecção da Casa da Ópera (mais tarde conhecida como Ópera do Tejo), inaugurada no dia de aniversário da Rainha D. Mariana Vitória, a 31 de Março de 1755, com representação da ópera *Alessandro in Italia*, com música de António Mazzoni e libreto de Metastasio, e alvo de todos os desejos e cuidados de D. José⁴⁹. A liberalidade e magnificência não correspondiam a procedimentos de frivolidade. Pelo contrário, como reconhecia, uns anos antes, em 1749, Damião Lemos Faria e Castro, a magnanimidade constituía uma virtude da monarquia que fortalecia a posição do monarca perante as instituições, os particulares e as nações estrangeiras⁵⁰.

A colónia brasileira era a principal base da riqueza metropolitana, sendo o tema da utilidade e submissão do universo colonial e da oferta de riquezas à monarquia um tema central na representação da monarquia. Assim, não é de estranhar o projecto pictórico pedido pela corte portuguesa ao ourives francês. Vejamos, então, este problema com mais pormenor. O quarto serviço encomendado destinava-se a vinte e quatro pessoas, frisando-se que as proporções do centro de mesa a tal se devia conformar. Na mesma relação de encomenda de 1756, pedia-se, para a figura do meio, uma representação de «*Sua Majestade com a Architectura e as Artes personificadas a quem dá as suas ordens para a redificação da Cidade, com vários edificios principiados*»⁵¹. No entanto, pouco tempo depois, em Julho de 1757, Germain, ao dar conta do avanço dos seus trabalhos descrevia esta figura central como a Arquitectura trabalhando nos planos de reconstrução⁵². Em 28 de Julho de 1761, intitulava a peça como «*Le Roy sous la figure d'Apollon*»⁵³.

O Terramoto de 1 de Novembro de 1755 foi dos mais marcantes acontecimentos da história portuguesa e, de longe aquele, que maior impacto teve na cultura da época, nacional e europeia⁵⁴. A actualidade do tema (sete meses

⁴⁹ Sobre esta matéria, consulte-se Maria Alexandra Gago da CÂMARA, *Lisboa: Espaços Teatrais Setecentistas*, Lisboa, Livros Horizonte, 1996; Claude Henri FRÉCHES, «Le théâtre aristocratique et l'évolution du goût au Portugal d'après la *Gazeta de Lisboa* de 1715 à 1739», *Bulletin des Études Portugaises*, Paris/Lisboa, Nova Série, n.º 26 (1965), pp. 95-110; Aline GALLASCH-HALL, «A Ópera do Tejo: uma possível reconstituição espacial e o impacte do Terramoto numa estrutura cultural de imagem», in *1755: Catástrofe, Memória e Arte*, org. Helena Carvalhão Buescu, Manuela Carvalho, Fernanda Gil Costa, João Almeida Flor, Lisboa, Edições Colibri, 2006, pp. 229-238; N. G. MONTEIRO, *D. José...*, cit., pp. 37-39, 63-65.

⁵⁰ Veja-se Damião António Lemos FARIA E CASTRO, *Política Moral e Civil. Aula da Nobreza Lusitana autorizada com todo o género de erudição sagrada e profana para a doutrina e direcção dos Príncipes e mais políticos*, Tomo I, Lisboa, Oficina de Francisco Luís Ameno, 1749, p. 300.

⁵¹ «*Relaçam da prata encomendada a Germain ...*», doc. cit., fl. 2.

⁵² Carta de François Thomas Germain a Louis Beaumont, datada de 19 de Julho de 1757. In IAN/TT, MNE, Caixa 927.

⁵³ Carta de François Thomas Germain a Louis Beaumont, datada de 28 de Julho de 1761. In IAN/TT, MNE, Caixa 927.

⁵⁴ Veja-se *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*, cit.; Helena Carvalhão BUESCU, Gonçalo CORDEIRO (coord.), *O Grande Terramoto de Lisboa. Ficar Diferente*, Lisboa, Gradiva/Fundação da Cidade de Lisboa, 2005; Jean-Paul POIRIER, *Le Tremblement de Terre de Lisbonne de 1755*, Paris, Éditions Odile Jacob, 2005.

separam a encomenda dos acontecimentos) favoreceu a escolha da matéria pela corte portuguesa: Lisboa a ressurgir das ruínas sob a égide das Luzes do Monarca. Favorecia-se uma leitura que pendia para a ideia do desastre fundador, da paterna providência régia protagonista da reconstrução. Apolo era o deus solar, da ordem racional e das Luzes que presidia a refundação da cidade. O deus, apoiado na sua lira, camuflava numa alegoria a figura do monarca português.

A escolha de Apolo como personificação alegórica da figura de D. José parece ter sido uma inovação pessoal de Germain, ao projecto inicialmente pensado em Lisboa, pois não se encontra referido na nota de encomenda. Aliás, o período de Dezembro de 1756 a Abril de 1757 marcou o início dos acertos formais e orçamentais da proposta de Germain. Em Janeiro de 1757, aprovou-se a feitura e fundição das três primeiras *cobertas* mas pedia-se um tempo de reflexão para comunicar uma decisão quanto à execução da quarta e do seu centro de mesa⁵⁵. Finalmente, em 9 de Abril de 1757, Louis Beaumont comunicava a recusa categórica das proporções do projecto e a imposição de um limite de 300.000 libras para a sua concretização. Não se sabe ao certo quando se começou a modelar o centro de mesa mas é muito provável que tenha sido logo a partir de 1758, prolongando-se pelo menos até finais de 1761⁵⁶ e, passado dois anos, apresentava novas despesas referentes à feitura dos modelos que não parou⁵⁷. Germain seguiu indiferente, criando e preparando modelos. Os detalhes do programa pictórico foram todos a sua livre criatividade e, em nenhum caso, podem ser atribuídos à corte portuguesa.

O grupo modelado representava Apolo, apoiado na sua lira⁵⁸, a trabalhar nos planos da nova Lisboa em construção que lhe eram apresentados pela Arquitectura, desenrolando uma planta presa, numa ponta, por uma criança⁵⁹. Uma segunda criança segurava outra planta enrolada⁶⁰. Ao lado, a Fama, personificada numa figura feminina e alada, tocava o seu clarim,

⁵⁵ Carta de Louis Beaumont a François Thomas Germain, datada de 4 de Janeiro de 1757. In IAN/TT, MNE, Caixa 927.

⁵⁶ «*État a ce que reviendront les pièces composant le grand Surtout pour Sa Majesté très fidèle para Germain Sculpteur et orphevre du Roy*», documento enviado em anexo à carta de 28 de Julho de 1761. Doc. cit.

⁵⁷ «*État du montant à quoi reviendront le 4^e service Service actuellement que les modèles sont faits et autres objets pour compléter l'argenterie de Sa Majesté Très Fidèle, à exécuter. Par Germain Orfevre Sculpteur ord. du Roy*», in IAN/TT, MNE, Caixa 927. Documento transcrito em I. L. MONTEIRO, «Uma baixela para servir...», cit., p. 52.

⁵⁸ Terracota n.º 17, enumerada no documento, «*État Général des Models faits pour le 4^e Service de la Vaisselle d'Argent pour sa Majesté le Roi de Portugal, et des moules des dits Models, lesquels sont restés chez le Sieur Delorme, en vertu d'un Procès-Verbal fait en Avril 1770*», in IAN/TT, MNE, Caixa 927. Documento transcrito em I. L. MONTEIRO, «Uma baixela para servir...», cit., pp. 78-79.

⁵⁹ *Ibidem*, terracotas n.º 18 e 22.

⁶⁰ *Ibidem*, terracota n.º 21.

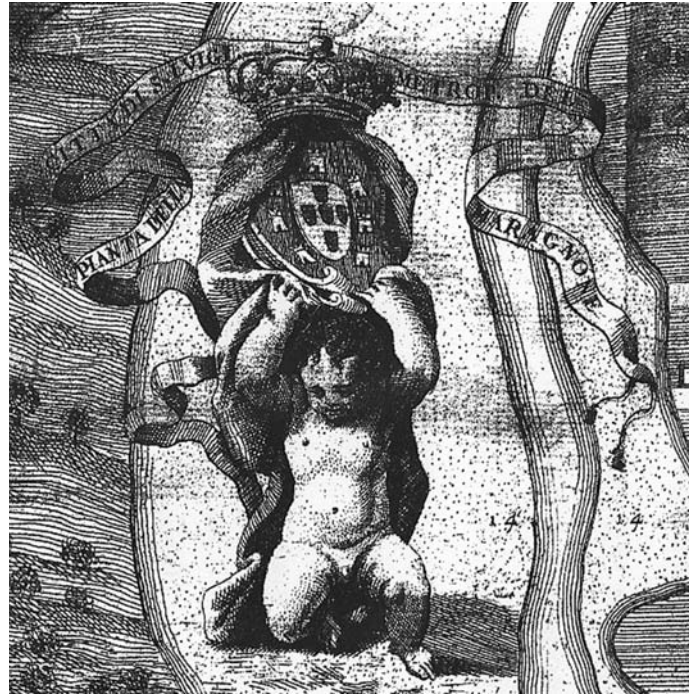


Figura 1:

Criança segurando o Escudo de Armas de Portugal (pormenor).

«*Planta della Cita di San Luigi Metrop. Del Maragnone*»

BA, 95-VI-24.

aclamando a figura central⁶¹. Uma criança, sustentando o escudo de armas de Portugal, completava o conjunto⁶² **[Figura 1]**.

Deste conjunto central talvez fizessem parte mais dois conjuntos escultóricos cujos moldes eram enunciados⁶³. Por um lado, o rio Tejo apoiado na sua Urna, segurando o cabo de um remo, provavelmente um velho homem apoiado numa urna da qual jorrava a água do rio e segurando um remo⁶⁴, sinal de navegabilidade e marcando o lugar de onde partiram as grandes conquistas portuguesas, sublinhando o papel de descobridor e conquistador da Coroa portuguesa. Por outro, duas Náiades entre juncos, em sinal de fecundidade. Apolo surgiria assim como protector das artes e impulsionador do renascer de uma potência, materializado na reconstrução da cidade capital do reino mas, também, como incitador de uma conquista marítima⁶⁵.

⁶¹ *Ibidem*, terracota n.º 19.

⁶² *Ibidem*, terracota n.º 20.

⁶³ Sobre este assunto, veja-se I. L. MONTEIRO, «Uma baixela para servir...», cit., pp. 69-70.

⁶⁴ Terracota n.º 8, enumerada no documento, «*État Général des Models...*», doc. cit.

⁶⁵ *Ibidem*, terracota n.º 5.

Num buril e água-forte de António Fernandes Rodrigues (1727-1807), um busto do Marquês de Pombal, rodeado de virtudes alegorizantes domina, da mesma forma, a reconstrução de Lisboa da qual se notam, em segundo plano, à esquerda, as ruínas, em contraste, à direita, às novas edificações. No canto inferior esquerdo, em semelhante personificação, o rio Tejo na pele de homem de barbas, apoiado na sua urna [Figura 2].



Figura 2:

Buril e água-forte.

Desenho de António Fernandes Rodrigues (1727-1807),
gravado por Étienne Fessard (1714-1777), entre 1762-69, em Paris.
BNP, E. 44 A

O conjunto funcionaria como eixo central na retórica narrativa com os dois restantes grupos escultóricos, colocados nas cabeceiras do centro de mesa.

Numa das cabeceiras do *surtout*, uma alegoria «da Conquista de América por Cabral com várias figuras de Americanos» tinha sido pedida pela Coroa⁶⁶. Na relação dos modelos «*du sujet de la découverte de l'Amérique*», nenhuma figura ou atributo remete para o navegador. Pelo contrário, surge um deus Neptuno, de pé numa concha⁶⁷, puxada por dois cavalos-marinhos a meio corpo⁶⁸, debaixo da qual se encontrava ainda um tritão, apoiado sobre um golfinho, tocando a trompa marinha⁶⁹. Símbolo do poder marítimo nas alegorias políticas, esta figura mitológica procurava, sem dúvida, representar a descoberta e conquista dos mares e da nova terra brasileira pelos portu-

⁶⁶ Cit. in «*Relaçam da prata encomendada a Germain ...*», doc. cit., fl. 2.

⁶⁷ Terracota n.º 4, enumerada no documento, «*État Général des Models...*», doc. cit.

⁶⁸ *Ibidem*, terracotas n.º 6 e 7.

⁶⁹ *Ibidem*, terracotas n.º 11.

gueses. Este conjunto contava ainda com um grupo de duas sereias sob as águas, uma das quais sustinha uma concha⁷⁰. Neptuno surgia como o glorioso vencedor das águas tempestuosas do mar, impelidas pelos ventos. Três figuras de Vento a meio corpo completavam este conjunto⁷¹.

Na outra cabeceira, pedira-se a representação da «*América que vem oferecer os seus Frutos ao Monarca*»⁷². Os modelos construídos retratam o continente americano como um mundo de extraordinárias e abundantes riquezas (e, nomeadamente, do ouro), cheio de exotismo. A América personificada numa mulher apresentava-se toucada de penas, apoiando-se sobre uma cornucópia⁷³, recuperando-se a tradicional retórica pictórica da Abundância. Uma criança segurava o arco e as setas da América⁷⁴, uma ninfa apoiava-se num crocodilo⁷⁵. Marcando o domínio sobre este território, estava presente o Escudo de Armas de Portugal, apoiado por três crianças⁷⁶. Ao lado, uma alegoria do Comércio, personificado numa cena, juntando Pactolo (o antigo rio da Lídia cujas águas transportavam o ouro dos míticos reis líbios) e o Comércio (na forma de um homem junto ao rio, apoiado sobre os joelhos), ao seu lado, uma cegonha representando a Vigilância⁷⁷.

Outros elementos completariam este conjunto, contribuindo para delinear esta imagem do continente americano como paraíso primordial: um americano de joelhos num fardo e removendo outro⁷⁸; uma ninfa deitada num barril enquanto decora o seu cabelo com pérolas⁷⁹; uma criança a procurar pérolas no rio⁸⁰, do qual emergia um pequeno tritão⁸¹ e um golfinho, alvo das brincadeiras de duas outras crianças⁸². Talvez aí estivesse também a figura de um jovem Americano assustado⁸³. A base do tabuleiro, suporte das três cenas, teria ainda dezoito crianças entretidas, umas com a pesca, outras com animais de diferentes espécies – como castores, pássaros marinhos, cisnes, peixes. O todo acompanhado de plantas marinhas, conchas decoradas, nos intervalos ou entre os grupos de crianças, assim como redes que deveriam receber frutos confeitados⁸⁴.

⁷⁰ *Ibidem*, terracota n.º 15.

⁷¹ *Ibidem*, terracotas n.º 12, 13, 14.

⁷² Cit. in «*Relaçam da prata encomendada a Germain ...*», doc. cit., fl. 2.

⁷³ Terracota n.º 27, enumerada no documento, «*État Général des Models...*», doc. cit.

⁷⁴ *Ibidem*, terracota n.º 33.

⁷⁵ *Ibidem*, terracota n.º 29.

⁷⁶ *Ibidem*, terracota n.º 31.

⁷⁷ *Ibidem*, terracota n.º 28.

⁷⁸ *Ibidem*, terracota n.º 16.

⁷⁹ *Ibidem*, terracota n.º 30.

⁸⁰ *Ibidem*, terracota n.º 34.

⁸¹ *Ibidem*, terracota n.º 35.

⁸² *Ibidem*, terracota n.º 36.

⁸³ *Ibidem*, terracota n.º 32.

⁸⁴ Descrição da maquete em cera do conjunto do centro, feita no documento, «*État Général des Models...*», doc. cit.

A profusão de pequenos ornamentos e de combinações antropomórficas que glosam o mundo aquático (golfinhos, peixes, conchas, plantas), natural (cereais, animais diversos) e mágico (sereias e tritões), remetia para a dimensão e potência marítima do império português, não era característica apenas do projecto *surtout* mas antes um tópico recorrente em toda a baixela da última coberta. Em 1767, estavam prontos quatro baldes de refresco (com peso total de próximos dos 85 marcos), com duas sereias formando as pegas, montadas sobre cabeças de golfinhos, segurando grinaldas de folhas que uniam numa cabeça de rio⁸⁵. O modelo das serpentinas, únicas peças de iluminação do centro, colocadas às cabeceiras da grande base, representava duas Náiades que parecem sair da água, com plantas marinhas nas mãos, formando duas serpentinas. Ambas ficariam sentadas numa grande concha, decorada de plantas análogas⁸⁶.

Grande parte destes elementos pictóricos encontra-se, pontualmente, em diversas peças de ourivesaria das restantes três cobertas, criando uma unidade inegável ao serviço e permitindo adivinhar a fisionomia, nos seus pormenores, do que teria sido o centro da última coberta se tivesse sido lavrado. São mostardeiras e molheiras em formato de conchas [Figuras 3 e 4], são bases de galheteiros em formato de naus, com figuras de tritões nas asas [Figura 5], são crianças americanas (isto é, pequenos índios com toucado e saia de penas) nos especeiros e saleiros [Figura 6 e 7].

A linguagem utilizada por François Thomas Germain, através de um imaginário eivado de alusões marítimas, multiplicado de temas naturalistas intencionalmente exuberantes, era própria da mitografia edénica⁸⁷, explorada desde o século XVI, na apropriação da América portuguesa. O Brasil de Germain surge como um jardim paradisíaco⁸⁸. É o lugar onde reina a harmonia (espaço organizado em torno de rios), a abundância (água abundante, variedade de animais), a fertilidade (as referências ao fardo e ao

⁸⁵ Cit. in I. L. MONTEIRO, «Uma baixela para servir...», cit., p. 57; C. PERRIN, *François Thomas Germain...*, cit., p. 188.

⁸⁶ Forma n.º 1, inventariada no «*États des Moules des Sujets de Milieu pour le Surtout du Roi de Portugal*», incluído no «*État Général des Models...*», doc. cit.

⁸⁷ Sobre este tema, veja-se: Sérgio Buarque de HOLANDA, *Visão do Paraíso. Os motivos edénico no descobrimento e colonização do Brasil*, 2.ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1969.

⁸⁸ Sobre este tema da construção da imagem do Brasil, veja-se, entre muitos títulos, Ana Cristina ARAÚJO, «O maravilhoso mundo 'reencontrado' na América Portuguesa», in *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, Volume I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 171-181; José Sebastião da Silva DIAS, *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, 3.ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1988, sobretudo pp. 212-255; Vítor SERRÃO, «Imagens da Expansão portuguesa da primeira metade do século XVI. A arte da pintura, da corte aos centros regionais», in *Da Visão do Paraíso à Construção do Brasil (Actas do II Curso de Verão da Ericeira)*, Lisboa, Editora Mar de Letras, 2001, pp. 199-221; IDEM, «A imagem do Império: do Outono da Idade Média ao limiar do Barroco (1450-1600)», in *História das Artes Plásticas*, org. Maria Adelaide Miranda, Vítor Serrão, José Alberto Gomes, Raquel Henriques da Silva, Lisboa, INCM, 1991, pp.34-68



Figura 3:
Mostardeira em prata e prata dourada.
François Thomas Germain, 1760-1761.
MNAA, inv. 1844-46.
(FONTE: www.matriznet.ipmuseus.pt)



Figura 4:
Molheira em prata.
François Thomas Germain, 1758.
MNAA, inv. 1835-39.
(FONTE: www.matriznet.ipmuseus.pt)



Figura 5:

Base de Galheteiro em prata.
François Thomas Germain, 1759.
MNAA, inv. 1834.

(FONTE: www.matriznet.ipmuseus.pt)



Figura 6:
Especieiro em prata e prata dourada.
François Thomas Germain, 1760
MNAA, inv. 1842-43.
(Fonte: www.matriznet.ipmuseus.pt)



Figura 7:
Saleiros em prata
François Thomas Germain, 1760-1761.
MNAA, inv. 1841-42.
(FONTE: www.matriznet.ipmuseus.pt)

barril), a riqueza natural (ouro e as pérolas) e a inocência primordial⁸⁹ (personificação em figuras infantis, as suas diversas brincadeiras, as vestes e toucados de plumas dos indígenas).

Face aos elementos expostos, era evidente uma unidade na opção pictórica escolhida para a construção da imagem de uma monarquia forte, cujo poderio residia nas vastas riquezas do Brasil. Assentava na reminiscência evidente do tema da gesta das Descobertas e das conquistas de novas terras e do mundo, tutelada pela figura régia (consustanciada, na sugestão da corte portuguesa aquando da encomenda, na pessoa do seu primeiro agente, Pedro Álvares Cabral e na figura do deus Neptuno, na proposta do ourives francês). Apesar de pensada por um estrangeiro, obedecia, no seu tema central, à encomenda feita pela coroa portuguesa.

O recurso às figuras mitológicas para a composição, consoante a melhor adequação à mensagem que se queria transmitir e através de um conjunto de alegorias codificadas nesta época – entre outros, por Cesare Ripa⁹⁰ – contribuía para a evidência da leitura do conjunto pictórico e das virtudes atribuídas ao monarca. D. José, na figura de Apolo, aparece representado como um homem *iluminado*, de inabalável capacidade de decisão no governo e na resolução das destruições provocadas pelo Terramoto, e como *figura paterna* e *generosa* que dá vida a uma cidade com a sua reconstrução. A *abundância* fecunda das terras brasileiras e o *progresso* do seu comércio sustentavam o renascer de uma potência marítima cuja *glória* e *fama* são reconhecidas em todo o mundo. É precisamente esta linha narrativa que se encontra de novo no baixo-relevo, no topo norte do pedestal, da Estátua Equestre de D. José I, da autoria de Joaquim Machado de Castro. Ao centro da composição, a *Generosidade Régia*, acompanhada pelo seu símbolo teriomórfico, o leão, vem em auxílio de Lisboa, caída a seus pés. Segura na mão esquerda o plano da reconstrução da cidade e, com a mão direita, solicita a participação do *Comércio*, da *Providência* e da *Arquitectura* para o sucesso da empresa [Figura 8].

De salientar, por fim, a vertente dinâmica e constante desta encenação, expressa na relação entre os dois elementos, que assenta na capacidade do monarca / metrópole estabelecer uma hierarquia interna num espaço, que se quer uno, no sentido da submissão do Brasil a Lisboa, materializada no abastecimento em riquezas. Aliás, esta submissão teve contornos ainda mais evidentes com a tributação aplicada para a reconstrução de Lisboa. Em Dezembro de 1755, a Coroa havia enviado uma carta régia à Câmara da Baía,

⁸⁹ Para estas matérias, veja-se Joaquim Veríssimo SERRÃO, «Da Terra de Vera Cruz à América Portuguesa», in *Da Visão do Paraíso...*, cit., pp. 13-23; Stefan BITAN, «A Carta de Pêro Vaz de Caminha e a Ideia de Paraíso na Literatura Universal», in *Da Visão do Paraíso...*, cit., pp. 147-150.

⁹⁰ Veja-se Cesare RIPA, *Iconologia*, Veneza, Apresso Nicòlo Pezzana, 1699. Sobre este assunto, veja-se Ana Duarte RODRIGUES, «Machado de Castro e a Imagem do Rei-Herói», *Margens e Confluências*, Guimarães, Junho 2005, pp. 51-73.



Figura 8:

Alegoria da *Generosidade Régia*.

Desenho de Joaquim Machado de Castro/Por Lúcio da Costa em 1795.

Estampa XVIII da *Descrição Analytica da Execução da Estátua Equestre erigida em Lisboa à Glória do Senhor Rei Fidelíssimo D. José I: com algumas reflexões e notas intrutivas*, por Joaquim Machado de Castro, edição fac-similada, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1975.

comunicando aos seus oficiais os acontecimentos de 1 de Novembro, ordenando que fossem organizados meios de ajuda e de arrecadação de recursos para a boa restauração da capital do reino. Tal solicitação levantou muitas queixas, solicitando-se a redução da cobrança das fintas que seriam enviadas para a metrópole com o fim de financiar a reconstrução da cidade. Resultaria, posteriormente, na criação de uma junta de donativos voluntários⁹¹.

As festas, realizadas de 6 a 8 de Junho de 1775 para a inauguração desta Estátua, na nova Praça do Comércio, foram programadas até à minúcia⁹² para marcarem a consagração de um reinado. Em três noites consecutivas, o Senado da Câmara ofereceu à Família Real, à principal nobreza da corte e dignitários estrangeiros, grandes banquetes na Casa do Alfândega, que ladeava a nova praça lisboeta, para além de merendas durante as respectivas tardes. É precisamente num destes banquetes, bem documentado, que se encontra um segundo elemento de análise: isto é, o recurso às decorações efémeras das mesas e à encenação dos banquetes para a construção de narrativas alegóricas, sobretudo nas mesas de *dessert*, ou seja, na última coberta.

Os *desserts* eram os conjuntos ornamentais, apresentados ao centro da mesa de aparato, isto é, no centro da mesa do banquete. Desenvolviam-se na extensão e decoravam-se em volumetria, envolvendo os *surtouts* e todo o género de decorações e géneros, cujo papel era tornar a cerimónia inesquecível, propondo um cenário original sobre a mesa, que viria a reforçar na apresentação dos frutos e dos doces. Numa acepção mais alargada, ultrapassando este significado, identificava-se com toda a última *coberta* do serviço. Destas obras de arte efémera, transitórias por definição, que completavam a decoração da sala, pouco mais chegou até hoje, exceptuando alguns ecos em narrativas de coevos e na forma de registos de compras dos materiais que as compunham, nalguns raros casos. Este silêncio ultrapassa o caso português⁹³. Em França, com Luís XV (1715-1774), verificou-se processo semelhante, acompanhado da redução das grandiosas decorações em favor de maior subtilidade das mesas, como também da drástica diminuição das refeições feitas em público⁹⁴.

Ainda que muito raramente referidas nas descrições dos banquetes, as decorações dos centros de mesa, surgem, não raras vezes, nas contas relacionadas com a organização destes festejos. Eram adquiridos os mais variados produtos e instrumentos para a sua manipulação, para moldar, esculpir e

⁹¹ Veja-se Maria de Fátima GOUVÊA, «O impacto do Terramoto de Lisboa na governação da América portuguesa», in *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*, cit., pp. 247-255.

⁹² A partir de Março de 1775, são enviadas diversas ordens e minutas aos diversos participantes na organização. Veja-se a muita documentação reunida em BNP, Pombalina, Códice 683.

⁹³ Sobre esta matéria, veja-se C. N. CORREIA, «Desserts e Arte Efémera (c. 1777-1800)», in *A Baixela de Sua Majestade Fidelíssima...*, cit., pp. 145-181; Bernard HOURS, *Louis XV et sa Cour. Le Roi, l'Étiquette et le Courtisan*, Paris, PUF, 2002, pp. 78-142.

⁹⁴ Veja-se Jérôme DE LA GORGE, «Décors de fêtes au service de la Table Royale», in *Versailles et les Tables Royales en Europe...*, cit., pp. 85-90.

pintar peças elaboradas que participavam de uma criação cénica previamente pensada, e da responsabilidade dos copeiros da Casa Real ou de copeiros contratados especificamente para a ocasião.

Na noite de 7 de Junho de 1775, o Senado da Câmara organizou dois grandes banquetes nas casas da Alfândega, em simultâneo, mas em salas distintas, um para a principal nobreza do corte, outro para a Família Real⁹⁵. No total, 40.723.615 réis foram gastos com as duas mesas de *desserts*⁹⁶, servidas, pouco depois da meia-noite, a seguir a representação de uma nova obra do Mestre David Peres, tocada com setenta instrumentos e cantada com vinte e duas vozes, e de um baile que reunira mais de 450 convivas⁹⁷ cuja entrada só foi permitida às pessoas munidas de convite⁹⁸. 7.273.931 réis foram gastos em vencimentos e gratificações para os 12 cozinheiros, 37 copeiros e 30 moços⁹⁹, criados, guardas, soldados, arrumadores e armadores que tinham trabalhado na função; 9.239.994 réis com todo o comestível e as bebidas, aos quais se somavam ainda 24.209.931 réis com todo o género de despesas, incluindo as decorações dos centros de mesa e da sala e um novo serviço de loiça da Índia, lavrado de propósito para a ocasião, no valor de 159.900 réis¹⁰⁰.

Não se conhece o programa iconográfico dos dois *desserts* mas a documentação é muita rica do ponto de vista da aquisição dos materiais: papéis de vários tipos e cores, recortados e outros (36.870 réis de papel branco para os dois centros; 10.410 réis de papel pardo e colorido para a mesa da Família Real); flores naturais ou artificiais em grinaldas e em ramos (1.062.050 réis de flores só para o *dessert* da nobreza); ou materiais para a sua feitura, como arames, tecidos e ceras (1.170 réis de arame de ferro e 8.500 réis de cera de pão para o *dessert* de Suas Majestades; 101.060 réis de cera, para o da nobreza); vidros, vidrinhos, espelhos das mais variadas cores (65.100 réis para espelhos do *dessert* de Suas Majestades, 631.520 réis

⁹⁵ Cit. in «*Lembrança dos Refrescos que se devem dar nos três dias de 6, 7, 8 de Junho deste presente anno pelo Senado da Câmara e que está encarregado O Copeiro Brás Troyano*», BNP, Códice 921, fls. 1-3v.

⁹⁶ Cit. in «*Devizão do que se gastou com a factura dos dois Dezeres como também de todas as Despezas que se fizerão em coisas que forão precisas para a Função*», BNP, Códice 921, fls. 11-19v.

⁹⁷ Citado num manuscrito, datado de 1776, e não identificado, publicado com o título de *A Inauguração da Estátua Equestre de El-Rei D. José I. Narração verídica feita por um jesuíta, testemunha ocular do acontecimento*, prefácio e notas de Ângelo Pereira, Lisboa, Editorial Labor, 1938, pp. 44-45. Outra relação manuscrita dá conta do mesmo, veja-se «*Relação das Festas com que o Povo Portuguez celebrou a Inauguração da Estátua Equestre de D. José Nosso Senhor a que precede um succinto elogio das principais acções d'este grande Rei. Escrito pelo Capitão Manoel de Sousa*», BNP, Códice 903, fl. 52v.

⁹⁸ Sobre os bilhetes que davam acesso as festas na Casa da Alfândega e a todas as festividades, veja-se BNP, Pombalina, Códice 683, fls. 125-126 e 129-137v.

⁹⁹ Veja-se «*Lembrança dos Copeiros pertencentes à Alfândega*», BNP, Pombalina, Códice 683, fl. 129.

¹⁰⁰ Cit. in «*Devizão do que se gastou com a factura dos dois Dezeres...*», doc. cit., fl. 19v.

em vidros para servirem nas placas e ornatos do da nobreza); areias e pós coloridos (146.380 réis de ouro e prata em pó para o centro de mesa destinado à nobreza e, ainda, 6.360 réis para pós de diversas cores); massa de pastilhagem (6.400 réis de açúcar refinado para a pastilhagem da mesa do rei); pequenas arquitecturas e figuras de loiça (2.880 réis para uma pequena figura de porcelana da Saxónia para ornamento do *dessert* régio)¹⁰¹. Em suma, todo um hipotético cenário que a documentação deixa entrever.

Em contrapartida, as descrições do *dessert* servido a toda a nobreza de corte e ministros estrangeiros, na Casa do Selo na Alfândega, são diversas e, muito provavelmente, os restantes centros de mesa estariam em sintonia com a cenografia projectada para todo o conjunto das recepções. O *dessert* fora armado numa sala contígua à grande casa da Selo da Casa da Alfândega.

A mesa ocupava os três lados da sala¹⁰². Do lado esquerdo, do lado onde se entrava, um grande lago, rodeado de arvoredos¹⁰³, ocupava todo o comprimento da mesa. Navegavam nele réplicas miniaturas de todos os navios de todas as Nações que atracavam no porto de Lisboa¹⁰⁴, executadas pelos próprios artífices da Ribeira das Naus¹⁰⁵. No princípio do lago, via-se o Tejo, figurado num homem idoso, rodeado por duas ninfas e, no fim, uma cascata¹⁰⁶. Do outro lado, o direito e fronteiro, reconstituíra-se um jardim, cheia de figuras, representando homens de todas as Nações, camponeses, edifícios de Lisboa, murtas¹⁰⁷ e árvores, das quais pendiam centenas de candeeiros¹⁰⁸. Entre os dois cenários, a terceira mesa do mesmo comprimento, na qual se erguia um obelisco, em cada face do qual havia um retrato de um membro da Família Real¹⁰⁹. Em redor de toda a sala, altos aparadores com notáveis quantidades de baixela em prata da Casa Real, do Infantado, das principais casas aristocráticas do país que, por essa ocasião, tinham emprestado os seus serviços «para esta ostentação de riqueza»¹¹⁰. Génios e amores, segurando grinaldas de flores entrelaçadas, caíam do tecto¹¹¹. De

¹⁰¹ *Ibidem*, fls. 11v-19v.

¹⁰² Cit. in «*Lembrança dos Refrescos que se devem dar...*», doc. cit., fl. 2.

¹⁰³ Cit. in *Narração verídica feita por um jesuíta, testemunha ocular...*, cit., p. 45.

¹⁰⁴ Cit. in «*Relação das Festas... pelo Capitão Manoel de Sousa*», doc. cit., p. 51v.

¹⁰⁵ São pagos 403.335 réis «*pelas embarcações que se fizeram na Ribeira das Naus para o Lago de Dezer da Casa da Alfândega*» in «*Devizão do que se gastou com a factura dos dois Dezeres...*», doc. cit., fl. 15v.

¹⁰⁶ Cit. in *Narração verídica feita por um jesuíta, testemunha ocular...*, cit., p. 45.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 45.

¹⁰⁸ Cit. in «*Relação das Festas... pelo Capitão Manoel de Sousa*», doc. cit., pp. 51v-52.

¹⁰⁹ Foram pagos 32.000 réis «*para retratos de pessoas régias que se fizeram para se porem em cada um das faces do Obelisco que se executou no Dessert da Casa da Alfândega*», in «*Devizão do que se gastou com a factura dos dois Dezeres...*», doc. cit., fl. 16v.

¹¹⁰ Cit. in *Narração verídica feita por um jesuíta, testemunha ocular...*, cit., p. 45.

¹¹¹ Cit. in Carta do Conde de Hinnistal, Embaixador de França, datada de 13 de Junho de 1775, AAE, Correspondance Politique, Portugal, Tome 105, fl. 193v.

referir finalmente, as tapeçarias, as sedas, os finos galões e «o primor da arquitectura da armação»¹¹².

Criara-se uma narrativa pictórica em três tempos, da responsabilidade do Mestre Copeiro Brás Troiano¹¹³. Ao centro a figura do monarca iluminado (o obelisco era um símbolo das Luzes), potente (cuja riqueza era visível, também, na quantidade e na fineza da lavra das baixelas em prata e ouro expostas) e glorioso, reinando num vasto império que tinha por epicentro Lisboa, renascida das cinzas do Terramoto, na qual desaguavam riquezas de todos os cantos do globo (numa cascata de abundância) e aportavam todas as nações europeias à procura das mesmas. Conseguia-se, assim, transmitir a imagem de uma Coroa e de um Império em glória, à vista de todos os presentes. Como muito bem registou um testemunho ocular anónimo, «Não só erão os objectos muito deletáveis, que suspendião as vistas, abstrahião as potências, e recreavão os sentidos, mas também havião alguns lugares, onde com abundância e excelencia se regalava o paladar, refregirava o Corpo (...)»¹¹⁴. De sorte, que na abundância, a delicadeza e a raridade, concorrerão com igualdade, a justificar, o merecido conceito da grandeza e magnificência, que ali se offerecia»¹¹⁵. A experiência da alteridade, orientada pela pluralidade de experiências sensoriais, sobretudo visuais, elevava o observador e o observado à dimensão transcendente pretendida, a riqueza de um império e a glória de uma monarquia.

Este projecto cénico, simbolizando a glória de um Portugal, na sua extensão colonial, elevado a impulsos da beneficência régia, pouco diverge do proposto para o centro de mesa da quarta coberta da baixela, mandada lavrar a Germain, e da alegoria esculpida no pedestal da Estátua Equestre ou do triunfo, com carros alegóricos e figuras, oferecida pelo Juiz do Povo e Casa dos Vinte e Quatro, no dia 6 de Junho de 1775, antes da inauguração da estátua. Dos sete carros, destacava-se o da *Europa*, com uma personificação da *Glória dos Príncipes* na figura de uma mulher ricamente vestida e coroada de louros, acompanhada da excessiva abundância das riquezas do carro da *América*, no qual montavam alegorias da *Generosidade* e da *Riqueza*. O carro de *Apolo*, onde o deus, apoiado na sua lira, precedia o carro dos *Oceanos* e o do *Portugal Triunfante*, no qual a figura de um herói, vestido com armas europeias, sentado num trono, estava rodeada das quatro virtudes – *Justiça*, *Amor*, *Benignidade*, *Liberalidade* – e das artes liberais – *Matemática*, *Arqui-*

¹¹² Cit. in *Narração verídica feita por um jesuíta, testemunha ocular...*, cit., p. 44.

¹¹³ O Mestre Copeiro Brás Troiano que se distinguiu nas festas da inauguração da Estátua Equestre, em 1775, seria de novo contratado na preparação da hospedagem do Duque de Chartres, no Paço das Necessidades, entre Abril e Junho de 1776. (Veja-se o *Livro de Receita e Despesa do preparo, que por ordem de Sua Majestade fez João António Pinto da Silva no Palácio das Necessidades para Hospedagem do Duque de Chartres em Abril, Mayo, Junho e Julho de 1776*, IAN/TT, Casa Real, Livro 146) e noutras ocasiões posteriores (IAN/TT, Casa Real, Caixa 3607).

¹¹⁴ Cit. in *Narração verídica feita por um jesuíta, testemunha ocular...*, cit., p. 32.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 45.

tectura, Comércio, Pintura, História, Escultura –, todos puxados pela Fama, publicando o triunfo português¹¹⁶.

É inquestionável que o século XVIII marcou um momento áureo (no período joanino, com a quase sacralização da figura régia, na associação intrínseca e sistemática entre a Corte e a Patriarcal; no consulado pombalino, com a construção constante de uma imagem metaforizada, de índole mais clássica, da monarquia) na produção e difusão da imagem e reputação da pessoa régia. Dois exemplos concretos, suficientemente espaçados no tempo, contribuem para ilustrar a intervenção de formas distintas de representação mas que encontram a sua unidade em torno da mesa: o sujeito do desenho das baixelas lavradas e as decorações efémeras, construídas por ocasião dos banquetes. As artes da mesa, à semelhança de outros sistemas operativos e visuais utilizados, permitiam uma representação alegórica do poder régio, reduplicando-o e dando-lhe prestígio.

Em ambos os casos, é evidente uma preocupação consciente para associar o rei à reconstrução da cidade e à pujança de uma Coroa, com a qual se confunde, ligada de forma intrínseca às riquezas do seu Império e, sobretudo, do Brasil. Esta leitura da monarquia consubstanciava um discurso oficial e laudatório, nascido no próprio coração do poder, a partir de Novembro de 1755, atravessando todo um reinado, culminando no momento máximo da inauguração da Estátua Equestre.

O monarca virtuoso – magnânimo e iluminado – dissipara as trevas da destruição e da decadência em que se achavam os seus reinos.

¹¹⁶ Veja-se *Narração dos applausos com que o Juiz do Povo e Casa dos Vinte-Quatro festeja a felicíssima Inauguração da Estatua Equestre onde também se expõem as Allegorias dos Carros, Figuras, e tudo o mais concernente às ditas Festas*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1775.

Documentos

THE FIRST DUTCH VOYAGE TO THATTA (1631) The Journal of Gregorij Cornelisz

por
WILLEM FLOOR

When the Dutch arrived in Sind the Portuguese had preceded them by at least 50 years, for they had established direct trade relations with Thatta around 1580, if not earlier. However, the role of Thatta as an important trading center predated the advent of the Portuguese. After the Portuguese had established their protectorate over the kingdom of Hormuz in 1515, they became aware that the ports of Thatta and Lari Bandar¹ formed an important element for the trade with the Persian Gulf, in particular with Hormuz and Basra. In fact, in the 1540s trade with Sind represented 7-10 percent. of the customs revenues of Hormuz.² During the peace negotiations with Portugal in the early 1560s, the Ottoman Soltan Soleyman therefore asked Portuguese agreement to the establishment of an Ottoman factory in Sind, indicating its

¹ On the port of Lari BANDAR see Monique KERVAN, "Le port multiple des bouches de l'Indus; Barariké, Deb, Daybul, Lahori Bandar, Diul-Sinde," in Rika GYSELEN (ed.), *Sites et monuments disparus d'après les témoignages des voyageurs* (Leuven, 1996), pp. 45-92. The name Lari Bandar denotes that it is the port (*bandar*) of Lar (the name of southern Sind). The shifting nature of the Indus makes it difficult to establish the exact location of Lari Bandar, but it was near the later port of Karachi. Thatta is situated in the Punjab, Pakistan (Latitude: 33° 39' 53 N, Longitude: 72° 45' 23 E), west of the Indus River, inland from Karachi and the Arabian Sea coast at about 98 kms (61 miles) east of Karachi.

² Fernão Lopes CASTANHEDA, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, 2 vols. (Porto, 1979), II/58, p. 340; J. H. van LINSCHOTEN, *The voyage of Jan Huygen van Linschoten to the East Indies* ed. and translated into English by A.C. Burnell and P. A. Tiele, 2 vols. (London, 1885), vol. 1, pp. 60-64; Tomé PIRES, *The Suma Oriental of Tomé Pires, an account of the East, from the Red Sea to Japan, written in Malacca and India in 1511-1515* translated and edited by Armando Cortesão, 2 vols. (London, 1944), vol. 1, pp. 20, 29; Artur Teodoro de MATOS, *O Tombo de Chaul 1591-1592* (Lisbon, 2000), pp. 13, 33, 42, 44-48, 74, 88-89; Duarte BARBOSA, *The Book of Duarte Barbosa* translated by M. Longworth Dames, 2 vols. (London, 1918-21), pp. 105-07; A. de Almeida CALADO (ed.), "Livro que trata das cousas da Índia e do Iappão," in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* 24 (1960), pp. 128-30. J. de COUTRE, *Aziatische omzwervingen. Het leven van Jacques de Coutre, een Brugs diamant handelaar 1591-1627* (Berchem, 1988), p. 137 also draws attention to the trade with smaller ports such as Sohar, Khur Fakkan, Jolfar and Qatif.

importance to the trade of Basra.³ At the same time, Thatta and Lari Bandar constituted a major link with the Indo-Gangetic plain, as is also clear from the Journal. From Lahore, via the Ravi branch of the Indus River, boats connected with the port of Thatta. The trade with Thatta represented as much as 15% of the total Hormuz trade around 1600.⁴ Imports from Sind to Hormuz included fine cottons, veils, muslin, coconut oil, Indian nuts, ghee in high earthen pots with small necks, pitch, tar, sugar candy, iron, and beautifully wrought, figured and inlaid leather.⁵

It is not entirely clear when the Portuguese established direct and regular trade relations with Thatta. There must have been direct contacts prior to 1556, the year that Mirza 'Isa Tarkhan, the ruler of Thatta, asked for Portuguese military assistance against Shah Hoseyn Arghun, his nominal overlord. This request turned out badly for Mirza 'Isa Tarkhan, because the Portuguese tired of waiting for his arrival sacked Thatta, set fire to the city, killed many of its inhabitants, and acquired an alleged booty of "dous milhoes de ouro."⁶ If the Cornelissen Journal is correct that the Portuguese established a presence in Thatta around 1580 it meant that Portuguese political relations with Thatta had been normalized after this incident. In fact, Portuguese commercial interests considered the increasing trade with Sind to be very important. In 1589, the Municipal Chamber of Goa wrote about the lamentable state of the fort of Hormuz to Filipe I and indicated that this might endanger the convoy from Sind.⁷ This indicates that the familiar pattern of the annual 'caffila' from Sind to Hormuz was already well established at that time.

³ As *Gavetas da Torre do Tombo, Gavetas I-XXIII* (henceforth *Gavetas*) 12 vols., edited by A. Silva Rego (Lisbon: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-77), XV, 3417, pp. 463-465 (14/11/1563); Salih ÖZBARAN, *The Ottoman Response to European Expansion. Studies on Ottoman-Portuguese Relations in the Indian Ocean and Ottoman Administration in the Arab Lands During the Sixteenth Century* (Istanbul, 1994), p. 152 appendix III; Diogo de COUTO, *Décadas*, nova ed., 24 vols. (Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1777-1788 [reprint: Livraria S. Carlos, 1973-1975]), *Década*, 8.^a-II-iv, pp. 123-128.

⁴ Sidi Ali REIS, "The Mirror of Countries or The Adventures of Sidi Ali Reis," in Charles F. HORNE (ed.), *The Sacred Books and early Literature of the East*, vol. VI (Medieval Arabic, Moorish, and Turkish) (New York-London, 1917), p. 333; D. H. A. KOLFF and H. W. VAN SANTEN (eds.), *De geschiften van Francisco Pelsaert over Mughal Indie, 1627. Kroniek en Remonstrantie* (The Hague, 1979), pp. 96, 278; LINSCHOTEN, *The Voyage*, pp. 55-56; COUTRE, *Aziatische Omzwervingen*, p. 137; DUNLOP, H., *Bronnen tot de geschiedenis der Oostindische Compagnie in Perzië* (The Hague, 1930), p. 5; Sanjay SUBRAHMANYAM, "The Portuguese, Thatta and the External Trade of Sind, 1515-1635," *Revista de Cultura* (Macao), V-I, nrs. 13/14 (January-June 1991), pp. 48-58. On routes in general, see Jean DELOCHE, *Recherches sur les routes de l'Inde au temps des Mogols* (Paris, 1968).

⁵ LINSCHOTEN, *The Voyage*, pp. 55-6; COUTRE, *Aziatische Omzwervingen*, p. 137; DUNLOP, *Bronnen*, p. 5; see also KOLFF en VAN SANTEN, *De geschiften*, pp. 278-79.

⁶ COUTO, *Década*, vii/i, p. 279; SUBRAHMANYAM, "The Portuguese, Thatta," p. 52.

⁷ *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa* 50 vols. (Lisbon: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1955-1989) 15, no. 243, p. 118 (29/11/1589).

The Mughal government, which had established control over Sind in 1592, was also interested in the commercial opportunities that Sind and other Indian regions offered. The Sind route with the Persian Gulf especially was important, because whenever the route to Qandahar was closed, which was often the case, trade could be and was diverted via Sind and vice versa. The Portuguese viewed the imposition of Mughal rule over Sind as a potential threat to their interest in the area, especially given the volume of the smugglers' traffic. They therefore decided to investigate what the Mughals were up to in Sind through Hormuz's captain, António de Azevedo, who discovered that the Mughals were building a large ship to trade directly with the Red Sea. On instructions from Lisbon the ship's construction was eventually halted, and its hull probably destroyed, which might explain why Portuguese merchants faced problems in Sind about 1598-99.⁸ In spite of occasional problems with Mughal authorities, especially during periods of confrontation between *Estado da Índia* and the Great Mughal, Portuguese ascendancy grew in Sind.

The land route to Iran via Qandahar was an important competitor to the maritime route to Hormuz.⁹ The former's importance, inter alia, depended on the safety of the road and the level of tariffs and non-tariff barriers at Hormuz. Because of the containment of the Uzbeg threat after 1594, when Shah 'Abbas I decisively had defeated them and the subsequent death of the Uzbeg leader 'Abdollah Khan, the land route via Qandahar had become more attractive. As a result more trade was channeled through that route via Sind and Lahore. It was a point of exchange for horses on the one hand and textiles and indigo on the other, and the Sind market was frequented not only by Asian merchants but also European ones. Since 1596 the *Estado* was very much preoccupied by this and in vain issued various orders banning Portuguese traders to frequent that market. An incident in that year involving Portuguese merchants led to chilled relations with Sind and required the captain of Hormuz's intervention to improve relations.¹⁰

⁸ João Manuel de Almeida Teles e CUNHA, *Economia de um império. Economia política do Estado da Índia em torno do mar Árábico e golfo Pérsico. Elementos conjunturais: 1595-1635* (Universidade Nova de Lisboa, 1995), p. 21, "Letter of viceroy count of Vidigueira to king Filipe II", Goa, 18/12/1599, in BNL, Fundo Geral, codex 1976, ff. 125-127; "Letter of king Filipe I to viceroy count of Vidigueira", Lisbon, 05/02/1597, in *Arquivo Português Oriental* (henceforth cited as APO), ed. Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, 6 vols. (Nova Goa, 1857-76 [New Delhi, 1992]), fasc. 3, p. 672.

⁹ Concerning the Qandahar route see Niels STEENSGAARD, "The route through Quandahar: the significance of the overland trade from India to the West in the seventeenth century," in Sushil CHAUDHURY and Michel MORINEAU (eds.), *Merchants, Companies and Trade: Europe and Asia in the Early Modern Era* (Cambridge, 1999), pp. 55-73; Willem FLOOR, *The Economy of Safavid Persia* (Wiesbaden, 2000), pp. 200-10; *Ibid.*, "The road to Qandahar," in Willem FLOOR & Edmund HERZIG (eds.), *Iran and the World in the Safavid Age* (London, 2010).

¹⁰ Teles, *Economia*, pp. 20-21 quoting TT-Graça ex3-6^oL, Filipe I to da Vidigueira (15/01/1598), f. 481-82; BNL-FG 1976, da Vidigueira to Filipe I (18/12/1599), f. 125-27; *Ibid.* (03/12/1599), f. 141-43vs; *BFU* 2, Filipe I to da Vidigueira (28/02/1596), p. 419-20; *Ibid.*, idem to idem (21/11/1598), p. 235.

Because of these developments, Hormuz began to suffer from the diversion of trade to the land route and other cheaper ports. Where previously most merchants had gone via Hormuz to Sind and returned the same way with Indian products many now went via Lahore and Qandahar to Isfahan and beyond. This did not mean that there was no trade at Hormuz anymore, only less so.¹¹ In fact, to thwart Portuguese interests Shah 'Abbas I had favored trade going via the Qandahar land route.¹² Connock reported that Hormuz had declined much in trade, so much so that since 1612 the turnover in spices had not even been one-sixth of the former situation. Indian commodities did not do well either, while the Portuguese had become weakened so that they could not protect the licensed native shipping against pirates any more, who took advantage of that situation. As a result of which much of the trade that traditionally went from Thatta to Hormuz now was shipped overland to Safavid Persia.¹³

This situation may have led to the issuance of a viceregal order in October 1613 banning any Portuguese or other subject of the king of Portugal to travel with merchandise from Hormuz to Persia, Basra or from Sind to Lahore on pain of severe penalties.¹⁴ This ban must have been temporary in view of continued trade with the ports concerned. Already in November 1613 Goa had issued an order to facilitate travel of Armenian merchants and their goods between Sind and Hormuz and vice-versa.¹⁵ D. Jerónimo de Azevedo, the viceroy, went even farther; he instructed the new captain of Hormuz, D. Luís da Gama (1614-1619), to extend those tariff privileges to all Armenians who used the Sind-Hormuz route, which news was to be announced in Lari Bandar and Thatta.¹⁶ By February 1614, after D. Luís had sent a messenger

¹¹ Edward MONOX, "Relation of the Late Ormus Businesse, Gathered out of the Journall of Master Edward Monoxe the Agent for the East Indian Merchants Trading in Persia," in *Hakluytus Posthumus; or, Purchas His Pilgrimes*, 20 vols. (London, 1905[-]07), vol. 10, pp. 190-91.

¹² Don García de Silva y FIGUEROA, *Comentarios de la embajada que de parte del rey de España Don Felipe III hizo al rey Xa Abas de Persia*, 2 vols. (Madrid, 1903), vol. 2, p. 397.

¹³ ANONYMOUS, *A Chronicle of the Carmelites in Persia and the Papal mission of the seventeenth and eighteenth centuries*, 2 vols. (London, 1939), vol. 1, pp. 102-04; these incidents were also related by 'Abbas I to Fr. Paul Simon. *Ibid.*, vol. 1, pp. 129, 205, 212; R. W. FERRIER, "An English View of Persian Trade in 1618," *Journal of the Social and Economic History of the Orient*, XIX/2 (1976), p. 187; C. R. BOXER tr. *Commentaries of Ruy Freyre de Andrada* (London, 1930), p. 178.

¹⁴ APO, 6-1175, pp. 988-89 (20/10/1613).

¹⁵ APO, 6-1185, p. 995 (27/11/1613).

¹⁶ António BOCARRO, *Década 13 da Historia da India*, ed. Rodrigo José de Lima FELNER, 2 vols. (Lisbon: Academia Real das Ciências, 1876), vol. I, chap. XIX, pp. 82-83; *Ibid.*, vol. I, chap. XLVIII, p. 203; *Documentos Remetidos da India ou Livros das Monções*, eds. R. A. Bulhão PATO and A. da Silva REGO, 12 vols. (Lisbon, 1880-1972) [henceforth cited as *DRI*] III-499, pp. 185-186 (31/01/1615); Luís MATOS (ed.), *Das relações entre Portugal e a Pérsia 1500-1758. Catálogo bibliográfico da exposição comemorativa do XXV centenário da monarquia no Irão* (Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972), p. 273 (27/11/1613; APO 6-1084, pp. 913-14 (09/02/1613); *DRI* I-100, pp. 327-29 (13/02/1610); *DRI* I-17, pp. 54-55 (03/01/1607); Francisco Paulo Mendes da LUZ, *O Conselho da India, contributo ao estudo da história da administração e do comércio do ultramar português nos princípios do século XVII* (Lisbon, 1952), pp. 498-501.

to Sind to proclaim the new order, Armenian merchants began using that route again. As a result of the stabilization of the situation around Bandel de Comorão (now Bandar 'Abbas) as well as the more attractive tariffs at Hormuz the Sind trade with Hormuz increased. (November 1614). Most of the ships calling on Hormuz in those years were from Dabhol and Sind.¹⁷

Portuguese influence was strong in Thatta. For when Robert Sherley landed in 1614 there was a riot against him organized by the Portuguese with the help of the local governor. He left quickly, leaving three dead behind and reached Isfahan via Lahore and Qandahar.¹⁸ Nevertheless, there was a temporary halt in Sind textile exports from the end 1614 until October 1615 due to Emperor Jahangir's orders. But more importantly, trade with Hormuz was essential for Sind, because it was the main market to obtain cash. Indian merchants used Portuguese protection to trade directly with Basra to sell spices and textiles in exchange for cash that they used in the Sind market.¹⁹

A major obstacle on the trade between Hormuz and Sind were the high tariffs at Hormuz, in particular the export duties (*corujos*) for Safavid Armenian and Moslem and other Asian merchants, which gave them an incentive to take the overland route via Qandahar to Lahore and Sind rather than via Hormuz. This was the reason that these duties were repealed and this fact was heralded throughout Sind.²⁰ It was also decided not to levy consulage, and to further stimulate trade the Portuguese established a new tariff for Sindi merchants of 5-6%, except for sugar, to lure them away from the Qandahar land route and instead use the ports of Gwadar and Jask.²¹ Fr. Belchior dos Anjos noted the continuation of commercial traffic coming from Sind with textiles and returning with cash. He estimated in 1619 that 20-30 ships coming from W. India called on Hormuz every year. A Dutch estimate,

¹⁷ *Documentos Remetidos da India ou Livros das Monções* eds. R. A. Bulhão PATO and A. da Silva REGO, 12 vols. (Lisbon, 1880-1972) [henceforth cited as *DRI*] III-499, pp. 185-87 (31/01/1615); BOCARRO, *Década 13*, pp. 200-01.

¹⁸ BOCARRO, *Década 13*, pp. 201-03; F. C. DANVERS, *Letters Received by the East India Company from its servants in the East*, 6 vols. (London, 1896-1902), vol. 2, pp. 99 (19/08/1614), 209; *Assentos do Conselho do Estado (Proceedings of the State Council at Goa)*, edited by Panduranga S. S. PISSURENCAR/Vithal T. GUNE, 5 vols. (Bastorá/Goa: Rangel, 1953-57) [henceforth cited as *ACE*] I-2, pp. 8-9 (24/09/1618); *DRI* III-466, p. 132 (12/03/1614); Carlos ALONSO, "Cartas del P. Melchior de los Angeles, OSA, y otros documentos sobre su actividad en Persia (1610-1619)," *Analecta Augustiana* XLIV (1981), p. 278; *BFUP* 4, no. 120, p. 807 (09/01/1616).

¹⁹ TELES, *Economia*, pp. 111, 127; *DRI* VII-189, p. 276 (21/12/1620).

²⁰ *DRI* III-499, pp. 185-86 (31/01/1615). The treatment accorded to Portuguese and Banyan merchants also put them off, see, e.g., *DRI* III-748 (14/03/1616); *DRI* III-764, p. 494 (16/03/1616). Moreover, the abuses by the captains continued, see *DRI* VI-8, pp. 104-05 (18/02/1621).

²¹ TELES, *Economia*, 133-34; *BFUP* 2 (01/03/1588), p. 276; *DRI*, III-488 (14/03/1614), p. 134; *DRI* VI-157; *DRI* VI-8 (26/03/1620), pp. 298-99; *DRI* VI-92 (22/03/1620), pp. 393-94; *DRI* VI-101 (26/03/1620), pp. 401-02; *DRI* VI-142 (26/03/1620), p. 441; *DRI* VII-189 (21/12/1620), pp. 273-76; *DRI* VI-157, pp. 197-98 (07/02/1620); *DRI* VI-101, pp. 401-02 (26/03/1620); William FOSTER (ed.), *The English Factories in India 1618-1669*, 13 vols. (London, 1906-27), vol. 1, p. 197 (07/02/1618); Neils STEENSGAARD, *Carracks, Caravans and Companies. The structural crisis in the European-Asian trade in the early 17th century* (Copenhagen, 1973), p. 197.

dated 1623, puts the number of ships at 54 from all over India, excluding the small vessels that came in great number from India, Melinde (E. Africa) and Arabia, of which 8 came from Sind, loaded with white and colored textiles.²²

When the Portuguese lost Hormuz in 1622, they tried to draw the trade of Sind towards Masqat. Initially, this was not without problems. There was a conflict between Martim Afonso de Melo, the captain of Masqat, and Rui Freire, the captain-general of the fleet, about the passes. The former wanted to stimulate trade with Sind and allowed his factor therefore to issue these passes, which right Rui Freire claimed for himself. As a result, in November 1623 a group of Armenian and Safavid Persian merchants were arrested and their goods with a value of 20,000 *pardaus* confiscated, despite the fact that they had received a verbal safe-conduct in Diul, the port of Sind.²³ Goa ordered the merchants to be released and their goods returned. Rui Freire's attacks on the Safavid Persian coast had the desired result in that these hurt the Safavids, but they also negatively affected the Masqat-Sind trade which, as a result, had no access to the Safavid Persian market anymore. The governor of Sind and its traders complained to the *feitor* of Masqat, and, as a result, Portuguese officials all the way up the hierarchical ladder pressured Goa to resolve this issue. Most of the Sindi trade had been with Safavid Persia and the merchants wanted to continue that trade. The route to Basra alone was not profitable enough for the Sind traders, because the extra protection cost for the route to Aleppo after the Safavid conquest of Baghdad in 1623 made this destination less attractive to merchants.²⁴ It was therefore not surprising that the governor of Sind sent a galliot with some merchandise at the end of 1622 to Bandar 'Abbas to assess whether direct trade relations might be established, which he considered promoting if imports would be exempt of duties, in which case trading vessels from Sind would return again in convoy, as before to Hormuz.²⁵ This did not happen, but it is an indication that the Sindi mercantile community was interested in divesting itself of the Portuguese hold on the trade of Sind, which is also clear from the Diary of Cornelissen.

In 1626, Goa discussed the issue of the Sind-Safavid Persia trade connection, but reached no definite conclusion. Rui Freire for tactical reasons did not yet want the re-establishment of the Masqat route with Safavid Persia, because that would pre-empt the reanimation of the routes that

²² Mendes da LUZ, *O Conselho da India*, LXXVII, p. 594 (Belchior do Anjos 08/09-10/10/1619); H. TERPSTRA, *De Opkomst der Westerkwartieren der Oost-Indische Compagnie (Suratte, Arabië, Perzië)* (The Hague, 1918), p. 285; STEENSGAARD, *Carracks*, p. 197.

²³ TELES, *Economia*, p. 47 quoting BNL-FG 1983 (Assentos 09/03/1623, f. 8v-9 and 06/04/1612, f. 13r-v.); ACE, vol. 1-2, p. 5 (14/06/1624). Filipe III had granted the prizes taken, in particular *pimenteros*, to the captain and the crew of the ship that seized them, which provided a powerful incentive to ignore passes. DRI VIII-193, pp. 303-05 (18/03/1622).

²⁴ ACE vol. 1-19, p. 35 (17/03/1625).

²⁵ Pietro Della VALLE, *Les Fameux Voyages*, 4 vols. (Paris, 1663-64), vol. 3, p. 627.

the Portuguese had controlled in the past. In short, he wanted victory and glory not accommodation and dull reality. The governor of Sind continued to pressure the captain at Masqat for passes, while its merchants left for Safavid Persia via Qandahar. Goa therefore finally decided to (i) allow shipping that carried Portuguese passes, further to (ii) attack all ports east of Bandar 'Abbas and (iii) allow trade with Bandar-e Kong via Masqat, thus hoping to collect enough customs duties to pay for the upkeep of the fleet in the Straits of Hormuz. As of February 1626 this had already become the informal reality among the Indian and Safavid Persian merchants in Masqat.²⁶

By 1634 the official chronicler António Bocarro stated there were Portuguese ships of all types carrying silver, gold and pearls with a value of two hundred thousand *patacas* (pieces of eight), adding that in 1633 Sind was visited by some 200 Portuguese merchants aboard more than 21 ships. According to Bocarro, there were about 30,000 looms in Thatta and its surroundings at that time.²⁷ Whether this number of Portuguese was really that high is questionable. Since the number of Christians that the Carmelites tended to in Thatta was much higher it may be that Bocarro also included people of mixed-ethnic background to arrive at his 200 number.²⁸

To ensure the safety of the trade route, the government of Goa sent each year two to three frigates to escort vessels of Portuguese traders from Sind and Diu to Masqat and Basra.²⁹ Often use was made of the protection of armed ships that were sent with food supplies to Masqat.³⁰ Goa hoped that the Sind trade with Masqat would increase, because it offered a secure shipping route, and was bringing some order to the confused state of affairs of the Masqat factory.³¹ Apart from the security offered by the convoy, this route was made more attractive to Sind merchants by the fact that the Portuguese gave loans to Sindi merchants. These loans were given on condition that the merchants shipped their merchandise with the armed Portu-

²⁶ TELES, *Economia*, p. 48, n. 253. In 1634, the export duty per horse was 49¼ *pardaus de larin* with an annual revenue of only 250 *pardaus de larin*, underlining the need for a more attractive export duty. ANTÓNIO BOCARRO, *O livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, vol. II, *Transcrição* (edited by Isabel Cid) (Lisbon: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992), p. 50.

²⁷ BOCARRO, *O livro das plantas*, 1992, p. 66. Bocarro also mentioned the presence of a Portuguese royal factor in Thatta, but the Dutch make no mention of his nor of the presence of a large number of Portuguese.

²⁸ On the activities of the Carmelites and Augustinians in Sind see João de Deus RAMOS, "Merchants and Missionaries: Portuguese settlements at the mouth of the Indus in the 16th and the 17th centuries," *Mare Liberum* 9 (1995), pp. 243-46 and ANONYMOUS, *Chronicle*, vol. 1, pp. 155, 300, 214, 279, 361, 445; vol. 2, pp. 852, 1219-20.

²⁹ National Archief [NA] (The Hague, the Netherlands), VOC 1143 (04/06/1635), f. 684-85; ACE, vol. 1-26, p. 101 (03/12/1619); Arnaldo Faria de Ataíde e MELO and A. Botelho de Costa VEIGA (eds.), *Diário do terceiro conde de Linhares* 2 vols. (Lisbon, 1937-43), vol. 2, p. 177.

³⁰ TELES, *Economia*, p. 67 quoting TT-LM 30 de Linhares to Filipe III (03/02/1633), f. 263vs-264.

³¹ BFUP 5, no. 321, p. 143 (25/01/1630); BFUP 7, no. 283, p. 551 (08/11/1630).

guese escort vessels, who charged more for freight than Asian vessels did.³² In Masqat, the Portuguese bartered for horses and pearls with textiles from Sind and Cambay, and further paid with silver *larins* and '*abbasis*'.³³ Consequently, there was an increased use of Masqat as a port-of-call on the Sind-Basra route. The pilgrim 'trade' was another important aspect of the Sind-Masqat link, for Sindi pilgrims going and returning to/from Mecca usually traveled via Masqat. In 1644, for example, the Mir of Sind asked for passes for five pilgrim ships, which carried pilgrims traveling to Mecca via Masqat.³⁴

It is within this context that the first Dutch voyage to Sind took place. After the *Verenigde Oost-Indische Compagnie* (VOC; Dutch East Indies Company) had established itself on the Indian West coast (Surat), the VOC slowly extended its business relations in the Mughal Empire, while it also reached out further west by establishing trade relations with Mokha (in 1614) and Gamron/Bandar 'Abbas (1623). Although the VOC was quite aware of the fact that the trade of 'Sinde-Thatta' and 'Diolsinde' was important, where the Portuguese sold mainly spices and pepper and, in exchange bought large quantities of textiles, which they sold in Persia and Basra. It was believed to be a very profitable trade for the Portuguese, who also had access there to large quantities of cheap life necessities.

However, neither the VOC, nor the English East India Company (EIC) decided to act on this information, because there was doubt about the profitability of its trade. The EIC factors reported that "The trade between Syndu and Ormus is... not so great as pretended, nor the profit to the Portugalls a tenth part. The ould trade is given over for the great avenue layd by the Portugalls."³⁵ Moreover, the VOC had its hands full elsewhere in the Indian Ocean, in particular in the Persian Gulf where it was in the business of supplanting the Portuguese and competing with the EIC and Asian traders. It was due to this competition with the EIC as well as the reduced military danger of the Portuguese in the Persian Gulf that the VOC decided to make a trial voyage to Sind. In 1631 a fleet under the command of Philips Lucasz.³⁶ had sailed from Batavia to Surat with the objective to inspect the

³² NA, VOC 1103, *Schriftelyck verbael ... Cornelis*, f. 82vs.

³³ C. R. BOXER, "Anglo-Portuguese rivalry in the Persian Gulf," in E. PRESTAGE (ed.), *Chapters in Anglo-Portuguese Relations* (Watford, 1935), pp. 126-27.

³⁴ *ACE*, vol. 3-13, p. 21 (20/05/1644).

³⁵ FOSTER, *English Factories*, vol. 1, p. 12 (*avenues* from the Italian word *avania* or 'exactions'). There also was incomplete information about the nature of the trade with Sind. "Syndu you may freely goe too, lade and relade; but it is inhabited by the Portugal; lies no way well for your stock (except you scatter it); it vents only your teeth [elephants tusks] and affords good cloth and many toys." FOSTER, *English Factories*, vol. 1, p. 14.

³⁶ Philips Lucasz. arrived in Batavia in 1618 as an assistant, but soon thereafter he was appointed chief merchant and Second at Patani. In 1625 he was Second in Amboyna, and from June 1628 until May 1631 as Governor of that place (since August 1629 with the rank of Extraordinary Councillor of the Indies, later ordinary councilor). He then was for some time employed

various VOC factories in the Indian Ocean area. During his stay at Surat in October-November 1631 Lucasz. learnt about EIC intentions to start trading with Sind. They shortly thereafter, during the presence of the Dutch mission at Thatta, obtained a *farman* (royal command) from the Great Mughal and *parvannas* (implementation decrees) from Asaf Khan, the governor-general of Gujarat and Sind,³⁷ but due to the fact that the leading members of the EIC staff in Surat had died, the remaining EIC staff had decided not to avail themselves of this commercial opportunity, or so the Dutch believed. However, the English factors reported that they did not do so, because they feared the strong Portuguese presence in Thatta.³⁸ However, the Dutch apparently considered this less of a problem, and, given the important role that Sindi textiles played in the Persian Gulf trade, Philips Lucasz. decided to send *de Brouwershaven* under Gregorius Cornelisz³⁹ to Sind.⁴⁰

De Brouwershaven was sent to Sind with a cargo of a value of Dfl. 30,000 consisting of cash, spices, minerals, etc. According to Lucassen, based on the information that he had received, good profits might be made at Sind and because the Dutch had never been there he had decided to make an assessment of its market. Information on market prospects had been obtained from Giacomo de Spinola, a merchant at Surat, who had been in Sind three times. He had stressed that many textiles were to be had there at civil prices. Also much grain (rice, wheat) might be had there.⁴¹ Cornelisz. received instruc-

at Batavia where he became the brother-in-law to governor-general Specx. From August 1631 until July 1633 he commanded a fleet in the Indian Ocean. End July 1633 he was at Surat whence he repatriated. Since January 1636 he was director-general and first councilor of the Indies in Batavia. On February 9, 1640 he conquered Negombo and May 5, 1640 he died on the return voyage to Batavia. His portrait by Rembrandt is in the National Gallery in London. W. Ph. COOLHAAS (ed.), *Generale Missieven van Gouverneurs-Generaal en Raden aan Heren XVII der Verenigde Oostindische Compagnie*, 6 vols. (The Hague, 1960-1980), vol. 1, p. 257, n. 4.

³⁷ 'Abdol-Hasan Asaf Khan (d. 1641) was the brother of Nur Jahan, the wife of emperor Jahangir (r. 1605-1627) and the father of Mumtaz Mahal, the wife of emperor Shah Jahan (r. 1627-1658). Asaf Khan was appointed governor of Lahore in 1625 and had even more much influence at court after Shah Jahan's accession to the throne.

³⁸ FOSTER, *English Factories*, vol. 5, pp. xiv, 117-18; *Ibid.*, vol. 4, pp. 35-36.

³⁹ Gregorius Cornelisz. had served in the Spice Islands as merchant from 1612 to 1616. From 1621 until 1627 he had been in the Netherlands, when he returned to Batavia he was ordered to inspect the affairs of Amboina and Banda. In 1629 he was in Solor to close down Fort Henricus. In 1630 he was the president of the council of aldermen of Batavia and then was sent with Philips Luycassen to inspect the VOC's factories in the Indian Ocean area (Surat, Gamron). COOLHAAS, *Generale Missieven*, vol. 1, p. 262, n. 4.

⁴⁰ COOLHAAS, *Generale Missieven*, vol. 1, p. 344.

⁴¹ I have not been able to find any further information about Giacomo de Spinola. He is not mentioned in COOLHAAS, *Generale Missieven* and other similar publications of VOC documents. It is very strange that Pelsaert's *Remonstrantie* (1627), which also gives a market assessment of Sind, was not available to Lucassen, although the Surat office as well as Batavia should have had a copy. The text of his *Kroniek*, but not the *Remonstrantie*, which was a confidential report, was quite well known in Europe and had already been translated into Latin and published by de Laet in 1631. One likely reason is the enmity between van den Broecke and Pelsaert, which may

tions to trade with everybody and to stress in his contacts with the local authorities that VOC trade in India was under the protection of the Mughal. Further, that the Dutch were at war with Spain and Portugal. Cornelisz. had to invest all his capital and he had to investigate in particular what kind of silk and cotton might be bought in Sind. He also had to take samples of each commodity. Sind was considered to be a staple market. Therefore, he had to make an inventory of the entire trade of Sind, i.e. both goods and prices. He further had to try and get 40-50 loads (*last*) of rice and wheat for Surat, because of the famine that was raging in Gujarat. Cornelisz. had to be back at Gamron by 31 January or February 2 and failing that he had to be between February 28 and March 5 at Swally Hole. He also had to see whether saltpeter and indigo from Agra and Ahmadabad might be purchased at Sind and whether prices would be competing when landed and taken aboard VOC vessels. He had to be on his guard for the Portuguese and avoid being taken by them.⁴²

De Brouwershaven reached the mouth of the Indus on 19 November 1631 and sent a small boat into the river to sail to Bander or Lari Bandar. After discussion with the customs master there, who informed the authorities in Thatta, the latter invited Cornelisz. to come to Thatta for further discussions. The arrival of the Dutch was very much opposed and resented by the long established Portuguese community, who threatened the Sindi authorities that they would leave if the Dutch were allowed to trade in Sind. They also said that the commander of Portuguese forces in the Persian Gulf, Rui Freire de Andrade, was preparing a fleet to come and take the Dutch ship lying at the mouth of the Indus. The Sindi authorities were not really impressed with the Portuguese threat, although they wanted to make it appear as if the Dutch were allowed to trade for this single occasion only. This was done to allow Sindi merchants to withdraw their goods and other capital from Portuguese controlled Masqat and Portuguese vessels. It is unknown whether the Portuguese were deceived by this strategem, because they also must have been informed that the Dutch and English both had been given a royal command allowing them to trade freely in Sind.

It is clear that the Dutch mission stuck to its instructions and did not want to exceed them. This is, for example, clear from the fact that the Dutch mission did not respond at all to the rather indirectly formulated question by the local Mughal authorities whether the VOC would be willing to supplant the Portuguese in Sind and provide the same kind of protection to ships from Sind as the Portuguese were doing. The Dutch mission had not been author-

have led the former to suppress Pelsaert's report. KOLFF and VAN SANTEN, *De geschiften*, pp. 2, 40-49, 278-79. For the English translation of this text see *Jahangir's India, the Remonstrantie of Francisco Pelsaert*, translated from the Dutch by W. H. MORELAND and P. GEYL (Cambridge, 1925).

⁴² NA, VOC 1003, Lucassen to Batavia (on the ship Amboyna, 09/11/1631 in the roads of Swaly), f. 60-62vs.

ized to enter into such an arrangement, however. Their objective simply was to establish whether the VOC might carry on a profitable trade in Thatta and report back to Batavia for further instructions. And that is exactly what it did, although the mission issued two passes (*cartazes*) to the Mughal authorities for two Sindi ships with the destination of Bandar 'Abbas. However, this gesture served as a sign of the good relations that existed between the two sides rather than as an expression of Dutch interest to assume the role of the Portuguese concerning the Sind trade.

It is further of interest to note that the Dutch carried on their negotiation in Portuguese as they did elsewhere in Asia at that time, which explains the use of a large number of Portuguese words in the Journal. It was quite common for the higher ranking VOC staff (merchants and above) to speak Portuguese, which made perfect sense, since the only European language that was known to Asian courts and merchants was Portuguese. Moreover, few Dutchmen had as yet sufficient knowledge of the various local Asian languages.

Cornelisz. died during the mission in Thatta and his task was taken over by merchant Janssen Bol, about whom no further information is available. He stuck to the positions taken by his predecessor and made it clear to the local Mughal authorities that he had to return on time to report about his findings. Although the Dutch were able to sell all their goods during the last two and a half weeks of their stay (the first half of January 1632) in Thatta and to invest their capital in textiles and grains the voyage was not a commercial success. True, a profit of Dfl. 14,000 was realized (about 40%), but the terms obtained were not better than those under which the Portuguese were trading. This also held for the high overhead of doing business in Sind. In addition to taxes and duties, the Portuguese as well as the Dutch had to pay fees for the services of the customs master and his staff, which were about equal in size to official government duties.

Batavia did not single out this particular circumstance as a hindrance to trade, for it concluded that the miserable condition that Sind was in at that time did not favor a future profitable trade. The goods that the VOC had bought in Thatta, mostly textiles, also were too expensive. Lucasz. ascribed this to the inexperience of the members of the VOC mission and the machinations of the Portuguese, in addition to the prevailing scarcity as a result of the famine in Gujarat. However, he believed that once normal conditions prevailed again in Sind trade there would be substantial.⁴³

Although the mission's report provided an assessment of trade in Sind as well as samples of the textiles produced for the Persian Gulf market, Lucasz. apparently did not consider that information adequate enough.⁴⁴ He therefore instructed the VOC factory at Gamron to examine what kind

⁴³ COOLHAAS, *Generale Missieven*, vol. 1, p. 207; FOSTER, *English Factories*, vol. 4, p. 207.

⁴⁴ DUNLOP, *Bronnen*, p. 379.

and what quantities of goods were imported from Sind into Persia, at what prices and what level of profits these yielded.⁴⁵ In 1634, Nicolaes Overschie, the VOC director in Persia, reported that the total exports from Sind to Persia by country traders amounted to Dfl. 680,340. These imports were transported overland, and if transported by sea, even assuming a 27% rate for overhead, freight, etc. would yield a profit of Dfl. 1,011,500 or some 67%, which seemed very attractive.⁴⁶

The Sind mission's report and the samples of the textiles and their prices that it had collected were sent to Batavia for further consideration.⁴⁷ The Governor-general and his council did not even wait for further information, such as the report by Overschie from Gamron, but in 1632 decided that the VOC would not continue to trade with Sind. Batavia concluded from the Sind mission's report that, although substantial trade was carried on in Sind, the mission had not been able to do much, due to the impact of the famine in Gujarat that also had affected Sind. As a result of this situation, the inexperience of the mission and ignorance about trade practices there, they had not been able to achieve much. Because Asaf Khan, governor-general of Gujarat, was also in charge of Sind, the English had applied to him for privileges to be allowed to trade in Sind. Although these privileges had been granted to both the EIC and VOC, the latter decided to take a wait-and-see attitude, the more so since Asaf Khan seemed to be of two minds about having the English and Dutch in both Surat and Sind.⁴⁸ The Dutch did not understand his problem, since both Surat and Sind were under his control and thus he would not lose income, because some trade might be diverted from Surat to Sind.

The EIC decided to begin trading in Sind in 1635 and established a factory in Thatta, because England had concluded a peace agreement with Portugal in 1634.⁴⁹ The VOC was, of course, aware of this development, but it decided not to change its mind with regards to the Sind trade.⁵⁰ It was only in 1652 that the VOC would return to Sind and establish a factory there.⁵¹ The Portuguese, who had been such a nuisance during the Dutch mission at Thatta, also continued their much reduced trade in Sind. However, their

⁴⁵ DUNLOP, *Bronnen*, pp. 429, 434.

⁴⁶ DUNLOP, *Bronnen*, p. 494. For a discussion of the data supplied by Overschie and the Sind trade see Willem FLOOR, "The Import of Indian Textiles into Safavid Persia," in Michele BERNARDINI, Masashi HANEDA and Maria SZUPPE (eds.), *Liber Amicorum for Jean Calmard – Eurasian Studies* 1-2 (2006), pp. 113-16.

⁴⁷ NA, VOC 1103, Lucassen to Batavia (28/02/1632), f. 41

⁴⁸ COOLHAAS, *Generale Missieven*, vol. 1, pp. 344-45.

⁴⁹ FOSTER, *English Factories*, vol. 5, pp. xii-xiv, 117.

⁵⁰ DUNLOP, *Bronnen*, p. 641.

⁵¹ On the return of the VOC to Sind and further Dutch relations with Sind, see Willem FLOOR, "Dutch East India Company's Trade with Sind in the 17th and 18th centuries," *Moyen-Orient & Ocean Indien*, 3 (1986), pp. 111-44; later republished as a separate study by the Institute of Central & West Asian Studies, University of Karachi, 1993-94, pp. 43-87, enriched with comments by various Pakistani scholars.

hey-day was over due to the waning of Portuguese power in the Persian Gulf, although there would remain a commercial link, be it a fading one, between Sind and Kong, the last Portuguese toehold in the Persian Gulf.⁵²

As to the translation itself, I have indicated in the text in bold ciphers the end of each folio for easy verification with the original Dutch manuscript. In the text, I have given the modern geographical name of a town, person, or other item, but between brackets the original orthography is then also given. In case a word is explained in the text, or a text addition is made, then this explanation or addition appears in the text between square brackets. In some cases I have retained the original Dutch orthography rather than replacing it by a modern word such as with 'ropia' instead of rupee. Likewise I have also retained the Portuguese terms used in the text. The orthography of names, whether Dutch or Sindi, is not consistent, but I have preferred to retain the various variant forms of the names rather than opt for one them to achieve consistency. Parts of the manuscript are very difficult to read, which is made worse by some water damage that affects the upper part of each folio. However, with the exception of two illegible words and a part of three lines, which I have indicated in footnotes, the entire text has been made available in translation.

**Written report, pursuant to the special orders from Commander
Philips Lucassen, done by Gregorio Cornelissen and after the death
of said Cornelissen continued by merchant Dirck Janssen Bol,
concerning these orders and trade conditions in Sind.**⁵³

1631, November 10. After a resolution had been taken in the roads of the Swally Hole (Swaly Com),⁵⁴ it was decided unanimously to send as soon as possible the yaught *Brouwershaven* to examine the trade and commerce with its conditions in Sind. With it we sailed this same evening into the river of Surat, where five of our ships were at anchor in order to take in our cargo of spices, quicksilver, and vermillion as well as a chest with money containing 4,000 lion dollars (*leeuwendaelders*)⁵⁵, which together amounted to a sum of Dfl. [blank]. With this cargo we sailed in God's name on the

⁵² On the role of Kong see Willem FLOOR, *The Persian Gulf. A political and economic history of five port cities 1500-1730* (Washington DC, 2006), chapter seven. FOSTER, *English Factories 1637-1641*, pp. 247, 249 ("the Portugas Muscatt fleet, with juncks from Sinda and Cambaya"); Ibid., *English Factories 1646-1650*, p. 45.

⁵³ This report is kept in the National Archief (NA – The Hague, the Netherlands), VOC 1103, f. 65-83.

⁵⁴ Henry YULE and A. C. BURNELL, Hobson-Jobson, *A Glossary of Colloquial Anglo-Indian Words and Phrases* (New Delhi, 1994), q.v. Swally.

⁵⁵ Minted as of 1575, the *leeuwendaelder* was worth 40 *stuiver* or 2 guilders. It was authorized to contain 426,16 grains of 0.75 fine silver.

eleventh at midnight – our yaught had a crew of 80 men – may the almighty make that this intended voyage, in the service of our honorable masters, will be successful.

On the 19th ditto at exactly 24 degrees northern latitude, after we had sailed with great difficulties along the coast, we came to anchor at night at about 2 [German] miles off shore at 6 fathom's depth. The morning had hardly begun when we found ourselves at the mouth of a large river; we saw some fishermen both at sea and on shore. We did our best to hail them, but they were afraid to come to us. We therefore raised anchor and continued about 2 to 3 [German] miles into northerly direction along the coast, where we once again dropped anchor. We saw 10 to 12 fishermen close to the shore, so that we gave a salvo with the heavy cannon [*grof canon*] to induce a few to come aboard. Two of them came so close to where we were that we could call and hail them and we learnt that they were afraid to come aboard. Therefore we dropped a boat with 5 to 6 unarmed men to go and speak to them. When they saw our men go into the boat they immediately rowed away while making a lot of noise and commotion. We therefore kept our men aboard. The said fishermen when they came ashore came together in a group of about 12 to 13 men closely together. Therefore we crewed our boat, and had them take some hidden arms and the helmsman with them, to row towards them ashore. When they saw that our boat came towards them they did not dare to wait for it, although they were in a large group, but rowed along the shore into the river. Our men rowed straight towards land, saw some people from the fishing village that is situated close to the mouth of the river on the beach who were waiting for our men; [65] and having lowered sail informed them that the large river, where we had been this morning was the true salty river of Sindie and that the country was called Thatta (Tatee). Our men learning this asked them to take a pilot to the ship. They then answered we all our pilots and would be able to take in the ship. However, they were not allowed to do so without the permission of the authorities of the Lari Bandar (Bandeer), a small town situated at about 3 [German] miles up the river, where the *alfandega* or custom-house is. They further submitted that we had to take our ship again to the aforementioned location and stay there, promising us to bring some refreshments and a pilot aboard. In the afternoon, the helmsman once again returned with the boat reported the above. We then raised anchor and sent the junior mate with the boat ahead to take soundings and we came to anchor at the same location again. At midnight the mate returned aboard who had taken sounding at the mouth of the river and reported that he had not found more than 2½ fathoms.

21 ditto, we are still at anchor and despite the said promises we did not hear from anybody ashore, thereafter, after breakfast, we manned the boat and sent both merchants Dirk Janssen ende Elias Walscappel⁵⁶ ashore to the fishing village to learn why no pilot had come and furthermore to learn whatever else. They returned aboard in the afternoon and reported that when they came ashore that the entire population of the said village were in arms and dared to wait for 3 to 4 of our unarmed men. They talked openly to them and said that they were ready to take the ship onto the river when they had received permission from the authorities at Lari Bandar (Bandeer). Our men then replied that someone of them should go there to ask for

⁵⁶ I have not been able to find any details about these two persons.

that permission by telling that a Dutch ship had come in the roads to request permission to trade. They then said that they were not qualified to do so and that low-class people like them were not allowed to do so. They advised our men to there with some of the leading men who would act as guide to show the road to Bander to request there all that was necessary. Having heard this report it was decided (because night had already fallen) that on 22 ditto early in the morning the same two merchants would go to the fishing village. Two hours before day-break they went ashore and having arrived in the said village they immediately, with 2 persons [65 vs] who had been sent from up the river to speak to us and bring us to Bander, they rowed with a small Moorish barque (having ordered our boat to row immediately to the ship). There they arrived in the afternoon at about 3 [German] miles and were taken to the location where an official named Mirza Darvish Mohammad (Miersa dervees Mahomet), customs-master of Lari Bandar (Bandeer) has his residence. After they had waited for a while, he came to our men with some Banyan merchants, who welcomed us very friendly and after the usual reciprocal compliments we exhaustively explained to what end and with what objectives we had come there. While we were still were [speaking] with the Banyan merchants, who spoke Portuguese well, 5 to 6 Portuguese with swords under their arms, rushed in, and, without asking permission from the official, sat themselves down next to us on the carpet, while greeting us, sort of (*taliter qualiter*), which I considered to be very odd and absurd. They impertinently, without asking what our request or intentions were and without any reproach by the officials, and after they had learnt our objective, stated boldly and without simulation that we Dutchmen had come here to the official to request free and unhindered trade (just like they had done previously) and after having given a reasonable and measured reply, one of their principals among them said, whether we were aware that this was royal land and, moreover, that they Portuguese were in charge here and that we had better depart immediately. I replied tersely that we had come here to request them [i.e., the officials] something and that we had no business with them. Furthermore, that they could not command us to depart or to stay, and that they better immediately cease their boastful words (*palabras de ronchadas*) to us. He then immediately began to protest vehemently to the official, Mirza (Miersa), and depicted us as odious and nasty, saying, if you allow the Dutch to come here and trade we will immediately raise anchor and depart with our galliots and we will not return. We learned from their argumentation that the governor was residing above in Sindee or the large city of Thatta (Tatae), who has the supreme authority over all the surrounding areas. They said that they wanted to go there immediately to make us even look uglier and more dangerous, so that steps be taken to make us depart. Then the Banyan merchant, saying some things to Miersa in their own language; they then replied to the absurd statements by the Portuguese, who then left greatly discontented, while telling us that we should not be dissatisfied or be taken aback. They had indeed misbehaved and had acted badly; we should remain unperturbed in such cases, because for as long as they have traded and visited this place here and a [member of] foreign nation came there to spoil their commerce and reduce their prospects they had acted in this manner. To this I replied that we had no knowledge about their trade and commerce, we only had come to them as being the authorities of this land to request free and unhindered trade to which end we had a cargo of about 10 to 12,000 *reals*, both in goods and in cash, to trade with and probe the market. They then asked what kind of goods we had and in what quantities, which we communicated to them. They then

made note of this in writing. [We added that] in case this [voyage] would be successful and we might make some good profits for our Masters we aimed to frequent this place with more goods and ships in the future. Furthermore, that we would use the profits in the same way as the Portuguese and that we had several trading stations in the realm of the Great Mughal, in Surattte as well as on the coast of Choromandel,⁵⁷ with whose permission we carried on our trade freely there and we hoped that the same would be accorded to us here, in which case we considered establishing a trading station in Thatta (Sindee).⁵⁸ We assured them that they would be more satisfied with our ships than with those of the Portuguese, because over time, both action and implementation would show what kind of nation we were. It did not suffice to act contemptuously and inveigh against all other nations as was their [i.e. the Portuguese] custom and therefore we requested them to give us leave. In response they reacted very favorably and bade us not to be bothered by what the Portuguese had said. They could and might do their best and travel upriver to go to the governor of Sindee, but we were there and we should be of good spirits and satisfied. He wanted to write immediately upriver [66 vs] assuring us that their emissaries would be there and remain as long as the Portuguese would stay, until they had received a reply. Meanwhile, he immediately sent for his sons, who, together with the Miersa and the Banyan merchants, wrote a letter about our welcome and request. After it had been sealed it was sent immediately with a *pademaer*⁵⁹ or messenger. After the sealing [of the letters] we had some further discussions, after which we asked leave to depart to our place of residence, whence the Miersa in person with the Banyan merchant accompanied us with a reasonable suite. After having tarried a while he returned to his home and in the evening he sent us dinner and he himself in person with 4 or 5 of his retainers dined with us, after which he departed. He had our dwelling guarded by 10 to 12 of his armed servants, because he believed that we were afraid and although we said it was not necessary they nevertheless remained with us.

23 ditto we still have not received any answer to the Miersa' letters. In the evening, after dinner, the said Miersa came to visit us in our dwelling with the Banyan merchant and some others. They brought some presents and after long discussions about our country and the situation of the Portuguese, concerning the war, at sea and on land, as well as the difference between our and their religion and other exhaustive discussions, in which they take great pleasure, they departed.

24 ditto early in the morning a secretary or clerk from the Governor upriver [i.e. of Thatta] arrived, who reported that the letters were en route and we might expect them the next day. Our interpreter Jandaeij told us that he had learnt that the Portuguese had gone up river to blacken our reputation with the governor; they had offered said governor 20,000 ropias if we would depart from here and would not return, which was declined and they had not been able to obtain anything [against us].

⁵⁷ The text here should not be misunderstood that the Mughals also held sway over Choromandel.

⁵⁸ On Dutch trading activities in India see, e.g., M. A. P. MEILINK-ROELOFSZ (ed.), *De VOC in Azië* (Bussum, 1976) as well as the many works by, *inter alia*, Om Prakash and A. das Gupta to mention but a few.

⁵⁹ YULE and BURNELL, *Hobson-Jobson*, q.v. *pattamar*.

25 ditto early in the morning the messenger with the letters arrived. We were immediately sent for by Miersa who offered us friendship on behalf of the governor and that we were permitted to trade freely and unhindered just like other nations, provided that we pay the royal taxes. He showed us great friendship and said that he wanted to be helpful [67] and supportive in all matters and instructed the pilot to go immediately downriver to bring the ship, assuming that I would send a junior merchant to inform the captain that they had let the pilot navigate the ship and come upriver.

26 ditto a Portuguese galliot arrived in front of the *alfandega* coming from Masqat (Muscatte); it had been 11 days en route and was loaded with a red dye called *ruyna*,⁶⁰ elephants tusks [i.e. ivory], and also had some pearls and other trifling goods.

-ditto Aadman,⁶¹ the secretary of the governor of Thatta (Sindee) sent for us and showed us the governor's letter, translated its contents and finally handed it to me, saying that it was a *forman* [sic; *farman* or order] and could serve us in all things; [further] that this country was the best for us, and that we could have our ships come and go, load and unload [goods], trade and do business, as we choose. If we liked to leave some merchants behind in Sindee as well as in Lari Bandar (Bandeer) to take up residence there that would be very much appreciated by them. I thanked him profusely for this, and for all honor and friendship shown to us; then we took our leave and went to our lodgings.

-ditto at night merchant Walscappel came to us with the pilot (the latter had sailed downriver with merchant de Groote on the 26th to navigate the ship hither) informing us that the pilot, after he had come aboard, had raised some objections as to navigating the ship upriver, and did not want to depart before the next day; therefore, the next day.

27 ditto I went to Miersa and requested, because the pilot had disembarked without permission making some frivolous excuses about navigating the ship, that he might be again sent downriver and do his duty to help the ship. In reply the Miersa immediately instructed the interpreter to go downriver immediately and [even] offered his own services to go with me and the pilot, which I excused very politely, saying that this was not necessary.

28 ditto at three hours before day-break I was ready to go downriver with the interpreter, but the interpreter delayed this because he wanted to talk to Miersa early in the morning. In the morning, the interpreter went to him and informed him that we were ready to go downriver. He sent the interpreter immediately to me and informed me that most merchants [67 vs] would remain and that only one would go downriver. I immediately became aware of a great insecurity among them, and assured them that we could easily continue with the ship. I therefore had merchants Dirck

⁶⁰ From the Persian *runas* or madder. On this product see, e.g., Robert CHENCINER, *Madder red: a history of luxury and trade: plant dyes and pigments in world commerce and art* (Richmond: Curzon, 2000).

⁶¹ The name is written in different orthographies in the Journal; [Miersa] Adadman and Miersa Hadadman are also found; I have not been able to identify this name or the person.

Jansen and Walscappel remain behind and then sailed immediately downriver with the interpreter to put things in order. The ship might come in the afternoon; at 3 o'clock having arrived downriver I found that the ship at rest at about one [German] mile into the river; having arrived aboard, the captain told me that due to calm he had not advanced much, but that the worst was over. It seems that they are not accustomed at seeing such large ships and are reluctant in piloting it and do not dare to take the responsibility.

29 ditto to take away the distrust of Miersa and the others (due to the constant whispering by the Portuguese, who daily fill their ears with stories that we are up to no good, because they do not like to see our ship coming upriver) I had the boat loaded with all the spices and sent the captain with an assistant with it to deliver it to merchant Dirck Janssen in the *alfandega* to give them greater assurances as to our good opinion and intentions. That these people are hesitant and do not trust us (the more so, because they [fear] the power of the ship); this is not odd, because it was easy to take the ship before the *alfandega*, where, being right facing the *alfandega*, which is situated close to the bank of the river and the small town of Lari Bandar (Bandeer) is situated at a good musket shot's distance from there, which is unwalled and unprotected and we might easily shoot it to tatters with [our] heavy cannons, and then having landed with 5 muskets, we might plunder it, while next to it were vessels, both Moorish and Portuguese, which we could have taken or set fire to and thus take very good booty with us.

Ditto we moved more than one [German] mile upriver and have anchored before the small fresh [water] river, which is still about 1½ [German] mile from the *alfandega*. As soon as we were settled, I have, as related above, loaded the large boat with spices and sent it upriver to be weighed with the scales in the *alfandega*. About one hour into the evening Miersa Hadadman with a large suite of both merchants and others came rowing in a Moorish barque to pay us an unexpected visit aboard, en route taking the interpreter Jandaeij from the boat, where he was busy with the captain to navigate upriver, and after having been aboard the ship for more than one hour [68] and having seen everything with great wonderment they altogether were happy and satisfied to have seen such a powerful ship, they rowed to land again, we saluted them with 7 salutes. Among themselves, as the interpreter told me, they said that the king did not have such a strong fort in his entire realm.

30 ditto the captain with the boat and a large empty Moorish barque (to load and transport further our remaining goods) came aboard.

Primo [December 1631]. First, the Moorish barque has left upriver loaded with our cargo accompanied by merchant de Groote, the first mate and an assistant to have the goods sealed in the *alfandega*.

2 ditto I went with the sloop, accompanied by merchant Dirck Janssen Bol and taking the cash-money with me, to Diul (Bandeer) and deposited the money into the *alfandega*. To put matters in order, Miersa Adadman came in our inn in the afternoon as soon as we had arrived here informing us that a letter had come from upriver from the governor, [stating] that I had to go to him. I told them that we were ready

to depart the next morning, whereupon he promised to send me one of his horses. Shortly after the departute of the said Miersa and his suite 6 to 7 Portuguese came to our inn and offered and showed us friendship.

4 ditto early in the morning was our departure to Thatta (Tatae); we presented Miersa with a beautiful roll of white damast, 4 lbs. of cloves, 3 lbs. of nutmegs, and 1½ lbs. of mace, and a pair of gloves and took our leave from Miersa. Merchant Dirck Janssen Bol and I were mounted on horseback to make speed in our journey to Thatta (Sindee). In the afternoon we crossed a river; some Portuguese who had arrived before us at the river with all their baggage had to wait for the ferry boats that came from the other side. Before they were allowed to embark their goods and baggage; these were opened and examined by some Banyans, others, whether it be Moors or Banyans, check and examine [everything] including the turbans. It seems that everything that has not been sealed in the *alfandega* or by the customs-master is not allowed to pass there. Nevertheless, they did not touch our luggage. In the evening we arrived at a village where we spent the night. [68 vs]

5 ditto we mounted up again one hour before sun-rise and passed 4 to 6 villages that day; we had to pay toll at two locations, to wit: 4 *paisa* (*peijs*) for each camel and 2 dittos for each horse. In the evening at about nine o'clock we arrived in Thatta (Tate) or Sindee and took our rest in an inn.

6 ditto we went to Aqa Jamal (Agasiomael), who had sent us two horses to the inn. On arrival we found a Portuguese sitting there, who wanted to make a request, and after his dispatch few words were exchanged between us and him. Because said Aqa Jamal (Agadsiomael) and his two sons had departed he went with us to an official named Janbielbeecq.⁶² When we arrived at his residence we had to wait a long time for him. At about noon he came to us and welcomed us with compliments, in accordance with old custom, and although he knew very well to what purpose we had come there, he nevertheless asked us once again to expound all, which we did in extenso and made our intentions known. They then put their heads together and discussed among themselves in their own language. They then told us that we were tired of the journey and should now take it easy and relax in our inn. They wanted to reflect [on what we had said] until tomorrow and we should do the same when we would meet again. Having been told this we politely took our leave; during the night Dirck Janssen fell very ill due to a fever.

7 ditto only with the interpreter (as said Dirck Janssen is still ill), I went to Aqa Jamal (Agadsiomael), where I once again received a horse. With his son I went to the residence or seat of the above-mentioned governor Janbielb., whom I found sitting in audience with some Banyan merchants and some high officials. While the others were discussing the above-mentioned Aqa Jamal (Agadsioml.) arrived, who walked with great difficulty due to infirmity. It seemed that they were very busy due to the reception and demands of some letters. We sat there for at least two hours without knowing what they had to tell us about the reflection that they had informed us about

⁶² I have not been able to identify this governor of Thatta, whose name perhaps may be read as Jani Beyg. It also occurs as Janbielb. and Janbielbk.

yesterday and we did not know yet what their opinion was. They allowed us to depart to a separate room with the interpreter and three or 4 of them, one of whom was a Banyan who spoke Portuguese very well [69] and having seated ourselves the above-mentioned Banyan asked me whether we had taken reflection. I replied that I did not know what to reflect upon concerning what we had previously requested in Lari Bandar (Bandeer) from Miersa and that we had requested the very same thing yesterday from the said Janbielbk and his company as well as from Aqa Jamal (Agad-jamael), to wit: freedom to trade just like other nations, provided that we paid the royal tolls and duties as per the country's usage and custom, and that, in consequence of the said promise and letters that we received when we were still downriver, our ship had entered [the river], had unloaded its goods, which had already been taken into the *alfandega* and that prior to my arrival from downriver I had given orders to bring all these [goods] with a vessel upriver. The Banyan then stood up to report all this to the governor and when he returned he began to raise serious problems, saying that in case we would be allowed to trade that the Portuguese would depart from here. The king of this country received a profit of 200,000 ropias from the Portuguese as well as from those who traded with them; did we have any advice to give that if the Portuguese would leave the country how to give the country as many benefits and profits? Also, I should counsel them how they should address that problem. I replied to this that it was not given to me to advice them in this matter, as I did not know what benefits Portuguese trade produced for this land and that I was totally ignorant in these matters. It was my explicit mission, given by our Commissionair from Surat, to come here in order to request that which I had already communicated a few times to them and that we did not care about Portuguese trade. However, once we would have any knowledge about trade possibilities here and that our manufactured goods, as much as was imported at Batavia, might be in demand and sold here; moreover, that with the cash-money we might be able to buy such goods that would be useful and profitable, then we could assure them that we would market more in one year than the Portuguese would be able to do in two. This small cargo was only meant as a trial and if they would find a demand for more among their merchants that they only had to let us know and inform us what quantity of cloves, nutmegs, mace, lead, [69vs] quicksilver, vermillion and the like they could sell annually, because we would be able to handle that, if only they knew what kind of variety of textiles would be in particular useful to us and what kind of goods had been exported from here that would yield profits and not a loss. In reply the above-mentioned Banyan said that concerning spices, quicksilver, vermillion and lead, these were all goods that were imported and consumed up-country and taken to Agra, Bahrapur (Barampour), Ahmadabad (Amadabat) and other places, for here, locally, there was little demand for them. Concerning rice and wheat there was demand, because this was mostly in the hands of the high officials, who purchased them to store them and then would sell them at the highest price themselves. As to textiles likewise there was a certain season when these were bought by the weavers from the countryside to the market, when everything could be bought at better and lower prices. These were immediately bought, and still are, by those who had traded here for many years, such as the said Banyan and Portuguese merchants. We could not learn right away within the space of one or two months the entire state of commerce, because all goods were marketed when it was their time and season. He furthermore submitted how and in what manner the high officials such as the governor Janbielbk as well as others

would make, who had each their own vessel, which they sent as a freighter to make the voyage to Masqat (Muscatte), Kong (Congo) and other places. If the Portuguese would depart, they would not be able to call on some of their places, because they would be debarred from them and would have to forgo large freights and profits that they would [otherwise] have enjoyed there as well as raising other matters and more of similar frivolous objections. They also know very well that the Portuguese and we are great enemies and that we are at sea we would attack and damage them, which partly were Moorish goods, from which great trouble and enmity might arise between them and us. I therefore told the Banyan: concerning the threat of the Portuguese that they would depart from here then the high officials here might want to go to Gamron with some vessels, and if our trade would have been established here (each year 3 to 4 ships or yaughts would come here that would sail from here to Gamron) so that they could easily sail hither assured of our protection, unless they [i.e., the Portuguese] were stronger and [70] more powerful than we and thus had an advantage over us and would even come into the roads [of Gamron]. Concerning their voyage to Masqat (Muscate), Kong (Congo) and other places where the Portuguese have forts and strongholds we would not go there with our vessels. Furthermore, I showed some dissatisfaction about the fabrication of all their arguments and questions. I said I could have come upriver (without unloading and bringing the goods into the *alfandega*) to speak to them, and in case we would not have been able to come to an agreement they could have let us depart as friends just like we had come. Otherwise, it was not in my powers and authority to supply them here upriver with all that I have related. Because after their abovementioned promise that the land was open to us, that we freely and unhindered could unload and could go and trade and deal with other merchants our cargo was already in the *alfandega*. We would have taken it to Thatta (Sindee) and leave one or 2 of us here to sell these during that time, while at the same time buying a quantity of rice, wheat, and textiles, as much as the [available] cash allowed, and take it aboard and then depart with them to Gamron to inform our Governor [i.e. Lucassen] about everything and to learn what his opinion was. In case this trade seemed to be attractive to him, based on the aforementioned proposals, it would be well, but if not, then we would remain dear friends, remove our staff and depart from here. This proposal was acceptable and attractive to them, because it had been their wish and objective from the very beginning that we should take care of the job;⁶³ they also wished that we (they said) should speak with the governor himself.

Ditto. In the evening a letter arrived from merchant Adriaen de Grootte from Lari Bandar (Bandeer) complaining that after our departure Miersa had not kept his promise to seal the goods stating that he was not allowed to do so, before he had orders from the governor in Thatta (Sindee). I therefore send the next morning the interpreter to the governor Janbielbeecq requesting and asking him that he would instruct and order the aforementioned Miersa in Lari Bandar (Bandeer) to seal our goods as soon as possible and to send them upriver, before the trading season expired and that we really looked forward to that. Shortly thereafter the interpreter returned reporting that the Portuguese had stayed the entire night with the high officials,

⁶³ I am not entirely sure about the translation even if I have correctly deciphered the Dutch text, which seems to read as: *wij het werk soudén laten*.

requesting permission [70vs] to depart and that they (because we had been allowed to trade here) did not want to stay any longer; furthermore had bothered them with many allegations. They received as answer that they had to stay and could not leave, if they wanted to trade they could do so and if not they might sit on their hands and do nothing. It was a royal gate and trade for them as for others stood open and was free. Furthermore, concerning the sealing of our goods in the *alfandega* one of his chief men would go downriver and see to it, because we were strangers, who had come here for the first time. [Therefore] we should not be wronged; everything would be handled correctly and care would be taken that all [goods] would be sealed. Here begins the tune about demands that among all these Moors is an old custom and method. After the interpreter's report about what had taken place last night between the governor Janbielbeecq and the Portuguese, I was sent for, about 2 hours later, by Aqa Jamal (Agadsiomael) to come to his house. Once again I had to hear the aforementioned problems about the departure of the Portuguese, which weighed heavily on them. He asked me explicitly what they should do about that and like I had said and replied before [I reiterated] that they should know best what to do about it. Furthermore, I stuck to the aforementioned subject, which was the freedom of trade. After he had asked me several times my opinion as to what answer they should give the Portuguese as to their request to be allowed to depart I said that 'nobody should be kept against his will, but allow those who wanted to go to leave without further ado.' His reaction to that was that it was not up to the Portuguese to determine whether they would leave or stay, if only we kept our commitment to continue our trade with this place on an annual basis. What bothered them most was the difficulties of the traders of this place who trade annually with Masqat (Muscatte) and who had not yet received their return goods and outstanding debts. However, since they did not know how to remedy this within a short time period they submitted to me whether it would not be most advisable to inform the Portuguese that they would allow the sale of this small cargo; meanwhile I would leave for Gamron with the yaught and then I would recall our staff who would depart. Thus, in this way it would be presented to them [i.e. the Portuguese] that we were denied to trade. I therefore considered it advisable to put them [the authorities] in a more positive frame of mind towards us⁶⁴ [and said that] we might wish to call on this place when we passed it with our fleet returning from Persia en route to Suratte. He also advised me that in case the return goods (*retour*) from Gamron came hither that it might not be easily done with a vessel, because the Portuguese had sent an advice yacht expressly to Masqat (Muscatte) [71] to apprise them there of our arrival here. He also wished that Masqat was on our side and that the Portuguese had been expelled from there. One or 2 days after our arrival in Lari Bandar (Bandeer), a Portuguese galliot arrived there coming from Masqat (Muscatte) bringing news that Rui Freire was lying there with an *armada de remos* of 20 sails⁶⁵ and that it had been partly occupied by Arabs, both at sea and at land.

⁶⁴ The Dutch text has, as far as I can make out, "*om haer ontser genouch te beter te stillen*" which I think means what I have translated.

⁶⁵ *Armada de remas* (Portuguese), a fleet of rowing vessels, used by the Portuguese for convoy and coast guard duties. On the activities by Rui Freire see FLOOR, *The Persian Gulf*, pp. 226-29, 342-34, 429-36.

Ditto. About one hour into the evening I was sent for by the governor of the castle, whom I had not seen yet and who was called Nabab Amilchan.⁶⁶ Because Dirck Jansz was still bedridden with fever I went alone with the interpreter to the house of Aqa Jamal (Agadsiomael). Having mounted on a horse with his son, I arrived there and found the governor of the city Janbiel beecq at ditto Amilchan with some others sitting around him, where I was ordered to join them. After reciprocal appropriate compliments, [they said] that our arrival was a pleasure for them, furthermore, questions were asked and answers given during the discussions, concerning our situation as well as that of the English and Portuguese, as to the differences in religion and faith, which we all did to their satisfaction. Also, concerning the origin of the war between us and the Portuguese in the fatherland, and above all the above-mentioned Amilchan was very curious to know where the cloves came from and how and in what manner they were grown, because in the past the Portuguese used to bring them here, but not anymore. I submitted to him that cloves grow on trees in the forest of the islands of the Moluccas (Mullucquas), where I had lived for six years. He was very much surprised by that because they [the Portuguese] had made him believe that they were thrown onto the beach by the sea. I further informed him about the nature of the trees and its produce in detail, also why the Portuguese nowadays had no access to them anymore, which was that at the places that they frequented they had imposed themselves by force on its inhabitants, by their arrogant behavior and their desire to impose their rule, who could neither accept nor tolerate [rule by] a foreign nation. Therefore, these people had come to us in Bantam to seek our help and assistance so as to liberate them from that nation and to entrust those lands to us. We therefore had immediately gone there with ships and men and assisted by the inhabitants had expelled the Spaniards from there. Now, provided we pay them, they benefit from its fruits.⁶⁷ Because I knew for certain that the Portuguese were working on [71 vs] this official to have him deny us trade there and, in a villanous and abject manner were painting a picture of us as being black-guards, I therefore apprised them of those and other methods and practices as well as their [Portuguese] crookedness that they had to fear. [I related] that they [Spaniards]⁶⁸ had incorporated and occupied entire kingdoms in the West-Indies, Peru and Mexico and from the time that they had taken up residence here in the East-Indies how they had treated some places and that they daily were still trying to do so and that their arrogance was better known to them than to me. Concerning our nation [I said that] its reputation was sufficiently well-known in the world, viz. that we were honest people who carried on trade and that we had come to be allowed to do so in all these parts of India under the protection of the said Majesty, the Great Mughal. They were also well aware of all that which I had detailed and after this and more discussions (too long to relate) I took my leave and

⁶⁶ Nabab Amilchan was the deputy-governor (Nabab is from the Persian-Arabic word *na'eb*, meaning deputy). Amilchan probably is Amir Khan, about whom I have not been able to find any particulars.

⁶⁷ This is, of course, too good to be true, see Heinrich BOKEMEYER, *Molukken. Geschichte und quellenmässige Darstellung der Eroberung und Verwaltung der ostindischen Gewürzinseln durch die Niederländer* (Leipzig, Brockhaus, 1888).

⁶⁸ From 1580 until 1640 Spain and Portugal were ruled by the Spanish king, while the Netherlands were at war with Spain from 1568 until 1648. Therefore, the Dutch did not make a distinction between the Portuguese and Spaniards at that time, if they thought that this was to their advantage.

left with the interpreter, accompanied by the son of Aqa Jamal (Agadsiomael), to the residence of the governor Janbielbk inside the castle. This castle is situated inside the walls of the city and is a large jurisdiction, but, according to the interpreter (because we could not see it as it was night), equipped with few cannon. The governor, Nabab Amilchan, who is an excellent, important and new person does not occupy himself with trade, but only with matters concerning the land that are of interest to his Majesty the Mughal.

As related earlier, when we had arrived at the residence of Janbielbk, I waited for about one hour for him to arrive, because he wanted to discuss somewhat more with me, because during the day (when I come to them) there are too many listeners such as Banyan merchants, others, and the Portuguese. Only present and seated together were Aqa Jamal's son, Janbielbk and his secretary and the interpreter. He began again to tell how our arrival was a pleasure and delight and that an express messenger would be sent to his Majesty to obtain a royal order (*ferman*) to ensure that it contained all that had been discussed, provided that I kept my word that we want to continue our trade here for many years with ships and yaughts, and furthermore that I will assure them that when returning from Gamron that I once again would call on this place. He raised once again the problem about the Portuguese departure, submitting that they wished that all [72] their affairs in Masqat (Muscatta) had been settled with the Portuguese, adding that they would like to see that we had conquered the town of Masqat (Muscatte) and if it were possible they also would offer their help to achieve this, because it would be a profitable opportunity both for us and for them, in which case they would not have to fear anything from the Portuguese (who would have left here). Having listened to this proposal in surprise, I started to shed all my previous doubtful thoughts about their sincere commitment and offers as well as their favor and friendship towards us and felt sure and certain that it all had been sincere and true, affirming that they were serious. I therefore thanked them and bade them, because I had only been here for three days and had been sent for by them daily to discuss with them, that until now I still had not had the opportunity to learn about trade activities here. I asked to be given as much respite as was necessary to examine and assess what might be done here in that respect that was useful and profitable for us, and, once having done this and having found items in the field of trade that would yield considerable advantages to our Masters, they could be assured that we would not disappoint them, because we had been sent here for exactly that purpose. I had the interpreter tell them that what we had discussed in secret concerning the Portuguese had to remain a secret, that I understood well that the said interpreter was their friend and had to be true and faithful to us in this respect, for which we would recompense him. We ordered the interpreter explicitly that this [matter] should not be discussed and in case even a whiff about this would become known we would know for certain that this had come from him and nobody else. This problem still bothered them, viz. that they had informed the Portuguese that once we had negotiated our cargo they would deny us the privilege of free trade. However, the ship would be allowed to depart and some of us would remain here to sell the cargo. We impressed upon them, to better deceive the Portuguese, the need to rapidly expedite the sealing [of the goods] in the *alfandega*, which then had to be sent immediately upriver, where we had to sell it and to buy what we thought to be the necessary, and thus continue with the said activity, acting as if trade had been denied to us,

and if it happened that we came with one or more ships then our governor [i.e, commanding officer] himself could take action here and cut the cackle, [72 vs] which they also looked forward to, and thus it was agreed. What will happen time will tell; we took our leave at 9 o'clock in the evening and went to our lodgings, which was a large square stone building, below with four warehouses and above with 7 small rooms, which I had rented the day before at 4 *reals* per month to store our luggage and to put and store the rice purchases.

9 ditto. I sent for the interpreter who was lodging in our house (as he had left his wife and children in Lari Bandar (Bandeer) and asked him about the situation of Masqat (Muscatte), whether he had been there. He replied, 'yes' and that he had left there more than 9 months ago. It had three forts or strongholds, one towards the land, one at the seaside with yet another small one, which did not amount to much. The garrison that was there nowadays consisted in 50 to 60 Portuguese, the remainder were mostly Moors and were [blank] in number.⁶⁹ Rui Freire (Roijs Frero) commanded them as governor; who had the abovementioned *armada de remos* there and was at war with the Arabs. I asked him why the forts of Muscatte were manned by so few Portuguese to which he replied that Rui Freire (Roijsfrero) did not trust that many Portuguese any more, because they had so easily lost and surrendered the fort of Ormus, while the Moors and Caffers⁷⁰ were brave warriors, both at sea and at land, and therefore were greatly honored by them if they did something of note. He had chosen many officers from among them who were treated like Portuguese and in case of a notable success they were given a liberal donation.

The 10 and 11 ditto. We all were sitting while waiting very patiently for the barque with merchandise from downriver, because we could not do much else in trade. The illness of Gregorie Cornelij increases considerably, such that he increasingly felt worse.

The 14th. The son of the governor of the castle sent a servant with the request whether we would be so kind as to join His Honor, who was staying at about one [German] mile outside the city with many erected tents, horses, camels, etc. in order to continue his journey to the upper parts [of the country]. This was politely declined as both [of us] were ill and confined to bed, but if we experienced a slight change of [73 vs] improvement to inform his master that we would come and visit, with which [answer] he returned to his master.

On the same date a galliot came here from Goa with a cargo of areca, clay to be used in glazing, morfiel⁷¹ or elephants' tusks, sandalwood (*sandalo*), cardamom, Chinese porcelaine, and coco-nuts, whose interior [flesh] is much in demand and consumed

⁶⁹ This information does not seem to be correct. In 1633, the Portuguese had a military presence of 1,223 soldiers in the various forts in the Straits of Hormuz consisting in 22 captains (of which five were laskars), 456 soldiers and 745 laskars, in addition to 515 naval personnel. TELES, *Economia*, p. 139.

⁷⁰ From the Arabic word *kafir*, or infidel, by which term, Arabs traders referred, among others, to Africans. Europeans adopted the same term in one or another bastardized form, in the meaning of black African.

⁷¹ From the Spanish word *marfil*, meaning ivory.

both here in Thatta (Sindee) as well as in higher [regions], all kinds of curiosities of glass and earthenware water bottles (*gorgeletten*),⁷² gum and silver inlaid with stones and costly pearls, a load of pepper, cinnamon, *chuusche*⁷³ damask [fabrics] as well as some similar ones woven near Goa. The arrival of the said galliot caused the market price of pepper, cloves, cinnamon, etc. to drop such that, within the period of 2 to 3 days, pepper (about which several merchants had asked us about so often, because they had none in stock anymore), which had cost 120 rupias (*ropias*) per large *man* equal to 60 lbs. Dutch finally dropped to 16, at which [price] it spoilt the market.

13 ditto. In the morning we both [rose] early. We learnt from a letter from merchants de Grootte and Walscappel from downriver that the dispatch of our goods proceeded slowly. We decided to send the interpreter to the officials with a serious request that our goods might be sent upriver. They had already been lying for about 10 days in the *alfandego* without even having taken the trouble to seal them (which is completely contrary to the promises made by Miersa at the occasion of our departure to Thatta (Sindee) that they would soonest be weighed and sealed and forwarded upriver) or was it that His Honor preferred to receive double duties, in which case we would have embarked the goods and departed immediately, because we would have preferred to suffer this injustice rather than not having made our voyage to Persia, because time was important for us. When the interpreter returned he reported that they would write immediately to Miersa downriver and enjoin him to process and forward these goods first and foremost.

On the same ditto, a large barque appeared in the river Sind coming from Masqat (Muscatte) with news that our Governor Philips Lucasz. jointly with the Arabs (who had besieged it for some days) and with 5 ships had occupied the city and had totally burnt the place. Also, that Rui Freire (Roijs frero), admiral of 10 *navetten*,⁷⁴ was currently staying in the Gulf of Persia and had turned his prow into this direction intending to seize that Dutch *petassje*⁷⁵ (as such the ship had been presented to him) [73vs] and then to continue to Goa. He had given orders to come hither,⁷⁶ while the vessel was manned with more men than normal. This news was immediately spread throughout the entire city, so that some, including some of the authorities, who believed it, advised us to let the ship, which currently was lying halfway the river from Lari Bandar (Bandeer), float [downriver] and to anchor at the bar at the mouth of the river, so that it would be informed and as soon as it learnt about [the arrival of] the armada it could immediately go to sea and thus escape. We replied that we very much appreciated their concern and that the ship would not yield one inch. Moreover, we could not think that they [the Portuguese] would be so audacious as to

⁷² YULE and Burnell, *Hobson-Johnson*, q.v. goglet.

⁷³ I think that the Dutch text employs the word *chuusche*, if so, I have not been able to identify it.

⁷⁴ From the French word, *navette*, meaning 'ship'.

⁷⁵ From the Portuguese word, *patacho*, meaning a ship with two masts, previously used in warfare, which served in squadrons to carry despatches, reconnoitre the coasts and guard the entrances of ports

⁷⁶ The Dutch text has: *Hij dede hem seer herwaerts festineeren*. I am not certain about its meaning.

cause us any injury or show hostility within the confines of the royal land; we were very sure of that and that the authorities would act accordingly, since we had put ourselves totally under their protection.

Mr. Gregorij's and my strength is increasing; the boys also started to fall ill, so that they could not any longer help us. We have sent for merchant Walscappel, who also was in Lari Bandar (Bandeer) with the merchandise, to come upriver. He arrived on 16 ditto and we understood from him that the goods still have not been weighed and sealed and are lying in the *alfandega* and that Miersa without orders from the authorities could not do anything about this; thus, matters dragged on and we therefore had to sit here flipping our thumbs, because without these goods we could not carry on any trade, which was very vexing.

14 ditto. We learnt via the interpreter that the authorities have sent a written order to Miersa to weigh and seal our goods (which they had promised us to do 2 days ago) and we therefore have become less anxious about how matters would develop for which we had waited so long.

From the same day until 17 ditto nothing happened. We learnt from the interpreter that various merchants had approached him to ask us whether they might send a load of goods with us to Gamron for which they would pay cash, provided that they paid the same toll as they were wont to pay the Portuguese or as much as they could arrange with us. If we could permit them to do so, they would not deal with the Portuguese, who had come down so hard on so many of them and [only] looked for their own benefit. We informed them via the interpreter that because we did not know how much grain and other goods we would get, we could not make a firm commitment. Also, that this time it might not be convenient for us, even if we would not get any grains or other goods. It was the first time that we had come here and therefore we were unable to take a decision immediately. In the future [74] we would see what might be done; seeing that there was little chance that they might embark goods with us for some time they have prepared their goods to be embarked with the Portuguese. According to the interpreter, this was much against their grain. Despite the fact that we had really absolutely declined their request, we occasionally indirectly were told what quantity of goods were lying ready to be embarked to facilitate the loading of the goods with the Portuguese. According to the interpreter, and others who daily come to our lodgings, none of the merchants would send any goods with the Portuguese until they saw the ship with our own goods and fully laden and that the likelihood of embarking their own goods increased as well.

On 18. 19. 20 we really expected the arrival of the barque with goods with great patience, because without these goods we could not carry on any trade.

22 ditto early in the morning, the Hon. Gregorius Cornelij sent for me (feeling somewhat better) telling me that he had decided to go to Lari Bandar (Bandeer) at sunrise and then embark on the ship, because his illness was getting worse, in the hope that the change of location would result in convalescence. He therefore charged me in his absence with the furtherance of the General Comp.'s affairs recommending above all the purchase of grains, but, because of the current high cost, until his further orders,

not to get more than [for the amount of] 2,000 ropias that the son of Aqa Jamal (Aga dsio-mael) had promised to supply us with and to buy such goods and merchandise as ordered by the instruction, after which he took his leave and departed downstream.

At about noon I went with merchant Elias Walscappel to the house of the son of Aqa Jamal (Aga dsio-mael). On the road we met the governor of the castle Janbielbeek, Aqa Jamal (aga dsio-mael) and his son, who were accompanied by a stately suite. The son of the said Aqa Jamal (Aga dsio-mael) ordered us to follow them, which we did, and having arrived at the place where they were gathered, the governor of the castle had us told in order that we should come there he had simply sent for us, to see Dutchmen in person, character and shape and whether they are similar as they. He had seen the captain, who was ill now, once at night fall and had heard him speak, but not really. [74 vs] He asked why we, but not the Portuguese, wore such long hair. We said that there no difference in wearing long or short hair, but noticing that he just wanted to shoot the breeze, we took our leave. The son of Aqa Jamal (Aga dsio-mael) who was also sitting there said that he would send the promised money in the afternoon, when they would have parted, to his house. To receive the money I sent the interpreter in the afternoon to learn whether he was at home. The interpreter when he returned reported that he was at Janbielbeecq's house and not to waste time I went with merchant Walscappel to the residence of the said Janbielbk., who asked many questions as he was wont to do, concerning war at sea and on land between us and the Portuguese, the situation of their and our country, the power of both kings (he thought we also had a king), the difference in religion, etc. to which we replied as was appropriate and sufficient for that occasion. Finally, he had some costly curiosities fetched such as golden ewers, mirrors, arm and leg rings and many costly items studded with stones and pearls to show them to us. He asked whether we had not brought some costly items. We replied that there was nothing on the ship, but if something might be found with private persons we would see and have it taken up river. He then said that he would appreciate it if we do that first, because he was quite anxious to see and get some curiosities and nice things, for which he would pay. Finally, because it was getting late, he admonished the son of Aqa Jamal (Aga dsio-mael) concerning the promised money, who said that he would sent somebody in the morning to inform us that it was ready, and, if we wanted more, we only had to ask, for which we thanked him and said that we would wait and see before we asked [for more], after which we departed and expect the good news early in the morning.

23 ditto in the morning I sent a Hormuzi Banyan (whom daily had visited us in our lodgings, which we used to the benefit of the Comp., and who told us much of everything concerning the country's trade and situation, and who also has parents and brothers who live Agra and have served the Comp. there for a long time) with the interpreter to the house of the abovementioned son of Aqa Jamal (aga dsio-mael) to fetch the money, who, God be praised, because the Moors and Banyans are very slow and tardy in furthering their affairs, returned with this [money] that I immediately used to buy all kinds of samples of textiles, fabrics, etc.

24 ditto the person sent by the governor's secretary (*baxy*)⁷⁷ came, requesting that I pay him a visit, which I politely declined in view of my indisposition, but when

⁷⁷ YULE and BURNELL, *Hobson-Jobson*, q.v. *buxee*.

my health would be improving [75] I would visit his master, with which [message] he left.

To-day I sent a servant to go alongside the river to learn whether the expected barque, which still had not arrived, had not come yet and whether it was lying somewhere else forced by the strong downstream current and contrary wind. When this messenger did not return I sent another one who returned the next day on

26 ditto and he said that he had seen it at three [German] miles from the city about 15 vessels [*coggen*], but it was lying on the opposite side of the river and he had not been able to hail them. This man (as we learnt later) had not set one foot outside the city to look for the barque, so that we knew as much as before.

In the evening [of that same day] we learnt from a messenger who had taken a letter from downriver to Janbielb that Mr. Gregorius Cornelij had died on the 25th of this month and had been buried in Lari Bandar (Bandeer).

On 27 ditto nothing particular happened, we busy buying samples of textiles and other items.

On 28 ditto merchant Adriaen de Grootte came to us upriver; he also confirmed the death of the said Gregorij Cornelij, also that the barque with our merchandise had been sent upriver from Lari Bandar (Bandeer) 9 days ago. To-day there was a strong rumor about the arrival of the Portuguese armada commanded by Rui Freire (Ruy ferero) *maistro del campo*⁷⁸ of Goa and that he was approaching the river of Sind, with the intention to attack and try to seize our ship. Although we are convinced that these are but rumors spread by the Portuguese to instill fear in us so that we depart from here, but above all to [create an atmosphere in which they could] buy goods much cheaper and at more profitable rates and to make that the merchants embark their goods with them (who would have preferred to embark them with us), we nevertheless have communicated this downriver [with orders] to keep the ship on the alert and to have everything in good order. The Portuguese bothered the authorities in Thatta (Sinde) daily about us, saying that we had been allowed to stay there only for one month and that we had promised to depart [after that], which time period had now expired, but they allowed [this period] to continue. If they did not order us to depart immediately they (like they had stated previously) would at once start packing their goods and would depart from here. The authorities were said to have replied the the decision as to who came and went was [only] theirs, but to force the Dutch to depart would not happen: 'the country was [open] for them and other honest and pious people as well as for them [the Portuguese]; it was true [75 vs] they they [the Dutch] had only been granted one month to sell the cargo that they had brought with them and in return to procure goods to take with them, but because the cargo had not arrived yet and was still en route they could not order them to leave without having achieved anything to appease them [the Portuguese]. There was no doubt that

⁷⁸ The military title *mestre de campo* (Port.) indicated that the officer was in charge of a *terço* (Port.) or *tercio* (Sp.), meaning one-third, a Spanish military term to denote the so-called 'Spanish square', a mixed infantry formation of some 3,000 pikemen and musketeers.

as soon as they had traded their goods and had obtained return goods in their stead they would depart from here without having been ordered to do so. For the time being the Portuguese had to be content with the answer and left, meanwhile not failing to spread [the rumor of] the arrival of the aforementioned armada, thinking that out of fear to make us depart from there earlier.

29 ditto a letter arrived for the governor of the castle, reporting among other things that the English, lying in Surat (Suratte), had strongly pressured the Mughal for a royal order (*ferman*) granting them the free and unhindered [trade] in Sindee, to go and come where they pleased, which they finally had obtained. Also, that likewise the Dutch (whom had already appeared in Thatta (Sindee), as was understood) were granted to carry on free and unhindered trade just like all other merchants, etc. This reply (as the interpreter understood it) was in reaction to a certain letter that the authorities of Sindee (having understood from Miersa, the official in Lari Bandar (Bandeer) that Dutchmen had arrived requesting to [be allowed to] trade) had written and dispatched to the Mughal one day after our arrival to apprise his Honor of our arrival and request.

Primo January 1632 I sent a messenger to learn whether the barque, in which our cargo was, had not arrived yet,⁷⁹ who returned the next day saying that he had seen it lying at about 2 [German] miles from the city. Therefore, merchant Adriaen de Grootte and others has ridden hither the next morning with a number of camels and oxen to disembark the goods, except for the lead that belonged to Jacob de Herder, *vrijman*⁸⁰ at Batavia, and bring it here, while leaving the barque there, which then easily could sail up the river Sindee (it being too dry at 2 to 3 [German] miles below the city for big deep drawing barques) to us, and would do its best to follow and arrive in timely fashion. In the evening the said de Grootte arrived with the goods higher up and he had left the barque at about 2 [German] miles from the city, which, if they did their best, might be able to arrive before the *alfandega*.

From the aforementioned date until the 15th we were busy with the sale, weighing and delivery of the goods, which proceeded slowly, because the Moors [76] are very laid-back in the furtherance of their affairs. Moreover, there was a shortage of weigh-bridge [capacity] (there was only one available in the city and it was used by everybody), so that then they and then we [used it], which was very disappointing, the more so because we were close to running out of time to be able to sail and meet with the Hon. Mr. Philips Lucass at Gamron.

On the 16th ditto after much toing and froing to, and insistence with the authorities during 2 to 3 days, we finally, after having obtained the samples of the textiles that we had bought as well as those that we had decided to take with us, induced them to the point where [the value of] these goods might be estimated and sealed. We have

⁷⁹ The Dutch text reads: *bij den wercken nog niet en was*. I have no idea what *bij den wercken* means, but I think that the context suggests the translation as given.

⁸⁰ *Vrijman* meant someone who was not in the service of the VOC, but who was nevertheless allowed to trade. Only those employed by the VOC or those authorized by it were allowed to trade in the areas under its control, sail on or send goods with its ships.

embarked them as well as the goods belonging to Jacob de Herder and in the evening we sailed with them downriver. When merchants Elias Walschappe and Adriaen de Grootte were about to board the barque, the son of the governor of the castle, who is camping out in the field at about one [German] mile from the city to depart soon higher up, came to request them to see him to which end he had sent a carriage to the lodgings, because he wanted to discuss something with us. Because the said merchants really would have liked to depart that same evening they did not dare or want to neglect him and visit him for one last time in all haste, because due to my indisposition I had often for form's sake declined to do so, and they had a suspicion what it was all about. Thus they mounted up and rode thither, and having arrived there he, like the other officials had been wont to do, asked about the situation of our country and that of the Portuguese and the English, the war between us and the Portuguese, both at land at at sea, the difference in religion and what that exactly meant, whether we were friends of the English and when these would also come here, whether we would also keep good relations with them, whether there also was a difference in religion with them, etc. In all these we gave him satisfaction and because night was about to fall we asked and obtained finally our leave (which we hardly could obtain as he was very talkative and invited us to stay somewhat more in which he insisted very much) and the said merchants have gone to the barque to go with it downriver that same night.

On the 18th ditto we only have received the remainders (because of 1 *man* of cloves and 2 dittos of nutmegs supplied to the governor of the castle) with great difficulty at about mid-night from his cashier (who also tried to benefit by getting a gift). The next day, early in the morning, I went to the house of Janbielbeeck to take my leave, having arrived there I found him alone, [76vs] which very seldom has happened. Two days before the merchants Walschappe and de Grootte had gone downriver with the barque and now I also was ready to follow [them] to leave for Gamron and to tell the governor [i.e. Lucasz.] everything that we had experienced and what we had learnt about the situation of this place and that the freedom of our trade there had been granted) so that without doubt we would again sent a ship with 2 or 3 excellent cargos there to pursue the work that had been started. Therefore, his Honor without a doubt had to believe, who so far had felt doubt about our [intentions], that we are sincere and true about this, and that we are not spies and scouts like the rumors that Portuguese had so often circulated and that they had wanted his Hon. to believe. In reply he said he never had believed or given credence to such stories from the Portuguese, for he himself had made exhaustive inquiries on our arrival in Sindee, yes even when we were still in Lari Bandar (Bandeer), about the behavior and conduct of our staff, from some persons who had been in Agra and Persia and who know our people there, and after that he had welcomed and treated us as friends, if not better. He also asked immediately whether we were also pleased with them. I replied, 'Yes,' and therefore I profusely thanked his Hon. and the other officials for all honor and friendship shown to us, wishing that I might be able to return the courtesy any time soon. He further said that when we would return again we always would have him as a friend and that he would help us wherever he could, with other similar phrases about his frienship towards us. Having taken my leave I went to the house of the son of Aqa Jamal (aga dsiomael), who also promised us to give us all help, favor and friendship in the future. After my departure from there, I went to the castle, but because the governor had gone to be with his wives I was unable to speak

with him, reason why I returned to my lodgings and then immediately left for Lari Bandar (Bandeer), where I arrived the next day at about noon, finding that the barque had not arrived as yet, contrary to expectation.

20 ditto the barque having arrived we have gone immediately to the castle of Aqa Jamal (aga dsio-mael) (who had been there already for eight days away from Thatta (Sinde)), requesting him that the barque might be inspected, the goods taxed and the duties due on them be paid to somebody and [preferably] immediately, because the time that we had to meet with our Commander in Gamron [77] had come. He said that this would happen and immediately ordered his secretary to make the calculation of the toll due on the goods, meanwhile asking whether we had had a pleasant time in Thatta (Sindee). We replied, 'Yes,' but that the taxation of the goods that had been sent upstream might have been somewhat lower. I thought that we did not have to pay more than 3 per cent., but it almost came to about double that amount. When I complained about this to the authorities upriver they had replied that the taxation schedule dated from many years ago, that the goods of the Portuguese were taxed in the same way, and when we would return they would lower the taxes and make sure that we would be pleased, now it could not be helped.⁸¹ The said Aqa Jamal (Agadsiomael) said to this that he would verify the calculation done, which was immediately done by the secretary and he found that in its application that they had favored themselves (most profit) in such a way that it had to yield such a figure. He then said, since his Hon. had been so kind as to make such a calculation (far higher than our expectation) that we now also should exercise some patience, but when in the future we would bring larger cargos here and they once again would think of imposing such a high toll (beyond right and reason) we would be really upset and might decide to leave this place, because then it would not be profitable for us, and would not seek to frequent it. In reply they said that when in the future we would come again, like he thought that we would, they would meet together to discuss a lower toll. We should not be upset about it now as all would be well in the future. I then said that otherwise the place would be of no use to us and as the secretary started to make the calculation of the toll of the goods that we had brought down, the said Aqa Jamal (Agadsiomael) said that we could leave if waiting was taking too long. As soon as the calculation had been made he would immediately send the secretary and another person to inspect the barque and then to receive the toll in accordance with that [inspection]. Thus I parted from there and had the door through which he had to pass to the *alfandega* watched with patience, but nobody of either side heard something and [therefore] I went to the castle, but because Aqa Jamal (agadsiomael) had gone to his concubines he could not receive anybody, which was a big disappointment [77 vs] for us. However, we had to have patience and because night was about to fall we postponed further request to another time.

22 ditto in the morning I again went to the castle and bluntly requested the said Aqa Jamal (Agadsiomael), who was sitting with his chief men to do justice in the main square, to be so kind as to appoint someone and send him to the *alfandega* to make

⁸¹ According to Bocarro, the Portuguese paid 3.5%, but due to great injustices (*grandes tiranias*) committed at the customs-house the effective customs rate came to double that amount, and thus the authorities at Lari Bandar were not lying to the Dutch. BOCARRO, *O livro das plantas*, 1992, p. 66.

the inspection of the barque (which I had hoped would have proceeded last night). He replied that he would come in person to the *alfandega* and had his palanquin brought immediately to have him finally after much ado carried to the *alfandega*, so that everything was completed towards the evening. I gave him two passes, at his request, for two of his barques, which he intended to send to Persia and in the evening we returned, it being evening and everything having cleared and having taken leave from the said Agadsiomael and Adadman, the secretary of the governor of Thatta (Sindee) who was still sitting in the *alfandega*, and immediately embarked and came aboard on the 23 ditto.

24 ditto we could get away from the bar due to a calm; we tried out a kedge, but as the current carried us to undeepest water we were forced again to drop anchor and to hope to sail away with the shore wind in the evening.

25 ditto we still had not been able to sail away; in the afternoon a Portuguese galliot coming from Masqat (Muscatte) passed close by our ship and sailed into the river of Sindee. One of the Portuguese came aboard and told us something about the current state of affairs in Masqat (Muscatte), Goa, Mombassa, etc. Regarding Muscatte that they had concluded an agreement with the Arabs (who had besieged it strongly for a few days) and that Rui Freire (Roijs frero) (of whom they had told us that he with an armada of 20 rowing vessels would come to nest here and to try to seize the ship) was lying ill in the city, that the abovementioned force was cruising in the Gulf of Persia to take coming and going vessels. Also, that a certain *armada de remos* of 20 sails under the command of Don Francisco de Mora, *maistro del campo* at Goa, who had left Goa a few months ago, had been received on their arrival on the coast of Choromãz⁸² situated near Mozambique in such a way that nobody had survived and that their vessels had been set fire to.⁸³ [78] Further, that he had been in Goa about three months ago, where apart from 13 galleys no other spacious vessels were lying, waiting only for crews and supplies (with these they could prepare and arm ships from Portugal that they were expecting any moment now), both of them they were sorely lacking; of those that they had they sent 10 with oars (that were retractable on all sides) to Ceylon (Ceijlaon) (others in Bandeer have told us that they had gone to Suratte to watch us when we are returning from Persia), so that the affairs between them and the inhabitants there are not well.

⁸² I have not been able to identify this appellation.

⁸³ D. Francisco de Moura was appointed to the *Conselho de Estado* in 1629 (ACE, I-72, p. 218) and as *mestre do campo* or commanding officer of the *terço* of Goa in 1630 (ACE, I-93, pp. 271-72). He was a protégé of Count de Linhares, the viceroy. On 26 December 1630, de Moura was appointed to suppress an uprising in Mombassa. His fleet consisted of one royal ship, 6 oared vessels (with sail) and 2 *patacoes* (ACE, I-124, p. 385). After the pacification, D. Francisco was to proceed to Masqat with his flotilla to help Rui Freire (ACE, I-126, pp. 393-96). As the Journal mentions, Moura's handling of the affair was a fiasco (cf. Manuel de Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, vol. 6, pp. 411-419). He was summoned to the *Conselho do Estado* to give an account of his actions (05/06/1632), and its members asked for an inquiry to be launched (ACE, I-139, pp. 427-31). On 27 February, 1632, Linhares had to agree (ACE, I-143, pp. 437-438), although he continued to protect his protégé, even going so far as appointing him once again as head of the relief expedition to Mombassa in 1635 (ACE, II, p. 21 note). Despite the inquiry, Moura continued to be a member of the *Conselho do Estado* until early 1636 (ACE, II-13, p. 47). The viceroy used Moura as captain of the newly erected fortress of St. Micheal of Cambolim, in Kannara, where he stayed for 3 to 4 months (ACE, appendix doc. n.º 35, p. 563).

A short relation concerning the affairs of the small town of Lari Bandar (Bandeer) and the big commercial city of Thatta (Sindee).

The small town of Bandeer is situated about 3 [German] miles up the river of Sindee; it only has a one hour's circumference, it is without walls and protection and on its north side there is a castle, mostly in ruins, with 3 to 4 pieces of cannon, which cannot withstand [an enemy] without some [supporting] force. The inhabitants are Moors and there are so many Banyans whose number even exceeds that of the native inhabitants and they are much respected. Their chief appears together with the Moors in all important meetings, so that nothing is done if he is not present. All kinds of life necessities are sufficient here – cows, oxen, buffaloes, sheep, chickens, fish, field and tree crops, further camels, oxen and donkeys with which goods are transported – to each one's liking and at a civil price. One pays here for a camel, from here to Sindee being a distance of 9 [German] miles, 1½ rupee (*ropia*). One may charge it with as much as it can carry, because whether you load much or little the price is the same. As to oxen and asses the price is similar. Unless you want to make a deal with the barque skippers to go Sindee, who, having inspected the goods as carefully as one may, nowadays do not take as much advantage of it,⁸⁴ as they did a few years ago, when for one *carobba*⁸⁵ (equal to 720 Holland lbs.) you paid 7 paisas (*peijsen*), then one does not have to complain about the freight over water either. At the distance of a musketshot from Lari Bandar (Bandeer), on the river, the *alfandega* or customs-house is situated, where all goods coming from outside are stored and sealed, but they are taxed in Thatta (Sindee), and where the duty of 3½ per cent. has to be paid. All merchandise coming from upriver [78 vs] is weighed, sealed, and taxed in Thatta (Sindee), but the duty on them is paid in Bandeer. One does not pay any duty on money that one exports and of the goods that one has not been able to sell only half of the toll: the toll is 3½ per cent., of which ¼ is for the secretary who records all goods. The governor here is named Mirza Darvish Mohammad (Miersa dervees Mahomet), substitute of Aqa Jamal (aga agadsiomael), governor and director in Sinde; he is a civil person, very friendly and charitable to speak and deal with. Outside of the small town beyond the *alfandega* is the house of the Portuguese, which they rent, because no foreign nation (such as they), may have a house there lie with their vessels in front of the *alfandega* and also in some holes, which they dig in the square at the *alfandega* because many of the Moorish vessels are large, which are totally empty at ebb. There are many Moorish vessels, small and large, so that one may have a choice to one's liking at all times and that at a civil price.

About the trading city of Sindee.

From Lari Bandar (Bandeer) to Thatta (Sindee) measure 9 German miles overland; between them, at two occasions, one crosses the river Sindee and one pays for the ferrying 5, 6 to 7 paisas (*peijsen*), depending whether one has few or many goods.

⁸⁴ The Dutch text employs an obsolete expression: *slaan tegenwoordich geen ijser gelt daer van* (literally, now they do not strike iron money from it), probably meaning taking advantage of, as the expression is unknown to me and it does not occur in the dictionaries available to me.

⁸⁵ *Carobba*, usually *arroba*, from the Arabic word *ar-rob'* or one-quarter, was a unit of weight, equal to about 11.3 kilograms (25 pounds) in Spain, but in Portugal, equal to about 14.4 kilograms (32 pounds). It also was a liquid measure, having a varying value but equal to about 16.2 liters (17 quarts) when used to measure wine. See also below.

En route they have this custom 2 to 3 times for persons who keep the ferry free from robbers [i.e. protect it] for each camel 4, a horse, oxen, and donkey 2 paisas (*peijsen*); this is all that one has to pay underway. One passes 7 to 8 villages, and a large cemetery is situated at half a [German] mile from the city, where there are many pagodas and excellent houses, which are very much [built] in an episcopal and ecclestial manner; so that, seen from afar, one thinks that it is a small town (just like we did when approaching Sindee), but there are not any until one can see the city of Thatta (Sindee), which is situated in a large plain and much lower than this cemetery. It is a large and populous city and filled with all kinds of life necessities. Its circumference is at least three hours. It has some excellent buildings and very beautiful and graceful pagodas made of stone. Usually the house are made of reeds covered with clay, with some holes on top for light, because they have no windows. The streets are through lanes and some others are very narrow [79] and bumpy, so that a small cart can barely pass through some of them. The city is without walls and protection, for it only has on the side of the road a piece of a wall with a length of one musketshot. During night and day one can leave and enter; on the south-side close to the city there is a large castle built with bricks, it does not have any points like ours, but at a stone-throw's distance from each other there have been many bastions or curtain walls built all around. It is more than four times bigger than Batavia and here the governor Nabab Amil Chan has his court. It has many houses, but doesnot have any heavy cannon at present, only one big metal piece like a half German cannon-royal, which has been positioned to shoot from the land gate. The moat around the castle is on the landside and is dry and shallow, so that one can walk and ride close under the curtain wall. The other side of the fort does not have a moat and is situated close to the houses of the city, so that only a small street separates them. This is the staple for trade and on usually every year many important and powerful merchants from distant parts visit this place and do business. From Agra the caravans (*caffilas*; *qafilah*) come here about half November and they are usually 30 to 35 days underway and bring some indigo (*anil*), saltpeter, carpets, *sagou*,⁸⁶ a glazing mortar to enhance the color of gold, all kinds of textiles, etc. This caravan departs again in the month of February. The merchants also often have their goods transported on the river until Lahore, which is at 400 [German] miles distance from Thatta (Sindee) and then have it taken to Agra, etc. From Sindee to Lahor they are 50 and from there to Agra 24 days underway. When going with the caravans overland, merchants pay 4 ropias per large *man* or 60 lbs Holland in freight, and also for fodder of the pack animals, from all those who guide the animals, who pay 2 ropias as cost. En route there is a hamlet called Isemer,⁸⁷ where you have to pay the duty on silk and its processed products at 8 and further all other merchandise without distinction 4 ropias per one hundred; money is free. Furthermore, until Agra one does not have to pay duties anymore. From Agra, merchandise is often transported to Lahore in wains, which arrive in Lahore in 24 days, paying in freight for each big *man* 1 ropia without any further expenditures to be paid en route, where ½ per cent. has to be paid on all goods without distinction. Furthermore, [79 vs] from there to Sinde via water one pays for each large *man* 2 ropias in freight, one for the freight of the barques, the other for oneself and one's servants being expenses. One usually is two months underway, lying at night at anchor, because of the strong downstream current and dry areas in the

⁸⁶ I have not been able to identify this word.

⁸⁷ I have not been able to identify this village.

river. The merchandise that is sent from here to Agra consists of: quilted blankets, *Tabretios*⁸⁸ of which *cabaijen* [*qaba*; surcoat] are made, and coco-nuts, areca, *pinang*⁸⁹, nutmegs, cloves, mace, cinnamon, vermillion, quicksilver, pepper, elephants' tusks, cardamom, *caleij*,⁹⁰ a material used for glazing. All these spices and goods, except for the quilted blankets and *Tabretios*, the Portuguese bring here in not such a large quantity.

From Lahor, which is a city much larger than Thatta (Sindee) as has been reported to us and is situated 400 [German] miles from it, comes much sugar- candy, crystal and black, all kinds of textiles, drugs, all kinds of very curiously wrought furniture, and it is alleged that one also might sell there a reasonable quantity of cloves, nutmegs, vermillion, quicksilver, pepper, lead, elephants' tusks, mace, etc. and that with higher profits than in Sindee. In the past, the Portuguese have experienced this until now and had higher profits than they made in Thatta (Sindee), but because they only bring a small quantity of each item and could sell it with reasonable profits in Sindee they have neglected for some time now to visit that place with coarse merchandise and instead of that brought diamonds, pearls and many beautiful and rare curiosities, which they are still doing to this very day.

The caravan (*caffila*) from Persia to Sindee does not have a fixed time; when the merchants are ready with their goods it has to go whether in the rainy or in the dry season. The merchandise that is sold at the Sindee bar consists of: *ruijna*⁹¹ or red dye, raw silk, carpets, and much cash money. The merchants also had gone with their goods in Moorish vessels from here to Gwadar (Guadder), 5 to 6 sailing days to the west from here, where they disembark and then transport the goods to Persia on pack animals. They also often embark [their goods] with the Portuguese from here to Kong (Congo), which is situated three days' travel overland from Gamron, from where they travels overland to Gamron. Goods that they bring from Thatta (Sindee) to Gamron mostly are *sayen*, *cadass*, *tabretios*, *dustar*, *calbergijs*.⁹² [80]

From Sevaon⁹³ (situated 5 to 8 [German] miles from Sindee) comes the indigo that the inhabitants [illegible: buy?]. The best quality costs per large *man* normally 28 to 30 ropias. A considerable quantity may be collected of it annually. It is taken to Persia, Basra (Bassoura) and Baghdad (Babilonia) in good quantities. What else may be had in Thatta (Sindee) such as grains, merchandise and other things and at what price and quantity, furthermore, what goods may be sold here with good profits annually the memorandum below will show.

⁸⁸ *Tabretios* clearly are a kind of fabric, but I have not been able to find any particulars about it.

⁸⁹ Both areca and *pinang* mean the same thing, viz. betel-nut. YULE and BURNELL, *Hobson-Johnson*, q.v. *pinang*.

⁹⁰ *Caley* probably denotes tin, from the Arabic word *qala'i*. YULE and BURNELL, *Hobson-Johnson*, q.v. *calay*.

⁹¹ *Runas* or madder.

⁹² *Sayen* or *saaïen* are lightly twilled woolen fabrics exported from Europe to the East. Cada, from *qad*, meaning man sized, is a variety of an *alajeh*, a multi-colored fabric; *duster* perhaps is a *doty*. Calbergijs, probably textiles made and/or coming from Kalberga. See for Sindi textiles, FLOOR, "The Import of Indian Textiles," p. 115.

⁹³ Sehwan, 190 km north of Thatta.

Memorandum of the normal price of the goods and merchandise listed hereunder and in what quantity they may be sold annually in the mercantile city of Sinda.

Textiles and linnen

<i>Calbergijs</i>	length	14 ¼ ell	Cost	Rop.	1.46
<i>Root lackens</i> ⁹⁴		14			4.14
<i>Tocas</i> or turbans		14 ¼			4.
<i>Cabas</i> ⁹⁵ with silk stripes		14 ¼			2.50
<i>Taffacilen</i> ⁹⁶		14 ¼			1.20
<i>Berams</i> ⁹⁷		16 ¼			1.42
<i>Mangonijs</i> ⁹⁸		16			2.37
<i>Sjouris</i> ⁹⁹		16 ¼			—
<i>Cammerbands</i> ¹⁰⁰					2.23
<i>Betilles</i> ¹⁰¹		14 ¼			— .39
<i>Blue bafftas</i> ¹⁰²					
<i>Malmals</i> de Agra ¹⁰³		20			1.33
<i>Cassas</i> ¹⁰⁴		24			1.14
<i>Grey dotys</i> ¹⁰⁵		—			1.20
<i>Tabritios</i> ¹⁰⁶		—			—
<i>Silo taffacillas</i> ¹⁰⁷		—			—
<i>Alaboucas</i> ¹⁰⁸		—			—
<i>Sarassen</i> ¹⁰⁹		—			—
<i>Tsitse</i> (<i>chit</i> or <i>chintz</i>)		—			—

⁹⁴ Red broadcloth.

⁹⁵ *Qaba* or surcoat. For more information see Willem FLOOR, *The Persian Textile Industry in Historical Perspective 1500-1925* (Paris, 1999), p. 226.

⁹⁶ *Tafsileh* a fabric used to make *qabas* from.

⁹⁷ A high quality cotton fabric, a kind of *tafsileh*, known as *bayram*. See YULE and BURNELL, *Hobson-Jobson*, q.v. Beiramee.

⁹⁸ Possibly a *manganeh*, see FLOOR, *Persian Textile Industry*, p. 175.

⁹⁹ I have not been able to identify this fabric.

¹⁰⁰ Waistbands or cummerbands.

¹⁰¹ A kind of high quality muslin, derived from the Portuguese word *beatilha* or veil.

¹⁰² *Bafteh*, a Persian word, meaning a woven piece of fabric, had become to denote a special kind of long cotton fabric, in this case blue of color, which could measure up to 23 ells.

¹⁰³ *Malmal* from the Persian word, *makhmal* or velvet, in this case those made at Agra.

¹⁰⁴ Probably a *cashe* (singular), a soft, thin cotton fabric, like muslin, especially originating from Bengal.

¹⁰⁵ From the Hindi word *dhoti* denoting the loin-cloth worn by people in Upper India, and hence also the fabric used for that purpose.

¹⁰⁶ I have not been able to identify this fabric.

¹⁰⁷ This is a *tafsileh*, but what the term 'silo' means in this connection I do not know.

¹⁰⁸ I have not been able to identify this fabric.

¹⁰⁹ *Saras* from the Malay word *serash*, meaning multi-colored, and thus denoting a multi-colored fabric.

The abovementioned goods may be had annually in very large quantities and are much exported to Kong (Congo), Basra (Bassoura), and Masqat (Muscatte) and yield good profits, sometimes ½ cento [=50%], sometimes more. One has the advantage that in Thatta (Sindee) one may tender the orders to the weavers as to the [required] length, width, quality and quantity and this is more much profitable for the Comp. than when one would buy them ready-made in the market. The Portuguese have been doing this for a great many years and have profited much by it. Similarly, they have the linen bleached as soon as it came from the weaver and [as a result] it is much nicer to see and stronger than when it is brought for sale when it has already been bleached. Most of them have been consumed by the Portuguese and nowhere else do they last that long or can they be obtained in such large quantities. [80vs]

Item, extraordinary [illegible] ¹¹⁰ per <i>carouba</i>	Ropias 12	
Candied sugar, coming from Lahor, the best quality, per big <i>man</i>		14 a 16
Of good quality, when available, costs currently		7 a 8
Black ditto, per big <i>man</i>		4 a 4½
Can be had in considerable quantities		
Clarified butter [<i>ghi</i>], which is in leather bottles ¹¹¹ , per big <i>man</i>		4 a 5
Can be had in considerable quantities		

Memorandum of the goods and merchandise, both European and Indian, as well as the quantity of them that may be sold with good profits annually in the mercantile city of Thatta (Sindee).

English and Holland broadcloth of all kinds of color, fine and average; for the time being 8 to 10 pieces may be sent, the Portuguese have (having cost them 8 to 10 *gues*¹¹²) sold it at 30 to 35

Heere sayen,¹¹³ *carsaijen*,¹¹⁴ *stamette*,¹¹⁵ *camelotten*¹¹⁶ should only be sent as a sample; these are ordinarily brought and sold by the Portuguese.

Curiosities of gold, silver, glass that has been intricately wrought, all kinds of nice things from Paris that are fashionable, the notables are very eager for these, may send as commercial goods of which the Portuguese bring each year and make much profit in doing so.

¹¹⁰ It looks like the water damaged Dutch text reads: *tgroot sijde*, and thus indicates the sale of silk, but I am not sure.

¹¹¹ These were sheep skins.

¹¹² It is unlikely that *gaz* or cubit is meant, measuring about 70 cm. For more information see Willem Floor, "Weights and measures of Qajar Iran," *Studia Iranica* 2008, pp. 57-115. It is possible, but also unlikely that the term refers to the *qaz*, short for *qazbak*, a small Persian copper coin, because it is doubtful that broadcloth could be had for as little as 10 copper coins.

¹¹³ Lightly twilled woolen or silken fabric.

¹¹⁴ Bastardization of the name of Kersey, a village in Suffolk, England, where a coarsely twilled cloth was woven that bore the name of the village and that was lighter than broadcloth.

¹¹⁵ *Stamijn* or *stamette*, a small coarse woolen Dutch fabric.

¹¹⁶ Fabrics woven from sheep or goat wool.

40 to 50 sacks of cloves of the best quality
 30 to 40 dittos of nutmegs, not mixed with *rompen*¹¹⁷
 30 sockels¹¹⁸ of the best quality of mace
 15 to 20 cases of pure quick-silver without impurities
 15 to 20 small tubs of the best quality vermillion
 50 to 60 *picol*¹¹⁹ of the best and whitest cinnamon
 330 to 400 *picol* of lead
 40 *picol* of elephants' tusks [81 vs]
 10 *picol* of *cassumba*¹²⁰
 50 to 60 *picol* of pepper
 and a small quantity of variously colored damask, *pangsijis*¹²¹
Pangsijis
*Linthees*¹²²
*Seaukijns*¹²³
 It would not hurt to send these as a sample; we are told that one lot might be sold here.
 Fine porcelaine of varied assortment, but not in a large quantity, as a trial.
 Candied ginger as a sample; should be tender and not hairy and its syrop clear; it arrives here from Lahore in a small quantity and is not very good.
 A parcel of red corral.
 4 a 5 *picol* of benzoin (*benjuin*); currently sells 45 a 50 per big *man*.
 5 a 6 *picol* of turtle shell of the stiffest and the most speckled; currently sells at 65 a 70 per big *man*.

One should know that each year they bring some merchandise, just like the Portuguese, from Thatta (Sindee) to Lahore, Sehwan (Sewaon), Moltan (Multaan), Bhakkar (Baccar), etc. where they make much more profit than in Sindee. Large quantities of goods went upriver, which one might sell [there] with higher profits than in Sindee, which the Portuguese have done so far, but they sent the little that they brought in spices and that could sell profitably in Sindee, and therefore they have let it be, bringing now only [precious] stones, pearls and curiosities there and in those upper parts they obtain their return goods and at prices that at more civil than in Sindee.

The Trade of the Portuguese in Thatta (Sindee).

During the 50 years that the Portuguese have frequented this country and have used the privilege of free trade each year to carry on that trade they came with 10, 12, 14 galiots from Goa, Daman (Damaon), Diu, Masqat (Muscate) etc. bringing areca or *pinangh caleij*, a substance used for glazing, elephants' tusks, sandalwood, pepper,

¹¹⁷ *Rompen* are unripe nutmegs that have dropped from the tree.

¹¹⁸ *Sockel* or *sokkel* was a small bale made of leaves or reed and was used to transport, among other things, mace. On *sokkel* of mace weighed 154 lbs.

¹¹⁹ *Picol* from Malay *pikul*, a man's weight, equal to about 59 kg.

¹²⁰ *Cassumba* from the Malay word *kasumba*, denoting an orange-red flower (*carthamus tinctorius*), which yields a dye used, among other things, for dyeing cotton fabrics and twists.

¹²¹ *Pangsijis* were, among other things, silken Chinese fabrics.

¹²² I have not been able to identify this fabric.

¹²³ I have not been able to identify this fabric.

cardamon, some cloves, Chinese porcelaine, cinnamon, cocos nuts, which are transported in large quantity upriver where they are eaten, cocos nuts, damast, all kinds of curiosities of glass and earthenware (*gorgeleten*), gold and silver ewers studded with stones and pearls and done so beautifully and many other such pretty things, diamonds, rubies, turquoise, hyacinths¹²⁴, smaragds, pearls that are extraordinarily large and beautiful, red and white coral, *casumba ombularq*,¹²⁵ dates, very small lots of Portuguese and English broadcloth, etc. They have their merchants reside here permanently in Lari Bandar (Bandeer) and here [Thatta], to have the purchased merchandise ready when the galliots arrive, so that they may be loaded immediately and depart at the first opportunity. What they take from here as export goods consist of: clarified butter in leathern pots, oil made from mustardseed and *singili*,¹²⁶ it is white and is used by the Jews in Masqat (Muscatte) instead of butter, cumin, sugar, candy, white and black, all kinds of textiles, indigo (*anil*), etc. They come with much cash money, which the merchants here set out on interest on the condition that that merchants, in addition to the goods that they buy for that money, also are obliged to embark as many [goods] from their own [capital] (their entire invested capital serves as security), otherwise they refuse to give money on interest to the Moors and Banyans, nor will they allow them to embarque anything with them. They know fully well that the Moors and their vessels are incapable and afraid to navigate the sea, so that they take advantage of that¹²⁷ and [in fact] this yields most of their profits. The interest depends on whether the places are situated faraway or nearby. For Kong (Congo) they give 20 per cent., for Gamron 30, for Basra (Bassora) 35 to 40, for Masqat (Muscatte) 10. For freight per one *carobba* weight, which is equal to 16 *man*,¹²⁸ 6 ropias and a *carobba* of textiles containing 130, 140 pieces, 14 ropias, because it is a large package; to Gamron for 1 *carobba* of textiles, 16 ropias, to Muscatte 8 ropias and one *carobba* weight 4 ropias. They also go upriver once a year, to wit: to Sahwan (Sewaon), Bhakkar (Baccar), Moltan (Multaon), Lahore, but seldom to Agra with merchandise that cannot be sold here and these are transported by barques to the said places; stones and pearls they carry overland and in return they bring saltpeter, indigo, copper, textiles, fine fabrics, silk, sugars, etc.

Of the weights and measures in Thatta (Sindee).

Carobba, the largest weight is equal to 24 small *mans*, each *man* is equal to 30 Holland lbs¹²⁹; 1 small *man* is 40 *sirs*; 4 *sir* is one *touga* and 240 *tougas* are one

¹²⁴ A precious stone of a yellowish-red color.

¹²⁵ I have not been able to identify *ombularq*. For the term *cassumba* see note 119.

¹²⁶ Properly, *gingili* oil. It is a dark-colored, thick oil made from ground sesame seeds. It is much used in Indian cooking. Nowadays it is used, among other things, in the manufacturing of margarine.

¹²⁷ Assuming I have read the Dutch text correctly, *soo dat sij de selve hier door eer brillen*, which does not make much sense, I therefore had to guess at its meaning and, thus, my translation of this part may be wrong.

¹²⁸ The *man* referred to here perhaps was the *man* of Hormuz of 0.96 kg.; see António NUNEZ, *Livro dos pesos da Yndia, e assy medidas e mohedas escripto em 1554*, in Rodrigo José de Lima FELNER (ed.), *Subsidios para a historia da India portuguesa* (Lisbon, 1868), p. 5f (see *arobba*).

¹²⁹ A Holland pound (not Dutch, as this item refers to the weight of the province of Holland, for there were six other Dutch provinces with their own weights) was about 494 grams, thus 30 lbs. equals 14.76 kg, see further Walther HINZ, *Islamische Masse und Gewichte* (Leiden, 1970), p. 23.

carobba.¹³⁰ This only applies to the buying and selling of grains. [82vs]

Item, *carobba* is also used containing 16 small *mans*, [used] when one buys or sells sugar; butter; oil, etc.

Item, *carobba* is also used for [trade in textiles] and contains one package 130 to 140 pieces of textiles.

The measuring of linen etc. is done per cobidos and per ell; the ell is somewhat larger than the ell of Holland; these are all the weights and measures that they have and use.

Concerning the money.

Ropia is silver money, according to our calculation it has a value of about 24½ *stuijver*; each one is equal to 53 paisas (*peijsen*), which is copper money; each paisa (*peijs*) is 9 *dam* (*dammarij*) or *folus* (*flusen*), which is all the money that is in circulation here.¹³¹ The [value of the] ropia goes up and down in the bills of exchange, so that when a large quantity of copper arrives they do 58 to 60 ropias, which is little and not lower than 50 to 51.

The *real* of eight is here equal to 2 ropias, 2 paisas (*peijsen*) or 106 *peijsen*, when they bring them here in large quantities to the money changers and merchants than they rise in price and sometimes reach [a value of] 112 to 115 *peijsen*.

Dutch crowns obtained as much as *reals* of eight on our arrival, but when they later became aware that they were not like them,¹³² we, finally, only could get 80 *peijsen* and that's where they remained.

Coined gold of Persia is also brought here and obtains 3 1/3 ropias per piece; it is not put into circulation, but they use it to make rings or something else. [83]

¹³⁰ This word is difficult to read and appears to be either *tougas* or *toujas*, which I have not been able to identify. It is unlikely that the term refers to the *tola*, equal to 180 grams, for the *sir* usually was equal to 80 *tolas*, which would argue against this identification. See YULE and BURNELL, *Hobson-Jobson*, q.v. Seer and Tola. It clearly was a local weight as in Gujarat neither the *carobba* nor the *touga* are mentioned by the Dutch in their report on weights and measures of that region. Pieter VAN DAM, *Beschryvinge van de Oostindische Compagnie*, ed. F.W. Stapel 7 vols. (The Hague, 1927-1939), Tweede boek, deel III, pp. 100-01.

¹³¹ On the formal classification of coins in the Mughal Empire, which differs in many respects from the actual situation in Thatta as observed in this Journal, see Abu'l-Fazl ALLAMI, *The A'in-I Akbari* tr. H. Blochman 3 vols. (Delhi, 1989), vol. 1, pp. 32-36. For an analysis of the development of the coinage see J. F. RICHARDS (ed.), *The Imperial Monetary System of Mughal India* (Delhi, 1987) and [http://www.helsinki.fi/iehc2006/papers2/Prakash.pdf].

¹³² I am not entirely sure of this translation as the legibility of the Dutch text is not good. As far as I can make it the text reads: *gewaer werdende van aloe soo gelt niet en waeren*.

HISTORICAL ARCHIVES OF THE DIOCESE OF COCHIN: ITS CONTENTS AND THE MAJOR POSSIBLE FIELDS OF RESEARCH

por

MARIA LURDES ROSA

To the memory of Bishop Joseph Kureethara, remembering the profoundly happy moments we all had in Bishop's House, during the project of organization of the HADC. May his dream of opening the archives for historical research, in order to write a scientific and trustable History of the Diocese of Cochin, be in some way helped by these modest lines.

The Historical Archives of the Diocese of Cochin shelter a large amount of historical records concerning the life of the diocese, from the late XVII century to 1950. The large majority of the documents concerns the functioning of the institution that has produced them: the diocesan Curia. Scattered among these, we can also find some personal papers of ecclesiastical officers, documents from parish confraternities, and documents from other diocesan circumscriptions, who pay testimony to the difficulties of the *Padroado* church in XIX century south India. The historical richness of the holdings is impressive, and its complete organization and description make it easy to consult it. In this article we seek to explain the structure of the archives, as well as to characterize its main divisions and to present the documents distributed among them.¹

¹ The present article is based on the inventory done during the project of reorganization and description of the HADC, in 1993-1995, sponsored by the Calouste Gulbenkian Foundation (Lisbon), in collaboration with the Diocese of Cochin and the Catholic University of Portugal (*Arquivo Histórico da Diocese de Cochim / Historical Archives of the Diocese of Cochin*, ed. Maria Lurdes ROSA *et al.*, Lisbon, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995 (hereafter referred to as *Inventory*). See also on this project-work and archives, Maria João AVILLES, *Portugal. As sete partidas para o mundo*, pp. 149-153, Lisbon, Temas & Debates, 2000.

1. The institutional framework

The documents were organized according to the norms of modern archival science that is, respecting the provenience of the material and the structure of the institution that has produced them; the original archivistic organization was also taken into account.

This imposed a first task: the study of the institutional history of the diocese, from the XVI to the XX century, including the drawing of lists of bishops and their substitutes. In fact, only with a research work of this kind could it be possible to know from where each documents came from, or by whom they were produced/received. This is a step indispensable to a correct organization of the holdings, in general cases, and even more in particularly disassembled archives, such as this.

The study of the diocese's institutional history was done following two major lines: the canon law norms for diocesan organization and administration; and the historical testimonies related to the diocesan institutional life, namely records of its real organization, documents related to the careers of its personnel, vestiges of its relationship to its two main legal superiors, that is, the king of Portugal (through the Padroado system) and the Catholic Church, in its different branches – the Archdiocese of Goa, the Roman curia and, from the XIX century onwards, the Congregation *Propaganda Fide*.

The first task was relatively easy, because the diocesan structure has been very stable from centuries, and there are several studies on it;² moreover, being a diocese of Modern and Contemporary Epochs, there were many institutional sources that allowed a based reconstruction the structure (such as letters, reports, annuaries, statistics). The reconstruction of the ecclesiastical personnel, by the contrary, was a difficult – and not yet finished – task. In fact, despite the existence of many list of Cochin bishops' in the bibliography, few were historically reliable and as such there were many doubts not only on the dates of each episcopate but also on the Bishops themselves. The absence of a strong tradition of studies in the field of ecclesiastical institutional history, in Portuguese historiography, caused that the data – difficult from the start, in result of the very history of the diocese – was never carefully analyzed. The problem was even more serious for the careers of the bishops' substitutes, who were very important on this diocese, since it had been ruled by them for decades, across the different centuries. In order to overcome the difficulties and to establish correct list of rulers, it was done a large research work, in Portuguese and Roman archives and libraries.

² Jean GAUDEMET, *Le gouvernement de l'Église à l'époque classique. II^e Partie – Le gouvernement local*, HDIEO – t. VIII, vol. 2, Paris, Cujas, 1979; id., "Charisme et droit. Le domaine de l'évêque", in *Droit de l'Église et vie sociale au Moyen Âge*, VIII, Northampton, Variorum Reprints, 1989.

One final question, peculiar to this diocese, had to be solved in order to correctly organize the holdings – or, at least, formulated, since its thorough resolution demands a deeper research work. Can we consider the diocese of Cochin the same institution from its foundation, on the XVI century, to the present day? The question lies not on the political changes that the civil territory of Portuguese Cochin has gone through – subtracted from Portuguese administration since the Dutch conquest in 1663 – though the political situation, in a broad context, also had its part on the problem. The main issue was the peculiar juridical status of the *Padroado* dioceses, a set to each Cochin belonged³.

According to the privileges conceded by the Popes to the kings of Portugal (and to the Grand Master of the Order of Christ, a title which soon became property of the royal family), in the XV century, the *Padroado* bishops were designated by the Portuguese kings, and confirmed by the Pope. The late-Antique and medieval right of «patronage», of which *Padroado* was a late form, gave the patron large rights in the nomination of ecclesiastical personnel, since it was his the economic foundation and maintenance of the institution. From the XVII century onwards, both the problems inherent to the Portuguese kingdom and overseas Empire, and the changes in the political balance of European nations, made very difficult for Portugal to fulfill the obligations of the *Padroado* right, not to mention more down-to-earth but real problems (Cochin is a clear example), such as the difficulties of the Bishops to reach far and politically instable places in the Orient. The changing nature of the Papal institution has also contributed to this situation, since after the re-organization that followed the Counter-Reformation, Rome was more and more calling to herself the evangelization of extra-European territories; and it was also pressed by, and cooperating with, non-Iberian nations, namely France, that were trying to have its share on the overseas territories. The creation of the Congregation of *Propaganda Fide* in 1622 was a landmark of the process, and ever since the problems became more and more serious for the dioceses of *Padroado*, namely Cochin. When the Portuguese gradually lost political power in oriental territories, the situation could only become worse. The story is well known and studied, and therefore we need not to repeat it here.⁴

The institutional problem became acute in late XVIII and early XIX century when, due to political deep changes in Portugal, the Jesuit order was suppressed and, shortly after, on the context of the Liberal Revolution, all religious orders were abolished. Not only it was exceedingly difficult to send personnel to Oriental missions – almost all of it came from religious

³ On the subject see Marian Joseph Arackal, *The diocese of Cochin and the consequences of breve «Multa Praeclara»* (1883), Rome, Pontificia Università Gregoriana, 2004 (with reference bibliography).

⁴ See previous note.

orders – but, also, the diplomatic relations between Portugal and the Holy See were tense and even non existent, for several years. After a series of diplomatic threats, that began formally in 1832, the Holy See cut from Portuguese jurisdiction parts of several dioceses of India and Malacca, by the brief *Multa Praeclara* (1883). These were placed under the jurisdiction of the Apostolic Vicarages that had been created in the previous years – Verapoly in the case of Cochin. The King of Portugal and, of course, his direct representative in India, the Archbishop of Goa, however, never accepted the terms of the Brief, and considered the *Padroado* jurisdiction to be in full exercise. The situation was gradually solved by diplomatic means, but it had deep and enduring effects on the life of the diocese.

How does this context affects the archivistic organization of the diocesan historical holdings? Should it be considered that the documents were to be divided in three separate record-groups, based on the different legal status of the institution that had produced them? In 1994, when the archives were organized, it was thus decided. There were defined the following record-groups: “Diocese of Cochin, 1557-1838”; “Cochin general Vicarage/ Cochin Diocese, 1838-1886”; “Cochin diocese 1886-1950”. The criteria was to acknowledge, in the organization of the documents, that there was a jurisdictional issue which caused problems on their production, but without fully cutting the original nature of the institution. Since there was no Bishop recognized by the Holy See, formally there was an abnormal situation in a roman Catholic diocese, and the difficulties were shortly after recognized in the treaties celebrated between Portugal and the Holy See, in 1857 and 1886 – by the patron and the Pope, the first accepting the authority of the second. The treaties and concordats changed greatly the length, dimension and constitution of the old diocese of Cochin, thus representing a formal acknowledgment that something had changed. If we can put it like this, not to recognize at least some institutional specificity to the documents produced in the interval 1838-1886, could be seen as a biased standpoint, which defended that there was no change or interruption at all from 1557 to the present days. But, as all scientific hypothesis and decisions, it remains open to discussion and change.

2. The documents and their historical value

2.1. General principles of organization of the holdings

As said before, the remaining holdings are the documentary production of a specific organization, a roman Catholic diocesan curia, generally stable in its long history. The fact of being a *Padroado* diocese didn't affect the overall structure of the institution. It merely add some specific series, namely the correspondence with the Portuguese civil authorities. The time process didn't also produced too many changes, since even after the Pio-benedictine

canon law code, all continued to turn around the Bishop; some parts of the diocesan general administration became more complex, and this had reflects on the type and quantity of the documents produced, but not on the nature and functioning of the institution. The classification scheme adopted was, in consequence, a typical diocesan classification scheme, composed by the main organisms of an Episcopal curia⁵:

1. the main effective sections of the Curia,
 Bishop/ General vicar
 Chancery
 Tribunal
 Procurator,
 Diocesan secret archives

followed by

2. the documents produced and received by the Curia in connection to its administration of, or other kind of relationship with,
 Seminaries and ecclesiastical colleges
 Religious orders and institutes
 Educational institutions
 Associations

and

3. the documents resulting of episcopal jurisdiction over the territorial divisions of his diocese:
 districts
 parishes
 shrines

Finally, there were some “personal papers”, considered apart from the Curia, since they represented the different bishops’ and ecclesiastical officials private documentary production.⁶

Besides the record groups of the diocese of Cochin, it was found, organized and described (following the same classification scheme) an autonomous record-group, from the Diocese “ad honorem” of Cranganor (1838-1886).⁷ Unlike these, the documents from the Ceylon vicarage (1856) were considered within a section of the record group “Cochin general vicarage/Diocese of Cochin (1838-1856)”, since the first one depended from the second at that particular time.⁸

⁵ Gino BADINI, *Archivi e chiesa. Lineamenti di archivistica ecclesiastica e religiosa*, 2.^a ed., Bolonha, Patrón, 1989; Eutimio SASTRE SANTOS, *Manual de archivos. El sistema archivístico diocesano: archivos de la curia y archivos parroquiales*, Madrid, ANABAD, 1999.

⁶ *Inventory*, pp. 22 and 37-38.

⁷ *Inventory*, p. 39.

⁸ *Inventory*, p. 22.

2.2. Types of documents that can be found in the archives; possible fields of research

Throughout the centuries from which there's documentary accumulation in the archives, we have quite similar documentary series.

To begin with the series produced by the Bishop's direct activity, we'll find the ones related to the exercise of sacramental power (ordinations, confession faculties, matrimonial dispensations); to the exercise of the administration (ordinances and similar; pastoral visits; clergy register); and the large amount of official correspondence with the authorities/institutions outside the diocese (ecclesiastical and civil, in a considerable variety). Of course, all the other parts of the archives also reflect the action of the Bishop, since the structure of the dioceses is highly polarized; however, in the main set described above we find the core of the episcopal activity, the one that comes from his nature of spiritual father and leader.

The historical subjects which can be studied from these documents are many and different. From the start, there are the bishops themselves: persons, strategies, conceptions, pastoral, administrative and diplomatic actions.⁹ Then, there's the clergy, in the filial and disciplinary relationship with him – who they were, how many, how their life-long religious and devotional formation was encouraged and supervised by the bishop, how the ecclesiastical discipline was exercised and felt. And finally there's all the subjects that we're dealt with through the official correspondence, and that largely testify how the bishop (more or less helped by his staff) managed the relationship of the diocese with the exterior. From instance, in the last record-group ("Diocese of Cochin, 1886-1950"), we see that the Bishops were progressively forced to contact and to work with more and more different authorities, and in a quite different way that the previous simple relationship with the *Padroado* authorities – the British India and then Indian civil authorities, the Episcopal Conference of India, the Apostolic Delegation of Eastern India, exterior missions, various roman authorities, the Portuguese State (central government, Ministry of the Colonies). The Bishop had to change: he was no longer the high dignitary, representative of a foreign king, ruling his diocese in an Ancient Régime way. The post 1886-concordate forced the diocese of Cochin to enter in the global world that was then starting to exist, and the extraordinary augment of volume of the documentation is a clear proof of it (even if we discount, for earlier times, the effects of historical problems). This outside demands seem to have been – so far we can tell from the increase and diversification of the holdings – perfectly answered by the persons appointed for the office – the Bishops from 1886 onwards were

⁹ This task can be completed with historical sources from other archives (Portuguese and Roman), reproduced and placed in personal files of each bishop in the HACD (cf. this book, pp. ??-??).

“modern” for their times, in synchrony with Rome’s program of cooperating in the contemporary world, of which Leo XIII was the great responsible – not for chance, the main Cochin diocesan high school, then founded, was called after this Pope’s name (and there are several documents in the HADC from this institution¹⁰). And one last word should be said to the materials of the HADC which throw some light into the relationships between different religious creeds: Roman Catholics, Syro-malabar Christians, Protestants (Dutch and English), Hindus, Muslims– to be found mainly in Bishop’s correspondence but also, in general, in many other parts of the holdings, reflecting as such one of the major features of Cochin and Kerala culture and society.

The study of the last Bishops’ direct activity, in special diplomatic and political, should be completed with the materials from a different part of the archives, the “diocesan secret archives”.¹¹ Strictly speaking, this “section” could be integrated in the “Bishop’s” section, with no major problem. It was kept apart, nevertheless, due to the specification of the canon law code, and also to the express demand of Bishop Joseph Kureethara, under whose episcopate the re-organization of the archives was done. In here it will be found series such as “confidential correspondence”, “procurations to bank purposes”, and “property documents” (which again could be have been placed in the “Procurator” section). Among these last ones, it should be stressed, there are some of the older documents of the archives, since the documentation relating to property generally integrates property documents older than its integration in the last institutional owner of the goods. The documentation related to the estate left to the diocese by the widow of Manuel Bernardes Almeida, or by a Mr. A. A. Pitter, are clear examples, since it includes property documents from the late XVIII century.¹²

Only for the period 1886 onward do we have documentary evidence for the administrative and judicial organisms of the Curia; they surely existed before, though probably not in the same form, but it remains a matter for further research to reconstruct their activity from the series that survived, mainly the Bishops’ (or his substitutes’) documental production.¹³ From the Chancery, there survived a great deal of administrative documentation, such as “dispatch books”, “quinquennial reports”, diocesan statistics, “inventory books”, some of these in quite sequential sets.¹⁴ The activity of the Tribunal, on the contrary, remains scarcely testified, with only a few matrimonial cases for a late period (1945-1949)¹⁵.

To get to know the economic basis of the diocese, as well as the management of its wealth, are most important the documents of the “Procurator”

¹⁰ *Inventory*, p. 28.

¹¹ *Inventory*, pp. 38-39.

¹² *Inventory*, p. 38.

¹³ *Inventory*, pp. 21-22.

¹⁴ *Inventory*, pp. 24-25.

¹⁵ *Inventory*, p. 25.

section (1886 onwards), where it will be found some of the most complete series of the HADC¹⁶. Thus, there are several series of different expenses registry (such as “journals”, “annual account books”, “monthly account books”, “bank account books”, “registry of mass stipends”), as well as documents from the diocesan administration of legacies, or documents from the diocesan activity in planning and building different equipments. It is surely an indispensable documentation to understand how the last *Padroado* Bishops managed their different resources in order to fulfill the program of modernization of the diocese that was set from the beginning of this last period. For previous times, the research has much less material, and the scarce evidence is to be found in the “Bishop” section, in series such as “missionaries’ service record” or “parishes and institutions accounts revision”.¹⁷

The life of dioceses, however, is not only the Bishops’ and their close assistants activity. It looms large from it. In the HADC, the proof of this statement are the large amounts of documents that testify the vitality of the diocesan life, in what concerns all levels of education, assistance, presence of religious orders, existence of lay associations. This is true mainly for the period of 1886 onwards,¹⁸ but there also some very interesting examples for previous times: several confraternities of the parish of Our Lady of Hope in Vypeen island, for the period 1761-1827;¹⁹ and the seminary of Allepey for the “double jurisdiction” period,²⁰ in which it was founded, as a mean of fighting the *Propaganda Fide* influence and criticism.²¹ The confraternity material, though not abundant, is immensely interesting, throwing light on many forgotten aspects of the Cochin previous to Dutch conquest, and on the continuities despite the changes. For instance, it is a local tradition, on present days, that the “Quiroz St.”, near Bishop’s House, in Fort Cochin, takes its name from a Dutch proprietary. Or, among the documents of the confraternities, we find several testimonies of a certain Carlos Marques de Queiroz, rich landowner and a Vypeen parishioner, member of one of the parish confraternities...

Though the HADC doesn’t have these institutions own documentary production, – which is either lost or, hopefully, kept in their precincts –, there will be found all the documents produced in the relationship between these institutions and the Curia.²² Among these are generally fundamental series, in the planning, executing and economical fields of those institutions’ lives. On a more broad scope, the simple listing of all the religious orders, lay asso-

¹⁶ *Inventory*, pp. 25-26.

¹⁷ *Inventory*, p. 21.

¹⁸ *Inventory*, pp. 26-29.

¹⁹ *Inventory*, p. 21.

²⁰ *Inventory*, p. 22.

²¹ Casimiro Cristóvão da NAZARETH, *Mitras Lusitanas no Oriente*, p. 143, Lisboa/Nova Goa, 1913/1924.

²² *Inventory*, pp. 26-29.

ciations, schools of different levels, orphanages, etc, present in the HADC, provides a first and impressive idea how the reconstruction of the diocese was deep and rapidly done, specially in the last 80 years of the *Padroado* existence.

Finally, there is an enormous amount of documents from the diocesan circumscriptions – districts and parishes.²³ The wealth of the information is considerable. Again, a large part of the documentation is on the relationship between the Bishops and these entities – correspondence, reports of sacramental and economical activity. The inward documentary output of the parishes will not be found here, and for many is probably lost. But the series existent in the archives also allow to reconstruct, if not only partially, the parishes' own life. And this is certainly true for a fundamental part of it, the administration of sacraments (baptism, marriage and extreme-unction), since the HADC shelters hundreds of parish registers, which were sent periodically to the Curia. Through this kinds of documents, a large and different amount of research can be done – in the life of church and lay people, to be sure, but also in the demography of the local populations, on parental systems, on toponimy and onomastic, etc. Parish active life seems to have been a major characteristic of Cochin's Diocese, even in the many and long periods that it remained deficient in its major ecclesiastical authorities. This explains, probably, how it survived, and how each top-organized reconstruction seems to have been quickly successful, but not easy. In fact, the older documents of the HACH refer to the parish of Our Lady of Hope, in Vypeen, in a period where Portuguese civil authority had disappeared (1676); the local confraternities survived throughout the XVII and XVIII centuries, without Portuguese (nor Catholic) authority, and some of their documents are kept. The correspondence from parishioners is huge, whenever a new bishop arrived, or major reforms were undertaken. Let us finish with a remarkable exemple of this. In the late XIX century and shortly after the formal reinstallation of *Padroado*, the Bishops attempted to create inter-caste schools, and to promote inter-caste marriages. The issue provoked enormous outbursts of letters to the Bishop, or even to the Pope, pro or against, but in either case asserting the vitality of religious and civic life of Cochin diocese – and this can be discovered from the holdings of the HADC.²⁴

²³ *Inventory*, pp. 21, 22, 29ss.

²⁴ *Inventory*, p. 23.

Recensões

Alan STRATHERN, *Kingship and Conversion in Sixteenth-Century Sri Lanka: Portuguese Imperialism in a Buddhist Land* (University of Cambridge Oriental Publications, 66), Cambridge, Cambridge University Press, 2007. ISBN 9780521860093. GBP 55.00, USD 99.00

Embora sem a continuidade que seria porventura desejável, o número dos trabalhos de história da expansão portuguesa empenhados em ir para além do foro do estritamente «lusu-português» tem vindo a aumentar ao longo das últimas décadas; trabalhos relacionados de uma maneira ou de outra com as propostas lançadas por Jean Aubin e Geneviève Bouchon na década de 70, ainda que talvez mais directamente radicados no labor de Luís Filipe Thomaz e no ambiente «lusu-asiático» do mestrado de história da expansão que funcionou na Universidade Nova de Lisboa durante os anos 80 e 90. Seja como for, nota-se que os estudos mais assumidamente «orientalistas», que fazem um uso competente da documentação portuguesa para fins exteriores ao âmbito lusitanista têm vindo a escassear. Mesmo na historiografia indiana, que é talvez a que mais intensamente se debruçou, na Ásia, sobre materiais portugueses e neerlandeses, é de notar uma certa estagnação depois dos principais trabalhos de Om Prakash e Sanjay Subrahmanyam.

Provando que é possível renovar a dinâmica dentro de um quadro teórico reformulado, chega-nos o extraordinário livro de Alan Strathern, *Kingship and Conversion in Sixteenth-Century Sri Lanka*. Formado em História com interesses específicos no budismo e em teoria antropológica, Strathern não é um lusitanista. Chegou à documentação portuguesa porque nela se reflecte uma série de temas que considera centrais para a história do Sri Lanka. Porém, o rigor com que analisa estes materiais, usando de forma combinada traduções e versões originais, é notável. Embora a opção de trabalhar com traduções seja naturalmente problemática, há-que notar que, na actualidade, nenhum historiador combina um conhecimento aprofundado do português e do cingalês da época em questão. Assim, o trabalho de Strathern acaba por tomar uma posição de relevo num nicho pequeno, mas importante, e mostra como é possível abrir novos campos de reflexão com ajuda das fontes portuguesas, combinando-as com outras, de origem asiática.

Com *Kingship and Conversion*, Strathern conclui um projecto que, ao longo dos últimos seis anos, se manifestou numa série de artigos publicados em revistas internacionais. O quadro teórico-metodológico do livro é apresentado numa introdução densa e estimulante. Nela, o autor começa por referir a relevância premente dos trabalhos de história colonial no Sri Lanka da actualidade, país dilacerado por uma guerra civil que dura desde 1983 e por uma crescente politização do passado, nomeadamente do chamado «período português» (1506-1658). Identificam-se com alguma facilidade dois caminhos alternativos para qualquer análise do passado desse país: um caminho «tradicionalista», enfatizando a extraordinária longevidade de certos traços da cultura cingalesa desde a sua consolidação no âmbito da civilização clássica de Anuradhapura (séculos I-IX) até aos dias de hoje; e um caminho «historicista», onde o passado é feito de rupturas e descontinuidades. É esta a via escolhida por Strathern, embora sem descartar inteiramente a possibilidade de certos rasgos da primeira.

Mais do que uma narrativa completa dos acontecimentos que levaram ao estabelecimento de uma presença portuguesa institucionalizada no Sri Lanka no século XVI (para isso possuímos *Os Portugueses e o Mar de Ceilão*, de Jorge Flores, e também *A aprendizagem de Ceilão*, trabalho nosso), *Kingship and Conversion* fornece «a series of explanatory

contexts for the events of this time» (p. 6). Uma das questões que coloca no centro da sua análise é como foi possível a presença portuguesa, relativamente limitada no espaço, embora não no tempo, causar uma ruptura tão profunda nos tecidos políticos, religiosos e sociais do Sri Lanka. Para fornecer uma resposta, Strathern divide a discussão em três secções: uma primeira («The temporal»), que trata da cultura política local e da natureza da presença portuguesa em tal âmbito; uma segunda («The spiritual»), na qual se discutem questões ligadas à religião e ao conceito de conversão; e por fim uma terceira («The temporal and the spiritual»), a mais ambiciosa de todas, onde se junta a análise do político e do religioso em torno dos conceitos de «realeza» e «conversão».

O primeiro capítulo chama a atenção do leitor para a necessidade de uma crítica historicista dos conceitos de estado e realeza na Ásia meridional. Ao mesmo tempo, realça também um ponto que coloca o Sri Lanka numa posição ambígua, visto que o perímetro da ilha foi objecto, desde cedo, de uma interpretação simbólica forte, enquanto fronteira política e cultural. Fronteira importante e porosa ao mesmo tempo, permitindo interacções com a Índia do Sul e, mais tarde, com o Estado da Índia. Assim foi possível o recrutamento de portugueses para as forças militares locais, seguindo regras que estes, desde cedo, começaram a desrespeitar.

No capítulo 2, o autor passa em revista, embora sem a aprofundar muito, algumas características da expansão portuguesa na Ásia com o escopo de relativizar certos conceitos excessivamente cristalizados na historiografia do Sri Lanka a respeito do imperialismo português, do seu monolitismo, e da sua agressividade inerente – embora no fim Strathern não descarte o conceito em si («Portuguese imperialism»). As diversas facetas da presença portuguesa no Sri Lanka são exploradas no capítulo 3. Aqui aparecem, num fascinante mosaico político-social, os mercenários portugueses que serviram Bhuvanekabahu VII, rei de Kotte (1521-51), os primeiros oficiais da coroa portuguesa despachados para a ilha nos anos 40, e os mercadores portugueses estabelecidos em Columbo, que a coroa começaria a tentar controlar por essa época.

A figura central do segundo quartel do século XVI, o rei Bhuvanekabahu VII, é dissecada no capítulo 4. Aqui, Strathern explora algumas ambiguidades inerentes ao relacionamento do rei cingalês com as autoridades portuguesas e com personagens portugueses presentes no seu reino em geral. Um dos pontos mais importantes neste contexto é a interpretação cingalesa do contrato de vassalagem estabelecido entre Kotte e Lisboa, a partir de 1518, com vantagens comerciais crescentes para o lado português. É neste âmbito que Strathern fornece uma releitura minuciosa do programa iconográfico de duas caixas de marfim fabricadas em Ceilão no contexto das iniciativas diplomáticas de Bhuvanekabahu na corte portuguesa, em 1542-43 e 1547 (ambas conservadas em Munique). Nos painéis finamente cinzelados destes objectos de prestígio, identificam-se todos os sinais de uma interpretação local do contrato de vassalagem que deixava intocada a dignidade do rei budista. Esta visão, por mais sofisticada que fosse, acabou por não evitar o aumento das tensões entre as duas coroas, essencialmente devido ao comportamento dos agentes portugueses presentes no terreno até à morte violenta de Bhuvanekabahu, em 1551.

A segunda parte do livro identifica as missões franciscanas da Província da Piedade, iniciadas na ilha em 1543, como um dos principais factores de ruptura. Strathern discute com mestria as possíveis relações entre o movimento de conversões gerado na década de 40 e o sistema de castas, entrando assim no problemático campo das ligações entre religião, coesão social e autoridade política. Um dos problemas focados é a posição dos Karavas, pescadores (e por vezes mercenários) relativamente abertos à conversão cristã, face ao resto da sociedade sri lankesa. Até que ponto as suas conversões influíram na percepção que a elite budista teve do catolicismo? Até que ponto estava em marcha ou não, ao mesmo tempo, um movimento de bramanização análogo ao do subcontinente indiano?

Seria possível a conversão ao catolicismo sem uma perda de pureza ritual no âmbito do sistema social vigente? Outros pontos discutidos incluem problemas de índole mais prática, por exemplo no tocante aos direitos dos convertidos na sociedade de Kotte. Que poderes tinha o rei para alienar os bens dos seus súbditos decididos a seguir a fé católica? Que direitos teriam os missionários para doutrinar e pressionar a elite do reino a tomar o baptismo? Até que ponto seria possível para Bhuvanekabahu resistir ao movimento de conversão?

A fim de avançar na resposta a estas perguntas, Strathern fornece no capítulo 6 uma concisa e clara discussão do conceito de conversão operante entre os missionários do Padroado na época em questão. Por outro lado, discute no capítulo seguinte as configurações e os significados sociais, políticos e religiosos do budismo cingalês. O que significava ser budista antes da época contemporânea? E que sentido tomava na interacção com os portugueses «the myriad ways in which 'doctrinal' Theravada Buddhism was combined with a great range of other beliefs and practices that evolved on the island [...] often in creative response to the varied religiosities of South India» (p. 125)? Por outras palavras, quais eram os interstícios em que o cristianismo podia negociar um espaço para expandir-se e criar raízes na população lankesa? Trata-se aí de uma questão de espaços sociais, mas também de poder. Strathern identifica uma das principais diferenças entre catolicismo e budismo na divisão cristã entre clero regular e secular, que teria permitido a este último desenvolver «a more this-worldly nexus of power independent from the state» do que era o caso no sangha (comunidade monástica) budista do Sri Lanka (p. 126). Daí talvez, também, a importância social e política da presença de hindus na corte e em geral na sociedade do reino de Kotte, que é discutida nas páginas seguintes. O principal motivo subjacente a estas perguntas prende-se com a capacidade dos reis cingaleses para exercer o seu tradicional padroado sobre o sangha. Segundo Strathern, esta capacidade – e por conseguinte o status dos monges na ilha – estiveram intactos ainda na década de 1540-50. Para mais, o final do capítulo traz também uma série de indícios sobre a capacidade budista em traçar fronteiras entre a sua tradição – essencialmente soteriológica, embora tocada pelos inícios de uma divinização do Buda e dos bodhisattvas análoga à da tradição mahayana – e outras. Tentando retrair uma visão budista sobre o cristianismo, Strathern argumenta que o sangha terá visto a sua doutrina como estando situada a um nível diferente da católica, comparada, possivelmente, com heresias budistas do passado. A natureza do cristianismo teria sido, aos olhos de muitos budistas cingaleses, essencialmente teística, e não soteriológica. Daí, ironicamente, a possibilidade, desde um ponto de vista budista, de acomodar as duas realidades lado a lado, de abrir um espaço – o espaço tradicionalmente ocupado pelo rico panteão hinduizante associado ao budismo cingalês – ao Deus dos portugueses, identificado essencialmente como mais uma divindade, e não como um caminho de salvação que pudesse competir directamente com a doutrina budista. Não surpreende, assim, que o autor afirme que a ideia católica, ou mais geralmente monoteísta, de conversão – «the process of sloughing off all past habits and identities and acquiring a new persona» (p. 135) – era estranha ao budismo cingalês.

A terceira parte do livro abre com um capítulo sobre as obrigações religiosas dos reis cingaleses. Um dos motivos expressos com frequência por variados soberanos da Ásia meridional para resistir à pressão missionária católica era o medo do descontentamento popular. Este argumento é, segundo a análise de Strathern, coerente no que toca ao Sri Lanka porque remete para a natureza peculiar do compromisso entre rei e povo na tradição cingalesa. Desde o século XII-XIII, circulava o argumento explícito de que o rei tinha de ser budista. Tinha de o ser não apenas por uma questão de padroado, mas também ritual: o comportamento religioso do soberano teria uma influência directa sobre a prosperidade do reino, e quebrar esta regra significaria atrair o caos – ou abrir as portas ao regicídio, isto é, ao restabelecimento da ordem por um usurpador: «if one aspect of righteous

rule was simply the dutiful performance of such rites – rites which may have actually constituted as well as expressed the quasi-divine attributes of kingship – the radical implications of conversion are immediately apparent» (p. 151). Será esta a razão pela qual a maioria dos indivíduos de linhagem régia baptizados ou dispostos a tomar o baptismo surge em contextos de subalternidade ou marginalidade: príncipes deserddados, candidatos desesperados aspirando ao trono de Kotte ou a outros tronos menores.

Se Bhuvanekabahu resistiu à pressão dos missionários capuchos até ao fim, o mesmo já não acontece com o seu neto e sucessor, Dharmapala, baptizado sob alguma pressão em 1557 e chamado a partir de então Dom João. A conversão de Dom João fornece a Strathern a oportunidade de testar, no capítulo 9, as hipóteses construídas anteriormente. De facto, os efeitos da conversão do jovem rei foram desastrosos, acarretando deserções em massa e levando a uma vasta rebelião no reino de Kotte. Ainda assim, Strathern resiste à tentação de tirar ilações fáceis. Coloca sim uma questão crucial: se Dharmapala se tornou cristão, significa isto que os seus inimigos o eram essencialmente enquanto budistas? Qual era a relação entre realeza, budismo e identidade étnica cingalesa no vizinho reino de Sitawaka, que se consolidou militarmente na sua oposição a Kotte durante os anos de 1550-80? O que Strathern extrai de uma série materiais pouco conhecidos – nomeadamente o *Sitavaka Hatana* (c. 1585), um poema de guerra cingalês de uma virulência anti-portuguesa notável – é que a antítese se foi construindo ao longo das décadas, e que esta construção se estruturou mais em torno de conceitos como a «unidade» ou o «amor pelo país» do que em termos étnico-religiosos claros. A situação é tanto mais intrincada que Rajasingha, o último rei de Sitawaka (morto em 1593), começou por ser um bom patrono budista, mas a dado momento se «passou» para o culto de Shiva.

A fim de explicar este acto, Strathern recorre aos recentes trabalhos de John C. Holt, historiador que identificou a destruição do templo de Upulvan em Devinuwara, no Sul da ilha, pelos portugueses em 1587, como um momento chave para o abandono dessa divindade tradicionalmente associada ao universo budista, em favor de um deus mais marcadamente exógeno. No entanto, conforme nota Strathern, permanece em aberto até que ponto a passagem de um padroado a outro equivaleu a uma «conversão» no caso de Rajasingha, que manteve, por exemplo, a tradicional proximidade com a relíquia do Dente de Buda, símbolo essencial da realeza cingalesa. Ao que parece, o percurso de Rajasingha esteve marcado por um projecto pessoal de poder e, em última instância, de deificação, de um reconhecimento geral do seu poder sobrenatural (p. 192).

No último capítulo, Strathern consolida as suas interpretações para as décadas tardias do século XVI. Um dos aspectos realçados é como a segunda metade do século trouxe um incremento de «guerra religiosa» («theological warfare»), em boa parte devido à radicalização trazida, do lado português, pelo Concílio de Goa de 1567. Mesmo aqui, porém, o autor resiste à tentação de seguir por uma via interpretativa demasiado fácil. Fornece sim uma leitura nova e fascinante de uma terceira caixa de marfim, fabricada em Kotte c. 1557 para celebrar o baptismo de Dharmapala e a crescente proximidade entre as casas reais de Kotte e de Avis (hoje em Londres). A partir daqui, é lógico que o argumento se aproxime das conversões operadas no seio daquela elite cingalesa que permanecia em Colombo nos anos 90, numa altura em que a cidade era já controlada pelos portugueses e começava a servir de base para as primeiras campanhas de conquista territorial. Ironicamente, os excessos e a morte de Rajasingha acabaram por trazer a Dom João Dharmapala uma renovada aura de legitimidade, já nos seus dias finais de velho converso, perto da sua morte em 1597. Para mais, e conforme temos também vindo a argumentar, não foi de todo sem legitimidade local que o Estado da Índia logo construiu a sua própria figura régia, o capitão-geral da conquista de Ceilão Dom Jerónimo de Azevedo. Recorrendo à metáfora, Strathern conclui: «the clothes of political legitimacy could be cut from a range of different fabrics – if of diminishing quality» (p. 211).

Como é evidente, os limites da adaptação/tradução intercultural eram variados, e o resto do capítulo vem reafirmar a existência de algumas divisões intransponíveis entre a realeza budista e o *Ersatz* católico-português. A figura central deste processo é Vimaladhar-masuriya, rei apóstata de Kandy, no interior de Ceilão, que teve a escolha entre tornar-se rei cristão ou budista antes de ter optado pela segunda via. A sua corte, visitada em 1602 pelo enviado neerlandês Joris van Spilbergen, demonstrava sinais de ocidentalização, mas acabou por sedimentar-se em moldes mais tradicionais: «when they finally settled it was into the largely traditional and familiar contours of Kandyan kingship, structures of the long term persisting under the surface swirl of events» (p. 217). É talvez com esta fórmula quasi-braudeliana que Strathern mais claramente demonstra como está aberto a múltiplas soluções, e disposto a levar os seus argumentos até onde for necessário para encontrar uma interpretação convincente dos factos. Mesmo aqui, a solução proposta não se queda aliás por um recurso indolente às velhas estruturas da *longue durée*. Antes pelo contrário, o regresso às estruturas é interpretado à luz do percurso pessoal do rei de Kandy, da sua apostasia e da sua capacidade em distinguir entre várias tradições religiosas possíveis, incluindo agora a católica e a protestante.

Na sua recta final, o livro enfrenta a grande questão que se coloca no âmbito da historiografia do Sri Lanka depois de tudo o que ficou dito até aqui: qual era – se é que existiu – a identidade comum dos que enfrentavam os portugueses em guerras e rebeliões por toda a ilha a partir de 1594, início oficial da «conquista de Ceilão»? O argumento torna-se aqui particularmente complexo, e bastará talvez, no presente contexto, indicar que Strathern se inclina para uma identidade de tipo indigenista, sem ligação clara a um estado budista particular, mas com uma crescente insistência em referir-se geográfica e historicamente à ilha de Lanka. Ao mesmo tempo, chama a nossa atenção para a racia-lização dos discursos portugueses sobre os *chingalas*, análoga talvez, embora aqui com conteúdos mais ligados à cor, à construção de um antagonismo luso-castelhano durante a mesma época (p. 230).

É por vezes desconcertante a complexidade do raciocínio de Strathern, mas na conclusão o leitor encontra uma tentativa de sistematização das opiniões do autor sobre o indigenismo surgido no Sri Lanka durante o «período português»: um indigenismo baseado em certo sentimento étnico («Sinhalaness»), mas também, talvez com mais importância, num identidade geográfica («Lankaness») (p. 236); que coabitava com certo cosmopolitismo, com uma «xenofobia selectiva» e «espasmódica» (p. 240); que esteve associado ao ressurgimento do budismo, mas sem abandonar outras práticas religiosas não-cristãs (p. 241); que se viu desprovido de uma ligação forte a um estado unitário (p. 244); que se manteve aberto à importação selectiva de elementos estrangeiros, embora contrário à imposição de um governo estrangeiro, nomeadamente português (p. 247); e por fim, um indigenismo que estipulou uma relação estreita entre a população e os seus reis, ainda que sem noções claramente cristalizadas de exclusivismo religioso.

Para concluir, Strathern fornece ainda uma última prova de quão longe é possível ir com os materiais de que dispomos para o século sem os violentar: *mutatis mutandis*, o budismo dos reis cingaleses, aparentemente capaz de conviver com uma multiplicidade de práticas religiosas, acaba, quando reemerge dos turbilhões conjunturais para reconso-lidar-se em moldes afinal reminiscentes de tradições muito antigas, por ser profundamente análogo ao cristianismo dos reis de Portugal: um fenómeno de intransigência, radicado nas origens comuns de ambas as religiões, na jasperiana época axial (Karl Jaspers, *Vom Ursprung und Ziel der Geschichte*, 1949 / *The Origin and Goal of History*, 1953). Conforme nos alerta também numa penúltima nota de rodapé, «this comparison works on an unusually abstract level only» (p. 251).

Estamos sem dúvida perante um dos livros mais empolgantes publicados no âmbito da história da expansão portuguesa *lato sensu*, e talvez o mais arrojado pelo uso que faz

das fontes portuguesas na exploração de um pedaço da história da Ásia. Um livro de difícil leitura e tradução, mas que mais cedo ou mais tarde se tornará numa referência obrigatória para todos os que estão empenhados em levar adiante, seriamente, uma historiografia da Ásia e da expansão portuguesa que ultrapasse as fronteiras de países tão pequenos, mas com um significado tão amplo como o Sri Lanka e Portugal.

ZOLTÁN BIEDERMANN

Department of Iberian and Latin American Studies,
Birkbeck College, University of London

José Manuel GARCIA, *O Livro de Francisco Rodrigues – O Primeiro Atlas do Mundo Moderno*. Planificação cartográfica de Miguel Nogueira; transcrição paleográfica de Cristina Cunha. Porto: Editora da Universidade do Porto, 2008, 135 p.: il.; 136 fac-símiles. ISBN: 978-972-8025-78-6.

Homem mancebo de mui bom saber

O *Livro* de Francisco Rodrigues constituiu um dos mais impressionantes testemunhos cartográficos do chamado «tempo épico» de Afonso de Albuquerque (1508-1515). O único exemplar conhecido – manuscrito aparentemente autógrafo – foi descoberto em meados do século XIX na Bibliothèque de la Assemblée nationale, em Paris, pelo 2.º visconde de Santarém. À altura empenhado na ampliação do seu segundo Atlas de mapas antigos, Santarém tratou de obter cópias fac-similadas da totalidade das 26 cartas geográficas insertas no volume, que incluiu entre as 78 cartas-tipo do influente *Atlas composé de mappemondes, de portulans et de cartes hydrographiques et historiques depuis le VI^e jusqu'au XVII^e siècle* (Paris, 1849-1855). Pela mesma altura, escreveu uma extensa notícia a respeito do «Portulano de Francisco Rodrigues», mas que apenas seria dada a conhecer aquando da publicação póstuma do 1.º volume dos seus *Estudos de Cartografia Antiga* (1919)¹. O códice que contém a obra assinada por Rodrigues – e que também integra o mais completo manuscrito conhecido da não menos importante *Suma Oriental que trata do mar Roxo até aos chins* de Tomé Pires (1512-1515) – voltou a ser localizado por Armando Cortesão em 1937, na Bibliothèque de la Chambre des Députés, em Paris. Daí resultaria um conjunto de estudos parcelares, que culminaram na edição quase integral do códice encomendada pela Hakluyt Society (Londres, 1944)². A. Cortesão sintetizaria a sua leitura sobre a figura e obra de Francisco Rodrigues no 1.º volume dos *Portugaliae Monumenta Cartographica*, já depois de Albert Kammerer e Heinrich Winter terem oferecido relevantes estudos complementares sobre o mesmo assunto³.

¹ Visconde de SANTARÉM, *Estudos de Cartografia Antiga*, vol. 1, Lisboa, [1919], Typ. de Alfredo Lamas Motta, pp. 148-156.

² Tomé PIRES & Francisco RODRIGUES, *The Suma Oriental of Tomé Pires, an account of the East, from the Red Sea to Japan, written in Malacca and India in 1512-1515. The Book of Francisco Rodrigues: rutter of a voyage in the Red Sea, nautical rules almanack and maps, written and drawn in the East before 1515*, translated, and edited by Armando Cortesão, 2 vols., Londres, The Hakluyt Society.

³ Albert KAMMERER, *La Découverte de la Chine par les portugais au XVI^e siècle et la cartographie des portulans*, Leyden, E. J. Brill, 1944; Heinrich WINTER, «Francisco Rodrigues' Atlas of ca. 1513», *Imago Mundi*, 6 (1949), pp. 20-26; A. KAMMERER, «L'Océan Indien et l'Extrême Orient d'après les cartons de Francisco Rodrigues. Atlas du Palais Bourbon, entre 1512 et 1514»,

Para reconstruir a biografia de Rodrigues contamos, no essencial, com um punhado de notas dispersas pelos seus desenhos e mapas, duas alusões em outras tantas cartas enviadas por Albuquerque ao rei D. Manuel (Cochim, 1 de Abril e 20 de Agosto de 1512), além de referências pontuais incluídas no 3.º livro de *História da Índia* de Fernão Lopes de Castanheda (Coimbra, 1552), na 2.ª Década da *Ásia* de João de Barros (Lisboa, 1553), na 4.ª parte da *Crónica de D. Manuel* de Damião de Góis (Lisboa, 1567) e na 3.ª parte dos *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque* de Brás de Albuquerque (Lisboa, 1576). Jovem piloto e cartógrafo da confiança do governador, dele diz Albuquerque ter sido o autor de mais do que uma carta decalcada de originais obtidos junto de um piloto javanês e que incluíam a representação da geografia da Ásia marítima, até à China e ao extremo oriental do arquipélago indonésio. Sabemos que Francisco Rodrigues tomou parte na expedição comandada por António de Abreu, que em 1511 zarpou de Malaca em busca das ilhas das Especiarias. No seu *Livro*, Rodrigues intitula-se «Piloto Mor da Primeira Armada que descobriu Banda e Maluco», o que é mais provável que tenha sucedido durante a viagem de regresso, entre Banda e Malaca. Em 1513, recém-regressado das «partes do Sul», integra a armada comandada por Albuquerque que, depois de fracassar a conquista de Adém, entra no mar Vermelho preparada para enfrentar a armada do sultão do Cairo. Nessa ocasião, Albuquerque encarrega-o do primeiro levantamento cartográfico de parte da costa da Abissínia, que Rodrigues terá concretizado num esboço (perdido) que compreenderia os litorais situados entre a ilha de Camarão (Kamaran), a ilha de Dalaca (Dahlak) e o porto de Maçuá (Massawa). Finalmente, sabe-se que Rodrigues foi um dos capitães da expedição comandada por Simão Peres de Andrade que navegou até ao litoral de Cantão em 1519.

O volume correspondente ao *Livro* de Francisco Rodrigues ocupa os primeiros 116 fólios do códice de Paris (os restantes são preenchidos com a *Suma Oriental* de Tomé Pires, escrita na mesma qualidade de papel no qual aparece o trabalho de Rodrigues). Trata-se de um documento compósito, que integra vários elementos próprios de um livro de marinharia, as referidas 26 cartas geográficas e uma série de 69 folhas preenchidas com desenhos panorâmicos que representam os litorais norte da correnteza de ilhas compreendida entre Alor e Java ocidental. Boa parte da matéria náutica apresentada, correspondente aos regimentos e tábuas solares, terá sido copiada de livros de marinharia portugueses – por exemplo, a tábua solar simples do *Livro* reproduz a tábua solar única do *Regimento do astrolábio e do quadrante*, chamado *Regimento de Munique* ou *Guia Náutico de Munique* (1.ª edição comprovada: Lisboa, c. 1509), e até a figura com círculos planetários e Zodíaco que aparece no fólio 9r., incluindo a respectiva legenda, é demasiado semelhante à figura impressa na penúltima página do mesmo *Regimento* para se tratar de uma coincidência⁴. Além de regimentos, o *Livro* inclui ainda três breves roteiros: da entrada do mar Vermelho, da viagem de exploração feita em 1513 até Dalaca e um dito *Camynho da China*, com a rota de Malaca ao rio de Cantão. Este último, provavelmente copiado em Malaca de um original asiático com auxílio de pilotos malaio, javaneses ou chineses, será o mais antigo roteiro para a navegação entre Malaca e a China escrito numa língua europeia moderna. Os dois roteiros do mar Vermelho correspondem ao desdobramento de um só.

in *La Mer Rouge, l'Abyssinie et l'Arabie au XVI^e et XVII^e siècles et la cartographie des portulans du monde orientale*, tome 3, 3^e partie, *La Cartographie du monde orientale, mer Rouge, océan Indien et Extrême-Orient jusqu'au XVIII^e siècle. Cartographes portugais et français*, Cairo, Société Royale de Géographie d'Egypte, 1952, pp. 71-101.

⁴ Cf. Luís de ALBUQUERQUE, «Introdução ao primeiro guia náutico português», in *Guia Náutico de Munique e Guia Náutico de Évora*, edição fac-similada com introdução de Luís de Albuquerque, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991, pp. 129-140.

Quanto ao conjunto de cartas seleccionadas por Rodrigues, sugerem fontes e até momentos de composição muito diferentes: 12 cartas com os perfis costeiros da Europa, do Mediterrâneo, do mar Negro, do Brasil e da África Ocidental e Oriental que repõem, no essencial, cartografia portuguesa e outros protótipos de origem europeia preexistentes; 3 cartas com os perfis costeiros situados entre a entrada do mar Vermelho e o estreito de Malaca nas quais se representam múltiplos dados inéditos para a cartografia ocidental; 6 cartas com os perfis costeiros do golfo de Bengala e das ilhas situadas entre Samatra e as Molucas, oferecendo informação inteiramente inédita na Europa da época sobre uma área que foi reconhecida pelo próprio cartógrafo, mas para cuja representação é provável que também se tenha servido de cartas orientais; 5 esboços cartográficos dos perfis costeiros situados entre Malaca e o norte da China, incluindo talvez a Formosa, as Filipinas e até o Japão (este caso o mais incerto de todos), que tornam a revolucionar o conhecimento europeu sobre a geografia desta parte da Ásia marítima, ao mesmo tempo que assinalam uma dependência muito vinculada em relação aos protótipos orientais sobre os quais repousam. Enfim, na referida série de desenhos panorâmicos das ilhas meridionais do arquipélago indonésio – ricos de pormenores sobre a topografia, a vegetação e até o povoamento e outros aspectos da vida material desta margem do mundo cultural austro-asiático – Rodrigues constrói uma representação inédita em toda a cartografia portuguesa da época hoje conhecida, de novo essencialmente fundada na sua própria leitura visual dos territórios observados.

Na tábua de matérias que abre o *Livro*, Rodrigues elenca os regimentos náuticos, tal como todas as cartas até Malaca. A ausência nesse índice de qualquer referência aos três roteiros e àquelas que constituem as partes mais valiosas do conjunto – as cartas do arquipélago indonésio e os esboços do espaço marítimo articulado em torno do mar da China Meridional – sugere uma compilação apressada. Tal também é patente nos quatro fólios destinados à junção de outras cartas nos quais apenas aparecem desenhados troncos-de-léguas e rosas-dos-ventos. A falta do esperado roteiro da viagem a Banda parece ser sinal do mesmo. Confrontados todos os indícios disponíveis, Armando Cortesão sustentou que as cartas da Insulíndia e da China foram completadas *c.* 1513 e que o *Livro* terá sido remetido da Índia para Lisboa *c.* 1514⁵. Lendo o frontispício do *Livro*, A. Cortesão também escreveu que este manuscrito – tal como a *Suma Oriental* – se encontra dedicado a D. Manuel, leitura que não tem merecido discussão. No fol. 5r. vê-se haver sido acrescentada a palavra *Osorio*, o que contribui para que amiúde se repita que o volume poderá ter pertencido a D. Jerónimo Osório (1506-1580), o erudito bispo de Silves. Não existe certeza sobre as circunstâncias em que o códice foi levado para fora de Portugal. Sabe-se apenas que pertenceu ao conde Charles-Pierre Claret de Fleurieu, hidrografo e estadista francês do século XVIII, que em 1798 vendeu em leilão a sua biblioteca e colecções geográficas.

Cochim, circa 1515

Com a chancela da Editora da Universidade do Porto e o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, José Manuel Garcia traz-nos a primeira edição fac-similada do *Livro de Francisco Rodrigues* guardado na Bibliothèque de la Assemblée nationale, em Paris (Ms. 1248, E/D 19). Garcia antecede-a de um estudo dedicado à figura e à obra do piloto-cartógrafo. Este texto retoma, mas também ajusta, algumas conclusões que constam de notas e estu-

⁵ Cf. Armando CORTESÃO, «Introdução», in Tomé PIRES & Francisco RODRIGUES, *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, leitura e notas de Armando Cortesão, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1978, pp. 98-101; Armando CORTESÃO & Avelino Teixeira da MOTA, *Portugaliae Monumenta Cartographica [PMC]*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, pp. 83-84.

dos anteriores que o autor consagrara ao mesmo tema⁶. Na Parte I desta introdução, intitulada «Francisco Rodrigues: um pioneiro da moderna cartografia do Oriente» e dividida em três capítulos, Garcia passa em revista as alusões abonatórias que Albuquerque deixou a respeito de Rodrigues e dos seus méritos como fazedor de «padrões», sublinhando que todas elas são anteriores à realização das principais peças que viriam a ser incluídas no *Livro*. Sublinha-se também aqui a articulação que Rodrigues desde cedo demonstrou saber fazer entre os princípios cartográficos ocidentais e os ensinamentos registados nas cartas orientais ou transmitidos pelos pilotos e outros interlocutores asiáticos, uma prática que se revelou decisiva para a extraordinariamente rápida aprendizagem do Índico que os portugueses consumaram na transição do século XV para o século XVI. Ainda a propósito deste aspecto, lembra-se com propriedade que mapas coevos como o planisfério (truncado) de Piri Re'is (1513) expõem, neste caso para a cartografia otomana, uma capacidade de incorporação de regras cartográficas alheias até certo ponto equiparável àquela praticada por Rodrigues (Parte I, Cap. 1 – «Malaca: 1511»)⁷.

O contexto e o significado geográfico da expedição enviada à descoberta das ilhas das Especiarias sob comando de António de Abreu são passados em revista no capítulo seguinte (Parte I, Cap. 2 – «A primeira viagem às Molucas: 1511-1512»). Também se aflora a probabilidade da carta que representa a Insulíndia Oriental (fol. 37) ter por matriz uma carta asiática semelhante àquela que fora reproduzida por Rodrigues com auxílio de um interlocutor javanês, conforme as indicações deixadas a este respeito por Albuquerque em 1512. A atestá-lo estarão, de imediato, várias discrepâncias notadas entre alguns alinhamentos e alguma da toponímia desta carta e a representação dos mesmos espaços nos desenhos panorâmicos com as vistas das ilhas da Insulíndia que Rodrigues fez em 1512. Esta tese é desenvolvida adiante, na notícia explicativa dedicada a esta imagem (pp. 86 e 98-99).

A participação de Francisco Rodrigues na expedição a Adém e ao mar Vermelho empreendida por Afonso de Albuquerque em 1513 é o primeiro dos temas tratados no ponto seguinte desta introdução (Parte I, Cap. 3 – «Entre o Índico ocidental e a China: 1513-1519»). O traçado do mar Vermelho que aparece no fol. 27 do *Livro* de Rodrigues é associado ao reconhecimento de parte da costa da Abissínia que o piloto realizou a bordo da caravela de João Gomes, em 1513, pese embora faltar uma prova tangível disso mesmo, como aconteceria caso aí aparecessem assinalados os principais topónimos que o próprio regista no roteiro da viagem para Dalaca. Na mesma linha, Garcia também sugere a hipótese de que a representação da ilha de Barém e do baixo golfo Pérsico desenhada no fol. 28 (com a costa sudeste da Arábia até Ceilão) tenha tido por base um levantamento efectuado pelo mesmo cartógrafo. Para o efeito, Rodrigues haveria de ter tomado parte no reconhecimento de Socotorá, golfo de Adém e Ormuz realizado entre Julho e Setembro de 1514 pela armada de Pêro de Albuquerque, cumprindo ordens de Afonso de Albuquerque (pp. 20 e 80)⁸.

⁶ Cf. José Manuel GARCIA, «Tesouros da cartografia portuguesa», in Joaquim Romero MAGALHÃES, João Carlos GARCIA & Jorge Manuel FLORES (coord.), *Tesouros da Cartografia Portuguesa*, Lisboa, Edições Inapa/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 87-88; J. M. GARCIA, «Other Maps, Other Images: Portuguese Cartography of Southeast Asia and the Philippines (1512-1571)», in *The First Portuguese Maps and Sketches of Southeast Asia and the Philippines, 1521-1571*, [s.l.], Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático, 2002, pp. 11-29.

⁷ Cf. Jerry BROTON, *Trading Territories – Mapping the early modern world*, Londres, Raktion Books, 1997, pp. 103-114.

⁸ Cf. Zoltán BIEDERMANN, «Ormuz et sa région dans les cartes portugaises du XVI^e siècle», in Dejanirah COUTO & Rui Manuel LOUREIRO (eds.), *Revisiting Hormuz – Portuguese Interactions*

Trata-se de uma sugestão pertinente, tal como aquela que considera a possibilidade de Rodrigues, estando em Cochim, ter recebido directamente de Tomé Pires a indicação sobre a viagem que o capitão João Lopes de Alvim fez a Java entre Março e Junho de 1513, levando o próprio Pires como feitor da armada, e que aparece registada num topónimo da carta do fol. 30 do *Livro* (costa de parte das ilhas de Samatra, Java e outras vizinhas). Se assim foi, confirmar-se-ia o encontro entre Rodrigues e Pires na Índia, entre 1515 e o início de 1516, tendo de diferir-se ligeiramente a data de conclusão e expedição do manuscrito do *Livro* de Rodrigues para Lisboa em relação ao admitido comumente. Segundo J. M. Garcia, este envio ocorreu num dos navios da armada sob comando de D. Garcia de Noronha que deixou Cochim em Janeiro de 1516 (pp. 21, 26 e 84)⁹. A já assinalada unidade formal que existe entre este manuscrito e a cópia de Paris da *Suma Oriental* concorrem no sentido desta tese.

Ao longo dos quatro capítulos que compõem a Parte II do seu estudo introdutório, José Manuel Garcia aborda tanto o contexto histórico em que surgiu o volume compendiado por Francisco Rodrigues, como aquele em que se procedeu à sua primeira publicação parcial, em meados do século XIX, pela mão do visconde do Santarém. J. M. Garcia começa por confirmar a natureza autógrafa do manuscrito de Rodrigues, mas adopta a interpretação paleográfica de Cristina Cunha, que considera que as palavras de abertura que se pensava corresponderem a «ENMANUEL» (suposta dedicatória ao rei) devem ser antes lidas como «EN NOME DE» (JHESUS). Ao recuperar os poucos dados já conhecidos sobre os distintos proprietários da obra, Garcia demonstra que a assinatura com o nome Osório e as breves anotações saídas da mesma mão detectáveis em outras partes do códice não correspondem à assinatura conhecida e ao tipo de letra de D. Jerónimo Osório (Parte II, Cap. 1 – «O manuscrito e o conhecimento do livro de Francisco Rodrigues»).

De seguida, a substância e a natureza complementar das matérias tratadas nas obras de Francisco Rodrigues e Tomé Pires é interpretada à luz das ambições geopolíticas de D. Manuel e das informações que a Corte portuguesa reclamava para as sustentar, desde logo cartográficas. Grupo de cartas a grupo de cartas, tenta confirmar-se aqui que a preparação do conjunto reunido por Rodrigues faz sentido para o período compreendido entre 1511 a 1515 e no quadro dessa política oficial.

Assim, a carta do Brasil faria eco de um modelo de representação concluído na sequência da viagem do armador Jorge Lopes Bixorda, regressado a Lisboa em 1513; o modelo de representação de Madagáscar faria eco da viagem de exploração desta ilha realizada por Rui Figueira e Pêro Anes em 1514-1515; como dito, o modelo de representação da entrada do mar Vermelho faria eco da viagem de exploração de 1513 em que o próprio cartógrafo teria tomado parte; como também ficou dito, o modelo de representação do golfo Pérsico faria eco da expedição de Pêro de Albuquerque de 1514, contando – também eventualmente – com a participação directa de Rodrigues; as repetidas representações de Ceilão fariam eco do interesse dos mercadores e negociantes de Cochim por aquela ilha que Lopo Soares de Albergaria até certo ponto apadrinhou, depois de tomar posse do

in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period, Wiesbaden, Calouste Gulbenkian Foundation/Harrassowitz Verlag, 2008, pp. 126-127.

⁹ Cf. A. CORTESÃO & A. Teixeira da MOTA, *PMC*, vol. 1, pp. 79 e 84; A. CORTESÃO, «Introdução [à *Suma Oriental* & *Livro de Francisco Rodrigues*]», pp. 100-101; Francisco Roque de OLIVEIRA, *A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500-c. 1630. Impressos e manuscritos que revelaram o mundo chinês à Europa culta*, vol. 1, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, 2003, pp. 414-416 <<http://www.tdx.cesca.es/TDX-1222103-160816/>>; Xavier de CASTRO, «Les premières cartes des Moluques», in *Le voyage de Magellan (1519-1522) – La relation d'Antonio Pigafetta & autres témoignages*, édition de Xavier de Castro en collaboration avec Jocelyne Hamon & Luís Filipe Thomaz, Tome 1, Paris, Éditions Chandeigne, 2007, pp. 266-267.

governo do Estado da Índia, em 1515; o modelo de representação da ilha de Java faria eco dos registos obtidos durante a viagem de Lopes de Alvim/Tomé Pires, em 1513, possivelmente transmitidos por este último a Francisco Rodrigues em Cochim, em 1515; por fim, as representações da China e regiões próximas, sem dúvida moldadas sobre protótipos orientais, são lidas à luz dos objectivos políticos que desembocaram na malograda embaixada de Tomé Pires a Pequim, enviada de Cochim em 1516 (Parte II, Cap. 2 – «Considerações sobre a conjuntura em que surge o livro de Francisco Rodrigues»).

Acima notámos a pertinência da sugestão que é feita no sentido de que o traçado de alguns dos segmentos dos litorais do Índico Ocidental apresentados no *Livro* de Francisco Rodrigues possa ser reflexo de uma expedição portuguesa às áreas circunvizinhas do golfo Pérsico como a de Pêro de Albuquerque, em 1514. Do mesmo modo, também considerámos que a hipótese levantada por José Manuel Garcia no sentido de Francisco Rodrigues e Tomé Pires haverem coincidido no Malabar antes da partida deste último para a China abre novas pistas sobre a arrumação final do códice e, naturalmente, sobre a data em que se procedeu ao envio destes materiais para a Europa. Sobre a relação que se sugere existir entre, por um lado, a arquitectura e a selecção das matérias incluídas no códice de Paris e, por outro, a sua importância instrumental no quadro da política imperial portuguesa do reinado de D. Manuel, ela parece-nos indiscutível. Em qualquer caso, pensamos também que não se deve fazer depender em excesso a data de conclusão da generalidade dos mapas que fazem parte do *Livro* de Rodrigues de um conjunto de circunstâncias demasiado tardias. Vejamos três exemplos.

A carta em que se traça o litoral do Brasil entre o cabo de São Roque e Cananeia, com a ilha da Trindade e os ilhéus de Martim Vaz (fol. 22), expõe uma representação do segmento a sul do cabo Frio – o mais sensível do conjunto – que é muito semelhante à que já encontramos no mapa português anónimo conhecido por «Kunstmann III» (c. 1506), com o que não pode ser excluída a hipótese de se basear num protótipo bastante anterior à data em que Rodrigues compilou os seus mapas¹⁰. Mantemos esta ideia, mesmo sabendo que o «Kunstmann III» deva ter sido feito a duas mãos e que o traçado da costa do Brasil é um dos segmentos em que se torna mais claro que a parte americana da carta foi desenhada depois da parte oriental¹¹.

Em segundo lugar, julgamos que não será necessário esperar pelo início do governo de Lopo Soares e pela liberalização do trato com Ceilão que promoveu para encontrarmos uma explicação conclusiva a respeito das três representações desta ilha que aparecem no *Livro* de Rodrigues. Estas não só não acrescentam demasiado às figurações já conhecidas¹², como não é claro o peso que os assuntos cingaleses tiveram no quadro de actuação do governador antes da construção da fortaleza da Santa Bárbara, em 1518¹³. Além disto, os traçados de Ceilão expostos nos fols. 27 e 28 (muito idênticos) diferem consideravelmente

¹⁰ Cf. Isa ADONIAS, *A cartografia da região amazônica – Catálogo descritivo (1500-1961)*, vol. 1, Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963, p. 38.

¹¹ Cf. A. CORTESÃO & A. Teixeira da MOTA, *PMC*, vol. 1, p. 16; Ivan KUPČÍK, *Müncher Portulankarten: «Kunstmann I – XIII» und zehn weitere Portulankarten / Munich Portulan Charts: «Kunstmann I – XIII» and Ten Further Portulan Charts*, Munique/Berlim, Deutscher Kunstverlag, 2000, pp. 35 e 37.

¹² Cf. Zoltán BIEDERMANN, «Perceptions and Representations of the Sri Lankan Space in Sixteenth-Century Portuguese Texts and Maps», in Jorge FLORES (ed.), *Re-exploring the Links – History and Constructed Histories between Portugal and Sri Lanka*, Wiesbaden, Calouste Gulbenkian Foundation/Harrassowitz Verlag, 2007, pp. 241-242.

¹³ Cf. Jorge Manuel FLORES, *Os Portugueses no Mar de Ceilão – Trato, diplomacia e guerra (1498-1553)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998, pp. 134-139; J. M. FLORES, *Hum Curto Historia Ceylam – Quinhentos anos de relações entre Portugal e o Sri Lanka*, Lisboa, Fundação Oriente, 2001, pp. 51-52.

do desenho parcial do fol. 33, o que reforça a ideia de se tratar de um trabalho composto em momentos distintos e em que a capacidade de leitura e tratamento dos levantamentos disponíveis também se revela desigual (inclusive, como é o caso, quando o objecto representado é o mesmo).

Em terceiro lugar, pensamos que não haverá necessariamente que diferir até à altura do hipotético encontro de Francisco Rodrigues com Tomé Pires em Cochim a composição de toda a carta do fol. 30, onde se inscrevem os topónimos da ilha de Java e a legenda que regista a viagem de Lopes de Alvim, em 1513. Trata-se de um espaço já reconhecido pelos portugueses desde 1511-1512, numa circunstância em que o próprio cartógrafo fora protagonista.

José Manuel Garcia escolhe o seguinte capítulo da sua introdução ao *Livro* de Francisco Rodrigues para apresentar uma breve resenha sobre a cartografia portuguesa anterior a 1515. Começando pelo quadro mediterrânico em que se terão forjado as primitivas relações que se julga que esta haverá mantido com a cartografia catalano-maiorquina, prossegue com a referência à recepção em Portugal de conhecimentos italianos relativos ao Oriente documentada para a década de 50 do século XV e detém-se na exportação das primeiras imagens modernas sobre o mesmo horizonte geográfico que acontece a partir do início do século XVI, tal como atestado pelo caso paradigmático da confecção e subtracção do *Planisfério de Cantino*, de 1502. Nota a propósito que, até meados da segunda década do século XVI, para além de Rodrigues apenas estão comprovados mais dois nomes de cartógrafos portugueses activos: Jorge de Aguiar e Pedro Reinol (Parte II, Cap. 3 – «Panorama dos primeiros tempos da cartografia portuguesa»). Em continuação, apresenta o *Livro* Rodrigues como um precedente dos chamados «livros de marinharia» portugueses dos séculos XVI e XVII, a começar pelo *Livro de Marinharia de João de Lisboa*¹⁴. Reforça esta ideia, destacando a obra de Rodrigues como o primeiro atlas universal de uma série de 30 exemplares portugueses dos séculos XVI e XVII – todos eles manuscritos – que chegaram aos nossos dias e que, logo depois desta obra, tem no chamado *Atlas Miller* de 1519 o seu exemplar mais antigo (Parte II, Cap. 4 – «A obra de Francisco Rodrigues entre os livros de marinharia e os atlas universais portugueses»).

Para a terceira parte da introdução ficou guardada a análise detalhada do conteúdo do *Livro* de Francisco Rodrigues, acompanhada da transcrição dos respectivos textos, do desenho dos contornos dos mapas – sobrepostos a mapas com a cartografia actual, excepto para aqueles de matriz oriental, em que tal exercício será sempre mais problemático – e da transcrição das legendas e da toponímia. É também trabalhado com minúcia o conjunto integral das vistas panorâmicas das ilhas do arquipélago indonésio, agrupadas de acordo com a sequência das ilhas apresentadas e, uma vez mais, acompanhadas de mapas actuais das áreas a que se reportam. Os textos dos três roteiros e o conjunto de regras práticas para a navegação são apresentados no capítulo «Textos e desenhos náuticos» (Parte III, Cap. 1). O todo heteróclito formado pelos mapas é introduzido no início do capítulo seguinte, sendo estes materiais arrumados e analisados de acordo com os três conjuntos relativamente coerentes que lhes correspondem e que a ordem com que surgem encadernados determina: 13 cartas de um atlas universal com a representação dos territórios da Europa atlântica até Java; 10 cartas do Sueste Asiático e da Ásia Oriental; 3 cartas com a representação do Mediterrâneo e do mar Negro (Parte III, Cap. 2 – «O atlas»). A fechar, temos o tratamento das 69 vistas de costas que Rodrigues compôs durante a sua viagem de Banda para Malaca, em 1512 (Parte III, Cap. 3 – «Vistas panorâmicas de ilhas da Indonésia»).

¹⁴ Cf. Luís de ALBUQUERQUE, «Livros de marinharia», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, direcção de Luís de Albuquerque, coordenação de Francisco Contente Domingues, vol. 2, Lisboa, Caminho, 1994, p. 616.

Ao longo do seu texto, José Manuel Garcia reforça o sentido das possíveis correspondências entre o segundo destes conjuntos de mapas, claramente tomados de protótipos orientais, e a perdida «grande carta do piloto de Java» que Rodrigues traçou em 1511 e que Albuquerque lamentou ao rei ter-se perdido quando do naufrágio da *Frol de la Mar* no estreito de Malaca (carta de 1 de Abril de 1512 para D. Manuel). Na esteira de Winter e A. Cortesão, por exemplo, Garcia lembra a propósito que um dos sinais mais expressivos dessa plausível matriz oriental poderá estar nas representações de algumas ilhas em perfil, uma prática desconhecida na cartografia portuguesa da época e que é bem visível no mapa centrado nos arquipélagos de Banda e das Molucas¹⁵. Observa também a influência dos modelos próprios da cartografia tradicional chinesa naquelas cartas que trazem a figuração de cidades em forma de rectângulo, de quadrado ou de duplo quadrado. Vale acrescentar que em todos os casos em que isto sucede (fols. 33, 38 e 40) a rigidez esquemática da representação urbana chinesa é atenuada pela curiosa sobreposição de desenhos – às vezes apenas esboçados – de habitações e até de árvores cujas formas são directamente emprestadas do tipo de representações correspondentes que aparecem nos perfis panorâmicos da Insulíndia. Artificio ingénuo, mas eficaz: graças a ele, a qualidade eminentemente simbólica do desenho destes espaços que é característica dos mapas chineses é descodificada com auxílio de um conjunto de figuras logo reconhecíveis para um olhar ocidental.

Feita a leitura do que nos pareceu essencial, duas palavras a concluir. Nunca será demais sublinhar a modernidade da experiência cartográfica legada por Francisco Rodrigues. Códice destinado à navegação, o seu *Livro* traz a escala do mundo que era a escala dos interesses oceânicos do império de D. Manuel e – sobretudo – a dos seus projectos para a Ásia. Desatento em relação ao saber erudito e à herança Clássica, deve tudo a uma mescla de conhecimento empírico puro e de disponibilidade incondicional para integrar as informações e os modos asiáticos de representação dos espaços, tanto marítimos como terrestres. Ou talvez melhor: o seu saber é um produto híbrido naquelas margens em que pelo menos parte da representação passou já pelo seu olhar; só naquelas outras em que piloto-cartógrafo ainda não navegou – ou outros portugueses por ele – este aceita a informação asiática sem forçar ajustá-la a nenhuma pauta exterior. O que tem uma dupla importância, pois tanto é prova de intercâmbio cultural efectivo, como é um testemunho indirecto quase único de tradições cartográficas indígenas, como as do Sueste Asiático, de que quase não restam vestígios anteriores ao século XIX¹⁶. Desde logo por isto, esta oportuna edição do *Livro de Francisco Rodrigues* pode suscitar novas vias de investigação cruzada sobre várias cartografias europeias e asiáticas do início da Idade Moderna.

FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA
Universidade de Lisboa & CHAM

¹⁵ Cf. H. WINTER, «Francisco Rodrigues' Atlas», p. 21; A. CORTESÃO & A. Teixeira da MOTA, *PMC*, vol. 1, p. 84.

¹⁶ Cf. Anthony REID, *Southeast Asia in the Age of Commerce, 1450-1680*, vol. 2, *Expansion and Crisis*, New Haven/Londres, Yale University Press, 1993, pp. 43-47; Joseph E. SCHWARTZBERG, «Introduction to Southeast Asian Cartography» e «Southeast Asian Nautical Maps», in J. B. HARLEY & David WOODWARD (eds.), *The History of Cartography*, vol. 2, book 2, *Cartography in Traditional East and Southeast Asian Societies*, Chicago/Londres, The University of Chicago Press, 1994, pp. 689-693 e 828-838; Thomas SUÁREZ, *Early Mapping of Southeast Asia*, Singapura, Periplus Editions, 1999, pp. 39-40; Felipe FERNÁNDEZ-ARMESTO, «Maps and Exploration in the Sixteenth and Early Seventeenth Centuries», in David WOODWARD (ed.), *The History of Cartography*, vol. 3, part I, *Cartography in the European Renaissance*, Chicago/Londres, The University of Chicago Press, 2007, pp. 745-746.

Projectos

Bombaim antes dos Ingleses.
A Marca Portuguesa no Território da Península de Bombaim
(POCTI/HAR/47225/2002)

Entidade Financiadora: Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Unidade de Investigação Promotora: Centro de Estudos de História da Arquitectura da Universidade de Coimbra
Parcerias: CHAM
Apoios: Fundação Oriente
Investigador Responsável: Walter Rossa

O projecto «Bombaim antes dos Ingleses. A marca portuguesa no território da península de Bombaim» desenvolveu-se entre 1 de Setembro de 2004 e 31 de Dezembro de 2007, com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (cerca de metade do solicitado) e apoio da Fundação Oriente, bem como da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Durante a maior parte do tempo participaram nos seus trabalhos oito investigadores, repartidos pelas duas instituições, sendo dois deles bolseiros do projecto.

De todas as áreas geográficas onde o Império português deixou marcas culturais, territoriais e de edificado, a Província do Norte do Estado da Índia é uma das menos conhecidas e estudadas pelo meio académico e científico. Mais especificamente, à excepção de estudos sobre as cidades de Diu e Damão, pouca investigação se produziu sobre este extenso território do Império, não obstante alguns trabalhos sobre os núcleos urbanos de Baçaim e Chaul – hoje abandonados e em adiantado estado de ruína – bem como estudos parcelares sobre determinadas etapas ou aspectos da história da região no período português.

Partindo de um levantamento topográfico e das ruínas de Baçaim em suporte digital, efectuado em 1998 no âmbito das acções da extinta Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, o Investigador Responsável deste projecto iniciou uma abordagem de pesquisa da história da sua arquitectura e do seu urbanismo, que acabou por abrir caminho para o conhecimento integrado, circunstanciado e pluridisciplinar do território da Província do Norte. O interesse suscitado por esse trabalho entre os Indianos especialistas na história e património de Bombaim contribuiu para que a pesquisa desencadeada se voltasse para a extensa área ocupada actualmente por aquela metrópole, correspondente em boa medida à antiga circunscrição administrativa sul daquela Província, o distrito de Baçaim.

Na génese da proposta do projecto estava a forte suspeita de que a conformação da actual metrópole de Bombaim, essencialmente processada ao longo do século XIX, tivera como matriz a preexistência de uma rede de aldeias e pequenos núcleos urbanos cujo estabelecimento e desenvolvimento remontava ao período português. O objecto central de estudo foram, pois, as marcas físicas da coloniza-

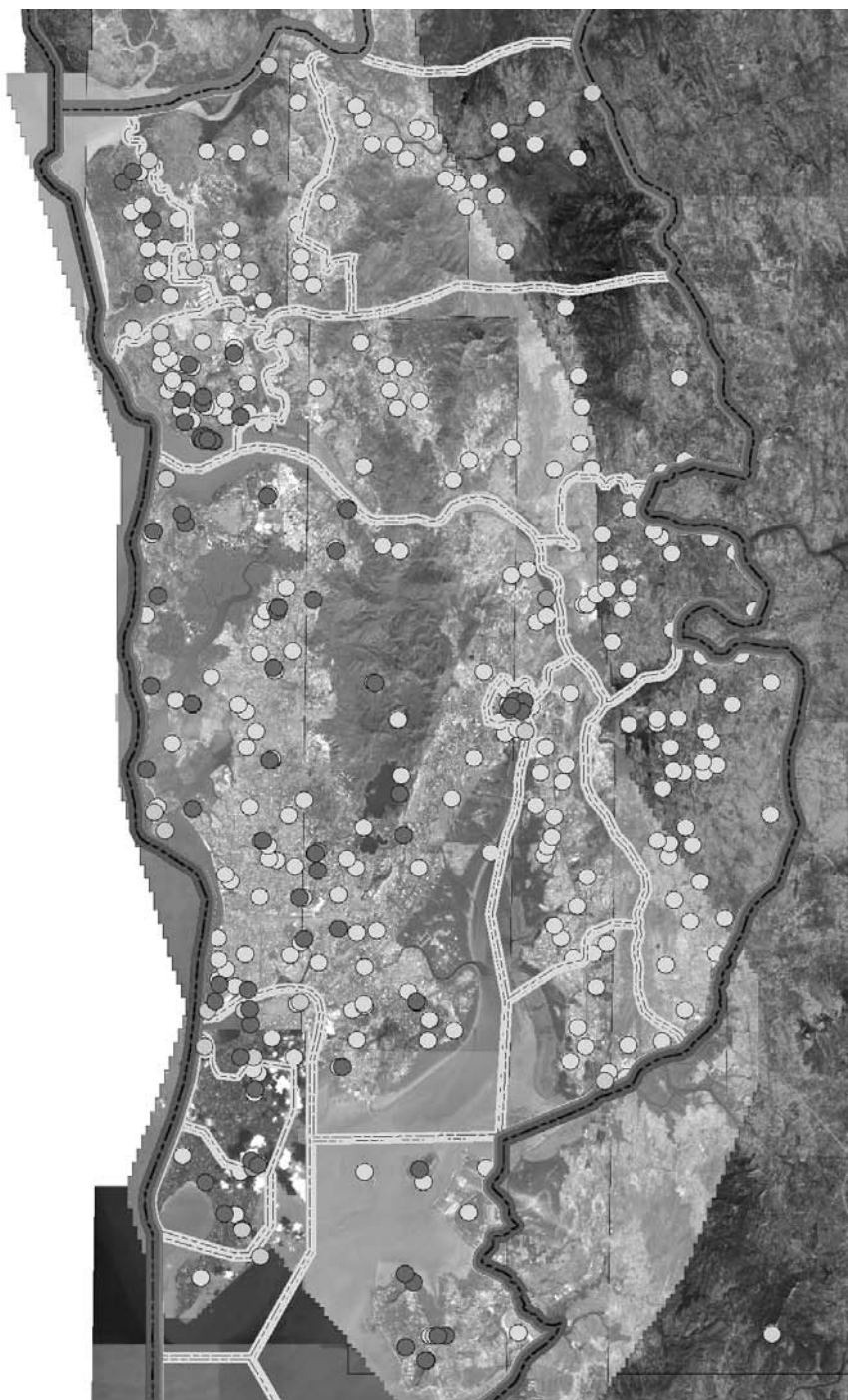


Fig. 1 – Excerto do território de Baçaim sobre fotografia de satélite, assinalando-se as circunscrições administrativas e os edifícios militares, religiosos e civis.

ção portuguesa e o seu significado, no território que entre 1534 e 1739 fez parte do distrito de Baçaim da Província do Norte do Estado da Índia. Essas marcas discerniram-se em três escalas: território, urbanismo e edificado. Da constelação de aldeias, vilas ou cidades e respectiva rede viária, às obras de carácter religioso, militar ou particular, essas marcas subsistiram sobre formas diversas, da renovação quase integral à ruína.

Procurou-se registar e estudar toda a informação disponível e cartografar, descrever e interpretar o território em questão, tentando reconstituir-se os itens arruinados ou profundamente adulterados. Com essa tarefa logrou-se organizar informação que nos permitiu ter uma leitura contínua da evolução histórica do território, do período português à contemporaneidade. Complementarmente procurou aprofundar-se o estudo do contexto administrativo, económico e social do qual resultaram aquelas marcas físicas, bem como os seus antecedentes.

Para organizar toda essa informação e cartografar o território antigo e demonstrar as suas relações com o território actual, tornou-se óbvia a necessidade de o fazer através de um Sistema de Informação Geográfica (SIG), necessariamente associado a uma base de dados georeferenciada (geodatabase). Esta ferramenta permitiu elaborar um mapa/base de dados interactivo dinâmico e multifacetado, apto a acompanhar desenvolvimentos futuros, pois será sempre possível a actualização e incorporação de nova informação. Os dados que integram a geodatabase resultam da actividade de três anos de pesquisa pluridisciplinar, nomeadamente em imagens de satélite, fotografias actuais e antigas das estruturas edificadas, cartografia e iconografia antiga, bibliografia publicada e documentação manuscrita do período português, guardada em arquivos de Portugal, Índia, Reino Unido, Itália, Espanha e Brasil. O cruzamento dessa informação com os dados recolhidos em trabalho de campo permitiu assinalar no mapa SIG, elaborado sobre as imagens de satélite, os locais, estruturas e infra-estruturas de origem portuguesa do antigo distrito de Baçaim.

Um dos exemplos que melhor ilustra a metodologia aplicada e os seus resultados consiste na identificação e localização geográfica das 408 aldeias ou núcleos urbanos mencionados no *Tombo de Baçaim*, de 1727-30, conservado no Historical Archives of Goa. Através do cruzamento de vários dados foi possível localizar até ao momento as coordenadas geográficas de 82% dessas aldeias, algumas delas desaparecidas, muitas com designações actuais bem diversas. Esta tarefa foi fundamental para se identificarem e cartografarem as fronteiras do território em estudo. Para além desses núcleos populacionais, dos limites das divisões administrativas e da rede viária e fluvial, assinalaram-se no mapa SIG as diversas estruturas arquitectónicas religiosas, militares e civis que foi possível georeferenciar.

Enfim, a influência do território português sobre o território actual é demonstrada pela sobreposição das redes de infra-estruturas e das manchas de grupos populacionais, bem como pela manutenção em funcionamento de muitos dos equipamentos, com esmagador destaque para os religiosos/católicos. Assim se demonstrou como uma metrópole de génese aparentemente caótica e incaracterística como a de Bombaim se desenvolveu organicamente e sem desígnios de urbanidade e a partir de uma estrutura de matriz essencialmente rural preexistente. A cartografia produzida veio assim explicar muitos aspectos esquecidos ou incompreendidos do desenvolvimento urbano e suburbano daquela grande conglomeração urbana da Ásia. Foi esse o principal resultado prático do projecto, o qual contém, obviamente, tudo quanto diz respeito a um melhor conhecimento sobre os métodos territoriais da colonização portuguesa – uma cultura do território – durante a Idade Moderna.

No entanto outro resultado do projecto deve ser referido: o modelo metodológico e tecnológico concebido, adoptado e desenvolvido como veículo e suporte para o projecto, demonstrou o seu enorme potencial científico, metodológico e pedagógico, o que é especialmente relevante se tivermos em conta a possibilidade também já verificada de poder ser directamente usado para o estudo de outros espaços do universo urbanístico português. Assim, para além dos resultados da investigação no âmbito da cultura do território, o projecto desenvolveu e apresenta também como produto uma ferramenta com potencial operativo actual, não apenas para a gestão do desenvolvimento urbano do território metropolitano de Bombaim, mas também de património da mesma ordem e origem em qualquer parte do Mundo.

Ao longo do seu desenvolvimento, o projecto foi suscitando considerável interesse, quer a nível nacional quer internacional. Os investigadores fizeram diversas comunicações e proferiram algumas conferências, do que já resultaram algumas publicações. Por outro lado, as duas missões da equipa ao território contribuíram para divulgar o projecto junto dos especialistas da história e do património de Bombaim e áreas envolventes. Realizam-se, ainda, neste âmbito duas dissertações de mestrado e duas de doutoramento, parte delas ainda em desenvolvimento, estando



Fig.2 – Sobreposição dos dados da cartografia de 1738 da povoação de Taná, rectificados sobre fotografia de satélite actual.

alguns trabalhos também no prelo (ver <http://cham.fcsh.unl.pt/bbb.htm>). Dir-se-ia que, apesar do termo oficial do projecto, muito trabalho está ainda por fazer neste domínio, face à quantidade de dados acumulados durante a sua vigência.

Refira-se, ainda, que foi possível uma divulgação do projecto junto do grande público, um factor essencial para alertar e motivar a sociedade civil para a relevância do património português espalhado pelo mundo, parte dele perigo. Durante a missão de trabalho à Índia de Março de 2007, a equipa foi acompanhada por uma jornalista do Público, Alexandra Lucas Coelho, que produziu três importantes artigos naquele jornal diário. Durante esta missão uma equipa de televisão afecta à série «Contacto Goa» da RTP Internacional, produzida por Nalini de Souza e Jude Fernandes, registou também os trabalhos.

O modo preferencial de divulgação dos resultados de investigação será, porém, a versão on-line do SIG, designadamente em acesso Web. Esta página Web permitirá ao utilizador visualizar e pesquisar sobre um mapa do território plasmado sobre imagens de satélite, assim como pesquisar independentemente – por termos – a base de dados do projecto. Nesta página encontrar-se-á, entre as muitas outras valências que um ambiente Web permite, uma grande componente de explanação do projecto e do território estudado.

Se durante cerca de 250 anos a maior parte das marcas da presença portuguesa nesta região esteve votada ao abandono, arruinando-se ao sabor das intempéries da natureza, de há alguns anos para cá estas têm sido repetidas vezes alvo de destruição sistemática e consciente. Desde a última missão da equipa de investigação ao território em 2007, constatou-se que alguns dos locais visitados foram alvo de campanhas de obliteração das marcas da história, eliminando-se as provas da sua relação e matriz portuguesa. Por vezes, essas acções «restauraram» certas estruturas integrando-as num passado exclusivamente indiano. Esta tendência aliada ao crescimento contínuo e cada vez mais voraz e agressivo da imensa auréola suburbana de Bombaim, ameaça de forma terminal os materiais de estudo do presente projecto, reforçando a relevância dos seus objectos e objectivos.

Por tudo isso não podemos deixar de inferir que, em muitos casos, o trabalho de campo deste projecto foi efectivamente a última oportunidade de documentar marcas e vestígios da presença portuguesa já condenados. E é essa a razão pela qual defendemos como fundamental e urgente continuar e aprofundar, onde ainda é possível, a investigação e trabalho científicos já efectuados durante os anos de vigência deste projecto. E, claro, estes dados não são apenas relevantes de um ponto de vista estritamente histórico e português, mas também para a compreensão da formação e desenvolvimento do território que hoje acolhe uma das maiores, mais populosas e activas metrópoles da Ásia e do mundo.

A EQUIPA DO PROJECTO

(Núcleo de Estudos de Arquitectura

do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; CHAM)

A Nobreza e o Estado da Índia no século XVI

(POCI/HAR/55685/2004)

Entidade Financiadora: Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Unidade de Investigação Promotora: CHAM

Parcerias: Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica Tropical

Apoios: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Oriente e Fundação Millenium BCP

Investigador Responsável: João Paulo Oliveira e Costa

Ao longo dos últimos anos o CHAM desenvolveu uma linha de investigação relacionada com a presença da nobreza portuguesa na Ásia, em conjunto com o Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT). Os primeiros resultados deram origem no ano 2000 à publicação das obras *A Nobreza da Expansão – Estudos Biográficos e Descobridores do Brasil – Exportadores e Construtores do Estado da Índia*, coordenadas por João Paulo Oliveira e Costa, e à organização de cursos livres e conferências dedicadas à mesma temática.

Em 2000, o projecto *A Nobreza e o Estado da Índia no século XVI* candidatou-se pela primeira vez a financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), tendo sido apreciado com a classificação de «Excelente» e obtido subsídio para um período de três anos. Iniciado em 2001, foi prolongado até Março de 2005. Face aos resultados obtidos desde o seu início, logrou obter um apoio suplementar, concedido pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 2002 e 2004. Foi ainda possível obter apoios da Fundação Millenium BCP e da Fundação Oriente para tarefas específicas.

Neste último ano, o mesmo projecto voltou a candidatar-se a financiamento da FCT, tendo recebido a classificação de «Muito Bom» e novo subsídio, destinado ao alargamento do âmbito cronológico e documental da investigação. Esta nova fase foi desenvolvida entre 2006 e 2008, pelo que se sumarizam aqui brevemente os resultados obtidos.

O projecto teve como principais objectivos: estudar o estatuto e o percurso dos nobres e oficiais que contribuíram activamente para a construção do Estado Português da Índia; compreender o papel da nobreza na afirmação e consolidação da presença portuguesa no Oriente neste período; identificar os titulares de cargos militares e administrativos no Estado da Índia no século XVI; aprofundar o conhecimento sobre o percurso pessoal de cada um dos oficiais do Estado da Índia e estudar as redes familiares dos agentes da Coroa no Oriente.

A sua concretização consistiu na criação e desenvolvimento de duas ferramentas distintas mas complementares: a Base de Dados dos Nobres e Oficiais do Estado da Índia no século XVI e as Genealogias dos Vice-Reis e dos Governadores do Estado da Índia no século XVI.

A constituição da base de dados centrou-se na recolha e sistematização das informações sobre os nobres e oficiais que actuaram no Índico ao longo do século XVI. Os conteúdos inseridos provieram da leitura e análise de diversas colectâneas

documentais e de estudos da especialidade. A recolha procurou, por um lado, aprofundar o conhecimento sobre o percurso pessoal dos indivíduos que serviram a Coroa na Índia, por outro rasgar horizontes no estudo sociológico da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses e, por último, consolidar conhecimentos acerca da nobreza portuguesa no romper da modernidade. Numa segunda fase foi possível prosseguir a pesquisa num fundo documental específico, o «Corpo Cronológico» do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, incorporando-se a sua informação na base de dados (a base de dados será disponibilizada em breve no portal do CHAM).

A pesquisa e digitalização das genealogias dos Vice-Reis e Governadores da Índia permitiu, sobretudo, estudar as redes de parentesco dos agentes da Coroa no Índico [disponibilizada em <http://www.cham.fcsh.unl.pt/GEN/Index.htm>].

Realizaram-se diversos trabalhos académicos no âmbito do projecto, de membros da respectiva equipa de investigação, tendo-se concluído as seguintes dissertações de mestrado e teses de doutoramento:

- Teresa Lacerda, com a dissertação *Os capitães da Carreira da Índia no reinado de D. Manuel I*, trabalho que recebeu o Prémio do Mar Rei D. Carlos da Câmara Municipal de Cascais e que se encontra no prelo para publicação.
- Andreia Martins de Carvalho, com a dissertação *Redes de parentesco: a nobreza no contexto do governo da Índia de Nuno da Cunha*.
- Alexandra Pelúcia, com a tese *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: o papel da elite dirigente da Expansão Portuguesa nos reinados de D. João III e D. Sebastião*, também no prelo para edição no CHAM.
- Susana Munch Miranda, com a tese *A Administração da Fazenda Real no Estado da Índia (1517-1640)*.

Foram também defendidas provas de agregação por Vitor Luís Gaspar Rodrigues, prosseguindo dois membros da equipa os seus trabalhos conducentes à obtenção do doutoramento, sob a orientação do Investigador Responsável do projecto, com bolsa da FCT: Marisa Marques, *Mem de Sá, um percurso singular no império quinhentista português*, e João Silva de Jesus, *Os capitães de fortaleza do Oriente, 1568-1664*.

Os membros da equipa de investigação participaram em congressos internacionais no país e no estrangeiro, em particular em Marrocos, na Índia e no Brasil, tendo procedido à organização de cursos livres e de conferências de divulgação, de que se nomeiam os mais recentes.

Entre 15 de Março e 10 de Maio de 2006, a equipa de investigação organizou, em colaboração com a Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey e a Sociedade Histórica da Independência de Portugal, um curso livre subordinado ao tema «A Nobreza e a Formação do Império» (ver http://www.cham.fcsh.unl.pt/files/activities/2006_nobreza.pdf).

De 2 a 3 de Junho de 2007 colaborou, como consultora científica, na organização do «7.º Curso sobre Ordens Militares», em Palmela, subordinado ao tema: «A Ordem de Santiago e a Expansão» (ver http://www.cham.fcsh.unl.pt/files/activities/2007_ordens_militares.pdf).

De 15 a 19 de Outubro de 2007 colaborou com o IICT e com o CIDEHUS, na organização do «Seminário de Metodologias: Prosopografia, bases de dados e análise de redes: pressupostos teórico-metodológicos».

Este projecto interagiu ainda com outros projectos do CHAM, nomeadamente, a Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa, através da elaboração de aproximadamente 250 entradas para a mesma.

Ao nível das publicações salientem-se, além das citadas no prelo, a edição por João Paulo Oliveira e Costa e Vitor Luis Gaspar Rodrigues de dois livros na colecção «Batalhas de Portugal», um dedicado à batalha dos Alcaides, em Marrocos em 1514, editado em 2007, e outro sobre a conquista de Goa, publicado em 2008.

Ao longo do projecto a equipa de investigação desenvolveu estudos sobre a acção da nobreza em Marrocos no século XVI, o que foi uma consequência do desenvolvimento de novas relações institucionais do CHAM com universidades de Marrocos, que abriram espaço para novas investigações. Esta evolução justifica-se por existirem muitas semelhanças no comportamento da nobreza nos dois teatros de operações e muitos dos nobres que participaram em operações em Marrocos actuarem também na Índia. Deste modo, os estudos sobre a acção da nobreza e Marrocos permitiu estabelecer comparações com os resultados obtidos originalmente acerca da Índia e detectar, assim, uma grande uniformidade no comportamento daquele corpo social em diferentes áreas da expansão portuguesa.

Este projecto contribuiu ainda para a formalização de um outro, igualmente numa parceria entre o CHAM e o IICT, sendo neste caso o IICT a instituição proponente. Trata-se do projecto *Pequena nobreza e «nobreza da terra» na construção do Império – os arquipélagos atlânticos*, dirigido pelo Doutor Miguel Rodrigues e avaliado com a classificação de Excelente pela FCT (PTDC/HAH/66107/2006), tendo-se iniciado em 2008. Ambas as equipas consideram que no futuro, os dados obtidos poderão ser cruzados e articulados, nos moldes que forem possíveis e convenientes.

O projecto *A Nobreza e o Estado da Índia no século XVI* foi concluído em 2008, tendo a equipa feito um balanço positivo, uma vez que os objectivos foram plenamente atingidos, através da criação dos instrumentos de trabalho programados, bem como a sua disponibilização generalizada. Esta foi também a avaliação da FCT, que lhe conferiu a nota A, por terem sido os «objectivos plenamente atingidos, revelando os resultados grande qualidade científica nomeadamente ao nível das publicações em revistas internacionais». O projecto contribuiu para a formação de jovens investigadores e para a projecção internacional da equipa envolvida.

Jesuítas Portugueses no Extremo Oriente nos séculos XVI-XVII

(POCTI/HAR/55684/2004)

Entidade Financiadora: Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Unidade de Investigação Promotora: CHAM

Parcerias: Brotéria

Investigador Responsável: João Paulo Oliveira e Costa

A história dos jesuítas no Extremo Oriente é conhecida no seu contexto geral, tendo constituído uma componente fundamental na história de Portugal na região. Devido ao desenvolvimento do modelo de acomodação cultural, os padres jesuítas foram vistos como os pioneiros de uma certa abertura da civilização ocidental aos valores da civilização oriental. A historiografia tem estudado este processo, quase exclusivamente, sobre o ponto de vista dos padres jesuítas italianos. Em regra nomes como Gneschi-Soldo, Valignano ou Ricci ofuscam os de outros missionários que também defenderam esta abertura ao outro.

O Projecto *Jesuítas Portugueses no Extremo Oriente nos séculos XVI-XVII* resulta de uma parceria entre o CHAM e a Brotéria, tendo logrado financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e decorrido entre Setembro de 2005 e Outubro de 2008. Teve como principal objectivo a transcrição paleográfica, edição crítica e publicação da correspondência trocada entre oito jesuítas que operaram no Extremo Oriente, no último terço do século XVI e na primeira metade do século XVII. Pretendeu, por isso, tornar acessível um grande número de documentação acerca dos jesuítas, contribuindo para um aprofundamento do estudo da História do Cristianismo no Extremo Oriente e do papel de Portugal na história da evangelização da China e do Japão.

O trabalho de levantamento e transcrição documental foi elaborado pela bolseira do projecto, Madalena Ribeiro, sendo a edição crítica das epístolas da responsabilidade dos membros da equipa do projecto. A correspondência em questão referia-se aos seguintes jesuítas:

- Francisco Cabral (1533-1609) – Superior do Japão entre 1570 e 1580, Provincial da Índia entre 1592 e 1597 (33 cartas);
- Diogo Mesquita (1551-1614) – Superior do Colégio de Nagasaki, introdutor das plantas ocidentais no Japão, grande defensor da admissão do clero nativo (25 cartas);
- Lourenço Mexia (1539-1599) – Companheiro de Valignano (32 cartas);
- D. Luís Cerqueira (1552-1614) – Bispo do Japão entre 1598 e 1614 (136 cartas);
- Luís Fróis (1532-1597) – Um dos pioneiros do modelo de acomodação cultural, autor de *A História do Japão*;

- Duarte de Sande (1547-1599) – Superior da China e um dos pioneiros desta missão (22 cartas);
- Manuel Dias Sénior (1559-1639) – Pioneiro da missão da China, Reitor do Colégio de Macau (47 cartas);
- Manuel Dias Júnior (1574-1659).

O júri que avaliou e classificou a proposta original propôs para a execução deste projecto a atribuição de 38% da verba solicitada, o que se reflectiu inevitavelmente no seu desenvolvimento. Assim, foi opção da equipa de investigação proceder à transcrição das cartas do bispo D. Luís Cerqueira, que corresponde ao maior núcleo dentro dos oito missionários escolhidos originalmente.

Foram transcritas 115 cartas, num total de 523 páginas originais, que se encontram no Archivum Romanum Societatis Iesu (Roma), Archivum Secretum Apostolicum Vaticanum (Roma), Biblioteca Pública de Évora, Real Academia de la Historia (Madrid), British Library (Londres), Biblioteca da Ajuda e Bibliothèque Royale de Belgique (Bruxelas). Os textos foram transcritos a partir de microfímes ou de digitalizações, obtidos junto dos respectivos arquivos, ou já existentes na Filmoteca Ultramarina Portuguesa. Realizaram-se três missões ao estrangeiro para completar trabalhos de transcrição naqueles arquivos.

Salientem-se os resultados mais significativos. Por um lado, foi organizado um número temático da revista *Bulletin of Portuguese Japanese Studies*, reflectindo sobre o papel dos jesuítas portugueses nas missões da China e do Japão (vol. 15, Dez. 2007). A equipa do projecto e o CHAM colaboraram em duas acções de reflexão e divulgação, nomeadamente um ciclo de conferências no Museu Soares dos Reis (Setembro-Outubro de 2007) e um colóquio em Fátima, organizado em parceria com a Congregação do Verbo Divino em Portugal (Novembro de 2007). Participou em colóquios internacionais, destacando o papel dos jesuítas portugueses naquelas missões e questionando o mito de que a acomodação cultural foi «um método italiano». Colaborou com outro projecto do CHAM, a Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa, supervisionando a realização das notas biográficas sobre todos os jesuítas da missão do Japão.

Inicialmente, a equipa do projecto esperava organizar a edição crítica das cartas, mas face à morosidade do processo e aos elevados custos de publicação neste suporte, optou-se por colocar todas as cartas transcritas numa página do sítio do CHAM (<http://www.cham.fcsh.unl.pt/jesuitasnoorient.html>). A publicação em linha das cartas já transcritas, permite a divulgação de documentação muito importante para o estudo das missões jesuíticas da China e do Japão e deixa um espaço aberto para a adição de outros documentos.

O projecto foi concluído em 2008, tendo a equipa feito um balanço positivo, pela criação dos instrumentos de trabalho programados, bem como a sua disponibilização generalizada. Esta foi também a avaliação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que lhe conferiu a nota A, precisamente por terem «sido os objectivos plenamente atingidos, revelando os resultados grande qualidade científica nomeadamente ao nível das publicações em revistas internacionais» e sublinhando que este «contribuiu para a formação de jovens investigadores e para a projecção internacional da equipa envolvida».

**Fontes para a História do Estado Português da Índia
nos séculos XVII e XVIII.
A Coleção da Junta da Real Fazenda do Estado da Índia**
(POCTI/HAR/60027/2004)

Entidade Financiadora: Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Unidade de Investigação Promotora: CHAM
Investigador Responsável: Maria Augusta Lima Cruz

A sumariação da colecção *Junta da Real Fazenda do Estado da Índia* iniciou-se em 1997, no âmbito das actividades do extinto Centro de Estudos Damião de Góis (CEDG), organismo resultante de um protocolo de colaboração entre a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP) e o Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (IAN/TT). A direcção do projecto era da responsabilidade de Artur Teodoro de Matos (director do CEDG) e a coordenação técnica de Pedro Penteado (técnico superior do IAN/TT).

O projecto pretendia criar instrumentos de trabalho para o estudo desta colecção documental inédita e pouco explorada, depositada no IAN/TT, com grande relevância para a história económica, administrativa e social do Estado da Índia nos séculos XVII e XVIII. Estes visavam criar instrumentos que suscitassem o interesse pela importância desta fonte primária e funcionassem como auxiliares de pesquisa. De acordo com estes objectivos, optou-se pela sumariação dos documentos, em detrimento da transcrição integral, para evitar uma delonga excessiva na execução do projecto. Tal decisão foi ainda determinada pela circunstância de a quase totalidade dos códices estar já microfilmada, portanto com fácil acesso e garantias de preservação. Para além dos sumários, que contém a informação relevante, elaboraram-se listas alfabéticas dos antropónimos e topónimos referidos nos documentos, permitindo assim a recuperação de alguma informação secundária.

Vicissitudes várias impossibilitaram a concretização integral do projecto, tendo-se sumariado 62 dos cerca de 100 códices que compõe esta colecção. Parte dos que ficaram por trabalhar encontra-se em mau estado de conservação, o que impossibilitou a sua microfilmagem sem um prévio trabalho de restauro. Dos livros sumariados foram publicados três volumes: dois pelo CEDG, em 2000, e um pelo Centro de História de Além-Mar (CHAM), em 2001, incluindo os sumários de 9 códices (1, 2, 3, 6, 17, 18, 31, 32 e 41).

Com a extinção do CEDG em finais do ano 2000, o comissário-geral da CNCDP, Joaquim Romero de Magalhães, e o director do IAN/TT, Bernardo Vasconcelos e Sousa, sob proposta de Artur Teodoro de Matos, anuíram à entrega desse projecto ao CHAM, com vista à sua conclusão. Aliás, foi nessa ocasião confiado também ao CHAM o material respeitante à colecção *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*.

Em 2004, o CHAM apresentou dois projectos à Fundação para a Ciência e Tecnologia com intuito de dar sequência ao trabalho do CEDG relativo a estas duas colecções, sob a linha de trabalho «Fontes para a História do Estado Português da Índia (Séculos XVII-XVIII)». Apenas o projecto relativo à *Junta da Real Fazenda do Estado da Índia* logrou aprovação, tendo o financiamento concedido representado menos de um terço do orçamentado. Este facto determinou de imediato a impossibilidade de manter o programa editorial gizado, optando-se por concentrar os recursos disponíveis no cumprimento do seu objectivo central. Crê-se ter obviado este constrangimento com solução assaz satisfatório, disponibilizando todos os conteúdos num portal.

Assim, de acordo com o estipulado na proposta de trabalho inicial, foram desenvolvidas as seguintes actividades:

- Organização e revisão dos sumários de documentos redigidos pelos bolseiros do CEDG e que ainda não tinham sido publicados, portanto respeitantes a 53 códices, e elaboração dos que estavam ainda por fazer neste conjunto;
- Preparação de índices analíticos e cronológicos de todos os documentos sumariados;
- Disponibilização de toda a informação num portal criado para o efeito, no *site* da instituição proponente (<http://www.cham.fcsh.unl.pt/JUNTA/Home.htm>).

Concluído o projecto em 2008, a equipa faz um balanço positivo, dado que o essencial dos objectivos fora plenamente atingido, com a criação de todos os instrumentos de trabalho programados, bem como a sua disponibilização generalizada, faltando neste momento publicitar a sua existência e assegurar algumas ligações a instituições relevantes. Entendeu a Fundação para a Ciência e a Tecnologia conferir-lhe nota B, pelo facto dos objectivos terem «sido parcialmente atingidos, revelando actividade científica relevante e capacidade de realização de equipa».

MARIA AUGUSTA LIMA CRUZ
(CITCEM, Universidade do Minho e CHAM)

ANDRÉ TEIXEIRA
(CHAM)

EVE – Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa, Séculos XV-XVIII

(POS-C 702/4.2/C/REG)

Entidade Financiadora: POS-Conhecimento (Programa Operacional Sociedade do Conhecimento)

Unidade de Investigação Promotora: CHAM

Apoios: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Casa de Bragança,

Câmara Municipal de Lagos e Círculo de Leitores

Investigador Responsável: João Paulo Oliveira e Costa

A Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa (EVE) é um projecto do CHAM que tem como principal objectivo disponibilizar conteúdos multimédia de natureza científica, educativa e cultural sobre a História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Destina-se a um público vasto, dentro e fora de Portugal, incluindo alunos do ensino secundário, estudantes e investigadores do meio universitário, profissionais da comunicação social e da administração e todos os interessados nesta temática.

A EVE disponibiliza artigos, imagens, mapas, cronologias e genealogias, de carácter sintético, mas dotados de fiabilidade científica, encontrando-se em permanente ampliação e actualização (www.cham.fcsh.unl.pt/eve). Tais materiais são produzidos por professores e investigadores do meio académico e validados por uma comissão científica, composta pelos mais reputados historiadores nacionais e estrangeiros. O projecto abrangerá assim uma vasta área geográfica, que vai desde os Açores até ao Japão, para um período de tempo compreendido entre o início do século XV e o final do século XVIII.

Sublinha-se o carácter nacional da empresa expansiva portuguesa, mas também a sua inserção num quadro europeu mais vasto e a sua importância para uma nova consciência europeia emergente, suspensa hoje entre a crítica e a apologia do processo expansivo Ocidental. O carácter bilingue da EVE pretende torná-la num meio para a divulgação internacional da história e da historiografia da presença portuguesa no mundo, ainda que, por razões de ordem técnica, o ritmo da tradução para a língua inglesa não possa estar a par da colocação *on-line* das entradas redigidas em português e vice-versa.

Para assegurar a coerência da organização da EVE, os diversos conteúdos que a compõem foram organizados da seguinte forma: Antropónimos (entradas biográficas de monarcas, bispos, vice-reis, governadores ou capitães); Artes (correntes artísticas, arquitectura ou pintura); Letras (autores, obras ou géneros literários); Política (instituições ou cargos); Produtos (mercadorias, plantas e espécies animais transportadas); Religião (manifestações religiosas cristãs, religiões da América, África ou Ásia); Temas e Factos (relações diplomáticas, tratados ou batalhas) e Topónimos (lugares influenciados pelos Portugueses ou de importância especial nas suas rotas e no seu sistema de alianças).

Durante os anos de 2007 e 2008, a EVE conheceu um desenvolvimento significativo graças ao financiamento concedido pelo POS-C – Programa Operacional Sociedade do Conhecimento. O CITI (Centro de Investigação Tecnológica Interactiva da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas) desenvolveu a plataforma tecnológica, da qual já existia um protótipo desde 2004, que suporta os artigos e as imagens da EVE. Realizaram-se neste período cerca de 900 artigos, incorporados na EVE pelo menos num dos seus idiomas.

No âmbito deste projecto procedemos também ao levantamento de alguns topónimos onde ocorreu a presença portuguesa, considerando-se três descritores fundamentais para descrição de cada um dos locais: o nome em grafia portuguesa, as coordenadas geográficas e definição do elemento descrito com indicação da toponímia antiga e actual. Como forma de complementar esta informação foi criado um sistema de informação geográfica para visualização de todos os locais, através de uma ligação ao Google Earth. Deste modo, através da Base de Dados da EVE, foi criado um link para a área geográfica referente a cada um dos topónimos, permitindo completar a informação escrita e geográfica, a visualização espacial dos sítios em questão, estabelecer a distância entre os vários topónimos e observar a sua distribuição espacial.

A finalizar, serão objectivos da EVE produzir e disponibilizar conteúdos multimédia numa perspectiva de contínua ampliação e correcção, em função dos recursos materiais e humanos disponíveis a cada momento. A acessibilidade global está garantida por via do suporte que lhe é dado na internet e pelo carácter bilingue do sítio. Acrescentem-se a interactividade proporcionada e as garantias de qualidade e de fiabilidade científica para se compreender que a EVE se tornará um instrumento de trabalho e de estudo indispensável a todos os interessados na problemática da Expansão Portuguesa.

Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV a XVIII)

(PTDC/HAH/71027/2006)

Entidade Financiadora: Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Unidade de Investigação Promotora: CHAM

Parcerias: Universidade do Minho

Investigador Responsável: Maria Augusta Lima Cruz

O projecto «Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV a XVIII)» congrega investigadores do Centro da História Além Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, e da Escola de Arquitectura da mesma Universidade. Foi aprovado com classificação de «Excelente» pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), tendo-se iniciado formalmente em Setembro de 2007. Inclui a colaboração de investigadores marroquinos pertencentes a várias universidades, tendo como principal parceiro institucional a Direction Régionale de la Culture da la Région Doukkala-Abda, com responsabilidades na área do património nesta província.

O projecto centra-se fundamentalmente no estudo da presença portuguesa no Sul de Marrocos, não só por ter sido aí que ela foi mais duradoura, dos séculos XV a XVIII, como por se ter revestido de facetas mais diversificadas, sendo também o espaço menos estudado. Consagra uma investigação de carácter pluridisciplinar, incluindo a história, a arqueologia, a história da arte e a arquitectura. Compreende diversos eixos prioritários de pesquisa, naquele âmbito cronológico e geográfico: domínio político português e o relacionamento com os poderes marroquinos; dinâmicas económicas: corso, razia, resgates e tributos; quadro institucional; estrutura social: nobreza guerreira, renegados e mouros de pazes; igreja, vida religiosa e instituições de assistência social; a cidade e o campo durante o domínio português; arquitectura e urbanismo das cidades ocupadas pelos portugueses; formas de habitar, cultura material e quotidiano.

Durante o ano de 2008 destacam-se, entre as tarefas e iniciativas do projecto, a realização de missão de campo em Marrocos, a organização em Lisboa e Lagos do *Congresso Internacional de História Portugal e o Magrebe*, o apoio à edição de um livro e a inventariação e transcrição de documentação impressa e manuscrita. Seguem-se pequenos apontamentos dando conta dos resultados alcançados.

Durante os meses de Junho e Julho de 2008, foi realizada, em colaboração com a Direction Régionale de la Culture da la Région Doukkala-Abda, uma primeira missão de escavações arqueológicas e levantamento arquitectónico na medina de Azamor (Azemmour), mais concretamente na zona do antigo castelo português. Estes traba-



Fig. 1 – Planta do castelo português de Azamor elaborada no âmbito do estudo arquitectónico e urbano, assinalando-se as sondagens arqueológicas de 2008

lhos, apenas com paralelo nos desenvolvidos por uma missão norte-americana em Alcácer Ceguer (Ksar-es-Seghir) nos finais dos anos de 1970, são os primeiros desta natureza desenvolvidos por portugueses em Marrocos e dos primeiros levados a efeito após os tempos coloniais em património de origem portuguesa fora da Europa. Partem de um protocolo de colaboração com a Direction du Patrimoine Culturel, prevendo-se neste quadro o seu alargamento a outros sítios de origem portuguesa, como Safim (Safi), Mazagão (El Jadida) e Aguz (Agouz), no espaço de cinco anos.

Nestas primeiras missões, o trabalho de campo está centrado fundamentalmente na compreensão da evolução histórica de Azamor, bem como na avaliação do impacto e características da presença portuguesa nesta vila, circunscrita a cerca de meio século, mas ainda hoje muito visível.

Em termos de estudo arquitectónico e urbano nesta campanha de 2008 foram registados dados métricos que permitirão uma composição gráfica de todas as fronteiras que definem os espaços construídos e de circulação, trabalho sustentado por aturado levantamento arquitectónico de ruas, quarteirões ou lotes ocupados e num

cuidado levantamento topográfico do antigo castelo português e envolvente próxima. Paralelamente, foi elaborado um inventário sumário de todos os edifícios que constituem o tecido residencial intramuros, que anotou as dimensões precisas de cada parcela, sua(s) cerca(s) e características formais relevantes. Neste momento, todo este material encontra-se em processamento, com vista à produção de uma planta actualizada do tecido urbano estudado, bem como um modelo 3D, apoio visual necessário para o lançamento de hipóteses interpretativas e reconstitutivas do traçado português da vila na primeira metade do século XVI, onde se possa ler a evolução da urbe nos últimos séculos, a transfiguração e/ou manutenção do estrato português. Em próxima campanha aprofundar-se-á o estudo das peças notáveis de arquitectura portuguesa, como o paço dos capitães, bem como prolongar o trabalho para a zona da Medina nas próximas campanhas.

Ao nível arqueológico foram realizadas quatro sondagens, três junto à Porta da Ribeira do antigo castelo português, em local onde as fontes escritas localizam a feitoria e a alfândega, a outra junto e no exterior do denominado atalho, muralha edificada pelos portugueses para reduzir o perímetro defensivo da medina muçulmana. No primeiro caso tratou-se de indagar acerca da estruturação da zona ribeirinha ao longo dos tempos, antecedendo obras de arranjo paisagístico do local, numa área junto à Porta da Ribeira foram detectados dois níveis arqueológicos, resultantes de reformulações substanciais desta área em meados dos séculos XVIII e XX. O horizonte inferior reporta-se a uma destruição e incêndio, hipoteticamente relacionado com o terramoto de 1755, que selou uma ocupação deste espaço durante a Idade Moderna desejável associação entre a vertente científica e as componentes de diagnóstico e salvaguarda do património. O mesmo se pode dizer no segundo caso,



Fig. 2 – Imagem geral das sondagens 1 e 2/3, no terreiro frontal à Porta da Ribeira do antigo castelo português

onde a aspiração de conhecer melhor aquela estrutura militar se aliou às inevitáveis destruições resultantes dos planos de remodelação de uma habitação ali existente.

Moderna, numa das sondagens de claro contexto habitacional, noutra talvez de espaço público. O espólio recolhido incluiu objectos relacionados com o quotidiano das gentes que habitaram esta área naquela época, como recipientes abertos de pasta grosseira para uso ao fogo, contentores fechados para armazenamento e grandes taças ou pratos de pasta mais fina e clara para uso à mesa, revelando uma dieta alimentar típica de um contexto islâmico mediterrâneo. Exumaram-se também materiais de importação, embora em percentagem assaz diminuta, como fragmentos de cachimbos de fabrico neerlandês e de taças de faiança portuguesa, provando assim a continuação dos contactos comerciais entre marroquinos e portugueses após a reocupação de Azamor pelos primeiros, em 1541, talvez a partir da vizinha Mazagão, bem como a persistência de alguns hábitos europeus entre os habitantes. Depois da destruição de meados de setecentos o espaço foi recuperado: na zona encostada à porta e à muralha ribeirinha, pela abertura de uma rua calcetada; no local onde existia uma habitação, pela construção de nova residência, que aliás aproveitou parte da estrutura colapsada. Estas estruturas foram por sua vez desactivadas em meados do século XX, época de aterro de toda a área, como se comprovou pela identificação de um profundo nível de detritos resultantes da ruína das habitações ali existentes, num processo que ainda hoje persiste.



Fig. 3 – Imagem da sondagem 4, evidenciando um troço do alambor da cortina de atalho da vila pelos portugueses

A escavação junto ao atalho revelou, no nível superior, uma utilização recente do espaço, talvez um pátio de uma casa, no inferior, uma ocupação habitacional de cronologia indefinida, mas provavelmente setecentista, que aliás trancou parte daquela muralha. Pôs-se à vista em toda a área escavada o denominado alambor, isto é, o espessamento oblíquo da base da cortina, destinado ao seu reforço estrutural, solução arquitectónica bastante utilizada pelos portugueses nesta época no Norte de África, embora com antecedentes medievais. Verificou-se a invulgar altura desta estrutura, que marcaria um acentuado desnível face à medina, onde segundo as fontes escritas habitavam os judeus.

A intervenção arqueológica de 2008 foi, pois, uma primeira experiência de investigação e salvaguarda do património nesta vila marroquina, com vastíssimo potencial nestes domínios. Não obstante a escavação a 5m de profundidade, não foi possível identificar por ora níveis relacionados estritamente com a presença portuguesa, facto que se deve atribuir à intensa ocupação do espaço depois da partida dos portugueses, mas também aos estritos limites da área investigada.

No âmbito do *Congresso Internacional de História: Portugal e o Magrebe*, organizado por este projecto em Novembro de 2008 (ver notícia própria nesta revista), foi lançado o livro *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI / Implantation de la ville portugaise en Afrique du Nord: de la prise de Ceuta jusqu'au milieu du XVème siècle*, da autoria de Jorge Correia, membro da equipa do projecto. A obra, que constituiu no essencial a tese de doutoramento em arquitectura deste investigador, orientada pelo Prof. Arquitecto Alexandre Alves da Costa e co-orientada pelo o Prof. Doutor Rafael Moreira, foi publicada pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, onde se realizaram as referidas provas.

Trata-se de um trabalho que é em boa medida um dos primeiros estudos aprofundados e globais sobre esta temática, servindo como ponto de partida para o desenvolvimento de outras tarefas deste projecto. Tem como tema central a conquista e ocupação de cidades islâmicas no Norte de África entre os séculos XV e XVI, onde imperou uma atitude pragmática orientada para a sustentabilidade destas praças de guerra. O impacto da chegada de um novo poder e de um novo credo implicou uma reavaliação do espaço construído e urbano, operando-se reduções de perímetro e superfície das áreas ocupadas, num processo designado por atalho.

Era uma das edições previstas no âmbito do projecto, tendo o seu apoio consistido fundamentalmente no financiamento da tradução para francês, essencial ao cumprimento do objectivo de divulgação e diálogo num âmbito mais vasto que a comunidade científica portuguesa, nomeadamente junto do público e investigadores marroquinos e francófonos.

Finalmente, destaquem-se os resultados relativos à inventariação de documentação impressa e à transcrição de fontes manuscritas. No primeiro caso cite-se o trabalho de inventariação de todas as cartas, instruções e relatórios publicados em colectâneas, sobretudo nas *Les Sources Inédites pour l'histoire du Maroc*. Um trabalho prévio fundamental para o arranque da investigação arquivística que se realizará nos próximos anos. Foram inseridos em base de dados todos os documentos de interesse para o projecto relativos aos volumes dos arquivos portugueses daquela obra, nomeadamente acerca da presença europeia no Sul de Marrocos nos finais do século XV e primeira metade da centúria seguinte. Até ao momento contabilizam-se 1038

entradas, prevendo-se que no termo do projecto toda esta informação, base das sínteses históricas a produzir, seja disponibilizada em linha.

Ao nível do trabalho em arquivo saliente-se a transcrição de alguns códices do fundo do Núcleo Antigo da Torre do Tombo, extensos róis de informação de carácter económico, político e até arquitectónico, futuramente disponibilizáveis em linha. Entre os documentos inéditos em fase de revisão enumerem-se os seguintes:

NA628 – «Receita e despesa de Pedro Alvares Faria, feitor e recebedor dos mantimentos, de 1541». Como o seu título indica, este documento é um livro de registo dos produtos recebidos e despesas várias realizadas em Azamor durante aquele ano, provavelmente um dos últimos a ser produzido pelos portugueses, já que no seu termo estão registadas algumas despesas com a vinda do escrivão e dos livros para Portugal, aquando do abandono da cidade.

NA 770 – «Pagamento aos Trabalhadores das Obras, de 1528». Este documento, da autoria de Manuel Homem, consiste num livro de registo dos pagamentos aos trabalhadores e dos gastos com alguns materiais referentes a obras realizadas em Azamor entre Julho de 1528 e Outubro do mesmo ano.

NA 869 – «Livro dos tributos reais com que os mouros e alarves da cidade de Almedina toda a Duquela e a terra da Xiatima com os seus castelos contribuíram aos reis deste reino, os quais começaram a pagar nos anos de 1510 e 1512». Sendo o seu título assaz explícito, trata-se de um manuscrito de 54 fólios, vital para a compreensão das relações entre a cidade, ocupada pelos europeus, e o campo, dominado pelos muçulmanos, no período de maior apogeu da presença portuguesa naquela região Sul de Marrocos.

Entre as tarefas previstas para o ano 2009 salientam-se:

- Realização de uma segunda campanha de trabalho de campo de Azamor, tanto ao nível do levantamento arquitectónico como da investigação arqueológica.
- Publicação de um volume temático sobre as relações Portugal Marrocos, reunindo algumas das comunicações do primeiro e segundo colóquios de história luso-marroquina, realizados em Casablanca e El Jadida em 2005 e Lagos em 2006.
- Edição das actas do *Congresso Internacional de História: Portugal e o Magrebe*.
- Continuação da transcrição dos códices do Núcleo Antigo da Torre do Tombo relativos ao Sul de Marrocos.
- Conclusão da inventariação e organização da base de dados da documentação publicada sobre o tema.
- Participação no 5.º *Colóquio de História Luso-Marroquina*, previsto para El Jadida em Novembro de 2009.
- Preparação da sessão «The 'European' city in the Maghreb: society and space clashes in the Early Modern period», coordenada por dois membros do projecto, no âmbito da *10th International Conference on Urban History*, que se realizará em Ghent, em 2010.

A EQUIPA DO PROJECTO
(CHAM e Universidade do Minho)

Relações de Portugal com a Pérsia durante a União Ibérica. Os «Comentários» de D. Garcia de Silva y Figueiroa

(PTDC/HAH/69734/2006)

Entidade Financiadora: Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Unidade de Investigação Promotora: CHAM

Investigador Responsável: Rui Loureiro

Durante a União Ibérica (1580-1640), as relações entre o Estado Português da Índia e a Pérsia conheceram desenvolvimentos importantes. Os monarcas espanhóis tentaram cooptar os Safávidas para uma aliança estratégica contra o Império Otomano, despachando sucessivas embaixadas para a corte persa. Entretanto, a ascensão de Xá 'Abbas (r.1587-1629) ao poder coincidiu com a chegada ao Oceano Índico de potências europeias rivais dos Portugueses, nomeadamente os Ingleses, que desde cedo procuraram estabelecer relações com a Pérsia. A embaixada de D. Garcia de Silva y Figueroa à Pérsia, que decorreu entre 1614 e 1624, insere-se neste contexto mais vasto. Os resultados da embaixada não foram brilhantes, pois ela desenvolveu-se num ambiente duplamente hostil: enquanto espanhol, o embaixador não encontrou um acolhimento amigável da parte das autoridades Goa; e a sua postura de altivo aristocrata espanhol não parece ter sido apreciada nem na corte Safávida, então em processo de ruptura com Farangis portugueses, nem junto das comunidades de missionários portugueses desde longa data estabelecidas na Pérsia. O embaixador, sem obter quaisquer resultados significativos, viria a falecer em 1624, na viagem de regresso a Portugal.

Silva y Figueroa, contudo, foi um diarista verdadeiramente compulsivo, e ao longo da sua missão de vários anos, para além de redigir um alargado conjunto de missivas diplomáticas, escreveu uma longuíssima relação de viagem, os *Comentarios*, que apenas seria publicada em 1903-1905 em Madrid. Publicada numa edição reservada, a obra pouco circulou, e nunca mais voltou a ser editada, sendo praticamente desconhecida da historiografia portuguesa. E contudo, os *Comentarios* versam, por um lado, assuntos de interesse português ou luso-persa, enquanto, por outro lado, constituem um vasto repositório de dados sobre as regiões visitadas pelo seu autor. Uma síntese do respectivo conteúdo revelará o extraordinário valor documental da obra: o livro I (vol.1, pp.1-125 da edição espanhola abaixo identificada) relata as peripécias de uma viagem marítima entre Lisboa e Goa; o livro II (vol.1, pp.127-217) descreve a vida em Goa; o livro III debruça-se sobre Mascate e Ormuz (vol.1, pp.219-268); os livros IV, V, VI e parte do VII (vol.1, pp.270-394 e vol.2, pp.1-449), para além de relatarem as peripécias da embaixada, descrevem as peregrinações de Silva y Figueroa por territórios da Pérsia, registando ainda valiosas informações sobre a Ásia Central; parte do livro VII e o livro VIII (vol.2, pp.451-620) registam o regresso a Goa e a viagem de volta a Portugal. Em suma, os *Comentarios* de D. Garcia de Silva y Figueroa configuram uma fonte de excepcional importância para a história do Estado da Índia

no período da União Ibérica, e sobretudo para a história das pouco estudadas relações que a Coroa Ibérica, a partir de Goa, manteve com a Pérsia Safávida.

O projecto em desenvolvimento no CHAM visa a edição crítica dos *Comentarios* (1624) de D. Garcia de Silva y Figueroa, incluindo transcrição, anotações e estudos. Enquanto a edição crítica será produzida pela equipa de investigação (constituída por Rui Manuel Loureiro, Zoltán Biedermann, Vasco Pacheco, Maria João Pacheco Ferreira e José Manuel Garcia), com apoio de consultores externos, os estudos resultarão de vários seminários internacionais. Prevê-se a publicação de dois volumes, integrando os *Comentarios* de D. Garcia de Silva y Figueroa, e também a edição de dois volumes complementares, que reunirão as anotações e diversos ensaios sobre o autor, a obra e o seu contexto internacional.

Os *Comentarios* de D. Garcia de Silva y Figueroa são perfeitamente desconhecidos em Portugal e estão totalmente esquecidos em Espanha. Contudo, constituem um extraordinário manancial informativo sobre a história do Estado da Índia, sobre a história da Pérsia e sobre a história das interações ibero-persas. Pressupõe-se que a edição dos quatro livros previstos no projecto, as participações da equipa de investigação em encontros nacionais e internacionais, as publicações parcelares, e os encontros científicos a organizar contribuirão para alargar o conhecimento geral sobre uma época e sobre uma área geográfica pouco estudadas entre nós. Num momento em que as relações entre o Ocidente e o Irão conhecem momentos de especial tensão, parece especialmente apropriado relembrar, e divulgar, uma fonte fundamental quer para a compreensão da história do relacionamento ibérico com a Pérsia, quer para a reconstituição das mais diversas facetas da realidade política e cultural iraniana do século XVII.

O único manuscrito completo dos «Comentários de Don Garçia de Silva, que contienen su viaje á la Índia y de ella á Persia», cópia setecentista do original concluído em 1624, conserva-se na Biblioteca Nacional de Madrid, depósito onde se encontra também um outro manuscrito incompleto um pouco mais tardio. Em 1668 foi publicada em Paris uma versão francesa da obra, repleta de lapsos e bastante incompleta, pois faltam-lhe os quatro primeiros livros, com o título de *L'Ambassade de D. Garcias de Silva Figueroa en Perse*, sob a responsabilidade de Abraham de Wicqfort. A primeira e única edição integral do manuscrito foi impressa em Madrid em 1903-1905, em dois tomos, por Manuel Serrano y Sanz, com o título *Comentarios de D. Garcia de Silva y Figueroa de la embajada que de parte del rey de España don Felipe II hizo al rey Xa Abas de Persia*, com breve introdução, mas sem quaisquer anotações. Tratava-se de uma edição reservada, que conheceu escassíssima circulação, publicada pela Sociedad de Bibliófilos Españoles (em Portugal pode encontrar-se um exemplar no Gabinete de Estudos Olisiponenses). A obra de D. Garcia de Silva y Figueroa não voltou a ser editada desde então. Os *Comentarios* têm sido sistematicamente ignorados pela historiografia portuguesa, apesar de constituírem uma fonte de primeira ordem para a história da presença portuguesa no Oriente, e para a história do relacionamento luso-persa, no tão pouco investigado período da União Ibérica.

A historiografia internacional tem utilizado escassamente a obra de D. Garcia de Silva y Figueroa; o historiador dinamarquês Niels Steensgaard, autor de *The Asian Trade Revolution of the Seventeenth Century* (Chicago, 1974), constituirá a excepção mais relevante. Em Espanha, e mais recentemente, apesar de não existir uma nova edição dos *Comentarios*, a figura do embaixador tem despertado alguma atenção, pois podem-se citar duas obras importantes: por um lado, a biografia preparada por

Carlos Alonso, talvez demasiado apologética, *D. García de Silva y Figueroa, Embajador en Persia* (Badajoz, 1993); por outro lado a publicação do *Epistolário Diplomático*, com desenvolvida introdução e anotações, por Luís Gil (Cáceres, 1989). Ambas as obras, contudo, são de difícil acesso, já que foram publicadas por instituições de âmbito regional em Espanha. Assim, os *Comentarios* de D. Garcia de Silva y Figueroa permanecem indisponíveis, mesmo para leitores mais especializados. O presente projecto visa precisamente preencher essa lacuna.

De acordo com o estabelecido na proposta original apresentada à FCT, o CHAM organizou um primeiro workshop destinado a lançar as bases do projecto de edição dos *Comentarios* de D. García de Silva y Figueroa. O workshop teve lugar em Abril de 2008 nas instalações da FCSH-UNL (Auditório 2), constando de dois dias de trabalho, tendo sido possível definir metodologias e metas concretas relativamente ao desenvolvimento do projecto.

Relativamente à transcrição/fixação do texto dos *Comentarios*, ficou estabelecido que depois de ter sido passado o texto de Serrano y Sanz (1903-1905) por um scanner e por um programa de OCR, deverá proceder-se à comparação e correcção do texto assim obtido com o manuscrito principal existente na Biblioteca Nacional de Madrid. Assim será obtido um novo e rigoroso texto-matriz, ponto de partida do projecto de edição. Este trabalho, que se estima poder demorar cerca de seis meses, deverá ser entregue a um investigador com conhecimentos de paleografia castelhana. As normas de transcrição serão fixadas pela equipa de investigação, tendo em conta as recomendações do primeiro workshop (que apontam para uma prática conservadora). Deverá depois ser cotejado o texto-matriz com o segundo manuscrito castelhano existente na Biblioteca Nacional de Madrid, assim como com a edição francesa de Abraham de Wicfort, a fim de se detectarem eventuais incongruências, correcções, problemas com antropónimos e topónimos. As divergências, que se crêem ser poucas, deverão ser registadas em notas de rodapé ao texto-matriz. O cotejamento com o manuscrito n.º 2 deverá ficar a cargo da pessoa que se ocupa do cotejamento com o manuscrito principal. A comparação com a edição francesa poderá ficar a cargo da equipa de edição.

Quanto às anotações aos *Comentarios*, foram definidas algumas regras. A equipa de investigação procederá a uma nova leitura integral dos *Comentarios* na versão de 1903-1905, estabelecendo quais os elementos do texto que deverão ser anotados e comentados. Sugerem-se quatro tipos de anotação: A) Notas filológicas ao texto, em rodapé (para apontar correcções, possíveis divergências de sentido devidas à pontuação, etc.). Estas notas estarão em primeiro lugar a cargo da pessoa que cotejará os textos, as dúvidas serão esclarecidas em colaboração com os consultores espanhóis. B) Notas filológicas, remetidas para um glossário, onde se explicam palavras que ficaram depois fora de uso ou ganharam novos sentidos, etc. Remetendo estas para um glossário final, evitar-se-á a repetição de notas num texto de 1000 páginas. C) Identificações de antropónimos, topónimos, etnónimos, nomes de animais etc., muito breves, a incluir no índice geral da obra. Fica em aberto a possibilidade de estas notas conterem referências bibliográficas. D) Notas de comentário a aspectos que merecem um aprofundamento em espaço reduzido, limitado p.e. a dez linhas. Estas notas poderão ficar num volume junto com os índices. Fica em aberto a questão de como organizar estas notas quando certos aspectos se vão repetindo ao longo do texto. E) Estudos sobre aspectos que constituem elementos maiores do texto, p.e., «a vida a bordo nos *Comentarios*», «Goa nos *Comentarios*», «as cidades persas nos *Comentarios*», «as fontes clássicas de D. García», etc. Estes estudos serão

encomendados directamente a especialistas nos assuntos em questão, sendo apresentados no decorrer de um segundo workshop.

Ficou assim definida a estrutura preliminar da nova edição dos *Comentarios*: Volumes 1 e 2: Texto com notas de tipo A); Volume 3: Índice/glossário, e ainda notas de tipo B), C), D); Volume 4: Estudos seguindo os critérios de tipo E). Quanto ao calendário de actividades, prevê-se que o texto-matriz esteja concluído em Agosto de 2009 e que o segundo workshop se reúna em Setembro de 2009, para apresentação dos estudos contextualizantes. O programa de anotações decorrerá também ao longo de 2009. Numa perspectiva optimista, o projecto de edição dos *Comentarios* poderia estar finalizado até meados de 2010, colocando finalmente à disposição dos especialistas e do público interessado uma obra fundamental da cultural ibérica seiscentista.

RUI MANUEL LOUREIRO
(CHAM e Câmara Municipal de Lagos)

PIAS – Projecto de intervenção Arqueológica Subaquática dos Sítios Angra A, Angra B, Angra D, Angra E e Angra F (Terceira).

Contribuição para o estudo, salvaguarda e valorização turístico-cultural dos vestígios relacionados com o porto de Angra como escala da navegação atlântica do período moderno

Entidade Financiadora: Direcção Regional da Cultura (DRaC), no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Actividades Culturais da Região Autónoma dos Açores no domínio «Levantamento do património cultural» (2006-2009)

Unidade de Investigação Promotora: CHAM

Apoios: Clube Náutico de Angra

Investigador Responsável: José Damião Rodrigues

Investigador Responsável pelos trabalhos arqueológicos: José Bettencourt

O projecto PIAS visa estudar o porto de Angra e as navegações transoceânicas que, do século XVI ao século XIX, tinham escala nos Açores, através do estudo de vários sítios arqueológicos localizados nesta baía e do cruzamento dos dados arqueológicos com fontes escritas. Até ao momento, foram efectuadas três campanhas de terreno, nos Verões de 2006, 2007 e 2008, tendo como objecto os naufrágios Angra A, B, F, I e J, numa área de fundeadouro localizada durante prospecções na parte central da baía. Os trabalhos foram essencialmente não intrusivos, consistindo no registo das estruturas náuticas e materiais de superfície, procurando-se avaliar o potencial científico e patrimonial do registo arqueológico.

A investigação histórica, além da recolha e análise da vasta bibliografia já existente, tem incluído a sistematização dos dados relacionados com a organização e os movimentos do porto de Angra no período em análise. Esta tarefa é essencial na fase de interpretação e integração cultural dos vestígios arqueológicos, sendo ainda importante para o estudo dos processos de formação do registo arqueológico.

Resultados arqueológicos mais relevantes

No navio Angra B, já registado em trabalhos anteriores¹, verificou-se que a parte conservada do casco corresponde a um dos bordos, protegido sob um *tumulus* de lastro (18 x 11m). A estrutura em madeira da embarcação apresenta características que sugerem tratar-se de um navio de médio porte do século XVI, de tradição ibero-atlântica. A combinação e organização dos elementos identificados (pregadura, quilha, escoas ou tabiques) e as suas dimensões (largura e espessura do tabuado, por exemplo) foram reconhecidos em navios construídos na costa norte da Penín-

¹ Kevin CRISMAN, «Angra B: the lead-sheathed wreck at Porto Novo (Angra do Heroísmo, Terceira island, Azores, Portugal)», in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2.1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 1999, pp. 255-262.



Fig. 1 – Localização da baía de Angra com a posição dos sítios de naufrágio intervencionados no âmbito do PIAS.

sula². As cavernas estavam fixas à quilha com dois pregos em ferro e o cavername, a sobrequilha e a quilha com cavilhas no mesmo metal, que surgiam a cada quatro cavernas. No interior, esta estrutura era reforçada e protegida por escoas e um forro interior. O tabuado exterior, parcialmente forrado com chapa de chumbo, estava fixo ao cavername com pregadura mista. Os materiais arqueológicos, dispersos por todo o contexto, incluem fragmentos de cerâmica comum (entre os quais anforetas), balas em chumbo, pregos em liga de cobre e parte de um fundo de vasilha em madeira. Na periferia foi descoberta uma pequena peça de artilharia, outras concreções em ferro e um couce de popa em madeira³.

² Brad LOEWEN, «The Red Bay vessel. An example of a 16th-century Biscayan ship», in *Itsas Memoria. Revista de Estudios Marítimos del País Vasco*, 2, Donostia-San Sebastian, Untzi Museoa-Museo Naval, 1998, pp. 193-199. Sobre o conceito e as características dos navios ibero-atlânticos ver, por exemplo, Thomas OERTLING, «The Concept of the Atlantic Vessel», in Francisco Alves (ed.), *Proceedings International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2001, pp. 233-240; Filipe CASTRO, «In Search of Unique Iberian Ship Design Concepts», in *Historical Archaeology*, 4.2 (2) (2008), pp. 63-87.

³ Francisco ALVES, Eric RIETH, Paulo RODRIGUES, Miguel ALELUIA, Ricardo RODRIGO, Catarina GARCIA e Edoardo RICCARDI, «The hull remains of Ria de Aveiro A: a mid-15th century

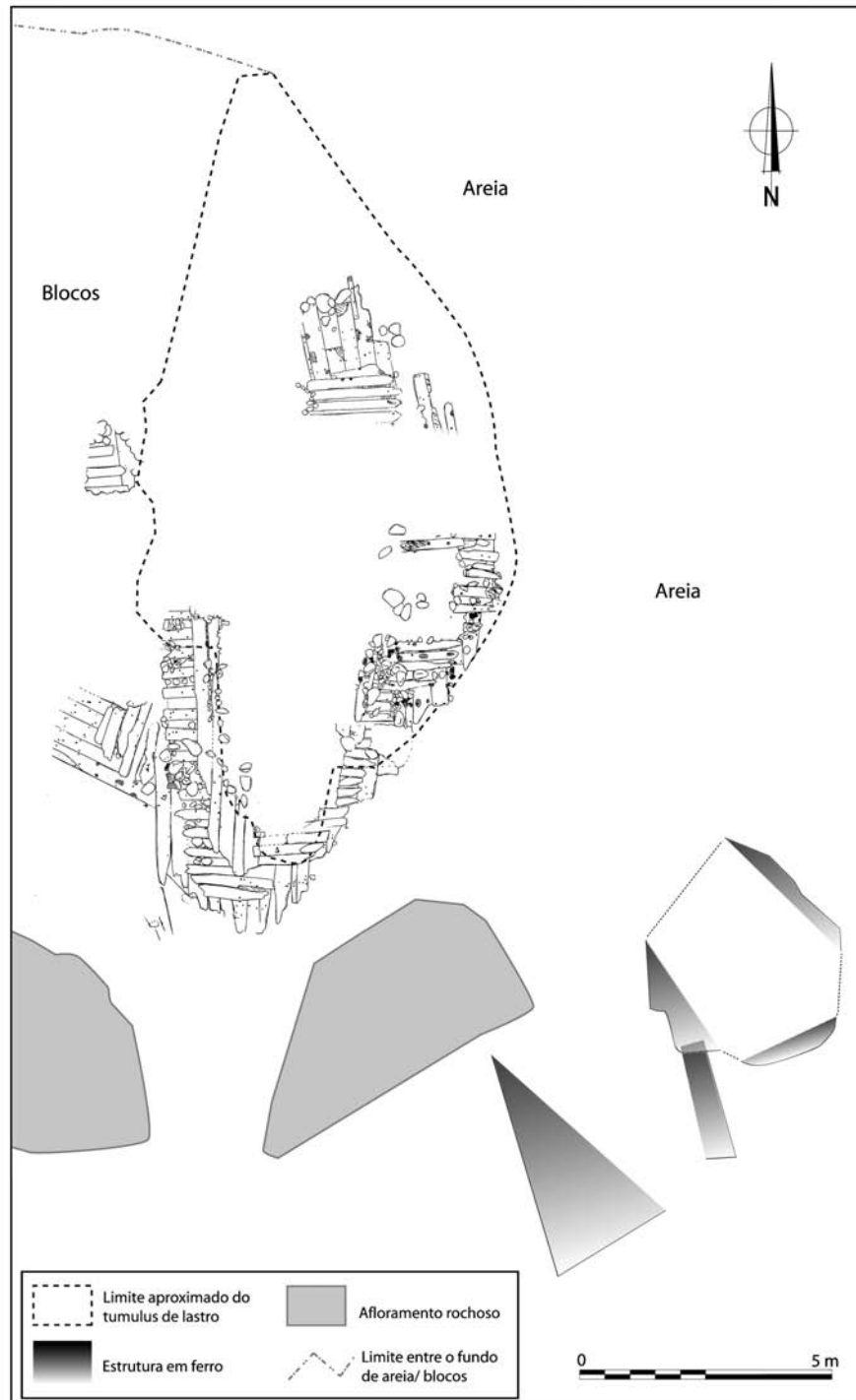


Fig. 2 – Planta geral do sítio Angra B após a campanha de 2008



Fig. 3 – Vista geral da extremidade sul de Angra B com identificação dos elementos do navio: Q – quilha; Fe – tábuas do forro interior; Cv – caverna; Fi – tábuas do forro interior; Br1 – primeiro braço; Br2 – segundo braço; Tb – tabique; Es – escoa.

Os trabalhos efectuados no navio Angra F permitiram delimitar o núcleo central dos vestígios (15×7 m). Nesta área conserva-se um *tumulus* de pedras de lastro, onde afloram parte da quilha, da sobrequilha, do complexo do mastro principal, o arranque das balizas e tábuas do forro exterior. As características arquitecturais desta estrutura encontram também paralelos em navios ibéricos do século XVI. A quilha tem uma escarva lisa vertical e um alefriz nas faces laterais para encaixe das tábuas de resbordo, sendo semelhante, por exemplo, à mesma peça do citado navio Ria de Aveiro A. As cavidades visíveis no topo da sobrequilha para os pés de carneiro têm paralelos nas existentes nesse navio, no *San Diego* ou no exumado no Cais do Sodré. A expansão da sobrequilha para suporte do mastro principal aparece nos vestígios de Highborn Cay, Cattewater, *San Juan*, Rye A ou Western Ledge. Outras semelhanças dizem respeito à pregadura mista utilizada na ligação entre o tabuado – balizas e braços – cavernas, ou a presença de cavilhas em ferro a ligar a sobrequilha, as cavernas e a quilha⁴. As dimensões dos elementos sugerem que se trata de um navio de

shipwreck from Portugal: a preliminary analysis», in Francisco Alves (ed), *International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition: Hull remains, manuscripts and ethnographic sources: a comparative approach*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2001, pp. 317-345; João Baptista LAVANHA, *Livro Primeiro da Architectura Naval*, Lisboa, Academia de Marinha, 1996. Nesta fase, as características e o estado de conservação destes materiais não permitem associar este couce ao navio Angra B.

⁴ T. OERTLING, «The Concept», cit., pp. 233-240.

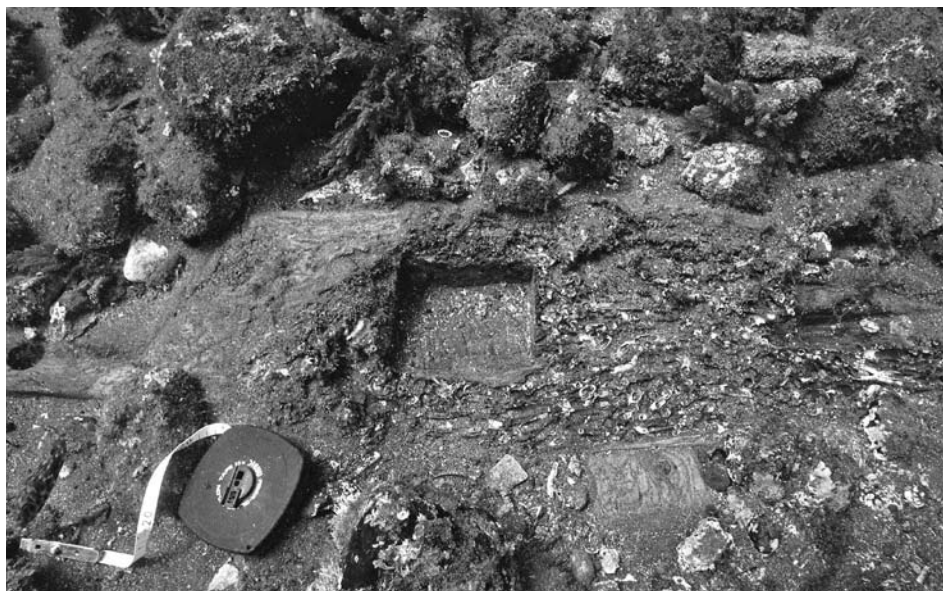


Fig. 4 – A carlinga do mastro principal de Angra F: em primeiro plano, do lado direito, observa-se um chapuz

pequeno/médio porte, muito semelhante ao Ria de Aveiro A. Além da estrutura, foram observados alguns fragmentos de cerâmica comum⁵ e pregos em liga de cobre.

Os vestígios de Angra J estão visíveis entre blocos e correspondem a uma pequena parte da estrutura em madeira de um navio. Os dados actualmente disponíveis sugerem tratar-se da extremidade de popa de um navio de grande porte, com encaixes para a base de assentamento das picas, característica que surge essencialmente em navios ibéricos dos séculos XVI e XVII⁶. Entre os materiais localizados destaca-se um apito em liga de cobre, com paralelos em peças do século XVI recuperadas no *Ann Francis* (1583), no *Girona* (1588) ou no Western Ledge⁷, uma espada e um canhão em ferro.

Foram também efectuados trabalhos em Angra A e na sua periferia, navio com características arquitecturais do século XIX⁸. Foram recuperadas uma placa em

⁵ Um dos fragmentos corresponde a cerâmica da região de Aveiro/Ovar, com paralelos em materiais do navio Ria de Aveiro A. Cf. José BETTENCOURT e Patrícia CARVALHO, «A carga do navio Ria de Aveiro A (Ílhavo, Portugal): uma aproximação preliminar ao seu significado histórico-cultural», in *Cuadernos de Estudios Borjanos*, L-LI (2007-2008), Borja, Centro de Estudios Borjanos e Institución Fernando el Católico, pp. 257-287.

⁶ F. CASTRO, «In Search ...», cit., pp. 63-87.

⁷ Mark REDKNAP e Edward BESLY, «Wreck de mer and dispersed wreck sites: the case of the *Ann Francis* (1583)», in Mark Redknap (ed.), *Artefacts from Wrecks. Dated assemblages from the Late Middle Ages to the Industrial Revolution*, «Oxbow Monograph 84», 1997, pp. 191-207.

⁸ Nomeadamente o forro e a pregadura em ligas de cobre. Cf. Kevin CRISMAN e Brian JORDAN, «Angra A: the lead-sheathed wreck at Porto Novo (Angra do Heroísmo, Terceira island, Azores, Portugal)», in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2.1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 1999, pp. 249-254.

ardósia com inscrição cursiva em inglês, parcialmente legível (*Remains on Board*), e uma fêmea de leme em liga de cobre, sugerindo grande potencial do sítio.

Durante as três campanhas, foram detectadas evidências de mais naufrágios em três áreas distintas, ainda não caracterizadas. Na primeira (Angra I) surgia um *tumulus* de lastro que cobria estruturas em madeira enterradas na areia. Na segunda, observava-se uma acumulação de blocos, entre os quais se localizou um bordo de anforeta. Na terceira surgia um conjunto de materiais dispersos à superfície, presumivelmente do século XIX.

Além dos sítios de naufrágio foram localizados diversos materiais de superfície relacionados com actividades portuárias: cachimbos, caldeirões em cobre, faiança, cerâmica comum, pedras de lastro, âncoras, peças líticas ou elementos em madeira e metal de embarcações de distintas cronologias. Entre a cerâmica, encontram-se produções atribuídas à região de Aveiro-Ovar, com paralelos no navio Ria de Aveiro A ou na área Ria de Aveiro B/C e cronologias entre o século XV e XVII⁹, anforetas dos séculos XVI a XVIII¹⁰ ou faiança portuguesa do século XVII.

Integração cultural e considerações finais

Os resultados do PIAS são muito relevantes do ponto de vista arqueológico e patrimonial. As evidências identificadas em Angra B e F sugerem que ambos estão relacionados com a navegação de origem ibérica: Angra B tem paralelos em embarcações envolvidas, por exemplo, na caça à baleia na Terra Nova ou na navegação e exploração da América espanhola; Angra F tem semelhanças no navio de pequeno porte Ria de Aveiro A, descoberto com uma carga de cerâmicas de fabrico regional. Angra J, apesar da pequena dimensão da estrutura, também poderá ter a mesma origem e cronologia. Dos sítios até agora estudados, o único com uma origem e cronologia distinta parece ser Angra A, um navio do século XIX que documenta a continuidade da utilização do porto de Angra pela navegação estrangeira.

Não é, porém, possível nesta fase associar estes vestígios a uma rota em particular, tendo em consideração a multiplicidade e importância das que passavam por Angra no período moderno. Conforme foi já demonstrado por inúmeros estudos, nomeadamente os de Avelino Teixeira da Mota e Artur Teodoro de Matos, as viagens de Cristovão Colombo e, sobretudo, de Vasco da Gama consagraram os Açores e, em particular, a baía de Angra como escala definitiva e fundamental no contexto das rotas atlânticas, além de referencial geográfico essencial em termos de orientação. Assim, não é de estranhar que os Açores tenham sido palco do confronto pelo domínio geoestratégico da navegação no Atlântico Norte em finais do século XVI ou que o padre Gaspar Frutuoso tenha considerado Angra a «universal escala do mar do poente»¹¹, sublinhando o papel que o porto detinha no sistema de rotas do Atlântico

⁹ Paula BARREIRA, Paulo DÓRDIA e Ricardo TEIXEIRA, «200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do século XVI a meados do século XVIII», in *2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, 1998, pp. 145-184; José BETTENCOURT e Patrícia CARVALHO, «A carga ...», cit., pp. 257-287.

¹⁰ Mitchell MARKEN, *Pottery from Spanish Shipwrecks 1500-1800*, Gainesville, Florida University Press, 1994.

¹¹ Cf. Gaspar FRUTUOSO, *Livro Sexto das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1978, p. 13.

e que, embora com menor projecção do que em Quinhentos, manteria nos séculos seguintes, inclusive com a concentração de vários navios no espaço portuário¹².

Neste contexto, a continuidade do estudo dos sítios de Angra impõe-se, devido às inúmeras questões e desafios que se colocam sobre os navios utilizados na navegação moderna nos seus mais diversos aspectos (tipologia, construção naval, vida a bordo ou comércio e rotas marítimas). Esta investigação impõe-se ainda devido à fragilidade do objecto de estudo. Na verdade, as observações efectuadas indicam que a reduzida disponibilidade sedimentar e dinâmica condicionadas pela ondulação e baixa profundidade assumiram-se como factores desfavoráveis para a preservação dos vestígios e contextos arqueológicos detectados na maioria dos sítios da baía de Angra, que continuam a ser afectados por processos físicos, químicos e biológicos complexos na actualidade. A protecção física dos vestígios mais importantes poderá ser uma solução a considerar, tendo-se por isso coberto o núcleo central de Angra B com rede de polipropileno no final da campanha de 2008. Porém, a análise dos efeitos desta medida poderá condicionar a sua utilização em outros naufrágios conhecidos ou obrigar à adopção de medidas suplementares de salvaguarda deste importante património, testemunho da história das ilhas e do mundo atlântico, cujo estudo e valorização por certo contribuirá para despertar a atenção de todos para a necessidade de preservar estes e outros sítios arqueológicos existentes.

Os vestígios arqueológicos, alvo do presente projecto, constituem uma amostragem de um conjunto de informações únicas sobre o pulsar do porto de Angra, devendo ser encarados e reconhecidos por todos como testemunhos singulares do passado, peças essenciais para podermos compreender a dinâmica do porto. Reconhecendo a crescente procura, à escala internacional, pelo turismo cultural e a curiosidade que as temáticas da arqueologia subaquática despertam, o interesse da história e da arqueologia pelo estudo do porto de Angra poderá permitir não só um avanço científico para o desenvolvimento das disciplinas da história, da arqueologia e da náutica nas vertentes dedicadas aos temas do Atlântico e dos Açores, como também a mobilização de um manancial de informações e de recursos turístico-patrimoniais que valorizarão a cidade de Angra do Heroísmo e o arquipélago dos Açores.

JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES
JOSÉ BETTENCOURT
(CHAM)

¹² Ana Catarina Abrantes GARCIA, *O Porto de Angra no século XVII e o sistema portuário do Atlântico*, dissertação de Mestrado em História Insular e Atlântica (séculos XV-XX), Angra do Heroísmo, Universidade dos Açores, 2008, policopiado.

Componente Patrimonial do Estudo de Impacte Ambiental. Ordenamento do Porto da Horta 1.^a Fase – Requalificação da Frente Marítima da Horta (Ilha do Faial, Açores)

Entidade Financiadora: Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, SA

Unidade de Investigação Promotora: CHAM

Investigador Responsável: José António Bettencourt

Em Maio e Junho de 2008 o CHAM realizou a prospecção arqueológica subaquática da área de implantação do Terminal Norte, a construir no âmbito do projecto de Ordenamento do Porto da Horta. Este estudo foi solicitado pela Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental no âmbito do Estudo de Impacte Ambiental (EIA). Aproveitando a experiência adquirida no desenvolvimento de projectos de investigação, este trabalho constituiu um importante avanço na capacidade de intervenção do CHAM neste domínio e permitiu a aquisição de dados relevantes sobre o património cultural subaquático existente na baía da Horta.

O estudo foi desenvolvido em duas fases. A primeira incluiu a realização de uma pesquisa documental preliminar, com o objectivo de definir um enquadramento histórico e avaliar o potencial arqueológico do sítio. A segunda consistiu na caracterização integral da área de incidência do projecto, através da prospecção visual e com detector de metais e da delimitação, georeferenciação e registo arqueográfico das ocorrências patrimoniais mais significativas.

Durante a prospecção foram localizadas na baía 69 ocorrências de origem antrópica, na maioria vestígios com valor patrimonial baixo. Alguns materiais, porém, revelaram importância histórica e etnográfica, como os antigos cabos telegráficos submarinos¹, uma mó em pedra ou pratos da *Empresa Insulana de Navegação*, em actividade de 1871 a 1974.

As prospecções permitiram também delimitar uma vasta zona (100×70m), onde se observavam materiais com elevado interesse patrimonial. Foram localizados quatro canhões em ferro muito semelhantes na morfologia e dimensões, bem como uma presa em marfim com cerca de 60 m, na mesma área onde tinham sido recuperadas anteriormente três presas, um almofariz e outros materiais².

Em toda a zona, que varia entre fundo rochoso e arenoso, foram também observadas várias chapas em liga de cobre, concreções em ferro, artefactos em chumbo, materiais líticos exógenos e um fragmento de porcelana azul e branca, um prato de balança em liga de cobre e uma colher em estanho.

¹ A instalação dos cabos telegráficos a partir de finais do século XIX foi determinante para a afirmação do porto da Horta, cf. César BARREIRA, *Um olhar sobre a cidade da Horta*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp. 38 e 133.

² Em Março de 2008 foram descobertos os primeiros vestígios nesta zona, por mergulhadores do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores. Posteriormente, a Direcção Regional da Cultura efectuou uma missão de reconhecimento do mesmo achado.

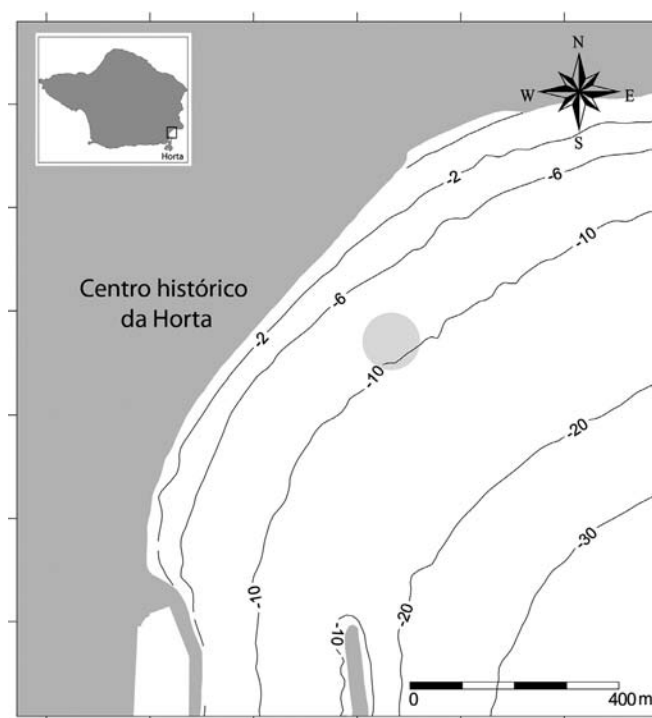


Fig. 1 – Localização da baía da Horta com a localização da área com vestígios arqueológicos mais relevantes.

Nesta fase, apesar de não ser possível interpretar cabalmente o registo arqueológico ou relacioná-lo com um evento histórico particular, os vestígios localizados assumem importância arqueológica considerável.

Por um lado, o marfim materializa um comércio relevante durante o período moderno, a partir do século XVI e até ao século XIX. O seu transporte sobre a forma de presas de elefante e de hipopótamo foi documentado em vários naufrágios portugueses dos séculos XVI e XVII: em Oranjemund (Namíbia), em Sunchi Reef (próximo do porto de Mormugão, na Índia)³, no IDM-003 (Ilha de Moçambique)⁴ ou na fragata portuguesa *Santo Antonio de Tanna* (Quénia, 1697). Esta matéria-prima foi também registada nos navios holandeses da VOC *Vergulde Draeck* (Austrália, 1656) e *Risdam* (Malásia, 1727); no navio dinamarquês *Fredensborg* (Noruega, 1768) e encontrava-se entre a carga do navio britânico *Child Harold* quando este naufragou na África do Sul em 1850⁵.

³ Sila TRIPATI e Gaur SUNDARESH, «Exploration of a Portuguese shipwreck in Goa waters, western coast of India», in *Bulletin of the Australasian Institute for Maritime Archaeology*, 30 (2006), pp. 127–136.

⁴ Vestígios prováveis do naufrágio da *Nossa Senhora da Consolação* (1608). Alejandro MIRABAL, *Interim Report on Underwater Archaeological Excavations off the Island of Mozambique and Mogincual*, from March to November 2006. Arqueonautas S.A, 2007.

⁵ Sila TRIPATI e Gaur SUNDARESH, «Exploration...cit., pp. 127-136.

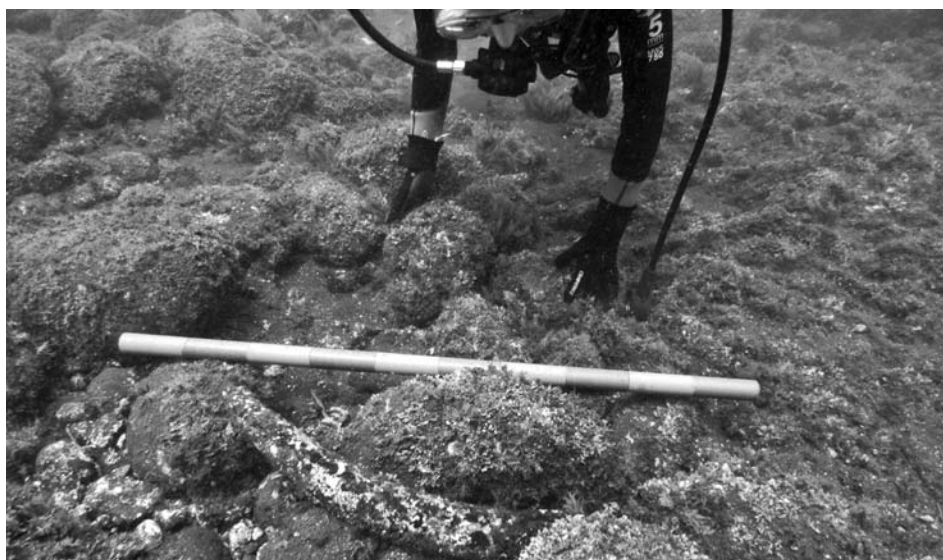


Fig. 2 – Presa em marfim (escala: 1 m).

Por outro, chapas e cavilhas em cobre foram utilizadas na construção de embarcações entre meados do século XVIII e finais do século XIX. O uso de folhas de cobre no revestimento dos cascos desenvolveu-se a partir de 1761 e era uma protecção contra o taredo naval, verme xilófago que ataca a madeira imersa, sobretudo em águas quentes. Posteriormente, a partir de 1780, o uso desta liga metálica alargou-se às fixações de todas as obras vivas do navio, como solução contra a corrosão que ocorria entre o forro de cobre e os pregos de ferro. Deste modo, a partir das últimas décadas de oitocentos, os navios de guerra e depois os navios mercantes passaram a ser revestidos a cobre e a utilizar pregaduras no mesmo metal⁶, solução técnica documentada em numerosos naufrágios, nomeadamente em Portugal nos navios Angra A⁷, Geo 5⁸ ou na fragata inglesa *HMS Pallas* (1783)⁹. À escala internacional a lista é extensa e compreende, entre outros, o *Sirius* (1790)¹⁰ ou o *USS Housatonic* (1864)¹¹.

⁶ Shea McLEAN e Claire PEACHEY, «Artifact Assemblage», in *Uss Housatonic Site Assessment*, Santa Fe, National Park Service – Naval Historical Centre, 2005, p. 88.

⁷ Kevin CRISMAN e Brian JORDAN, «Angra A: the lead-sheathed wreck at Porto Novo (Angra do Heroísmo, Terceira island, Azores, Portugal)», in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 2, n.º 1 (1999), pp. 249-254.

⁸ Cristóvão FONSECA, «A Equipa de Arqueologia Subaquática do Museu Municipal de Portimão. Balanço de 2 Anos de Actividade e Perspectivas Futuras», in *Xelb* 6, vol. I (2006), pp. 125-138.

⁹ Catarina GARCIA, «Intervenção Arqueológica Subaquática – HMS Pallas. Calheta, São Jorge», in *Atlântida*, XLVII (2002), pp. 347-360.

¹⁰ Myra STANBURY, *HMS Sirius: an illustrated catalogue of artefacts recovered from the wreck site at Norfolk Island*, Australian Institute for Maritime Archaeology Special Publication, n.º 7, 1994.

¹¹ Shea McLEAN e Claire PEACHEY, «Artifact ... cit», p. 88.

Tendo em consideração que estes vestígios, que apontam para a presença de um ou mais naufrágios na zona de implantação do molhe de protecção do porto, preconizaram-se, como principais medidas de minimização, a sondagem por escavação da área de dispersão de materiais, seguida pelo registo dos contextos e recolha dos artefactos localizados. Espera-se que a implementação destas medidas, que o CHAM se encontra actualmente a realizar, além da salvaguarda deste importante património, permita obter novos dados sobre a história do porto da Horta e da navegação no Atlântico.

JOSÉ BETTENCOURT
PATRÍCIA CARVALHO
CRISTÓVÃO FONSECA
INÊS PINTO COELHO
(CHAM)

Eventos

Colóquio *As Ilhas do Vinho*

Madalena (Pico, Açores), 6 a 8 de Março de 2008

Organização: CHAM, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Câmara Municipal da Madalena

Comissão organizadora:

Margarida Vaz do Rego Machado

Mário Viana

Rute Dias Gregório

O Centro de Estudos Gaspar Frutuoso do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores (CEGF), em parceria com o Centro de História de Além-Mar (CHAM), vem realizando, desde 2000, colóquios anuais sobre temáticas históricas, com o apoio de alguns municípios açorianos, tentando-se assim associar a investigação científica com a promoção cultural. Entre 6 e 8 de Março de 2008, realizou-se um novo encontro, tendo como principal parceiro a Câmara da Madalena do Pico, em cujo salão nobre foram apresentados os trabalhos.

A importância do vinho na História da ilha do Pico e na integração dos Açores nas rotas transatlânticas constituíram o pretexto para a realização do evento. Todavia pretendeu-se, como de costume, alargar o tema à História do Atlântico, incluindo a abordagem de produções de outros arquipélagos (Madeira e S. Tomé), privilegiando-se assim as ilhas de produção vinícola, do século XV aos nossos dias.

O enfoque no vinho levou a uma maior incidência na abordagem das problemáticas económicas, nomeadamente da sua produção e comercialização, da conjuntura específica que levou os habitantes do Pico a dedicarem a principal área de produção ao vinho e a sua importância para a integração dos Açores no circuitos mercantis internacionais, com especial relevo para as rotas do Brasil, embora as relações com as províncias Britânicas da América do Norte e com a própria Europa não tenham sido descuradas. A importância da economia do vinho ficou também demonstrada através da análise da política local, relevando o destaque dado nas respectivas posturas. Inevitavelmente os conceitos de periferia e centralidade foram revistos nesta ilha que, por não ter um bom porto, acabou por ficar à mercê da internacionalização do porto da Horta e da própria contrapartida que a ilha do Faial lhe dava com o envio de seus cereais.

O âmbito da análise foi alargado com temáticas de carácter cultural patrimonial e social, permitindo uma análise interdisciplinar com a antropologia e etnografia, demografia e sociologia. No campo cultural a abordagem dos temas variou desde a importância do vinho na carreira da índias para a celebração da missa, aos relatos de estrangeiros, como por exemplo de Henry Vizetelly, que testemunhou a crise vinícola da Madeira no século XIX, passando ainda pelas questões sociais e de

justiça associadas ao alcoolismo e, por fim o papel da imprensa na Ilha do Pico no final de oitocentos.

A discussão foi trazida à contemporaneidade com o ensejo de se discutir os problemas do *património*, tendo-se posto directamente o desafio à mesa-redonda para debater o tema: *O impacto das zonas classificadas do Pico na projecção dos Açores*. A ideia de que é fundamental preservar o património histórico local, relativo ao vinho e não só, foi talvez a mais incisiva, merecendo o apoio da própria edilidade, que mostrou desejo de que a investigação Histórica da ilha do Pico tivesse continuidade, assim como se iniciasse o estudo, conservação e divulgação das publicações periódicas do Pico, que constituem um espólio inestimável para o estudo dos problemas e da própria história daquela Ilha.

PROGRAMA

6 DE MARÇO

20.30h – Sessão de Abertura

Conferência de abertura pelo Prof. Doutor Avelino de Freitas de Meneses, Reitor da Universidade dos Açores e do CHAM.

7 DE MARÇO

9.30-12.30h

O património das ilhas do vinho.

Susana Goulard Costa (CEGF e CHAM)

A vinha e o vinho nas posturas municipais dos Açores.

Mário Viana (CEGF e CHAM)

Vinho e a celebração da missa a bordo:

o caso da Carreira da Índia no final do século XVI.

– João Paulo Oliveira e Costa (CHAM)

Entre açúcar e álcool: as ilhas do vinho nas rotas do Brasil nos séculos XVI e XVII.

Leonor Freire Costa (Instituto Superior de Economia e Gestão)

*Subsídios para o estudo da palmeira de dendém (*Elaeis guineensis* Jacq.) em São Tomé.*

Luís Pinheiro (CHAM)

A crise do vinho da Madeira e o testemunho de Henry Vizetelly (1880).

Nelson Veríssimo (CHAM)

15-19h

A vinha e o vinho nos Açores: de meados do século XVIII

ao aparecimento do ódio (1852-1853).

Paulo Silveira e Sousa (Instituto Universitário Europeu de Florença)

O alcoolismo: questão social e assunto da Justiça.
Susana Serpa Silva (CEGF e CHAM)

Terra escassa e desigualmente repartida.
O caso de S. Mateus do Pico nos finais do século XIX.
Susana Serpa Silva (CEGF e CHAM)

Ordenanças, finanças municipais e recursos produtivos da Ilha do rico
em começos de Oitocentos: um breve esboço.
Ricardo Madruga da Costa (CEGF e CHAM)

Fornos de secar figos na ilha do Pico.
Rui Martins (Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores)

A imprensa do Pico no último quartel do século XIX.
Carlos Cordeiro (CEGF e CHAM)

8 DE MARÇO

9.30-12h

Mesa-Redonda

O impacto das zonas classificadas do Pico na projecção dos Açores.

João Madruga (Director do Centro de Investigação de Tecnologias Agrárias da Universidade dos Açores) – Moderador

Frederico Cardigos (Director Regional do Ambiente)

Laura Isabel S. Serpa (Técnica Superior do Museu do Pico)

Manuel Tomás (Director do Conselho Executivo da Escola Cardeal Costa Nunes, Madalena)

Zilda França (Universidade dos Açores)

MARGARIDA VAZ DO REGO MACHADO
(Universidade dos Açores e CHAM)

Workshop *Os Comentários de Don García da Silva y Figueroa: Problemas Editoriais*

Lisboa, 7 e 8 de Abril de 2008

Organização: CHAM

PROGRAMA

Abertura: *O projecto de edição dos Comentários de don García de Silva y Figueroa*
Rui Loureiro (CHAM e Câmara Municipal de Lagos)

Comentários: *problemas e soluções na edição de textos antigos (séculos XVI-XVII)*
Maria Augusta Lima Cruz, coord. (Universidade do Minho e CHAM)
Rui Loureiro (CHAM e Câmara Municipal de Lagos)
Ana Paula Avelar (Universidade Aberta)
Dejanirah Couto (École Pratique des Hautes Études, Paris)
José Manuel Garcia (Gabinete de Estudos Olissiponenses)
Juan Gil (Universidad de Sevilla)
Luis Gil (Universidad Complutense de Madrid)

Conferências: *Portugueses, Otomanos e Safávidas*
El Golfo Persico en la tradición medieval
Juan Gil (Universidad de Sevilla)

Os Portugueses e o Golfo Pérsico
– Dejanirah Couto (École Pratique des Hautes Études, Paris)

Relaciones Luso-Persas durante la Unión Ibérica
Luis Gil (Universidad Complutense de Madrid)

Debate: *Como editar os “Comentários”?*
Zoltán Biedermann, coord. (CHAM)
Consuelo Varela (Escuela de Estudios Hispanoamericanos, Sevilha)
Dejanirah Couto (École Pratique des Hautes Études, Paris)
João Paulo Oliveira e Costa (CHAM e Universidade Nova de Lisboa)
Juan Gil (Universidad de Sevilla)
Luis Gil (Universidad Complutense de Madrid)
Maria João Ferreira (CHAM)
Rui Manuel Loureiro (CHAM e Câmara Municipal de Lagos)
Vasco Resende (École Pratique des Hautes Études, Paris)

II Workshop de História Marítima de Lagos

Sailors, Ships and Life on Board

Lagos, 10 a 11 de Abril de 2008

Organização: CHAM e Câmara Municipal de Lagos

Realizou-se em 10-11 de Abril de 2008, no salão nobre dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Lagos, o *II Lagos Maritime History Workshop*. Organizada por Rui Manuel Loureiro (Câmara Municipal de Lagos e CHAM) e Dejanirah Couto (École Pratique des Hautes Études, Sorbonne, Paris), esta iniciativa, colocada sob os auspícios da Câmara Municipal de Lagos, do Centro de História de Além-Mar e da École Pratique des Hautes Études, inscreve-se numa perspectiva pluridisciplinar que reúne regularmente, desde 2007, no quadro simbólico da «Lagos dos Descobrimentos», investigadores vindos de horizontes científicos e geográficos diversificados.

O tema deste colóquio, intitulado *Sailors, Ships and Life on Board* e no qual participaram um grupo internacional de especialistas de história marítima, arqueologia naval e construção naval, foi, como o anterior, consagrado ao estudo do mundo marítimo dos séculos XVI e XVII, mas focalizando mais concretamente desta vez as transferências tecnológicas navais, os contactos e as interações entre três potências marítimas, o Império Otomano, Portugal e a VOC, evoluindo entre duas grandes áreas, o Mediterrâneo e o Oceano Índico.

Se tivermos em conta a desproporção entre massa de documentação disponível, tanto nas fontes europeias como árabes ou otomanas, e os estudos acessíveis, trata-se de uma temática que só agora começa a ser explorada sobretudo no que diz respeito ao Índico. As diversas comunicações tiveram assim por objectivo lançar as bases de uma série de encontros regulares destinados a aprofundar o conhecimento das fontes narrativas, a estimular a troca e a confrontação de informações técnicas.

Neste primeiro colóquio, consagrado, em forma de preâmbulo, a uma primeira identificação e tratamento metodológico das problemáticas, foram abordados temas tais como a construção naval otomana no Mediterrâneo e no Índico, comparando-a com a portuguesa no Atlântico e no Índico (Alain Servantie, Comissão Europeia, Bruxelas; Filipe Vieira de Castro, Texas A&M University; Tiago Fraga, CEMAR); a utilização de embarcações tradicionais da Insulíndia pelos Portugueses (Jacky Dumenjou, EPHE); a questão da orientalização das armadas (Victor Rodrigues, IICT); as perdas da Carreira da Índia (André Murteira, CHAM); a gestão empresarial da construção naval (Leonor Freire Costa, ISEG); as redes «multinacionais» mercantis nos mares da China (Jorge Santos Alves, UCP); a recepção dos modelos de navios asiáticos na iconografia holandesa do século XVI (Arie Pos, Universidade de Coimbra); a actividade das armadas otomanas no Índico no século XVI (Jean-Louis Bacqué-Grammont, CNRS) e o recrutamento e composição social das tripulações na marinha otomana no século XVI no Mar Vermelho (Dejanirah Couto, EPHE); a vida a bordo e a circulação da matéria médica na Carreira da Índia (Timothy Walker, Universidade de Massachussets, Dartmouth).

A publicação das Actas deste colóquio, prevista para 2010, será um incentivo para a organização da próxima manifestação, que se focalizará mais concretamente sobre as questões técnicas ligadas à prática da guerra marítima. Este encontro deverá também articular-se com o projecto de colóquio a realizar-se em Lisboa, em 2010, sobre os confrontos luso-otomanos no Oceano Índico, o qual, para além das instituições já implicadas, poderá contar com a participação da Academia da Marinha.

DEJANIRAH COUTO
(École Pratique des Hautes Études)

**Colóquio Internacional *O Mundo dos Vice-Reis:*
Dimensões Institucionais e Universos Simbólicos
Barcelona, 29 a 30 de Maio de 2008**

Organização: CHAM; Departamento de História Moderna, Faculdade de Geografia e História, Universidade de Barcelona

PROGRAMA

29 DE MAIO

Bienvenida y presentación del encuentro

Maria de los Ángeles Pérez Samper, Pedro Cardim, Joan Luís Palos

Sesión 1 – Las monarquías de España y Portugal: un sistema de cortes virreinales?

*La Corte como organización política de las Monarquías Europeas (Siglos XIII-XIX).
Investigación en el Instituto Universitario «La Corte en Europa» (IULCE)*

José Martínez Millán (Universidad Autónoma de Madrid)

*Del 'Virreinato' al 'Estado de India', del 'Estado de India' al Imperio:
en torno al imaginário político de la colonización portuguesa*

Catarina Madeira Santos (École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris)

*Lealtades divididas. El gobierno de los virreyes de Nueva España entre monarquía,
élites locales y casa nobiliaria, 1621-1635*

Christian Büschges (Universität Bielefeld)

Casas y cortes vicereñas:

Apuntes para una tipología de los virreinos en la Monarquía Hispánica

Manuel Rivero (Universidad Autónoma de Madrid)

Virreyes, audiencias y magistrados en la Corona de Aragón: una alianza conflictiva?

Jon Arrieta (Universidad del País Vasco)

Particularidades de un virreinato 'castellano'. Los virreyes de Navarra (1513-1700)

Alfredo Floristán (Universidad de Alcalá de Henares)

Sesión 2 – Los virreyes y los poderes locales: una relación siempre conflictiva?

Virreyes y gobernadores del imperio ultramarino portugués (siglos XVII-XIX)

Nuno Monteiro (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa)

La institución virreinal en Aragón durante la Edad Moderna: un estado de la cuestión

Enrique Solano (Universidad de Zaragoza)

Los virreyes y los gobernadores de Lisboa (1583-1640). Características generales

Fernanda Olival (Universidade de Évora)

La expansión de la corona portuguesa y el estatuto político de los nuevos territorios

Pedro Cardim y Susana Münch Miranda (CHAM, Universidade Nova de Lisboa)

Gobernadores y virreyes de la América Portuguesa

Maria Fernanda Bicalho (Universidade Federal Fluminense)

30 DE MAIO**Sesión 3 – El gobierno de los virreyes: entre la cultura y la política**

Las redes de comunicación entre los virreyes de la monarquía hispánica. Las exequias de Felipe IV en Europa

Diana Carrió-Invernizzi (University of Cambridge)

El marqués del Carpio como virrey de Nápoles (1683-1687): entre afirmación de poder y política cultural

Alessandra Anselmi (Università della Calabria, Italia)

El virrey en la procesión: la traslación de las reliquias de San Ramón de Penyafort (Barcelona, 1608-1609)

Ignasi Fernández Terricabras (Universitat Autònoma de Barcelona)

Virreyes y ciudades. Los palacios y su contexto urbano: Nápoles, Lisboa y Barcelona

Joan Luís Palos y Joana Fraga (Universitat de Barcelona)

Los gobernadores generales de los Países Bajos.

El cambio de un modelo cortesano, político y militar bajo los Archiduques (1595-1609)

Bernardo García García (Fundación Carlos de Amberes y Universidad Complutense de Madrid)

Balance final y conclusiones

António M. Hespanha (Universidade Nova de Lisboa)

y Pere Molas (Universitat de Barcelona)

Colóquio Internacional

Cristianismo e Império: Conceitos e Historiografia

Tomar, 18 a 20 de Junho de 2008

Organização: CHAM e Instituto Politécnico de Tomar

Tendo-se realizado, de 18 a 20 de Junho de 2008, o *Colóquio Internacional Cristianismo e Império: Conceitos e Historiografia*, em Tomar, no Convento de Cristo, organizado pelo CHAM e pelo CEAA do Instituto Politécnico de Tomar, e estando em vias de se proceder à publicação das respectivas *Actas*, faz-se agora, decorridos alguns meses, um balanço de conjunto dos resultados.

Procurando uma reflexão sobre o estado actual da historiografia, o Colóquio beneficiou de importantes e inovadoras perspectivas, não apenas em termos informativos, como de enfoques, para um período que se estendeu preponderantemente dos finais do século XV aos do século XVII, abrangendo, quanto à geografia, espaços tão variados quanto S. Jorge da Mina e os Açores, a América do Sul (num paralelo entre o Peru e o Brasil) e a Índia, o Vietname e o Japão. Quanto aos assuntos, tocaram, desde o Padroado, jurisdição da Ordem de Cristo e política eclesiástica do império à acção catequética, e desta à interculturalidade e à arte, sob ângulos que focaram múltiplos campos, como a religião e teologia, pontos controversos da acção e a abordagem das comunidades em si.

Foi com as questões canónicas do Padroado e da organização eclesiástica do império que se abriu o Congresso, com a conferência do consagrado historiador Roland Jacques, que trouxe importantes precisões sobre as alterações ocorridas no reinado de D. Manuel, mostrando o afastamento que em parte se deu da lógica de cruzada para a mercantil, assim como uma certa viragem da jurisdição da Ordem de Cristo para a dos primeiros bispados ultramarinos.

A complexidade dos problemas do Padroado foi analisada ainda na especificidade do estatuto de São Jorge da Mina, por Fernando Larcher, quanto à jurisdição da referida Ordem, ao longo dos 155 anos da presença portuguesa no local, considerando três momentos da sua organização eclesiástica – os tempos da dependência do vigário de Tomar, os posteriores à criação das sés do Funchal e de S. Tomé e, por fim, os da acção da congregação *De Propaganda Fide*.

Na relação da Ordem de Cristo com o Padroado foi tratado, por Madalena Larcher, o projecto da criação de um seminário voltado para a formação de clero para os domínios ultramarinos, no convento de Cristo, do Cardeal D. Henrique, tema que, apesar de pontual, se mostra vasto no enquadramento que lhe confere a inteligibilidade: a sua relação com alterações na Ordem e na respectiva vigararia, intimamente associadas à reformulação no tribunal da Mesa da Consciência e Ordens e à génese das doutrinas do Padroado.

Uma importante perspectiva nas matérias do Padroado, a da posição da Santa Sé, foi trazida por Claude Prudhomme, especialista da história missionária e ponti-

fícia, numa comparação com épocas mais tardias: a política dos papas, neste campo, após a Revolução Francesa e os confrontos, na segunda metade do século XIX, com o Padroado. Expondo os argumentos das partes em conflito, apresentou os compromissos e os resultados, integrados numa visão global da história das missões, reflectindo sobre épocas anteriores, através de três prismas: o político-cultural, o eclesiológico e missionológico.

No que toca o panorama geográfico das relações entre espaços eclesiásticos e do império, o contributo de Susana Goulart Costa recaiu sobre os Açores, área de fronteira entre o reino e o mundo ultramarino, trabalhada sob o ângulo do discurso e dinâmica pastoral do episcopado, a partir da criação da sé de Angra, em 1534, apresentando o perfil do catolicismo neste arquipélago até finais do século XVII, em zona que marcou como de passagem para outras partes de além-mar e, consequentemente, como local de confluência de culturas.

Quanto à criação do clero nativo, aspecto delicado da ligação entre a política eclesiástica e a história institucional, de um lado, e as realidades dos povos, de outro, a comunicação de Ângela Barreto Xavier versou sobre a hostilidade entre os dois ramos do clero, sobretudo por ocasião da tentativa, no século XVII, de entrega das paróquias à hierarquia secular, mais passível de submissão às orientações metropolitanas. As críticas, atingindo mais duramente os naturais da Índia, vêm corroborar uma atitude discriminatória por parte do clero português, que àqueles procura reservar funções subalternas. As questões, na forma como são tratadas na correspondência diplomática com Roma, assim como no tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, ultrapassam de longe a simplista dicotomia colonizador/colonizado, devendo falar-se, não de clero indígena, mas de cleros nativos, sendo muito mais complexa a relação entre os diversos grupos do que em geral o enfoque da historiografia fez crer, assim como o foi o posicionamento das autoridades do reino.

A formação de uma congregação de catequistas na primeira metade de seiscentos no Tum Kim e na Cochinchina, territórios do actual Vietname, a partir, inicialmente, da vontade de acudir nesses locais aos japoneses perseguidos, foi o tema de Isabel Tavares Mourão, que nos delineou as peculiaridades da organização de um cristianismo clandestino naquelas regiões, num contexto muito particular, onde a Companhia de Jesus enfrentou grandes dificuldades, tendo sido a ideia de conversão dos naturais, assim como a de formação de um grupo de catequistas para auxiliar os padres e substituí-los quando necessário, o objectivo da viagem de Alexandre de Rhodes ao Tum Kim em 1627.

Para a *interculturalidade*, nomeadamente nas tensões que encerra, Teresa Lacerda trouxe uma reflexão sobre o cristianismo como um dos seus mais eficazes factores, num processo atribulado que abrangeu desde a estratégia da *tábua rasa* à da adaptação. A partir deste conceito actual, ponderou sobre a sua aplicação aos séculos XVI e XVII, aprofundando aspectos como o da genealogia das relações entre as culturas, os encontros, confrontos e hibridação das mesmas; a relação do fenómeno com as estratégias da Igreja europeia, questionando acerca de se acharem na base das mesmas, ou, pelo contrário, de resultarem precisamente da liberdade que constitui a distância entre centro e periferia; por fim, abordou ainda a reacção do direito canónico a este alargamento de horizontes processado através das missões.

No âmbito das relações entre culturas, João Paulo Oliveira e Costa focou a novidade que representou para a história das religiões um proselitismo levado a cabo à escala mundial, debruçando-se sobre os impactos de uma acção que se afirma de forma abrupta (e não de forma gradual como ocorreu com o Islão), por parte de pro-

tagonistas chegados de países distantes e manifestando-se como elementos de uma civilização estranha, analisando particularmente as representações sacras.

No âmbito das mesmas, Sofia Diniz mostrou a relevância da arte no Japão como veículo de comunicação entre as culturas, capaz, por vezes, de ultrapassar as potencialidades do vocabulário das línguas em universalidade e abrangência. Trabalhando a forma como a Companhia de Jesus usou, no arquipélago, a arte, nomeadamente a construção de igrejas, como ponte com as realidades locais, chamou a atenção para um compromisso necessariamente inovador neste cruzamento de horizontes, sacrificando-se o instituto em algumas cedências, mas mantendo os traços do seu perfil institucional.

Ainda sobre a arte, Anne McGuinness debruçou-se sobre a mesma no âmbito das devoções e festas religiosas, em particular a do *Corpus Christi*, a mais popular no Brasil e no Peru, onde simultaneamente se representa o poder da Igreja e as aspirações locais. Analisa o tema através de figurações da festa em quadros pintados por indígenas do Peru e, no Brasil, através das informações da correspondência com o reino. Apresentou a importância da mesma como factor de convergência e unidade e o papel da arte em reunir o que, por vezes, a doutrina divide, manifestando-se nela diversas culturas, facto que permite aplicar à história do cristianismo o conceito de *mestiçagem*, mantendo-se pertinente a questão levantada por Gauvin Baley quanto a, nestes festejos, os ameríndios se converterem ao cristianismo ou converterem o cristianismo.

Num tema próximo, Rowena Robinson abordou as representações sacras do cristianismo na Índia, centrando-se em quatro grupos fundamentais, chamando a atenção para a importância de ligar a história à antropologia, manifestando-se nas representações mais o confronto e a contestação do que um sincretismo harmonioso, e sendo a elaboração das representações do sagrado um campo por excelência de demarcação do perfil da personalidade de cada grupo, analisando esta afirmação de diferentes identidades na relação com regiões e comunidades específicas. Finalmente, mostrou como se mantêm no seio das representações tradicionais da universalidade cristã, sendo estes elementos muito importantes para uma posição crítica face à historiografia religiosa europeia.

Por fim, Paulo Matos apresentou a utilidade das técnicas de análise da demografia histórica para um estudo rigoroso das práticas em sociedades cristianizadas, trabalhando o caso dos territórios de Goa, onde desde o início se procedeu a um método de conversão dos hindus, através dos registos paroquiais, abordando essencialmente o respeito pela doutrina eclesiástica em três situações: concepções pré-nupciais e fora do matrimónio; respeito pelos *tempus feriarum* e incorporação de recém-convertidos.

Para além dos contributos dos conferencistas, muito importante foi, nos debates, o dos moderadores, todos nomes de referência da actual historiografia em temáticas afins: Pedro Cardim, José Pedro Paiva, Francisco Caramelo, Eugénio dos Santos, assim como de outros historiadores presentes, como António Matos Ferreira. Foi desta forma possível cruzar múltiplos assuntos, assim como comparar as realidades estudadas com outras similares nos tempos contemporâneos. Na realidade, a orientação do colóquio no sentido de uma reflexão entre especialistas mostrou-se fecunda, ao permitir, praticamente em todas as comunicações, relacionar aspectos, épocas e zonas distintas, não havendo, assim, fronteiras rígidas entre abordagens canónicas, políticas, geográficas ou catequéticas.

O Colóquio foi enriquecido por três momentos de um lazer ligado também à cultura e à arte: a visita guiada ao convento pela Dr.^a Amélia Casanova, especialista na iconografia da Charola; o concerto do coro da Associação Canto Firme (*O Cantar e o Tanger na Companhia de Jesus Portuguesa, da Expansão à Restauração*), na sessão inaugural; e, no encerramento, a representação de *O Nome da Rosa*, pela Associação Fatias de Cá.

Será sobretudo nas *Actas* que se materializará o contributo efectivo do Colóquio para os horizontes da historiografia. Nelas se incluirá a conferência de Jean Pirotte, que, por motivos de força maior, não pôde comparecer. A sua ausência, lamentada no Colóquio, será assim, de alguma forma compensada pela integração do texto, que se destinava a apresentar, nas matérias da história da difusão do cristianismo, a perspectiva da longa duração (*Entre uniformisation romaine et surgissements novateurs. Quinze siècles de tension dans l'expansion du christianisme*).

MARIA MADALENA LARCHER
(CHAM e Instituto Politécnico de Tomar)

Colóquio *A Diocese de Angra e a Evangelização Ultramarina* Angra do Heroísmo, 3 e 4 de Novembro de 2008

Organização: CHAM

Para a celebração dos 474 anos da fundação da Diocese de Angra (Açores), o Centro de História de Além-Mar organizou na Universidade dos Açores (no pólo da ilha Terceira) o Colóquio *A Diocese de Angra e a Evangelização Ultramarina*. Ao longo dos dias 3 e 4 de Novembro de 2008, data alusiva à bula fundadora de Paulo III, *Aequum reputamus*, de 3 de Novembro de 1534, pretendeu-se promover a discussão sobre temáticas relacionadas com a religiosidade no Império Português.

Sob a coordenação de João Paulo Oliveira e Costa (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), Susana Goulart Costa (Universidade dos Açores) e Madalena Jorge Oudinot Larcher (Instituto Politécnico de Tomar), o Colóquio teve oito comunicações que, no seu conjunto, foram relevantes para um balanço das fragilidades e potencialidades do conhecimento da história religiosa nacional externa à geografia europeia.

A motivação para o Encontro centrou-se, em primeira instância, no questionamento da promoção da expansão religiosa em espaços e cronologias distintas, lançando um olhar sobre as estruturas e os agentes religiosos não missionários. Na verdade, se a História Religiosa da Expansão Portuguesa retrata, com particular acuidade, as dinâmicas missionárias, o propósito do Colóquio *A Diocese de Angra e a Evangelização Ultramarina* foi chamar a atenção para outras esferas religiosas, com carácter mais ou menos permanente, e que agilizaram e/ou crisparam a evangelização ultramarina.

José Pedro Paiva (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra) inaugurou o Colóquio, com a conferência intitulada «O processo de nomeação episcopal e os bispos da Diocese de Angra na Época Moderna».

Em sequência temática sobre a diocese açoriana, seguiram-se as comunicações de Susana Goulart Costa (CHAM/Universidade dos Açores), que efectuou um balanço sobre a *História e Historiografia da Diocese de Angra: análises do passado; perspectivas do futuro*; de Maria Margarida Lalandia Gonçalves (CHAM/Universidade dos Açores), que caracterizou *O Clero açoriano nos primeiros séculos da Diocese de Angra*, e de Maria Fernanda Enes (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), sobre *A dinâmica pastoral de um bispo reformador: D. António Vieira Leitão*.

A última etapa do Encontro foi dedicada a outros espaços do Império. Assim, Maria João Soares (Instituto de Investigação Científica e Tropical) explorou *Os conflitos entre Bispos e Cabido em Cabo Verde*; Maria Madalena Pessoa Oudinot Larcher (CHAM/Instituto Politécnico de Tomar) abordou *As relações entre os tribunais civis e eclesiais no Maranhão*; e João Paulo Oliveira Costa (CHAM/Universidade Nova de Lisboa) e Carla Alferes Pinto (CHAM) deslocaram a nossa atenção para o Oriente,

o primeiro analisando *Os bispos do Japão e a formação do clero nativo* e a segunda apresentando a figura d' *O arcebispo de Goa Frei Aleixo de Meneses e a Embaixada à Pérsia*.

Como observamos, um dos temas dominantes do Colóquio foi a figura episcopal, apreciada em cinco das oito comunicações. Micro-biografias, sensibilidades pastorais, posturas comportamentais, relações sociais foram apreciadas em contextos diferenciados. E se esta centralidade na figura dos bispos não é original, foi aqui entendida como uma primeira pista para perceber como o modelo episcopal (idealizado) se adapta (numa praxis quotidiana) a condicionamentos geo-culturais específicos. Por outro lado, também inovadora foi a apresentação das temáticas da gestão episcopal: os conflitos entre as autoridades diocesanas e entre estas e diferentes estruturas laicas permitiram um alargamento das mais conhecidas análises sobre as cristações entre bispos, reis, conventos e outros padroeiros.

Igualmente relevante foi a atenção concedida ao Clero paroquial, mediador fundamental para a solidez diocesana. A apreciação da estrutura clerical secular assumiu duas vertentes. Por um lado, explorou-se o processamento de um clero formado na matriz europeia, apreciando-lhe a adaptação às exigências das reformas religiosas pós-renascentistas; por outro lado, observou-se a urgência em formar um clero de matriz não-europeia, teoricamente mais habilitado para reagir aos desafios localizados e garantir a ponte entre Roma e as condicionantes regionais. Ainda uma nota para destacar a inovadora associação entre uma dimensão historiográfica mais tradicional e a expressividade estética que a História Religiosa acarreta. Não sendo este um Encontro de História de Arte, pareceu importante à equipa coordenadora do Colóquio a inclusão da matéria artística, método de evangelização e expressão catequética de valioso proveito no amplo Império Ultramarino.

O Colóquio *A Diocese de Angra e a Evangelização Ultramarina* permitiu a abertura de novos horizontes historiográficos no que respeita à orgânica da Igreja Portuguesa na sua expressão ultramarina. Os desafios apontados foram múltiplos e espera-se que esta incipiente reflexão de grupo tenha consequências de maior porte. Neste sentido, será desejável que se ampliem os espaços de abordagem, para que seja possível efectuar uma comparação entre espaços atlânticos e não atlânticos e entre as dinâmicas de outros impérios europeus (nomeadamente o espanhol) com a experiência portuguesa. Numa perspectiva temática, as abordagens futuras poderão apresentar uma consolidação dos estudos sobre o clero autóctone (origens sociais, formação, carreira eclesiástica...); explorar a relação entre as dinâmicas missionárias e as demais instituições religiosas diocesanas e paroquiais; promover uma análise sobre as estruturas judiciais da Igreja e as relações com esferas de poder semelhantes; abordar a matéria financeira religiosa, classificando tipologias e utilizações de receitas e despesas; promover uma apreciação sobre a área educacional religiosa, onde se estude as acções desenvolvidas por seminários e escolas paroquiais e respectivos agentes educativos; garantir um olhar integrado do património artístico, material e imaterial, que a Igreja utiliza em prol da evangelização do «outro». Esperamos que estes e outros desafios se tornem cada vez menos ambições do futuro e que brevemente se tornem conquistas do presente.

SUSANA GOULART COSTA
(CHAM/Universidade dos Açores)

Colóquio Vieira, Baroque Portugal and Colonial Brazil**Providence, 7 e 8 de Novembro de 2008****Organização:** CHAM e Brown University**PROGRAMA****7 DE NOVEMBRO***Cultural Patterns of António Vieira's Representations of Brasil and Maranhão e Grão-Pará*

João Adolfo Hansen (Universidade de São Paulo)

8 DE NOVEMBRO**PAINEL I: THE TERRESTRIAL WORLD OF VIEIRA**

Moderador: Onésimo Almeida (Brown University, Department of Portuguese and Brazilian Studies)

Jesuits, Jews and New Christians: From Ignatius of Loyola to António Vieira.

Thomas Cohen (The Oliveira Lima Library / Catholic University of America, Washington, DC)

António Vieira and the Diplomatic Milieu of his Age

Pedro Cardim (CHAM, FCSH-UNL)

Vieira's Role in Times of Revolution. The Issue of the Brazilian Company.

Leonor Freire Costa (ISEG)

Discussant: Robert Douglas Cope (Brown University, Department of History).**PAINEL II: THE PROPHETICAL WORLD OF VIEIRA**

Moderador: Nelson Vieira (Brown University, Department of Portuguese and Brazilian Studies)

The Prophetic Empire of António Vieira.

Jacqueline Hermann (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

António Vieira and the Fifth Empire: A New Reading.

Ana Valdez (post-doc. Yale University)

Dreams and Prophecies: the Fifth Empire of Father António Vieira and the Portuguese Messianism in the 17th Century Portugal

Luís Filipe Silvério Lima (Universidade Federal de São Paulo)

Discussant: Osvaldo Pardo (University of Connecticut, Department of Modern and Classical Languages).

Concluding remarks: João Adolfo Hansen; Nicolás Wey Gómez (University, Department of Hispanic Studies).

Closing session: Jorge Flores e Pedro Cardim

Reading of «Sermão de Santo António aos Peixes» by Luca Prazeres (voice), Fabrício Prado (keyboard), Jeffrey Neilson (percussion), and David Mittelman (banjo and guitar).

Congresso Internacional de História: *Portugal e o Magrebe*
4.º Colóquio Internacional de História Luso-Marroquina
Lisboa e Lagos, 12 a 15 de Novembro de 2008

Organização: CHAM, Universidade do Minho, Câmara Municipal de Lagos

PROGRAMA

12 de Novembro (Lisboa)

1.ª Sessão: Antecedentes Medievais

Moderador: Bernard Rosenberger

O Ribat da Arrifana, no contexto espiritual e político, entre o Gharb e o Maghreb

Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes (FCSH-UNL, Lisboa)

Acerca das origens das relações entre Marrocos e Portugal:

Os casos de Ibn Qassî e de Geraldo, o Sem pavor

Abdallah Kawli

A presença de mouros no Algarve d'Aquém, após a Reconquista

Valdemar Coutinho

O Atlântico magrebino no final da Idade Média.

Palco por excelência do terror medieval ou ponto de partida de uma nova era...

Paulo Lopes

2.ª Sessão: Estratégias e Práticas

Moderador: António Dias Farinha

O Conde de Arraiolos e a política expansionista em Marrocos

Maria Dávila

*Techniques et Pratiques militaires portugaises au Maroc dans le XV^e siècle:
adaptations et innovations*

Vítor Rodrigues

La conquête militaire de Safi par les Portugais:

ses origines, son déroulement et ses conséquences immédiates

Bernard Rosenberger

3.ª Sessão: Economias e Redes

Moderador: Ahmed Boucharb

Activité pastorale et produits de l'élevage dans l'économie des places portugaises au sud du Maroc (Safi, Azemmour et Mazagan, première moitié du XVI^e siècle)

Yassir Benhima

*A subsistência de Azamor durante o domínio português:
apoios externos e recursos locais*

Maria Augusta Lima Cruz

Os Açorianos em Marrocos no século XVI

Fátima Galama e José Damião Rodrigues

*O comércio de espadas na «Guiné do Cabo Verde» e as suas ligações a Marrocos,
a Portugal e ao Norte da Europa (séculos XVI-XVII)*

José da Silva Horta

Fortunas judaicas de Salé.

Contribuição para o estudo dos negócios da «nação portuguesa» (século XVII)

José Tavim

13 de Novembro (Lisboa)**4.ª Sessão: Patrimónios e Espaços – 1**

Moderador: Rosa Varela Gomes

Vestígios arqueológicos del periodo portugués (1415-1640) en Ceuta

José M. Hita Ruiz, José Suárez Padilla e Fernando Villada Paredes

Ksar Seghir – Alcácer Ceguer. Duas realidades, um só espaço

Severino Rodrigues

Castelo Novo de Safi, approche historique & archéologique

Said Chemsí

5.ª Sessão: Patrimónios e Espaços – 2

Moderador: Rafael Moreira

Fouilles archéologiques à Azemmour, questions historiques et premières constatations

Azeddine Karra e André Teixeira

*O espaço urbano de Azamor durante a dominação portuguesa:
balanço duma primeira missão no terreno*

Jorge Correia e Ana Lopes

*Arzilla – a gravura incompleta de Georg Braun:
Apontamentos para o entendimento do processo de ocupação portuguesa no século XVI*
Lígia Grave, Pedro Baía, Sérgio Braga da Cruz

A Fortaleza de Mazagão – reflexão sobre as estruturas existentes
João Barros Matos

Mazagão: cidade quase ideal
Vania Oliveira, Marta Prego, Joana Silva

6.ª Sessão: Mazagão, de Marrocos à América – 1

Moderador: Otmane Mansouri

Mazagão no Tribunal do Santo Ofício
Paulo Drumond Braga

O Terramoto de 1755 em Mazagão
Augusto Ferreira do Amaral

O Abastecimento de Mazagão no Século XVIII: O Papel dos Açores
José Damião Rodrigues

*Du Maroc en Amazonie, en passant par Lisbonne:
Mazagão, la ville qui traversa l'Atlantique (1769-1783)*
Laurent Vidal

*A expansão portuguesa em África (séculos XV-XVIII)
e os seus reflexos no Norte da América Portuguesa*
Katy Motinha e Mauro Branch

7.ª Sessão: Representações e percursos

Moderador: Dejanirah Couto

*Portugal – Magrebe, anos 30 e 40 da centúria de Quinhentos:
imagens sustentadas e imagens criadas*
Maria Leonor Garcia da Cruz

Argel, vista por um cativo (em meados do século XVIII)
António Manuel Lázaro

*As Viagens de Frei João de Sousa ao Magrebe no século XVIII:
Percursos, Alojamentos e Práticas Alimentares*
Isabel Drumond Braga

Lançamento do livro

Implantação da cidade portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI, de Jorge Correia, editado pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, em colaboração com o projecto «Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XVI a XVIII)», no Convento dos Capuchos, com o apoio da Câmara Municipal de Almada. Apresentação do Prof. Doutor Rafael Moreira.

14 de Novembro (Lisboa)**8.ª Sessão: Cativos e Religiosidades**

Moderador: José Damião Rodrigues

Cativos e resgate – do Direito Medieval ao Direito Moderno. Algumas notas

Margarida Seixas

No contexto de um resgate geral de cativos:

Diogo Correia da Mota – embaixador de D. João V à corte de Marrocos (1728-1729)

Edite Alberto

9.ª Sessão: Relações e heranças

Moderador: Jorge Forjaz

As relações Portugal – Marrocos (1774-1788) segundo a «Gazeta de Lisboa»

João Cosme

O naufrágio da Fragata Tigre do Imperador de Marrocos em Dezembro de 1785.

As relações com Marrocos e a sua posterior inserção no espaço magrebino

Jorge Afonso

Herança Cultural, Imaginário Popular e Associativismo. Do Património Imperceptível ao Património Material. Que fazer com aldrabas, batentes e morábitos?

Luís Maçarico

15 de Novembro (Lagos)**10.ª Sessão: Discursos e Práticas de Guerra**

Moderador: Rui Loureiro

Falar de Violência em Marrocos nos Séculos XV-XVI.

A Perspectiva dos Cronistas Portugueses

Paulo Vicente

*La course au Maroc pendant la première moitié du XVI^e siècle:
une autre forme de résistance?*

Ahmed Boucharb

*Barberousse et les Portugais:
la course barbaresque vue des places luso-marocaines et d'ailleurs*

Vasco Resende

11.^a Sessão: Alcácer Quibir revisitado

Moderador: Maria Augusta Lima Cruz

Après 430 ans, peut on revoir l'histoire de la bataille d'Elksar ElKebir?

Otmane Mansouri

A batalha de Alcácer Quibir e a cronística portuguesa

José Manuel Garcia

12.^a Sessão: Mazagão, de Marrocos à América - 2

Moderador: Azzeddine Karra

*Da Costa de Marrocos às «terras dos Tucujus»:
a saga dos Mazaganistas, primeiros defensores da Amazônia*

Katy Motinha

*De Marrocos à Amazônia, passando por Lisboa:
Mazagão, a cidade que atravessa o Atlântico (1769-1783)*

Laurent Vidal

Lançamento do livro

O diário tangerino de Afonso Fernandes, edição, introdução e notas de Benjamin N. Teensma, editado pela Câmara Municipal de Lagos.

Colóquio Internacional *António Vieira, Roma e o Universalismo das monarquias Portuguesa e Espanhola*

Roma, 28 a 29 de Novembro de 2008

Organização: Dipartimento di Studi Storici, Geografici e Antropologici, Università Roma 3; CHAM; IPSAR - Istituto Portoghese di S. Antonio, Roma; Red Columnaria

Realizou-se em Roma, na Università degli Studi Roma Tre e no Istituto Portoghese di S. Antonio, nos dias 28 e 29 de Novembro de 2008, o Colóquio Internacional *António Vieira, Roma e l'universalismo delle monarchie portoghese e spagnola*, o qual foi promovido cientificamente pelo Centro de História de Além-Mar (CHAM) da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, Dipartimento di Studi Storici, Geografici e Antropologici della Università degli Studi Roma Tre e Red Columnaria.

O seu programa, estruturado em quatro sessões, constou de 19 conferências proferidas por académicos e investigadores oriundos de Universidades ou Centros de Investigação de Itália, Espanha, Portugal, França, Brasil, Estados Unidos e México.

O programa, cogitado de modo a proporcionar uma análise contextualizada da obra e do percurso de António Vieira, privilegiando o tempo e a relação que o célebre jesuíta manteve com Roma, teve a feliz coincidência de ser apresentado na cidade que então era considerada o «teatro do mundo», e que Vieira também utilizou como tal, muito beneficiando disso para a sua posterior projecção. Ali estabeleceu importantes relações com «grandes» da Igreja e seculares que o aceitaram e promoveram, ali iniciou, para além da redacção da *Clavis Prophetarum*, a preparação da edição *princeps* dos seus Sermões, e, sobretudo, ali começou Vieira a forjar a memória que ele próprio quis legar da sua vida e pensamento, de algum modo forçando os vindouros a retratá-lo, na sua polimorfia e nos distintos contextos em que se movimentou, de acordo com o modelo que idealizou e projectou de si próprio naquele palco.

Ora, a estrutura programática foi precisamente concebida para captar e promover o debate acerca do cariz poliédrico de António Vieira, integrando-o no amplo conjunto de cenários/contextos em que ele deambulou. De facto, os olhares propiciados pelos conferencistas, partiram da perspectiva do contexto e não da projecção do autor/actor (Vieira) no seu tempo. A amplitude, riqueza e densidade das abordagens foi grande. O modelo pedagógico da instrução do príncipe e as normas de actuação do conselheiro político (Nelson Veríssimo), a ideologia e a representação da política numa época de fortíssima teologização da política e de politização da teologia (Francesca Cantù), o funcionamento e as linguagens dos impérios espanhol e português (José Ruiz Ibáñez e João Paulo Costa), a *praxis* política em conjunturas específicas (Jean Frederic Schaub e Leonor Freire Costa), os quadros da produção cultural e literária (Zulmira Santos), o profetismo e sua amplitude geográfica e social (Zoltán Biedermann), a construção e representações do índio (Tamar Herzog e Manfred Merluzzi), a actuação e imagens da Inquisição (Federico Palomo del Barrio e José Pedro Paiva), a vida das comunidades de judeus sefarditas de origem portu-

guesa fora de Portugal (Natalia Muchnik), a Companhia de Jesus e seu governo (Paolo Broggio), o espaço geográfico percorrido por Vieira (Rodrigo Bentes Monteiro), a vida cortesã e académica (Maria Pia Donato e Gaetano Sabatini), os problemas da comunicação durante a missionação (Oscar Mazin Gomez e Zulmira Santos).

Tratou-se de uma proposta definível como uma biografia em contexto, com preciosos contributos para melhor entender não só António Vieira (seu percurso e obra), como o tempo e as distintas configurações políticas, económicas, sociais, culturais e geográficas em que se movimentou. Neste pluriarticulado olhar faltaram apenas duas dimensão que mereciam mais atenção. Por um lado, a dos códigos estéticos do barroco, por outro, a espiritualidade religiosa e jesuítica, é que, se Vieira foi um homem de corte, com um projecto pessoal de poder, e um prodigioso e criativo literato, ele foi igualmente um cristão, um crente. Dimensão nem sempre recordada, como sucedeu neste Colóquio.

Devem ainda realçar-se duas outras facetas desta conferência: a preocupação comparativa presente em inúmeras das intervenções e a emergência de novos problemas conceptuais e de novas abordagens no plano do conhecimento de Vieira. Quanto aos conceitos, relevem-se as conferências de José Ruiz Ibáñez (conceitos de hegemonia e universalismo e a questão do Quinto império) e de Pedro Cardim (proposta de revalorizar o discurso historiográfico, frequentemente subalternizado pelo literário, para melhor entender a obra e a vida de Vieira). Já sobre as novidades quanto aos objectos analisados, destacaria as abordagens de Tamar Herzog sobre a relação de Vieira com os problemas da definição de fronteiras na América e as revelações de Leonor Freire Costa sobre a modernidade das propostas económicas de Vieira.

Pese embora a abrangência dos assuntos tratados no Colóquio e a gigantesca bibliografia já disponível sobre a vida e obra do jesuíta, continua a haver aspectos relacionados com a passagem de Vieira por Roma que justificam ser melhor conhecidos: o tempo da sua primeira passagem pela cidade, entre Janeiro e Junho de 1650 para negociar o casamento do príncipe D. Teodósio; o quadro das suas relações com os cardeais romanos e posicionamento face a algumas questões da vida da Igreja no tempo, nomeadamente a actuação da Congregação da *Propaganda Fide*; a evolução/mudança da configuração das redes de relação de Vieira no mundo cortesão; o modo como na sua expressão se deixou contaminar pelo uso da língua italiana.

Pode dizer-se, para concluir, que se tratou de um colóquio do mais elevado nível científico, que muito enriqueceu o património de conhecimento sobre uma das figuras mais relevantes do Portugal e do Mundo de Seiscentos. Os que nele participaram muito podem ter aprendido, como, aliás, sempre sucede quando se revisita António Vieira.

JOSÉ PEDRO PAIVA
(Universidade de Coimbra)

Colóquio *Edições de Fontes dos Séculos XVII e XVIII***Lisboa, 11 a 12 de Dezembro de 2008**

Organização: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa (CHC), Centro Interdisciplinar de Histórica, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS), Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores (CHAM), Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Letras (CEC)

PROGRAMA**11 DE NOVEMBRO**

Sessão de abertura: Aires A. Nascimento (CEC) e João Luís de Sousa (CHC)

SESSÃO 1

Moderador: João José Alves Dias (Centro de Estudos Históricos da UNL)

Utriusque fortunae: as Obras métricas (1665) de D. Francisco Manuel de Melo e O Feliz independente (1779) de Teodoro de Almeida.

José Adriano Freitas de Carvalho e Zulmira Santos (Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

SESSÃO 2

Moderador: Irene Freire Nunes (FCSH-UNL)

Sobre as edições dos Sermões e da Clavis Prophetarum do Padre António Vieira.

Arnaldo do Espírito Santo (CEC)

Teatro jesuítico e outras produções poéticas em latim: editar ou ignorar?

Manuel Barbosa (CEC)

SESSÃO 3

Moderador: Tiago Miranda (CHAM)

Ecdortodoxia e ecdeterodoxia nas edições de Madeira Arrais e Thomas Cox.

Braz de Oliveira (Biblioteca Nacional de Portugal)

«Relações de Portugal com a Pérsia durante a União Ibérica:

O projecto de edição crítica dos “Comentários” de D. Garcia de Silva y Figueiroa».

Rui Loureiro (CHAM)

SESSÃO 4

Moderador: Fernanda Menendez (Centro de Linguística da UNL)

Indexação automática das Gazetas Manuscritas da BPE (1729-1754).

Paulo Quaresma (Centro de Investigações para Tecnologias Interactivas da Universidade de Évora)

Gazetas manuscritas: aspectos linguísticos e filológicos.

Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)

15 DE DEZEMBRO**SESSÃO 5**

Moderador: António Camões Gouveia (CHC)

Histórias de papel

Vanda Anastácio (CEC)

Editar o Rapto de Proserpina: Alcipe traduz Claudiano.

Inês Ornellas de Andrade (CEC)

SESSÃO 6

Moderador: Fernando Cabral Martins (FCSH-UNL)

Um manuscrito, algumas edições.

Tânia Dias (Fundação Casa de Rui Barbosa)

Entre a edição convencional do enunciado histórico-literário e a edição electrónica do enunciado linguístico.

Rita Marquilhas (Centro de Línguas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

Encerramento: Fernanda Olival (CIDEHUS)

3.º Ciclo de Conferências
Atlântico Ibero-Americano (séculos XVI-XVIII):
perspectivas historiográficas recentes
Janeiro a Dezembro de 2008

Este 3.º Ciclo de Conferências «O Atlântico Ibero-Americano (sécs. XVI-XVIII), Perspectivas historiográficas recentes», organizado por alguns dos mais destacados centros de investigação do meio historiográfico português (CHAM, da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores; ICS da Universidade de Lisboa; CIDHEUS, da Universidade de Évora) procurou, durante o ano de 2008, reunir diversos historiadores em torno dos processos de colonização, escolhendo para o efeito um ponto de observação peculiar: o vastíssimo oceano Atlântico.

Este mar foi, simultaneamente, a chave e o enigma de um amplo leque de questões: os ritmos de ocupação dos territórios americanos; os níveis de intensidade da globalização das trocas comerciais; a institucionalização de um «modo de produção escravagista», e sua crítica, tanto histórica como política; a emergência de acentuados fluxos migratórios, com variadas proveniências sociais e geográficas; o desenvolvimento de complexas tecnologias de governo. Por todas estas questões passaram os debates deste 3.º Ciclo de Conferências, procurando descrever os problemas gerados pelo contacto entre dois mundos que se interpenetraram, e tentando matizar as dicotomias metrópole/colónia; sem esquecer, como é evidente, o tratamento das questões mais polémicas, como sejam a construção de violentos sistemas de dominação económica ou a corrupção dos ministros dos reis ibéricos, em serviço na América, num contexto de acentuada competição social.

O que é facto é que este 3.º Ciclo de Conferências mostrou que a expansão ibérica só pode ser compreendida através de uma vasta problematização geográfica. Neste sentido, o oceano Atlântico, cruzado repetidamente pelas embarcações saídas de Lisboa e Sevilha, Rio de Janeiro ou Buenos Aires, talvez seja o último local de onde possa, ainda, construir-se uma observação rigorosa dos problemas históricos – se isto nos é dado, a nós, cientistas sociais da pós-modernidade – em torno da colonização da América. Não por acaso, foi durante a travessia do Atlântico que Lévi-Strauss descreveu minuciosamente a linha descendente do sol, a melancolia colando-se à pele enquanto redigia os seus «tristes trópicos». Trópicos que permanecerão, sobretudo na perspectiva do *Ancien Régime*, um espaço incompreendido, sempre que concebidos como território de uma estranha diferença antropológica.

Estas Conferências, apresentadas por diversos especialistas internacionais, procuraram diminuir esta estranheza, alargando a discussão através do confronto de metodologias, da diversidade de línguas em que os problemas foram trabalhados, da multiplicidade das proveniências geográficas dos autores – a paisagem é também uma gramática de conhecimento –, pondo em prática a tão famigerada abordagem integrada dos fenómenos sociais resultantes da expansão ibérica. Na verdade, estas questões foram unificados a partir desse mar Atlântico, onde, desde há muito tempo,

historiadores como Fernand Braudel reconhecem uma supremacia explicativa dos processos de «modernização», tanto no que diz respeito à economia real, na ampliação das trocas e das reservas monetárias, como na emergência da dimensão econômica do governo, por meio das questões levantadas pelos tipos de controlo político, empreendidos pelas Cortes ibéricas, sobre os fluxos comerciais, fenómeno que tanto preocupou Adam Smith ou David Hume.

Partindo desta dupla tradição crítica, os trabalhos deste 3.º Ciclo de Conferências dividiram-se em duas grandes temáticas: em primeiro lugar, a análise dos grandes circuitos comerciais, tendo em conta os variados intervenientes nos tráficos coloniais; em segundo, o estudo dos problemas da construção territorial, política e econômica da América portuguesa, com especial atenção à própria concepção epistemológica do saber histórico e das suas utilizações políticas.

Manuel Herrero Sánchez, da Universidade de Sevilha, veio lembrar-nos a estreita relação entre Europa e América, desde Amesterdão, Génova e Sevilha até ao «Caribe», descrevendo circuitos mercantis, rivalidades políticas, e a dimensão magna dos vários contrabandos e da conseqüente convivência dos funcionários régios na formação de uma autêntica economia paralela. José Antonio Martínez Torres, da Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid, reforçou a necessidade de integrar os diversos espaços geográficos das trocas comerciais no estudo da colonização da América, sintetizando, com a bela expressão «Imperios de tres mundos», as ligações entre Espanha, Portugal, África, América e Ásia no final do século XVI, finais do século XVII; tentando reconstruir redes de intermediários, os comércios de escravos, e os enormes benefícios económicos daqui resultantes. Juan Gelabert, da Universidad de Cantabria, explicou detalhadamente o comércio das Índias de Castela, e suas ramificações institucionais, trazendo à luz uma nova dimensão dos problemas coloniais: a sua repercussão nas políticas diplomáticas e na sorte dos conflitos armados no centro da Europa. Carlos Martínez-Shaw, da Real Academia de Historia, pintou com erudição – esse instrumento metodológico por vezes esquecido – o volume astronómico das movimentações de prata entre Atlântico e Pacífico, indicando o enorme relevo do mundo Oriental na absorção da prata castelhana.

No que diz respeito aos estudos da América Portuguesa, que registam nos últimos anos uma enorme vitalidade historiográfica, Maurits Ebben, da Universidade de Leiden, traçou uma inovadora descrição do Brasil holandês e das contradições inerentes ao debate político sobre o investimento dos Estados Gerais no domínio dos territórios do nordeste. A arquitectura institucional do governo das Províncias Neerlandesas apareceu ali em toda a sua complexidade, com as claríssimas contradições estratégicas quanto às decisões brasileiras, determinadas pelo mapa de investimentos e retribuições no esforço de guerra. António Carlos Jucá de Sampaio, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, procurou traçar linhas de evolução cronológica no que diz respeito à formação dos tipos sociológicos das elites do Rio de Janeiro, apontando uma linha divisória importante a partir de 1720, onde se terá registado uma decadência acentuada da nobreza fundiária, substituída por uma nova elite mercantil. Helen Osório, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desenvolveu a caracterização das fronteiras meridionais da América e das suas dinâmicas socioeconómicas. Através dos seus estudos foi possível observar a formação territorial do Rio Grande do Sul, com especial destaque para a forma como descreveu a emergência social dos principais detentores de ofícios militares. Helen Osório destacou o protagonismo destes indivíduos no controlo dos valores estabelecidos nos contratos de abastecimento, decididos no Rio de Janeiro, salientando a capacidade de absorção

por parte dos senhores locais de uma importante riqueza colonial, o que obrigava a Corte, em Lisboa, a uma constante vigilância sobre estes negócios. Numa outra perspectiva de estudo, Leila Mezan Algranti, da UNICAMP, procurou uma abordagem inovadora da cultura colonial, relacionando o estudo da alimentação com o mapa de construção da América portuguesa, desenhando projectos de investigação, muito promissores, em torno dos níveis de reprodução cultural dos hábitos reinóis, ao longo do século XVIII, tanto nos sertões como nas cada vez mais urbanizadas costas atlânticas do Brasil. István Jancsó, da Universidade de São Paulo, elaborou uma digressão muito detalhada sobre a questão nunca resolvida das profundas complexidades em torno da identidade colonial: como os colonizadores portugueses apagaram o rasto da sua viagem e se converteram em brasileiros portadores de uma naturalidade sem princípio nem origem.

Pode dizer-se que este vasto conjunto de estudos, e sua consequente discussão, trouxe novas linhas de investigação, apontando para a necessidade de construir uma história da colonização da América menos acorrentada à divisão entre as duas margens do Atlântico e mais atenta às redes de influência forjadas a partir de variados pontos. Isto não significa apagar a memória da violência política ou da exploração económica. Quer antes dizer que estas conferências pretenderam estabelecer novos lugares, a partir dos quais possa estudar-se em que bases assentou verdadeiramente essa violência e através de que relações sociais se alavancaram os eixos dessa exploração. Talvez seja mais pertinente falar de uma história da América com muitas divisórias – caminhos cruzando-se entre si - como um mapa que é preciso decifrar. Era desta forma que Maria de Fátima Gouvêa gostava que se analisasse a construção da América Portuguesa: um complexo mosaico, cujos autores teriam apagado os vestígios da colocação, cujo padrão não seria, hoje, claro, mas que teria tido, outrora, a capacidade de sugerir, com enorme eficácia, uma forte homogeneidade. Ao historiador caberia explicar este processo, reconstituindo tanto a estética do padrão desse mosaico como os gestos e as intencionalidades da sua criação. A conferência que Maria de Fátima Gouvêa apresentou, no Instituto de Ciências Sociais, permitiu a observação dos percursos de secretários de governo, ouvidores e mestres-de-campo, entre 1650 e 1750, fazendo aparecer pedaços da vida destes servidores no momento em que forjavam um «Estado» ao serviço do seu rei. Um Estado que era, simultaneamente, um campo de batalha, onde se confrontavam interesses locais com projectos régios, e uma ficção política, onde as cartas, requerimentos, provisões, avisos, quer dos dominados, quer dos dominadores, cruzavam o Atlântico, sem que facilmente se perceba uma clara identificação entre dominadores e corte régia, em Lisboa, ou entre dominados e habitantes do Estado do Brasil, na América. Daí que, a fechar estas conclusões sobre o 3º Ciclo de Conferências «O Atlântico Ibero-Americano», seja tão difícil exaltar a enorme contribuição historiográfica de um projecto de investigação ainda em curso, a partir de um lugar onde já não se encontra, para o confirmar, uma das suas mais brilhantes impulsionadoras.

ANDRÉ DA SILVA COSTA

(Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

Encontros *Arte e o Império*: um balanço

A história política, económica, social e religiosa do império português tem uma longa tradição académica consagrada no seu ensino institucionalizado e assegurado de forma continuada há já várias décadas, na produção de literatura especializada, incluindo várias propostas de síntese, na formação e consagração de carreiras profissionais nacionais e internacionais, e na sucessão de debates que têm contribuído para a evolução do conhecimento correspondente. O mesmo não se pode dizer no que respeita à produção artística que acompanhou a construção (e dismantelamento) desse império. Nem sequer se pode dizer que a história da arte tenha sido o parente pobre dos estudos sobre o império; é quase como se não existisse: não tem tido cultores que se lhe dediquem profissionalmente, até recentemente quase não era ensinada nas universidades portuguesas, a bibliografia é escassa e em muitas áreas datada, não se têm produzidos debates, não foi objecto da constituição de redes nacionais, formais nem informais, nem, claro, se integrou em redes internacionais. Nem mesmo as múltiplas exposições organizadas pela defunta Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses (todas necessariamente resultado do trabalho de historiadores e só muito raramente contando com a colaboração de historiadores da arte) se mostraram capazes de alterar este estado da situação. Até muito recentemente, o panorama era desolador.

Por razões que não sou capaz de diagnosticar com precisão, só em anos muito recentes a comunidade académica portuguesa parece ter despertado para o interesse desta fascinante área de conhecimento. Não têm mais de quatro ou cinco anos os primeiros doutoramentos (António Nunes Pereira, Giuseppina Raggi, Jorge Correia, Nuno Vassallo e Silva, Hélder Carita, Alexandra Curvelo, eu próprio), tendo-se realizado alguns destes fora de Portugal. Fizeram-se estudos dispersos e episódicos mas a primeira tentativa de síntese verdadeiramente sistémica e abrangente deve-se a Rafael Moreira e a Alexandra Curvelo, e foi publicada em 1998, no mesmo ano em que Pedro Dias dava à estampa dois volumes que compilavam uma série de informação até então dispersa.

Se por um lado, estes dois textos anunciam o nascimento de um campo que tem vindo a atrair cada vez mais atenções, por outro tornam também claras algumas das suas mais graves deficiências. Desde logo, a simples inventariação do objecto de estudo (incluindo as artes e a arquitectura) está ainda muito longe de ser satisfatória, e os dados levantados sobre o mesmo são escassos, esparsos e carecem, na sua esmagadora maioria, de verificação. Além disso, a produção artística e arquitectónica suscitada pela construção do império era então (e continua em boa medida a ser) abordada à luz de conceitos forjados para o estudo da arte europeia (renascimento, maneirismo ou barroco, são os mais frequentes), dando origem a desconfortos de análise ainda por resolver. E finalmente (apenas para apontar três problemas chave), a história desta arte fazia-se (e continua a fazer-se) sob a esmagadora influência da história política, económica a social, herdando portanto os seus defeitos e limitações epistemológicos e institucionais.

Ao invés de constituírem barreiras, estes problemas anunciam uma nova dinâmica pela qual a história da arte da expansão portuguesa tem passado na última década e para a qual os *Encontros sobre Arte e Império* quiseram contribuir (http://cham.fcsh.unl.pt/pages/actividades_arteimperio.htm). A ideia original era a de juntar o número crescente de investigadores (consagrados uns, em início de carreira outros, ou ainda à procura de um caminho ainda outros), proporcionando-lhes um espaço em que se pudessem encontrar e partilhar o seu trabalho, discutindo-o e aprendendo todos com essa discussão.

Esta ideia foi cumprida desde a primeira hora. Em Abril de 2007, Vítor Serrão conduziu a primeira sessão, reunindo desde logo um conjunto alargado de investigadores vindos de várias partes do país. A este investigador da Universidade de Lisboa com créditos mais do que firmados seguiram-se outros de igual estatuto como Paulo Varela Gomes da Universidade de Coimbra, Renata Araújo da Universidade do Algarve, ou Isabel Mendonça da Fundação Ricardo Espírito Santo. Juntaram-se-lhes outros, em estádios vários das suas carreiras nem sempre académicas como os recém-doutorados da área António Nunes Pereira (IADE), Hélder Carita (FRESS) e Nuno Vassallo e Silva (Museu Gulbenkian), ou o doutorando Sidh Mendiratta (Universidade de Coimbra). Tivemos ainda a boa fortuna de poder contar com várias participações estrangeiras (provando, se necessário fosse, que esta é uma área eminentemente internacional) como as dos decanos Thomas DaCosta Kaufmann (Princeton University), Peter Mark (Wesleyan University), Luís Moura Sobral (Université de Montreal) e Myriam Ribeiro (UFRJ), ou da investigadora ainda júnior Barbara Karl (então na Scuola Normale Superiore di Pisa).

Rapidamente se tornou claro que este é um campo que não queria enfermar do desencontro em que universidades e instituições externas correlatas (museus, galerias, antiquários, fundações, entre outras) têm muitas vezes vivido. À terceira sessão, realizada em Setembro de 2007, os *Encontros* saíram da universidade e foram ao Museu Nacional de Arte Antiga visitar a exposição *O Tapete Oriental em Portugal*, numa sessão conduzida pelas comissárias Jessica Hallett (CHAM), Teresa Pacheco Pereira e Celina Bastos (ambas do MNAA). Alguns meses mais tarde, os *Encontros* foram à Galeria Jorge Welsh, pela dupla ocasião da abertura do novo espaço e da exposição sobre arte nambam que aí se realizou. Essa sessão contou com uma série de participações, desde a dos próprios galeristas (Jorge Welsh e Luísa Vinhais), à do arquitecto responsável pelo espaço (João Andrade), da equipa de restauro que trabalhou em várias das peças expostas, e da investigadora Alexandra Curvelo (CHAM). Inaugurou-se então também uma relação entre o CHAM e a Galeria Jorge Welsh que se tem vindo a materializar numa série de iniciativas conjuntas, nomeadamente num outro *Encontro*, liderado por Annemarie Jordan, para o qual foram expostas peças alusivas ao tema em debate.

Entre uns e outros realizaram-se 18 *Encontros*, trataram-se temas respeitantes às quatro partes do mundo reunindo investigadores também eles de diversas proveniências, divulgaram-se conhecimentos novos, debateram-se ideias e conceitos, identificaram-se fragilidades, e sobretudo começou-se a construir uma comunidade de investigação sem as barreiras da nacionalidade, do grau académico ou da filiação institucional. Julgo que esta tem sido a maior mais valia dos *Encontros*.

A história das artes da expansão portuguesa está ainda a dar os seus primeiros passos. Mas os *Encontros* têm ajudado a perceber que essa não é uma fragilidade, antes pelo contrário, aí reside, julgo, uma das suas mais importantes forças. Desde logo, porque se trata de um campo vastíssimo, como cada *Encontro* torna cada vez

mais evidente, com espaço para todos os que se lhe quiserem juntar. Depois, porque sendo jovem, é um campo ainda sem vícios ou pelo menos, quero acreditar, com poucos. Também aí os *Encontros* têm ajudado a perceber as barreiras institucionais e epistemológicas que inevitavelmente herdámos mas de que ainda não somos protagonistas e ainda não calcificámos. E finalmente, porque é um campo ideal para questionarmos ideias, conceitos, metodologias e até olhares adquiridos, aos quais os nossos objectos resistem e não se ajustam.

A crise generalizada das humanidades bem como a presente crise económica não constituem o mais auspicioso quadro para tal nascimento, mas o entusiasmo que os *Encontros* têm testemunhado mostra que a vontade existe e que os invariavelmente poucos meios não são sempre razão para que as coisas não se façam. Este é agora (e finalmente) um campo em verdadeira constituição.

NUNO SENOS
(CHAM)

Conferências do CHAM

21 de Abril de 2008 | Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

A comunidade portuguesa em Roma durante a união das Coroas Ibéricas

Gaetano Sabatini (Università degli Studi Roma Tre, Itália)

8 de Maio de 2008 | Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Dar sentido e significado a cada termo: sobre o Dicionário das Antiguidades de Portugal, manuscrito atribuído a Manuel Severim de Faria

Ana Paula Torres Megiani (Cátedra Jaime Cortesão / Universidade de São Paulo e PRONEX – Companhia das Índias – UFF, Brasil)

20 de Maio de 2008 | Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Governo central e administração colonial: convergências e divergências no caso da capitania de São Paulo (1748-1775)

Heloísa Liberalli Bellotto (Universidade de São Paulo, Projecto Resgate «Barão do Rio Branco», Brasil)

21 de Maio de 2008 | Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Flanders and the Portuguese Expansion at the End of the Middle Ages

Jacques Paviot (Université de Paris - Sorbonne - Paris IV, França)

6 de Junho de 2008 | Museu Nacional de Arte Antiga

«Pintura de reinos»: a global view of the cultural field

Thomas DaCosta Kaufman (Universidade de Princeton, EUA)

17 de Junho de 2008 | Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Sacred representations of Indian Catholic communities: A comparative analysis

Rowena Robinson (Department of Humanities and Social Sciences – Indian Institute of Technology Bombay, Índia)

24 de Junho de 2008 | Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Hierarquia Eclesiástica e Inquisição no Império Português: o caso da Capitania de Minas Gerais

Aldair Carlos Rodrigues (Universidade de São Paulo, Brasil)

«Razão de Estado» e Pombalismo: os modos de governar na administração de Gomes Freire de Andrada (1733-1763)

Mônica da Silva Ribeiro (Universidade Federal Fluminense, Brasil)

14 de Julho de 2008 | Instituto de Ciências Sociais

Sacrifice and celebration: martyrs and their feasts in colonial Brazil

Anne McGinness (University of Notre Dame, EUA; investigadora visitante do CHAM)

O ouro nobilitante: a nobreza na Capitania de Minas Gerais

Roberta Stumpf (Universidade de Brasília, Brasil; investigadora visitante do ICS/UL)

29 de Setembro de 2008 | Universidade dos Açores / Campus de Ponta Delgada

O Património e o / do Império

Nuno Senos (CHAM, Portugal)

31 de Outubro de 2008 | Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Supplying simples for the royal hospital: an indo-portuguese medicinal garden in Goa (1680-1830)

Timothy Walker (University of Massachusetts, EUA)

3 de Novembro de 2008 | Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

A rede urbana do Recôncavo baiano setecentista em Mato Grosso no século XVIII

Adriano Bittencourt Andrade (UFBA/CAPES – Universidade do Algarve, Portugal)

A construção da fronteira luso-espanhola

Mário Clemente Ferreira (CHAM, Portugal)

2 de Dezembro de 2008 | Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

O retorno como missão: o mulato brasileiro Cipriano Pires Sardinha e a sua viagem de conversão ao Daomé (1796-1797)

Júnia Furtado (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)

Um pouco de historiografia: a representação do passado colonial brasileiro a partir da época da independência

Tereza Cristina Kirschner (Universidade de Brasília, Brasil)

9 de Dezembro de 2008 | Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Reforma e Ilustração nas Caraíbas espanholas do século XVIII. O novo sistema defensivo dos Borbons

Juan Marchena (Universidade Pablo de Olavide, Sevilha)

16 de Dezembro de 2008 | Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Cosmographies: From the Mediterranean, to the Indian Ocean and the Atlantic Commercial Routes and Networks of Knowledge in a Global Perspective

Angelo Cattaneo (CHAM, Portugal)

17 de Dezembro de 2008 | Universidade dos Açores / Campus de Ponta Delgada

Reforma e Ilustração nas Caraíbas espanholas do século XVIII. O novo sistema defensivo dos Borbons

Juan Marchena (Universidade Pablo de Olavide, Sevilha)

Resumos / *Abstracts*

Jorge Correia

*Dimensões da castelologia portuguesa no Norte de África
entre Quatrocentos e meados de Quinhentos*

Resumo

Este artigo tem como tema central a edificação de castelos pelos portugueses no Norte de África, nos séculos XV e XVI, quer em cidades conquistadas, quer como novas fundações isoladas. À exceção de Azamor, identificada como castelo/vila, todos os estabelecimentos portugueses sobre medinas muçulmanas envolveram a formalização de pelo menos um castelo independente. O castelo constitui um dos principais instrumentos de apropriação do território magrebino.

Os casos de estudo tratam o castelo como organismo participante na nova urbe portuguesa, buscando os vestígios ainda visíveis e mais significativos em Alcácer Ceguer, Arzila, Tânger ou Safim, revisitando pontualmente Ceuta ou Azamor, mas também interpretando os exemplos em que o castelo se comportou como organismo autónomo – Mogador, Ben Mirao, Aguz, Mazagão (até 1541).

A reflexão recolhe três tempos principais – medieval, ensaios de modernização e amadurecimento manuelino – antes que os novos desafios da pirobalística comessem a contar a história definitiva da fortificação moderna a partir de meados de Quinhentos do Norte de África.

Abstract

The main theme of this article is the building of castles by the Portuguese in Northern Africa, in the 15th and 16th centuries, either in conquered cities or as new and isolated foundations. Apart from Azemmour, identified as a castle/town, all Portuguese establishments over former Muslim medinas involved the formalization of at least one independent castle. This element was definitely one of the main instruments of appropriation in the Maghreb territory.

The study cases deal with the castle as an participant organism in the new Portuguese city, searching the most important and visible remains in Qsar Sghir, Asilah, Tangier and Safi, occasionally revisiting Ceuta or Azemmour, but also interpreting examples in which the castle has behaved as an autonomous body – Mogador, Ben Mirao, Aguz, Mazagão (until 1541).

This reflection collects three main chronological moments – medieval, modernization essays and the Manueline maturity – before the upcoming challenges of pyroballistics began to tell the definitive story of modern fortification from mid-1500s onwards in Northern Africa.

Nuno de Santos Loureiro e Maria Manuel Torrão*Homens e Tartarugas Marinhas.**Seis séculos de história e histórias nas ilhas de Cabo Verde***Resumo**

As tartarugas marinhas são espécies emblemáticas nos oceanos e uma das mais fortes expressões da vida animal em estado puro, nas praias onde desovam. O fascínio pelas tartarugas marinhas não é de hoje; pelo contrário, tem-se atravessado pela história dos homens, dos seus hábitos e culturas, e pela história dos territórios e povoamentos costeiros, ao longo dos séculos.

Em toda a costa ocidental do continente africano, as ilhas de Cabo Verde ocupam um lugar muito especial na história e nas histórias entre as interações entre homens e tartarugas marinhas. Nenhum outro país ou região desse continente parece ser tão rico em referências e notícias, plenas de detalhe e interesse científico.

No presente texto faz-se a exaustiva compilação de três dezenas de documentos, onde foram encontradas alusões a tartarugas marinhas em Cabo Verde. Reportam-se acontecimentos e observações que tiveram início em 1456 e que se prolongaram até ao final do século XX, e constitui-se, assim, um *corpus* documental onde se agruparam, de forma metódica, todos os elementos recolhidos. A leitura destes textos evidencia, por um lado, a presença assídua desses répteis marinhos nessas ilhas atlânticas e a forma como ficou registada em relatos, descrições e memórias; por outro, permite constatar a ocorrência de incisivos impactos, dos homens sobre as tartarugas marinhas. Destes últimos, o mais evidente é o desaparecimento, já no século XX, de uma espécie que desovou nas praias de Cabo Verde, a tartaruga-verde. Mas ficou também evidente que a actual abundância de tartarugas marinhas, nas águas costeiras e praias do Arquipélago, é pouco mais do que um ténue retrato da realidade de outrora.

Abstract

Sea turtles are flag-species in the oceans and one of the strongest manifestations of wildlife in their subtropical, tropical and equatorial nesting beaches. The complex passion of men for sea turtles is not recent. Interactions began thousands of years ago. There is historical evidence for their cultural importance and also their exploitation as a resource in nearshore settlements throughout the world.

Located near the West coast of Africa, the islands of Cape Verde gained a very special status in the history of the relationship between men and sea turtles. No other African country or region has contributed with so many reports, descriptions, letters or news about sea turtle populations and such historical reports are of considerable value for analysis of their current status.

This paper presents an exhaustive compilation of thirty historical sources, where mention to Cape Verde sea turtles were found. Relevant documents were identified from 1456 until the present day. Organised and integrated, they provide a specialized data-set and library, useful to confirm a continuous or seasonal presence of sea turtles in the nearshore waters and beaches of the islands of Cape Verde. The severity of the human impact on sea turtle populations arises from the analysis of the historical sources, as well as the causes for the current extirpation of the Capeverdian breeding population of green-turtles. Globally, it has become evident that the number of sea turtles nowadays in the nearshore waters and beaches of the Cape Verde archipelago does not reflect what was historically a once abundant and rich taxonomic family.

Maria Leônia Chaves de Resende e Hal Langfur

*Minas Expansionista, Minas Mestiça:
a resistência dos Índios em Minas Gerais do século do ouro*

Resumo

Este artigo tem como principal objectivo reavaliar uma tradição académica que extinguiu as comunidades indígenas da historiografia de Minas Gerais, eixo central da economia brasileira no século XVIII. A análise de fontes arquivísticas inéditas revela a presença de povos nativos durante todo o período colonial, quer em territórios não colonizados, situados nas imediações do distrito de Minas, quer em cidades e aldeias da região. Inúmeras comunidades, pertencentes a grupos étnicos semi-nómadas, viram-se confrontadas pelas violentas invasões de soldados e colonos luso-brasileiros que procuraram estender os limites territoriais do distrito de Minas. Simultaneamente, os nativos incorporados à força na sociedade, ao lutarem para garantir a sua liberdade, acabaram por desafiar as convenções sociais e legais, resultando na sua escravização ilegal. Em ambos os casos, o comportamento dos povos indígenas condicionou e moldou a evolução histórica de Minas Gerais, realidade que exige por parte dos historiadores desta área uma revisão dos relatos históricos que não reconhecem este constante desafio para o domínio colonial.

Abstract

The objective of this article is to rectify a scholarly tradition that has erased indigenous peoples from the history of Minas Gerais, the center of Brazil's eighteenth-century mining economy. Analysis of new and neglected archival sources reveals the presence of native peoples throughout the colonial period, not only in unsettled areas surrounding the mining district but also in the region's towns and villages. Various independent, semi-nomadic ethnic groups confronted the violent invasion of Luso-Brazilian soldiers and settlers who sought to extend the territorial limits of the mining district. Simultaneously, natives forcibly incorporated into settled society struggled to secure their liberty by challenging social and legal conventions that resulted in their unlawful enslavement. In both cases, the conduct of native peoples shaped the historical development of Minas Gerais, a reality that requires scholars to revise historical accounts that fail to recognize this persistent challenge to colonial domination.

Maria Paula Paes

*O reinado de D. João V e o processo de domínio político e social
nas Minas Gerais do século XVIII*

Resumo

A análise das festas coloniais na América Portuguesa sempre priorizou o carácter normatizador e hierarquizador desses eventos. Evidentemente, não se pode negar esse aspecto. Este artigo apresenta uma análise diferenciada: de que maneira aquelas festivi-

dades, na região mineradora, puderam constituir-se em um macro símbolo da organização política e religiosa do Estado de D. João V, representando uma metáfora da sociedade portuguesa orientada pelos preceitos e dispositivos de uma teologia política que, por sua vez, tinha como base a própria metáfora organicista do Estado como um «corpo místico» em que o Rei era a cabeça e a sociedade representava os membros.

Abstract

The analysis of the colonial parties in the América Portuguesa always prioritized the regulator and the hierarchical character of those events. Evidently, one cannot deny that aspect. This article presents a differentiated analysis: in which ways those festivities, in the auriferous areas, could be constituted in a macro symbol of the political and religious organization of the State of D. João V, representing a metaphor of the Portuguese society guided by the precepts and mechanisms of a political theology that for its turn was established on the own organic metaphor of the State as a “mystic body”, in which the King was the head and the society represented the members.

Neuma Brilhante Rodrigues

*De Soldado Português a Marechal do Exército Brasileiro:
Raimundo José da Cunha Mattos (1776-1839)*

Resumo

O marechal de campo Raimundo José da Cunha Mattos, nascido no Algarve em 1776 e falecido no Rio de Janeiro em 1839, fez parte de uma geração de funcionários régios influenciada pelas reformas pombalinas e pela actuação de D. Rodrigo de Souza Coutinho. Tais homens tiveram de ajustar suas lealdades em decorrência das revoluções que assolaram o mundo ocidental a partir dos finais dos setecentos. Cunha Mattos era um unionista que acabou contribuindo para a consolidação do Império do Brasil.

Abstract

The field marshall Raimundo José da Cunha Mattos, born in Algarve em 1776 e deceased in Rio de Janeiro in 1839 was part of a generation of Royal servants which were influenced by Pombal's reforms and D. Rodrigo de Souza Coutinho's proposals. In face of revolutionary events following the French Revolution they had to adjust their loyalties. Cunha Mattos, a unionist ended being a great contributor to the brazilian empire consolidation while there was a dispute among various sovereignty projects to the brazilian empire.

Andrée Mansuy-Diniz Silva

*Macau et le Brésil:
à l'heure du nouvelle empire luso-brésilien*

Résumé

Avec le transfert de la Cour portugaise à Rio de Janeiro, et la nouvelle politique économique de caractère libéral qu'entraîna l'ouverture des ports du Brésil au commerce des nations amies, c'est toute une recomposition de l'empire portugais qui s'accomplit. A cette occasion, non seulement la puissante *East India Company* essaya de supplanter le Portugal dans le plus petit de ses territoires orientaux, Macau, mais à l'automne 1808 une escadre britannique tenta de débarquer à Macau sous le prétexte de défendre cette colonie contre une éventuelle attaque française. La double résistance des autorités portugaises et chinoises eut raison de ces deux tentatives qui mettaient en cause les relations luso-chinoises, et en 1809 le *Senado* de Macau envoya à Rio de Janeiro une députation destinée à présenter au Prince-régent diverses revendications relatives à son commerce avec les ports brésiliens, jusqu'alors strictement réglementé, et à sa dépendance par rapport à l'*Estado da Índia*. Quelques mesures furent prises en faveur de la petite colonie, notamment sur les droits d'entrée des marchandises et l'assouplissement des règles relatives aux navires de transport, ainsi que sur la création d'une *Casa de seguro mercantil* et de loteries. Par ailleurs, dans les discussions soulevées par l'intérêt économique de Macau, revint l'ancien plan d'acclimatation au Brésil des plantes exotiques, notamment le thé, et d'épices destinées à la consommation locale et à l'exportation vers les marchés de l'Europe du Nord. La nécessité d'une main-d'œuvre spécialisée souleva l'idée d'une importante immigration de colons chinois. Cependant, les hésitations d'une administration centrale peu ouverte à la nouveauté et dépourvue de vision à long terme freina pour longtemps la réalisation d'un projet d'une telle envergure, quelle que fut l'ardeur de ses défenseurs de l'époque, tels le comte de Linhares et le très actif *Ouvidor* de Macau, Miguel de Arriaga Brum da Silveira.

Resumo

Com a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, e com a nova política económica de carácter liberal, iniciada com a abertura dos portos do Brasil ao comércio das nações amigas, verificou-se uma recomposição do império português. Nessa ocasião, não só a poderosa *East India Company* tentou suplantear Portugal no mais pequeno dos seus territórios do Oriente, como, no Outono de 1808, uma esquadra britânica quis desembarcar em Macau com o pretexto de defender aquele porto contra um eventual ataque francês. A dupla resistência das autoridades portuguesas e chinesas, conseguiu anular as tentativas que ameaçavam as relações luso-chinesas. Em 1809, o Senado de Macau mandou ao Rio de Janeiro uma deputação destinada a apresentar ao Príncipe-regente D. João, várias reivindicações relativas ao comércio com os portos brasileiros, excessivamente regulamentado, e à dependência da colónia relativamente ao *Estado da Índia*. Foram tomadas algumas medidas a favor de Macau, nomeadamente sobre os direitos de entrada das mercadorias, e sobre as regras relativas aos navios de transporte, bem como sobre a criação de uma Casa de seguro mercantil, e de lotarias. Por outro lado, no decurso das discussões decorrentes do novo interesse económico despertado por Macau, foi evocado o antigo plano de aclimação, no Brasil, de plantas exóticas (especialmente o chá) e especiarias destinadas ao consumo local e à exportação para os mercados da Europa do Norte. Da necessidade de uma mão-de-obra especializada

decorreu a ideia de mandar vir para o Brasil colonos chineses. Contudo, as hesitações de uma administração central pouco aberta às novidades e falta de visão a longo prazo, travou a realização deste projecto de grande envergadura, apesar da vontade manifesta dos seus defensores, tais como o 1.º Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho, e do muito activo Ouvidor de Macau, Miguel de Arriaga Brum da Silveira.

Ângela Domingues

*Um «sagrado dever» ou uma «amarga política»?:
o paradisíaco Brasil de Leopoldina*

Resumo

Será que as cartas podem ser contribuidoras de uma «literatura de viagens» entendida num sentido mais alargado? As cartas de Leopoldina, imperatriz do Brasil, dirigidas à sua família, foram obviamente uma forma de manter ligações afectivas à distância. Mas esta correspondência revelou-se ser um veículo por excelência de informação do Brasil e de partilha de conhecimentos acerca da natureza e da sociedade brasileiras, na medida em que pretendem tornar o exotismo e a estranheza da colónia, logo tornada império, em algo perceptível à alta aristocracia da Europa Central. Ambos os aspectos, o afectivo e o cognitivo, contribuíram para acalantar sentimentos de afinidade e partilha que podem ser interpretados como um mecanismo desenvolvido pela imperatriz para firmar a sua identidade.

Abstract

Can the correspondence contribute to a “travel literature” of Brazil, in the widest sense of the term? The letters written by “Leopoldina”, Empress of Brazil, and addressed to her family, were clearly a form of maintaining emotional links from a distance. But this correspondence also proved to be an excellent vehicle for transmitting information about Brazil, and knowledge about its nature and society, which intended to make the exoticism and strangeness of the colony, now an empire, into something comprehensible to the high aristocracy of Central Europe. Both the affective and the cognitive aspects contributed to nurturing sentiments of affinity and sharing that can be interpreted as a mechanism developed by the Empress to confirm her identity.

André Murteira

*O corso neerlandês contra a Carreira da Índia
no primeiro quartel do século XVII*

Resumo

O presente artigo pretende analisar o impacto do corso neerlandês sobre a navegação entre Portugal e a Ásia – a «Carreira da Índia» – entre 1598 – data em que os neerlandeses estabeleceram uma ligação marítima regular à Ásia – e 1625. Para tal, reconstitui-se

a cronologia de todos os ataques neerlandeses conhecidos aos navios da Carreira durante o período, distinguindo no processo aqueles que resultaram de encontros casuais no mar dos que foram o produto de iniciativas planeadas. Procura-se em seguida determinar a proporção de viagens frustradas da Carreira provocadas directa e indirectamente pelo dito curso em relação ao total de viagens frustradas da Carreira no período.

Abstract

The present article aims to analyze the impact of Dutch privateering on the navigation between Portugal and Asia between 1598 and 1625. For that, I provide a reconstruction of the chronology of all known attacks by the Dutch on Portuguese Indiamen during the period, distinguishing in the process between attacks resultant from casual encounters at sea and attacks that resulted from planned efforts. Next I attempt to establish the proportion of failed voyages of Portuguese Indiamen directly or indirectly caused by Dutch privateering among the total of failed voyages of Portuguese Indiamen in the period.

Ernestina Carreira

*Des terres de France aux forteresses de l'Estado da Índia:
les militaires français à Goa sous l'Ancien Régime*

Resumo

A partir da segunda metade do século XVII, quando o império marítimo e portuário deixou de ser uma realidade na Ásia, o Estado da Índia foi obrigado a limitar o seu espaço de influência às costas do Índico ocidental. As guerras perdidas contra os Omanitas e os Maratas reduziram ainda mais o círculo, limitando-o a partir dos anos 1740 à costa ocidental da Índia. Nesta mutação progressiva entre um império global e um poder regional, observou-se um fenómeno que iria prefigurar a política posterior do Rei britânico: a constituição de um exército permanente, organizado e armado à europeia. Graças a esta força militar, o Estado conseguiu impor a sua autonomia até ao início do séc. XIX, contrariamente aos territórios franceses e holandeses. Não tendo Portugal seguido a política francesa de formação dos corpos de oficiais e engenheiros, a coroa mandou para a Ásia, durante mais de um século (anos 1670-1780) um grupo de oficiais de origem francesa cuja experiência serviu – além da modernização do velho regimento de infantaria – para organizar e desenvolver os regimentos de sipais e de artilharia. Estes últimos iriam formar uma barreira eficaz contra as ambições expansionistas dos vizinhos asiáticos e ingleses. Permitiram também a anexação e colonização, pelos Portugueses, das Novas Conquistas vizinhas de Goa. Essa elite francesa não se implantou na Índia, limitando na maioria dos casos a sua estadia ao período de missão. O que não foi o caso dos inúmeros anónimos, soldados ocasionais ou mercenários de experiência, que foram muitas vezes levados a tomar definitivamente o caminho de Goa na sequência das guerras e derrotas da nação francesa na Ásia. O presente artigo apresenta apenas um esboço da história de uma comunidade a propósito da qual os arquivos são quase inexistentes apesar da abundância de referências nos relatos de viagem do século XVII, as quais alimentaram o imaginário de varias gerações de Europeus candidatos à aventura indiana.

Abstract

After the first half of the XVIIth Century, when the Harbor and Navy Empire was no longer a reality in Asia, The Estado da India was forced to limit its area of influence to the West Coast of the Indian Ocean. The Portuguese lost the wars against the Omanis and Marathas which reduced even more the circle limiting it to West Indian Coast after 1740. During this progressive change from a global Empire to a local power, we can notice a phenomenon that anticipates the later policy from the British Raj : The establishment of a permanent army, organized and using weapons according to European standards. Thanks to this military power, the Estado da India was able to keep its autonomy until the beginning of the XIXth century, in opposition to the French and Dutch territories. Portugal, in opposition to France, had not created schools of officials and engineers but had sent to Asia, for over a century (1670-1780) a group of military men of French origin. Their experience helped, besides the update of the old infantry body, organizing and developing the bodies of sipayas and the artillery. The latter turned out to be an efficient barrier against the expansion ambitions of Asian neighbors and the British. It also made possible the conquest and colonization, by the Portuguese, of the so called Novas Conquistas, next to Goa. This French elite did not establish in India, in most of the cases, they limited their stay there just to the time of their mission. That was not the case of innumerable anonymous, part time soldiers or experienced mercenaries, which took the route to Goa after the wars and defeats of France in Asia. This paper is only a draft of the history of a community about which archives are nearly non-existent despite the frequent references to it in the literature of XVIIth century, which have fed the imagination of various generations of Europeans who wished to go for the Indian Adventure.

Maria João Ferreira

Algumas considerações em torno da produção chinesa de exportação destinada aos mercados português e inglês

Resumo

A manufactura têxtil sinoportuguesa e a conjuntura histórico-artística que lhe subjaz parecem ser se não desconhecidas, pelo menos, ignoradas pela maioria dos investigadores estrangeiros que se têm debruçado sobre os têxteis chineses realizados para a Europa. Da diversa bibliografia publicada sobressai a ideia de que só com o impulso de Inglaterra e do seu relacionamento comercial com o Império do Meio, encetado através da East India Company, é que este e outros países europeus puderam beneficiar da chegada prolífera dos artigos chineses esquecendo, assim, não só a presença portuguesa na China mas o desempenho pioneiro que Portugal terá assumido, na era Moderna, na aquisição e distribuição de obras chinesas pelo Velho Continente, muito em concreto, dos têxteis.

No presente estudo intentamos uma abordagem paralela dos contextos histórico-culturais que marcaram o relacionamento artístico-comercial encetado por Portugal e Inglaterra com o Celeste Império, no que se refere aos artigos em seda que ambos ali adquiriram, com vista ao melhor esclarecimento do protagonismo de Portugal na aquisição deste tipo de mercadoria entre as centúrias de Quinhentos e de Setecentos.

Abstract

The sinoportuguese textile manufacture and its history seem to be if not unknown at least ignored to most of the foreign researchers in Chinese textiles made for the European market. From the studies published, one gets the idea that only with the impulse of England and after the establishment of commercial relations between this country and China, European nations were able to contact and acquire Chinese products in great quantity, forgetting Portuguese presence in China and its pioneer performance in Modern era, on acquisition and distribution of Chinese commodities to Europe, namely textiles. It is our intention with this study to present a parallel approach of artistic and commercial relations between Portuguese and English with Chinese, in what matters to textile articles they both bought, and to show the importance of Portugal in this matter between the XVIth and XVIIIth centuries.

Domingo Centenero de Arce y Antonio Terrasa Lozano

*El sudeste asiático en las políticas de la Monarquía Católica.
Conflictos luso-castellanos entre 1580-1621*

Resumen

En este trabajo vamos a intentar una revisión, desde el punto de vista hispano, de las relaciones luso-españolas durante parte del periodo de unión de los dos impérios ibéricos. Para ello tomaremos como punto de partida la toma de las Islas Malucas y su defensa.

El estudio de los antecedentes de dicha conquista, de los intereses cruzados, de la situación resultante, nos permitirá ofrecer una visión de las conflictivas relaciones entre ambos imperios.

Abstract

This article will be an attempt to offer new sights and interpretations of the relations between both empires taking the Moluccas's incident as point of departure. The study of its antecedents and developments will allow us to draw the struggles between Spanish and Portuguese empires and their counterparts, the Dutch Republic and the emerging British maritime empire during the beginning of seventeenth century.

David Felismino

*O Império à mesa.
Uma retórica da monarquia portuguesa nas artes da mesa (1756-1775)*

Resumo

A mesa régia era um palco privilegiado da construção simbólica da figura régia e da transmissão de um discurso oficial e laudatório da monarquia. As artes da mesa – a narrativa iconográfica presidindo ao desenho das baixelas, as decorações efémeras montadas por ocasião de banquetes – participavam destas encenações do poder. Recorrendo a dois

exemplos concretos, que balizam o princípio e o fim do reinado de D. José I (1750-1777), questiona-se a configuração alegórica da monarquia portuguesa e do seu império. Procura-se entender a concepção da relação metrópole/espço colonial, num período fulcral marcado pelo Terramoto de 1755 e a reconstrução de Lisboa.

Abstract

The royal table was a privileged setting for the construction of the royal figure, the transmission of the official and laudatory enhancing of monarchy. Table's crafts – such as the iconographic narratives heading over the ornamentation of stately silverware and the short-lasting decorations set up for banquets - were a part of these staging's of power. Making use of two particular examples, that mark the beginning and the end of Dom José I's reign (1750-1777), I will examine the allegoric configuration of the Portuguese monarchy and that of its Empire. I will put in evidence the relationship between metropolis and colonial space, at critical period, that of the 1755 Earthquake and the reconstruction of Lisbon.

NORMAS DE COLABORAÇÃO

- Os *Anais de História de Além-Mar* são uma revista especializada em estudos sobre os Descobrimientos e a Expansão Portuguesa, no seu enquadramento histórico e em comparação com fenómenos paralelos de história dos territórios e dos povos contactados pelos portugueses, assim como nos efeitos provocados por este processo na História de Portugal e do Mundo.
- As colaborações com artigos ou resenhas são bem-vindas, desde que sejam inéditas.
- Serão editados textos nos seguintes idiomas: português, espanhol, francês e inglês.
- Todos os textos devem ser enviados à Redacção da Revista, para o endereço electrónico do CHAM: anais.cham@fch.unl.pt. Os artigos devem ser acompanhados de um resumo, com um máximo de 100 palavras, em português e em inglês, e de 4 a 6 palavras-chave.
- A proposta deverá apresentar na primeira página o nome dos autores e das instituições em que desenvolvem a sua actividade de investigação, bem como o seu endereço de e-mail.
- A decisão sobre a publicação dos textos compete ao Conselho Editorial, depois de considerados os pareceres de dois *referees*, num processo que assegurará o anonimato dos autores.
- Qualquer decisão tomada sobre as propostas recebidas será comunicada aos autores.
- A aceitação de um texto para publicação supõe a transmissão dos direitos de copyright para o editor da Revista.
- Os direitos sobre as eventuais imagens introduzidas nos artigos são da exclusiva responsabilidade dos autores.
- Aos autores será facultada a revisão de uma prova tipográfica, que terá de ser devolvida à Redacção da Revista num prazo de 15 dias.
- A cada autor será oferecido um exemplar da Revista que contiver o seu texto.

NORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS TEXTOS

Apresentação dos originais:

Folhas A4 em formato digital, dactilografadas num qualquer editor de texto, com tipo de letra Times New Romans, tamanho 12, a espaço duplo.

Gráficos e Imagens em formato digital JPEG, GIF ou TIF.

Citações devem ser feitas em notas-de-rodapé, ao longo do texto, respeitando os critérios plasmados nos exemplos que se seguem.

CITAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Primeira ocorrência. Exemplos:

Frédéric MAURO, *Études économiques sur l'expansion portugaise (1500-1569)*, Paris, Gulbenkian, 1970, pp. 13 segs.

Raul PROENÇA (ed.), *Guia de Portugal, I. Generalidade: Lisboa*, Lisboa, Gulbenkian, 1975.

Verónica IONS, *Egyptian Mythology*, Londres, Hamlyn, 1982.

Sanjay SUBRAHMANYAM, «Making India Gama: The Project of Dom Aires da Gama (1519) and Its Meaning», in *Mare Liberum* 16 (1998), pp. 33-55.

A. RUSSEL-WOOD, «Men under stress: the social environment of the *Carreira da Índia* (1550-1750)» in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro (eds.), *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, 1985, pp. 19-35.

Fernando BOUZA ÁLVAREZ: «Para qué imprimir. De autores, público, impresores y manuscritos en el Siglo de Oro» in *Cuadernos de Historia Moderna*, n.º 18 (1997), pp. 31-50 [em linha] [Consult. 29 Fev. 2008] Disponível na WWW, em: <URL: <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02144018/articulos/CHMO9797120031A.PDF>>

Ocorrências seguintes. Exemplo:

F. MAURO, *Études...*, cit., pp. 117 segs.

**BOLETIM DE ASSINATURA / COMPRA / PERMUTA
(SUBSCRIPTION ORDER)**

Enviar para (*Send to*) :

Anais de História de Além-Mar / CHAM
Av. de Berna, 26-C, Torre B, 6.º Piso
1069-061 Lisboa – Portugal

E-mail : cham@fesh.unl.pt
Tel. : 00 351 + 21 797 21 51
Fax : 00 351 + 21 790 83 08

Assinatura (*Subscription*) :

Desde (*Since*): _____ Ano (*Year*) / _____ Número (*Number*), inclusive.

Compra de números avulsos (*Order of separated issues*) :

Anos (*Years*) / Números (*Numbers*) _____

Custo de números avulsos (*Cost for separated issues*) :

1 Volume (*1 issue*) – 15 € (+ postage cost, for Foreign Countries)

Custo promocional da assinatura (*Promotional subscription rate*) :

3 Anos / 3 Volumes (*3 Years / 3 issues*) – 40 € (+ postage cost, for Foreign Countries)

Forma de pagamento (*Way of payment*) :

Transferência bancária (Bank transfer) para a conta do CHAM (Millenium BCP) :

NIB: 0033 0000 0020 2935 7380 5 (a partir de Portugal)

IBAN: PT50 0033 0000 0020 2935 7380 5 (from Foreign Countries)

SWIFT : BCOMPTPL

Dados pessoais / *Identification* :

Nome (*Name*): _____

Morada (*Address*): _____

E-mail : _____

Tel. : _____

PARA PERMUTAS (*FOR EXCHANGE*) :

Enviar proposta (*Send to*) :

Sofia Diniz
Biblioteca do CHAM
Av. de Berna, 26-C, Torre B, 6.º Piso
1069-061 Lisboa – Portugal

E-mail : cham@fesh.unl.pt
Tel. : 00 351 + 21 797 21 51
Fax : 00 351 + 21 790 83 08

Publicação para troca (*Publication for Exchange*) :

Título (*Title*): _____

Responsável pela publicação (*Editor*): _____

Morada (*Address*): _____

E-mail : _____

Tel. : _____